



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

Orçamento Geral do Estado

2013

Planos de Acção Anual

Livro 2

“Seja um bom cidadão, seja um novo héroi para a nossa Nação”



Livro 2 - Plano Anual

Prefácio

A Lei Orgânica do Ministério das Finanças especifica a responsabilidade da Direcção Nacional do Orçamento em recolher e gerir informações financeiras relativas ao sector público e em publicar os resultados estatísticos.

De acordo com esta provisão e com vista a aumentar a transparência das finanças públicas, o Ministério das Finanças publica a versão final dos documentos relativos ao Orçamento Geral do Estado para 2013, promulgada por Sua Excelência o Presidente da República no seguimento do debate na sessão plenária do Parlamento Nacional.

A documentação referente ao Orçamento Geral do Estado para 2013 consiste na Lei do Orçamento Geral do Estado, publicada no *Jornal da República*, bem como em seis livros orçamentais de apoio:

Livro 1 Panorama Orçamental

Livro 2 Planos Anuais

Livro 3 Distritos

Livros 4a e 4b Rubricas Orçamentais

Livro 5 Parceiros de Desenvolvimento

Livro 6 Fundos Especiais

O Livro 2 sobre *Planos Anuais* é um documento fundamental para a responsabilização do Governo perante o Parlamento Nacional e o povo de Timor-Leste. O Livro 2 detalha os objectivos, actividades, resultados esperados e informações de desempenho para ministérios operacionais e instituições estatais. Apresenta também estimativas orçamentais de fontes combinadas para o orçamento actual e para os anos futuros.

A documentação orçamental está disponível no portal electrónico do Ministério das Finanças em www.mof.gov.tl. Quaisquer questões relativas à publicação deverão ser dirigidas ao Director Nacional do Orçamento, Sr. Agostinho Castro, através do correio electrónico acastro@mof.gov.tl ou do telefone +670333 9520.

Numa altura em que Timor-Leste diz “*seja um bom cidadão, seja um novo héroi para a nossa Nação*”, acredito que este documento servirá para aumentar a sensibilização e a compreensão no que se refere às finanças do Governo, dando ao povo de Timor-Leste, à sociedade civil e aos nossos parceiros de desenvolvimento informações relevantes a respeito do Orçamento do Estado para 2013.

Emília Pires

Ministra das Finanças

Índice

Prefácio.....	1
Sumário	7
Principais Resultados a 5 anos do V Governo Constitucional.....	7
Orçamento	18
Perfil de Funcionários	19
Presidência da República	21
Papel.....	21
Orçamento	21
Perfil de Funcionários	21
Plano Anual da Presidência da República para 2013.....	22
Parlamento Nacional.....	27
Papel.....	27
Orçamento	27
Perfil de Funcionários	28
Plano Anual do Parlamento Nacional para 2013	29
Primeiro-Ministro	34
Papel.....	34
Orçamento	34
Perfil de Funcionários	34
Plano Anual do Gabinete do Primeiro-Ministro para 2013	36
Gabinete do Vice-Primeiro-Ministro, Coordenador dos Assuntos Sociais	47
Papel.....	47
Orçamento	47
Perfil de Funcionários	48
Plano Anual do Gabinete do Vice-Primeiro-Ministro para 2013.....	49
Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros	51
Papel.....	51
Orçamento	52
Perfil de Funcionários	53
Plano Anual do Ministro de Estado e da Presidência do Conselho dos Ministros para 2013.....	54
Secretaria de Estado do Conselho de Ministros.....	58
Papel.....	58
Orçamento	58
Perfil de Funcionários	58
Plano Anual da Secretaria de Estado do Conselho de Ministros para 2013	60
Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares	61
Papel.....	61
Orçamento	61
Perfil de Funcionários	61
Plano Anual da Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares para 2013.....	63
Secretaria de Estado da Comunicação Social	65
Papel.....	65
Orçamento	65
Perfil de Funcionários	66
Plano Anual da Secretaria de Estado da Comunicação Social para 2013.....	67
Secretaria de Estado do Fortalecimento Institucional	71
Papel.....	71
Orçamento	71
Perfil de Funcionários	71

Plano Anual da Secretaria de Estado para o Fortalecimento Institucional para 2013	72
Secretaria de Estado de Apoio e Promoção do Sector Privado.....	75
Papel.....	75
Orçamento	75
Perfil de Funcionários	76
Plano Anual da Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção do Sector Privado para 2013	77
Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade	86
Papel.....	86
Orçamento	87
Perfil dos Funcionários	87
Plano Anual da Secretária de Estado para a Promoção da Igualdade para 2013	88
Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto	97
Papel.....	97
Orçamento	97
Perfil de Funcionários	98
Plano Anual da Secretaria de Estado da Juventude e Desporto para 2013	99
Secretaria de Estado para a Política da Formação Profissional e Emprego.....	105
Papel.....	105
Orçamento	105
Perfil de Funcionários	106
Plano Anual da Secretaria de Estado para a Política da Formação Profissional e Emprego para 2013.....	108
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.....	120
Papel.....	120
Orçamento	121
Perfil de Funcionários	121
Plano Anual do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação para 2013.....	122
Ministério da Defesa e Segurança	130
Gabinete do Ministro da Defesa e Segurança	132
Papel.....	132
Orçamento	133
Perfil de Funcionários	133
Plano Anual do Ministério da Defesa e Segurança para 2013	135
Secretaria de Estado da Defesa.....	136
Papel.....	136
Orçamento	136
Perfil de Funcionários	137
Plano Anual da Secretaria de Estado da Defesa para 2013.....	138
FALINTIL-Força de Defesa de Timor Leste (F-FDTL)	141
Papel.....	141
Orçamento	141
Perfil de Funcionários	142
Plano Anual da F-FDTL para 2013.....	143
Secretário de Estado da Segurança	146
Papel.....	146
Orçamento	147
Perfil de Funcionários	147
Plano Anual da Secretaria de Estado da Segurança para 2013	148
Polícia Nacional de Timor Leste - PNTL.....	154
Papel.....	154

Orçamento	156
Perfil de Funcionarias	156
Plano Anual da Policia Nacional de Timor Leste – PNTL para 2013	158
Ministério das Finanças.....	163
Papel.....	163
Orçamento	166
Perfil de Funcionários	166
Plano Anual do Ministério das Finanças para 2013	167
Dotações para todo o Governo.....	171
Ministério da Justiça.....	172
Papel.....	172
Orçamento	172
Perfil de Funcionários	172
Plano Anual do Ministério da Justiça para 2013.....	174
Ministério da Saúde	183
Papel.....	183
Orçamento	183
Perfil de Funcionários	184
Plano Anual do Ministério da Saúde para 2013	186
Ministério da Educação	192
Papel.....	192
Orçamento	194
Perfil de Funcionários	194
Plano Anual do Ministério da Educação para 2013	196
Ministério da Administração Estatal	209
Papel.....	209
Orçamento	210
Perfil de Funcionários	210
Plano Anual do Ministério da Administração Estatal para 2013	211
Ministério do Comércio, Industria e do Ambiente	222
Papel.....	222
Orçamento	222
Perfil de Funcionários	222
Plano Anual do Ministério do Comércio, Indústria e do Ambiente 2013.....	223
Ministério da Solidariedade Social.....	228
Papel.....	228
Orçamento	228
Perfil de Funcionários	229
Plano Anual do Ministério da Solidariedade Social	230
Ministério dos Obras Públicas.....	244
Papel.....	244
Orçamento	246
Perfil de Funcionários	246
Plano Anual do Ministério das Obras Públicas para 2013	248
Ministério do Transportes e Comunicações	258
Papel.....	258
Orçamento	258
Perfil de Funcionários	258
Plano Anual do Ministério dos Transportes e Comunicações para 2013.....	260
Ministério da Agricultura e Pescas	266
Papel.....	266

Orçamento	267
Perfil de Funcionários	267
Plano Anual do Ministério da Agricultura e Pescas para 2013.....	269
Ministério do Turismo	277
Papel.....	277
Orçamento	277
Perfil de Funcionários	277
Plano Anual do Ministério do Turismo para 2013	279
Ministério do Petróleo e Recursos Minerais.....	286
Papel.....	286
Orçamento	286
Perfil de Funcionários	286
Plano Anual do Ministério do Petróleo e Recursos Minerais para 2013	287
Tribunais.....	293
Papel.....	293
Orçamento	293
Perfil de Funcionários	294
Plano Anual dos Tribunais para 2013	295
Procuradoria-Geral da República.....	297
Papel.....	297
Orçamento	297
Perfil de Funcionários	297
Plano Anual da Procuradoria-Geral da República 2013	299
Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça.....	304
Papel.....	304
Orçamento	304
Perfil de Funcionários	305
Plano Anual de Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça para 2013	306
Rádio e Televisão de Timor-Leste (RTTL).....	311
Papel.....	311
Orçamento	311
Perfil de Funcionários	312
Plano Anual da Rádio e Televisão de Timor-Leste (RTTL) para 2013	313
Comissão Nacional de Eleições	315
Papel.....	315
Orçamento	315
Perfil de Funcionários	315
Plano Anual da Comissão Nacional de Eleições para 2013.....	317
Comissão Anti-Corrupção.....	318
Papel.....	318
Orçamento	318
Perfil de Funcionários	318
Plano Anual da Comissão Anti-Corrupção para 2013	320
Comissão da Função Pública	332
Papel.....	332
Orçamento	332
Perfil de Funcionários	332
Plano Anual da Comissão da Função Pública para 2013	333
Universidade Nacional de Timor-Leste	337
Papel.....	337

Orçamento 338
Perfil de Funcionários 338
Plano Anual da Universidade Nacional de Timor-Leste..... 340

Sumário

Principais Resultados a 5 anos do V Governo Constitucional

Numa óptica de continuidade com o Programa do Governo que o antecedeu, o V Governo Constitucional apresenta neste documento as metas a que pretende chegar ao fim do primeiro ano de legislatura. Inspirado pelas orientações do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, este Governo reforça a aposta em áreas cruciais, como o seu capital social, as infra-estruturas e o desenvolvimento económico. A aposta nestas áreas, com o fortalecimento das instituições e do sector privado, vai permitir reduzir a pobreza e garantir um Estado sólido, transparente e inclusivo.

O Governo apresenta, assim, neste documento, o plano anual de cada órgão do Estado para 2013, com as grandes metas a alcançar, as actividades que serão implementadas com esses objectivos em vista e os resultados e indicadores que permitirão monitorizar o sucesso das iniciativas.

Com este Plano para 2013, o Governo pretende dispor de uma base de trabalho que permita avaliar o progresso de cada sector, facilitando assim o processo de fiscalização e de prestação de contas sobre o uso de recursos e sobre os resultados obtidos ao longo do mandato. Como os Planos Anuais foram concebidos numa perspectiva de curto prazo, integrados que estão em Planos ministeriais a 5 anos, recuperamos neste sumário aqueles que são os grandes resultados esperados para 2017 para que estes estejam reflectidos no planeamento anual para 2013.

A actuação do Governo vai continuar a gerar ganhos para a sociedade timorense que dificilmente se podem quantificar. Exemplo disso são os eixos do mandato anterior que se mantêm, como a manutenção da paz e da estabilidade nacionais, o combate à corrupção e a reforma da administração pública, a redução da pobreza pela aposta no desenvolvimento humano integral e inclusivo ou as medidas concretas de apoio aos grupos mais vulneráveis. Estas são metas transversais a todos os órgãos do Estado cuja medição não é tão evidente. No entanto, há resultados que se podem medir mais facilmente e a avaliação do seu progresso vai permitir aprender com os sucessos e identificar os desafios a ultrapassar. Vai permitir uma maior transparência nas actividades do Governo e sobretudo vai possibilitar uma melhor compreensão dos cidadãos timorenses de como está o Governo a implementar o mandato que deles recebeu.

Com o propósito de facilitar então o acompanhamento do progresso das iniciativas governamentais deste mandato, propõem-se uma série de grandes resultados previstos para o final da legislatura naqueles que são os mais relevantes sectores para o desenvolvimento de Timor-Leste.

Desenvolvimento do capital social

A melhoria das condições de vida de todos os timorenses é fundamental para fortalecer o pilar prioritário do desenvolvimento do país: o capital social que tem para oferecer. Nesse contexto, a Saúde e a Educação revestem-se de um carácter prioritário. Nestes sectores é dada uma importância particular a um desenvolvimento equilibrado de todo o território pela melhoria dos serviços básicos tanto em Díli como nos distritos.

Saúde

- A taxa de mortalidade materna terá sido reduzida para 278 óbitos /100.000 nascidos vivos.
- Cada Suco contará com o seu posto de saúde, sendo criados no período do mandato um total de 442 no país, incluindo pelo menos um médico, dois enfermeiros, duas parteiras e um técnico de laboratório e de farmácia em cada Suco com pelo menos 2.000 habitantes.
- Nos Sucos localizados em áreas remotas onde habitem entre 1500-2000 habitantes esses postos de saúde prestarão pacotes de serviços completos: serviços curativos básicos, vacinação, cuidados de saúde materna infantil, programa de nutrição, acompanhamento de Tuberculose, cuidados de saúde mental, promoção e educação sobre saúde.
- As aldeias que fiquem a mais de uma hora de distância a pé dos Sucos beneficiarão de 1 parteira, com estojos de saúde e meio de transporte.

As melhorias serão visíveis igualmente ao nível hospitalar. Os serviços no Hospital Nacional Guido Valadares serão significativamente ampliados até 2017, sendo estabelecido no período do mandato um centro de cuidados paliativos, um centro de trauma e serviços de pulmonologia, hematologia e oncologia.

Educação

No sector basilar da Educação, o Governo vai dar resposta às necessidades dos diferentes graus de ensino, em todo o país. Em 2017 estarão concretizados os seguintes objectivos:

- Construção de 250 novas pré-escolas.
- Implementação do novo currículo da educação pré-escolar.
- Reabilitação das infra-estruturas do ensino básico.
- Todas as crianças com idade adequada estarão matriculadas no 1º ano do ensino básico.
- Revisão do currículo do 1º e 2º ciclo do Ensino Básico, para melhoria da taxa de literacia nestes ciclos de ensino.

- Constituição de equipa multidisciplinar composta por especialistas nas diversas áreas curriculares que suportem a implementação curricular e a produção de materiais didácticos.
- Conclusão do curso de formação complementar direccionado a 7124 professores para efeitos de posterior integração na carreira docente.
- Construção de uma escola modelo para o Ensino Secundário Geral por cada Distrito (duas em Díli), num total nacional de 14.
- Estabelecimento de 5 novas Escolas Secundárias Técnico-Vocacionais nos Distritos (nas áreas do Turismo, Pescas, agro-pecuária, etc.).
- Constituição do Fórum do Conselho de Reitores.
- Criação do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia.
- Padronização do currículo do Ensino Superior Universitário e Politécnico.
- Estabelecimento de 4 Institutos Superiores Politécnicos.
- Constituição de 65 Centros Comunitários de Aprendizagem do Ensino Recorrente, um por cada sub-distrito.

Formação Profissional

A aposta na formação profissional é transversal a todos os órgãos do Governo, que, nomeadamente através dos projectos abrangidos pelo Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano, integram nos seus planos uma componente fundamental de capacitação dos seus funcionários.

O **Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano** vai assim continuar a assegurar o financiamento do investimento público em programas plurianuais de formação e desenvolvimento dos recursos humanos de Timor-Leste, dando continuidade aos projectos já iniciados e iniciando novas actividades de formação em 2013-2017. Estas acções de capacitação vão ser realizadas tanto em Timor-Leste como no estrangeiro – por exemplo, na Indonésia, na Austrália, em Singapura, na Malásia, no Brasil, na Tailândia, nas Filipinas, em Portugal ou na Noruega – permitindo a muitos profissionais timorenses beneficiar da experiência em centros de excelência em todo o mundo.

- Aumento do número de bolsas atribuídas pelo Fundo.
- Nas escolas, em 2017, 5000 professores do Ensino Básico e 3500 professores do Ensino Secundário terão beneficiado de formação em línguas e conteúdos curriculares.

Respondendo também aos jovens que querem entrar no mercado de trabalho, o Governo vai estabelecer pontes entre os centros de formação e as indústrias para fortalecer a qualificação profissional dos timorenses e ao mesmo tempo facilitar a sua integração no campo laboral.

- Uma média de 20 novos centros de formação profissional comunitários serão reconhecidos por ano.
- Uma média de 2500 jovens por ano beneficiarão de formação profissional, sendo que destes 610 a vão receber de forma gratuita, com bolsa de estudo, nos centros de formação estatais.
- Serão criados 13 centros de auto-emprego nos distritos para apoiar jovens empreendedores.
- Existirão igualmente centros da SEPFOPE (de emprego e formação profissional) em Díli e nos restantes distritos.
- 600 pessoas (50 % mulheres 50 % homens) com acesso a formação empresarial /profissional e a capital, criarão ou melhorarão o próprio negócio.
- 360 casos de conflitos laborais serão resolvidos por ano.

Juventude e Desporto

Uma atenção muito especial será dada neste mandato à formação específica da Juventude timorense em áreas diversificadas como as novas tecnologias, a música, o desporto ou a educação vocacional.

- 1000 jovens terão beneficiado de formação específica em inglês e português.
- 490 jovens terão recebido formação na área das novas tecnologias e informática.
- 1000 jovens terão tido acesso a formação na área musical.
- Um mínimo de 300 jovens terão recebido apoio na área empresarial para criação de auto-emprego.
- 780 jovens vão estar envolvidos em actividades com o Parlamento Nacional, para adquirirem conhecimentos nas áreas da liderança, da gestão, dos Direitos Humanos, da gestão de conflitos, da advocacia e da educação cívica.
- Um total de 125 jovens terão recebido formação em fisioterapia (61), medicina desportiva (40), psicologia desportiva (8) e nutricionismo (6).

Outras iniciativas estão orientadas muito directamente para a Juventude:

- 564 estudantes terão participado numa competição de bandas musicais nos 13 distritos.
- 650 jovens terão participado em actividades de educação cívica.
- Terão sido desenvolvidas iniciativas desportivas nas zonas fronteiriças – Soe, Kefa, Atambua, Kupang, Maliana, Suai e Oecusse – para promover uma cultura de paz entre os jovens.

Inclusão Social

No empenho pela melhoria das condições de vida dos timorenses, alguns grupos merecem uma atenção especial, dos grupos mais vulneráveis como os idosos ou as crianças, àqueles que lutaram pela independência de Timor-Leste. Para os próximos cinco anos, o Governo faz questão de reforçar as estruturas de apoio aos mais frágeis. Em 2017, esperam-se os seguintes resultados:

- Implementado o regime permanente de segurança social (contributivo e não-contributivo).
- Estabelecido o Programa de pagamento de pensões a idosos.
- Famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade beneficiarão do Programa Bolsa Mãe.
- Estabelecidos novos centros de apoio às vítimas de violência de género em 6 distritos.
- Construída uma casa de abrigo para as crianças vítimas de abuso em situações de risco.

O Programa de Governo incluí também iniciativas especialmente orientadas para os Combatentes da Libertação Nacional e as suas famílias.

- Atribuídas pensões aos CLN e familiares dos Mártires.
- Aprovado um Decreto-Lei para atribuição de subsídios escolares aos filhos dos CLN que cumprem os requisitos, de forma a terem acesso gratuito às instituições de ensino nacional público.

Habitação Social

O Programa MDG Sucos herdado do mandato anterior terá continuidade no período 2012-2017, com o objectivo de investir significativamente na habitação social em todo o país.

“Construídas 55.000 casas (o equivalente a 5 casas por aldeia, num processo de reordenamento comunitário) que ofereçam melhores condições de vida às famílias timorenses, incluindo energia solar, água e saneamento”.

Ambiente

Na área da protecção ambiental, o investimento será feito ao nível da:

- Protecção de 20 áreas e zonas de conservação ambiental.
- Organização de sistemas de limpeza urbana nas 13 Capitais de Distrito.
- Criação da Indústria da Reciclagem, com estudos previstos para o ano de 2013 e construção para 2014.
- Plantação de 3 milhões de árvores (a partir de 2015, 1 milhão por ano).

- Criação de centros Distritais de Operações de Desastres (CDOD) para minimizar o impacto de desastres naturais.
- Realização do Programa de Reverdejamento do Ministério em cooperação com 50 grupos das comunidades nas 9 zonas críticas: Ramelau, Balibar, Comoro Mota-Ulun, Tasi-tolu, Cristo Rei, Camea, Behau, e plantação de Mangrove nas zonas costeiras de Liquiça e Hera-Metinaro.
- Implementação do programa de NAPA, Protocolo de Montreal e Nagoya, para prevenção das alterações climáticas.

Desenvolvimento de infra-estruturas básicas

O desenvolvimento de infra-estruturas básicas – água, saneamento, electricidade – é um factor fundamental na melhoria das condições de vida dos timorenses. Nessa área, os resultados a alcançar são:

Água, Saneamento e Esgotos

- Instalados 400 sistemas de água em 25000 lares rurais.
- Criadas 9200 novas ligações de casas a sistemas de água potável na capital.
- 275 escolas ligados a sistema de água canalizada.
- Construídos 124 km de esgotos nas 12 Capitais de Distrito fora da capital.
- 87.000 casas vulneráveis nas zonas rurais nos 13 Distritos terão saneamento básico.
- Construção de uma bacia em Caicoli integrada na implementação do Plano Geral de Saneamento e Esgotos em todo o país.

Electricidade

- 6020 km do sistema de distribuição de voltagem média instalados e 225 km do sistema radial de distribuição de Díli convertidos num sistema *spindle*, garantindo que toda a população do país terá acesso fiável a electricidade 24 horas por dia.
- Construção de uma quinta eólica em Lariguto e Bobonaro.
- Instalar 12000 painéis solares em Oecusse, Ataúro e áreas remotas por identificar.
- Construção de uma estação de hydropower em Magapu-Atsabe.
- Instalação fotovoltaic em Ataúro, Bobonaro, Lautém e Oecusse.

Para que seja possível alargar o processo de desenvolvimento e as oportunidades de crescimento económico a todo o país, o Governo vai continuar a implementar os dois Programas que são especialmente orientados para o desenvolvimento dos Distritos: o **Programa de Desenvolvimento**

Descentralizado I e II. Como grande medida de estímulo à massa empresarial local, o PDD I e o PDD II continuarão a adjudicar trabalhos de construção civil a empresas locais sediadas nos Distritos.

Se os PDD tratam de investimentos de pequena escala, o **Fundo das Infra-estruturas** (FI) vai continuar a financiar a implementação dos grandes investimentos plurianuais em infra-estruturas. Como noutros anos, o FI vai centrar-se em projectos e programas essenciais como a construção de infra-estruturas rodoviárias, de energia, de água e saneamento ou de edifícios governamentais, concentrando-se naquilo que é mais essencial à melhoria das condições de vida dos timorenses. Só para o ano de 2013, o Fundo das Infra-estruturas vai financiar um total de 145 projectos em áreas tão distintas como, por exemplo:

- 8 projectos do sector agrícola
- 6 relacionados com água e saneamento
- 4 para melhorar o acesso e conectividade à Internet no país
- e 10 no sector da Defesa e Segurança

A melhoria das infra-estruturas no sector dos transportes, – tal como era já prioridade do IV Governo – volta a ser um dos sectores em que a aposta governamental é mais sólida. Prevê-se obter:

Estradas e Pontes

- Qualidade de 866 km de estrada nacional elevada aos standards internacionais.
- 1270 km de estradas rurais reabilitados nos 13 Distritos por construtores locais.
- 23 pontes reabilitadas.
- 368 km de estradas nacionais reabilitadas.
- 397 km de estradas distritais reabilitadas.
- 74 km de estradas urbanas reabilitadas em Díli.
- 572 km de estradas urbanas reabilitadas nas capitais distritais.

Portos e Aeroportos

- Construído um novo Porto multifunções em Tibar e 4 portos nos Distritos.
- Construído um novo terminal, uma torre de controlo e extensão da pista do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato.

Transportes Terrestres

“Construídos 3 postos de tráfego – Covalima, Lospalos e Viqueque – para melhor serviço de atendimento aos clientes com rotas interurbanas”.

Pela inclusão num mundo globalizado, o sector das telecomunicações assume igualmente um importante protagonismo nas opções do Governo, pela dinamização das comunicações.

Telecomunicações

- Todas as Escolas Secundárias públicas estarão ligadas à Internet.
- Construção de novos edifícios dos correios em 11 Distritos (à excepção de Díli e Baucau).

Desenvolvimento Económico e Criação de Emprego

Volta a ser prioridade do Governo o reforço do tecido económico de Timor-Leste pelo aproveitamento dos recursos de que o país dispõe e pelo estímulo de novos sectores. O desafio do crescimento económico deve passar pela criação de emprego e pela maximização da produtividade. Vários resultados foram definidos como prioritários:

- Negócios nacionais viáveis serão apoiados pela SEAPRI.
- 9 Mercados municipais estabelecidos com lojas frigoríficas para conservação de verduras e carnes.
- 12.000 jovens nos distritos beneficiarão dos 571 projectos de trabalho temporário.
- Uma média anual de 19.200 troncos de Bambu terão sido comprados às comunidades para o Centro de Bambu produzir Bambu tratado/alisado.
- Um sistema de “balcão único” para facilitar a criação de empresas terá sido criado – o número de dias necessários para criar uma empresa terá sido reduzido significativamente.
- Terá sido criada a Agência de Promoção de Investimento.
- Terá também sido criada a Agência de Política Económica e Investimento.
- Terá sido criado o Banco Nacional de Desenvolvimento.
- O IADE estabelecerá centros de desenvolvimento de empresas – “Incubadoras de Empresas” – em nove capitais de Distrito para fomentar a criação e a melhoria do sector privado em todo o país.
- 100 grupos industriais, 98 cooperativas e 60 grupos comerciais (micro e pequenas empresas) serão apoiados através de subvenções públicas para auto-emprego e melhoramento da qualidade dos produtos.
- Novos produtos nacionais serão introduzidos no Mercado pelo incentivo ao programa “Povu Kuda Governu Sosa” e produtos de valor acrescentado promovidos e introduzidos através do programa “One product , one Subdistrict” cuja implementação abrange todos os sub-distritos.

- Preço dos produtos essenciais tais como, arroz, leite e óleo alimentar, combustíveis e materiais de construção normalizado.
- Criação do Centro Logístico Nacional.
- Estabelecimento das Lojas do Povo nos sub-distritos.
- Emissão de certificado de origem para exportação do Café-Timor.

Agricultura, pecuária e pescas

O Governo prevê também o reforço dos sectores económicos tradicionais que são a base de subsistência da grande maioria das famílias timorenses.

- A produção doméstica de arroz, o principal cereal produzido no país, aumentará para 816.373 toneladas para o período 2012-2017.
- Timor-Leste conseguirá exportar 56.000 toneladas de café durante o período 2012-2017.
- E exportar 6.000 cabeças de animais até 2017.

Também no âmbito do desenvolvimento rural, o Governo vai fomentar a criação de Agro-indústrias e de cooperativas.

“Criação de novos grupos de cooperativas ligados a vários sectores (20 de pescas, 10 de pecuária, 30 agrícolas 30) que irão obter benefícios de créditos concedidos para equipamentos, ferramentas, melhoria de infra-estruturas, durante 5 anos”.

Petróleo

O Projecto de Tasi Mane inclui uma série de novas infra-estruturas para o desenvolvimento da Costa Sul. Entre outros, estará concluída em 2017 a construção da refinaria e da fábrica de petroquímica do Betano, a Suai Supply-Base e terá sido iniciado o processo de construção da Fábrica da LNG no Beço.

E porque os benefícios do desenvolvimento de infra-estruturas do Petróleo devem chegar a todos os Timorenses, em 2017 estarão construídas bombas de gasolina em todos os Distritos.

Turismo

Outro sector económico que o Governo vai potenciar pela capitalização dos recursos naturais e culturais de Timor-Leste é o sector do Turismo. Várias iniciativas do Programa do Governo visam a divulgação da cultura e do património timorense tanto no âmbito nacional como internacional.

- Centro de formação em turismo e hotelaria construído.
- 4 Centros de informação turística estabelecidos em Díli, Baucau, Balibo e Lospalos.

No plano internacional, a presença em feiras internacionais de turismo dará a conhecer o potencial turístico nacional, assim como o Pavilhão de Timor-Leste presente na Exposição Mundial Milão 2015.

Cultura e Património

Com uma forte ligação ao desenvolvimento do turismo, de tal forma que na nova orgânica do Governo os dois sectores estão sob a tutela do mesmo Ministério, vários programas vão então insistir na preservação da cultura e do património de Timor-Leste. Serão:

- Criados, até 2017, 6 novos Centros Culturais Regionais – Oecusse, Liquiçá, Ermera, Maliana, Ainaro e Suai – que contribuirão para a dinamização do desenvolvimento local, atraindo turistas.
- Reconstruídas 50 Casas Sagradas para preservação do património arquitectónico tradicional de Timor-Leste.
- Desenvolvido o Museu e Centro Cultural de Timor-Leste em Díli.
- Criada a Academia de Artes e Indústrias Criativas Culturais

Boa Governação do sector público

Garantir o bom funcionamento e a transparência das instituições do Estado permitirá manter um vínculo forte de confiança entre a cidadania e o poder público dela emanado. Nesse campo, o Ministério das Finanças tem uma função fundamental de supervisão da utilização dos recursos Estatais na implementação do Programa de Governo.

- Em 2017, uma reforma fiscal permitirá aumentar consideravelmente a receita Estatal.
- Terão sido realizadas 10 auditorias internas e 24 análises da despesa do Estado numa base sectorial para garantir boas práticas de execução orçamental.
- Terão sido desenvolvidos pelo menos 7 projectos de infra-estruturas através de Parcerias Público-Privadas.
- Terá sido estabelecida uma política e legislação relativa à criação de “Zonas Económicas Especiais”.

Instituições transparentes e eficientes devem estar presentes em todo o território, ao serviço de todos os timorenses. Nesse sentido, a aposta deste Governo na descentralização torna-se especialmente relevante. No período do mandato terão sido:

- Estabelecidos 3 a 5 Municípios no país.
- Realizadas em 2015 eleições de Sucos e Municípios de forma livre, justa e credível.
- O Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente terá visto descentralizados os seus serviços em 5 regiões.

Meios de Comunicação Social

Elemento essencial para uma saudável democracia em Timor-Leste é a liberdade consagrada e os meios necessários aos meios de comunicação para realizarem o seu trabalho.

- Em 2014, terá sido estabelecida a Agência Noticiosa de Timor-Leste.
- Até 2017 terá sido estabelecido o Conselho de Imprensa.
- Em 2015 terá sido estabelecido o Instituto Nacional de Formação de Jornalistas.

Paz e estabilidade nacional

De uma forma geral, a garantia de serviços públicos eficazes e um projecto de desenvolvimento sólido e inclusivo para Timor-Leste favorecem já o bem-estar social e com ele a estabilidade nacional. Ainda assim, o Governo reforça neste mandato um quadro institucional cuja função particular é garantir a segurança, a justiça e o bom funcionamento do Estado de Direito democrático e uma integração no plano internacional que assegure a soberania nacional e um contexto pacífico para todos os timorenses. Alguns dos resultados a obter são:

Defesa

- Profissionalização das F-FDTL.
- Estabelecidos mecanismos de cooperação entre a F-FDTL e a PNTL.
- Aumentar até 2015 a capacidade do C4I (Comando, Controlo, Comunicações, Computadores e Informação).

Segurança

- Criadas novas esquadras de polícia.
- Criadas novas unidades de patrulhamento.
- Criados Postos comunitários da PNTL, para aumentar a presença policial em todo o país.
- Alargar o serviço de bombeiros, sobretudo nos distritos.

Justiça

A par com a segurança, o princípio do acesso universal à Justiça sairá reforçado do quinquénio que aí vem.

- 10000 parcelas de terra serão cadastradas e registadas para evitar conflitos de terras e garantir o direito da propriedade.
- 15000 famílias receberão assistência jurídica na mediação extrajudicial de conflitos.
- Construídos 9 novos edifícios da Defensoria Pública para melhorar o acesso à Justiça nos Distritos (Ermera, Maliana, Viqueque, Manatuto, Lospalos, Same, Aileu, Ainaro e Liquiça).

Negócios Estrangeiros

O reforço da representação diplomática de Timor-Leste no Mundo robustece a relação do país com outros parceiros de desenvolvimento, nomeadamente a nível regional. Em 2017 os seguintes resultados terão sido conseguidos:

- Estabelecidas 6 novas Embaixadas para reforçar a representação de Timor-Leste na região e no Mundo.
- Concluído o processo de adesão à ASEAN.
- Timor-Leste assumirá a Presidência da CPLP para o biénio 2014-2016.
- Estabelecido o Instituto Diplomático para formar e capacitar os diplomatas timorenses em relações internacionais e diplomacia.
- Timor-Leste participará no Painel de Alto Nível sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, representado pela Ministra das Finanças.
- Timor-Leste vai igualmente continuar a presidir ao g7+.
- Finalmente, Timor continuará o seu compromisso com o New Deal, nomeadamente dando uma resposta transversal à *avaliação da fragilidade* realizada no âmbito da iniciativa.

Orçamento

O Fundo Consolidado de Timor Leste apresenta um Orçamento no valor de 1.000,694 milhões de dólares americanos para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas
Sumário (\$'000)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	Orçamento	Orçamento	Orçamento	Projeção	Projeção	Projeção	Projeção
Orçamento Geral do Estado	579,664	893,499	1,000,694	1,010,725	1,047,923	1,085,151	1,124,901
Recorrentes	472,942	733,359	798,599	830,714	862,952	896,712	931,993
Salários e Vencimentos	110,834	138,822	160,531	166,216	172,845	179,740	186,905
Bens e Serviços	220,685	359,911	399,082	426,267	442,994	460,362	479,272
Transferências Públicas	141,423	234,626	238,985	238,231	247,113	256,610	265,816
Capital	106,722	160,140	202,095	180,011	184,971	188,439	192,908
Capital Minor	26,180	44,288	49,595	50,039	51,999	54,033	56,152
Capital	80,542	115,852	152,500	129,972	132,972	134,406	136,756
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	579,664	893,499	1,000,694	1,010,725	1,047,923	1,085,151	1,124,901
Recorrentes	472,942	733,359	798,599	830,714	862,952	896,712	931,993
Capital	106,722	160,140	202,095	180,011	184,971	188,439	192,908

Perfil de Funcionários

O período de 2013 apresenta uma estimativa de força de trabalho de cerca de 34.064 pessoas, composto por 12.544 funcionários permanentes, 755 agentes da administração pública, 1.857 vagas por preencher de 2012, 14.029 pessoas de regime especial e 3.962 vagas para professores voluntários. Significa que o regime geral no total de 4.878 pessoas são fornecidas para o período seguinte.

Mapa Pessoal Regime Geral Ano Fiscal de 2013											
Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministério	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G				
Funcionarios Publicos Actuais 2012	38	397	1144	2375	3498	2744	2348	12,544	15,224	Director Geral	108
Agente da Administracao Publica	0	14	39	33	220	373	76	755		Inspector Geral	16
Vagas por preencher 2012	45	220	446	452	578	147	37	1,925		Director Nacional	290
Nova proposta de vagas 2013/2017	91	311	1116	964	879	1157	292	4,810		Director Distrital	163
Total Força de Trabalho	174	942	2745	3824	5175	4421	2753	20,034		Chefe Departamento	1125
										Chefe secção	398
										Embaxadas	10
										Consulados	4
										Total	2,114
Mapa Pessoal Regime Especial Ano Fiscal de 2013											
Ministério da Saúde								2,266			
Ministério da Educação								11,058			
Universidade de Timor Leste								366			
SEPFPOE								21			
Procuradoria Geral								54			
Tribunais								32			
Prições								190			
Notariado								10			
Defensoria Pública								32			
Total Regime Especial								14,029			
Total Regime Geral e Regime Especial para 2013								29,253			
Total Vagas Voluntario (ME)								3,962			
Total Vagas Projeção para período 2013/2017								4,810			
Grand Total								34,063			

Presidência da República

Papel

O Presidente da República é o Chefe do Estado, símbolo e garante da Independência Nacional, da Unidade do Estado e do regular funcionamento das Instituições Democráticas e o Comandante Supremo das Forças Armadas, de acordo com a Constituição da República Democrática de Timor-Leste.

Orçamento

A Presidência da República tem um Orçamento de 6,874 milhões de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas Presidência da República (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	5,699	6,415	6,874	7,118	7,253	7,535	7,827
Recorrentes	5,428	6,059	5,291	5,164	5,225	5,429	5,641
Salários e Vencimentos	290	312	581	604	628	654	680
Bens e Serviços	5,138	5,747	4,579	4,428	4,466	4,645	4,830
Transferências Públicas	-	-	131	131	131	131	131
Capital	271	356	1,583	1,954	2,028	2,106	2,186
Capital Minor	271	356	773	800	829	858	889
Capital Desenvolvimento	-	-	810	1,153	1,199	1,247	1,297
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	226	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	226	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	5,699	6,641	6,874	7,118	7,253	7,535	7,827
Recorrentes	5,428	6,285	5,291	5,164	5,225	5,429	5,641
Capital	271	356	1,583	1,954	2,028	2,106	2,186

Perfil de Funcionários

A Presidência da República no período de 2013/2017 tem uma estimativa de força de trabalho de cerca de 249 pessoas. Para o ano de 2013 aloca 164 pessoas, composto por 66 funcionários permanentes e 98 vagas por preencher de 2012. Significa que 85 pessoas são fornecidas para o período seguinte.

Presidente da República											
Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministério	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G				
Funcionários Públicos Actuais	0	4	11	8	10	10	23	66	164	Director Geral	1
Agente da Administracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0		Inspector Geral	0
Vagas por preencher 2012	4	12	6	11	43	22	0	98		Director Nacional	3
Nova proposta de vagas 2013/2017	3	0	18	21	8	35	0	85		Director Distrital	0
Total Força de Trabalho	7	16	35	40	61	67	23	249		Chefe Departamento	8
										Chefe Seccao	6

Plano Anual da Presidência da República para 2013

Presidências abertas		
<p>Manter a comunidade local bem informada sobre a política e desenvolvimento Nacional.</p> <p>Manter o PR informado sobre as expectativas da população.</p> <p>Atenuar as necessidades prementes da população com prioridade nas áreas remotas em que o Governo não pode responder de imediato.</p>	<p>Encontro do Presidente da República com a população em geral e juventude em especial, nos Distritos, Sub-distritos com prioridade nas áreas remotas.</p> <p>Concertação efectiva com o Governo sobre as informações identificadas para que solucionem com medidas adequadas.</p>	<p>Criar e consolidar bases para garantir a continuidade no desenvolvimento das actividades da Presidência da República ao longo do mandato do Presidente da República.</p> <p>100 % de visitas realizadas nos Distritos, 75% nos Sub-distritos e 75% nas áreas remotas</p>
Relações diplomáticas e boa cooperação Internacional		
<p>Reafirmar e promover a soberania nacional e intercâmbio internacional para a paz e desenvolvimento.</p> <p>Criação e desenvolvimento de boas Relações Diplomáticas com os países parceiros de Timor-Leste.</p>	<p>Deslocações internacionais do Presidente da República em visitas de Estado, Oficial e de Trabalho.</p> <p>Visitas de Altos dignitários a Timor-Leste.</p>	<p>Estabelecimento de boa relação diplomática e cooperação com os parceiros internacionais.</p> <p>100% realizado</p>
Cerimónias e celebrações		
<p>Garantir a solenidade das actividades e dos dias nacionais.</p> <p>Dignificar a Sociedade de Timor-Leste com Cerimónias dedicadas a distintas instituições e pessoas singulares e colectivas</p>	<p>Organizar e enquadrar as actividades cerimoniais e celebrações de dias de importância no País.</p> <p>Cerimonia Oficiais, Títulos Honoríficos e Condecorações</p>	<p>Cerimonias e celebrações são efectuadas de acordo com os calendários cumprindo os padrões protocolares e de solenidade.</p> <p>100% realizado</p>
Jornadas, estudos e análises de política Internacional		
<p>Criar e/ou consolidar bases sólidas que garanta a continuidade das actividades políticas Nacionais e Internacionais.</p>	<p>Estabelecimento de um centro de documentação em colaboração mútua com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.</p> <p>Produção de dossiers sobre países com os quais Timor-Leste tem maior intercâmbio e interesse.</p> <p>Organização de sessões de debates e análise</p>	<p>Instituição equipada com o conhecimento necessário para a elaboração de políticas e tomadas de decisões no âmbito das relações internacionais.</p> <ol style="list-style-type: none"> Existência de um centro de documentação para facilitar a consulta. Existência de dossiers sobre todos os países de maior interesse para Timor-Leste bem como de organizações internacionais de relevância política para o país. Existência de um melhor entendimento entre os autores da política

		externa de TL. 100% realizado.
Preparar Timor-Leste para liderar a CPLP		
Assegurar e garantir as relações diplomáticas, a interdependência económica, política e social entre as nações integrantes da CPLP e promover Timor-Leste como um actor importante na política internacional.	Criar ou estabelecer um secretariado que funcione efectivamente na preparação de actividades preliminares com o intuito de obter experiências para que no ano de 2014 a CPLP seja liderada por Timor Leste.	Secretariado devidamente montado e estruturado para atender as necessidades inerentes à CPLP. 100% realizado.
Assessoria para a Sociedade Civil, Assuntos Económicos, Sociais e Culturais		
Assegurar apoio técnico, serviços de consulta e análise de informação ao Presidente da República.	Prestar assessoria técnica especializada directamente ao Presidente da República relativamente a questões como o bem-estar social, a economia, a cultura, a educação, o desporto tal como outros assuntos relevantes para as competências constitucionais e para a plataforma política do PR.	Criar e/ou consolidar bases para garantir a continuidade no desenvolvimento das actividades presidenciais. 100 % realizado
Assessoria para Assuntos políticos.		
Assegurar apoio ao Presidente da República na consulta e informação de natureza política. Apoiar o Presidente da República no exercício das suas funções de garante da unidade do Estado.	Recolha, análise e apresentação de informação e documentação relativa aos trabalhos do Parlamento Nacional, do Governo e da Administração do Estado. Responder às solicitações do PR em questões de política interna e externa. Responder às solicitações do PR relativamente a questões de reconciliação nacional, no sentido da manutenção da paz e estabilidade em Timor-Leste.	Consolidação da estabilidade nacional, como garantia do respeito da soberania nacional no mundo. 100% realizado
Assessoria para as Relações Internacionais		
Apoiar o Presidente da República no âmbito das suas competências na Diplomacia e Relações Internacionais.	Planear as deslocações Internacionais do Presidente da República. Planear as visitas de Altos Dignitários a Timor Leste. Apoio nas relações oficiais com outros Estados e Organizações Internacionais em Timor Leste	Estabelecimento de boas Relações diplomáticas e Cooperação com o mundo Internacional. 100% realizado
Assessoria para os Assuntos jurídicos e Constitucionais		
Apoiar o Presidente da República no exercício das suas funções Constitucionais na área Legislativa, Jurídica e Constitucional	Responder às solicitações do Presidente da República relativamente a questões jurídicas e Constitucionais (Promulgação de Diplomas Legislativos, resoluções do Parlamento Nacional)	Criação de uma instituição forte para concretizar os princípios do Estado de Direito Democrático para que proteja os anseios do Povo. 100% realizado

Casa Militar		
<p>Apoiar o Presidente da República no exercício das suas funções enquanto Comandante Supremo das Forças Armadas de Timor-Leste.</p> <p>Criar capacidade para o exercício das competências do Presidente da República na área da Defesa e Segurança.</p>	<p>Informar o Presidente da República sobre a situação Militar e outros desenvolvimentos com interesse para a Defesa e a Segurança Nacionais.</p> <p>Apoiar directamente o Presidente da República em todos os actos cerimoniais civis ou militares.</p> <p>Assegurar a ligação do Presidente da República com a tutela governativa das Forças Armadas.</p> <p>Efectuar visitas de estudo sobre modelos de casa militar.</p> <p>Criar capacidade na área da negociação de acordos internacionais, através de cursos, treinos e conferências.</p> <p>Estabelecer mecanismos de coordenação com o Governo.</p>	<p>Garantida a estabilidade nacional como factor essencial para o desenvolvimento Nacional e contributo para a erradicação da pobreza em Timor-Leste.</p> <p>Nestes termos o povo de Timor-Leste alcançará o seu objectivo de ser um povo livre, próspero na justiça.</p> <p>100% realizado</p>
Produção de um consenso estratégico na esfera da segurança		
<p>Mediatização da Segurança para encontrar um consenso estratégico</p>	<p>Acções nos meios de comunicação social</p> <p>Reuniões com partidos políticos e com os diferentes ministérios.</p> <p>Colóquios e mesas redondas</p>	<p>Estabelecimento de um consenso na área da Defesa e Segurança.</p> <p>100% realizado</p>
Reuniões do Conselho do Estado e Conselho Superior de Defesa e Segurança		
<p>Garantir que o Conselho de Estado e CSDS tem condições para aconselhar o Presidente da República, assim como estar capacitado para se pronunciar sobre assuntos abrangidos pelas suas competências.</p>	<p>Preparar dossiês e briefings sobre assuntos a discutir no Conselho de Estado e Conselho Superior de Defesa e Segurança, articulando com os Secretários dos Conselhos.</p>	<p>Reunir todos os Conselheiros Superior de Defesa e Segurança, de três em três meses para consulta do Presidente da República. Conselho do Estado reúne-se conforme as necessidades.</p> <p>100% realizado</p>
Recolha e Organização de Documentação		
<p>Assegurar que a Presidência da República tem os documentos bem codificados e organizados a fim de serem conservados como património da Nação.</p>	<p>Recolha e organização de dados dos serviços da Presidência da República e informatização de base de dados.</p>	<p>Existência de uma base de dados/documentação, codificação de documentos/dossiers, produção de um catálogo de todos os documentos existentes, Organização de arquivo, identificação do método para informatização dos documentos e aquisição de equipamentos e software para informatização dos documentos.</p> <p>75 % realizado</p>
Providenciar a Gestão Administrativa com maior eficácia e eficiência		
<p>Garantir o apoio técnico operacional ao Presidente da República e o bom funcionamento das instituições ou</p>	<p>Apoiar, mobilizar e implementar técnica e administrativamente todas as actividades inerentes à Presidência da República, em termos financeiros, de aprovisionamento, de Recursos humanos,</p>	<p>Existência de uma administração desenvolvida que garanta a execução das actividades da Presidência da República.</p>

sectores existentes na Presidência da República para o alcance dos objectivos previamente planeados.	Informática e documentação da Presidência da República. Continuação da capacitação dos funcionários públicos da PR em todas as áreas como Finanças, Recursos Humanos, Logística, Aprovisionamento, etc. Recrutamentos de novos funcionários para preenchimentos de vagas previstas no perfil da PR e compra de novos equipamentos para IT e outros.	Garantir o apoio e o bom funcionamento das instituições na Presidência da República. Funcionários capacitados ou formados para a melhora do funcionamento das instituições/PR. 100% realizado
Apoio da Primeira Dama ao Presidente da República		
Assegurar à Primeira Dama os meios necessários para garantir o apoio pertinente ao PR na execução das suas funções.	Deslocações ao estrangeiro, aos Distritos, Sub-distritos e áreas remotas, quer acompanhando o Presidente da República ou individualmente.	Criar e/ou consolidar bases para garantir a continuidade no desenvolvimento das actividades da Presidência da Republica ao longo do mandato do Presidente da República. 100% realizado
Reabilitação do jardim frontal do Palácio Presidencial		
Condicionar um espaço que permita a participação da população nas cerimónias nacionais, facilitando a deposição das flores e show cultural nas referidas cerimónias. Também disponibilizar o melhor acesso às paradas militares.	Reabilitação do pátio frontal do Palácio Presidencial munido com a construção de um monumento aos heróis nacionais e um palco de uso variável (serga guna).	Pátio frontal do Palácio Presidencial reabilitado/construído, munido de um monumento heróico e um palco para diferentes eventos. 100% realizado
Construção da casa de RX no portão lateral do Palácio Presidencial		
Garantir e assegurar uma segurança credível quer da pessoa do Presidente da República quer da Presidência da República no seu todo.	Construir um edifício/posto de segurança moderno munido de assessores de segurança adequados.	Estabelecimento de um posto de segurança altamente equipado e moderno. 100% realizado
Construção de muro de segurança na residência do Presidente da República (Metaut).		
Garantir e assegurar uma segurança que proteja a pessoa do Presidente da República e da família.	Construção do muro em redor da residência do Presidente da República, munido de sistema de segurança CCTV e iluminação.	Muro construído com sistema de segurança e iluminação adequada. 100% realizado
Administração do Pós-CAVR		
Administrar serviços em geral	Coordenação efectiva com as divisões interna e externa.	Cada divisão terá o seu programa fixo entre o 1º e o 4º trimestre
Manutenção e reconstrução do edifício ex. Comarca Balide		
Manter e assegurar o bom funcionamento dos serviços em geral.	Reconstruir posto segurança, jardim e o edifício da ex-Comarca de Balide.	Assegurar todas as facilidades e os documentos no 2º trimestre Garantia de procedimento para as Instituições que utilizam ex.

		Comarca Balide entre o 1º e o 4º trimestre
	Dar assistência / acesso ao público.	Local mais seguro para promover a paz e os direitos humanos.
Educação, Media e Publicações		
Usar o relatório Chega! para desenvolver a matéria histórica	Dar apoio técnico a Instituições relevantes. Disseminar a exibição de “Chega”; exibição móvel e filmagem "Dalan Ba Dame" (DBD).	A historia de conflito do capítulo 3 do relatório “Chega” Versão popular, para Educação formal e informal: 1º-4º trimestre. Circulação exibição nos distritos 10 vezes: 2º-4º trimestre
Alargar o acesso ao relatório Chega!	Organizar visitas à Comarca onde está presente a exibição “Chega!”	Nº de participantes da exibição Chega! nas 10 acções com diferentes Organizações: 1º-4º trimestre
	Transmissão directa pelo rádio e televisão	Programa de rádio transmitido 12 vezes e exclusivo no TVTL 2 vezes 1º-4º trimestre.
Publicação do relatório Chega!	Publicar o relatório Chega! em Inglês. Publicar a História do conflito em Português. Publicar postais da história.	1500 exemplares publicados do relatório Chega! em inglês, 250 da Historia de Conflito e 20 postais 2º-3º trimestre.
	Lançamento e distribuição do relatório Chega! em inglês.	Comunidade Internacional tem acesso a relatório Chega! 2º-4º Trimestre.
	Negociação para imprimir o livro em Português e Tétum.	Disseminar as publicações junto da Comunidade Países Língua Portuguesa (CPLP).
Arquivo, Centro Documentação		
Identificar os sobreviventes reportados pela CAVR	Recolher os dados dos mortos e desaparecidos durante o mandato CAVR	Listas dos sobreviventes concluída: 1º-4º trimestre
Promover a Biblioteca	Completar os títulos dos livros, colecção de jornais e documentos relevantes. Facilitar acesso à Internet e completar catálogo.	1500 livros com vários títulos disponíveis na biblioteca e 100 visitantes em cada mês
Assegurar o Arquivo	Manter os documentos em ordem conforme a categoria para o futuro.	10.000 documentos em várias categorias disponíveis 1º-4º trimestre.
	Transferir os documentos Áudio para CD.	8000 CD resultado de gravação das vítimas 3º-4º trimestre.
Capacitação		
Garantir a qualidade do serviço.	Capacitação de língua Portuguesa e Inglesa.	Funcionários com conhecimento para facilitar comunicação e administração 1º-4º trimestre.

Parlamento Nacional

Papel

O Parlamento Nacional é o órgão de soberania, representativo de todos os cidadãos timorenses, com poderes legislativos, de fiscalização e de decisão política. Compete ao Parlamento legislar nas matérias da sua competência, aprovar o orçamento geral do Estado, deliberar sobre o respectivo relatório de execução e fiscalizar a execução orçamental. A iniciativa de revisão constitucional também pertence ao Parlamento. Tem ainda competência para ratificar a nomeação do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e a eleição do Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, Fiscal e de Contas, aprovar e denunciar acordos e a ratificar tratados e convenções internacionais. O Parlamento tem ainda competência exclusiva para conceder amnistias, dar assentimento às deslocações do Presidente da República em visitas de Estado, autorizar e confirmar a declaração do estado de sítio e do estado de emergência, e propor ao Presidente da República a sujeição a referendo de questões de interesse nacional.

O Parlamento exerce ainda uma competência de fiscalização relativamente à acção do Governo e da Administração Pública.

Como instituição democrática, o Parlamento representa a vontade do Povo e deve sustentar todas as suas expectativas, procurando dar resposta às suas necessidades e contribuir para a solução dos problemas nacionais.

Os recursos orçamentais e os planos de actividades do Parlamento visam reforçar as suas capacidades para o exercício das suas competências constitucionais, executar as suas funções de fiscalização, contribuir para a promoção da participação da sociedade civil nas actividades parlamentar e legislativa, tornando mais transparente o processo de decisão política e de fiscalização da acção governativa.

Orçamento

O Parlamento Nacional tem um Orçamento de 15,194 milhões de dólares para o ano de 2013.

Orçamento Fontes Combinadas
Parlamento Nacional (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	10,015	15,569	15,194	14,994	15,659	16,285	16,936
Recorrentes	9,234	11,337	12,374	13,123	13,713	14,261	14,831
Salários e Vencimentos	3,489	4,095	4,273	4,267	4,438	4,615	4,800
Bens e Serviços	5,745	7,242	7,665	8,402	8,803	9,155	9,521
Transferências Públicas	-	-	436	453	472	490	510
Capital	781	4,232	2,820	1,871	1,946	2,024	2,105
Capital Minor	781	4,182	2,720	1,715	1,784	1,855	1,929
Capital Desenvolvimento	-	50	100	156	162	169	175
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	2,000	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	2,000	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	10,015	17,569	15,194	14,994	15,659	16,285	16,936
Recorrentes	9,234	13,337	12,374	13,123	13,713	14,261	14,831
Capital	781	4,232	2,820	1,871	1,946	2,024	2,105

Perfil de Funcionários

O Parlamento Nacional no período de 2013/2017 tem uma estimativa de força de trabalho de cerca de 209 pessoas. Para o ano de 2013 aloca 209 pessoas, composto por 126 funcionários permanentes e 83 vagas por preencher de 2012. Significa que não prevê força de trabalho para período seguinte.

Parlamento Nacional											
Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministério	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G				
Funcionarios Publicos Actuais	0	3	33	23	24	17	26	126	209	Director Geral	4
Agente da Administracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0		Inspector Geral	0
Vagas por preencher 2012	0	14	35	26	7	1	0	83		Director Nacional	3
Nova proposta de vagas 2013/2017	0	0	0	0	0	0	0	0		Director Distrital	0
Total Força de Trabalho	0	17	68	49	31	18	26	209		Chefe Departamento	0
										Chefe Seccao	0
										Sec.Geral	0

Plano Anual do Parlamento Nacional para 2013

Contribuir para um escrutínio eficaz e competente das propostas e projectos de leis apresentadas ao Parlamento Nacional, e realizar uma efectiva fiscalização da acção do Governo e desempenhar com eficácia as suas funções de representação		
Assegurar uma melhoria qualitativa dos projectos e propostas de lei e garantir a participação da sociedade civil e dos cidadãos no processo legislativo.	»Sessões de trabalho para análise das propostas e projectos de lei »Seminários e conferências sobre os temas das iniciativas legislativas.	»Leis com matérias de interesse público submetidas a debate e melhoradas antes da aprovação pelo Parlamento »Número de sessões de trabalho sobre propostas e projectos de lei. »Número de seminários e conferências (13 distritos)
	Audiências públicas em todo o país	»Contributos da sociedade civil ajudam a aproximar a visão dos governantes da do público »Número de audiências públicas sobre propostas e projectos de lei (13 distritos)
Melhorar a comunicação e a cooperação institucional com os demais órgãos do Estado para uma mais efectiva fiscalização do Governo	Encontros e reuniões entre as Comissões e os Ministérios, Secretarias de Estado e Direcções Nacionais	»Realizar uma efectiva fiscalização da acção do Governo, para garantir transparência e prestação de contas »Número de reuniões de Comissões com Ministérios, Secretarias de Estado e outros órgãos do Estado
Garantir que as comissões funcionam como um dos canais de comunicação entre o Parlamento e as populações locais, fiscalizam no terreno a acção e os resultados da actividade do Governo	Visitas locais para contacto com as populações, autoridades locais, responsáveis distritais e observação de projectos e programas do Governo	»Melhor percepção do impacto real das políticas públicas, programas e projectos do Governo »Número de relatórios de visitas locais, vis-a-vis número de visitas »Número de relatórios submetidos ao Plenário »Número de relatórios remetidos ao Governo para resposta
Reforçar a capacidade dos Deputados em matérias relacionadas com o papel e funcionamento do Parlamento, políticas públicas incluídas no Programa do Governo e outros temas de relevância actual	Seminários, workshops e visitas de estudo para Deputados e Comissões.	»Os Deputados compreendem melhor os assuntos sobre os quais têm que decidir no exercício das suas funções e responsabilidades »Relatórios das visitas de estudo são discutidos nas Comissões e no Plenário
Promover a democracia parlamentar através do reforço da capacidade das bancadas parlamentares e da efectividade do seu desempenho		
Melhoria do desempenho das Bancadas Parlamentares no cumprimento do seu papel, exercendo mais efectivamente os	Garantir meios financeiros para o trabalho das bancadas parlamentares	»As Bancadas Parlamentares exerçam mais efectivamente os seus poderes regimentares e contribuem para o reforço da democracia parlamentar

seus poderes e prerrogativas regimentares		<ul style="list-style-type: none"> »Número de resoluções e deliberações submetidas »Número de Projectos de Lei »Número de instrumentos de fiscalização política utilizados
Assegurar a orientação estratégica do desenvolvimento institucional do Parlamento Nacional. Aumentar a eficiência da administração parlamentar, promover a melhoria do exercício das competências do Conselho de Administração e a supervisão da acção do Secretariado-geral		
Dotar o Parlamento Nacional de um instrumento orientador da sua estratégia de desenvolvimento institucional	Rever, actualizar e adoptar formalmente o projecto de Plano Estratégico do Parlamento Nacional	<ul style="list-style-type: none"> »Discussão do projecto e Aprovação formal do Plano Estratégico e início da sua implementação »Capacidade reforçada ao nível das funções legislativas »Escrutínio mais efectivo da acção governamental »Melhor diálogo entre Deputados e o público »Apoio à administração parlamentar
Melhorar o desempenho do Conselho de Administração (CdA) no exercício eficaz do seu papel	O CdA reúne-se mensalmente, dá orientações estratégicas e o CdA pede e recebe contas e relatórios do Secretário-geral	<ul style="list-style-type: none"> »Parlamento Nacional dotado dos meios, funcionários e serviços de que necessita para desempenhar as suas funções »Parlamento Nacional a funcionar de forma eficaz e Deputados capazes de desempenhar as suas funções
Melhorar o planeamento de actividades, sua execução e monitorização	Elaborar planos de actividades do Parlamento Nacional e do Secretariado, monitorizar a sua implementação, através de relatórios trimestrais e anuais de execução.	<ul style="list-style-type: none"> »Níveis de execução das actividades e do orçamento mais elevados »Número de Divisões que relatam trimestralmente »Percentagem de actividades executadas
Assegurar uma actuação eficaz do Parlamento Nacional nas relações internacionais e diplomacia parlamentar		
Assegurar o cumprimento das obrigações internacionais e exercer uma diplomacia parlamentar eficaz	Participação de delegações parlamentares nas reuniões inter-parlamentares e viagens diplomáticas.	<ul style="list-style-type: none"> Reuniões inter-parlamentares e viagens diplomáticas Contactos e relações bilaterais reforçados
Prestar serviços de qualidade aos Deputados, Plenário, Comissões parlamentares e outros órgãos do Parlamento Nacional		
Implementar e monitorizar a implementação do Plano Anual de Actividades do Secretariado-Geral	Conceber e executar mecanismo de monitorização e avaliação da execução do Plano Anual de Actividades do Secretariado-Geral	<ul style="list-style-type: none"> »Os mecanismos de monitorização do Plano Anual de Actividades instituídos e implementação iniciada »Mecanismo criado »Nº de reuniões de coordenação »Nº de relatórios de execução dos planos

Capacitação in-house dos funcionários em matérias relacionadas com o conteúdo funcional dos seus cargos	Cursos e acções de formação teórico-prática, prestados por assessores internacionais e outros	<ul style="list-style-type: none"> »Melhoria dos conhecimentos técnicos e competências profissionais »Número de acções de formação prática (por posição e por divisão)
Exposição dos funcionários a experiências de outros países e ao intercâmbio técnico-profissional	Visitas de estudo ao estrangeiro	<ul style="list-style-type: none"> »A observação da experiência de outros parlamentos promove a inovação de métodos de trabalho »Número de visitas de estudo ao estrangeiro (por área de competência técnica)
Elevação da qualificação académica dos funcionários, principalmente através de formação pós-graduada	Programa de Cursos de Pós-graduação no exterior.	<ul style="list-style-type: none"> »Qualidade técnica dos das pesquisas e análises substancialmente melhorada »Nº de funcionários enviados para cursos de pós-graduação. »Índice de satisfação dos Deputados
Introduzir e/ou implementar um sistema que avaliação de desempenho baseado em resultado; Elevar a motivação dos funcionários	<ul style="list-style-type: none"> »Desenvolver um plano de carreiras para funcionários »Aumentar as qualificações das chefias em liderança e gestão »Divulgar os objectivos das Divisões e Direcções entre os funcionários. »Estabelecer planos anuais individuais de trabalho e monitorar a sua execução 	<ul style="list-style-type: none"> »Os funcionários têm maior motivação para o trabalho porque conhecem bem os objectivos das suas unidades orgânicas e estão conscientes dos resultados que eles são »Plano de carreira elaborado e proposto »Número de pessoal de direcção e chefia que participaram nos cursos »Planos anuais das divisões apresentados e discutidos com os funcionários »Planos individuais de trabalho de todos os funcionários elaborados e aprovados pelos chefes
Garantir assistência técnica especializada aos trabalhos do Parlamento Nacional	Contratação de assessoria técnica especializada para apoiar os órgãos do Parlamento no desempenho das suas funções	<ul style="list-style-type: none"> »O Parlamento Nacional desempenha satisfatoriamente as suas funções constitucionais e legais »Percentagem de vagas preenchidas »Índice de satisfação dos Deputados com o serviço prestado »Avaliação de desempenho pelos supervisores e contrapartes
Assegurar a produção de actas das sessões plenárias do Parlamento Nacional e a publicação do Jornal do Parlamento Nacional	Estabelecimento da unidade de transcrição e redacção, através da: (a) incorporação dos redactores em fase final de formação; (b) produção de termos de referência, procedimentos e manuais operacionais para o serviço de transcrição e redacção; (c) aquisição de mobiliário e equipamento informático	<ul style="list-style-type: none"> »O Parlamento Nacional possui actas das sessões plenárias. »O Parlamento Nacional publica o seu jornal, com os actos determinados pela LOFAL »Número de actas contra o número de sessões plenárias realizadas. »Tempo de produção e publicação das actas. »Jornal do Parlamento publicado com a periodicidade estabelecida

Dotar o Parlamento Nacional de infra-estruturas, equipamentos e meios materiais conducentes a um desempenho mais efectivo das suas funções de legislação, fiscalização e representação		
Criar todas as condições infra-estruturais necessárias ao bom funcionamento do Parlamento Nacional	Construção do novo edifício de Parlamento Nacional	<ul style="list-style-type: none"> »Construção do novo edifício iniciada »Concurso internacional para a construção do novo edifício lançado e concluído »Obra adjudicada
Continuar os trabalhos de renovação estética e funcional dos recintos exteriores do edifício do Parlamento Nacional	Renovação do parque de estacionamento e jardins do Parlamento Nacional	<ul style="list-style-type: none"> »Disciplinar, tornar mais eficiente e confortável a utilização do parque de estacionamento do Parlamento nacional »Lugares cativos para os Deputados devidamente sinalizados »Regras estabelecidas para utilizadores sem lugares cativos
Continuação da construção do parque informático do Parlamento Nacional	Aquisição de equipamento e programas informáticos	O parque informático responde às necessidades actuais do PN
Continuar a renovação da frota de veículos operacionais do Parlamento Nacional	Aquisição de veículos para o Secretário-geral e escolta do Presidente e Vice-presidentes do Parlamento Nacional	<ul style="list-style-type: none"> »Redução das despesas de combustível e manutenção das viaturas »Redução dos riscos de acidente »Índice de redução de despesas com combustíveis »Índice de redução de despesas com manutenção da frota
Elevar a sensibilidade e a compreensão para a construção de consensos entre os membros do Grupo de Mulheres Parlamentares de Timor-Leste e Deputados do Parlamento para promover a importância da abordagem integrada do género no Parlamento		
Sensibilizar e desenvolver a capacidade do GMPTL de modo a promover a abordagem integrada do género no Parlamento Nacional	Reforçar a organização e o funcionamento do GMPTL para promover a sensibilização dos deputados e do público através de informação, campanhas nos media e consultas pública	<ul style="list-style-type: none"> »Deputados e público mais sensíveis às questões da igualdade de géneros. »Deputados sensibilizados para a igualdade de géneros aquando dos seus trabalhos de legislação, orçamento e análise das políticas públicas »Número de encontros regulares do GMPTL. »Número de boletins da GMPTL produzidos e disseminados a nível nacional e regional. »Número de acções de capacitação para membros do GMPTL e Deputados sobre a abordagem integrada do género. »Número de actividades de celebração do dia internacional e do dia nacional das mulheres.

Prestar assessoria e parecer ao Parlamento em relação à utilização do Fundo Petrolífero para financiamento do OGE, em obediência ao estatuído na Lei do Fundo Petrolífero		
<p>Assegurar que o Parlamento beneficia de uma opinião isenta, imparcial e competente, que reflecta a percepção dos cidadãos</p> <p>Assegurar que os cidadãos timorenses têm acesso à informação e participam nos assuntos relacionados com as suas necessidades e prioridades sobre a utilização do Fundo Petrolífero</p>	<p>»Encontros Regulares do Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero (CCFP).</p> <p>»Documentação e informação disponível ao público sobre o Fundo Petrolífero</p> <p>»Preparação de pareceres para o Parlamento Nacional</p>	<p>»Sensibilização e disseminação da informação e educação do público sobre o Fundo Petrolífero.</p> <p>»O Parlamento beneficia de opinião isenta, imparcial e competente sobre a utilização do Fundo Petrolífero</p> <p>»Documentos e relatórios sobre os pareceres elaborados pelo CCFP submetidos ao Parlamento Nacional e distribuídos ao público</p>
Assegurar o funcionamento efectivo do Conselho de Fiscalização do Serviço de Inteligência		
<p>Assegurar os meios necessários ao cumprimento das atribuições legais do Conselho de Fiscalização do Serviço de Inteligência</p>	<p>Prover o Conselho de Fiscalização dos Serviços de Inteligência de meios financeiros e materiais para o cumprimento das suas funções</p>	<p>»O CFSI cumpre as suas obrigações legais.</p> <p>»Número de reuniões internas</p> <p>»Número de encontros com agências de inteligência.</p> <p>»Número de actos de fiscalização.</p>

Primeiro-Ministro

Papel

O Primeiro-Ministro como Chefe do Governo é órgão de soberania responsável pela condução e execução da política geral do País e o Órgão superior da Administração Pública.

Assim, para o ano de 2013, o Gabinete do Primeiro-Ministro irá continuar a ter como principal prioridade zelar pelo cumprimento dos objectivos e tarefas a que o Governo se propôs realizar, adoptando as medidas necessárias e coordenando os vários domínios de actividades governamental que garantam a estabilidade e o desenvolvimento nacional.

Orçamento

O Gabinete do Primeiro Ministro tem um Orçamento de 105,496 milhões de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas
Primeiro-Ministro (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	34,214	51,485	105,496	106,151	106,845	107,554	108,303
Recorrentes	6,023	20,957	26,915	27,296	27,698	28,109	28,544
Salários e Vencimentos	456	1,215	842	876	911	947	965
Bens e Serviços	5,567	7,842	10,123	10,470	10,836	11,211	11,607
Transferências Públicas	-	11,900	15,950	15,950	15,951	15,951	15,952
Capital	28,191	30,528	78,581	78,855	79,147	79,445	79,759
Capital Minor	1,547	440	959	982	1,011	1,038	1,069
Capital Desenvolvimento	26,644	30,088	77,622	77,873	78,135	78,407	78,691
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	1,293	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	1,293	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	34,214	52,778	105,496	106,151	106,845	107,554	108,303
Recorrentes	6,023	22,250	26,915	27,296	27,698	28,109	28,544
Capital	28,191	30,528	78,581	78,855	79,147	79,445	79,759

Perfil de Funcionários

O Gabinete do Primeiro-Ministro no período de 2013/2017 tem uma estimativa de força de trabalho de cerca de 225 pessoas. Para o ano de 2013 aloca 204 pessoas, composto por 149 funcionários permanentes, 18 agentes da administração pública e 98 vagas por preencher de 2012. Significa que 21 pessoas são fornecidas para o período seguinte.

Gabinete do Primeiro Ministro											
Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministerio	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G				
Funcionarios Publicos Actuais	3	13	31	35	36	27	4	149	204	Director Geral	2
Agente da Administracao Publica	0	0	5	0	8	5	0	18		Inspeor Geral	0
Vagas por preencher 2012	0	7	14	1	9	4	2	37		Director Nacional	10
Nova proposta de vagas 2013/2017	7	1	7	1	5	0	0	21		Director Distrital	0
Total Força de Trabalho	10	21	57	37	58	36	6	225		Chefe Departamento	14
										Chefe Seccao	7

Plano Anual do Gabinete do Primeiro-Ministro para 2013

Apoiar o Primeiro-Ministro nas suas funções de chefia do Governo e coordenação das políticas gerais do País		
Realizar actividades de apoio às visitas oficiais, cerimónias e celebrações (eventos) nacionais e deslocações ao estrangeiro	Visita de trabalho do Primeiro-Ministro aos distritos para coordenação das políticas de descentralização e preparação da criação dos municípios	»Visitas realizadas com sucesso »Número das visitas realizadas conforme o programa planeado
	Visitas oficiais e de trabalho do Primeiro-Ministro ao estrangeiro no sentido de reforçar a boa relação entre Timor-Leste e outros países	»Visitas realizadas com sucesso »Número das visitas realizadas conforme o programa planeado
	Participação do Primeiro-Ministro nas reuniões, cerimónias e comemorações que têm impacto no desenvolvimento do país	»Primeiro-Ministro participou nas reuniões, comemorações e cerimónias
Consolidação dos Programas do Gabinete do Primeiro-Ministro	»Propor políticas de forma a promover a cultura de integridade, zelo e profissionalismo no GPM »Finalizar a Orgânica do GPM e implementar os serviços »Desenvolver os sistemas operacionais e de gestão administrativa »Estabelecer a Inspeção-Geral do GPM	»Programas e serviços fortalecidos e melhorados »Orgânica estabelecida e implementada e serviços a trabalhar com mais eficiência e melhor cooperação »Sistemas e procedimentos implementados »Fiscalização, avaliação e auditorias efectuadas (2 x ano) a todos os serviços do GPM
Estabelecer uma nova direcção para apoiar a Sociedade Civil	Melhorar a implementação das actividades da Sociedade Civil	»Sistemas e procedimentos estabelecidos e melhorados »Fundos atribuídos à Sociedade Civil processados com mais eficiência e transparência
Melhorar o planeamento, monitorização e reporte de todo o Governo	»Capacitar as linhas ministeriais sobre o processo e planeamento e melhorar o processo de orçamento, com a devida articulação entre Planos Anuais e Orçamento, em colaboração com o Ministério das Finanças »Capacitar as linhas ministeriais sobre o processo de monitorização e reporte e preparação dos relatórios trimestrais e anuais para ser enviado ao Parlamento Nacional	»Linhas Ministeriais capacitadas sobre planeamento e monitorização e reporte de actividades »Coordenação, análise e elaboração dos Planos Anuais e Relatórios Trimestrais (Planos Anuais para 2014 e Relatórios trimestrais 2013) »Produção do Livro nº 2 do OGE para 2014 »Produção do Relatório de Actividades do Governo, relativo ao ano de 2013
Apoiar as reformas de boa governação	Implementar políticas de boa governação a nível transversal e apoiar as instituições que garantem a boa governação como a Comissão da Função Pública, a Comissão Anti-Corrupção, a IGE, a Câmara de Contas e outras	»Critérios de boa governação e transparência instituídos em todo o Governo
Desenvolvimento dos recursos humanos e melhoria da capacidade institucional	Curso de requalificação de melhoria de competências	11 Funcionários frequentaram o curso (6 homens e 5 mulheres)
	Curso técnico de secretariado	4 Funcionários (2 mulheres e 2 homens) formados área de secretariado técnico)
	Curso de contabilidade	5 Funcionários (3 homens e 2 mulheres) formados na área de contabilidade.
	Estudo de comparativos na área de administração e finanças em Portugal.	2 Funcionários participaram em estudos comparativos em Portugal
	Curso de protocolo	4 Funcionários (2 mulheres e 2 homens) formados na área de protocolo

	Curso de IT	2 Funcionários (2 homens) elevam os seus conhecimentos na área de informática
	Curso de gestão de documentação e arquivo	2 Funcionários elevam os seus conhecimentos na área de gestão de documentação e arquivo.
	Curso de língua portuguesa	4 Funcionários elevam o seu conhecimento na área linguística portuguesa.
	Recrutamento de novos funcionários	»Preparação dos termos da referência e publicação ao público concluído no 1 ^o trimestre de 2013 »Processo de recrutamento concluído no 2 ^o trimestre de 2013. »Recrutados 15 funcionários públicos (6 homens e 6 mulheres)
Apoiar o Vice-Primeiro-Ministro na supervisão da política geral das áreas de governação com cariz social		
Assegurar o apoio técnico especializado aos Membros do V Governo	Identificação das necessidades e de apoio técnico relevante às áreas de cariz eminentemente social em todo o Governo e reestruturação do GVPM e sua orgânica para ser mais funcional e adaptado às necessidades reais Concepção da estrutura orgânica adequada, integrando a unidade jurídica, de política legislativa e de cooperação; Elaboração do organigrama, conteúdos funcionais e regulamentos internos relevantes; Aquisição de equipamento e materiais necessários; Articulação com o Gabinete do Primeiro-Ministro; Elaboração de uma Estratégia Integrada de Comunicação Relações Públicas e Educação Cívica para as áreas relevantes	»Documentos conceptuais elaborados e propostas técnicas submetidas à aprovação dos Membros do Governo »Unidades orgânicas estabelecidas »Pessoal nomeado e ou contratado para assegurar o apoio técnico nas áreas de desenvolvimento social »Apoio técnico assegurado »Material de Comunicação, Informação e Educação Cívica elaborado »Divulgação de políticas e iniciativas iniciadas ou em curso
Desenvolver linhas de acção e objectivos estratégicos para as políticas públicas na área dos Assuntos Sociais	Elaboração de estudos e pareceres preparatórios à definição de programas e Iniciativas Sociais de Género e programas relevantes a desenvolver no âmbito da responsabilidade social	»Documentos conceptuais elaborados e propostas técnicas submetidas à aprovação do Membro do Governo. »Programas iniciados e ou em curso »Projectos legislativos concluídos ou em curso, dentro do previsto no plano de acção legislativa
Definição dos programas a desenvolver no quadro do Programa Nacional de Reparações (CVA e CAVR)	Elaboração dos projectos legislativos relevantes e de programas, com o início da respectiva implementação	»Documentos conceptuais elaborados e propostas técnicas submetidas à aprovação do Membro do Governo; »Programas iniciados ou em curso
Assegurar a definição de um programa coerente, eficaz e integrado para a Cooperação Internacional nas áreas Sociais	Levantamento dos acordos e protocolos vigentes para as áreas relevantes; Definição de critérios de eficácia, eficiência e coerência para a cooperação; e Elaboração de um programa eficiente, eficaz e integrado para a cooperação internacional;	»Documentos conceptuais elaborados e propostas técnicas submetidas à aprovação do Membro do Governo; »Programa de Cooperação Internacional elaborado; »Programas iniciados ou em curso;

Assegurar a coordenação governativa no âmbito dos Ministérios da Educação, Saúde e Solidariedade Social	Acompanhamento e monitorização da implementação dos programas e actividades desenvolvidas no âmbito ministerial, com a realização das respectivas agendas, reuniões periódicas ministeriais e identificação das necessidades e adequado reajuste em conformidade com as melhores práticas de implementação de políticas nestes sectores	»Recolha e análise de informação »Análise técnico-jurídica »Actividades avaliadas; »Estudos e pareceres concluídos; »Agendas preparadas; »Apoio técnico à coordenação efectivo; »Levantamento efectuado »Anteprojectos iniciados e ou em curso; »Alterações legislativas iniciadas ou em curso; »Programas iniciados e ou em curso
Assegurar a supervisão da política geral e actividades das Secretarias de Estado da Juventude e do Desporto (SEJD), para a Política de Formação Profissional e Emprego SEFOPE) e para a Promoção da Igualdade (SEPI)	Coordenação política e técnica com o Gabinete do Ministro da Presidência do Conselho de Ministros; Apoio à concepção, execução e avaliação das políticas definidas pelo Conselho de Ministros; Acompanhamento e monitorização da implementação dos programas e actividades desenvolvidas no âmbito das Secretarias de Estado e realização das respectivas agendas, reuniões periódicas e identificação das necessidades e adequado reajuste em conformidade com as melhores práticas de implementação de políticas nestes sectores, incluindo a elaboração do plano legislativo, em articulação com as Secretarias de Estado respectivas	»Medidas a implementar identificadas e definidas; »Apoio técnico assegurado; »Plano legislativo concluído; »Apoio à definição e concretização da agenda política e de trabalho.
Garantir a qualidade de todos os projectos do Governo através da Agência de Desenvolvimento Nacional		
Avaliar todos os projectos do Governo antes de iniciar os processos de aprovisionamento e adjudicação de contratos	Avaliar os projectos do Fundo das Infra-estruturas	Pelo menos 50 propostas do fundo das infra-estruturas avaliados e submetidas à Comissão de Aprovisionamento Nacional (CAN)
	Avaliar os projectos do fundo de Capital de Desenvolvimento alocados nos ministérios e Secretarias de Estado	Pelo menos 50 propostas do fundo de capital de desenvolvimentos avaliados e enviados para o respectivo Ministério e Secretarias de Estado para começar o processo de aprovisionamento.
	Avaliar os projectos de capital de desenvolvimento do PDID	Pelo menos 600 propostas de PDID avaliados pela ADN
	Avaliar os projectos de capital de desenvolvimento para os Sucos (PNDS)	Pelo menos 300 propostas do PDL avaliados pela ADN
	Avaliar os projectos de capital de desenvolvimento para projectos de Emergências	Todos os projectos das Emergências avaliados pela ADN
	Avaliar o programa de Emprego Rural e projectos Comunitários da SEFOPE	Pelo menos 200 propostas de SEFOPE avaliados pela ADN
Fiscalizar e certificar a qualidade dos projectos de capital de desenvolvimento	Fiscalizar e certificar a qualidade de projectos financiados pelo fundo das Infra-estruturas	»Todos os projectos das infra-estruturas fiscalizados pela ADN. »Número dos projectos certificados pela ADN.
	Fiscalizar e certificar a qualidade dos projectos financiados pelo	»Todos projectos das linhas ministeriais fiscalizados pela ADN.

	fundo de Capital de Desenvolvimento alocado aos Ministérios e Secretarias de Estado	»Número dos projectos certificados pela ADN.
	Fiscalizar e certificar a qualidade dos projectos do PDID	»Número dos projectos fiscalizados pela ADN »Número dos projectos certificados pela ADN.
	Fiscalizar e certificar a qualidade dos projectos de Desenvolvimento local (PDL)	»Número dos projectos fiscalizados pela ADN »Número dos projectos certificados pela ADN.
	Fiscalizar e certificar a qualidade dos projectos PNDS.	»Número dos projectos fiscalizados pela ADN »Número dos projectos certificados pela ADN.
	Fiscalizar e certificar a qualidade dos projectos de emergência	»Números dos projectos fiscalizados pela ADN »Número dos projectos certificados pela ADN.
	Fiscalizar e certificar a qualidade dos projectos do programa Emprego Rural e projectos Comunitárias de SEFOPE	»Número dos projectos fiscalizados pela ADN »Número dos projectos certificados pela ADN.
Estabelecimento da Unidade de Gestão e Implementação do Plano de Desenvolvimento Integrado Distrital (UGIPDID)	Criação do enquadramento legal e estabelecimento da UGIPDID	Decreto-Lei elaborado, discutido e aprovado em Conselho de Ministros
	Recrutamento dos novos funcionários para gerir e operacionalizar a UGIPDID	4 novos funcionários recrutados para gerir e operacionalizar a UGIPDID (H/M)
	Aquisição dos equipamentos necessários para operacionalização da UGIPDID	»Equipamentos adquiridos para permitir o funcionamento »Inspeções aos projectos iniciadas
Apoio na gestão de implementação do PDID nos distritos	Melhorar a gestão da implementação dos PDDI e PDDII nos distritos de Timor-Leste, incluindo a capacitação dos funcionários da ADN nos distritos	» Projectos de PDID com adjudicação de contratos »Técnicos da ADN formados nos distritos
Reforçar a capacidade dos departamentos da ADN	Recrutar 7 novos técnicos (2 para o Departamento de Avaliação do Mérito e Viabilidade dos Projectos, 1 para o Departamento de Fiscalização e Certificação de Qualidade dos Projectos, 2 para o Departamento do PDID e 2 para o Departamento do Programa MDG-Suco)	»Processo de publicação e recrutamento concluído durante 1 ^o trimestre de 2013. »7 Técnicos novos recrutados durante o 2 ^o trimestre de 2013.
	Aquisição dos equipamentos e outros bens necessários para a estruturação dos vários departamentos, com vista à consolidação da Agência de Desenvolvimento Nacional	Preparação documentos e processo de aprovisionamento concluído durante 1 trimestre de 2013. Equipamentos escritórios e veículos compradas e distribuídos aos departamentos durante 2 ^o trimestre de 2013.
	Formação especializada aos 16 técnicos dos vários departamentos técnicos	»4 Técnicos no Departamento de Avaliação do Mérito e Viabilidade dos Projectos formados. »4 Técnicos no Departamento de Fiscalização e Certificação de Qualidade dos Projectos formados »4 Técnicos no departamento de Departamento do PDID formados. »4 Técnicos no Departamento do Programa MDG-Suco formados.

Melhorar e consolidar a gestão do programa MDG dos Sucos		
Continuar a implementar o programa MDG dos sucos de forma a construir 55.000 em 5 anos, num processo de reordenamento comunitários das aldeias	Identificar o local para implementação do programa MDG dos sucos.	Local de implementação programas MDG's em todo o território identificado, durante o 1 ^o trimestre de 2013.
	Preparar o relatório sobre implementação dos programas MDG's	Relatório trimestrais preparados e apresentados durante o ano de 2013, incluindo a relatório anual
	Preparar o contrato para implementação do programa MDG's	Contrato preparado e o programa implementado conforme o contrato estabelecido.
	Produzir e divulgar informações sobre o programa MDG's através de Brochuras, Panfletos e Boletim.	» Levantamento de dados efectuado durante 1 ^o trimestre »Brochuras, Panfletos e Boletins produzidos e distribuídos ao público durante 2 ^o trimestre de 2013. »Número das Brochuras, Panfletos e Boletins produzidos.
Reforçar a Agência Desenvolvimento Nacional com vista à transformação em Agência de Política Económica e Investimento		
Fortalecer a capacidade, conhecimentos e recursos da ADN (com vista a, no futuro, ser transformada em Agência de Política Económica e Investimento)	Estabelecer 3 departamentos novos, um de Administração interna e Finanças, um de Monitorização e Avaliação e um de Media e Comunicação Social	»Departamentos estabelecidos e totalmente operacionais »Número de funcionários contratados (M/F)
Preparar o Road-Map para a criação da APEI (Agência da Política Economia e Investimento)	Construir uma equipa especializada para preparar a criação da APEI.	Equipa especializada constituída (n ^o . Homens /Mulheres)
Reforçar a cooperação entre ADN e os parceiros nacionais e parceiros internacionais.	Reforçar a comunicação e coordenação com todos os parceiros nacionais e internacionais	»Mecanismos de coordenação e comunicação estabelecidos »Número de mecanismos instituídos e respectivos resultados
Promover a participação das confissões religiosas no processo de desenvolvimento nacional através da Assessoria para a Sociedade Civil		
Apoiar os planos e actividades das organizações religiosas.	Preparar o MoU entre o Governo e três Dioceses (Diocese Díli, Baucau e Maliana) para a promoção de actividades de interesse público nacional	»MoU assinado entre governo e 3 dioceses e o fundo transferido no 1 ^o trimestre de 2013. »As actividades das dioceses realizadas com sucesso.
	Preparar o contrato com as confissões religiosas protestantes	10 Propostas recebem o apoio da Assessoria de sociedade Civil
	Preparar contrato com as confissões religiosas muçulmanas	Contrato preparada e assinado entre o Governo e confissão religiosa muçulmana
	Receber e avaliar as propostas das congregações das madres	»Processo de avaliação das propostas concluída no 1 ^o trimestre de 2013. »MoU assinados entre Governo e congregações no 2 ^o trimestre de 2013.

		»Actividades das congregações implementado conforme o contrato assinado.
Ampliação da Escola Comunidade Amigo de Jesus	Receber e avaliar as Propostas da Fundação Comunidade Amigo de Jesus	»MoU assinados entre Governo e Fundação Amigo de Jesus »Projecto da Ampliação foi Implementado
Construção da Igreja Paróquia Alas	Avaliar Proposta da Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Fátima Alas	MoU assinado entre Governo e Paróquia Alas
Construção da Ampliação Colégio Fatumaca	Receber e Avaliar as propostas do Colégio Salesiano Nossa Senhora de Fátima, Fatumaca	MoU assinados entre Governo e Colégio Salesiano, Fatumaca
Construção do Centro de Treinamento e Retiro	Receber e Avaliar as propostas da Paróquia de Manaturo	MoU assinados entre Governo e Paróquia Manatuto
Continuação Construção Novo Igreja no Gueleno Paróquia Ermera	Recebe o pedido e processar	MoU assinados entre Governo e Paróquia Ermera
Continuação da Construção Igreja Betano	Receber e Avaliar propostas da Paróquia Betano	MoU assinados entre Governo e Paróquia Betano
Construção e Muro para Irmãs Clarissas de Maliana	Receber e Avaliar as propostas da Irmãs Clarissas de Maliana	MoU assinados entre Governo e Irmãs Clarissas de Maliana
Construção de saneamento e sistema solar	Receber e Avaliar as Propostas da Paróquia Jumalai	MoU assinados entre Governo e Paróquia de Jumalai
Continuação da Reconstrução Igreja de Viqueque	Recebe o pedido e processar	MoU assinado entre Governo e Paróquia Viqueque para a Continuação da Reconstrução da Igreja de Viqueque
Estabelecimento de parcerias entre o Governo e Organizações da Sociedade Civil para o desenvolvimento nacional em todos os sectores através da Assessoria para a Sociedade Civil		
Apoiar os planos e actividades das organizações da Sociedade Civil.	Receber e avaliar as propostas das Fundações	»Processo de avaliação das propostas »30 Propostas das fundações seleccionados
	Preparar o contrato para as Fundações e outras Organizações da Sociedade Civil	Contrato preparada e assinado entre o governo e as fundações
	Receber e avaliar as propostas das associações	Processo de avaliação das propostas concluído
	Preparar o contrato para as associações	Contrato preparada e assinado entre o governo e as fundações
	Receber e avaliar as propostas das organizações Redes, Fórum e Umblela.	»Processo de avaliação das propostas concluído »30 Organizações recebem o apoio do Governo
	Preparar o contrato.	Contrato preparado e assinado entre o governo e as fundações
	Apoiar as organizações pequenas que estão em processo de construção.	»Processo de avaliação das propostas concluído 30 »Organizações recebem o apoio do Governo
Preparar o contrato.	Contrato preparada e assinado entre o governo e as organizações	

	Apoiar as agências independentes como CVTL, CCI e CNJTL	»Processo de avaliação das propostas concluído »CNTL,CCI e CNJTL recebem o apoio do Governo
	Preparar o contrato	Contrato preparada e assinado entre o governo e as fundações no 2º trimestre de 2013
Promover o sistema de informações do Estado com eficácia, eficiência e transparência e salvaguarda nacional do serviço Nacional de informações Timorenses (Serviço Nacional de Inteligência)		
Reforçar os serviços do SNI para melhorar a execução da sua missão.	Recrutamento de funcionários e implementação dos serviços de cada divisão e aumentar as fontes humanas nos 13 distritos até subdistritos com base na Lei do SNI N° 9/2008 e Decreto-Lei N° 3/2009).	»Recrutamento de 25 funcionários 13 Permanentes e 12 Contratados (H:20 e M:5). »Estrutura do SNI mais organizada e funcional para maior eficiência na prestação de informações.
Estabelecer a estrutura da cooperação.	Continuar a desenvolver a cooperação Bilateral, Regional e Multilateral	»Partilha de informação com agências bilaterais CPLP, SINFO, SIS/SIED, ABIN. »Asiático: BIN, Tailandês, Singapura, Coreia do Sul, Japão, Malásia/RD, Israel. Austrália: ASIS, ASIO, DIMIA, CTITP. Estados Unidos da América/FBI-CIA e outros).
	Continuar a desenvolver MoU com as Agência de Informação das Embaixadas acreditadas	»Partilha de informações com agência bilaterais como: Agência Brasileira de Cooperação (ABC) Brasil/ABIN, Austrália: ASIS- ASIO, Portugal: SIS/SIED, Indonésia/BIN, Malásia/RD, EUA/FBI-CIA.
	Identificar os tipos de ameaças à segurança nacional em todo o território)	»Os tipos de ameaça à segurança nacional identificados. »Realizados encontros por cada trimestre com instituições relevantes
Desenvolvimento dos recursos Humanos	Realizar o Curso de Análise de Informações)	»12 funcionários formados (10 Homens e 2 Mulheres) em pesquisa, análise e produção de informações »Continuidade de aperfeiçoamento em Díli, CPLP, Austrália e Asean.
	Realizar o Curso de Informática e Telecomunicações)	»8 funcionários formados (8 Homens em análise de informações com Hacker e cibernética). Em Díli, CPLP, Brasil/ABIN, Austrália e BIN/Indonésia).
	Realizar o Curso de Terrorismo e Contra Inteligência.	35 funcionários formados (33 Homens 2 Mulheres) em formação relevância com área pesquisa, vigilância, terrorismo e contra terrorismo). Em Díli, CPLP, Brasil/ABIN Austrália, BIN/Indonésia, UEA/CIA-FBI).
	Realizar o Curso de conhecimento Drogas e Psicotrópicos. (formação vai-se realizar com a cooperação Indonésia: BIN, Badan Narcótica Nacional/BNN Indonésia, Interpol, Austrália: ASIS, ASEAN, CPLP, EUA/CIA-FBI e outros.)	6 funcionários formados (6 Homens) em formação na área pesquisa, vigilância estática; monitorização de redes internacionais, regionais e nacionais de tráfico de drogas para detectar autores e organizações criminosas transnacionais.
	Realizar o Curso de Tráfico Ilegal de Seres Humanos. (formação vai-se realizar com a cooperação Indonésia: BIN, Interpol, Austrália: ASIS, ASEAN, CPLP, EUA/FBI e outros)	10 Funcionários formados (10 Homens) do terreno e escritório na área da pesquisa, vigilância a redes internacionais, regionais e nacional na circulação de tráfico humano através do porto, aeroporto e fronteiras terrestres e marítima para detectar autores e organizações criminosas transnacional sobre tráfico

		ilegal de seres humanos.
	Realizar o Curso migração ilegal (formação será realizada com a cooperação Indonésia: BIN, Interpol, Austrália: ASIS, ASEAN, CPLP, EUA/CIA-FBI e outros.)	10 Funcionários formados (10 Homens) em formação na área pesquisa vigilância a redes internacionais, regionais e nacional na circulação migrantes ilegais através porto, aeroporto e fronteira terrestre e marítima para detectar autor e organização criminosa transnacional sobre falsificação de passaporte e outros documentos, evitar tráfico ilegal (<i>people smuggling</i>) com utilização e violação de vistos ilegais como turista e de trabalho para cidadãos estrangeiros.
	Realizar o Curso de Fotografia (formação vai-se realizar com a cooperação Indonésia: BIN, Interpol, Austrália: ASIS, Brasil/ABIN, CPLP e outros.)	6 Funcionários formados (6 Homens) com formação na área pesquisa, vigilância com objectivo de adquirir conhecimento na utilização de matérias informáticos e fotográficos. Aprender a filmar documentos e reportagens.
	Curso de Documentação, Arquivo e Dados (formação vai-se realizar com cooperação com a Indonésia: BIN, Interpol, Austrália: ASIS, Brasil/ABIN, CPLP e outros).	10 Funcionários formados (7 Homens e 3 Mulheres) na área arquivamento de documentos com o objectivo de adquirir conhecimento na administração de dados para assegurar a utilização de matérias classificadas (relatórios informações ou dados de informações e dados patrimoniais do estado), garantindo o segredo e melhorando eficiência das informações.
	Curso de Liderança e Protocolar (formação será realizada com a cooperação Indonésia: BIN, Interpol, Austrália: ASIS, Brasil/ABIN, CPLP e outros).	15 funcionários formados (12 Homens e 3 Mulheres) em formação na área Liderança e Protocolo com objectivo de adquirir conhecimento baseado no comportamento, habilidade, liderança, disciplina, responsabilidade e profissionalismo para promover a qualidade do serviço que e a eficiência.
	Curso de Línguas (realização de programas bilaterais com cursos língua inglesa com Agências Bilaterais de Cooperação Austrália/ASIS iniciada em 2004 e até presente data)	15 Funcionários formados (12 Homens e 3 Mulheres) em formação na área linguística (Inglês e Português).
Promover uma cultura de Transferência, Responsabilidade e Boa Governação na Execução das funções da Administração Pública (Inspeção Geral do Estado)		
Promover a execução das actividades na Administração Pública com a transparência e responsabilidade, incentivando a obtenção de resultados com economia, eficiência e eficácia	Realizar Inspeções de rotina e extraordinárias nas Entidades Públicas dependentes do Governo	»Executar 6 Inspeções nos Ministérios e Secretarias de Estado que apresentem potenciais riscos de irregularidades e deficiências na sua gestão. »6 Relatórios finais aprovados pelo Inspector-Geral do Estado os quais serão apresentados ao Primeiro-Ministro e Instituição envolvida com as correspondentes recomendações para sua devida implementação.
Promover a correcta gestão dos recursos financeiros, orçamentais, materiais e humanos do Estado.	Realizar Auditorias de rotina e extraordinárias nas Entidades Públicas dependente do Governo.	»Executar 6 Auditorias nos Ministérios e Secretarias de Estado que apresentem potenciais riscos de irregularidades e deficiências na sua gestão. » 6 Relatórios finais aprovados pelo Inspector-geral do Estado os quais serão apresentados ao Primeiro-ministro e Instituição envolvida com as

		correspondentes recomendações para sua devida implementação.
Apurar a veracidade das alegações, queixas ou reclamações apresentadas contra os funcionários do Governo.	Realizar Investigações, Inquéritos, Exames Especiais e Averiguações sobre as alegações ou reclamações apresentadas.	»Executar 8 Investigações sobre alegações ou reclamações apresentadas nas Instituições do Governo, determinando-se a responsabilidade dos funcionários envolvidos. »8 Relatórios finais aprovados pelo Inspector Geral do Estado os quais serão apresentados ao Primeiro-Ministro e Instituição envolvida com as correspondentes recomendações para sua devida implementação.
Promover o treinamento e capacitação técnica dos funcionários de controlo para exercer com sucesso as suas funções de fiscalização e controlo nas Instituições Públicas.	Realizar 2 visitas de estudo para observar os mecanismos e procedimentos técnicos desenvolvidos sobre os serviços de auditoria e fiscalização em Portugal e Malásia	5 Funcionários técnicos capacitados nas áreas de Auditoria e Fiscalização
	Participação de Timor-Leste na VI Conferência Anual OECD da CPLP em São Tomé e Príncipe.	»4 Funcionários dirigentes da IGE que participaram nesta cimeira. »Obter experiências e conhecimentos técnicos das actividades de controlo dos Países da Língua Portuguesa – CPLP
	Realizar visita de estudo para observar os mecanismos e procedimentos técnicos desenvolvidos sobre os serviços de auditoria na Autoridade de Auditoria de Indonésia (BPKP e BPK, Jakarta Indonésia)	»7 funcionários técnicos superiores da IGE participarem nesta estudo. »Incrementar os conhecimentos e experiências de controlo e auditoria para sua aplicação em Timor-Leste
	Continuação do Plano Nacional de Treinamento em Auditoria para os funcionários de controlo da IGE em Jacarta-Indonésia.	Módulo Básico: Desenvolvimento de Procedimentos Técnicos de Auditoria Interna para Instituições do Governo. Aumento de conhecimentos teóricos e práticos de 12 funcionários técnicos da IGE. Módulo Intermédio: Desenvolvimento de Procedimentos Técnicos de Auditoria Interna para Instituições do Governo. Aumento de conhecimentos teóricos e práticos de 12 funcionários técnicos da IGE. Módulo Avançado: Desenvolvimento de Procedimentos Técnicos de Auditoria Interna para Instituições do Governo. Aumento de conhecimentos teóricos e práticos de 25 funcionários técnicos da IGE. Curso sobre “Procedimentos de Gestão Administrativa” (Sistema Financeiro, Recursos Humanos e Logística para Sector Público). Incrementar os conhecimentos e habilidades de 5 funcionários da Direcção Nacional de Administração e Finanças da IGE.
Desenvolvimento conjunto de actividades de Prevenção de má administração e corrupção no Governo (Workshops e disseminação de informações)	Execução de workshop conjunta (IGE,CAC,CFP) em Dili sobre “Boa Governação e prevenção da má administração nas Instituições do Governo”.	Participação de 50 funcionários dirigentes (Directores Gerais, Directores Nacionais e Chefes de Departamento). Incremento de conhecimentos e promoção da transparência e boa governação dos altos funcionários das Instituições do Governo.

	Execução de workshop conjunta (IGE,CAC,CFP) nos Distritos sobre “Boa Governação e prevenção da má administração nas Instituições do Governo”.	Participação de 50 funcionários distritais a nível nacional. Incremento de conhecimentos e promoção da transparência e boa governação dos funcionários das diversas Instituições do Governo descentralizadas nos Distritos.
Desenvolvimento da gestão dos recursos humanos e materiais da IGE.	Adquisição de bens, equipamentos e serviços necessários para assegurar a gestão das actividades de controlo e fiscalização que executa à IGE.	Assegurar os bens, equipamentos e serviços que requer a IGE para completar satisfatoriamente as suas funções de controlo e fiscalização nas Instituições do Governo. Provisão dos recursos materiais para todos os funcionários da IGE.
	Recrutamento de funcionários técnicos para completar com sucesso a implementação das actividades de controlo atribuídas à IGE.	Recrutados 37 novos funcionários.
Melhorar o sistema de Aprisionamento Nacional (Comissão de Aprovisionamento Nacional)		
Realizar os procedimentos de aquisição de projectos no âmbito do fundo de Infra-estrutura.	Preparar o plano de aquisição em coordenação com a Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN) e o Secretariado (MPS)	»O plano anual de aquisição é elaborado o mais tardar no primeiro trimestre do ano. »O plano deve definir os pacotes de contrato específicos a serem adquiridos e deadlines para completar o processo de aquisição
	Coordenar com o ADN e as linhas ministeriais (dono de projecto) a preparação dos documentos de concurso	Caderno de encargos deve ser finalizado duas semanas a contar a partir da emissão dos documentos técnicos da ADN (baseado na suposição que os documentos técnicos recebidos de ADN são completos e tecnicamente aceitáveis)
	Entrada de todos os dados relativos aos concursos para o sistema e lançamento do concurso em coordenação com o Ministério das Finanças.	O concurso é publicado no site do Ministério das Finanças e outros meios úteis no prazo de uma semana a partir da data em que os documentos do concurso foram finalizados
	Conduzir as actividades de aquisição que incluem a emissão de documentos de concurso, manutenção de registos de compras, responder a consultas de potenciais licitantes, recebimento de propostas, avaliação de propostas, elaboração de relatórios de avaliação de ofertas, negociação de contratos conforme o caso, recomendar a adjudicação do contrato e preparar acordo de contrato	Colheita deve ser realizada em conformidade com a lei dos contratos e concluída em acordo com os marcos programados, como por plano de aquisições
	Protestos analisados	Protesto deve ser resolvido dentro de uma semana a partir do momento que o protesto foi recebido
	Elaborar relatórios mensais e submeter ao CAFI	Relatório mensalmente apresentado ao CAFI
Realizar aquisições para seleccionar uma nova aquisição da empresa	Realizar a contratação de uma empresa de acordo com os requisitos da lei de aquisição	Lei concluída e a nova empresa mobilizou uma semana antes da data de expiração do contrato da empresa actual, Charles Kendallli (19 de Março de 2013)

Prestar assistência técnica a outros procedimentos de aquisição no âmbito das linhas ministeriais	Realizar actividades de aquisição que possam ser solicitadas pelas linhas ministeriais, incluindo de bens e serviços relacionados, a aquisição de obras ou serviços de consultoria	A assistência técnica é fornecida em tempo útil
	Reexame o relatório de avaliação da proposta que possa ser solicitada pelo ministério da linha.	A assistência técnica é fornecida em tempo útil
	Capacitação de funcionários da linha de ministério através do trabalho de formação ou entrega de oficina formal / formação conforme solicitado pelas linhas do Ministério	»Acções de formação realizadas »Funcionários dos ministérios capacitados
Pleno estabelecimento de organização do escritório da CAN	Finalizar a estrutura organizacional e as necessidades de pessoal	Estrutura organizacional e quadro de pessoal finalizado no 1 ° trimestre do ano
	Contratar novos funcionários e destacamento de funcionários pedido da linha de ministérios	Novos funcionários contratados no 1º trimestre de 2013 Funcionários transferidos dos outros ministérios desempenham totalmente as suas funções no 1º trimestre de 2013
	Capacitação do pessoal CAN através do trabalho de formação, sessões de coaching, ou oficina formal / treinamentos fornecidos por especialistas internacionais da empresa aquisição CAN	Acções de formações efectuadas Pessoal da CAN capacitados (H/M)
Fornecer assistência técnica para o escritório do distrito em apoio à descentralização	Fornecer aconselhamento ou revisão relatório de avaliação da proposta que possa ser solicitada pelo escritório do distrito	A assistência técnica do ministério é fornecida em tempo hábil
	Coordenar com agências relevantes envolvidas na descentralização para identificar as necessidades de formação relativa aos contratos para os escritórios distritais	Treinamento e avaliação concluídos
	Desenvolver um programa de treinamento e oferecer treinamento para equipe de aquisição dos escritórios distritais em coordenação com o Ministério das Finanças e outros ministérios envolvidos	A formação do pessoal das aquisições distrito começou por 2 ° trimestre do ano

Gabinete do Vice-Primeiro-Ministro, Coordenador dos Assuntos Sociais

Papel

O Vice-Primeiro-Ministro Coordenador dos Assuntos Sociais coadjuva o Primeiro-Ministro na supervisão da política geral das áreas de governação com cariz eminentemente social, assumindo responsabilidade específica sobre o trabalho e actividades das seguintes Secretarias de Estado integradas na Presidência do Conselho de Ministros.

- Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto
- Secretaria de Estado para a Política de Formação Profissional e Emprego
- Secretaria de Estado para Promoção da Igualdade

São delegados no Vice-Primeiro-Ministro Coordenador dos Assuntos Sociais, os poderes do Primeiro-Ministro de coordenação dos seguintes ministros, em tudo que refere à prestação de serviços:

- Ministro da Saúde
- Ministro da Educação
- Ministro da Solidariedade Social

Em caso de desastres naturais cabe ao Vice-Primeiro-Ministro Coordenador dos Assuntos Sociais a responsabilidade pela coordenação interministerial.

O Vice-Primeiro-Ministro coordena o Governo, nas ausências e impedimentos do Primeiro-Ministro sempre que assim seja por este designado.

Orçamento

O Vice-Primeiro-Ministro, Coordenador dos Assuntos Sociais tem um Orçamento de 1,137 milhões de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas
Vice Primeiro-Ministro, Coordenador dos Assuntos Sociais (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	9,555	792	1,137	1,183	1,229	1,279	1,330
Recorrentes	9,541	792	1,072	1,115	1,159	1,206	1,254
Salários e Vencimentos	158	152	175	182	189	197	205
Bens e Serviços	699	640	897	933	970	1,009	1,049
Transferências Públicas	8,684	-	-	-	-	-	-
Capital	14	-	65	68	70	73	76
Capital Minor	14	-	65	68	70	73	76
Capital Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	9,555	792	1,137	1,183	1,229	1,279	1,330
Recorrentes	9,541	792	1,072	1,115	1,159	1,206	1,254
Capital	14	-	65	68	70	73	76

Perfil de Funcionários

O Vice-Primeiro-Ministro no período de 2013/2017 tem uma estimativa de força de trabalho de cerca de 40 pessoas. Para o ano de 2013 aloca 40 pessoas, composto por 23 funcionários permanentes, 2 agente da administração pública e 15 vagas por preencher de 2012. Significa que não prevê força de trabalho para o período seguinte.

Gabinete do Vice Primeiro Ministro de Assuntos Sociais											
Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministerio	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G				
Funcionarios Publicos Actuais	0	5	3	5	4	4	2	23	40	Director Geral	0
Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	1	1	0	2		Inspeor Geral	0
Vagas por preencher 2012	0	2	0	5	8	0	0	15		Director Nacional	1
Nova proposta de vagas 2013/2017	0	0	0	0	0	0	0	0		Director Distrital	0
Total Força de Trabalho	0	7	3	10	13	5	2	40		Chefe Departamento	2
										Chefe Seccao	0

Plano Anual do Gabinete do Vice-Primeiro-Ministro para 2013

Apoiar o Vice-Primeiro-Ministro na supervisão da política geral das áreas de governação com cariz social		
Assegurar o apoio técnico especializado aos Membros do V Governo	<ul style="list-style-type: none"> »Identificação das necessidades e de apoio técnico relevante às áreas de cariz eminentemente social em todo o Governo e reestruturação do GVPM e sua orgânica para ser mais funcional e adaptado às necessidades reais »Concepção da estrutura orgânica adequada, integrando a unidade jurídica, de política legislativa e de cooperação »Elaboração do organigrama, conteúdos funcionais e regulamentos internos relevantes »Aquisição de equipamento e materiais necessários »Articulação com o Gabinete do Primeiro-Ministro »Elaboração de uma Estratégia Integrada de Comunicação »Relações Públicas e Educação Cívica para as áreas relevantes 	<ul style="list-style-type: none"> »Documentos conceptuais elaborados e propostas técnicas submetidas à aprovação dos Membros do Governo »Unidades orgânicas estabelecidas »Pessoal nomeado e ou contratado para assegurar o apoio técnico nas áreas de desenvolvimento social <p>Apoio técnico assegurado</p> <ul style="list-style-type: none"> »Material de Comunicação, Informação e Educação Cívica elaborado
Desenvolver linhas de acção e objectivos estratégicos para as políticas públicas na área dos Assuntos Sociais	<p>Elaboração de estudos e pareceres preparatórios à definição de programas e Iniciativas Sociais de Género e programas relevantes a desenvolver no âmbito da responsabilidade social</p>	<ul style="list-style-type: none"> »Documentos conceptuais elaborados e propostas técnicas submetidas à aprovação do Membro do Governo »Programas iniciados e ou em curso »Projectos legislativos concluídos ou em curso, dentro do previsto no plano de acção legislativa
Definição dos programas a desenvolver no quadro do Programa Nacional de Reparações (CVA e CAVR)	<p>Elaboração dos projectos legislativos relevantes e de programas, com o início da respectiva implementação</p>	<ul style="list-style-type: none"> »Documentos conceptuais elaborados e propostas técnicas submetidas à aprovação do Membro do Governo »Programas iniciados ou em curso
Assegurar a definição de um programa coerente, eficaz e integrado para a Cooperação Internacional nas áreas Sociais	<ul style="list-style-type: none"> »Levantamento dos acordos e protocolos vigentes para as áreas relevantes »Definição de critérios de eficácia, eficiência e coerência para a cooperação »Elaboração de um programa eficiente, eficaz e integrado para a cooperação internacional 	<ul style="list-style-type: none"> »Documentos conceptuais elaborados e propostas técnicas submetidas à aprovação do Membro do Governo »Programa de Cooperação Internacional elaborado »Programas iniciados ou em curso
Assegurar a coordenação governativa no âmbito dos Ministérios da Educação, Saúde	<p>Acompanhamento e monitorização da implementação dos programas e actividades desenvolvidas no âmbito ministerial, com a realização das respectivas agendas, reuniões periódicas</p>	<ul style="list-style-type: none"> »Recolha e análise de informação »Análise técnico-jurídica

<p>e Solidariedade Social</p>	<p>ministeriais e identificação das necessidades e adequado reajuste em conformidade com as melhores práticas de implementação de políticas nestes sectores</p>	<ul style="list-style-type: none"> »Actividades avaliadas »Estudos e pareceres concluídos »Agendas preparadas »Apoio técnico à coordenação efectivo »Levantamento efectuado »Anteprojectos iniciados e ou em curso »Alterações legislativas iniciadas ou em curso »Programas iniciados e ou em curso
<p>Assegurar a supervisão da política geral e actividades das Secretarias de Estado da Juventude e do Desporto (SEJD), para a Política de Formação Profissional e Emprego SEFOPE) e para a Promoção da Igualdade (SEPI)</p>	<ul style="list-style-type: none"> »Coordenação política e técnica com o Gabinete do Ministro da Presidência do Conselho de Ministros »Apoio à concepção, execução e avaliação das políticas definidas pelo Conselho de Ministros »Acompanhamento e monitorização da implementação dos programas e actividades desenvolvidas no âmbito das Secretarias de Estado e realização das respectivas agendas, reuniões periódicas e identificação das necessidades e adequado reajuste em conformidade com as melhores práticas de implementação de políticas nestes sectores, incluindo a elaboração do plano legislativo, em articulação com as Secretarias de Estado respectivas 	<ul style="list-style-type: none"> »Medidas a implementar identificadas e definidas »Apoio técnico assegurado »Plano legislativo concluído »Apoio à definição e concretização da agenda política e de trabalho

Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros

Papel

O Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros coadjuva o Primeiro-Ministro na Presidência do Conselho de Ministros e na coordenação do Governo e assume as funções de porta-voz do Governo.

Além de outras funções que lhe sejam delegadas pelo Conselho de Ministros e pelo Primeiro-Ministro, são delegadas no Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros as seguintes competências:

- Coordenar a preparação e organização do trabalho governamental, bem como o seguimento e a avaliação das decisões tomadas pelo Conselho de Ministros e pelo Primeiro-Ministro;
- Coordenar a divulgação das acções e medidas do Governo e organizar a forma e o modo de intervenção pública do mesmo;
- Coordenar o apoio e consulta jurídica ao Conselho de Ministros, Primeiro-Ministro e demais membros do Governo integrados na Presidência do Conselho de Ministros;
- Coordenar e centralizar o processo legislativo e regulamentar do Governo, no aspecto formal, na uniformização e harmonização legislativa e, bem assim, na avaliação da necessidade de intervenção governamental;
- Promover a modernização do procedimento legislativo, designadamente através do recurso aos instrumentos de *e-government*;
- Analisar e preparar os projectos de diplomas legais e regulamentares do Governo, em coordenação com os ministérios proponentes;
- Assegurar os serviços de contencioso da Presidência do Conselho de Ministros;
- Representar o Estado, através dos respectivos serviços jurídicos, em processos em que o Estado seja parte;
- Responder, em colaboração com o ministério da tutela, aos processos de fiscalização da constitucionalidade e da ilegalidade;
- Traduzir ou acompanhar a tradução de diplomas legais ou outros documentos necessários à acção do Conselho de Ministros ou do Primeiro-Ministro.
- Representar o Conselho de Ministros e o Primeiro-Ministro, quando estes assim decidam, nas comissões especialmente criadas;
- Promover e supervisionar as entidades responsáveis pela formação e valorização dos funcionários públicos,
- Porta-voz do Conselho de Ministros.

É delegada no Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros a tutela dos seguintes Secretários de Estado integrados na Presidência do Conselho de Ministros:

- Secretário de Estado do Conselho de Ministros;

- Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares;
- Secretário de Estado da Comunicação Social;
- Secretário de Estado para o Fortalecimento Institucional;
- Secretário de Estado para o Apoio e Promoção do Sector Privado.

É delegada no Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros a tutela sobre os seguintes serviços e organismos, que se integram na Presidência do Conselho de Ministros:

- Centro de Formação Técnica em Comunicação (CEFTEC);
- Comissão da Função Pública, da qual o Instituto Nacional de Administração Pública é parte integrante;

Os serviços que transitam para a Presidência do Conselho de Ministros mantêm, provisoriamente, a mesma estrutura orgânica até ser aprovada a lei orgânica da Presidência do Conselho de Ministros.

Os serviços previstos na orgânica da Secretaria de Estado do Conselho de Ministros e cuja tutela não seja atribuída a outro membro do Governo, ficam sob a tutela do Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros e a respectiva orgânica mantém-se, transitoriamente, em vigor, até à aprovação da lei orgânica da Presidência do Conselho de Ministros.

Orçamento

O Ministro de Estado da Presidência do Conselho dos Ministros tem um Orçamento de 4,318 milhões de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas
Ministro de Estado da Presidência do Conselho dos Ministros (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	1,717	2,127	4,318	3,451	3,588	3,732	3,882
Recorrentes	1,683	1,565	4,253	3,383	3,518	3,659	3,806
Salários e Vencimentos	130	244	380	395	411	427	445
Bens e Serviços	1,553	1,321	3,873	2,988	3,107	3,232	3,361
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	35	562	65	68	70	73	76
Capital Minor	35	502	65	68	70	73	76
Capital Desenvolvimento	-	60	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	676	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	676	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	1,717	2,803	4,318	3,451	3,588	3,732	3,882
Recorrentes	1,683	2,241	4,253	3,383	3,518	3,659	3,806
Capital	35	562	65	68	70	73	76

Perfil de Funcionários

O Ministro de Estado da Presidência do Conselho dos Ministros no período de 2013/2017 tem uma estimativa de força de trabalho de cerca de 91 pessoas. Para o ano de 2013 aloca 91 pessoas, composto por 60 funcionários permanentes e 31 vagas por preencher de 2012. Significa que não prevê força de trabalho para o período seguinte.

MPCM											
Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministerio	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G				
Funcionarios Publicos Actuais	1	3	15	12	14	12	3	60	91	Director Geral	2
Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0		Inspeor Geral	0
Vagas por preencher 2012	0	3	8	8	8	2	2	31		Director Nacional	5
Nova proposta de vagas 2013/2017	0	0	0	0	0	0	0	0		Director Distrital	0
Total Força de Trabalho	1	6	23	20	22	14	5	91		Chefe Departamento	6
										Chefe Seccao	0

Plano Anual do Ministro de Estado e da Presidência do Conselho dos Ministros para 2013

Apoio ao Conselho de Ministros e Assistência Administrativa à SECM		
Garantir a eficiência do apoio às reuniões do CdM e das actividades administrativas	Apoio ao CdM e assistência administrativa, contratação de assessores, manutenção do equipamento, gestão do aprovisionamento e gestão financeira	Qualidade, celeridade e produtividade das reuniões do CdM Bom funcionamento da PCM Prestação de apoio técnico ao CdM Contratação de dois assessores
Criar condições necessárias para as reuniões do CdM e garantir a eficiência das funções da PCM	Realização das reuniões e implementação das decisões	Reuniões de CdM realizadas, diplomas discutidos, aprovados e decisões implementadas Número de reuniões Número de diplomas discutidos e aprovados
Desenvolver um sistema de arquivo e documentação	Garantir a inventariação, manutenção e preservação do património do Estado e dos contractos	Organização, documentação e inventariação bem conservada Número de documentos tratados (previsão de 10.000); sistema de arquivo e documentação operacional; Relatórios de actividades produzidos
Garantir a igualdade de género no recrutamento dos funcionários / assessorias e na atribuição de funções e acesso a formação	No âmbito da legislação nacional ir-se-ão promover reuniões periódicas para debate das questões internas relativas à igualdade de género	Fortalecimento do conceito de igualdade de género, através da harmonia laboral e igualdade no acesso a oportunidades entre homens e mulheres no exercício das suas funções Número de reuniões realizadas Divisão equitativa de tarefas e responsabilidades Relação entre número de mulheres e homens contratados
Tradução de Documentos do Governo para as Línguas Oficiais de acordo com a CRDTL		
Apoio directo na tradução e prestação de serviços linguísticos	Tradução de documentos submetidos ao CdM e assistência técnica para a apresentação de documentos nas línguas oficiais	Constitucionalidade de documentos oficiais; Concordância terminológica a nível governamental; Base de dados técnico-jurídico criada Número de documentos traduzidos e disseminados nas línguas oficiais; Padronização do tétum nas áreas técnicas jurídicas

Apoio Jurídico e Coordenação do Processo Legislativo do Governo		
Apoio jurídico e coordenação do processo legislativo a nível de todo o Governo	Simplificação e adaptação à realidade nacional dos diplomas apresentados de modo a que sejam compreendidos e úteis a todos os quadrantes da sociedade Estimular uma maior coordenação e interacção entre todos os juristas que trabalham sobre a tutela do Governo	Produção e publicação de um conjunto de diplomas legislativos harmonizados e em concordância com a realidade nacional e de aplicação mais fácil Número de diplomas trabalhados; Número de diplomas publicados em Jornal da República; Assistência técnico-jurídica prestadas às demais Secretarias de Estado e Ministérios; Serviços de contencioso da Presidência de Conselho de Ministros Acção de uniformização e harmonização dos conceitos jurídicos e da linguagem jurídica na tradução para tétum
Formação e preparação de juristas timorenses		
Desenvolver um Programa de formação técnica e legislativa	Abertura de concursos para juristas timorenses na UAJ Formação dos juristas timorenses na UAJ	3 Técnicos juristas timorenses preparados para trabalhar na área da redacção e análise de legislação Mais quadros timorenses formados para a área de elaboração legislativa
Preparar técnicos juristas timorenses com conhecimentos suficientes para trabalhar no processo legislativo	Promoção de Estágios para estudantes de Direito em colaboração com as Universidades	5 Estudantes a frequentarem Estágios na área do Direito
Melhorar os trabalhos ao nível da PCM, na área do processo legislativo		
Reforço da capacidade técnica da UAJ, no âmbito da redacção e análise de legislação; formação de técnicos juristas timorenses e defesa do Estado em contencioso	Contratação de juristas internacionais e assessores nacionais Aumentar a capacidade dos funcionários que trabalham na elaboração das actas do CdM Aumentar a capacidade dos funcionários que trabalham no procedimento legislativo	Quadros técnicos administrativos formados para trabalhar na elaboração das actas e na transcrição e correcção dos documentos, por forma a qualificar os documentos publicados Timorenses já aptos e envolvidos no processo de análise e elaboração legislativa Criado um sistema de redacção, revisão e correcção dos diplomas legislativos e das actas antes de serem publicados Serviços melhorados, diplomas legislativos com mais qualidade e actas bem elaboradas e arquivadas Contratação de 4 juristas internacionais e 5 assessorias nacionais
Contribuir para a eficácia e eficiência das reuniões do CdM		

Criar um centro de investigação jurídica aberta ao público e aos estudos legais		
Reforço das estruturas físicas e do equipamento da UAJ Criação da Biblioteca Jurídica (planeamento das necessidades e início do alargamento) Abrir espaços para que o público tenha acesso aos produtos legislativos do Estado	Promoção de legislação com anotações por forma a ser mais facilmente compreendida pelo público Disponibilização de bibliografia jurídica aos profissionais e estudantes do Direito	Compêndios de legislação criados, publicados e acessíveis ao público
Melhorar o procedimento legislativo		
Solicitação de propostas a três empresas para projecto de informatização do procedimento legislativo Aquisição do equipamento informático e restante equipamento técnico para a sala do Conselho de Ministros	Introdução dum sistema “online” de todo o procedimento legislativo e computorização da mesa de reuniões do CdM.	Procedimento legislativo totalmente informatizado Arquivo histórico de todos os diplomas legislativos, incluindo documentos preparatórios arquivados
Centro de Formação Técnica em Comunicação (Ceftec)		
Promover a Formação de Técnicos de Comunicação da Função Pública	Qualificação de nível IV em media e comunicação (sector público)	5 Módulos de formação periódica, pertencentes ao Quadro Nacional de Qualificações, sendo esta uma Qualificação de nível IV em Media e Comunicação para o Sector Público, acreditada pelo Instituto Nacional Desenvolvimento de Mão de Obra (INDMO) Número de formandos (homens e mulheres) por ano (Resultado esperado 5 módulos x 12 formandos)
Formações Especializadas em Jornalismo	Cursos abertos a todos os profissionais da comunicação de Timor-Leste que queiram aumentar os seus conhecimentos e melhorar o seu desempenho na área da comunicação	Formação de jornalistas, formadores nacionais e internacionais, formações bilingues, protocolos com instituições internacionais, processo de selecção dos candidatos, sessões teórico-práticas e Certificado de Frequência do Ceftecem conjunto com a instituição parceira Número de formandos (homens e mulheres)
Congresso Nacional de Profissionais de Comunicação	Encontro de Profissionais de Comunicação em Timor-Leste Com este seminário pretende-se transmitir a todos os interessados a experiência de Profissionais e Especialistas, de vários sectores de actividade, com actuação em áreas de responsabilidade da	Partilha de conhecimentos que possa gerar as sinergias necessárias para a criação de novos projectos, em território nacional Neste encontro todos os participantes podem frequentar Workshops de Jornalismo, Design, Multimédia, Gestão de Projectos entre outros, bem

	Comunicação e Media	como assistir a palestras de especialistas na área Número de oradores / apresentações e número de participantes (homens e mulheres)
Apoio Formativo a outras Instituições em Timor-Leste	O Centro de Formação Técnica apoia instituições nacionais em acções formativas, como é o caso do Curso de Comunicação Social da Faculdade de Ciências Sociais da UNTL	Introdução à Multimédia, realização de Workshops práticos - Oficinas de Multimédia e programa de estágios curriculares e profissionais em comunicação social Número de participantes (homens e mulheres), entidades envolvidas e estágios finalizados
Projecto de Zona Especial de Economia Social de Mercado		
Projecto piloto de Zona Especial de Economia Social de Mercado em Oécussi Ambeno	Desenvolvimento das ZEESM como uma ferramenta de desenvolvimento económico e promoção de um rápido crescimento económico. As zonas irão promover as exportações, o desenvolvimento e estabelecimento de empresas estrangeiras e nacionais, renovação urbana e desenvolvimento rural. As ZEESM irão ter, também, um forte complemento social de retorno às comunidades e desenvolvimento regional.	Elaboração da Nota Conceptual (plano de acção e <i>road map</i> legislativo); Nomeação do representante do Estado e do Ponto Focal para a questão das ZEESM; Elaboração do Livro Branco sobre Zonas Especiais Sociais de Mercado; Diálogo e debates com entidades relevantes com os países da CPLP; Elaboração da Política sobre a ZEESM, Criação da entidade gestora da ZEESM de Oécussi Ambeno e elaboração e publicação de legislação necessária.

Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

Papel

O Secretário de Estado do Conselho de Ministros presta apoio ao Primeiro-Ministro e ao Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros, no âmbito da coordenação do processo legislativo do Governo.

São delegadas no Secretário de Estado do Conselho de Ministros as seguintes competências:

- Prestar apoio técnico-administrativo e logístico às reuniões do Conselho de Ministros;
- Assegurar a publicação da legislação do Governo no Jornal da República;
- Promover a correcta publicação dos diplomas legislativos do Governo e dos restantes órgãos do Estado;
- Garantir o cumprimento das regras e procedimentos do Conselho de Ministros;
- É delegada no Secretário de Estado do Conselho de Ministros a tutela sobre a Gráfica Nacional.

Orçamento

A Secretaria de Estado do Conselho de Ministros tem um Orçamento de 1,314 milhões de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas
Secretaria de Estado do Conselho de Ministros (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	913	775	1,314	1,367	1,422	1,479	1,538
Recorrentes	910	775	669	696	724	753	783
Salários e Vencimentos	161	144	159	165	172	179	186
Bens e Serviços	749	631	510	530	552	574	597
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	3	-	645	671	698	726	755
Capital Minor	3	-	645	671	698	726	755
Capital Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	913	775	1,314	1,367	1,422	1,479	1,538
Recorrentes	910	775	669	696	724	753	783
Capital	3	-	645	671	698	726	755

Perfil de Funcionários

A Secretaria de Estado do Conselho de Ministros no período de 2013/2017 tem uma estimativa de força de trabalho de cerca de 30 pessoas. Para o ano de 2013 aloca 30 pessoas,

composto por 19 funcionários permanentes e 11 vagas por preencher de 2012. Significa que não prevê força de trabalho para o período seguinte.

SECOM											
Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministerio	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G				
Funcionarios Publicos Actuais	0	0	5	3	7	4	0	19	30	Director Geral	0
Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0		Inspeor Geral	0
Vagas por preencher 2012	0	0	1	0	10	0	0	11		Director Nacional	1
Nova proposta de vagas 2013/2017	0	0	0	0	0	0	0	0		Director Distrital	0
Total Força de Trabalho	0	0	6	3	17	4	0	30		Chefe Departamento	4
										Chefe Seccao	0

Plano Anual da Secretaria de Estado do Conselho de Ministros para 2013

Melhorar o procedimento legislativo		
Melhorar o procedimento legislativo	A SECM trabalhará em estreita relação com a PCM, nomeadamente no apoio directo à Unidade de Apoio Jurídico.	Apoio diário à Unidade de Apoio Jurídico.
Melhorar a capacidade da Gráfica Nacional e o sistema de publicação da Legislação do Governo no Jornal da república e produção de livros ou colectâneas jurídicas		
Avaliação das necessidades e objectivos em termos de recursos humanos e formação, aquisição de equipamentos, publicações e disseminação pelo público Atingir qualidade de publicação dos diplomas legislativos	Organizar a impressão de livros e colectâneas jurídicas, por sectores; Elaboração dos Estatutos da Gráfica Nacional; Aquisição de equipamentos e materiais relacionados; Melhorar as condições de trabalho (espaço); Formação dos recursos humanos; Desenvolver e implementar estruturas e programas de formação dos recursos humanos para gerir a empresa; Recrutamento e formação dos recursos humanos; Promover os acordos necessários e / ou memorandos de cooperação com, por exemplo, outros governos, associações e outros organismos para buscar apoios de peritos ou fundos; Identificação e recrutamento dos peritos necessários para trabalhar juntamente com os quadros timorenses, a fim de garantir a capacitação e a transferência de competências	Ter uma Gráfica Nacional capaz de servir o Estado e produzir receita. Ter uma Gráfica Nacional com capacidade para produzir qualquer tipo de material, inclusive os boletins de votos. Produção de livros, jornal da república e outras publicações com qualidade e com entrada de receitas para o Estado
Garantir a Igualdade de Género		
Garantir a igualdade de género no recrutamento dos funcionários / assessorias e na atribuição de funções e acesso a formação	No âmbito da legislação nacional ir-se-ão promover reuniões periódicas para debate das questões internas relativas à igualdade de género.	Fortalecimento do conceito de igualdade de género, através da harmonia laboral e igualdade no acesso a oportunidades entre homens e mulheres no exercício das suas funções Número de reuniões realizadas Divisão equitativa de tarefas e responsabilidades Relação entre número de mulheres e homens contratados

Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares

Papel

A Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares coadjuva o Primeiro-Ministro nas relações do Governo com o Parlamento Nacional e com as bancadas parlamentares.

É delegada na Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares a tutela sobre o Gabinete de Apoio Parlamentar.

Orçamento

A Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares tem um Orçamento de 251 mil de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas
Secretaria de Estado Assuntos Parlamentares (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	204	283	251	261	271	282	294
Recorrentes	204	283	186	193	201	209	218
Salários e Vencimentos	7	64	89	93	96	100	104
Bens e Serviços	198	219	97	101	105	109	113
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	65	68	70	73	76
Capital Minor	-	-	65	68	70	73	76
Capital Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	204	283	251	261	271	282	294
Recorrentes	204	283	186	193	201	209	218
Capital	-	-	65	68	70	73	76

Perfil de Funcionários

A Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares no período de 2013/2017 tem uma estimativa de força de trabalho de cerca de 18 pessoas. Para o ano de 2013 aloca 8 pessoas, composto por 2 funcionários permanentes e 6 vagas por preencher de 2012. Significa que 10 pessoas são fornecidas para o período seguinte.

SE Assuntos Parlamentares											
Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministério	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G				
Funcionarios Publicos Actuais	0	1	0	0	1	0	0	2	8	Director Geral	0
Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0		Inspeor Geral	0
Vagas por preencher 2012	0	0	2	1	1	1	1	6		Director Nacional	1
Nova proposta de vagas 2013/2017	0	0	3	2	2	2	1	10		Director Distrital	1
Total Força de Trabalho	0	1	5	3	4	3	2	18		Chefe Departamento	1
										Chefe Seccao	0

Plano Anual da Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares para 2013

Promoção da relação e cooperação entre o Governo e o Parlamento Nacional		
Estimular uma maior coordenação entre o Governo e o Parlamento Nacional	Recolher informações sobre os assuntos parlamentares relevantes para os Membros do Governo e relatar as actividades relativas ao Conselho de Ministros aos Membros do Parlamento Nacional	Tomada de conhecimento dos assuntos discutidos na plenária e informação aos Membros do Governo Conhecimento dos Membros do Parlamento sobre as actividades do Governo Acções de coordenação e cooperação do desempenho das funções desenvolvidas pelos dois órgãos de soberania (legislativo e executiva)
	Contratação de um assessor nacional e um assessor internacional para a eficiência da execução do programa	Maior celeridade e envolvimento dos funcionários públicos na redacção dos relatórios sobre as actividades do Parlamento Nacional para análise do Governo e vice-versa Contratação de um assessor internacional com experiência comprovada em matéria de assuntos parlamentares a trabalhar em estreita colaboração com o assessor nacional e ambos a dar formação contínua aos funcionários da SEAP Número de funcionários com autonomia técnica
	Elaboração de um Manual de Apoio para os Membros do Governo sobre actos parlamentares	Maior entendimento sobre os trabalhos parlamentares e uso do Manual como referência pelos Membros do Parlamento Número de manuais produzidos e distribuídos
Garantir a igualdade de género no recrutamento dos funcionários / assessoria e na atribuição de funções e acesso a formação.	No âmbito da legislação nacional ir-se-ão promover reuniões periódicas para debate das questões internas relativas à igualdade de género	Fortalecimento do conceito de igualdade de género, através da harmonia laboral e igualdade no acesso a oportunidades entre homens e mulheres no exercício das suas funções Número de reuniões realizadas Divisão equitativa de tarefas e responsabilidades Relação entre número de mulheres e homens contratados
Disseminação da Informação		
Disseminação de Informação ao público em geral	»Apoiar a SEAP na continuidade e manutenção do programa de Rádio e Rádio online “Adeus Conflito Bem-vindo Desenvolvimento” »Divulgar as actividades e projectos do Governo através de	»Canal de comunicação directa entre o Governo e a população »População beneficiada com o programa de Rádio e Televisão »População beneficiada com acesso à informação (nomeadamente aqueles que não sabem ler)

	<p>programas de rádio e televisão</p> <p>»Realização de programas modernos, dinâmicos e interactivos (perguntas e respostas, entre Governo e telespectadores)</p> <p>»Estabelecer Mini-Estúdio de Produção dos Programas de Rádio e Televisão.</p>	<p>»Número de ouvintes e telespectadores (M/H)</p> <p>»Gravação de entrevistas do programa de rádio e televisão com os membros do Governo</p> <p>»Aumentar a programação RTTL,EP e das Rádios Comunitárias</p>
--	--	--

Secretaria de Estado da Comunicação Social

Papel

O Secretário de Estado da Comunicação Social coadjuva o Primeiro-Ministro e o Ministro da Presidência do Conselho de Ministros na área da Comunicação Social.

São delegadas no Secretário de Estado da Comunicação Social as seguintes competências:

- Propor a política e elaborar os projectos de regulamentação necessários na área da comunicação social em geral;
- Exercer a tutela sobre os órgãos de comunicação social do Estado;
- Garantir a disseminação da informação a nível nacional e internacional.

É delegada no Secretário de Estado da Comunicação Social a tutela sobre os seguintes serviços e organismos:

- Direcção Nacional de Disseminação de Informação;
- Centro de Rádios de Comunidade.

Orçamento

A Secretaria de Estado da Comunicação Social tem um Orçamento de 1,593 milhões de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas
Secretaria de Estado da Comunicação Social (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	601	1,898	1,593	1,657	1,723	1,792	1,864
Recorrentes	541	1,876	1,299	1,351	1,405	1,461	1,520
Salários e Vencimentos	38	122	165	172	178	186	193
Bens e Serviços	504	1,754	1,134	1,179	1,227	1,276	1,327
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	60	22	294	306	318	331	344
Capital Minor	60	22	294	306	318	331	344
Capital Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	601	1,898	1,593	1,657	1,723	1,792	1,864
Recorrentes	541	1,876	1,299	1,351	1,405	1,461	1,520
Capital	60	22	294	306	318	331	344

Perfil de Funcionários

A Secretaria de Estado da Comunicação Social no período de 2013/2017 tem uma estimativa de força de trabalho de cerca de 59 pessoas. Para o ano de 2013 aloca 29 pessoas, composto por 21 funcionários permanentes e 8 vagas por preencher de 2012. Significa que 30 pessoas são fornecidas para o período seguinte.

SE Comunicacao Social											
Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministerio	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G				
Funcionarios Publicos Actuais	0	2	5	6	2	5	1	21	29	Director Geral	0
Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0		Inspeor Geral	0
Vagas por preencher 2012	0	0	2	2	2	2	0	8		Director Nacional	2
Nova proposta de vagas 2013/2017	0	0	7	7	8	6	2	30		Director Distrital	0
Total Força de Trabalho	0	2	14	15	12	13	3	59		Chefe Departamento	3
										Chefe Seccao	0

Plano Anual da Secretaria de Estado da Comunicação Social para 2013

Formação e Disseminação de Informação		
Capacitação Institucional	Formação dos funcionários Públicos	Funcionários Capacitados + execução dos programas e orçamento executado com mais eficiência e eficácia
	Desenvolvimento do Plano Plurianual da SECS (2014 - 2017)	O plano plurianual previsto + alocação orçamento de estado correspondente aos planos
	Promover e consolidar a imagem de Comunicação do Governo	Normalização dos aspectos gráficos dos documentos e outros elementos das estruturas do Estado + Números de pedidos de informação e respostas enviadas
Manutenção do protocolo com imprensa nacional (jornal STL, JN Diário, Timor Post, Tempo Semanal no Jornal Independente) para que toda a população tenha acesso à informação jornalística.	Permitir à população residente em Díli e nos distritos acesso à informação publicada nos jornais	<ul style="list-style-type: none"> »População em geral informada e instituições mais envolvidas nos projectos do Governo (maior adesão da população às iniciativas promovidas pelo Governo »Número de exemplares de jornais distribuídos (Suara Timor Lorosae, Jornal Nacional, Diário, Tempo Semanal, Timor Post e Jornal Independente) por todo o País »Número de distritos abrangidos
Desenvolvimento e apoio à Comunicação Social		
Estabelecimento da Agência Noticiosa em Timor-Leste	Desenvolver e adoptar as políticas básicas de estabelecimento da agência noticiosa em Timor-Leste	<ul style="list-style-type: none"> »Governo e Média aprovarão as políticas básicas de estabelecimento da Agência Noticiosa em Timor-Leste »Documentos aprovados sobre política de estabelecimento da agência noticiosa em Timor-Leste
	Capacitar recursos humanos, financeiros, equipamentos de serviço e edifício da agência referida	<ul style="list-style-type: none"> »As condições de estabelecimento da agência noticiosa de Timor-Leste estão preparadas, em termos dos recursos humanos, orçamento, equipamentos de serviço e edifício »Operação e serviço provisório da agência noticiosa de Timor-Leste está funcionar
	Desenvolver redes de serviço com agências noticiosas dos outros países	<ul style="list-style-type: none"> »Foi estabelecida boas redes de serviço com as agências noticiosas da Indonésia, Portugal e algumas agências noticiosas na ASEAN »Encontra-se os documentos de MoU assinados entre SECOMS ou dirigente provisório da agência noticiosa de Timor-Leste com as agências da Indonésia e Portugal
	Apoiar três bolsas de estudo para financiarem o curso da agência noticiosa nacional	<ul style="list-style-type: none"> »Três pessoais estão, actualmente, frequentar o curso no estrangeiro, beneficiados da bolsa de estudo »Documentos requisitados: transcrição dos valores de cada pessoa e uma

		carta, da agência onde o curso decorreu, dirigido à SECOMS
Avaliação de projecto para o estabelecimento do Instituto Nacional para a Formação de Jornalistas	Elaborar e desenvolver as políticas básicas de estabelecimento do Instituto Nacional para a Formação de Jornalistas	»Governo (através da SECOMS), coadjuvado pelos media, avalia e desenvolve as políticas de estabelecimento do Instituto Nacional para a Formação de Jornalistas »Analisar documentos oficiais para a aprovação de políticas fundamentais para o estabelecimento do referido instituto
	Estudar a criação de estatutos e bases legais do futuro Instituto Nacional para a Formação de Jornalistas	»Governo e Media avaliam propostas para a criação dos estatutos do Instituto Nacional para a Formação de Jornalistas
	Desenvolver redes de cooperação e trabalho com instituições equivalentes no estrangeiro cuja experiência e domínio técnico possam contribuir para o desenvolvimento do Instituto Nacional para a Formação de Jornalistas	»Estabelecer redes e cooperação de trabalho entre o Governo de Timor-Leste, representado pela SECOMS, com instituições estrangeiras que se dediquem à formação de jornalistas
	Financiar bolsas de estudo com vista à formação e capacitação técnica de pessoal qualificado para integrar os quadros do Instituto Nacional para a Formação de Jornalistas	Apoiar os estudos académicos de duas pessoas que se encontram actualmente a frequentar cursos universitários através da atribuição de bolsas de estudo » Solicitar às instituições de acolhimento documentos comprovativos de propina e aproveitamento escolar
	Realização de cursos de formação profissional para os jornalistas	»Implementar o acordo de cooperação entre entidades timorenses e portuguesas na área da Comunicação Social e formalizar o acordo de cooperação com Instituto de Formação Dr. Soetomo Jacarta, Indonésia »Jornalistas capacitados para exercer funções na área da Comunicação Social em Timor-Leste (está prevista a capacitação de 48 Jornalistas, M/H)
Encorajamento da diversidade dos meios de comunicação social	Desenvolver políticas de apoio para imprensa e media audiovisuais	Governo, através da SECOMS, e Media aprovam a política sobre o apoio do Governo aos meios de comunicação social em Timor-Leste »Documentos sobre a aprovação da política de apoio à imprensa e media audiovisuais
	Recolher informações sobre as condições de trabalho reais de todos os órgãos de comunicação social, media audiovisuais e imprensa	»Reunir dados concretos sobre as condições de trabalho dos órgãos de comunicação social com vista ao levantamento das suas necessidades de apoio por parte do Governo »Aprovar documentos sobre o relatório de avaliação às condições de trabalho dos órgãos de comunicação social e respectivas necessidades de apoio por parte do Governo
	Fortalecer a capacidade institucional, recursos humanos, e programas da RTTL	»Garantir o acesso às notícias da RTTL nas áreas rurais e urbanas »Aprovação de documentos relacionados com a monitorização do acesso das comunidades rurais às notícias da RTTL e TVTL

	Reforçar a capacidade das rádios comunitárias a nível institucional, recursos humanos, equipamentos, grelha de programas e áreas de cobertura	<ul style="list-style-type: none"> »Garantir que as comunidades nas áreas rurais, sucos e aldeias dos 12 distritos, têm acesso a notícias sobre os programas do Governo através da emissão das rádios comunitárias cuja cobertura geográfica se pretende mais ampla nestas áreas »Documentos aprovados e gravação de programas em novas áreas de cobertura das rádios comunitárias.
	Reforçar a capacidade dos órgãos de comunicação social públicos	<ul style="list-style-type: none"> »Órgãos de Comunicação Social públicos funcionam como meios de comunicação estratégicos a que as comunidades residentes em áreas rurais e urbanas devem ter acesso »Apoiar A TVTL e a RTTL na melhoria dos seus programas bem como na capacitação dos seus recursos humanos
	Conceder duas bolsas de estudo a jornalistas responsáveis pelo programa.	<ul style="list-style-type: none"> »Dois jornalistas frequentam curso universitário através da atribuição de bolsa de estudo »Solicitar às instituições de acolhimento documentos comprovativos de propina e aproveitamento escolar
Estabelecimento do Conselho de Imprensa de Timor-Leste	Desenhar o formato institucional do Conselho de Imprensa de Timor-Leste	<ul style="list-style-type: none"> »Governo e órgãos de comunicação social concordam e aprovam o formato ou modelo institucional e organizacional do Conselho de Imprensa de Timor-Leste »O Conselho de Imprensa deverá ser estabelecido após a aprovação da lei da comunicação social
	Aprovar a Lei da Comunicação social	<ul style="list-style-type: none"> »Assegurar a criação de uma regulamentação clara, célere e consensual com a legislação aprovada pelo PN na área da comunicação social, nomeadamente em matéria de direitos e deveres dos jornalistas e respectiva acreditação profissional »Preparar o sistema de incentivos do Estado.
	Desenvolver e aprovar política de financiamento e programas do Conselho de Imprensa	<ul style="list-style-type: none"> »Governo e meios de comunicação social concordam e aprovam política sobre o financiamento e programas do Conselho de Imprensa de Timor-Leste »Documentos aprovados sobre a aprovação da política orçamental e programas do conselho de imprensa.
	Capacitação de recursos humanos e institucionais	<ul style="list-style-type: none"> Conselho de Imprensa de Timor-Leste devidamente preparado em matéria de capacidade institucional e qualificação de recursos humanos (dirigentes e chefes executivos) »Estabelecido de sistemas e mecanismos de serviço e recursos humanos altamente qualificados para o desenvolvimento e criação do Conselho de

		Imprensa de Timor-Leste
	Garantir apoio externo para suportar funcionamento do Conselho de Imprensa de Timor-Leste	<p>»Governo e órgãos de comunicação social devem procurar a obtenção de apoio por parte de conselhos de imprensa estrangeiros no âmbito da criação do Conselho de Imprensa de Timor-Leste</p> <p>»MoU sobre a cooperação para apoiar o Conselho de Imprensa de Timor-Leste com dois conselhos de imprensa estrangeiros e contratação de peritos internacionais com o objectivo de prestar assessoria no âmbito da preparação do Conselho de Imprensa de Timor-Leste</p>
	Atribuição de 3 bolsas de estudo aos quadros do Conselho de Imprensa com vista à frequência de cursos universitários.	<p>Três (3) pessoas irão frequentar um curso no estrangeiro através do apoio financeiro do Programa de Bolsas de Estudo</p> <p>» Solicitar às instituições de acolhimento documentos comprovativos de propra e aproveitamento escolar</p>
Garantir a igualdade do género		
Promover a sensibilização social para a igualdade de género através dos órgãos de comunicação social	Fomentar a participação das mulheres nas actividades e equipas de trabalho com uma percentagem de 30%	Participação activa das mulheres no âmbito da sua actividade profissional nos órgãos de comunicação social promovendo as suas qualidades e capacidades profissionais com vista à melhoria da qualidade dos programas
	Incluir a perspectiva da igualdade de género no desenvolvimento de leis, atribuição de orçamentos, e formação técnica e profissional através de workshop e seminários	<p>Garantir que o desenvolvimento de leis, orçamento, programas e planos de formação, tais como workshop e seminários, sejam sensíveis à questão da igualdade de género</p> <p>»Aprovar documentação sobre os resultados do estudo acerca da sensibilidade e perspectiva de género, parecer da SEPI e organizações não-governamentais que trabalham na área da questão de género.</p>
Rádios Comunitárias		
Promoção das Rádios Comunitárias	Divulgar as actividades do Governo através da transmissão de programas da rádio com recurso às rádios comunitárias.	<p>»População informada através de 14 Estações da Rádio Comunidade em 13 Distritos</p> <p>»Aumentar o número de programas emitidos. (Previsão de 60 programas).</p>
	Garantir a melhoria da qualidade da emissão para que a população esteja devidamente informada	<p>»Formação e seminários com vista à melhoria das actividades</p> <p>»Aumentar os locais de transmissão e o número de comunidades envolvidas no projecto.</p>
	Aquisição de equipamento técnico necessário ao bom funcionamento das rádios comunitárias.	<p>Melhorar o funcionamento das 14 estações das Rádios Comunitárias</p> <p>»Garantir o acesso aos programas por parte das populações residentes em 13 distritos e 65 subdistritos</p>
	Normalização da composição da estrutura do Conselho de Rádios Comunitárias	<p>»Melhorar o funcionamento da estrutura do Conselho de Rádios</p> <p>»Investir na participação das comunidades nas Rádios Comunitárias</p>

Secretaria de Estado do Fortalecimento Institucional

Papel

O papel da Secretaria de Estado para o Fortalecimento Institucional (SEFI) consiste em fortalecer todas as instituições governamentais por via da monitorização e promoção de um sistema que permita a estas instituições serem transparentes e responsáveis.

Orçamento

A Secretaria de Estado do Fortalecimento Institucional tem um Orçamento de 697 mil de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas
Secretario de Estado do Fortalecimento Institucional (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	-	101	697	724	754	784	815
Recorrentes	-	101	612	636	662	688	716
Salários e Vencimentos	-	58	125	130	135	141	146
Bens e Serviços	-	43	487	506	527	548	570
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	85	88	92	96	99
Capital Minor	-	-	85	88	92	96	99
Capital Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	-	101	697	724	754	784	815
Recorrentes	-	101	612	636	662	688	716
Capital	-	-	85	88	92	96	99

Perfil de Funcionários

A Secretaria de Estado do Fortalecimento Institucional no período de 2013/2017 tem uma estimativa de força de trabalho de cerca de 18 pessoas. Para o ano de 2013 só prevê 6 funcionários permanentes e não tem previsto vagas por preencher de 2012. Significa que 12 pessoas são fornecidas para o período seguinte.

SE Fortalecimento Institucional											
Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministerio	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G				
Funcionarios Publicos Actuais	0	1	1	1	1	2	0	6	6	Director Geral	0
Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0		Inspeor Geral	0
Vagas por preencher 2012	0	0	0	0	0	0	0	0		Director Nacional	1
Nova proposta de vagas 2013/2017	0	1	4	2	2	2	1	12		Director Distrital	0
Total Força de Trabalho	0	2	5	3	3	4	1	18		Chefe Departamento	1
										Chefe Seccao	0

Plano Anual da Secretaria de Estado para o Fortalecimento Institucional para 2013

Assegurar a boa governação no sector público de forma a garantir a eficiência e eficácia para maior benefício do povo de Timor-Leste		
Execução do Governo eficiente e eficaz	Realizar o estudo sobre as condições actuais (baseline survey) para avaliar a capacidade de todas as instituições governamentais incluindo as linhas ministeriais e as agências autónomas	<ul style="list-style-type: none"> »Realizado o estudo a todas as Instituições governamentais »Analisado e avaliado o aumento do nível de desempenho (eficiência e eficácia) nas instituições »Competências para organizar, seleccionar (conforme as prioridades), monitorizar, e avaliar efeitos ou resultados, gerir relação de serviços complexos e possibilitar as comunicações de conceitos políticos »Assegurado que todas as instituições têm um plano estratégico e operacional, incluindo também estudos de capacitação e prever acções de capacitação, monitorização e avaliação »Dois assessores nacionais recrutados para apoiar a realização do estudo »Relatório de estudo, incluindo recomendações, elaborado »<i>Workshop</i> nacional sobre o resultado do estudo realizado
	Desenvolver a política de procedimentos e regulamentos em todas as instituições governamentais, incluindo a nível distrital	<ul style="list-style-type: none"> »Assegurado que todas as instituições governamentais a nível local utilizam o mesmo padrão de procedimentos e guias de modo a evitar interpretações erradas e mal utilização de códigos de conduta »Assegurado que o OGE e apoios bilaterais reflectem prioridades do Governo e sustentabilidade fiscal a médio prazo »Brochuras produzidas sobre o papel da SEFI »Viagens locais nos 13 distritos realizadas »Procedimentos e regulamentos existentes avaliados »Regulamentação sobre a execução do OGE aplicados em todas as instituições, incluindo níveis distritais
	Padronizar a administração pública e capacitação de recursos humanos	<ul style="list-style-type: none"> »Assegurado que todas as instituições de Estado adoptam o mesmo padrão de procedimentos e guia de modo a prevenir a interpretação erradas e mal utilização de códigos de conduta »Recrutamento de um assessor internacional para elaborar guia de administração pública »Viagem à Indonésia e Malásia para observar o sistema de administração

		adoptado nos referidos países incluindo a questão de recursos humanos
	Criar legislação sobre a protecção de denunciante	<p>»Funcionários públicos e outros agentes encorajados para disseminar informações relevantes aos casos de corrupção e ilicitudes encontrados no local de trabalho</p> <p>»Legislação, regulamentos e procedimentos criados para a protecção de denunciante</p> <p>»Recrutamento de um assessor internacional para a elaboração de Leis</p> <p>»Recrutamento de um tradutor</p> <p>»Tradução para Tétum e Inglês da Lei de protecção de denunciante</p>
	Padronizar métodos de comunicação entre instituições de Estado e promover um sistema de informação e comunicação electrónica	<p>»Assegurar que a comunicação e a interacção entre as instituições possam utilizar máximos recursos através da comunicação apropriada, troca de informação e cooperação, assegurando o portal de informação em cada ministério com as suas unidades operacionais para que o público tenha acesso a todas informações do Governo</p> <p>»Formatação do sistema da comunicação incluindo relatórios e cartas entre as mesmas linhas ministeriais</p> <p>»Formação/treinamento do Portal da Transparência aos funcionários das finanças em todas as linhas ministeriais</p>
Redução de Burocracia para melhorar a prestação de serviços	Desenvolver os indicadores-chave em cada programa do Governo para equiparar as instituições, comparando com as situações iniciais, aquando o programa foi feito (base line) e que este permita observar mudanças e relatar progressos ao Conselho de Ministros	<p>»Assegurado que a estrutura organizacional das Instituições de Estado reflectem as leis da administração pública, bem como desburocratização para melhorar a prestação de serviços ao público</p> <p>»Implementação do programa de reforma aprovado pelo Conselho de Ministros</p>
Acompanhamento do Processo de Descentralização	Avaliar as iniciativas de descentralização nos sectores privados, identificar alguns impedimentos e fazer revisões aos planos para responder às questões solicitadas	<p>»Assegurado que o processo de descentralização é bem executado e garante benefícios a todos os distritos</p> <p>»Acompanhar o Primeiro-Ministro nas visitas aos distritos</p> <p>»Acompanhamento das visitas de estudo para observação do processo de descentralização</p> <p>»Colaboração com Secretaria de Estado da Descentralização e Secretaria de Estado do Sector Privado</p> <p>Aquisição de dois carros operacionais para apoiar as viagens aos distritos.</p>
	Fornecer um apoio regular em matéria de estabelecimento e	»Comissão Instaladora e o Governo Local com capacidades para

	capacitação do Governo Local, bem como à Comissão Instaladora	implementar a política da descentralização e os municípios »Identificação da preparação para as eleições de municípios »Encontros regulares com a Comissão Instaladora realizados »Apoio no Treinamento aos Governos Locais
--	---	--

Secretaria de Estado de Apoio e Promoção do Sector Privado

Papel

A Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção do Sector Privado, abreviadamente designada por SEAPRI, é o órgão central do Governo que tem por missão conceber, executar, coordenar e avaliar as políticas e os programas, definidos e aprovados pelo Conselho de Ministros, para as áreas do apoio e promoção do sector privado.

Na prossecução da sua missão, são atribuições da SEAPRI:

- Propor políticas, legislação e estabelecer mecanismos relacionados com a promoção do investimento privado e apoio do Estado com o investimento privado em articulação com outras entidades;
- Propor e implementar o plano de apoio de desenvolvimento do sector privado nacional;
- Promover debates com o sector privado nacional, relativamente à sua participação no desenvolvimento do país e na busca de soluções ao problema de desemprego e ética de trabalho;
- Promover o diálogo com o sector privado para busca de um patamar de actuação, quanto às dificuldades e obstáculos enfrentados, na sua relação com instituições do Estado;
- Apresentar propostas, após ouvido o sector privado, sobre a formulação de políticas e mecanismos de apoio a incentivos, na sua relação com instituições financeiras e bancárias;
- Gerir o orçamento afecto à promoção do desenvolvimento do sector privado empresarial;
- Promover a criação de um Banco de Desenvolvimento Nacional, em articulação com o Ministério das Finanças e o Banco Central.

As seguintes instituições estão sob a tutela da SEAPRI:

- A Agência Especializada de Investimentos
- O Instituto de Apoio para o Desenvolvimento Empresarial
- O Centro de Bambu
- O Banco de Comércio de Timor-Leste

Orçamento

A Secretária de Estado Apoio e Promoção do Sector Privado tem um Orçamento de 4,293 milhões de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas
Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção do Sector Privado (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	1,083	1,885	4,293	3,576	3,680	3,778	4,806
Recorrentes	1,039	1,722	3,971	3,305	3,398	3,484	4,501
Salários e Vencimentos	290	443	520	86	90	93	97
Bens e Serviços	510	858	2,251	1,971	2,010	2,041	3,000
Transferências Públicas	240	421	1,200	1,248	1,298	1,350	1,404
Capital	44	163	322	271	282	294	305
Capital Minor	44	163	322	271	282	294	305
Capital Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	1,083	1,885	4,293	3,576	3,680	3,778	4,806
Recorrentes	1,039	1,722	3,971	3,305	3,398	3,484	4,501
Capital	44	163	322	271	282	294	305

Perfil de Funcionários

A Secretária de Estado Apoio e Promoção do Sector Privado no período de 2013/2017 tem uma estimativa de força de trabalho de cerca de 135 pessoas. Para o ano de 2013 aloca 135 pessoas, composto por 100 funcionários permanentes e 35 vagas por preencher de 2012. Significa que não prevê força de trabalho para o período seguinte.

SE Sector Privado											
Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministério	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G				
Funcionarios Publicos Actuais	0	7	29	30	25	9	0	100	135	Director Geral	1
Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0		Inspeor Geral	0
Vagas por preencher 2012	0	0	12	13	10	0	0	35		Director Nacional	4
Nova proposta de vagas 2013/2017	0	0	0	0	0	0	0	0		Director Distrital	0
Total Força de Trabalho	0	7	41	43	35	9	0	135		Chefe Departamento	21
										Chefe Seccao	0

Plano Anual da Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção do Sector Privado para 2013

Investidores Nacionais e Internacionais estão Cientes das Oportunidades de Investimentos em Timor-Leste		
Os investidores nacionais e internacionais recebem informações específicas relacionadas às oportunidades de investimento em Timor-Leste	Criar Pacote de Informação aos Investidores.	Investidores nacionais e internacionais serão informados através do pacote de informação disponibilizado para sua decisão sobre a potencialidade de investimentos em Timor-Leste no 4º trimestre. No mínimo 50 investidores nacionais e 50 investidores internacionais contactados e informados no 3º trimestre.
	<ul style="list-style-type: none"> »Contratar um consultor para criar o Portal Electrónico de Investimento »Estabelecer o Portal Electrónico para disponibilizar informações aos Investidores dentro e fora dos pais (nacionais e internacionais) »Elaborar a participação conjunta nas acções de promoção de Timor-Leste junto com o Ministério de Turismo nos eventos nacionais e internacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> »O empreiteiro será empregue no fim do 2º trimestre »O Portal Electrónico funciona no fim do 4º trimestre em 4 línguas com todas as informações regularmente actualizadas »Participam 100% nos eventos de promoção realizados em Timor-Leste e no mínimo 50% dos eventos de promoção cuja participação de Timor-Leste é essencial até ao final de 4º trimestre
Fortalecer a Capacidade Institucional da Direcções Nacionais e o Gabinete da SEAPRI		
Formação e Capacitação dos funcionários técnicos	Identificar os cursos relativamente ao aumento das capacidades de gestão de promoção de investimentos, administração, finanças, IT e outros relacionados	No mínimo cinco funcionários participam nos cursos de capacitação de formação na sua área de especialização no 4º trimestre
Promover a Resolução de Disputa para os Investidores Nacionais e Internacionais através da Arbitragem		
Estabelecer o mecanismo alternativo para resolução de disputas comerciais	Contratar um assessor jurídico para elaborar procedimentos de arbitragem	<ul style="list-style-type: none"> »Um assessor será contratado no 1º trimestre »O procedimento será aprovado e promulgado no fim do 2º trimestre
	Estabelecer uma equipa de serviço interministerial.	A equipa formada composta por representantes dos ministérios e secretarias de estado relacionados no 3º semestre
	Nomeação de árbitro (s)	Nomeia árbitro (s) no fim do 3º trimestre
	Socializar o procedimento de arbitragem a nível nacional e internacional	50 Investidores nacionais e 50 investidores internacionais serão informados sobre o procedimento de arbitragem a nível nacional e internacional no 4º trimestre
Promover o Estabelecimento do Banco Nacional de Desenvolvimento de Timor-Leste		
Estabelecer o plano de acção do estabelecimento do Banco Nacional de Desenvolvimento de Timor-Leste	<ul style="list-style-type: none"> »Rever o plano existente sobre os preparativos já em andamento no que concerne ao estabelecimento do Banco Nacional de Desenvolvimento de Timor-Leste »Fazer os estudos comparativos em Brasil e Angola 	<ul style="list-style-type: none"> »Revisão do plano existente será concluída no 1º trimestre »Estudos comparativos serão realizados no fim do 1º trimestre
	<ul style="list-style-type: none"> »Contratar um especialista da área de estabelecimento do Banco Nacional de Desenvolvimento de Timor-Leste »Formar a equipa de trabalho e contratar dois consultores nacionais para fazer parte da equipa de estabelecimento do Banco Nacional de Desenvolvimento de Timor-Leste. »Apresentar o plano de acção à Secretária de Estado para o Apoio e Promoção do Sector Privado e ao Conselho de Ministros 	<ul style="list-style-type: none"> »Um especialista será contratado no 2º trimestre »Dois consultores nacionais serão empregues no fim do 1º trimestre »O plano de acção será concluído e apresentado ao SEAPRI e finalmente aprovação do Conselho dos Ministros no final de 3º semestre

Futuro Edifício do Banco Nacional de Desenvolvimento de Timor-Leste	Entrar em contacto com a Secretaria de Estado das Terras e Propriedades para concepção de terreno para futuras instalações do Banco Nacional de Desenvolvimento de Timor-Leste.	O terreno será identificado e confirmado no 1º trimestre.
	Contratar um consultor para desenhar as futuras instalações do Banco Nacional de Desenvolvimento de Timor-Leste	O consultor será contratado no 2º trimestre e a entrega do desenho será feita antes da submissão do orçamento para 2014
Fazer Monitorização e Avaliação dos Serviços Sob a Tutela da Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção do Setor Privado		
Identificar e avaliar os progressos alcançados pelas empresas formadas através do programa de capacitação do IADE	»Identificar as empresas formadas através do programa de capacitação do IADE »Avaliar a adequação das capacidades dos funcionários dos Centros de Formação Empresarial.	»Os termos de referência/sistema de monitorização e avaliação serão concluídos no 1º trimestre. »Um relatório de intervenção será concluído no 3º trimestre.
Promover o Estabelecimento do Procedimento da Lei de Investimento Privado		
Estabelecer o procedimento da Lei de Investimento Privado	Preparar o esboço do procedimento da Lei do Investimento Privado para aprovação do Conselho de Ministros.	O procedimento será concluído no 1º trimestre.
Estabelecer as Direcções Nacionais da Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção do Setor Privado		
As Direcções Nacionais funcionam	Recrutar os funcionários temporários para as Direcções Nacionais	29 Funcionários recrutados no 2º trimestre (14 mulheres, 13 homens).
Promover o funcionamento do Serviço de Registo e Verificação Empresarial (SERVE)		
Contribuir para a unificação e o estabelecimento de um balcão único para o Registo e o Licenciamento das Actividades Comerciais de Micro, Pequeno, Médio e Grande Empresas	Socializar a existência e funcionamento do SERVE.	»100 Empresários nacionais e internacionais estão conscientes da utilidade do SERVE no 3º trimestre. »Publicação de rotina através dos meios de comunicação social duas vezes por mês
Promover o Dialogo com o Sector Privado Nacional		
Identificar as dificuldades e sugestões do sector privado nacional no que concerne ao ambiente empresarial	Realizar encontros com sector privado nacional nos distritos com o intuito de reunir as dificuldades enfrentadas	»Duas visitas por mês aos distritos serão concluídas no 1º trimestre »Duas visitas por mês aos distritos serão concluídas no 2º trimestre »Duas visitas por mês aos distritos serão concluídas no 3º trimestre »Duas visitas por mês aos distritos serão concluídas no 4º trimestre
Encontro Empresarial para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países da Língua Portuguesa		
Realizar o Encontro Empresarial de CPLP em Díli, Timor-Leste	Realização do encontro empresarial para a Cooperação Comercial entre a China e os CPLPs.	O encontro tem como principal participantes das Agências de Investimento, dos Empresários da CPLP e dos Membros e oficiais do Governo dos países participantes e vizinhos. O referido encontro terá lugar em Julho de 2013 com participação de mais de 250 pessoas do estrangeiro
Fortalecer o Desenvolvimento Institucional da Agência Especializada de Investimento		
Aumento de capacidades e	Curso ou Formação sobre gestão administrativa e finanças	Envio de 6 (seis) funcionários (3 homens e 3 mulheres) à Indonésia, durante 2

competências dos funcionários da TradeInvest na Gestão Administrativa, Finanças, Investimento, Comércio, Processamento e Línguas		(duas) semanas de curso
	Curso ou Formação sobre Informática (desenho de Website) e domínio de Email	Envio de 2 (dois) funcionários (1 homem e 1 mulher) para o curso de Informática na Indonésia, durante 4 semanas
	Estudo Comparativo sobre processamento de Investimento	Envio de 4 (quatro) funcionários (2 homens e 2 mulheres) para o job training no BKPM Indonésia, durante 1 mês de estudo comparativo
	Curso de aperfeiçoamento das Línguas: Portuguesa e Inglesa	Realização do Curso de Português e Inglês, para 30 funcionários da Agência TradeInvest, em Díli, 2 horas por dia, durante 1 mês para cada língua
Organização de Treinamento e Seminários em Timor-Leste e no estrangeiro		
Elevar capacidades de Empresários Timorenses sobre Investimento e Atracção de Investimentos Potenciais Estrangeiros principalmente na área de agricultura, pesca, indústria manufactura e turismo ao nosso País	Treinamentos/Seminários aos agentes do Sector Privado Timor-Leste e Seminário a nível internacional para as Agências de Investimento dos Países, empresários nacionais e estrangeiros e oficiais do Governo da RDTL (representantes dos Ministérios relevantes na área de Investimento) e funcionários da TradeInvest	»2 Treinamentos: total 100 empresários timorenses: com participação de 50 empresários cada (25 homens e 25 mulheres cada fase), Realização: Segundo Trimestre e Terceiro Trimestre »1 Seminário em Díli a nível Internacional com participação de 200 pessoas – 100 homens e 100 mulheres) sector privado Timor-Leste e agentes do Governo. Realização fins do 2º Trimestre
	Realização de Seminários/Workshop sobre potencialidades de investimento na Indonésia, Austrália, Malásia e Singapura	Preparação dos planos de contactos, programas no 1º e 2º Trimestre, realização no 3º e 4º Trimestres
Criação do Centro de Informação de Monitorização e Fiscalização		
Criação de dados gráficos actuais sobre o desenvolvimento dos projectos de Investimento realizados em Timor-Leste	Recolha de informações sobre os projectos de investimento aprovados e monitorização e fiscalização dos incentivos de investimento através das Direcções das Alfândegas e Taxas	»Preparação de agenda de actividades e questionários no primeiro trimestre + 4 pessoas (2 homens e 2 mulheres) »Recolha de informações no Segundo trimestre (3 homens e 3 mulheres); Feitura de dados gráficos no terceiro trimestre »Publicação através do Website, folhetos de informação no quarto trimestre
Estabelecer e Reforçar a Capacidade Institucional do Centro de Bambu		
Dinamizar todos os serviços do Centro de Bambu	Renovar os contratos dos funcionários (54 pessoas)	»Os contratos dos funcionários serão renovados no 1º trimestre »5 mulheres e 49 homens sujeito ao desempenho de cada um
	Recrutar mais 5 funcionários	»O recrutamento será feito e completado no 1º trimestre: 1 extensionista, 1 vendedor (a), 1 electricista, 1 assistente administrativo e 1 técnico (a) de carpintaria
Assegurar e Aumentar a Produção de Produtos Comercializáveis do Centro de Bambu		
Assegurar a disponibilidade de matérias-primas (Au Betun para a produção de Au Kabelak)	Comprar matérias-primas (Au Betun) em Ermera, Aileu e Liquiça	As matérias-primas de 19.200 troncos com a medida de 2,70 cm ou 1.600 tronco por mês serão comprados provenientes da população local.
	Produzir Au Kabelak	Por mês 128 metros quadrados de Au Kabelak ou 1.536 metros quadrados serão comprados.
Disponibilidade de (Au Betar para a produção de Cortinas)	Comprar matérias-primas (Au Betar) em Ermera, Aileu e Liquiça	Comprará as matérias-primas (Au Betar) com o montante de 6000 troncos com a medida de 1,90 cm serão comparadas no 2º trimestre.
	Produzir cortinas	Produzirá cortinas com a medida de 1,80 m*1.500 m no 3º trimestre
Assegurar a disponibilidade de goma PF, UF e Adesivo	Comprar goma	Comprará goma para a produção de Au Kabelak 1.875 kg/litro por ano a fim de produzir Au Kabelak com o montante de 1.700 pedaços no 2º trimestre.
Assegurar a disponibilidade de químicos (Bórax & Acido	Comprar químicos	Disponibilizará Bórax de 32 sacas e Boric 32 sacas para o tratamento (Daan Au) com o intuito de garantir a qualidade das <i>SPLITS</i> e dos seus produtos finais no 2º

Boric)		trimestre.
Garantir a Disponibilidade de Materiais de Acabamento (Finishing Materials) - CB		
Assegurar a disponibilidade de materiais de acabamento de Au Kabelak	Comprar Industry Sanding Paper	Industry Sanding Paper será disponibilizada no 2º trimestre.
Assegurar a disponibilidade de materiais de acabamento para produção de mobiliários	Comprar os materiais de acabamento (Lixa, varnish, thinner e goma PVAC)	Os materiais de acabamento serão comprados no fim do 2º trimestre.
Assegurar a disponibilidade de máquinas/equipamentos manuais e sobressalentes (Laminas)	Comprar máquinas/equipamentos manuais	Os materiais de acabamento serão comprados no fim do 2º trimestre.
Alargar as actividades de Plantação de Bambu na Comunidade		
Assegurar a disponibilidade de mudas de bambu	Comprar Au Sanak e Embalagem plástica (Polybag)	2000 mudas de bambu serão plantadas no Suco de Selo Malere, Distrito de Aileu no 3º trimestre
Assegurar a plantação de Bambu a cobrir 10 hectares	Plantar bambu no Suco de Maurusa	A plantação de Bambu será feita no fim do 3º trimestre.
Identificar e visitar o centro de comunidades agricultores de bambu	Providenciar treinamento sobre <i>Clump Management</i> para os agricultores de bambu e monitorizar a plantação de bambu	Os agricultores receberão treinamentos no tocante à melhor manutenção do bambu no 3º trimestre.
Garantir o Acesso ao Mercado para os Produtos Mobiliários de Centro de Bambu numa Escala Nacional		
Promover os materiais feitos de bambu	Identificar os meios de comunicação social como jornais, rádios e televisão com o intuito de divulgar os produtos feitos de bambu.	Os consumidores de materiais feitos de bambu, em todo o território de Timor-Leste ficam conscientes com produtos do Centro de Bambu no 2º trimestre e aumentará o volume de vendas de produtos do Centro de Bambu no 4º trimestre.
Fortalecer e Elevar os Conhecimentos dos Funcionários Técnicos de Formadores do IADE para Dar Apoio e Assistências de Formação aos Empresários		
Formação e capacitação para os funcionários técnicos	Analisar as necessidades de formação para os formadores que executam as atividades nos CDEs de Manufahi, Aileu Liqueça e Manatuto	»Preparar condições das necessidades do trabalho dos formadores a serem recrutados pelo CFP para novos 4 CDEs. »Irão começar no segundo trimestre do ano de 2013
	Certificar os formadores dos CDE-IADE baseando no padrão qualificação nacional do INDMO dando assim a competência de implementação do programa iniciando desta forma o melhoramento para o negócio.	»Os funcionários técnicos (formadores) no total de 11 pessoas irão obter Certificados de nível III do INDMO e Certificação de reconhecimento do ILO-Turin »Irão começar no início do terceiro trimestre de 2013 em centro de formação do INDMO
	Formação para os formadores (TOT)	»Os funcionários técnicos (formadores) no total de 15 pessoas foram atribuídos competências para serem formadores do programa KHIN. »Formação para formadores do programa Hadiyah Ita Nia Negócio-KHIN;SIYB há-de realizar uma vez para aqueles formadores dos CDEs que já obtiveram certificados de nível III do

		<p>INDMO</p> <p>»Irá começar no início do segundo trimestre de 2013 em Díli</p> <p>»Os funcionários técnicos (formadores) no total de 10 pessoas foram atribuídos competências para serem formadores do programa de Gestão de Contratos para os contratos há-de realizar uma vez para aqueles formadores dos CDEs que já obtiveram certificados de nível IV do INDMO</p> <p>»Esta actividade irá começar no início do segundo trimestre de 2013 em Díli</p>
	Monitorização (coaching) para os formadores que já concluíram formação como formador na TOT	<p>»Haver avaliação e recomendação aos formadores para poder frequentar mais cursos de qualificação.</p> <p>»Para os novos formadores devem ser bem capacitados para exercer as suas funções com profissionalismo</p> <p>»Esta actividade irá começar no início do terceiro trimestre de 2013, em 9 CDEs nos distritos.</p>
	Realizar cursos de Aperfeiçoamento para os técnicos de formadores do IADE	<p>»Devem ser já identificados relacionado ao conteúdo da matéria, metodologia, utilização instrumento de formação consoante ao objetivo do programa dos CDE-IADE.</p> <p>»Rever o conteúdo da matéria, promover exercícios para serem adaptados as necessidades da comunidade</p> <p>»Irá começar no início do terceiro trimestre e finaliza no quarto trimestre de 2013, em 9 CDEs nos distritos.</p>
	Estagiar no estrangeiro como Indonésia na área de consultoria.	<p>Coordenador Centro Desenvolvimento Empresarial-CDE e formador que são identificados potencial para exercer como conselheiros devem ser já capacitados para exercer as funções como conselheiro em diversas áreas de Business Development Services na Indonésia. Estagio para 6 Conselheiros dos CDE nos distritos</p> <p>Irá começar no início do segundo até quarto trimestre de 2013</p>
Capacitar os funcionários técnicos nas áreas de informação, promoção, pesquisa ao mercado e apoio empresarial		
Capacitar os funcionários da Direção Informação, promoção e pesquisa mercado	Treinamento para ligação (businessmatchmaking)	<p>»15 Funcionários irão ter conhecimento adequado a respeito de ligação de comercialização</p> <p>»Irá começar no primeiro e segundo trimestre do ano 2013 em Timor Leste</p>
	Estagiar nas áreas de mercadoria, inovação de produtos e preparação para Feira	<p>»Para obter conhecimento adequado na área de comercialização, inovação de produtos e preparação de para Feira, 4 funcionários irão estagiar durante duas semanas na Indonésia e Austrália</p> <p>»Este programa irá começar no segundo até quatro trimestres no ano de 2013</p>
Elevar conhecimento dos funcionários do IADE nas áreas de Gestão da administração, finanças, hospitalidades, liderança, ética como servidor do Estado		
Funcionários exercem as suas funções com profissionalismo	Realizar cursos de formação de Gestão administrativas	<p>»Para os funcionários e Gestores que trabalham no IADE poderem desempenhar as suas funções com profissionalismo</p> <p>»15 Funcionários participarão no treinamento</p> <p>»Este programa irá começar no primeiro até quarto trimestres no ano de 2013, no INAP, Canossa e Salão do IADE</p>
	Realizar cursos de formação de Gestão de Liderança	»Para os funcionários e Gestores que trabalham no IADE poderem desempenhar as

		<p>suas funções com profissionalismo</p> <p>»30 Funcionários participarão no treinamento</p> <p>»Este programa irá começar no primeiro até quatro trimestres no ano de 2013, no INAP, Canossa e Salão do IADE</p>
Sensibilização das leis e decretos do Governo e das leis da função pública	Realizar seminários para as leis e os decretos do Governo e das leis da função pública.	<p>»Os funcionários e Gestores que trabalham no IADE já entenderam bem os direitos e deveres como servidor do Estado</p> <p>»Este programa irá começar no segundo trimestre no ano de 2013, no INAP, Canossa e Salão do IADE</p>
Formação e Capacitação para os empresários micro, pequenos médios empresários		
Aumentar conhecimentos e melhoramento das capacidades dos micros, pequenos e médios empresários nas áreas de Gestão de Negócios	Desenho a produção de brochuras de formação Buka Ideia negosiu-BIN, Komesa Ita nia Negosiu-KIN, Hadia Ita nia Negosiu-HIN, Business Managemen Contractor -BMC e mais outros	<p>»Finalizar módulos, brochuras, no total de 900, irão ser distribuídas aos 9 CDEs nos distritos</p> <p>»Este programa irá começar no primeiro até quatro trimestres no ano de 2013</p>
	Analisar necessidades de formação (ANF-TNA)	<p>»Recolher os dados dos micros, pequenos e médios empresários que queiram participar nos cursos de formação empresarial.</p> <p>»Já estão recolhidos dados dos micros, pequenos e médios empresários no total de 1000</p> <p>»Este programa irá começar no primeiro até quatro trimestres no ano de 2013 em 13 distritos de Timor Leste.</p>
	Cursos de Formação Empresarial	<p>»1000 (40 % mulheres, 60 % homem) Micro, pequenos e médios empresários já tem conhecimento do módulo do Plano de Negocio e melhoramento de Gestão do Negocio.</p> <p>»240 (30 % mulheres, 70 % homem) empreiteiros nos distritos também já têm conhecimento do módulo Pricing and Biding e Gestão de Contrato.</p> <p>»Este programa irá começar no primeiro até quatro trimestres no ano de 2013 em 13 distritos de Timor Leste.</p>
	Monitorização & Avaliação, impacto de avaliação	<p>»Os IADE-CDEs devem finalizar recolhimentos dos dados dos empresários que frequentaram cursos de formação mais de um ano »Monitorização e Avaliação irão efetuar uma vez por 2 anos</p> <p>»Este programa irá começar no primeiro até quarto trimestre no ano de 2013 em 13 distritos de Timor Leste</p>
Fornecer assistência de Consultoria aos empresários que deparam dificuldades		
Consultoria e Aconselhamento individual	Plano de Negócio	<p>»Prestação de serviços de Consultoria já é dada pelo consultor aos empresários que deparam problemas.</p> <p>»São atendidos assistência de consultoria 15 empresários</p> <p>»Este programa irá começar no primeiro até quatro trimestres no ano de 2013 em 9 CDEs nos distritos</p>
	Melhoramento do Negócio	»Para os empresários que se deparam com problemas de planeamento, financeiro, Calculo Custos, Contabilidade, controlo do stock, Gestão de comercialização são atendidos

		<p>»São atendidos assistência de consultoria 15 empresários</p> <p>»Este programa irá começar no primeiro até quatro trimestres no ano de 2013 em 9 CDEs nos distritos</p>
Consultoria e Aconselhamento em grupos	Plano de Negócio	<p>»Prestação de serviços de Consultoria já é dada pelo consultor aos empresários que deparam problemas.</p> <p>»São atendidos assistência de consultoria 15 empresários</p> <p>»Este programa irá começar no primeiro até quatro trimestres no ano de 2013 em 9 CDEs nos distritos</p>
	Melhoramento do Negócio	<p>»Os empresários que têm vindo a deparar-se com problemas a respeito de Comercialização, planeamento financeiro, cálculo de custos, Contabilidade controlo do stock, Gestão de compras solucionado</p> <p>»50 Empresários que irão pedir assistência do CDE-IADE.</p> <p>»Este programa irá começar no primeiro até quatro trimestres no ano de 2013 em 9 CDEs nos distritos</p>
Adaptar com o currículo e preparar o material para responder às necessidades dos micros, pequenos e médios empresários		
Fazer adaptações para o currículo existente no sector privado	Adaptar o currículo do módulo" kursu Komesa ita nia Negosiu e subsector agricultura (Veterinária e Horticultura.	<p>»Concluído os Currículos "Iniciar o nosso negócio, Negócio de Veterinária e Horticultura "</p> <p>»Iniciar o nosso negócio 300 módulos</p> <p>»Negócio de Veterinária 300 módulos</p> <p>»Horticultura 300 módulos</p> <p>»Este programa irá começar no primeiro trimestre no ano de 2013 em Dli</p>
	Adaptar o currículo do modulo" Iniciar o nosso Negocio e subsector Hospitalidade.	<p>»Currículo de formação Iniciar o nosso negócio e Hospitalidade já concluído</p> <p>»Iniciar o projeto-piloto para utilização dos módulos em Lautem (Com), Atauro 40 pessoas</p> <p>»Este programa irá começar no primeiro trimestre no ano de 2013</p>
	Desenhar o esquinaria do drama negócio e crescimento do negócio através do programa através da televisão e radio	<p>»O Esquinaria concluído e publicado</p> <p>»Este programa irá começar no primeiro trimestre até quarto no ano de 2013</p>
Os empresários obtêm a didáctica de formação adequada	Produzir o manual do módulo iniciar o negócio no subsector de Agricultura, Módulos KIN, Veterinária e Horticultura	<p>»Manual de formação KIN Veterinárias Horticultura já concluído</p> <p>»Módulo KIN Veterinário 200 e Módulo KIN, Horticultura 200</p> <p>»Este programa irá começar no primeiro trimestre até quarto no ano de 2013</p>
	Produzir manual ideias de negócios BIN	<p>»Manual modulo BIN já concluído 500</p> <p>»Este programa irá começar no primeiro trimestre no ano de 2013</p>
	Produzir manual ideias de iniciar um negócio KIN	<p>»Manual modulo KIN já Concluído 1000</p> <p>»Este programa irá começar no segundo trimestre no ano de 2013</p>
	Produzir Manual de Comercialização	<p>»Total de 1000, manual preparado</p> <p>»Este programa irá começar no segundo trimestre no ano de 2013</p>
	Produzir Manual de cálculo de custos	<p>»Total de 1000, manual preparado</p> <p>»Este programa irá começar no segundo trimestre no ano de 2013</p>
	Produzir Manual Contabilidade	<p>»Total de 1000, manual preparado</p> <p>»Este programa irá começar no segundo trimestre no ano de 2013</p>

	Produzir Manual Planeamento Financeiro	»Total de 1000, manual preparado »Este programa irá começar no segundo trimestre no ano de 2013
	Produzir Manual Controlar o stock	»Total de 1000, manual preparado »Este programa irá começar no segundo trimestre no ano de 2013
	Produzir Manual Gestão de compras	»Total de 1000, manual preparado »Este programa irá começar no segundo trimestre no ano de 2013
Promover o acesso de mercado aos empresários		
Cria ligação entre vendedores e compradores	Pesquisa feita através dos CDEs nos distritos a respeito dos produtos potenciais e criar ligação entre vendedores e compradores	»Os empresários obtêm boas relações entre vendedores e compradores para que os produtos possam ser vendidos »30 Pessoas já devem obter transação de mercadorias dos seus produtos através deste programa. »Este programa irá começar no primeiro até quarto trimestre no ano de 2013
	Promover encontros periódicos para promover ligação entre compradores e vendedores em 4 CDEs	»Nesses eventos os empresários passam a ter boas relações de transação de mercadorias. »Este programa irá começar no primeiro até quarto trimestre no ano de 2013
Criar novas ideias de transação de mercadorias	Rede de Negócios	»Para facilitar informações entre empresários »Este programa irá começar no primeiro até quarto trimestre no ano de 2013
Promover inovações de produtos potenciais passando assim um produto de boa qualidade no mercado		
Pesquisa para obter dados potenciais	Pesquisa de mercado para grupos negociantes (Grupos de incubador) para os produtos potenciais ao mercado	»Já possuem dados de produtos potenciais em 2 distritos »Este programa irá começar no primeiro trimestre até segundo no ano de 2013
Obter dados de valores do sector privado	Pesquisa de cadeia de valores para áreas de turismo	»Já possuem dados para serem implementados »Este programa irá começar no primeiro trimestre no ano de 2013
Para promover os produtos inovativos	Organizar concurso (business Award) para os produtos inovativos	»Os empresários que possuem produtos inovativos irão receber prêmios no ano de 2013. »Este programa irá realizar na terceira trimestre no ano de 2013
Estabelecer plano de ação para cadeia de valores no sector de turismo	Promover planeamento de implementação dos programas da economia nos distritos	»Já possuem plano de implementação dos programas de cadeia de valores para o turismo e são direcionados para nível local. »Este programa irá começar no terceiro trimestre no ano de 2013 em Timor Leste
Já são identificados produtos potenciais em cada distrito	Realizar fórum económico nos distritos	»Empresários e a comunidade são informados a respeito dos produtos potenciais »Este programa irá começar no primeiro até quarto segundo trimestre no ano de 2013 em Timor Leste
Divulgação de informação para o desenvolvimento do sector Privado		
Divulgação Informação a respeito da política do governo nas áreas de promoção no desenvolvimento do sector	Actualizar informação no website	»Públicos podem ter acesso as informações. 1800 Podem visitar portal para acompanhar as novas informações »Este programa irá começar no primeiro até quarto trimestre no ano de 2013
	Divulgar a tenderização através do sistema de informação (TIS)	»As empresas devem obter informações a respeito da tenderização 2000 Podem ter informações de tenderização

Privado		»Este programa irá começar no primeiro até quarto trimestre no ano de 2013 em 13 distrito de Timor Leste
	Imprimir brochures e panfletos	»Os empresários já podem obter informações os programas do IADE-CDEs nos distritos. »2500 Exemplares são distribuídas »Este programa irá começar no primeiro trimestre no ano de 2013 em Timor Leste
	Promover promoção através de seminários e feiras dos trabalhos do IADE-CDEs	»Esta campanha irá ser executada pelo Super trainer do IADE para que o público possa ter informações das atividades do IADE-CDEs »Este programa irá começar no primeiro até quarto trimestre no ano de 2013 em Timor Leste
Implementação e manutenção do sistema de base de dados e capacitação técnico-profissional para os funcionários do IADE e CDEs		
Implementação do sistema de base de dados nos CDEs	Realiza visitas regulares para dar apoio aos CDEs	»Todos os CDEs recebem regularmente visitas de trabalho do Departamento de Base de Dados e IT »Este programa irá começar no primeiro até quarto trimestre no ano de 2013 em Timor Leste
Melhoramento da Gestão do Património do estado no IADE	Desenvolver o sistema de controlo para o património do estado no IADE-CDEs	»Gestão para desenvolver o sistema de controlo do Património do Estado »Este programa irá começar no quarto trimestre no ano de 2013 em Timor Leste
Melhoramento da capacitação técnica do departamento plano de base de dados e IT	Promover treino técnico de conhecimento avançado nas redes de computadores e desenvolvimento de sistema	»Os funcionários técnicos qualificados já podem resolver os problemas técnicos do IADE-CDEs »Este programa irá começar no primeiro até quarto trimestre no ano de 2013 em Timor Leste
	Treinamento para usuários do IADE-CDEs no tocante ao sistema	»Para o IADE-CDEs tem todos os assuntos registados no sistema »Este programa irá começar no primeiro até quarto trimestre no ano de 2013 em Timor Leste

Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade

Papel

A Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade (SEPI) é o órgão central do Governo encarregue de estabelecer, coordenar e avaliar as políticas definidas e aprovadas em Conselho de Ministros na área da promoção e da defesa da igualdade entre os géneros.

As principais actividades da Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade são as seguintes:

- Prestar apoio ao estabelecimento de políticas globais e sectoriais com incidência específica na promoção da igualdade e no fortalecimento do papel da mulher na sociedade;
- Desenvolver propostas, aconselhar e intervir de acordo com a lei em todas as áreas relacionadas com a promoção da igualdade, bem como estabelecer um mecanismo para a análise de legislação, políticas e programas do Governo em cada ministério ou instituição;
- Coordenar com outros ministérios no que diz respeito a actividades que apoiem a promoção da igualdade e o fortalecimento do papel da mulher;
- Desenvolver pareceres e prestar apoio a organizações de mulheres envolvidas na promoção e defesa da igualdade entre os géneros, e por conseguinte assegurar o estabelecimento de um mecanismo de consulta com a sociedade civil e com organizações nacionais e internacionais;
- Manter uma opinião pública informada e sensibilizar o público para questões relacionadas com a igualdade entre os géneros, direitos das mulheres, recursos para meios de comunicação social e publicação e disseminação de informações, bem como com outros meios considerados apropriados;
- Garantir a participação de instituições e ONG na implementação da política de igualdade entre os géneros e providenciar competências técnicas e certificados de qualidade para indivíduos e entidades / organizações que envolvam a promoção e a defesa da igualdade entre os géneros;
- Cooperar com outras organizações a nível local ou internacional e participar em grandes eventos internacionais relacionados com a promoção da igualdade entre os géneros e com a promoção da implementação a nível nacional.

Orçamento

A Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade tem um Orçamento de 2,167 milhões de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	1,049	1,377	2,167	1,933	2,011	2,091	2,175
Recorrentes	1,002	1,317	2,134	1,907	1,984	2,063	2,146
Salários e Vencimentos	204	274	277	288	300	312	324
Bens e Serviços	699	944	1,357	1,411	1,468	1,526	1,588
Transferências Públicas	99	100	500	208	216	225	234
Capital	47	60	33	26	27	28	29
Capital Minor	47	60	33	26	27	28	29
Capital Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	1,113	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	1,113	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	1,049	2,490	2,167	1,933	2,011	2,091	2,175
Recorrentes	1,002	2,430	2,134	1,907	1,984	2,063	2,146
Capital	47	60	33	26	27	28	29

Perfil dos Funcionários

A Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade no período de 2013/2017 tem uma estimativa de força de trabalho de cerca de 55 pessoas. Para o ano de 2013 aloca 55 pessoas, composto por 40 funcionários permanentes e 15 vagas por preencher de 2012. Significa que não prevê força de trabalho para o período seguinte.

Secretaria do Estado da Promocao e Igualdade											
Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministerio	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G				
Funcionarios Publicos Actuais	1	1	8	13	9	7	1	40	55	Director Geral	1
Agente da Admionstracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0		Inspeor Geral	1
Vagas por preencher 2012	1	1	0	13	0	0	0	15		Director Nacional	2
Nova proposta de vagas 2013/2017	0	0	0	0	0	0	0	0		Director Distrital	0
Total Força de Trabalho	2	2	8	26	9	7	1	55		Chefe Departamento	7
										Chefe Seccao	0

Plano Anual da Secretária de Estado para a Promoção da Igualdade para 2013

Desenvolvimento de capacitação institucional		
Reforço na capacitação dos Recursos Humanos em áreas técnicas de apoio ao fluir eficiente de todas as actividades na área de abordagem integrada de género	<p>2 Funcionários da SEPI (1M, 1H) terminam o Mestrado na área de administração pública em 2013;</p> <p>5 Funcionárias frequentam o curso de Liderança na área de Género em Jacarta, Indonésia (5M);</p> <p>3 Funcionários/as frequentam o curso de Gestão Financeira e Contabilidade em Bali (2 M, 1 H);</p> <p>2 Funcionárias frequentam o curso de Informática na área de redes informáticas (2M);</p> <p>2 Funcionárias frequentam formações na área de Media e Gestão de Comunicação em Bali (2M);</p> <p>2 Funcionárias frequentam o curso de Gestão de capacidades e Secretariado em Jacarta (4M);</p> <p>Funcionários frequentam o curso de Gestão de Aprovisionamento em Bali (1M, 3H);</p> <p>1 Funcionária frequenta a formação na área de auditoria Interna (Administrativa e financeira) em Portugal (1M);</p> <p>4 Funcionários/as frequentam o curso de Excel avançado em Timor-Leste (2M; 2H);</p> <p>2 Funcionários/as frequenta o curso de organização e Gestão de Arquivos em Timor-Leste (1M;1H);</p> <p>5 Funcionários/as frequentam o curso de Inglês em Timor-Leste (5 M; 4H);</p>	<p>RE: Estudos mais precisos, com técnicas estatísticas mais elaboradas sobre a área de género</p> <p>Plano de rede para um trabalho em equipa mais eficiente</p> <p>Gestão de projectos mais eficaz</p> <p>Processos de auditoria desenvolvidos, facilitando uma gestão mais precisa e transparente</p> <p>Gestão de arquivos mais eficiente</p> <p>Monitorização de todas as actividades com apresentação de relatórios de progresso interiorizados aquando das tomadas de decisão</p> <p>Melhor comunicação com parceiros internacionais, com funcionários mais qualificados para falar Inglês</p> <p>Melhor capacidade de articulação com a comunicação social, mais eficaz na sensibilização sobre a abordagem integrada de género e violência baseada no género</p> <p>ID: Número de funcionários da SEPI que vêm incrementadas as suas capacidades técnicas nas áreas em que são formados (68%)</p>
	<p>Coordenar, com a Secretaria de Estado da Igualdade de Portugal, para o envio de 2 funcionários/as para o estágio profissional (1M,1H)</p>	<p>RE: Funcionários/as mais capacitados para lidarem com as dificuldades técnicas, com que se deparam diariamente (nomeadamente com a língua Portuguesa), e com maiores conhecimentos na área de género</p> <p>ID: Nível de produtividade dos funcionários (2 funcionários terminam o estágio profissional em Portugal com sucesso (1M, 1H))</p>
	<p>Realização de um retiro para a preparação do orçamento para 2014</p>	<p>RE: A SEPI dispõe de um orçamento devidamente planeado para suportar a implementação das actividades programadas, tendo em consideração a sugestão de todos os membros envolvidos</p>

		ID: Nível de cooperação que conduz a uma consolidação mais eficiente (1 orçamento consolidado após a participação e colaboração de todos os funcionários/as da SEPI, incluindo os/as alocados/as nos distritos)
	Realização de um retiro anual para avaliação das actividades realizadas durante o ano	RE: Identificação dos sucessos e dificuldades sentidas durante a implementação, para que em futuros anos se corrijam erros e se repitam boas práticas, verificadas durante o ano ID: Número de pontos a melhorar que são salientados e tomados em consideração em planos futuros (1 retiro realizado com a participação activa de todos/as os funcionários/as da SEPI)
Reforço do desenvolvimento de competências e conhecimentos, por parte dos/as funcionários/as da SEPI, na área de género	Realização de formações aos funcionários da SEPI sobre género, sobre a Lei Contra violência doméstica (LCVD) e sobre a violência baseada no género (VGB)	RE: Funcionários da SEPI dotados de mais conhecimentos na área de género, LCVD e VBG podendo, assim, sensibilizar um maior número de pessoas e contribuir para uma sociedade mais equitativa, quanto ao género ID: Nível de conhecimento sobre LCVD e VGB (13 funcionários da SEPI, alocados aos distritos, e 5 funcionários em Díli (3M, 2H) têm conhecimentos suficientes)
Dotar todos os funcionários da SEPI de conhecimentos necessários sobre Corrupção	Realização de uma sessão de trabalho sobre corrupção, envolvidos todos os funcionários da SEPI (incluindo os 13 funcionários/as colocados nos Distritos - 1 dia)	RE: Funcionários da SEPI têm conhecimentos precisos sobre corrupção e como evitá-la ID: Nível de conhecimento sobre corrupção (Na sessão de trabalho realizada, espera-se que todos os funcionários da SEPI tenham adquirido conhecimentos suficientes)
	Inspeção e Auditoria aos distritos	RE: Funcionários, aconselhados pela equipa de I&A, seguem os procedimentos, que lhes permitem ser mais eficientes e evitar qualquer situação que seja alvo de suspeição ID: Número de distritos inspeccionados (6 Funcionários/as da SEPI nos distritos são inspeccionados pela I&A)
Assegurar boa comunicação entre superiores hierárquicos e funcionários da SEPI	Realização de encontros regulares/trimestrais em Díli	RE: Existência de maior comunicação e colaboração entre a equipa da SEPI para que o trabalho flua de forma eficiente (de forma que os superiores hierárquicos consigam sempre acompanhar as actividades trimestrais de cada funcionário/a) e para que haja uma relação mais saudável entre colegas ID: Nível de participação dos vários departamentos numa tarefa única (Os planos de trabalho, relativos aos trimestres seguintes, estão bem definidos e envolvem o trabalho harmonioso em equipa dos vários departamentos)
Conseguir mobilizar Apoios Financeiros e Recursos Humanos	Encontro regular com Doadores	RE: Reforço de coordenação e cooperação com os doadores, que suportam a implementação da igualdade de Género

externos à SEPI		ID: Nível de informação providenciada aos doadores (os doadores são informados de todos os resultados de implementação das actividades por eles financiados e suportados)
Advocacia às políticas e legislações sensíveis ao género nas instituições do Governo		
Desenvolvimento de uma estratégia de lobbying e advocacia para promover a formulação e aprovação de políticas e legislação sensíveis ao género	Encontro Regular Trimestral com Grupo de Mulheres parlamentares de Timor-Leste (GMPTL)	RE: Todas as leis discutidas são abordadas numa perspectiva de abordagem integrada de género e são, consequentemente, sensíveis ao género ID: Número de leis sensíveis ao género (todas as leis produzidas, em 2013, pelo Parlamento Nacional, são sensíveis ao género)
	Participação no encontro bilateral na Indonésia dirigido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros	RE: A SEPI pode contribuir com ideias e opiniões nesse encontro e beneficiar de mais experiências nas matérias em discussão para, posteriormente, proceder à advocacia destas junto das instituições governamentais respectivas ID: Informação relevante reportada à SEPI (anualmente, 1 Ponto Focal da SEPI e o Director-geral participam nesse encontro na Indonésia e um relatório é emitido com ideias e experiências relevantes)
	Participação na formação sobre ASEAN na Indonésia e Singapura	RE: A presença da SEPI, nas reuniões de preparação para adesão de TL à ASEAN, é vista como uma mais-valia, já que colocará em evidência o bom trabalho realizado na área de género em Timor-Leste e contribuirá para a exposição de boas práticas também levadas a cabo nos países membros, fortalecendo a capacidade de advocacia do órgão institucional Timorense responsável pela abordagem integrada de género ID: Informação relevante reportada à SEPI (1 Ponto Focal da SEPI (1M) participará na formação organizada pelo Secretariado da ASEAN em Timor-Leste e emitirá um relatório com ideias e experiências relevantes)
	Participação no encontro da CPLP	RE: Exposição às boas práticas, levadas a cabo pelos países membros da CPLP, quanto a políticas e programas desenvolvidos que visam a abordagem integrada de género (e posterior advocacia das mesmas junto dos órgãos governamentais respectivos), e revelar o bom trabalho que a SEPI tem realizado nos dois anos anteriores ID: Informação relevante reportada à SEPI (1 Encontro bienal realizado com uma apresentação bem acolhida, e troca de ideias, que ajudem futuras medidas a adoptar em Timor-Leste no âmbito da abordagem integrada de género)
	Participação no CSW	RE: A SEPI tem ao seu dispor informação sobre o estado geral da mulher no mundo e como melhor proceder a uma abordagem integrada de género,

		tendo em consideração os vários exemplos dos membros representantes ID: Adopção de medidas/ideias apreendidas durante o evento CSW em Timor-Leste (pelo menos uma ideia/medida é adoptada com sucesso na realidade de Timor-Leste)
	Participação na Conferência Interministerial da Ásia	RE: Exposição às boas práticas levadas a cabo nos países presentes na conferência, fortalecendo a capacidade de advocacia do órgão institucional Timorense responsável pela abordagem integrada de género ID: Informação disponível sobre boas práticas adoptadas pelos países presentes na conferência (Secretária de Estado apresenta novas ideias surgidas da conferência)
	Encontro semestral do Conselho Consultivo	RE: Garantir a implementação de programas, políticas e leis sensíveis ao género ID: Número de Políticas, Programas e Leis existentes sensíveis ao género (valor marginal crescente, relativamente ao ano anterior)
Aumentar a quantidade de legislação produzida, que seja sensível ao género	Desenvolvimento de estratégias para lobbying e advocacia aos grupos de trabalho de género ao nível ministerial	RE: As leis e políticas produzidas, que tenham maior impacto na vida das mulheres, são analisadas sob uma perspectiva de género ID: Número de leis/políticas revistas e número de comentários incluídos (80% da legislação produzida é analisada pela SEPI e os comentários sugeridos são sugeridos com sucesso aos respectivos membros dos GTG a nível ministerial)
Continuação da implementação da LCVD (sistema legal) e do PAN	Mesa redonda – Continuação das actividades de 2011 sobre a implementação da LCVD	RE: Os juizes, procuradores e advogados providenciam assistência adequada às vítimas de VD As vítimas são atendidas devidamente ID: Número de vítimas de VD assistidas convenientemente pelo sistema legal Timorense (90% das vítimas de VD teve o apoio devido)
	A SEPI acompanha a implementação da Lei Contra a Violência Doméstica (LCVD) e o Plano de Ração Nacional (PAN)	RE: A equipa de Monitorização e Avaliação (M&A) providencia indicadores de desempenho da implementação da LCVD e PAN - Violência Baseada no Género ID: O número de casos levados a tribunal, o número de detenções, o número de casos de apoio social e de saúde às vítimas aumenta e as formações providenciadas à PNTL evolui de acordo com os resultados do programa (evolução crescente, face ao ano anterior)
	Realização de encontros de coordenação com parceiros que se responsabilizam pela implementação do Plano de Ração	RE: Maior coordenação entre parceiros na implementação do PAN ID: Nível de informação sobre os progressos e desafios na implementação

	Nacional (PAN) sobre a violência doméstica	do PAN (todos os parceiros estão bem informados)
Advocacia à abordagem integrada de género nas instituições do governo e outras agências do Estado		
Fortalecer a capacidade de abordagem Integrada de Género (AIG) nas Instituições e ministérios chave	Facilitar formações sobre AIG aos Grupos de Trabalho de Género (GTG) ministeriais e distritais	RE: Aumentar o número de programas implementados pelas instituições governamentais, que sejam sensíveis ao género ID: Número de Ministérios/Secretarias de Estado que implementam programas sensíveis ao género (50%)
	Encontro regular trimestral inter Grupo Trabalho de Género (GTG) – Ministerial	RE: Reforçar a coordenação e cooperação entre a SEPI e todos os Ministérios/Secretarias de Estado para uma abordagem integrada do género ID: Grau de cooperação verificado entre SEPI e Ministérios/Secretarias de Estado (novas iniciativas conjuntas, resultantes das reuniões)
	Encontro regular trimestral inter GTG – Distrital e com outros parceiros	RE: Reforçar a coordenação e cooperação entre a SEPI, o Governo local e os restantes parceiros para uma abordagem integrada do género mais eficaz ID: Grau de cooperação verificado entre SEPI, o Governo local e outros parceiros (novas iniciativas conjuntas, resultantes das reuniões)
	Participação da SEPI nas reuniões realizadas pelos Grupos de Trabalho de género Distritais	RE: Reforço de coordenação entre SEPI e GTG-Distritais ID: Número de distritos visitados/apoiados pela SEPI (75%)
	Reuniões com os Administradores de Distrito	RE: Coordenação eficiente de esforços entre os administradores de distrito e os GTG a nível distrital para uma eficaz abordagem integrada de género ID: Nível de coordenação entre administradores de distrito e os GTG a nível distrital (os 13 administradores de distrito estão bem informados sobre o trabalho realizado pelos GTG a nível distrital e existem sinais claros de apoio a estes)
	Discussão semi-anual entre mulheres eleitas a nível nacional e local	RE: Fortalecimento da participação das mulheres em todas as esferas da sociedade ID: Nível de participação (70% das mulheres eleitas participam nesta discussão)
Recolha de dados nos Ministérios/Secretarias de Estado relevantes para a abordagem integrada de género	Recolha de dados nos ministérios e secretarias de estado relevantes sobre progressos dos programas desenvolvidos	RE: Obtenção de informação sobre o sucesso e esforços por parte das instituições governamentais relevantes na área da igualdade de género ID: Ministérios disponibilizam informação detalhada e desagregada por sexo (1 Relatório produzido sobre os resultados encontrados)
Relatório CEDAW e a sua	Sessão de trabalho para apresentação das conclusões	RE: Um sistema implementado capaz de monitorizar a implementação da

disseminação às entidades públicas e sociedade civil	(Relatório Periódico da CEDAW)	CEDAW ID: Um trabalho positivo com os Ministérios e Secretarias de Estado incluindo sociedade civil na obtenção de dados.
Continuação da implementação da LCVD – Instituições do Governo.	Formações sobre LCVD, VBG e Resolução das Nações Unidas N° 1325 à PNTL e F-FDTL	RE: Aprofundamento de conhecimentos sobre as matérias em questão por parte das duas instituições de segurança ID: Número de funcionários da PNTL e F-FDTL formados em LCVD, VBG e a Resolução das Nações Unidas n° 1325 (50 membros da PNTL e 50 membros da F-FDTL - 25 M e 25 H de cada instituição)
	Encontro de alto nível sobre a política da igualdade de género, violência baseada no género e violência doméstica	RE: Os membros do Governo demonstram, nas medidas que tomam, uma preocupação sobre a igualdade de género, violência baseada no género e violência doméstica ID: Nível de informação sobre igualdade de género por parte dos membros do Governo (todos os membros do Governo estão bem informados sobre a igualdade de género, violência baseada no género e violência doméstica)
Elevar o nível de conhecimento do público em geral sobre género, a nível central e local		
Sensibilização da população em geral quanto à implementação da LCVD e a VBG	Disseminação da LCVD e VBG no Distrito de Díli	RE: A população no distrito de Díli tem conhecimento e uma maior sensibilidade de forma a reduzir casos de VD e VBG ID: Número de pessoas com conhecimento sobre a LCVD e VBG (15 pessoas (8M; 7H) de cada subdistrito do Distrito de Díli têm conhecimentos sobre a LCVD e VBG)
	Continuação de disseminação da LCVD através de formações, que incluem a VBG, à comunidade em geral nos 12 distritos e avaliação de conhecimentos dos chefes de sucos sobre a LCVD	RE: Os chefes de suco e a população rural de Timor-Leste em geral têm bons conhecimentos sobre a LCVD e VBG e aplicam esses conhecimentos adquiridos no seu dia-a-dia ID: Número de chefes de suco e população dos distritos informados sobre LCVD e VBG (Pelo menos ¾ da comunidade a nível nacional e distrital tem conhecimentos sobre LCVD e VBG e 50% dos 442 chefes de suco sabem como agir perante situações de VBG e/ou VD)
	Formação sobre a LCVD e VBG aos professores e estudantes em Bobonaro	RE: Os professores têm conhecimentos sobre a LCVD e VBG para a eliminação de VBG nas escolas e VD nos lares ID: Número de professores formados com sucesso (60 professores (M/H) beneficiam de formação e podem aplicar nas suas vidas quotidianas)
	Formação dada à comunidade sobre controlo de violência (sobretudo à juventude que pratica artes marciais e aos prisioneiros em Becora e Gleno)	RE: A comunidade em geral, mas sobretudo os jovens, que praticam artes marciais, e os prisioneiros, conseguem mudar as suas atitudes e comportamentos passando a ser menos violentos.

		ID: 60 membros da comunidade dos distritos de Covalima e Ainaro, incluindo 30 prisioneiros das prisões de Becora e Gleno recebem formação sobre o controle de atos violentos.
Elevar o conhecimento do público sobre as atividades da SEPI e sobre a Abordagem Integrada de Género em particular	Preenchimento do template de M&A do plano anual de ação (criado em 2011)	RE: As actividades da SEPI de sensibilização, que tenham como alvo o público em geral, são monitorizadas e avaliadas, conduzindo, no futuro, a melhorias significativas dos processos, que se repetem anualmente, já que as tomadas de decisão têm em conta os resultados reportados pela equipa de M&A. ID: Número de actividades monitorizadas e avaliadas (70% das actividades são incluídas em relatórios de M&A).
	Monitorização dos meios de comunicação social quanto à emissão de assuntos relacionados com o género	RE: A emissão das entidades de comunicação social são monitorizadas relativamente aos assuntos relacionados com o género, permitindo aferir quanto à sua sensibilidade e preocupação na abordagem destes para potenciais formações futuras na área de género ID: Criação de indicadores de avaliação (a TVTTL, RTTL, Jornal STI e Timor Post são monitorizadas e 1 Relatório anual é produzido e realizado, contendo indicadores relativamente a emissão das entidades de Media referidas)
	Recolher dados relativos a actividades relacionadas com o género levadas a cabo por outras instituições	RE: Recolha de dados relacionados com o género, providenciados por outras entidades, e que permitem à SEPI alargar o leque de informação disponível sobre a forma como a abordagem de género tem evoluído em Timor-Leste ID: Número de instituições que providenciam dados relevantes para serem analisados pela equipa da SEPI (1 Relatório anual sobre actividades relacionadas com o género realizadas por 4 entidades).
	Encontro regular trimestral com a Sociedade Civil	RE: Reforçar a coordenação de actividades entre a SEPI e a Sociedade civil ID: A Sociedade Civil conhece devidamente o programa e as políticas do governo referente à igualdade de género
	Celebração de eventos dedicados aos dias nacional da Mulher e 16 dias activismo contra a violência baseada no género	RE: O público em geral tem conhecimentos sobre os dias dedicados às mulheres (Dia Nacional da Mulher, 3 de Novembro e Campanha de 16 dias de Activismo contra a violência baseada no género) e tem uma maior preocupação sobre a igualdade de género ID: Distritos têm informação sobre os dias dedicados às mulheres (13 distritos celebram os 2 eventos com participação da comunidade).

	Realização de uma mesa redonda, envolvendo os líderes tradicionais e religiosos nas discussões, sobre a mudança de atitudes e comportamentos.	RE: Mudança de atitudes e comportamentos de forma a evitar a violência ID: Envolvimento dos convidados e entusiasmo quanto à necessidade de evitar violência (todos os convidados demonstram entusiasmo em mudar comportamentos de violência)
	Realizar, em parceria com a <i>Universidade Gajah Madah</i> e a Universidade Nacional Timor Lorosae (UNTL), uma pesquisa sobre o papel e a influência dos Media de Timor-Leste, que trabalham em parceria com a SEPI	RE: Perceção fundamentada sobre o papel e influência dos Media (nível de compreensão que estes têm sobre temáticas relacionadas com o género) e como estes são acedidos, quer por homens, quer por mulheres (verificação de potenciais diferenciais e explicação destes, caso existam) ID: Número de pesquisas realizadas (4: Lautém, Viqueque, Covalima e Ainaro)
Disseminação dos programas da SEPI sobre a igualdade de género	Publicação do Boletim “TA’ES”	RE: Conhecimentos, do público em geral, a nível nacional e local, sobre os programas da SEPI e as políticas da igualdade de género, aumentam ID: Número de boletins produzidos (4 Boletins “TA’ES”)
	Publicação de Brochuras	RE: Expansão de informação sobre a igualdade de género ID: Nº de brochuras/exemplares (4 brochuras com temas diferentes sendo cada uma editadas 2000 exemplares)
	Realização de um debate, na TVTL, sob o programa “Ita nia Bainaka”	RE: O conhecimento do público em geral, a nível nacional e local, sobre os programas da SEPI e a política da igualdade de género, é reforçado ID: Nº de debates televisivos ao longo do ano (3 debates)
	Publicação do Relatório Anual da SEPI	RE: Parceiros e público em geral informados das atividades e programas implementados pela SEPI durante o ano ID: Relatório elaborado, com informação precisa e importante para despertar interesse por parte dos parceiros e público em geral (1 Relatório)
	Produção de filmagens	RE: Disseminação de informação ao público e à comunidade local sobre a igualdade de género e os direitos da mulher através do veículo audiovisual ID: Número de CD produzidos e distribuídos (100 CD)
	Manutenção de portal electrónico para pagar <i>hosting</i> e tradutor de notícias em Inglês	RE: Expansão e disseminação de informação através de um portal electrónico, que permite gerar economias de escala quanto à massificação do respectivo consumo ID: Portal sempre actualizado e com número de visitantes significativos (Número de conteúdos igual ao número de actividades relevantes levadas a cabo pela SEPI)

Promover o empoderamento económico das mulheres		
Assegurar a sustentabilidade económica dos negócios dos grupos de mulheres beneficiários de apoio financeiro (através do programa de fundos de Transferências Públicas) para a promoção do auto-emprego e redução da pobreza, conjuntamente com programas de capacitação e acompanhamento das actividades apoiadas	Monitorização e Avaliação aos grupos beneficiários do fundo de transferências públicas.	RE: A SEPI consegue aferir sobre o desempenho dos grupos de mulheres apoiados em 2012 ID: Grau de qualidade da informação contida nos questionários (dos 40% dos grupos seleccionados em 2012, pelo menos, 80% preencheram correctamente o questionário apresentado pela equipa de M&A e esta tem capacidade para aferir perante a taxa de sucesso dos mesmos)
	Formação em pequenos negócios/indústrias para as mulheres beneficiárias do fundo de Transferências Públicas	RE: Alguns dos grupos, que incidam as suas actividades em áreas técnicas específicas, estão mais capacitadas para levar a cabo os seus negócios com sucesso ID: Grau de <i>know-how</i> adquirido (das pelo menos 6 mulheres que participaram nesta formação, 80% delas conseguem melhorar os seus negócios)

Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto

Papel

A Secretaria de Estado da Juventude e Desporto (SEJD) é a agência central do Governo encarregue de estabelecer, executar e avaliar políticas definidas em Conselho de Ministros, bem como de aprovar a promoção do bem-estar e o desenvolvimento da juventude, da educação física e do desporto.

De modo a cumprir a sua missão, a SEJD tem as seguintes competências fundamentais:

- Propor ao Governo as orientações gerais para a SEJD e estabelecer normas e procedimentos a respeito de projectos com relevância para as áreas da Juventude e do Desporto;
- Garantir a implementação e a execução do quadro legal e regular as actividades relacionadas com a Juventude e o Desporto;
- Em colaboração com outras entidades relevantes, promover actividades dirigidas aos jovens, sobretudo nas áreas do desporto, das artes e da cultura;
- Estabelecer, colaborar e coordenar mecanismos com outras entidades governamentais e com organizações da sociedade civil que trabalhem em áreas relacionadas ou semelhantes à implementação da política nacional para a juventude;
- Estabelecer um mecanismo de colaboração com organizações da sociedade civil que trabalhem nas áreas da juventude e do desporto, tanto a nível nacional como internacional, a fim de promover intercâmbios culturais;
- Criar um mecanismo de apoio e financiamento para projectos relacionados com os jovens;
- Implementar outras funções na área da missão da SEJD;
- Implementar outras funções conforme exigido por lei.

Orçamento

A Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto tem um Orçamento de 4,815 milhões de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas
Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	5,979	5,620	4,815	4,899	5,090	5,549	5,356
Recorrentes	4,704	4,076	4,715	4,795	4,982	5,437	5,239
Salários e Vencimentos	342	430	441	459	477	496	516
Bens e Serviços	771	1,619	1,537	1,598	1,662	1,729	1,798
Transferências Públicas	3,591	2,027	2,737	2,738	2,843	3,212	2,925
Capital	1,275	1,544	100	104	108	112	117
Capital Minor	72	112	100	104	108	112	117
Capital Desenvolvimento	1,203	1,432	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	1,045	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	1,045	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	5,979	6,665	4,815	4,899	5,090	5,549	5,356
Recorrentes	4,704	5,121	4,715	4,795	4,982	5,437	5,239
Capital	1,275	1,544	100	104	108	112	117

Perfil de Funcionários

A Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto no período de 2013/2017 tem uma estimativa de força de trabalho de cerca de 149 pessoas. Para o ano de 2013 aloca 123 pessoas, composto por 116 funcionários permanentes e 15 vagas por preencher de 2012. Significa que 26 pessoas são fornecidas para o período seguinte.

Secretaria do Estado da Juventude e Desporto											
Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministério	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G				
Funcionarios Publicos Actuais	0	6	13	39	33	22	3	116	123	Director Geral	1
Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0		Inspeor Geral	0
Vagas por preencher 2012	0	0	0	2	2	2	1	7		Director Nacional	6
Nova proposta de vagas 2013/2017	0	0	0	0	0	0	26	26		Director Distrital	0
Total Força de Trabalho	0	6	13	41	35	24	30	149		Chefe Departamento	8
										Chefe Seccao	0

Plano Anual da Secretaria de Estado da Juventude e Desporto para 2013

Reforçar o desenvolvimento, os recursos humanos e as infra-estruturas básicas para promover talentos e o bem-estar dos jovens - Parlamento dos Jovens		
Promover a participação dos Jovens para reforçar o desenvolvimento da democracia e a qualidade de liderança do seu presente e futuro	Seleção e Eleição para os membros do Parlamento dos Jovens	Nomeados 130 jovens (50% raparigas) para membros do Parlamento dos Jovens, durante o período de 2013-2015 e também 130 suplentes (50% raparigas) Processo de seleção é justo, transparente e acessível aos jovens que participam no processo de seleção e eleição
	Inauguração e Formação aos novos membros do Parlamento dos Jovens	Cerimónia de inauguração realizada com sucesso. Primeira formação realizada Jovens e os membros do Parlamento do Jovens (PJ) formados para fazer mudanças e mobilizar a comunidade nas áreas da sociedade e democracia, meio ambiente, direitos humanos, segurança e paz, retórica e capacidade de argumentação Outros jovens e autoridade locais já conhecem os representantes e transmitem problemas relacionados com os jovens
	Quarta sessão Plenária do Parlamento dos Jovens	Tomada de decisões sobre os problema que os jovens encontram no sub-distrito e recomendam a solução concreta para a instituição relevante. Publicação na media das decisões tomadas
	Apoiar a iniciativa do Parlamento dos Jovens para suportar as actividades da comunidade em cada distrito	Dois membros do Parlamento dos jovens em cada sub-distrito mobilizam/suportam actividades comunitárias para beneficiar a comunidade. Cada sub-distrito implementa um ou mais actividades comunitárias que tem continuação durante o período do seu mandato no Parlamento dos Jovens
	Discussão e Plano para criar Fórum Internacional do Parlamento dos Jovens	Plano detalhado para Fórum Internacional do Parlamento dos Jovens. Reunião ou encontro para discutir a ideia do Fórum Internacional do Parlamento do Jovens realizada
	Formação de instrutor público para discursar e ter capacidade para ser membro do Parlamento dos Jovens	Ex-membros do Parlamento dos Jovens têm a capacidade para dar formação aos jovens. Formação realizada com sucesso e com participação máxima de 50% dos ex-membros do Parlamento dos Jovens
	Assegurar o apoio ao secretariado do Parlamento dos Jovens	Serviço secretariado funciona bem e com garantia de sustentabilidade
Comissão Reguladora de Artes Marciais (KRAM)		
Serviço de Comissão Reguladora de Artes Marciais (KRAM) e Sub-KRAM	Apoiar o Serviço de Secretariado do KRAM e do Sub-KRAM	Secretariado do KRAM e Sub-KRAM funcionam com eficiência. 5 membros de KRAM em conjunto com os funcionários de Secretariado e os membros de sub-KRAM de 13 distritos cumprem os seus deveres

		conforme a Lei nº.10/2008 e o estatuto de KRAM
	Monitorizar as actividades de Artes Marciais	Acompanhamento dos progressos e desafios que a organização de Artes Marciais encontra. 75% organizações de Artes Marciais registadas são avaliadas conforme ferramentas preparadas pelo KRAM
	Formação técnica e Investigação, Fase II	Equipa investigadora do sub-KRAM liderada pela organização de artes marciais tem conhecimentos técnicos desenvolvidos na área de investigação, recolha de dados e fazem recomendações face aos resultados da investigação. 7 pessoas do Kram e líderes de artes marciais participam na formação e investigação da fase II
	Estabelecimento do Sub-KRAM	Estabelecido o sub-KRAM em Díli, Aileu, Oecusse e Manufahi. Cumprimento de deveres conforme a Lei nº 10/2008 e também o estatuto do KRAM no decreto do Governo nº 2/20011. Estabelecido o Sub-KRAM em quatro distritos, de forma transparente e com o envolvimento máximo de líderes das organizações de artes marciais e autoridades locais
Promover relações de amizade entre jovens de Timor-Leste e outros países e levantamento de dados sobre juventude e desporto		
Garantir a recolha de dados completos e apurados	Realização de levantamento de dados na área da juventude e do desporto, como: Organizações de Juventude, Organizações e Grupos de Artistas, Desportos tradicionais, Equipamentos desportivos, Professores de educação física e desporto, Organizações desportivas	Base de dados completa sobre organizações relevantes. Interlocutores na área de juventude e desporto passam a ter informação relevante. Levantamento de dados efectuado pela equipa (60% masculino e 40 % feminino) nos 13 distritos e criação de base de dados fidedigna
Desenvolver a criatividade artística dos jovens	Realização de competição de Drum Band	Estudantes de 12 distritos expressam os seus talentos em drum band. 564 estudantes dos 12 distritos (cada distrito com 47 pessoas) participam na competição de Drum Band a nível regional e nacional no ano de 2013
Criar um laço de amizade entre jovens de vários países para reforçar ainda mais a relação entre jovens partilhando novas experiências de vida cristã como jovens de igreja e de nação futura	Jovens timorenses participam na Jornada Mundial de Juventude no Brasil	Os participantes desta Jornada Mundial de Juventude no Brasil encontram uma nova experiência de vida cristã 25 jovens, rapazes e raparigas de PFSN, CNJTL e das dioceses de Díli, Baucau e Maliana participam na Jornada Mundial no Brasil
Educação, Cidadania & Liderança		
Desenvolver a noção de cidadania nos jovens, enquanto	Formação e educação para a cidadania	Jovens dos 13 distritos adquirem conhecimentos sobre a Constituição de TL, direitos humanos, Gestão de conflitos, ética moral, análise social e

parte integrante do civismo e voluntarismo.		participação dos jovens no processo de desenvolvimento local. 50 jovens de cada distrito (30 % M/70 % H), participam na actividade, em duas fases até ao 4º trimestre
	Formação em Liderança	Gestores das organizações de juventude dos 13 distritos que participam na formação podem desenvolver a sua organização com eficiência e efectividade. Mínimo 5 gestores para cada organização de juventude apelam a uma participação activa e empenho na formação em Liderança.
	Intercâmbio de Juventude	Jovens de 13 distritos participam no Intercâmbio e adquirem conhecimentos sobre história e cultura de cada distrito. 25 Representantes para cada distrito, excepto no distrito Díli (60 pessoas), e distrito de Covalima (100 pessoas). Intercâmbio de Juventude em Covalima durante seis dias. Participantes: 40% raparigas e 60% rapazes. Cinco dias de actividades desportivas, seminários, visita aos lugares históricos, apresentação cultural, serviço sociais e exposição
Promover a criatividade dos jovens num contexto internacional	Participação de jovens produtores ou realizadores ao nível da CPLP no Brasil	5 jovens participem e desenvolvem capacidades. 2 raparigas e 3 rapazes e 2 funcionários de DN de Juventude, 2 de DN do Desporto e 1 de DN da Arte e DG 1 participam no evento internacional de países de CPLP
	Prémio Internacional de Juventude	10 jovens produtores ou realizadores seleccionados são apreciados para o prémio
Jovens sensibilizados para desenvolver o país	Celebração do dia Internacional 12 de Agosto	Jovens que participaram em várias actividades da comemoração do dia internacional de Juventude contribuindo para o desenvolvimento nacional e internacional Os Jovens em distritos participam em várias actividades para comemorar o dia internacional.
	Celebração do dia Nacional dos Jovens, 12 de Novembro e Massacre de Santa Cruz	Ampliação dos conhecimentos da nova geração (Geração pós-1991) sobre contribuição, princípios e valores de luta que desempenhou na conquista pela Independência nacional Comemoração do dia Nacional de Juventude com actividades desportivas, seminários para estudantes universitários, quebra-cabeças para os alunos de ensino secundário nos arredores de Díli, missa, depositar flores no cemitério e cerimónia de hastear de bandeira na SEJD. Participam cerca de 2000 jovens (50% H e 50% M) Comemorações em cada distrito

Apoiar e incentivar Instituições da juventude		
Melhorar o atendimento à juventude nos 13 distritos	Apoiar os Fundos Operacionais para 13 centros de Juventudes	13 Centros de Jovens beneficiam do acordo com agências internacionais (UNICEF, GIZ & Caritas Austrália) para o programa de desenvolvimento dos jovens no 13 distritos
	Apoiar os fundos Operacionais da CNJTL	CNJTL dá assistência ao Conselho de Juventude distrital
Garantir o funcionamento do secretariado do UNETL	Dar apoio de Fundos Operacional para UNE-TL	UNETL com um serviço administrativo a funcionar melhor para poder facilitar a actividade de voluntariados de juventude em 13 distritos
Apoiar o centro de treino de futebol, organizações desportivas e iniciativas da juventude		
Reforçar o funcionamento de centro de treino e formação para organizações desportivas	Criar Escolas de Futebol (Centros de treino) em cooperação com a Fundação do Real Madrid	Centros de treino em quatro distritos como Dili, Aileu, Manatuto e Bobonaro. Juventude seleccionada para ter acesso a esta escola
	Apoiar o Centro de treino para futebol juvenil (CTFJ) e participação no torneio de taça MBC na Coreia (Sub 13 e 16)	CTFJ produz talentos com idade compreendida entre 7 e 23 para representar Timor-Leste no exterior CTFJ nos distritos de Dili, Baucau, Bobonaro e Lautem teve participação activa de crianças com idade entre 7 anos até 23 anos, registo de 800 participantes. 50 Jogadores do sub-12 e 16 participam no jogo de MBC Cup em Gõnju Korea de sul e Londres
	Apoiar as Confederações desportivas de Timor-Leste e as Federações desportivas	Confederação desportiva de Timor-Leste (CDTL) e 14 federações desportivos registadas podem funcionar de forma eficiente para facilitar o desenvolvimento desportivo MOU assinado
Concerto Musical		
Promover o talento dos jovens através de um concerto musical ao nível dos distritos e das regiões	Apoiar iniciativas de criatividade e arte juvenil	Apoiar a criatividade da juventude em grupo ou individual, nos centros de juventude dos 13 distritos
	Concerto musical trimestral	A população e os jovens, raparigas e rapazes na área referida tem animação onde expressar os seus talentos através da música. Concerto musical começa em 2 subdistritos e 2 bairros do distrito de Díli e tem a participação de 28 artistas
	Exposição da criatividade e arte juvenil	Apoiar a realização de exposições com várias actividades a nível distrital e das regiões
	Festival musical de coremetan	Desenvolvimento e promoção da música tradicional por grupos de artistas locais em Timor-Leste, em 442 bairros. Já participaram no festival de coremetan na fase de audição 65 participantes dos subdistritos que já estão nas meias finais. 13 pessoas dos distritos vão participar na

		fase final durante o ano de 2013
Eventos Desportivos Nacionais		
Prestar apoio a eventos desportivos em todo o país e no estrangeiro	Torneio de futebol a nível nacional	13 distritos participam no torneio de futebol a nível nacional durante o 2º e a 3º trimestre para melhorar a qualidade dos jogadores e continuarem a participaram nos jogos internacionais especialmente da ASEAN.
	Jogos Escolares a nível nacional	Novos jogadores seleccionados a nível do ensino secundário e superior. Ensino secundário dos 13 distritos participam no desporto Escolar que decorrem em Díli. Ensino superior em Díli tem 10 participantes
	Timor CUP 2013	Timorenses na diáspora podem partilhar as experiências e reforçar melhor a unidade e amizade entre eles. Timorenses que se encontram em Portugal, Macau, Inglaterra, Irlanda e Indonésia podem participar também no torneio de Timor CUP 2013 na modalidade de Futebol
	Competição de Voleibol	Procurar talentos com experiência para representar Timor-Leste no evento internacional. Competição nacional onde participaram os clube de voleibol dos 13 distritos no total de 26 (13 H e 13 M)
	Competição de Kempo	Procurar talentos juntos do grupo kempo que existe no território para representar Timor no evento internacional. Participam por Gashuku Nacional kenshi e Dojo vindo de 9 distritos
	Campeonato de atletismo	Encontrar atletas no clube atletismo dos 13 distritos para poder participar no evento nacional e internacional. Participam atletas dos 13 Distritos
	Competição de Taekwondo	Encontrar talentos com experiencias em 3 ramos de Taekwondo para poder participar no evento nacional e internacional. Participam atletas Seniores e Juniores dos distritos
	Competição de Boxe	Encontrar talentos nos clube de boxe dos 13 Distritos
Participação nos Jogos Internacionais		
Encontrar espaços desportivos para os atletas melhorarem as suas prestações e promoverem a imagem de Timor-Leste	Sea Games Myanmar	Participação ativa dos 95 atletas de Timor-Leste com 9 federações, obtendo 1 medalhas de ouro, 1 de prata e 4 de bronze
	Jogos de Arafura	Participação ativa dos 90 atletas de Timor-Leste com 7 federações, obtendo 3 medalhas de ouro, 1 de prata e 4 de bronze
	Apoiar os jogos Internacionais	Modalidades desportivas: 2 coletivos e 5 individual tiveram oportunidade para participar no evento internacional e obtendo 3 medalhas de bronze e uma melhor classificação na federação internacional
Apoio material para Desporto nas Escolas		

Facilitar a prática de desportos nas escolas	Adquirir equipamentos de desporto	Já adquiriram equipamento desportivos as 52 escolas Secundárias em 13 distritos
Promoção de actividades desportivas		
Publicação e promoção de actividades desportivas	Publicação Mensal do Jornal Lian Foinsa'e (LF)	Escolas, universidades, instituições estatais, centros juvenis, centro de formação e público recebe informação gratuita mensais no jornal LF. 60,000 exemplares por ano
	Programas de Rádio e documentários	Jovens recebem informação de criatividade juvenil através da Rádio comunidade (RK) no programa criatividade juvenil com 8 episódios difundidos na RK para todo distrito
	Publicação de actividades do SEJD sobre os eventos através dos jornais, rádio e televisão	Público/jovens têm conhecimento acerca de Leis e sabem as actividades do SEJD através da publicação credível
	Promover actividades e a criatividade dos jovens através dos media (televisão)	Público/jovens tem conhecimento acerca de actividades e criatividades dos jovens. Publicação de pacotes de actividades para jovens no mínimo uma vez em quatro meses
	Concurso dos posters para 10 escolas secundárias em Dili.	Desenvolver a criatividade dos estudantes a nível secundário

Secretaria de Estado para a Política da Formação Profissional e Emprego

Papel

A Secretaria de Estado para a Política de Formação Profissional e Emprego – SEPFOPE – é o órgão central do governo responsável pela concepção, execução, coordenação, e avaliação da política definida e aprovada pelo conselho de Ministro, para as áreas do trabalho, formação profissional e emprego. A SEPFOPE é superiormente tutelada pelo Secretário de Estado para a Política de Formação Profissional e Emprego, que a superintende e por ela responde perante o Primeiro-Ministro, cabendo-lhe atribuições, entre outras, nomeadamente:

- Propor a política e elaborar os projectos de regulamentação nas áreas do trabalho, da formação profissional e do emprego
- Promover e regular a formação profissional
- Incentivar a contratação de trabalhadores timorenses no exterior
- Regulamentar e fiscalizar o trabalho de estrangeiros em Timor-Leste
- Fiscalizar o cumprimento das disposições legais em material do trabalho e
- Promover e fiscalizar a saúde, segurança e higiene no trabalho, entre outras.

A Secretaria de Estado para a Política de Formação Profissional e Emprego – SEPFOPE, incumbida de tais atribuições irá desenvolver, neste quinto ano de governação, actividades relativas ao aperfeiçoamento da sua estrutura organizacional e governativa e implementação do programa do V Governo Constitucional de Timor-Leste, através dos seguintes serviços da administração directa:

- Direcção Geral:
- Direcção Nacional da Administração e Finanças:
- Direcção Nacional Formação Profissional:
- Direcção Nacional do Emprego:
- Direcção Nacional da Relação do Trabalho:
- Inspecção-Geral do Trabalho – IGT

A atribuição das áreas do trabalho, emprego e formação profissional a uma Secretaria de Estado reflecte a vontade politica em apoiar concretamente, e de forma incisiva, os esforços em relação ao desenvolvimento profissional dos recursos humanos, de forma a atender as necessidades do mercado de trabalho, promovendo o emprego como meio de combate à pobreza, e fazendo deles instrumentos capazes na participação do plano de Desenvolvimento Nacional, previstos no programa do Governo.

Orçamento

A Secretaria de Estado para a Política da Formação Profissional e Emprego tem um Orçamento de 12,953 milhões de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas
Secretaria de Estado para a Política da Formação Profissional e Emprego (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	2,350	22,255	12,953	13,367	13,902	14,457	15,036
Recorrentes	2,235	22,173	12,901	13,313	13,846	14,399	14,975
Salários e Vencimentos	707	926	1,295	1,347	1,401	1,457	1,515
Bens e Serviços	634	550	983	918	955	993	1,033
Transferências Públicas	894	20,697	10,623	11,048	11,490	11,949	12,427
Capital	115	82	52	54	56	58	61
Capital Minor	18	82	52	54	56	58	61
Capital Desenvolvimento	97	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	3,825	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	2,264	-	-	-	-	-
Capital	-	1,561	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	2,350	26,080	12,953	13,367	13,902	14,457	15,036
Recorrentes	2,235	24,437	12,901	13,313	13,846	14,399	14,975
Capital	115	1,643	52	54	56	58	61

Perfil de Funcionários

A Secretaria de Estado para a Política da Formação Profissional e Emprego no período de 2013/2017 tem uma estimativa de força de trabalho de cerca de 499 pessoas. Para o ano de 2013 aloca 245 pessoas, composto por 215 funcionários permanentes e 30 vagas por preencher de 2012. Significa que 254 pessoas são fornecidas para o período seguinte. Além disto, a SEPFOPE tem outros funcionários que trabalham na área específica como IGT baseado no Decreto-Lei.

Secretaria do Estado da Formacao Profissional do Emprego											
Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministerio	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G				
Funcionarios Publicos Actuais	1	6	11	52	111	16	18	215	245	Director Geral	1
Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0		Inspeor Geral	0
Vagas por preencher 2012	0	1	8	9	6	4	2	30		Dir Nacional	5
Nova proposta de vagas 2013/2017	14	28	45	41	69	33	24	254		Director Distrital	0
Total Força de Trabalho	15	35	64	102	186	53	44	499		Chefe Departamento	20
										Chefe Seccao	0

Categoria força de Trabalho	Categorio Grau/Salario	
	Grau	Total
Inspector Geral de Trabalho Regional	A	5
Inspector Trabalho 1ª para a Condição de Trabalho	A	2
Inspector Trabalho 1ª para a a prevenção dos riscos profissionais	A	1
Inspector Trabalho 1ª para a a a colocação de Emprego	A	1
Inspector Trabalho 1ª para a Segurança Social	A	1
Inspector Trabalho 2ª para aa Condção do Trabalho	B	1
Inspector Trabalho 2ª para a preveção dos Riscos profissionais	B	2
Inspector Trabalho 2ª para a Colocação de Emprego	B	2
Inspector Trabalho 2ª para a Segurança Social	B	2
Inspector Trabalho 2ª para Estagiado	C	4
Total força de trabalho		21

Plano Anual da Secretaria de Estado para a Política da Formação Profissional e Emprego para 2013

Desenvolvimento e Fortificação Institucional e Organizacional		
Reforço do sistema de monitorização e avaliação do plano estratégico tendo em conta a execução do PAA, por Direcção, garantindo a execução financeira e física, de uma forma efectiva e eficiente, a implementação dos programas da SEPFOPE em todo o território	Monitorização das actividades das Direcções e os seus Departamentos a nível nacional e regional. Encontro entre Directores e Chefes de Departamento para análise da implementação do PAA por cada trimestre	Coordenação entre Direcções para a implementação efectiva e eficiente do AAP, realizando um encontro por trimestre para avaliação da implementação, em Díli
	Desenvolver mecanismos, garantindo flexibilidade e eficiência no processo de gestão financeira, baseando-se no MoF para a implementação efectiva a nível nacional.	Formação de 30 funcionários (15 mulheres 15 homens) em execução orçamental de forma a garantir a eficiência e eficácia das actividades desenvolvidas, em Díli
	Promoção de funcionários permanentes	Promoção de 12 funcionários permanentes; nível 3 para nível 4=5, nível 4 para nível 5=5, nível 5 para nível 6=2
	Recrutamento de funcionários para responder às necessidades dos serviços prestados pela SEPFOPE em todo o território, através do FDCH	Recrutamento de 115 pessoas para serem colocadas em todos distritos
Criação do Conselho Nacional do Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> »Desenvolver a legislação necessária à criação do Conselho Nacional do Trabalho. »Incentivar o diálogo social tripartido. 	<ul style="list-style-type: none"> »Decreto-lei publicado e em vigor, Conselho a operar de acordo com o regime legal. »Melhoria das relações sociais entre o Governo, sindicatos e representantes dos trabalhadores, Satisfação dos parceiros sociais
Criação do Conselho de Arbitragem do Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> »Desenvolver legislação necessária à criação do Conselho de Arbitragem do Trabalho. »Instalação de serviços de arbitragem em todos os distritos 	<ul style="list-style-type: none"> »Decreto-lei publicado e em vigor. »Serviços de arbitragem em todos os distritos »Satisfação da população com a rápida resolução de conflitos, Conselho de arbitragem como entidade responsável pela decisão dos conflitos de trabalho
Criação de grupos técnicos de trabalho para a implementação das decisões dos Conselhos.	Informar os representantes dos grupos das actividades a desenvolver	Melhoria da coordenação entre a educação técnica e a formação profissional, Melhorar as relações entre o INDMO e a ANAA
Criação da Comissão contra o Trabalho Infantil	<ul style="list-style-type: none"> »Desenvolver a legislação necessária à criação da Comissão. »Desenvolver programas de combate ao trabalho infantil »Promover actividades de inspecção e de controlo do trabalho infantil »Monitorizar e avaliar a implementação da lista das Piores Formas de Trabalho Infantil 	<ul style="list-style-type: none"> »Redução do número de crianças sujeitas a trabalho infantil »Controlo do trabalho infantil legalmente prestado. »100% das crianças e dos adolescentes (menina e menino) abaixo de 18 anos são protegidos contra o trabalho infantil
Criação da estrutura	Desenvolver a legislação necessária para a institucionalização da	»Legislação publicada e em vigor.

orgânica das direcções nacionais da SEPFOPE e do INDMO	estrutura orgânica das direcções nacionais da SEPFOPE e do INDMO	»Sistema simples e objectivo de funcionamento das direcções nacionais e do INDMO.
Instalar na SEFOPE um secretariado para os Conselhos.	»Nomeação de funcionários para o secretariado e promover a sua formação para o desempenho das funções. »Desenvolver a legislação necessária à criação do secretariado	»Secretariado na SEPFOPE legalmente estabelecido »Que os conselhos funcionem da forma mais eficiente possível, Políticas e programas detalhados oriundos de todos os conselhos
Desenvolver centros de formação para indústria.	»Identificar sectores prioritários »Desenvolver opções de acesso a fundos. »Construção de instalações para a prestação de formação.	Centros de formação para indústria para os sectores prioritários estabelecidos »Trabalhadores capacitados para responder às necessidades da indústria.
Determinar as fontes de financiamento da SEPFOPE de forma a assegurar a sustentabilidade dos seus serviços.	Expandir e maximizar potenciais fontes de financiamento.	»Novos e melhores mecanismos para o financiamento sustentável das actividades da SEPFOPE »Aumento do financiamento.
Estabelecer as fórmulas de determinação de financiamento da SEPFOPE para as actividades de emprego e formação profissional.	»Aumentar a equidade dos mecanismos de financiamento e de distribuição dos fundos da SEPFOPE para as actividades de emprego e formação profissional. »Melhorar e formar os recursos humanos da SEPFOPE e dos prestadores de formação na gestão de dinheiros públicos para actividades de emprego e formação profissional.	»Aumento do financiamento para as actividades de emprego e formação profissional, Aumento do financiamento »Gestão orçamental mais eficiente, Contabilidade moderna e eficiente.
Rever a política de igualdade do género	»Aprovar uma nova política de igualdade do género de acesso ao emprego e formação profissional »Implementar actividades específicas de promoção do auto-emprego para as mulheres »Criar programas de formação profissional direccionados para as mulheres	»Política de igualdade do género implementada, Redução do número de mulheres desempregadas. »Aumento das oportunidades de emprego para as mulheres; »Aumento das oportunidades de formação profissional para as mulheres.
Política Nacional de Conteúdos Laborais	»Estabelecer um grupo de trabalhos interministerial. »Desenvolver a legislação necessária à implementação da política. »Estabelecer os requisitos para garantia de contratação de mão-de-obra timorense dos projectos governamentais.	»Aumento do número emprego e de oportunidades de formação profissional. »Diminuição das taxas de desemprego.
Aprovar uma política laboral para grupos desfavorecidos (deficientes, vítimas de violência doméstica).	»Aprovar uma política laboral direccionada para promover as oportunidades de emprego e formação profissional para grupos desfavorecidos. »Desenvolver programa financiado pelo FEFOP de fomento ao emprego para grupos desfavorecidos	»Política aprovada e em vigor »Grupos desfavorecidos integrados no mercado de trabalho. »Aumentar as oportunidades de emprego para os grupos desfavorecidos.

Observatório do Mercado de Trabalho		
Fornecer uma base de consulta sobre características educacionais dos clientes das áreas cobertas pelos CEOPs, sobre as potencialidades das oportunidades de formação profissional para a qualificação do trabalhador e também das ofertas de trabalho em todo o território bem como informações relativas ao INDMO, DNRT e IGT.	Desenhar e desenvolver sistema integrado no sistema de informação do mercado de trabalho (SIMU-Web) com as informações referentes ao Instituto Nacional de Desenvolvimento de Mão-de-Obra (INDMO), Direcção Nacional da Relação do Trabalho (DNRT) e Inspeção Geral do Trabalho (IGT) e respectiva capacitação de funcionários para a implementação do interface, através do FDCH.	INDMO, DNRT e IGT têm acesso ao sistema de informação do mercado de trabalho (SIMU-Web). Módulo para INDMO, DNRT e IGT desenhado e implementado, todos os funcionários capacitados, e interface disponibilizado em todo o território nacional.
Estabelecer um sistema integrado de recolha de informação sobre procura e oferta do mercado de trabalho acessível em todos os distritos (SIMU-WEB).	<ul style="list-style-type: none"> »Revisão e acesso aos dados e informações já recolhidos »Recolha coordenada de novos dados »Realizar inquéritos aos interessados »Melhorar o acesso à informação sobre o mercado de trabalho a todos os departamentos da SEFPOPE, serviços desconcentrados, ministérios relevantes e sector privado. »Estabelecimento de um sistema de informação e referência, através dos CEOPS, para candidatos a trabalho no estrangeiro. 	<ul style="list-style-type: none"> »Criação de um sistema de informação sustentável capaz de providenciar informação fidedigna sobre indicadores de procura e oferta de trabalho »Melhoramento no sistema de informação sobre mercado de trabalho »Informação acessível e de fácil acesso para todos os interessados, Inquéritos realizados anualmente »Melhoria do planeamento e gestão de informação sobre Mercado de trabalho.
Criar um processo para análise de dados e informação recolhida.	Analisar e avaliar os recolhidos	Os dados recolhidos são utilizados para o planeamento de actividades de emprego e formação profissional, Melhoria do planeamento e gestão de informação sobre Mercado de trabalho
Melhorar a capacidade de interpretar as informações obtidas sobre o Mercado de trabalho.	Prestar formação aos funcionários da SEFPOPE, empregadores e trabalhadores de forma a melhorar o planeamento e gestão de informação sobre mercado de trabalho	Planeamento e gestão de informação sobre mercado de trabalho acessível aos interessados, Melhoria do planeamento e gestão de informação sobre Mercado de trabalho, Melhoria da empregabilidade dos formandos
Colaborar com os ministérios relevantes e indústrias para produzir políticas de emprego e formação profissional.	Identificar as necessidades de formação e do mercado de trabalho para apoiar os programas relevantes dos ministérios e indústria	Planos de emprego e formação profissional desenvolvidos para os diferentes sectores da indústria, planeamento industrial apoiado

Compromisso Nacional com a Formação Profissional		
2.500 posições de formação, constituindo um percurso para os alunos que necessitam de formação para entrarem no mercado de trabalho ou para começarem o seu próprio negócio.	Criação de oportunidades formação profissional para jovens, homens e mulheres em todo o território nacional.	»2500 beneficiários de formação profissional: »Cursos acreditados – Nível fundação, Certificado I e II Nos 13 distritos.
	Centros Nacionais de Formação Profissional fornecem formação de qualidade de forma gratuita e com bolsa de estudo a jovens nas áreas de: Construção Civil Geral I, Electricidade nível II, Pedreiro nível II, Agronomia, Restauração, Panificação, Costura, Refrigeração e outras através do FDCH.	610 Jovens com acesso formação gratuita e bolsas de estudo em centros de formação do Estado.
Desenvolver acções de formação profissional para candidatos ao primeiro emprego	»Aumentar o apoio aos Formadores dos centros privados »Incorporar os centros de Formação Profissional públicos na política da SEPFOPE »Aumentar a descentralização da oferta fornecida em Formação Profissional. »Desenvolver a Lei relativa e os regulamentos.	»Aumento do registo dos formadores acreditados. »Aumento de eficácia e eficiência dos formadores dos centros públicos, Increased accountability and transparency of public training providers »Maior acesso da população rural aos centros de Formação Profissional, »Aumento da Formação Profissional à população rural.
Desenvolver acções de formação profissional contínua no trabalho.	»Desenvolver um sistema de aprendizagem para desenvolver oportunidades de estágios. »Envolver os empregadores no planeamento de programas de aprendizagem e estágios. »Desenvolver oportunidades para o aumento das habilidades dos trabalhadores e introduzir o conceito de aprendizagem ao longo da vida. »Desenvolver a legislação necessária.	»Aumento do número de trabalhadores inscritos em formação contínua. »Aumento da satisfação dos empregadores com os resultados da formação. »Aumento dos trabalhadores com maiores habilidades. »Maior satisfação entre os trabalhadores. »Legislação aprovada e em vigor.
Programa Nacional de Estágios		
Introdução da formação prática na indústria e consequentemente entrada formal dos formandos no mercado de trabalho.	Definição do Sistema Nacional de Estágios bem como um fundo para esse fim, em cooperação com a OIT	Sistema Nacional de Estágios Definido
Apoio para os Centros de Formação Profissional		
Melhorar o planeamento, gestão e apoio administrativo da DNAFOP para que esta preste serviços de formação de qualidade de acordo com	»Dirigir a implementação do Compromisso Nacional de Formação »Revisão das responsabilidades da DNAFOP no âmbito do Plano TVET »Melhorar a capacidade da DNAFOP de dirigir, gerir e administrar um centro de formação acreditado, serviços, fundos e resultados de	»50% dos estudantes saídos das escolas sem formação ou emprego terão formação acreditada. »Aumento do número qualificado de formandos ao encontro das necessidades do mercado de trabalho em todos os sectores do TVET.

<p>as necessidades do mercado de trabalho e da comunidade.</p>	<p>formação »Redigir a legislação necessária para reforçar o papel da DNAFOP na supervisão do TVET e na formação acreditada e não acreditada »Determinar os requisitos para melhorar as instalações e equipamentos dos prestadores de formação e para aumentar o seu financiamento »Estabelecer e implementar um sistema de monitorização e avaliação que meça os resultados qualitativos da formação e funcione como auditoria financeira</p>	
<p>Enquadramento dos centros de formação comunitária de forma a responder às necessidades formativas em sítios remotos</p>	<p>Apoio aos centros de formação profissional comunitários de forma a garantir a qualidade formativa de acordo com as directivas estabelecidas TVET, garantindo o seu reconhecimento e enquadramento, em cooperação com a OIT.</p>	<p>»20 centros formação profissional comunitários registados e monitorizados, apoiados e enquadrados. »100% dos formadores e estudantes são certificados junto da Direcção Nacional da Formação-SEPFOPE.</p>
<p>Aumentar a formação e pedagogia dos professores técnicos de forma a melhorar a sua capacidade de prestar serviços de formação de qualidade em todos os sectores do TVET</p>	<p>Preparar uma base de dados com os requisitos dos professores técnicos</p>	<p>»Os dados com os requisitos dos professores técnicos preparados. »Prestação de serviço garantida e capaz de fornecer Formação Profissional qualificada.</p>
<p>Desenvolver as oportunidades de capacitação profissional.</p>	<p>»Desenvolver o sistema de aprendizagem para aumentar as oportunidades em formação do estágio. »Envolver os empregadores no planeamento de programas de aprendizagem e de estágio. »Desenvolver as oportunidades de requalificação de trabalhadores existentes, introduzindo o conceito de aprendizagem ao longo da vida. »Desenvolver a legislação e regulamentos.</p>	<p>»Aumentar o número comprometido no Estágio. »Maior satisfação de empregadores no resultado do estágio. »O número de trabalhadores existentes alcançando as habilidades qualificadas. »Maior satisfação no trabalho entre os trabalhadores. »Legislação relativa aprovada ao apoio às iniciativas de capacitação profissional.</p>
<p>Desenvolver serviços de apoio</p>	<p>»Desenvolver a qualificação nacional do nível I até ao nível IV de acordo com as prioridades estabelecidas pelo INDMO »Desenvolver de materiais de aprendizagem e avaliação »Desenvolver sistemas de monitorização de qualidade para prestadores de formação credenciados »Desenvolver e executar programas de formação de formadores</p>	<p>»Qualificações desenvolvidas, 100 % qualificações desenvolvidas »Aumento da satisfação dos empregadores. »Todas as qualificações são apoiadas por material disponibilizado. »Manter os padrões de qualidade de formação. »Todos os formadores com acesso a material pedagógicos e a melhorias técnicas.</p>

	<p>antes e durante o serviço</p> <ul style="list-style-type: none"> »Ampliar o âmbito de actuação das subcomissões da indústria comprometidas no planeamento de força de trabalho »Expandir as subcomissões da indústria »Estabelecer um centro nacional para o TVET »Melhorar o conhecimento público sobre as acções de formação. »Desenvolver a capacidade dos funcionários do INDMO, da DNAFOP e do centro TVET »Desenvolver legislação e regulamentos necessários. 	<ul style="list-style-type: none"> »Subcomissões da indústria estão em pleno funcionamento. »Um centro de TVET a funcionar em pleno e capaz de providenciar formação de formadores, de fornecer materiais de formação, monitorizar e avaliar o TVET, contribuindo para a política da SEPFOPE e os seus planos. »Expansão das competições de formação e participação em eventos regionais. »Desenvolvimento e promoção de materiais para média e para uso das comunidades. »Serviços eficientes e de qualidade prestados pelo INDMO, DNAFOP e pelo Centro TVET »Enquadramento jurídico completo de todas as actividades e serviços prestados pelo TVET.
Criação do Conselho Nacional de Qualificações, Emprego e Produtividade	<ul style="list-style-type: none"> »Estabelecer um plano de formação. »Desenvolver a legislação necessária à criação do Conselho. »Informar os membros do conselho das suas funções e responsabilidades. 	Um conselho capaz de determinar políticas e planos para o emprego e formação profissional, Implementação do TVET e da ENE.
Bilhete Formação Profissional		
Criação de um Bilhete de Formação Profissional para acesso a formação gratuita	Sistema de registo de estudantes para o acesso a formação profissional de qualidade em todos CEOP abrangendo todo o território nacional.	100% dos estudantes registados com acesso a formação profissional nos 13 distritos
Apoio para a Formação Profissional		
Investir em instalações de formação, em recursos humanos/formadores, currículos e materiais de formação	Levantamento e análise de necessidades para posterior apoio no âmbito de infra-estruturas e equipamentos a centros de formação, através do FDCH.	15 Centros de formação Profissional apoiados em equipamentos e infra-estruturas em todo o território
	Levantamento e análise de necessidades para posterior apoio no âmbito da formação de formadores a centros de formação, através do FDCH.	350 Formadores têm acesso a formação acreditada nível II, III, IV e V em Timor-Leste e no estrangeiro.
Incluir as principais ocupações (carpintaria, electricidade, marcenaria, canalização e pedreiro) nos programas de formação.	Apoio e monitorização da implementação de formação das principais ocupações nos centros de formação profissional registados garantindo o desenvolvimento de mão-de-obra capacitada, através do FDCH	100% dos centros de formação profissional apoiados para fornecerem formação a área de Construção Civil.
Formação na área de negócios para garantir a	Coordenação com o IADE para desenvolver e implementar formação na área de negócios, através do FDCH.	500 Formadores de centros de formação acreditados participam no programa experiencia na industria.

ligação da formação ao mercado de trabalho.		
Apoio à formação profissional para a indústria marítima	Implementação formação área marítima com reconhecimento internacional, através do FDCH.	100% Formação implementada, formando capacitados aptos a entrar o mercado de trabalho.
Apoio à implementação das Qualificações Nacionais nos certificados III e IV		
Encorajar a provisão de formação de qualidade por parte dos prestadores acreditados e registados – governamentais, industriais, comunitários e não-governamentais	Apoio à implementação das Qualificações Nacionais nos certificados III e IV para os centros de formação registados e acreditados, prestando suporte a nível de equipamentos, infra-estruturas e formação em cooperação com a ADB, através do FDCH.	Levantamento de necessidades e definidas junto dos centros de formação. Desenvolvimento de recursos pedagógicos, formação para formadores para a implementação das Qualificações Nacionais nos certificados III e IV, em todo o território nacional.
Criação de Emprego e Crescimento Económico através das políticas de Emprego/Formação Profissional		
Soluções de emprego, formação profissional e auto-emprego para os clientes dos CEOP em todo o território nacional	Registo, apoio e aconselhamento aos clientes dos CEOP nos 13 distritos, propondo soluções de emprego, formação profissional e auto-emprego tendo em conta as informações do observatório do mercado de trabalho, com a cooperação da OIT.	4,000 atendimentos nos centros de emprego e orientação profissional em todo o território nacional, com acesso programas de auto-emprego; emprego e formação profissional, , em todo o território nacional.
Aumentar e melhorar as oportunidades de auto-emprego	<ul style="list-style-type: none"> »Expandir as instalações e oportunidades existentes de formação para o auto-emprego »Instalar centros de auto-emprego nos 13 distritos. »Desenvolver programas de promoção de auto-emprego financiados pelo FEFOP. »Desenvolver a legislação necessária para a instalação dos centros de auto-emprego. 	<ul style="list-style-type: none"> »Centros de auto-emprego instalados nos 13 distritos »Aumento do número de trabalhadores auto-empregados com sucesso. »Jovens, mulheres e homens com acesso a serviços de informação do mercado de trabalho, aconselhamento e a programas de promoção de auto-emprego. »Diminuição do número de projectos de falhados de auto-emprego.
Promover a criação de emprego	<ul style="list-style-type: none"> »Desenvolver oportunidades de emprego de forma a apoiar as iniciativas do governo nas áreas rurais. »Implementar a Estratégia Nacional do Emprego. 	<ul style="list-style-type: none"> »As iniciativas do governo são apoiadas por mão-de-obra local. »18.750 Beneficiários. »Aumentar o número de postos de trabalho.
Melhorar a prestação de informação e apoiar os serviços para os trabalhadores à procura de emprego	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a formação e prestação de informação sobre aconselhamento de carreira »Melhorar a troca de informação com os CEOPS; »Melhorar os serviços prestados pelos SEOPS e aumentar os programas de divulgação de oportunidades de emprego. »Organizar feiras de emprego e exposições de carreira profissional. 	<ul style="list-style-type: none"> »Todos os funcionários dos CEOPS capacitados e certificados, »Aumento da satisfação dos desempregados e empregadores. »Acesso actualizado às oportunidades de emprego e formação em todos os distritos. Aumento da colocação de desempregados em postos de trabalho e Aumento as taxas de emprego após a realização de feiras e exposições.

	»Realizar aconselhamento de carreira nas escolas secundárias, técnicas e centros de formação profissional.	»Aumento de empregabilidade dos desempregados. »Feiras de emprego e exposição de carreira profissional organizadas com sucesso. »Jovens das escolas secundárias, técnicas e dos centros de formação profissional recebem aconselhamento de carreira.
Criação de Emprego no Exterior		
Capacitação de Mão-de-Obra para trabalhar na Coreia do Sul ao abrigo MoU	Formação em língua Coreana, para candidatos a trabalhar na Coreia do Sul, através do FDCH.	Pelo menos 2200 candidatos participam na formação de língua Coreana e no exame EPS-TOPIK em Díli, Baucau, Bobonaro, Same, Ermera e Oe-cusse.
Capacitação de candidatos timorenses em Hospitalidade e Turismo, Agricultura para trabalhar na Austrália.	Ao abrigo do MoU assinado pelo Governo de Timor-Leste e a Austrália, capacitação de candidatos para trabalharem em por períodos de 6 meses nas áreas de Hospitalidade e Turismo e Agricultura bem como formação em língua inglesa para 5000 pessoas	»Formação de 5000 candidatos; »2500 pessoas passam pelo processo para estarem aptos a trabalhar na Austrália.
Promover e facilitar as oportunidades de emprego no estrangeiro	»Aumentar as oportunidades de emprego no estrangeiro. »Desenvolver um programa abrangente de preparação dos trabalhadores antes da partida. »Desenvolver e implementar programas de emprego e auto-emprego para os trabalhadores que retornam do estrangeiro. »Desenvolver legislação necessária.	»Aumento das oportunidades de emprego no estrangeiro, »Aumento da satisfação dos trabalhadores que retornam do estrangeiro. »Aumento dos países destino para emprego no estrangeiro, »Aumento da procura de trabalhadores timorenses »Programas desenvolvidos de qualificações, linguagem e cultura nos países destino, Melhoria das oportunidades de emprego para os trabalhadores que retornam do estrangeiro. »Os trabalhadores que retornam do estrangeiro são assimilados no mercado de trabalho nacional e recebem aconselhamento de carreira »Legislação aprovada e em vigor.
Projectos Comunitários		
Criação de emprego através de actividades geradoras de emprego rendimento	Desenvolvimento e implementação de programas de auto-emprego nos 13 Distritos.	»Pelo menos 600 pessoas criam ou melhoram o próprio negócio (50 % mulheres 50 % homens); »Pelo menos 600 pessoas participam em cursos de formação empresarial, formação profissional e têm acesso ao capital necessário para começar o seu negócio.

Promoção de Emprego Rural		
Criação de emprego temporário e construção de vias de comunicação com vista a potencializar o emprego nas comunidades	Criação de oportunidades de emprego temporário estradas rurais reabilitadas e serviços de manutenção nos 13 Distritos	<ul style="list-style-type: none"> »571 projectos de emprego temporário »12.000 beneficiários »30/40% Mulheres e 60/70% Homens. Nos 13 Distritos 120 km media anual de estradas rurais reabilitadas.
Desenvolvimento de qualificações e competências com a cooperação da OIT		
Responder às necessidades da indústria, emprego e formação profissional definindo qualificações e competências.	Realizar, analisar e definir escopo do sector.	<ul style="list-style-type: none"> »2 (dois) relatórios de escopo serão aceites pela Comissão Executiva; »2 (duas) análise do setor e os relatórios de escopo aceites pela Comissão Executiva.
	Estabelecer 3 novas sub-comissões de acordo com o plano de prioridades Timor-Leste: Serviços de Saúde e Comunidade, Petróleo e Gás, Marítima	3 novas sub-comissões estabelecidas.
	6 sub-comissões existentes e 3 novas reúnem-se regularmente por 12 meses para aprovar competências e qualificações da indústria.	<ul style="list-style-type: none"> »Um mínimo de 40 reuniões serão realizadas por 9 Sub-Comissões para definir e aprovar competência baseadas nas qualificações; »80 % das reuniões e minutas realizadas.
Entrega de qualificações nacionais aos fornecedores de formação profissional acreditados.	Realizar seminários de acreditação	Mínimo de 2 seminários; acompanhamento do processo de aplicação das qualificações pelos fornecedores de formação
Qualificações Nacionais de formação profissional são emitidas em linha com a política do INDMO.	Certificado é emitido de acordo com exigências da política.	<ul style="list-style-type: none"> »Graduados em nove setores da indústria receberão certificados reconhecidos nacionalmente; »100% graduados em TVET recebem certificados nacionais.
Monitorar o desempenho dos fornecedores de formação acreditados	Visitas aos fornecedores de formação pelo gerente da acreditação e oficiais da auditoria	<ul style="list-style-type: none"> »Quinze fornecedores de formação são monitorizados; »100% de conformidade com os padrões de acreditação.
	Auditoria completa dos fornecedores de formação em conformidade com as normas de acreditação para os acreditados em 2012.	<ul style="list-style-type: none"> »Avaliação relevante dos fornecedores no local; »Relatórios de conformidade serão entregues de acordo com cada visita.
INDMO, acesso e aplicação de princípios de equidade e orientações sempre que possível.	INDMO desenvolve políticas para incorporar directrizes inclusivas sempre que possível.	Pessoas de origens diversas de educação têm acesso a qualificações de formação nacional.
	INDMO trabalhar com SEPFOPE / DNAFOP em relação à financiar modelos que fornece um incentivo para treinar pessoas de diversas origens.	Pessoas de origens diversas de educação têm acesso a qualificações de formação nacional.
INDMO website com todas as directrizes e regulamentos	<i>Website</i> desenvolvido e disponibilizado para Díli e distritos onde o acesso à Internet está disponível.	»Pessoas em áreas rurais e remotas capazes de ter acesso às informações onde o acesso à Internet está disponível;

disponíveis para todos os usuários.		»Mais pessoas em distritos têm acesso a informações através do site INDMO onde internet está disponível.
Equilíbrio de género no recrutamento de membros de comissão CAT-CNT	Através de anúncio de emprego, os interessados de pico e de ligação da indústria encorajam mais mulheres a se candidatar a cargos	»O número de mulheres recrutadas para ISCs é aumentado; »Mais mulheres nas ISCs.
Promoção Trabalho Digno e Decente		
Promover as relações de trabalho	»Recolha de dados e informações dos empregadores e dos trabalhadores; »Promover a socialização e disseminação da Lei do Trabalho.	»Dados e informações recolhidos e organizados. »700 trabalhadores e empregadores com conhecimento da Lei. »Trabalhadores e empregadores com conhecimento da Lei..
Prevenção de disputas laborais	»Verificação dos contratos de trabalho. »Registar as associações de empregadores e sindicados.	»Contratos de trabalho verificados e de acordo com a lei, »Fortalecimento das relações laborais. »Diminuição das disputas laborais, Registo de pelo menos 50 entidades.
Resolução de disputas laborais	»Registo do processo e tentativa de mediação e conciliação. »Registo do processo e realização de pré-arbitragem e arbitragem. »Redacção de legislação sobre mediação e conciliação de conflitos laborais: »Redacção de legislação sobre arbitragem laboral.	»Conflito resolvido ou remetido para arbitragem ou tribunal, 360 casos resolvidos por ano. »Conflitos arbitrados e resolvidos, 45 casos resolvidos em processo de pré-arbitragem e arbitragem. »Legislação aprovada e em vigor.
	Estabelecimento dos serviços prestados em todos os centros regionais.	Implementação dos serviços da Direcção Nacional da Relação do Trabalho nos 5 Centros Regionais.
	Registo e processo de disputas laborais nos 13 Distritos.	Serviços de mediação e conciliação abrangendo os 13 distritos.
Assegurar o funcionamento do sistema de trabalho e promover o trabalho digno;	»Realizar seminários de divulgação do Estatuto de Inspeção Geral do Trabalho, Lei do Trabalho e Lei da Greve »Realizar visita de inspecção do trabalho no domínio da promoção da melhoria das condições de trabalho nos locais de trabalho; no domínio do desenvolvimento da prevenção de riscos profissionais no trabalho; no domínio da colocação, emprego e protecção do desemprego, migração e trabalho de estrangeiros; e no domínio da Segurança social e protecção social »Emissão de parecer de visto de trabalho e visto de fixação residência.	»Pelo menos 3000 participantes (30% mulher) com acesso a informação sobre as leis »Pelo menos 2500 estabelecimentos com 8,000 trabalhadores (M/H) em todos os sectores de actividades económica inspeccionados e gozo os seus direitos »Pelo menos 1000 estabelecimentos com 2,000 trabalhadores (M/H) em todas as actividades económicas consideradas perigosas inspeccionados »Pelo menos nos 4000 estabelecimentos com 22,000 trabalhadores (M/H) em todas as actividades económicas inspeccionados e gozo os seus direitos »Todos os estrangeiros serão protegidos e gozo dos seus direitos
Propor a política e elaborar a regulamentação da Lei do Trabalho e legislação adicional.	»Propor a política de trabalho de estrangeiros »Propor a política de segurança e saúde no trabalho »Elaborar a regulamentação da Lei do Trabalho »Criar o regime legal para a contratação doméstica	»Elaboração do projecto de Decreto-Lei de trabalho migrante. »Elaboração do projecto Decreto-Lei de segurança e saúde no trabalho. »Regulamentação aprovada a em vigor. »Regime legal da contratação doméstica em vigor.

	<ul style="list-style-type: none"> »Criar o regime legal dos acidentes de trabalho e doenças profissionais »Rever o regime legal do FEFOP e dos programas por ele financiados »Rever o regime jurídico do Centro de Desenvolvimento de Recursos de Aprendizagem 	<ul style="list-style-type: none"> »Regime legal dos acidentes de trabalho e doenças profissionais em vigor. »Novo regime legal do FEFOP aprovado a apoiar novos programas. »Regime do Centro de Desenvolvimento de Recursos de Aprendizagem revisto de acordo com as necessidades.
Ampliação e Descentralização dos Serviços da SEPFOPE		
Construção de uma Kobe House para a IGT de forma a responder às necessidades da população.	Criação de um espaço dedicado ao atendimento de trabalhadores e empregadores de forma a prestar um melhor serviço à comunidade.	100% edifício construído e em pleno funcionamento.
Apoio aos centros de língua Coreana.	»Recrutamento de professores de língua coreana.	»Professores de língua coreana a ensinar em cada centro.
Reabilitação do edifício da SEPFOPE permitindo garantir o atendimento dos clientes à procura de soluções de emprego e formação profissional.	Reabilitação do edifício da SEPFOPE, ampliando a sua capacidade de atendimento ao público nas áreas de emprego e formação profissional e garantindo as infra-estruturas necessárias a desenvolver os programas propostos em Díli.	100% edifício reabilitado e em pleno funcionamento.
Assegurar correcto funcionamento do Sistema De Trabalho e promover o Trabalho Digno		
Disseminação da informação relativa ao Estatuto de Inspeção do Trabalho e Código do Trabalho.	Esclarecimento à população através da realização de seminários de divulgação do Estatuto da IGT e do código do Trabalho.	1200 pessoas participam em seminários em todo o território nacional
Implementar a aplicação da Lei do Trabalho e das disposições das Convenções nº C182, nº C 29 da OIT e regra de inspeção do Trabalho nos locais de trabalho.	Realização de visitas de inspeção de trabalho no domínio da promoção da melhoria das condições de trabalho nos locais de trabalho em vários sectores económicos e em todo o território nacional assegurando desta forma uma melhoria qualitativa das condições de trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> »500 estabelecimentos fiscalizados »8,000 trabalhadores em todo o território nacional
	Realização de visitas de inspeção de trabalho no domínio da protecção social e segurança social, tendo em vista garantir os direitos e deveres da entidade patronal e trabalhadores.	<ul style="list-style-type: none"> »Pelo menos 200 estabelecimentos inspeccionados »2,000 trabalhadores em todo o território nacional
	Realização de visitas de inspeção de trabalho no domínio da prevenção de riscos profissionais no trabalho, assegurando desta forma uma melhoria qualitativa das condições de trabalho e	<ul style="list-style-type: none"> »Pelo menos 200 estabelecimentos inspeccionados »2,000 trabalhadores (M/H) em todo o território nacional

	garantindo os direitos dos trabalhadores.	
	Realização de visitas de inspecção de trabalho no domínio do emprego e protecção do desemprego, migração e trabalho de estrangeiros. Tendo como objectivo garantir os direitos e deveres da entidade patronal e trabalhadores, bem como proteger o direito ao trabalho da população.	»Pelo menos 200 estabelecimentos inspeccionados »2,000 trabalhadores (M/H) em todo o território nacional
	Monitorar e avaliar a implementação da lista das Piores Formas de Trabalho Infantil.	100% das crianças e dos adolescentes abaixo de 18 anos serão protegidos bem como assegurar o gozo dos seus direitos.
Conceder as autorizações legalmente exigíveis no âmbito das relações de trabalho.	Emissão de parecer de visto de trabalho e visto de fixação residência como forma de regularizar a actividade profissional de estrangeiros.	Todos os estrangeiros com acesso e protecção dos seus direitos, adquirindo parecer de visto de trabalho e visto de fixação de residência.
Propor a política e elaborar a regulamentação do Código do Trabalho.	Propor a política de trabalho de estrangeiros.	Elaboração de esboço de Decreto-Lei do trabalho migrante, e propor para aprovação em CdM.
	Propor a política de segurança e saúde no trabalho.	Elaboração de esboço de Decreto-Lei da saúde e segurança no trabalho, e propor para aprovação em CdM.
Fortalecer e melhorar os serviços prestados pela Inspeção-Geral do Trabalho à população		
Fortalecer e melhorar a capacidade técnica dos Inspectores do Trabalho de forma a prestar um melhor serviço à população.	Executar a formação específica aos inspectores do Trabalho em matéria de Saúde e Segurança no trabalho.	75% dos inspectores do trabalho aptos a aplicar os conhecimentos.
	Capacitação de inspectores em Direito garantindo assim a aplicação efectiva da legislação afecta à IGT.	25% dos inspectores do trabalho serão licenciados em Direito e aptos a aplicar os conhecimentos adquiridos.
	Participar na Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (CIT-OIT) em Genebra	100% dos participantes aptos a aplicar os conhecimentos adquiridos.
Comissão Verdade e Amizade/CVA entre Timor-Leste e a Indonésia		
Implementação do acordo “Senior Oficial Meeting”(SOM) entre Timor-Leste e a Indonésia.	Implementação do acordo “Senior Oficial Meeting”(SOM) entre Timor-Leste e a Indonésia.	Implementação do acordo “Senior Oficial Meeting”(SOM) entre Timor-Leste e a Indonésia.

Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

Papel

O Artigo 8.º da Constituição da RDTL delinea as orientações das políticas externas de Timor-Leste, as quais serão conduzidas com base nos princípios da independência nacional, protecção dos direitos humanos e respeito pela soberania, integridade territorial e igualdade entre todas as nações.

Timor-Leste está situado numa localização muito estratégica, pelo que os nossos recursos, em especial os nossos recursos naturais, bem como a nossa segurança, dependem em grande medida da manutenção de relações positivas com os nossos vizinhos e com outros países.

De acordo com o Decreto-Lei N.º 41/2012, de 7 de Setembro, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação é o órgão central do Governo encarregue de estabelecer, executar, coordenar e avaliar as políticas definidas e aprovadas em Conselho de Ministros para áreas relacionadas com diplomacia e cooperação institucionais, funções de consulados e a promoção de interesses timorenses no estrangeiro. O Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação tem as seguintes competências:

- Planear, propor e executar as políticas externas de Timor-Leste e garantir a sua unidade e harmonia;
- Estabelecer legislação e normas de acordo com as suas responsabilidades legais;
- Negociar e propor tratados e acordos internacionais segundo as prioridades de Timor-Leste a nível de políticas externas;
- Promover os interesses de Timor-Leste no estrangeiro e garantir a protecção dos cidadãos timorenses a residir fora de Timor-Leste;
- Garantir a representação de Timor-Leste na Organização das Nações Unidas e noutras organizações internacionais, bem como gerir a rede de embaixadas, missões, consulados e representantes permanentes e temporários, de acordo com as prioridades a nível de políticas externas;
- Planear e executar a adesão de Timor-Leste à Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e garantir a representação de Timor-Leste nas reuniões e actividades deste órgão;
- Planear e executar políticas relativas a cooperação internacional, implementar outras funções de diplomacia externa e estabelecer um mecanismo de cooperação e coordenação internacionais.

Orçamento

O Ministério dos Negócios Estrangeiros tem um Orçamento de 27,403 milhões de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	15,935	20,679	27,403	28,499	29,640	30,825	32,057
Recorrentes	14,960	20,216	24,811	25,803	26,836	27,909	29,025
Salários e Vencimentos	8,705	8,023	10,735	11,164	11,611	12,075	12,558
Bens e Serviços	5,091	11,693	13,576	14,119	14,684	15,271	15,862
Transferências Públicas	1,165	500	500	520	541	562	585
Capital	975	463	2,592	2,696	2,804	2,916	3,032
Capital Minor	975	463	1,042	1,084	1,127	1,172	1,219
Capital Desenvolvimento	-	-	1,550	1,612	1,676	1,744	1,813
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	48	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	48	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	15,935	20,727	27,403	28,499	29,640	30,825	32,057
Recorrentes	14,960	20,264	24,811	25,803	26,836	27,909	29,025
Capital	975	463	2,592	2,696	2,804	2,916	3,032

Perfil de Funcionários

O Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação no período de 2013/2017 tem uma estimativa de força de trabalho de cerca de 321 pessoas. Para o ano de 2013 aloca 271 pessoas composto por 168 funcionários permanentes e 103 vagas por preencher de 2012. Significa que 50 pessoas são fornecidas para o período seguinte.

Ministerio dos Negocios Estrangeiros											
Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministerio	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G				
Funcionarios Publicos Actuais	1	55	26	28	37	12	9	168	271	Director Geral	29
Agente da Administracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0		Inspector Geral	1
Vagas por preencher 2012	0	8	20	40	29	3	3	103		Director Nacional	23
Nova proposta de vagas 2013/2017	0	0	5	10	18	10	7	50		Dir Distrital	2
Total Força de Trabalho	1	63	51	78	84	25	19	321		Departamennto	20
										Chefe Seccao	
										Embaxadas/consulados	14

Plano Anual do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação para 2013

Melhorar a Prestação de Serviços da Instituição		
Prestação de serviço ao público com qualidade e eficiência, capaz de garantir transparência	Inspecção de despesas, receitas e de serviços	»Melhoramento de condições orçamentais e de gestão dos recursos, transparência de serviços e qualidade dos projectos » 8 Inspecções realizadas
Melhorar a Capacidade no Desenvolvimento do Capital Humano		
Desenvolvimento dos Recursos Humanos	Promoção, formação e capacitação de funcionários	»Funcionários diplomatas e administrativos »Novos funcionários com formação »Funcionários existentes com formação contínua são capacitados e promovidos
Sensibilizar Igualdade de Género na Instituição		
Incentivar a compreensão mais ampla da consciência de género dentro do MNEC	Promoção do recrutamento de mulheres	O Assunto o género sensibilizado e 30% do corpo do MNEC será composto por mulheres são incentivados
Promoção de igualdade de Género no MNEC	»Aumentar o número de funcionários do sexo feminino »Promover por mérito »Apoio à maternidade	»50% De novos recrutados »20% de mulheres »O posto pós-maternidade são garantidos
Melhorar a prestação de serviços diários e apoiar serviços na assistência administrativa Ministerial, Missões diplomáticas e serviços consulares	»Aquisição de 10 veículos para as embaixadas e Consulado Geral de Bali »Fornecimento de combustível »Aquisição de mobiliário, materiais de escritório, fardas, serviços de limpeza, serviços de segurança »Viagens aos estrangeiro	Melhoramento condições de trabalho e aquisição de propriedades (Bens móveis e imóveis) são adquiridos, nas Embaixadas e Consulados e Agências Consulares
Melhorar as Infra-Estruturas da Instituição		
Desenvolvimento da capacidade Institucional do Ministério	»Estabelecer manuais de directrizes, manual de comunicação institucional »Organização documental e sistema de arquivo »Ter uma assessoria na área de Manutenção e Substituição do Património e melhorar os serviços de informática com <i>software</i> renovado	Melhoramento nas directrizes operacionais, manual de comunicação, organização do sistema de arquivo e o sistema informático, procedimentos financeiros e actualização do património do Estado e 100% dos manuais e procedimentos concluídos.

Fortalecer a Capacidade Institucional		
Processo de Recrutamento de novos funcionários para ano 2013	Recrutar 153 novos funcionários Públicos.	»Fortalecimento de capacidade institucional do MNEC »100% de novos funcionários públicos de Nível: 7, 6,5,4,3,2,1 serão recrutados
Terceira Vaga de Curso de Indução aos novos funcionários	Orientar os novos funcionários.	Elevação de conhecimentos dos funcionários e 100% treinados no curso de orientação com formadores e equipamentos específicos;
Formação e capacitação dos funcionários do MNE	Plano de formação e capacitação dos funcionários	Aprovação dos funcionários com base nas necessidades administrativas coordenadas e um número de funcionários formados
Disseminação dos Decretos-lei e Alteração dos Decretos-lei CFP	Disseminação da alteração dos Decretos-lei, com a CFP	Elevação do nível de conhecimento do pessoal, com oradores e um número de funcionários sensibilizados na área de CFP
Gestor das reuniões sobre Recursos Humanos a realizar pela CFP (Gestor Profissional de Recursos Humanos)	Organização do encontro mensal de GJPRU	Aumento de nível profissionalismo dos funcionários e um número de funcionários do MNEC formados com coordenação da CFP
Cerimónia de Tomada de posse para os cargos de Direcção e Chefias no Ministério dos Negócios Estrangeiros	Realização da cerimónia de Tomada de Posse dos novos inquilinos do MNE	As cerimónias bem organizadas e 100% realizadas
Definição da Estrutura da Direcção Nacional de Recursos Humanos	Definição da Estrutura Interna da Direcção Nacional de Recursos Humanos	Obtenção de uma estrutura interna e as responsabilidades de cada funcionário definida e estabelecida com a proposta de aprovação do MNEC
Fortalecer as Relações Externas e Demarcação Fronteira Marítima		
Encontros Bilaterais entre República Democrática de Timor-Leste e República da Indonésia	<ul style="list-style-type: none"> »SOM-score Card »JBC »SOM-CTF »JMC »Encontro do TSC-CBMPGC »Campanha de disseminação »Implementar as recomendações de CVA »Sobre passes de fronteira »Lançamento de passes de fronteira e mercado de fronteira 	<ul style="list-style-type: none"> »Estreitar as relações externas com o mundo e 4 reuniões bilaterais realizadas »As recomendações de CVA implementadas »Um número de população como utilizadores de passe fronteiriça tenham conhecimento sobre como utilizar passes de fronteira »Um encontro realizado em Díli

Encontros Bilaterais entre República Democrática de Timor-Leste e Austrália	<ul style="list-style-type: none"> »Timor <i>Sea</i> »Construção de marcos de fronteira »Instalação de Quadros de Avisos de Fronteira »<i>Joint Maps</i> »Encontro regular do TSC-CBDR »Encontro do grupo especial »Compra de novo <i>plotter</i> »Impressora a cor e impressora portátil »Portátil »Observador para <i>Seabed Authority</i> »Assessor sénior para Gabinete de Fronteira »Delineamento no sector de Oecússi 	<ul style="list-style-type: none"> »Preservação de uma relação bilateral entre Timor-Leste e Indonésia e 80 marcos construídos »100 Quadros de aviso construídos »Um mapa conjunto entre Indonésia e Timor-Leste produzido »Realização de 2 encontros »Aquisição e operacionalização de equipamentos adquiridos »Encontros e acompanhamento de trabalhos, consolidação e desenvolvimento da participação de Timor-Leste nas frentes de trabalho »Delineamento de Bokos e Passabe, cerca de 25km2 de linha são realizados
Fronteira Marítima	<ul style="list-style-type: none"> »Nivelamento altimétrico da Costa Norte e Sul »Trabalhos topo-hidrográficos da Costa Norte e Sul »Imagens de satélite da Costa Norte e do Sul »Traçado das linhas de base recta da Costa Norte e do Sul Zonas marítimas »Nota Justificativa do Projecto de Projecto-lei de Nota Verbal SG-NU »Relatório »Equipamentos topográficos e marégrafos »Viagens Lisboa-Timor »Alojamento (3 pessoas, 30 dias) »Despesas administrativas do GTFM »Formação e qualificação do pessoal do GTFM 	<ul style="list-style-type: none"> »Ter uma fronteira marítima definida e Rede de apoio de altitudes estabelecidas »Levantamento hidrográfico da costa recolhido »Linhas de base definida »Linhas de zona marítimas definidas; documento às Nações Unidas apresentado »Um Relatório técnico apresentado »Os equipamentos para referência altimétrica e sua operacionalização e »Viagens de peritos e respectivo alojamento disponibilizados »Gestão eficaz das actividades do GTFM »Acções de formações e conferências são bem organizadas »Trabalhos preparatórios unilaterais para a fronteira marítima planeada
Encontros Bilaterais	<p>Visitas bilaterais</p>	<p>Visitas e encontros bilaterais realizados – acompanhamento das visitas oficiais do MNEC, PR e PM</p>

(PIF) Pacific Islands Forum, ACP-Pacific e EU	<ul style="list-style-type: none"> » Promoção da política e diplomacia com a Ásia-Pacífico e com o mundo » Manutenção da relação entre os países membros da RDTL » Participação activa em encontros, conferências e seminários regional » Melanesian Spearhead Group » Diálogos com South West Pacific » Administração da Direcção Nacional do Foro das Ilhas Pacífico 	<ul style="list-style-type: none"> » Reforço das relações regionais – política de cooperação económica, comercial e sociocultural de »Timor-Leste e promovido encontros » Cimeira de PIF realizada » Reforço de relações com os países nas Ilhas do Pacífico » Prestação de serviços ao público; condições e gestão administrativa, de apoio aos diplomatas, melhorar; » Coordenação com vários departamentos, instituições do Estado e organizações nacionais e internacionais são melhoradas
Coordenar e assegurar toda cooperação Bilateral entre Timor-Leste com Países parceiros Desenvolvimento na Ásia-Pacífico e em África	<ul style="list-style-type: none"> » Acompanhamento e participação em visitas de Estado (DGCI) » Visitas de trabalho a nível técnico oficial » Participação em reuniões de Consulta Bilateral (DGCI e DNCI) » Preparação de reunião de coordenação nacional, com todos os funcionários relevantes do Ministério 	Representação nos interesses e benefícios político para Timor-Leste no estrangeiro em todos os encontros são coordenados e promovidos
Coordenar e assegurar cooperações Multilaterais entre Timor-Leste e todas as organizações Internacionais, como Nações Unidas e Organização financeira Internacional	<ul style="list-style-type: none"> » Acompanhamento na Conferência Internacional sobre assuntos MDG's, em Nova Iorque, Bruxelas e Ásia Pacífico (DGCI) » Acompanhamento na Conferência Internacional sobre assuntos LDC's, em Nova Iorque, Bruxelas e Ásia Pacífico (DGCI) » Participação na Conferência Internacional ao nível de Altos Oficiais, em Nova Iorque, Europa e Ásia pacífico (DGCI) 	<ul style="list-style-type: none"> » Timor-Leste Participou na conferência internacional sobre assuntos MDG's, em Nova Iorque, Bruxelas e Ásia Pacífico (DGCI) » Timor-Leste Participou na conferência internacional sobre assuntos LDC's em Nova Iorque, Bruxelas e Ásia Pacífico (DGCI) » Timor-Leste Participou na Conferência Internacional ao nível de Altos Oficiais, em Nova Iorque, Europa e Ásia pacífico (DGCI)
Coordenação Nacional com o Ministério das Finanças sobre todos apoios ao Desenvolvimento que foram oferecidos pelos Países Parceiros ao Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> » Organização de reunião e coordenação nacional com todos os Ministérios relevantes » Avaliação e submissão da proposta para S.E Ministro e Vice Ministro 	<ul style="list-style-type: none"> » Manter uma boa coordenação ao nível nacional com o Ministério das Finanças e os parceiros de desenvolvimento » Projectos e coordenações bem organizadas e planeadas
Grupo Operacional de Migração - GOM	Reuniões interministeriais relevantes	<ul style="list-style-type: none"> » 2 Reuniões de COPM realizados » 2 Operações conjuntas realizadas » Cidadãos estrangeiros identificados
Conselho Orientador da Política	Reuniões de Ministros Relevantes	» 2 Reuniões de Ministros

Migratória – COPM		»Regulamentos migratórios adequados e ajustados
Emissão de vistos nas missões Diplomáticas e Consulares	Treino; Instalação de sistema; Inspeção conjunta	»Vistos nas missões diplomáticas emitidos pelos Consulares de Denpasar, Kupang, Singapura, Darwin e Sydney »Funcionamento do sistema monitorização e avaliação realizados »Novos vistos a ser emitidos no segundo trimestre
Lei Consular	»Disseminação da Lei para as missões diplomáticas e consulares »Seminários »Avaliação da Implementação	Lei implementada (com respectiva sensibilização)
Lei do Tráfico Humano	»Disseminação da Lei para as missões diplomáticas e consulares »Seminários »Avaliação da Implementação	Lei implementada (com respectiva sensibilização)
Emolumentos consulares	Seguimento do estabelecimento da tabela de emolumentos em coordenação com os Ministérios da Justiça e Finanças	Receitas provenientes dos serviços consulares no Cofre de Estado estabelecida com base na tabela de emolumentos em coordenação com o Ministério da Justiça e Finanças
Estabelecer Novas Embaixadas e Consulados no Exterior		
Abertura de Embaixadas e Consulados no Exterior	Estabelecimento de duas novas Embaixadas na Nova Zelândia, UK e 2 Agências Consulares em Atambua, Indonésia e Consulado em Darwin, Austrália	»Ter boas relações entre Timor-Leste e as nações referidas »2 Embaixadas estabelecidas »2 Consulado estabelecido;
Preparar e Aprovar o Esboço de Projectos de Leis de Instituição		
Preparação do Projecto de Lei sobre “Estatuto da Carreira Diplomática”	»Organização de reuniões regulares com o Secretário-geral, DG’s, DN’s »Apresentação à S.E. e ao Sr. Ministro antes da submissão ao Conselho de Ministros	»Criação de leis na Instituição »Regularização da carreira diplomática, promoção, colocação proporcional e funções para cada diplomata estabelecida
Preparação do Estatuto Remuneratório da Carreira Diplomática	»Organização de reuniões regulares com o Secretário-geral, DG’s, DN’s »Apresentação à S.E. e ao Sr. Ministro antes da submissão ao Conselho de Ministros	»Regularização das remunerações dos funcionários diplomáticos estabelecidas »Condições de vida no estrangeiro aos diplomatas garantidos
Projecto de Lei sobre “Regime de Matrículas Diplomáticas”	»Organização de reuniões com ministérios competentes – Direcção Nacional de Transportes, do Ministério do Transporte, Departamento de Assuntos Protocolares do MNEC »Apresentação à S.E. e ao Sr. Ministro antes da submissão ao Conselho de	»Criar padrão legal e regularização do procedimento para emissão de chapas diplomáticas regulados »Movimentação dos carros de Corpos Diplomáticos e organizações internacionais acreditados em Timor-Leste

	Ministros	identificados
Projecto de Lei sobre “Estatuto do Centro de Estudo Diplomático”	»Organização de reuniões regulares com o Secretário-geral, DG’s, DN’s »Apresentação à S.E. e ao Sr. Ministro antes da submissão ao Conselho de Ministros	»Preparação profissional dos diplomatas e desenvolvimento do currículo de formação »Seleção dos candidatos elegíveis »Procura e produção de diplomatas confiáveis estabelecidas
Melhorar os Sistemas Protocolares da Instituição		
Melhor coordenação com instâncias relevantes para garantir a eficácia na organização das visitas e cerimónias oficiais que decorrem periodicamente em Timor-Leste	Coordenação de visitas de Estado Oficiais, de Trabalho e Apresentações de Credenciais; Coordenação de eventos nacionais	Melhoramento nas linhas de coordenação e encontros bem organizados com o Gabinete do Presidente, Seguranças F-FDTL, PNTL, Bombeiros
Melhorar a organização da sala VIP do Aeroporto Internacional Nicolau Lobato	Destacamento de 4 funcionários na Sala VIP para garantir assistência necessária e legalmente apropriadas no uso da sala	Funcionários do Protocolo bem organizados e equipados com a logística adequada
Introdução do Cartão Diplomático	Substituição do antigo nome do “Ministério dos Negócios Estrangeiros” (MNE) para o nome “Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MNEC)”	»Recolha dos antigos cartões e recepção dos novos são substituídos »Novo cartão diplomático »Máquina de produção adquirida
Produção da Lista Diplomática (Embaixadas da RDTL acreditadas e não Acreditadas no estrangeiro e as Agências da ONU)	Facilitação do acesso aos contactos e ao novo processo de distribuição de informação entre o MNEC e as Missões Diplomáticas de Timor-Leste no exterior	Listas diplomáticas revistas e actualizadas
Produção do Manual sobre o processo de tratamento das matrículas diplomáticas	Facilitação do processo de tratamento de matrículas diplomáticas em conformidade com o regulamento em vigor e em quantidades suficientes para as embaixadas	Manual de procedimentos estabelecido
Efectuar formação sobre o Protocolo de cooperação com a Embaixada da Indonésia	Aumento do conhecimento e das capacidades dos funcionários em relação aos serviços de protocolo Participação anual na formação Fórum Democracia de Bali	Funcionários com um nível de formação elevado Melhoria nas qualidades de prestação de serviços da Direcção Nacional de Protocolo
Definição das funções dos Serviços da Direcção Nacional de Protocolo	Definição dos serviços do Departamento do Protocolo	Melhoria nos serviços de entendimento e capazes exercer as suas funções atribuídas

Fortalecer as Relações Multilaterais, Estabelecer uma Comissão Eventual Interministerial na Preparação da Presidência de CPLP		
CPLP Estabelecimento da Unidade dentro da DNAM para presidência da CPLP	Fortalecimentos das relações bilaterais e multilaterais com os Estados Membros da CPLP Preparação da Presidência da CPLP que Timor-Leste irá presidir entre 2014 e 2016 Socialização sobre a CPLP ao Governo e aos funcionários, sociedade civil, estudantes e à população em geral, nos 13 distritos Participação nas reuniões dos pontos de cooperação da CPLP	»Estreitamento nos laços multilaterais com as Instituições, Agências e Organizações internacionais »Termos de referência desenvolvidos »Recursos humanos recrutados » <i>Workshops</i> , seminários, <i>talk-shows</i> , folhetos, panfletos, autocolantes produzidos »Reuniões com relatório realizadas
Assembleia Geral das Nações Unidas	»Melhoramento da capacidade de compreensão dos diplomatas timorenses nos fóruns Multilaterais »Participação de Timor-Leste na 68ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2013	»Participação elevada de diplomatas nas sessões plenárias »O nível do conhecimento dos diplomatas aumentado na formação »Sessões de trabalho do Comité da UNGA foram participadas.
ECOSOC A adesão de Timor-Leste com as obrigações enquanto Estado Membro das Nações Unidas	»Preparação e submissão do primeiro relatório do CEDAW »Preparação e submissão do segundo relatório da convenção dos direitos da criança (MoJ, MNEC e outros) »Socialização sobre recomendações da <i>Universal Periodic Review</i> (MNE, MoJ e outras Instituições relevantes) »Socialização sobre sessões da CEDAW elaborado pelo Sra. Milena Pires (Membro <i>Committee CEDAW</i>) alvo: Sociedade Civil, Ponto Focais da Género »COP19 (Climate Change) em 2013 vai realizar-se na Europa Ocidental	»Apresentação do relatório nacional ao Comité da CEDAW e da CRC »Dados submetidos ao Conselho de Ministros »Seminários conjuntos com a SEPI »Um documento preparado sobre mudanças climáticas de Timor disponível e apresentado; treino e experiência de funcionários a partir do trabalho com Chefes de Estado e Governo »Os funcionários para treino de capacidades, com o fundo alocado para a CPLP foram recomendados
Estudos Comparativos	Visitas oficiais e de trabalho aos países membros da ASEAN assim como o Secretariado da ASEAN em Jacarta	Esboço do plano de acção, planeamento e identificação dos programas dos Países Membros, com base no Plano de Acção da ASEAN preparado
Socialização/Sensibilização	»Organização de conferências nacionais e internacionais, seminários, e <i>workshops</i> . »Sensibilização junto das comunidades para tomar maior conhecimento sobre a ASEAN	»Melhorar a capacidade de compreensão e do conhecimento de parceiros – processo de adesão à ASEAN »Organizar calendários planificados nas actividades e tópicos dos oradores foram preparados
Eventos regionais Relacionados com, ARAF e SWEP	Participação nas reuniões todas, assim como nos eventos relacionados com o assunto.	»Participação activa enquanto membro da AEAN »Convencer os ARF a incluírem a ASEAN

		<ul style="list-style-type: none"> »Organizar calendários e reuniões »Assegurar a participação dos Ministérios relevantes
Unidade de Tradução	Tradução dos documentos previamente identificados.	<ul style="list-style-type: none"> »Ter uma Unidade de tradução »Documentos relevantes identificados »Encorajamento das instituições nacionais a se inteirarem dos assuntos da ASEAN
Plano de Contingente	Antevisão das reuniões relacionadas com os eventos	<ul style="list-style-type: none"> »Resposta a qualquer exigência do programa »Revisão dos relatórios »Revisão da implementação das actividades
Construção de Messe para os Diplomatas e Visitantes no Consulado-Geral de Bali - Indonésia	Construir um edifício para os diplomatas e VIPs no Consulado-Geral de Bali - Indonésia	O edifício construído em Bali no Ano Fiscal de 2013 com o intuito de atender as necessidades de atendimento prestados pelos diplomatas
Estabelecer o Centro Estudo Diplomático no MNEC		
Estabelecimento do Centro de Estudos Diplomáticos	Concepção do Centro de Estudos Diplomáticos	Centro de Estudos dotado de material e equipamento
	Elaborar o Estatuto, currículo e Regimento do Centro	Um estatuto, currículo e Regimento do Centro Diplomático foi elaborado
	Recrutamento de formadores Acordos com Instituições Formação base e Triagem	»Existência de um Corpo de formadores recrutados »Acordos estabelecidos para garantir a qualidade e eficácia na implementação

Ministério da Defesa e Segurança

O Ministério da Defesa e Segurança, abreviadamente designado por MDS, é órgão central do Governo que tem por missão conceber, executar, coordenar e avaliar a política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministro, para as áreas da Defesa Nacional cooperação militar, da segurança pública, da investigação criminal e migração.

De acordo com o artigo 2º do Decreto Lei no 31/2008 de 13 Agosto referente a Orgânica do Ministério da Defesa e Segurança o MDS prossegue as seguintes atribuições:

- Propor a política e elaborar os projectos de regulamento necessários às suas áreas de tutela;
- Celebrar e coordenar com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, acordos Internacionais em matéria de Defesa e Cooperação Militar;
- Administrar e fiscalizar as forças armadas de Timor-Leste;
- Promover a adequação dos meios militares;
- Fiscalizar a navegação marítima e as áreas com fins militares;
- Exercer a tutela sobre as forças políticas de Timor Leste;
- Promover a adequação dos meios Polícias;
- Exercer a tutela sobre os serviços de Migração;
- Fiscalizar a navegação marítima e áreas com fins civis;
- Velar pela segurança das pessoas e bens de em caso de incêndios;
- Desenvolver programas de educação cívica para fazer face a desastres naturais ou outros, provocados pela acção humana;
- Estabelecer mecanismo de colaboração e de coordenação com outros órgãos do Governo com tutela sobre as áreas conexas.

O Ministério da Defesa e Segurança, o qual é composto pela Secretaria de Estado da Defesa, F-FDTL, Secretaria de Estado da Segurança e PNTL e Gabinete do Ministro da Defesa e Segurança, tem um Orçamento de 68,199 milhões de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas
Ministério da Defesa e Segurança (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	47,855	70,491	68,199	69,865	72,594	75,380	78,241
Recorrentes	41,404	55,879	61,016	62,415	64,866	67,362	69,922
Salários e Vencimentos	18,920	23,073	25,870	26,904	27,980	29,100	30,264
Bens e Serviços	22,477	30,826	34,947	35,303	36,670	38,037	39,424
Transferências Públicas	7	1,980	200	208	216	225	234
Capital	6,452	14,612	7,183	7,450	7,728	8,018	8,319
Capital Minor	5,212	9,925	6,358	6,592	6,836	7,090	7,354
Capital Desenvolvimento	1,240	4,687	825	858	892	928	965
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	33,495	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	33,484	-	-	-	-	-
Capital	-	11	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	47,855	103,986	68,199	69,865	72,594	75,380	78,241
Recorrentes	41,404	89,363	61,016	62,415	64,866	67,362	69,922
Capital	6,452	14,623	7,183	7,450	7,728	8,018	8,319

Estes fundos vão ser alocados a cada instituição baseando-se nas necessidades em conformidade com as prioridades a implementar em 2013, tais como a seguir se enuncia:

Gabinete do Ministro da Defesa e Segurança

Papel

Área da Defesa

Ao longo do próximo cinco anos, o Governo irá conduzir as forças armadas como uma força de defesa profissional convencional, sob controlo democrático. O Governo irá reestruturar as F-FDTL para garantir que possuem as capacidades de recursos humanos que lhes permitam um nível elevado de prontidão operacional, em relação a uma vasta gama de missões.

Será estabelecido um Sistema de Gestão de Recursos Humanos da Defesa, com um intuito de desenvolver os nossos soldados, incidindo nas áreas da liderança, motivação, desempenho, coesão e tomada de decisões. O Governo irá também aumentar o nível de coordenação e cooperação entre as F-FDTL e a PNTL, a fim de definir, de forma clara, os papéis e responsabilidades de cada uma destas instituições.

O Governo irá fortalecer o Instituto de Defesa Nacional para poder cumprir cabalmente o papel que lhe é atribuído.

O Governo compromete-se a apoiar os veteranos a reformarem-se com dignidade que merecem. O Governo vai continuar a considerar que as mulheres tenham um papel cada vez maior na defesa nacional. O governo irá ainda desenvolver e capacitar a Companhia de Engenharia das F-FDTL para participarem activamente no desenvolvimento nacional. Iremos envidar todos os esforços para que as F-FDTL participem em operações de manutenção da paz, sob a égide das Nações Unidas e aumentar, até 2015, a capacidade dos nossos sistemas, no que se refere a Comando, Controlo, Comunicações, Computadores e Informações.

Consideramos também as possibilidades para alargar a nossa participação em exercícios militares regionais e internacionais (*Excerto de Programa de V Governo Constitucional. Pag. 70-72*).

Área da Segurança

Ao longo do próximo cinco anos, o Governo continuará a desenvolver esforços de forma a aperfeiçoar a capacidade operacional efectiva na prevenção e investigação do crime, na consolidação da segurança pública e do controlo fronteiriço. Continuaremos igualmente a encorajar o modelo de policiamento comunitário e manteremos a estabilidade e a segurança pública como responsabilidades fundamentais da PNTL.

O Governo estabelecerá um plano de recursos humanos e profissionalização das instituições de segurança, orientando o recrutamento e a formação para responder às necessidades actuais e futuras.

Durante os próximos cinco anos, o governo estabelecerá um regime de carreira bem definido para a PNTL, que permitirá, a absorção, de novos recursos vocacionados para esta instituição, permitindo também libertar membros menos vocacionados ou que já ultrapassarem a idade de reforma. Neste sentido, o governo não tolerará a existência, dentro

da PNTL, de membros afiliados à Artes Marciais, bem como membros com actividades ou ligação a partidos políticos.

O governo irá estabelecer desenvolvimento, um Centro Nacional de Operações focado na Segurança Rodoviária e desenvolver os seus recursos humanos de forma a melhor gerir os crescentes desafios que Timor Leste enfrenta nesta área.

O governo concluirá também o seu programa de apoio ao equipamento e às necessidades profissionais da Protecção Civil, nomeadamente dos Bombeiros, com perspectiva de maior alargamento aos distritos.

O governo irá ainda fortalecer a Direcção Nacional de Prevenção de Conflitos Comunitários de forma a considerar a confiança, a lei e ordem no seio das nossas comunidades (*Excerto de Programa de V Governo Constitucional. Pag. 70-72*).

Orçamento

O Gabinete do Ministro da Defesa e Segurança tem um Orçamento de 3,666 milhões de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas
Ministro da Defesa e Segurança (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	4,897	11,846	3,666	3,812	3,965	4,124	4,289
Recorrentes	2,006	5,449	2,331	2,424	2,521	2,622	2,727
Salários e Vencimentos	64	52	72	75	78	81	84
Bens e Serviços	1,943	3,417	2,059	2,141	2,227	2,316	2,409
Transferências Públicas	-	1,980	200	208	216	225	234
Capital	2,891	6,397	1,335	1,388	1,444	1,502	1,562
Capital Minor	2,891	6,397	1,335	1,388	1,444	1,502	1,562
Capital Desenvolvimento	-	5	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	4,897	11,846	3,666	3,812	3,965	4,124	4,289
Recorrentes	2,006	5,449	2,331	2,424	2,521	2,622	2,727
Capital	2,891	6,397	1,335	1,388	1,444	1,502	1,562

Perfil de Funcionários

O Gabinete do Ministério da Defesa e Segurança no período de 2013/2017 tem uma estimativa de força de trabalho de cerca de 31 pessoas. Para o ano de 2013 aloca 9 pessoas composto por 7 funcionários permanentes e 2 agentes da administração públicas. Significa que 22 pessoas são fornecidas para o período seguinte.

Ministerio da Defesa e Seguranca											
Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministerio	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G				
Funcionarios Publicos Actuais	0	1	3	0	2	0	1	7	9	Director Geral	2
Agente da Administracao Publica	0	0	0	0	0	0	2	2		Inspector Geral	0
Vagas por preencher 2012	0	0	0	0	0	0	0	0		Director Nacional	4
Nova proposta de vagas 2013/2017	0	2	4	10	0	6	0	22		Director Distrital	0
Total Força de Trabalho	0	3	7	10	2	6	3	31		Chefe Departamento	4
										Chefe Seccao	0

Plano Anual do Ministério da Defesa e Segurança para 2013

Fortalecer a capacidade institucional do Ministério da Defesa e da Segurança		
Promover as reuniões e sessões de trabalho a nível de Defesa e Segurança (SED, SES, F-FDTL, PNTL, Segurança Civil, Bombeiros e Serviços de Imigração)	Reuniões de trabalho regulares duas vezes por ano e reuniões extraordinárias, sempre que se justifique	<ul style="list-style-type: none"> » Actas de sessões de trabalho com decisões políticas e plano de intervenção » 2 Reuniões de trabalho realizadas entre MDS, Segurança Civil, Bombeiros e Serviços de Imigração » 2 Reuniões de trabalho realizadas entre oficiais MDS, PNTL e F-FDTL » Cerca de 100 pessoas participaram em cada uma das reuniões realizadas
Reforçar a qualidade da educação dos funcionários do MDS	Frequência de licenciatura, mestrado e doutoramento na área da administração pública e IT	<ul style="list-style-type: none"> » Licenciatura: 3 (1 mulher e 2 homens) » Mestrado: 1 (homem) » Doutoramento: 1 (homem)
Reforçar a instituição da PNTL com veículos adequados para executar as suas funções	Complementar a necessidade de veículos e motorizadas, adequados para a PNTL para apoiar as tarefas públicas	<ul style="list-style-type: none"> » 13 carros e 13 motorizadas para unidades de trânsito para 13 distritos » 30 carros para UEP » 30 motorizadas para membros da polícia no QG » 10 carros para superiores da polícia » 2 carros para superior máximo da PNTL
Reforçar a instituição das F-FDTL com veículos militares, apropriados ao desempenho das suas tarefas públicas	Complementar a necessidade de veículos adequados para as Forças Armadas para apoiar as tarefas públicas	<ul style="list-style-type: none"> » 20 carros operacionais » 2 carros tanques de água » 30 carros para superiores » 2 carros apropriados para superiores máximo das Forças Armadas
Reforçar a DNPC com veículos adequados para o desempenho das funções	Complementar a necessidade de veículos adequados para a unidade de Bombeiros da Direcção Nacional da Protecção Civil	<ul style="list-style-type: none"> » 1 carro de incêndio com escadote de 25 metros » 5 carros para a equipa de task force dos bombeiros

Secretaria de Estado da Defesa

Papel

De acordo com a lei orgânica do V Governo Constitucional, as competências da Secretaria de Estado da Defesa, delegadas pelo Ministro da Defesa e Segurança, consistem em gerir e supervisionar todas as actividades no sector da Defesa.

A principal responsabilidade da Secretaria de Estado da Defesa é desenvolver uma política nacional de defesa com base nas orientações do Conselho de Ministros, com vista à protecção dos interesses de Timor-Leste.

Orçamento

A Secretaria de Estado da Defesa tem um Orçamento de 3,047 milhões de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas
Secretaria de Estado da Defesa (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	773	3,227	3,047	3,169	3,295	3,427	3,564
Recorrentes	759	918	2,882	2,997	3,117	3,241	3,371
Salários e Vencimentos	201	297	792	824	857	891	927
Bens e Serviços	551	621	2,090	2,173	2,260	2,350	2,444
Transferências Públicas	7	-	-	-	-	-	-
Capital	14	2,309	165	172	178	186	193
Capital Minor	14	330	-	-	-	-	-
Capital Desenvolvimento	-	1,979	165	172	178	186	193
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	773	3,227	3,047	3,169	3,295	3,427	3,564
Recorrentes	759	918	2,882	2,997	3,117	3,241	3,371
Capital	14	2,309	165	172	178	186	193

Perfil de Funcionários

A Secretária de Estado da Defesa no período de 2013/2017 tem uma estimativa de força de trabalho de cerca de 64 pessoas. Para o ano de 2013 aloca 64 pessoas, composto por 43 funcionários permanentes e 21 vagas por preencher de 2012. Significa que não prevê força de trabalho para o período seguinte.

SE da Defesa											
Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministério	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G				
Funcionarios Publicos Actuais	2	4	6	14	13	3	1	43	64	Director Geral	2
Agente da Administracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0		Inspeor Geral	1
Vagas por preencher 2012	1	4	8	3	2	3	0	21		Director Nacional	7
Nova proposta de vagas 2013/2017	0	0	0	0	0	0	0	0		Director Distrital	0
Total Força de Trabalho	3	8	14	17	15	6	1	64		Chefe Departamento	7
										Chefe Seccao	12

Plano Anual da Secretaria de Estado da Defesa para 2013

Desenvolvimento Institucional		
Legislação e Documentação Estruturante Estratégica	Fortalecer o desenvolvimento da legislação de defesa e sistemas de apoio e procedimentos para tomar decisões apropriadas	Política de Defesa Nacional Desenvolvida
		Conceito Estratégico de Defesa Segurança Nacional (CEDSN) elaborado
		Conceito Estratégico Militar desenvolvido
		Directiva Ministerial Defesa e Planeamento Militar desenvolvida
		Regulamento de Uniformes das F-FDTL elaborado
		Eventual revisão de Vencimentos e Abonos e/ou regulamentação específica de Subsídios e Suplementos (ex: residência, embarque, risco, serviço aéreo e deslocamento)
		Regulamento de Honras e Continências Militares elaborado
		Regulamento da Medalha Militar elaborado
		Lei orgânica das F-FDTL (revisão) desenvolvida
		Acordos de cooperação da Defesa desenvolvidos
		Modelo do sistema Autoridade Marítima (SAM) desenvolvido
		Lei programação Militar desenvolvida
		Enquadramento Legislativo do Sistema de Autoridade Marítima (SAM)
		Missões Especificas das F-FDTL
Sistema de Força e Dispositivo		
Protocolo de adesão à Convenção para Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS)		
Respeitar e honrar os Ex-FALINTIL	Realizar a celebração nacional das FALINTIL no dia 20 de Agosto	Cerimónia realizada com sucesso no 3º trimestre de 2013.
Papéis harmoniosos e complementares entre as F-FDTL e PNTL	Desenvolver uma estrutura institucional responsável pela segurança marítima incluindo as legislações necessárias	Estrutura Desenvolvida no 2º trimestre de 2013.
	Fortificar os laços de cooperação entre as F-FDTL e PNTL nas áreas fronteiriças através de reunião trimestralmente e workshop	Reunião trimestralmente realizada com sucesso Workshop conjunto entre F-FDTL e PNTL realizado no 3º

		trimestre de 2013.
Informar o público sobre as actividades da SED e das F-FDTL	Levantamento de dados e recolha de informações durante o 1º e 3º trimestres, para 1ª e 2ª edições respectivas. Produzir e disseminar o Jornal da Defesa 6000 exemplar.	1ª edição: produzidos 3000 exemplares, disseminados ao público no 2º trimestre de 2013. 2ª edição: produzidos 3000 exemplares, disseminados ao público no 4º trimestre de 2013.
	Realizar cobertura exclusiva relacionada com as actividades das forças armadas e com a sua participação no desenvolvimento do país	Cobertura exclusiva realizada com sucesso e número da coberturas realizadas
Desenvolvimento de uma Política de Gestão do Património		
Desenvolvimento de Infra-estruturas	Desenho do plano mestre da construção do edifício de Comando e base das componentes das Forças armadas	Desenho concluído no 4º trimestre de 2013
	Preparar os documentos para o processo de concurso e adjudicação (tenderização)	Documentos preparados no 2º trimestre de 2013. Início da obra no 1º trimestre de 2014 e conclusão em 2015.
	Atribuição de compensação pela terra para edificação nova da base de componentes das F-FDTL	Realizada linha em coordenação com Ministério da Justiça durante 1º trimestre de 2013. Projecto concluído durante 4º trimestre de 2013.
	Finalização da construção do muro em Fatuhada, MoD e QG FDTL	Finalização da construção do muro em Fatuhada, MoD e QG FDTL
Monitorização das actividades da SED e das F-FDTL		
Fiscalização e inspecção da SED e F-FDTL	Fiscalização interna das actividades da SED e das F-FDTL	Fiscalizadas as actividades da SED e F-FDTL. Número de fiscalizações realizadas. Minimizadas os actos de má administração na SED e F-FDTL
	Monitorização dos projectos de desenvolvimento das F-FDTL e SED	Monitorização dos projectos realizados a fim de garantir a qualidade e a boa gestão dos projectos das F-FDTL e SED.
	Fiscalização na execução de Orçamento atribuído à F-FDTL e SED	Fiscalização concluída no 2º trimestre de 2013 e apresentado do relatório de fiscalização. Minimizadas os actos de má administração da SED e F-FDTL
Desenvolvimento de uma Política Internacional		
Desenvolver relações multilaterais e bilaterais	Reforçar o foco na CPLP	Incrementado o papel e a representação de Timor Leste nos fóruns da CPLP no domínio da Defesa
	Reforçar o compromisso na ASEAN	Actividades de apoio a Timor-Leste no seu compromisso de se

		tornar membro da ASEAN realizadas
Desenvolver relações Institucionais	Reforçar os pontos focais para o desenvolvimento e consolidação de relações institucionais	Desenvolver esforços e sinergias para reforçar cooperação em várias áreas sobretudo no que diz respeito à Defesa
Desenvolver e capacitar recursos humanos		
Desenvolvimento dos Recursos Humanos	Recrutamento de funcionários	Processo de publicação de recrutamento pelo responsável na Comissão da Função Pública completo. Recrutamento concluído 1º trimestre de 2013. 10 (F/M) novos recrutados para completar a estrutura da Secretária de Estado da Defesa.
	Promoção profissional dos funcionários públicos	Promoção profissional aos funcionários da SED (Director Nacional e Chefe Departamento)
	Promoção técnica dos funcionários públicos	Promoção técnica de 12 funcionários SED (chefe da Secção)
	Realizar acções de capacitação aos funcionários na área Finanças, Aprovisionamento, Património, Inspeção e Relações internacionais	Acções de formação realizadas com sucesso. 54 dos funcionários participam nas formações (38 M e 16 H)
	Bolsa de estudo para funcionários da SED continuarem os seus estudos de nível superior	25 Funcionários da SED elevam os seus conhecimentos. (Doutoramento na UNTL 1 pessoa, mestrado UNTL 4 pessoas, licenciatura IOB, UNDIL, UNPAS DIT 20 pessoas)

FALINTIL-Força de Defesa de Timor Leste (F-FDTL)

Papel

Segundo a Constituição da República Democrática de Timor-Leste, as Forças Armadas timorenses (Falintil-FDTL) são responsáveis por assegurar a defesa militar da República Democrática de Timor-Leste.

As Forças Armadas garantem a independência nacional e salvaguardam a soberania da Nação. Assim sendo, a Secretaria de Estado da Defesa planeou criar e desenvolver as Forças Armadas de Timor-Leste durante o mandato do IV Governo Constitucional, de modo a estabelecer um exército profissional capaz de manter a segurança externa e por conseguinte de proteger todos os cidadãos timorenses contra ameaças internas e externas. Segundo o Artigo 46.º da Constituição da RDTL, o objectivo fundamental das F-FDTL é defender a soberania de Timor-Leste. A Política Nacional de Defesa determina os seguintes objectivos a nível de Segurança e Defesa Nacionais:

Garantir a protecção da soberania de Timor-Leste através da manutenção da integridade territorial.

- Contribuir para a paz, segurança e estabilidade a nível regional e internacional.
- Garantir forças armadas profissionais.
- Garantir a segurança de todos os cidadãos contra ameaças externas.
- Consolidar a segurança externa.
- Consolidar a segurança marítima.

Orçamento

A Força de Defesa de Timor Leste (FDTL) tem um Orçamento de 26,160 milhões de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas
FALINTIL-Forças de Defesa de Timor-Leste (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	19,796	26,580	26,160	26,191	27,219	28,288	29,400
Recorrentes	17,143	21,350	22,856	22,775	23,686	24,633	25,619
Salários e Vencimentos	5,419	6,988	7,949	8,267	8,598	8,942	9,299
Bens e Serviços	11,724	14,362	14,907	14,508	15,088	15,692	16,320
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	2,653	5,230	3,304	3,416	3,533	3,655	3,781
Capital Minor	1,629	2,527	3,304	3,416	3,533	3,655	3,781
Capital Desenvolvimento	1,024	2,703	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	19,796	26,580	26,160	26,191	27,219	28,288	29,400
Recorrentes	17,143	21,350	22,856	22,775	23,686	24,633	25,619
Capital	2,653	5,230	3,304	3,416	3,533	3,655	3,781

Perfil de Funcionários

As Forças Armadas F-FDTL no período de 2013 tem uma estimativa de força armadas de cerca de 2373 pessoas composto por 1873 pessoas activos e 500 pessoas serão recrutados em 2013.

Mapa Pessoal F-FDTL		Tabela Chefia FDTL 2013	
Posto	Pessoal	Posto	Total
Recruit	500	Maj. Geral	1
Soldado	837	brigadeiro	1
Cabu	52	Coronel	6
Furriel	1	Tenente Coronel	10
Segundo Sarjento	250	Major	21
Primeiro Sargento	324	Capitao	46
Sargento Adjudante	60	Total	85
Sargento Chefe	40		
Sargento Mor	1		
Aspirante	0		
Alferes	136		
Tenente	73		
Capitao Tenente	0		
Capitao	58		
Major	19		
Tenente Coronel	14		
Coronel	6		
Brigadeiro	1		
Major General	1		
Total	2,373		

Posto da Promoção para 2013		
Posto Original	Posto Promoção	Pessoal
Soldado	Cabu	52
Soldado	Alferes	42
Cabu	Segundo Sargento	194
Segundo Sargento	Primeiro Sargento	324
Primeiro Sargento	Sargento Ajudante	44
Sargento Ajudante	Sargento Chefe	35
Alferes	Tenente	62
Tenente	Capitao	30
Capitao	Major	6
Major	Tenente Coronel	5
Tenente Coronel	Coronel	0
Coronel	Brigadeiro	0
Total		794

Plano Anual da F-FDTL para 2013

Funcionamento e manutenção das FALINTIL - Força Defesa Timor Leste		
Assegurar Missões operacionais das F-FDTL	Operações navais ao longo da zona marítima norte	Protecção dos recursos naturais vivos e não vivos no espaço marítimo de interesse nacional, relatórios
	Exercício Conjunto (nível nacional e internacional)	Missões operacionais realizadas com prontidão para manter boas relações com as populações, relatórios
	Efectuar operações CIMIC	Manter eficácia da força na construção e desenvolvimento Nação. Relatórios das operações.
	Assistência Humanitária	Ter uma força bem preparada para responder aos desastres naturais. Relatórios das respostas a emergências
	Participação nas reuniões internacionais no âmbito da Defesa e Militar	Participação nas reuniões regulares dos pontos focais do Secretariado Permanente nos Assuntos da Defesa e discussões de cooperação sobre área defesa e militar
Desenvolver os recursos Humanos (M/H) das F-FDTL.	Realizar formação académica militar	Formação realizada com sucesso e 200 militares elevam os seus conhecimentos. Certificados ou relatórios.
	Realizar curso na área de SI/TIC	Formação de 5 dias realizada com sucesso, 20 militares elevam os seus conhecimentos. Certificados ou relatórios.
	Realizar o curso na área de direito humanos e género	Formação de 5 dias realizada com sucesso, 30 militares elevam os seus conhecimentos. Certificados ou relatórios.
	Realizar formação sobre o Direito Internacional Humanitário	Formação realizada com sucesso, 30 militares elevam os seus conhecimentos. Certificados ou relatórios.
	Realizar o curso de contabilidade Financeiras	Formação de 5 dias realizada com sucesso, 25 militares elevam os seus conhecimentos. Certificados ou relatórios.
	Militares da CFT, CFNL, CAS frequentam Cursos, pelo acordo sobre acções de Formação dos Programas de Cooperação Bilateral (AUST e PRT). Acções devem ser integradas Plano de Formação das F-FDTL. 120 militares	Realizados vários cursos para melhorar a proficiência dos militares e a capacidade operacional das F-FDTL, tendo em vista o desempenho dos cargos e os Padrões de Prontidão Operacional. Certificados ou relatórios.
	Recrutamento voluntário de membros das F-FDTL	Processo de recrutamento concluído no 2º trimestre de 2013. Recrutados 500 forças das F-FDTL para completar a microestrutura PDF 2011 a 2015.
Infra-estrutura e Equipamentos		
Compra de equipamentos e materiais necessários às diversas actividades e/ou serviços.	Aquisição de Viaturas Militares (viaturas Hicom)	Preparação dos documentos para o processo de concurso e adjudicação concluído no 1º trimestre de 2013. Processo concluído no 2º trimestre de 2013. Viaturas militares comprada no 3º trimestre de 2013
	Aquisição de novas armas complementares para a Força, para possuir armamento suficiente para maior eficácia dos serviços e	Preparação dos documentos para o processo de concurso e adjudicação concluído no 1º trimestre de 2013. Processo de concluído no 2º trimestre de

	rapidez na actuação	2013. Armas compradas e distribuídas no 3º trimestre de 2013
	Aquisição de Uniforme Militares	Preparação dos documentos para o processo de concurso e adjudicação concluído no 1º trimestre de 2013. Processo concluído no 2º trimestre de 2013. Uniforme militares comprada no 3º trimestre de 2013
Assegurar a operacionalidade dos Serviços Militares incluindo a melhoria das infra-estruturas	Continuação da 3º fase de construção do edifício da Polícia Militar em Díli	Projecto concluído no 3º trimestre de 2013. Desenvolvidas as infra-estruturas de acordo com o plano mestre e asseguradas as melhores condições nos serviços
	Construção do edifício de Comando da Componente e apoio aos serviços e da Componente, incluindo promoção e treino	Processo concluído no 2º trimestre de 2013. Desenvolvidas as infra-estruturas de acordo com o plano mestre e asseguradas as melhores condições nos serviços
	Construção do novo Posto fixo Militar em Ataúro, Oecusse, Tunubibi e Tilormar.	Preparação dos documentos para o processo de concurso e adjudicação concluído no 1º trimestre de 2013. Processo concluído no 2º trimestre de 2013 e início do projecto
	Preparar o Desenho para a construção Edifício Comando Componente Naval.	Preparação dos documentos para o processo de concurso e adjudicação concluído no 1º trimestre de 2013. Processo concluído no 2º trimestre de 2013 e início do projecto
	Finalização a obra da Residência Naval	Preparação dos documentos para o processo de concurso e adjudicação concluído no 1º trimestre de 2013. Processo concluído no 2º trimestre de 2013 e início do projecto
	Construção Caserna Hera	Preparação dos documentos para o processo de concurso e adjudicação concluído no 1º trimestre de 2013. Processo concluído no 2º trimestre de 2013 e início do projecto
	Construção edifício do Instituto de Defesa Nacional	Preparação dos documentos para o processo de concurso e adjudicação concluído no 1º trimestre de 2013. Processo concluído no 2º trimestre de 2013 e início do projecto
Desenvolvimento do Capital Humano (Instituto Defesa Nacional)		
Desenvolvimento das capacidades profissionais dos membros das F-FDTL e PNTL	Realizar Formação profissional e Treino Operacional (nacional e/ou estrangeiro), de acordo com o Plano de Formação e Treino das F-FDTL	Formações realizadas com sucesso segundo o Plano de formação e treino das F-FDTL Números de membros das forças armadas formados
	Efectuar treino de especialização no exterior	Formação realizada com sucesso Números de membros das Forças Armadas capacitados
	Curso de Formação para especialidades da CFNL das F-FDTL	Formação realizadas com sucesso. Números de membros das Forças Armadas capacitados
	Efectuar vários cursos para melhorar a proficiência dos militares e a capacidade operacional das F-FDTL, tendo em vista o desempenho dos cargos e os Padrões de Prontidão Operacional	Formações realizadas com sucesso. Números de membros das Forças Armadas capacitados

	Formação e qualificação de RH das F-FDTL e PNTL	Formação realizada com sucesso Números de membros das Forças Armadas capacitados
	Formação de quadros superiores da Administração Pública e quadros superiores dos sectores privado e corporativo	Formação realizada com sucesso Números de membros das Forças Armadas capacitados
	Promover a discussão nacional sobre questões de segurança e defesa (a importância da formação e organização da forças) e promover a actividade do IDN	Discussão Nacional realizada com sucesso Números de participantes na discussão

Secretário de Estado da Segurança

Papel

A Secretaria de Estado de Segurança, abreviadamente designada por SES, tem por missão conceber, executar, coordenar e avaliar a política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas de segurança pública, da investigação criminal e da Migração.

No âmbito da missão do MDS a SES prossegue as seguintes atribuições:

- Propor a política e elaborar os projectos de regulamento necessários às suas áreas de tutela;
- Exercer a tutela sobre as forças policiais de Timor Leste;
- Promover a adequação dos meios policiais;
- Exercer a tutela sobre os serviços de Migração
- Fiscalizar a navegação marítima na área com fins civis
- Velar pela segurança das pessoas e bens em caso de incêndios, inundações, desabamento, terremotos e em todas as situações que as ponham em risco;
- Desenvolver programas de educação cívica para fazer face a desastres naturais ou outros provocados pela acção humana, cimentando a solidariedade social;
- Estabelecer mecanismo de colaboração e de coordenação com outros órgãos do Governo com tutela sobre áreas conexas;
- Qualquer outras que lhe sejam atribuídas por lei ou delegação de poderes;

Estrutura do SES :

- Director Geral (DG)
- Direcção Nacional de Administração (DNA)
- Direcção Nacional de Aprovisionamento (DNAP)
- Direcção Nacional de Finanças (DNF)
- Gabinete de Inspeção e Auditoria (GIA)
- Direcção Nacional de Prevenção de Conflito Comunitária (DNPCC)
- Polícia Nacional de Timor Leste
- Serviços de Migração

- Direcção Nacional de Protecção Civil (DNPC)
- Direcção Nacional de Segurança de Edifícios Públicos (DNSEP)

Orçamento

A Secretária de Estado da Segurança tem um Orçamento de 8,679 milhões de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas Secretária de Estado de Segurança (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	5,720	6,477	8,679	8,996	9,327	9,667	10,021
Recorrentes	5,151	6,083	7,498	7,768	8,050	8,339	8,640
Salários e Vencimentos	2,724	3,267	3,487	3,605	3,749	3,899	4,055
Bens e Serviços	2,427	2,816	4,031	4,163	4,300	4,440	4,585
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	568	394	1,181	1,228	1,277	1,328	1,381
Capital Minor	568	394	521	541	563	585	609
Capital Desenvolvimento	-	-	660	686	714	742	772
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	1,377	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	1,366	-	-	-	-	-
Capital	-	11	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	5,720	7,854	8,679	8,996	9,327	9,667	10,021
Recorrentes	5,151	7,449	7,498	7,768	8,050	8,339	8,640
Capital	568	405	1,181	1,228	1,277	1,328	1,381

Perfil de Funcionários

A Secretária de Estado da Segurança no período de 2013/2017 tem uma estimativa de força de trabalho de cerca de 1498 pessoas. Para o ano de 2013 aloca 1403 pessoas composto por 1311 funcionários permanentes e 92 vagas por preencher de 2012. Significa que 95 pessoas são fornecidas para o período seguinte.

SE de Segurança											
Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministério	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G				
Funcionarios Publicos Actuais	0	11	32	87	118	566	497	1311	1403	Director Geral	2
Agente da Administracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0		Inspeor Geral	1
Vagas por preencher 2012	0	0	4	8	80	0	0	92		Director Nacional	6
Nova proposta de vagas 2013/2017	0	0	5	9	39	42	0	95		Director Distrital	1
Total Força de Trabalho	0	11	41	104	237	608	497	1498		Chefe Departamento	53
										Chefe Seccao	0

Plano Anual da Secretaria de Estado da Segurança para 2013

Desenvolvimento Institucional		
Reforçar e Assegurar a Estrutura da SES Segundo a Lei no.31/2008	Revisão da Lei Orgânica da SES	Estrutura adequada ao serviço da SES e tarefas definidas e bem guiadas com base na legislação
	Revisão da Lei de Migração e Asilo	Legislação de Estrangeiros actualizada para melhorar e garantir a eficácia operacional do SM
	Elaboração das normas e procedimentos dos Gabinetes de Apoio Jurídico e Gabinete de Media/Relação Pública e Protocolo	Normas e procedimentos apropriados estabelecidos para o bom desempenho nas funções
	Revisão do esboço do estatuto orgânico da DNPC e melhoramento do esboço de estatuto especial dos Bombeiros	Estatuto próprio desenvolvido a servir de base para o desempenho das funções
	Continuação da elaboração de normas técnicas sobre a prevenção e combate a incêndios, inundações, desabamentos terramotos e outros tipos de desastres (Protecção Civil)	Normas técnicas elaboradas e implementadas
	Elaboração dos Planos de Emergência para os diferentes tipos de desastres	Planos de Emergência elaborados e implementados
	Continuação da elaboração e ajustamentos de Regulamentos internos, Normas e Procedimentos Operacionais para a Protecção Civil e Bombeiros (NEPs e NOPS).	Regulamentos, Normas e Procedimentos Operacionais elaborados e implementados
	Continuação da criação do Regulamento Interno da DNPCC	Criado o Regulamento Interno da DNPCC e implementado na DNPCC
	Continuação de análise do Estatuto próprio da DNSEP e elaboração do Decreto-lei sobre as empresas de segurança.	Analisado o estatuto da DNSEP e elaborado o Decreto-lei sobre as empresas de segurança, para haver um melhor controlo na supervisão e fiscalização das empresas de seguranças
	Recrutamento de pessoal (guardas) que possam atender aos pedidos dos Ministérios / SE pendentes para assegurar a segurança das Instalações da Administração Pública	Recrutados 221 guardas (135 pessoas contratados para 12 Distritos e 86 pessoas a nível nacional), (30% F, 70 % M)
Nomeação dos Comandantes e 2º Comandantes dos CBs de Covalima, Viqueque, Lautem, Grupo Operacional de Intervenção (GOI)	Preenchida a estrutura e assegurado o funcionamento dos quartéis do Bombeiros	
Assegurar e reforçar o funcionamento de serviços da SES	Monitorizar/supervisionar as orientações gerais definidas no programa do V Governo e no PE da SES, Inspeções e Auditoria, Monitorizar os serviços dos Ponto Focais e Mediadores e Actividade Operacional – Fiscalização de SM para os cidadãos Estrangeiros em território de TL.	Assegurar a implementação das orientações e programas para o sucesso dos serviços
	Desenvolver a Coordenação entre as direcções e PNTL	Assegurada a realização e o bom desempenho dos serviços e boa coordenação

Coordenação externa com as instituições relevantes e parceiros de desenvolvimento	Qualidade e continuidade de apoio e boa coordenação asseguradas
Compilação, análise e harmonização dos PA e planos plurianuais	Desenvolvido um plano apropriado e eficiente para minimizar dupla actividades.
Coordenação, monitorização, Supervisão do GTNG	Actividades do GTGN coordenadas para o sucesso de serviços
Identificação das Causas dos Conflitos em todos distritos	Número dos conflitos identificados. Casos analisados e submetidos ao superior para encontrar solução. Número dos conflitos resolvidos
Inspecções de rotina e inspecções do trabalho, assegurando a implementação do serviço de acordo com normas e procedimentos	N.º das inspecção realizadas. Minimizada a mal gestão no SES
Inspecções e Auditoria Interna semestral, assegurando a implementação do serviço de acordo com normas e procedimentos	N.º de inspecções e auditorias realizada. Minimizada a mal gestão no SES
Investigar e verificar os casos Disciplinares com base na Lei em vigor	Assegurado o cumprimento das leis, normas, procedimentos e orientações superiores para minimizar as violações de actos disciplinares
Realizar encontros Comunitários sobre a prevenção de conflitos (“Sorumutu komunitaria ba Prevensaun Konflitu”)	N.º de encontros comunitários sobre prevenção conflitos realizados. 400 Lideres Comunitários, Grupos de Juventude, Arte Marciais e Arte Rituais participam na reunião. N.º de conflitos ou casos identificados.
Realizar a cerimónia de Nahe biti bo’ot (Encontro comunitário alargada) para resolver os conflitos ou problemas na comunidade	Nahe biti bo’ot (Encontro Alargado) realizado e conflitos resolvidos
Mediação	Mediadores facilitam e aproximam as partes dentro da comunidade (grupos juventude, arte marciais, Arte rituais) procurar um mecanismo até resolver o problema
Adidos de Migração – Bali e Kupang / Indonésia e Singapura	Melhoramento do controlo de entrada de cidadãos estrangeiros no território da RDTL – Serviços Consulares de Bali e de Kupang (Indonésia) e em Singapura – Âmbito internacional – para melhoria no desempenho de funções
Fiscalização / operação dos cidadãos Estrangeiros em todo território da RDTL	Fiscalização da permanência de estrangeiros titulares de Vistos da RDTL – Âmbito Nacional para garantir a Eficácia Operacional do SM
Encontros bilaterais	Encontros bilaterais realizados. Melhoria da Coordenação de Serviço com as Autoridades Indonésias nas Fronteiras Comuns (Aéreas, Terrestres e Marítimas)
Inspecção dos Serviço de Migração	3 Inspecções realizadas. Melhoria no desempenho e coordenação de funções - Âmbito Internacional e garantir a Eficácia Operacional do SM
Elaboração de Processos de Expulsão	Expulsão e Deportação de Estrangeiros em situação irregular no

		Território da RDTL para garantir a Eficácia Operacional do SM nas Áreas de Fiscalização
	Fiscalização redes de tráfico humano e Apoio às vítimas de Tráfico Humano	Realizada a fiscalização e número da fiscalização realizada. Protegidas as vítimas de tráfico humano
Desenvolvimento do Capital Humano		
Formar e Capacitar os Recursos Humanos	Formação aos novos Bombeiros	75 Pessoas (M:52, F: 23) formados na área dos Bombeiros (CB Lautem 22 pessoas, 6 pessoas para substituições no CB Díli, 13 pessoas reforço CB Maliana, 12 pessoas reforço CB Baucau e 22 pessoas para CB Viqueque)
	Formação na Gestão da administração, finanças e Auditoria	Formação realizada e 7 (sete) funcionários formados
	Formação de Gestão da logística, manutenção e Aprovisionamento	Formação realizada e 10 (dez) funcionários formados
	Formação da Gestão de Recursos Humanos	Formação realizada e 10 funcionários formados
	Formação na área de Planeamento	Formação realizada e 12 funcionários formados
	Formação na área de Informática	Formação realizada e 15 funcionários formados
	Formação em língua Portuguesa, Inglesa e Tétum	Formação realizada e 20 funcionários aprofundam conhecimentos em língua portuguesa, inglesa e Tétum
	Curso de Protocolo	Formação realizada e 5 funcionários formados
	Formação de Planeamento de emergências, em DNPC-Dili	Formação realizada e 10 Funcionários (M: 7, F:3) da Protecção Civil formados
	Formação na área de vigilância e alerta, local de formação DNPC-Dili	Formação realizada e 10 Funcionários (M: 7, F:3) da protecção civil formados
	Formação na área de Prevenção e Protecção de desastres, local de formação DNPC-Dili	Formação realizada e 13 Funcionários (M: 9, F:4) da protecção civil e profissionais dos Bombeiros formados
	Formação de Busca e salvamento Urbano, local de formação DNPC-Dili	Formação realizada e 10 Bombeiros profissionais (M: 7, F:3) formados
	Formação na área de Desencarceramento, na DNPC-Dili	Formação realizada e 10 Bombeiros (M: 7, F:3) formados
	Formação na área de Salvamento grande ângulo, local de formação DNPC-Dili	Formação realizada e 10 profissionais Bombeiros (M: 7, F:3) formados
	Formação avançada de Bombeiros no Regimento Sapadores de Lisboa, Portugal	Formação realizada e 8 profissionais Bombeiros (M: 6, F:2) formados
	Formação na área de resgate marítimo, na DNPC-Dili	Formação realizada e 15 Bombeiros (M: 8, F:7) formados
Formação na área de técnicas de salvamento e primeiros socorros, no Brasil, durante três meses	Formação realizada e 2 Bombeiros profissionais formados	
Formação na área de <i>rope rescue</i> ou <i>structural Fire Fighting</i> , na Malásia.	Formação realizada e 2 profissionais Bombeiros formados	
Formação na área de gestão de desastres, em Singapura	Formação realizada e 2 funcionários da DNPC e Bombeiros formados	

Formação aos novos Bombeiros	75 Bombeiros (do CB Lautem 22 pessoas, 6 pessoas para substituições no CB Dili, 13 pessoas reforço CB Maliana, 12 pessoas reforço CB Baucau e 22 pessoas para CB Viqueque (M:52, F: 23), formados na área dos Bombeiros para assegurar os Serviços ao público
Formação básica em boas práticas de Atendimento Geral de Utentes	Formação de 26 Funcionários do Serviço de Migração e (F. 30% , M. 70%) Melhoramento da Gestão do Serviço de Migração – Batugade CPM
Curso Intermédio – Atendimento de Utentes do Serviço de Migração	Formação de 30 Funcionários do Serviço de Migração e Melhoramento na Divisão de Vistos / Secção de Atendimento do SM – Batugade CPM para melhorar e Garantir a Eficácia Operacional do SM
Curso de Liderança	Formação de 15 Funcionários do Serviço de Migração, Capacitação de Oficiais e Chefes de Departamento - Melhoramento de Gestão dos Serviços de Migração – Batugade CPM
Curso de Formação sobre Tráfico Humano, âmbito Internacional	Formação de 2 Funcionários do Serviço de Migração na Tailândia. Melhoria no desempenho de funções para melhorar e Garantir a Eficácia Operacional do SM
Curso de Língua Inglês Avançado	Capacitação de 3 funcionários para Atendimento ao Público em Melbourne / Austrália. Melhoria no desempenho de funções
Seminário sobre Fronteiras Terrestres, âmbito Internacional	Capacitação de 2 funcionários sobre “Fronteiras Terrestres, Relações de Segurança na linha de Fronteira em Jakarta /Indonésia para melhoria no desempenho de funções
Formação na área de Avaliação e Análise de Conflitos Sociais	Formação realizada e 6 funcionários formados (4 homens e 2 mulheres)
Formação na área de Mediação	Formação realizada e 13 Mediadores e 50 Ponto Focais participarem na formação. Mediadores e os pontos focais capacitados a fim de desempenharem as suas funções
Estudo Comparativo na área de pesquisa	Formação realizada e 6 funcionários elevam os seus conhecimentos (H/4 e 2/F)
Formação em “PEACE BUILDING”	Formação realizada e 3 funcionários (M 2 / F 1) formados
Formação sobre “Valores da Vida”	Formação realizada e 650 jovens (M: 325 e F: 325) formados
Formação na área de Gestão Administrativa	Formação realizada e 8 Funcionário elevam os seus conhecimentos na área de Gestão Administrativa
Disseminação da Lei Contra a Violência Doméstica, CEDAW, Resolução	Lei Contra a Violência Doméstica disseminada para 200 funcionários,

	1325, VBJ.	PNTL e F-FDTL (M 100 e F 100) .
Equipamentos de Apoio		
Facilitar e Apoiar os serviços de todas direcções	Aquisição de 1 Auto viatura auto comando + 2 viaturas específica para Bombeiros	Preparação dos documentos para o processo de adjudicação concluído no 1º trimestre de 2013. Viaturas compradas e distribuídas no 2º trimestre de 2013.
	Aquisição de 1 viatura ATM 5.000 litros para o grupo operacional de intervenção _GOI	Preparação dos documentos para o processo de adjudicação concluído no 1º trimestre de 2013. Viaturas compradas e distribuídas no 2º trimestre de 2013.
	Aquisição de Equipamentos de Comunicação: Bombeiros: 4 repiter, 20 rádio portáteis, 5 rádios base Motorola e 10 telefones Fixos e 40 baterias, DNSEP: Rádio Banana, Marca Motorola 338 (400), baterias reserva (400), Rádios de base e Baterias para reserva (20)	Equipamentos de comunicação adquiridos, para apoio dos serviços operacionais no terreno (Bombeiro e DNSEP)
	Aquisição de equipamentos de segurança : - Detectores de metais (30); Detector de espelho (10); Castete (400); Algema (50); Estic Karet (25); Tamen karet (10); Stick besi (15); Matrak (10); Deker ain ho liman (25)	Assegurar e detectar a entrada e saída dos serviços de Segurança e facilitar os processo de formação dos guardas
	Aquisição de outros equipamentos diversos para Bombeiros : Compra de 8 agulhetas 45 ^{mm} ; 8 agulhetas 25 ^{mm} ; 8 agulhetas de espuma; 50 extintores de pó químico; 50 extintores de CO ² ; 10 rolos fita de emergência marca Bombeiros para 8 Corpos de Bombeiros; 6 aparelhos de Ar comprimido para os Quartéis dos Bombeiros	Outros equipamentos diversos adquiridos para garantir a operacionalidade dos serviços
	Aquisição de equipamentos de água: 8 mota bomba Portatil para CBs e 4 mota bomba Flutuante para CBs	Equipamentos de água adquiridos para assegurar a intervenção dos Bombeiros no combate aos incêndios
	Aquisição de Geradores (1 médio e 1 pequeno)	Para apoiar os serviços operacionais e assegurar a energia aos trabalhos operacionais dos Bombeiros no terreno
	Aquisição 5 Viaturas Auto Comando	Veículos para Bombeiros de CBs Viqueque, Aileu, maliana, Oe-cusse e Grupo Operacional de Intervenção (GOI) adquiridos, para apoiar os trabalhos dos Bombeiros no terreno.
	Aquisição de 2 Vinhetas / detector de Vistos	Adquirir e melhorar a qualidade das vinhetas / detecta de Visto para evitar falsificações
	Aquisição de 730.000 formulários para Embarque e Desembarque	Formulários de Embarque e Desembarque adquiridos e distribuídos nos Postos de Fronteiras – Melhoria na obtenção de dados e informações sobre fluxos migratórios e respectivas irregularidades para garantir a Eficácia Operacional do SM nas Áreas de Fiscalização

Desenvolvimento da Infra-estrutura		
Construção de infra-estruturas de apoio	Construção de 1 posto de atendimento do SM (Citrana, Oe-Cusse) (PDD1)	Postos construído para melhoramento das actividades dos funcionários do SM
	Construção Escritório da DNPCC+sala de Arquivo e Sala de Reunião da SES (PDD2)	Preparação dos documentos para o processo de adjudicação concluído no 1 trimestre, início de construção no 2 trimestre e concluído no 4 trimestre de 2013.
	Construção dos Edifício da DNSEP nos Distritos de Viqueque, Manufahi e Covalima (PDD2)	Preparação dos documentos para o processo de adjudicação concluído no 1 trimestre, início de construção no 2 trimestre e conclusão no 4 trimestre de 2013.
	Construção de edifício dos Bombeiros na estação de Comoro e Becora, Díli (PDD2)	Preparação dos documentos para o processo de adjudicação concluído no 1 trimestre, início de construção no 2 trimestre e conclusão no 4 trimestre de 2013.
	Construção de dormitório +Muro+ instalações da DNSEP, Ermera (PDD1)	Preparação dos documentos para o processo de adjudicação concluído no 1 trimestre, início de construção no 2 trimestre e conclusão no 4 trimestre de 2013.
	Construção do edifício da DNSEP, no distrito de Manatuto. (PDD1)	Preparação dos documentos para o processo de adjudicação concluído no 1 trimestre, início de construção no 2 trimestre e conclusão no 4 trimestre de 2013.
	Construção do edifício da segurança civil + Muro, em Aileu Morro (PDD2).	Preparação dos documentos para o processo de adjudicação concluído no 1 trimestre, início de construção no 2 trimestre e conclusão no 4 trimestre de 2013.

Polícia Nacional de Timor Leste - PNTL

Papel

A Missão da Polícia Nacional de Timor-Leste:

A Polícia Nacional de Timor-Leste foi constituída em 27 de Março de 2000, pela Administração Transitória de Timor-Leste (UNTAET), em co-operação com as altas entidades do Conselho Nacional da Resistência Timorese (CNRT) e Líderes de Timor-Leste, Doadores da Comunidade Internacional, ONG, Confissões Religiosas em Timor Leste. O processo de reestruturação da instituição e do dispositivo policial visando uma mais efectiva adequação às características da nossa comunidade em sociedade foi ditado pelo Decreto-Lei n.º 8/2004, aprovado em 5 de Maio de 2004. Recentemente, o Decreto-lei Orgânica do Ministério da Defesa e Segurança, de n.º 31/2008 de 13 de Agosto, nos termos do artigo 40.o que a Polícia Nacional de Timor-Leste é a Força de Segurança Interna do Estado com a personalidade jurídica própria, subordinada à Secretário de Estado de Segurança.

A Lei mencionada em epígrafe sublinha-se com a Lei Fundamenta a qual se Expressa no artigo 147.0 da CRDTL, descrevendo que, a Polícia Nacional de Timor Leste, é uma Força de Segurança, cuja Missão, é defender a legalidade democrática, garantir a segurança das pessoas e bens e salvaguardar os direitos dos cidadãos.

Os trágicos dos acontecimentos ocorridos no mês de Maio de 2006 têm sido afectado profundamente e originou prejuízos à capacidade da instituição, sendo notória a necessidade de fazer uma revisão da estrutura, modificando as linhas verticais e horizontais que tem haver com cadeia de comando e hierarquia, surgindo responsabilidades na aplicação prática da disciplina de serviço e da liderança. O acordo estabelecido pelo Governo liderado pelo Primeiro-Ministro / Ministro da Defesa e segurança com UNMIT, através do Representante Especial das Nações Unidas em Timor Leste, (SRSG) realizado no dia 1 de Dezembro de 2006, sirva-se de base fundamental para a reconstituição, reformação, reestruturação e desenvolvimento no seio da PNTL. No entanto este protocolo, necessita de uma revisão devido da evolução do desenvolvimento do Plano estratégico da PNTL, acompanhando o do Governo da RDTL, sendo deste modo, existe uma concordância de desenvolvimento em todas as áreas das Instituições Constitucionais, desde o nível Estadual/Governamental, principalmente na PNTL, atingindo as necessidades dos Comandos subordinados até a base que é considerada como “extremidade aguda da flecha” de desenvolvimento.

É fundamental continuar com a reorganização e re-treinamento da PNTL dentro do ano financeiro de 2012 de forma a defender e garantir a continuidade da legalidade democrática, garantir a segurança de pessoas e bens e salvaguardar os direitos dos cidadãos nos termos dos dispostos na Constituição e nas leis.

O Comando Geral da PNTL tem previsto no plano de Acção definido para o ano fiscal de 2013, que segundo o programa, iniciará o novo recrutamento destinado a 261 Agentes e nível de escalão do antiguidade de serviços, promoção antecipada e além deste, abrirá o recebimento de novos candidatos da PNTL, e que, em relação dos programas mencionados, tornam-se absolutamente necessário indispensável a obtenção de um orçamento adequado nas dotações orçamentais da PNTL, com outros fundos complementares relativo ao fundo Consolidado de Timor-Leste, sendo assim poderão reflectir as fontes de financiamento necessário para a efectividade, eficácia na implementação da missão de todos os 10(dez) componentes prioritários existentes que se menciona posteriormente na página seguintes.

Os três Componentes adicionais virão a ser prioritárias, desde que, entram em funcionamento as suas actividades de acordo com o plano estratégico definido e para assegurar a distribuição orçamento Estado em todos território Timor Leste, para apoiar serviços operacional da PNTL.

O Plano Anual de Acção e a Submissão Orçamental para 2013 reflecte um processo orçamental participado e responsável.

No processo da elaboração da Submissão Orçamental, para além de ser considerada a mais alta posição relevante ao plano de acção da SES, os Departamentos da Administração (Administração e Planeamento, Finanças e Orçamento, Logística e Recursos Humanos), os Comandos das Unidades e Distritais, são submetidos e envolvidos directamente na linha de coordenação em contacto directo com as populações, são conhecedores das necessidades e aspirações da população, conducentes em matéria da segurança e estabilidade em relação com o desenvolvimento socioeconómico do País.

Desta forma, os recursos financeiros restritos, foram distribuídos criteriosamente de forma a garantir a eficiência e a gestão do uso de fundos do Orçamento de Estado tendo sido na medida do possível, reflectidas às necessidades e preocupações das diversidades áreas operacionais da PNTL incluindo 13 Comandos Distritais da PNTL.

Privilegiou-se a Academia da Polícia como responsável pela maioria das actividades de formação da PNTL. De facto, apesar do envelope fiscal da PNTL ser limitado, a PNTL

prescindiu da parte do seu orçamento para valorizar a capacidade da Academia. Por cada dólar orçado e aplicado, pretende a PNTL, que na aplicação da missão que foi empenhada, capaz de exercer a sua função com a máxima eficácia e eficiência no sentido de servir melhor e proteger a população.

Orçamento

A Polícia Nacional de Timor Leste tem um Orçamento de 26,648 milhões de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas
Polícia Nacional de Timor-Leste (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	16,670	22,361	26,648	27,697	28,789	29,874	30,966
Recorrentes	16,344	22,079	25,450	26,451	27,493	28,526	29,565
Salários e Vencimentos	10,512	12,469	13,590	14,134	14,699	15,287	15,898
Bens e Serviços	5,832	9,610	11,860	12,317	12,794	13,239	13,667
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	325	282	1,198	1,246	1,296	1,348	1,401
Capital Minor	110	282	1,198	1,246	1,296	1,348	1,401
Capital Desenvolvimento	216	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	32,118	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	32,118	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	16,670	54,479	26,648	27,697	28,789	29,874	30,966
Recorrentes	16,344	54,197	25,450	26,451	27,493	28,526	29,565
Capital	325	282	1,198	1,246	1,296	1,348	1,401

Perfil de Funcionarias

A Polícia Nacional de Timor-Leste no período de 2013 tem uma estimativa de agentes da segurança cerca de 3638 pessoas composto por 3021 pessoas na área não isolado, 355 pessoas na área isolado, 1 Comandante Geral, 1 2^o Comandante Geral e 260 pessoas a recrutar em 2013.

Polícia na Área Não Isolado							
Staffing Profile PNTL							
<i>Posto</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>	<i>6</i>	<i>7</i>
Comissário							
Superintendente-Chefe	-	12	-	-			
Superintendente	1	15	-	-	-		
Superintendente-Assistente	3	22	-	-	-		
Inspector-Chefe	34	37	-	-	-	-	-
Inspector	30	41	-	-	-	-	-
Inspector-Assistente	79	118	-				
Sargento-Chefe	106	28	3	68	-	-	
1° Sargento	100	38	-	-	-	-	-
Sargento	401	212	-				
Agente-Chefe	-	829	-	-	-	-	
Agente-Principal	-	523	-				
Agente	150	60	48	63			
Sub Total Naun Ijoladu (pessoas/Salario)	904	1,935	51	131	-	-	-
Total Naun Ijoladu (pessoas/salarios)	3,021						
Polícia na Área Isolado							
<i>Posto</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>	<i>6</i>	<i>7</i>
Comissário	-						
Superintendente-Chefe	-	-	-	-			
Superintendente	-	2	-	-	-		
Superintendente-Assistente	-	1	-	-	-		
Inspector-Chefe	-	3	-	-	-	-	-
Inspector	-	2	-	-	-	-	-
Inspector-Assistente	-	7	-				
Sargento-Chefe	5	-	-	-	-	-	
1° Sargento	-	2	-	-	-	-	-
Sargento	20	10	-				
Agente-Chefe	-	180	-	-	-	-	
Agente-Principal	100	23	-	-			
Agente	-	-	-	-			
Sub Total Naun Ijoladu (pessoas/Salario)	125	230	-	-	-	-	-
Total Naun Ijoladu (pessoas/salarios)	355						
Cargo de Chefia (15%)		mando Ge	Ijoladu				
Comissário	2	-					
Superintendente-Chefe	12	-					
Superintendente	17	-					
Superintendente-Assistente	23	-					
Inspector-Chefe	39	-					
Inspector	71	-					
Inspector-Assistente	207	-					
Sargento-Chefe	200	-					
1° Sargento	141	-					
Sargento	747	-					
Agente-Chefe	-	-					
Agente-Principal	-	-					
Agente	-	-					
	1,459	-					
Comadante Geral	1						
2° Comadante Geral	1						
Adicional PNTL (Plano 2013)	260						
Total PNTL (Naun Ijoladu + Ijoladu)	3,378						
Total Chefia	1,459						
Grand Total	3,638						

Plano Anual da Policia Nacional de Timor Leste – PNTL para 2013

Garantir a Segurança Interna		
Garantir a segurança interna e a tranquilidade de Ordem pública	Melhoria de actividades de Patrulhamento	Obtenção de confiança pela comunidade
	Realização de actividades de prevenção de crimes	Comunidade mais segura e satisfeita com a actuação da PNTL
	Melhorar o serviço de atendimento e resposta às chamadas de urgência	Chamadas de urgência atendidas de forma rápida, aumentando a confiança da comunidade na PNTL
Desenvolvimento de sensibilização cívica do policiamento comunitário viável, garantir maior eficácia na justiça referente às vítimas de violência baseada no género e doméstica.	Publicação de brochuras, posters, panfletos com mensagem sobre a prevenção de crime	Comunidade com conhecimento sobre meios de prevenção dos actos de crime
	Realização de reuniões com a comunidade e anciãos da comunidade	Confiança entre a Polícia e a comunidade fortalecida principalmente dos anciãos e grupos vulneráveis
	Realização de cobertura pública a nível distrital e sensibilização de educação cívica sobre violência doméstica e crimes de violência doméstica e baseada no género.	«Números das coberturas realizadas. «Vítimas têm acesso a informação dos seus direitos jurídicos no processo de reparação formal às vítimas da Violência Doméstica baseada no género.
	Produzir o livro manual de serviço da PNTL e stiker.	Número do stiker produzidos Numero dos livros produzidos.
Estudos institucionais comparativos		
Estudos Científicos	Realizar estudos de viabilidade na área da formação em Malásia, Singapura, Filipinas, Portugal	«Formação realizada e 18 oficiais da PNTL formados (M/12 e F/6) «Membros das polícias com conhecimentos consolidados
Manual de serviço para Unidades e Departamentos	Elaboração de Regimento Interno da UEP	«Elaborado o regime interno da UFP. «Existência de Regulamentos e regimentos para regularizar a Estrutura da UEP.
	Criação do Regimento Interno da Polícia Feminina	«Criado o regime interno da Polícia Feminina. «Regularizado a funcionalização de tarefas da Polícia Feminina
	Criação de Estatuto do Centro da Formação da PNTL	«Criado o estatuto do centro da formação da PNTL «Acpol/CFP tem o seu próprio estatuto e estrutura.
	Criação de normas e procedimentos para a protecção das vítimas de violência doméstica	Normas e procedimentos criados e implementados na PNTL
	Criação de Normas e Procedimentos para assegurar o registo oficial dos crimes e dados das vítimas	Normas e procedimentos criados e implementados na PNTL Dados dos crimes e dados das vitimas registados
	Aquisição de materiais relevantes ao código de conduta profissional e sua disseminação nas esquadras da PNTL	Conhecimentos profissionais consolidados a fim da PNTL estar apta ao atendimento das vítimas VBJ e VD.
Reforço da capacitação institucional		
Aumentar o número de funcionários técnicos e agentes da PNTL	Recrutar 250 novos agentes da PNTL	«Preparação dos documentos e distribuição ao público concluída no 1º trimestre de 2013.

		«Efectuado o processo de recrutamento. «Recrutados 250 novos da agentes PNTL (F/50 e M/200) e 261 suplentes. Processo concluído no 2º trimestre de 2013
	Recrutar 21 pessoas novas para Mini oficina,Llimpeza, Tradutora,tecnico para média, e professores de língua materna (Tetun).	«Preparação dos documentos e distribuição ao público concluído no 1º trimestre de 2013. «Efectuado o processo de recrutamento, durante 2º trimestre de 2013 «Recrutados 21 novos técnicos (M=11, F=10)
Formação de recursos humanos	Realização da formação aos novos cadetes da PNTL	Formação realizada, 511 cadetes da PNTL formados (F/80 e M/413)
	Realizar o Curso de Liderança e Gestão para 30 oficiais da PNTL	«Curso realizado com sucesso. «30 Oficiais da PNTL participam na formação (M/20 e F/10)
	Formação sobre a elaboração do Plano Estratégico para 20 oficiais da PNTL	«Formação realizada com sucesso. «20 Oficiais da PNTL aprofundam conhecimentos na área de Planeamento (M=10 F= 10).
	Formação na área de Aprovisionamento	«Formação realizada com sucesso. «15 Oficiais da PNTL (M=6 F=9) aprofundam conhecimento na Área de aprovisionamento
	Formação sobre gestão de Arquivamento	«Formação realizada com sucesso. «25 Oficiais da PNTL (M=13 F=12) participam na formação. «Oficiais da PNTL aprofundam conhecimento sobre gestão de arquivo
	Formação sobre elaboração de relatórios	«Formação realizada com sucesso «Números de polícias formados. «Relatórios produzidos são qualificados.
	Curso de Investigação Avançado no CFP de Comoro, Díli	«Formação realizada com sucesso «10 Oficiais (M/5 e F/5) aprofundam os seus conhecimentos na areia de investigação
	Curso Avançado de Inteligência/informações no CFP de Comoro, Díli	«Formação realizada com sucesso com participação de 10 oficiais da PNTL (M=7 F= 3)
	Curso de Análise de Inteligência no CFP de Cômoro, Díli	«Formação realizada com sucesso contado com participação de 10 oficiais da PNTL (M=8 F=2)
	Curso de Trânsito e Segurança Rodoviária no CFP Comoro Díli	«Formação realizada com sucesso com participação de 10 oficiais da PNTL (M=8 F=2) (M=5 F=5)
	Curso de informática básica	Formação realizada com sucesso com participação de 55 oficiais da PNTL (M=20 F=10)
	Curso CBT/informática no CFP de Comoro, Díli	Efectuada a formação. 35 Oficiais da PNTL (M=15 F=15) participam na formação.
Formação de Policiamento Comunitária	«50 Oficiais (F/25,e M/25) participam na formação.	

		«Melhora a prestação de serviço à comunidade.
	Curso de gestão Financeira e Orçamento	Formação realizada. 25 Oficiais (M=10 F=15) formados na área de gestão financeira
	Curso Força da Reserva da Polícia	Conhecimento consolidado sobre a ciência de Policiamento em termos de servir e proteger os cidadãos
	Curso na área de Comunicação, em CFP de Comoro, Díli	Efectuada a formação a 10 oficiais (M=5 F=5)
	Formação <i>Aikidu e Taekwondo</i> em CFP, Comoro, Díli	Membros da PNTL são habilitados para a aplicação de auto-defesa contra actos ilícitos/integridade física 250 pessoas (M=200 F =50)
	Formação sobre elaboração do plano estratégico	Efectuada a formação sobre elaboração do planeamento para 20 oficiais (M=10 F=10)
	Curso de línguas (Português e Inglês)	100 Oficiais da PNTL (M/ 50 e F/ 50) aprofundam conhecimentos na área de línguas
	Formação sobre Gestão de Recursos Humanos	«Formação realizada e 25 oficiais da PNTL formados.
	Curso de Inspeção e auditoria	«Realizada a formação aos 10 oficiais da PNTL (M=5 F=5) «Oficiais da PNTL aprofundam conhecimentos em inspeção e auditoria
	Realizar Curso sobre base de dados a nível distrital	Elevar o conhecimento dos elementos da PNTL: 30 pessoas (M= 15 F=15)
	Curso de especialização avançada de Investigação Criminal em Portugal, Singapura, Austrália e Indonésia	«Formação realizada «Números dos oficiais capacitados na área da investigação criminal
	Curso de especialização em Investigação e Identificação de lavagem de dinheiro, forense, droga, crime de propriedade, prevenção tráfico humano em: Indonésia, Austrália, Nova Zelândia	Formação realizada 10 Oficiais da PNTL(M=5F=5) participam na formação
	Curso de Especialização em Trânsito na Indonésia	«Formação realizada e 10 Oficiais da PNTL(M=5 F=5) participam na formação, aprofundando conhecimentos sobre serviços de trânsito e rodoviária
	Curso de Especialização para UPF,UEP,UPM em Indonésia e Portugal.	Formação realizada e 5 oficiais da PNTL participarem na formação
	Formação do sistema de I-24-7 em Bangkok.	Elevada a capacidade dos membros da Interpol para serem Operadores profissionais. 10 Pessoas (M=8 F=2)
	Formação mergulho	Realizada formação a 10 membros da UPM
	Curso de capacitação de liderança para oficiais superiores (SEIPIN, SESPATI, LEMHANAS) na Indonésia.	«Acção de formação realizada «Números dos oficiais polícias formados e graduados em ciências de segurança Nacional
	Curso de Magistratura na área da Legislação, Administração e Finanças, Planeamento, Gestão da Segurança na Indonésia,	Plano de desenvolvimento das funções policiais bem planeados com dos recursos existentes 5 (m=3, f=2)

	Austrália, Filipinas, Nova Zelândia.	
	Curso de Licenciatura na área Forense, Criminologia e Patologia na Indonésia, Filipinas e Portugal.	«Formação realizada. «15 Oficiais da PNTL participam na formação (M=10, F=5)
Melhorar Infra-estruturas da PNTL		
Desenvolver infra-estruturas da PNTL	Construção do posto polícia em Cassa distrito Ainaro (PDD 1)	«Preparação dos documentos para o processo de adjudicação concluído no 1º trimestre de 2013. «Processo de adjudicação concluído no 2 trimestre de 2013 e inicio do processo de construção da obra. Finalização da obra no 4º trimestre de 2013.
	Construção de casernas de guarda PNTL em Covalima (PDD1)	«Preparação dos documentos para o processo de adjudicação concluído no 1º trimestre de 2013.
	Construção posto polícia em 5 sucos, Ermera (PDD1)	«Processo de adjudicação concluído no 2 trimestre de 2013 e inicio do processo de construção da obra.
	Construção muro do edifício PNTL, distrito Ermera (PDD1)	Finalização da obra no 4º trimestre de 2013
	Construção muro do edifício PNTL, distrito Manufahi (PDD1)	«Preparação dos documentos para o processo de adjudicação concluído no 1º trimestre de 2013.
	Construção de posto de polícia comunitária em Viqueque (PDD1)	«Processo de adjudicação concluído no 2 trimestre de 2013 e inicio do processo de construção da obra.
	Construção casernas para agentes PNTL em 6 sub-distritos de distrito Manatuto.(PDD2)	Finalização da obra no 4º trimestre de 2013.
	Construção muro para edifício quartel-general da PNTL, em Manufahi.(PDD2)	«Preparação dos documentos para o processo de adjudicação concluída no 1º trimestre de 2013.
	Construção nova esquadra PNTL em Atsabe e Letefoho (Ermera), Bazartete (Liquiça) e Baucau. (financiando pelo FI)	«Preparação dos documentos para o processo de adjudicação concluída no 1º trimestre de 2013.
	Construção de novos quartéis nos distritos Dili, Ermera, Baucau, Lautem, Ainaro, Aileu, Oecusse e Liquiça. (Financiado pelo FI)	«Preparação dos documentos para o processo de adjudicação concluída no 1º trimestre de 2013.
	Continuação da construção do Quartel da UEP	Finalização da obra no 4º trimestre de 2013
	Construção de drenagem no Distrito Manu-Fahi	Preparação dos documentos para o processo de adjudicação concluída no 1º trimestre de 2013.
Melhorar a prestação de serviços da PNTL		
Completar as instalações da PNTL	Aquisição de equipamentos para o edifício de Comando Geral, Comandos Distritais, Departamentos e Unidades.	«Preparação documentos para o processo de adjudicação concluída no 1º trimestre de 2013. «Equipamentos comprados e distribuídos Comando Geral, Comando Distritais, Departamentos e Unidades no 2 trimestre de 2013.

	Aquisição de equipamentos eléctricos e técnicos, manutenção de equipamentos radio comunicação, manutenção e reparação de maquina fotocopia para os 13 Distritos, aquisição spare part para mini oficina de PNTL, manutenção de AC	«Preparação documentos para o processo de adjudicação concluída no 1º trimestre de 2013. «Equipamentos comprados e distribuídos no 2 trimestre de 2013.
	Aquisição de equipamentos e materiais de segurança para o Comando Geral, UEP,UPF, UPM	«Preparação documentos para o processo de adjudicação concluída no 1º trimestre de 2013. «Equipamentos comprados e distribuídos ao Comando geral, UEP, UPF e UPM.
Fortalecer a identidade da Instituição	Aquisição de fardas para o Comando Geral, Comandos Distritais, Departamentos e Unidades: UPM, UPF, UEP, Task Force.	«Preparação documentos para o processo de adjudicação concluída no 1º trimestre de 2013. «Fardais compradas e distribuídas ao Comando Geral, Comandos Distritais, Departamentos e Unidades: UPM, UPF, UEP.

Ministério das Finanças

Papel

O Decreto-Lei n.º 41/2012, de 7 de Setembro, que aprova a Orgânica do V Governo Constitucional estabelece, no seu artigo 23.º, que o Ministério das Finanças é o órgão central do Governo responsável pela concepção, execução, coordenação e avaliação da política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas do planeamento e monitorização anual do orçamento e das finanças.

A presente Orgânica estabelece, assim, uma estrutura que visa contribuir, em conformidade com as linhas determinadas pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento e o Plano Estratégico do Ministério das Finanças, para uma gestão eficaz das finanças públicas, assente em sistemas de tratamento de dados e de prestação de contas transparentes e eficientes, devidamente enquadrada com as necessidades económicas e sociais do País.

A presente estrutura reflecte igualmente as opções legislativas recentes em matéria de financiamento público, tais como parcerias público-privadas e regime de dívida pública, criando os serviços adequados ao seu acompanhamento.

O Ministério das Finanças, abreviadamente designado por MF, é o órgão central do Governo que tem por missão conceber, executar, coordenar e avaliar a política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas do planeamento e monitorização anual do orçamento e das finanças.

Na prossecução da sua missão, segue-se as atribuições do Ministério das Finanças em seguida:

- Propor as políticas monetárias e cambiais em colaboração com o Banco Central;
- Propor a política e elaborar os projectos de regulamentação necessários em matéria macroeconómica, de receitas tributárias e não tributárias, enquadramento orçamental, aprovisionamento, contabilidade pública, finanças públicas, auditoria e controlo da tesouraria do Estado, emissão e gestão da dívida pública;
- Administrar o fundo petrolífero de Timor-Leste;
- Coordenar os projectos e programas entre Timor-Leste e os Parceiros de Desenvolvimento, em ligação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;
- Gerir a dívida pública externa, as participações do Estado e as parcerias para o Desenvolvimento, cabendo-lhe a coordenação e definição das vertentes financeira e fiscal;
- Gerir o património do Estado, sem prejuízo das atribuições do Ministério da Justiça em matéria de património imobiliário;
- Promover a política de gestão dos bens móveis do Estado, em colaboração com as demais entidades públicas competentes;
- Gerir o fornecimento de bens aprovisionados para todos os ministérios;

- Negociar, assinar e gerir a implementação de contratos de parcerias público-privadas, em coordenação com as demais entidades públicas competentes, zelando pela sua avaliação financeira com vista a uma partilha adequada de riscos entre o Estado e o parceiro privado e a sustentabilidade do cada projecto;
- Elaborar e publicar as estatísticas oficiais;
- Promover a regulamentação necessária e exercer o controlo financeiro sobre as despesas do Orçamento Geral do Estado que sejam atribuídas aos demais ministérios, no âmbito da prossecução de uma política de maior autonomia financeira dos serviços;
- Velar pela boa gestão dos financiamentos efectuados através do Orçamento Geral do Estado por parte dos órgãos da administração indirecta do Estado e dos órgãos de governação local, através de auditorias e acompanhamento;
- Coordenar a assistência nacional e internacional no domínio da assessoria técnica aos órgãos do Estado, com exclusão das áreas de formação dos recursos humanos;
- Desenvolver sistemas de informação de gestão financeira em todos os serviços e organismos da Administração Pública em articulação com o desenvolvimento do processo do *e-government*;
- Estabelecer mecanismos de colaboração e de coordenação com outros órgãos do Governo com tutela sobre áreas conexas.

A Lei Orgânica do Ministério das Finanças No.14/2012 de 7 de Setembro que revê a lei orgânica No. 13/ 2009 de 25 Fevereiro será como base para desenvolver o Ministério com os seus órgãos e serviços.

O MF executa as suas responsabilidades através de serviços e organismos integrados na administração directa e indirecta do Estado como está contemplado no artigo 4.º e 5.º da Lei Orgânica do Ministério das Finanças No 41/2012 de 7 de Setembro como os seguintes:

1. Integram a administração directa do Estado, no âmbito do MF, os seguintes serviços centrais:
 - a) A Direcção-Geral de Impostos, composta pelas seguintes direcções nacionais:
 - Direcção Nacional de Impostos Petrolíferos e Minerais;
 - Direcção Nacional de Impostos Domésticos;
 - b) A Direcção-Geral de Alfândegas, composta pelas seguintes direcções nacionais:
 - Direcção Nacional de Operações;
 - Direcção Nacional de Conformidade;
 - Direcção Nacional de Administração;
 - c) A Direcção-Geral de Finanças do Estado, composta pelas seguintes direcções nacionais:
 - Direcção Nacional de Políticas Económicas;

- Direcção Nacional do Orçamento;
 - Direcção Nacional para Todo o Governo;
 - Direcção Nacional de Gestão e Fornecimento do Património do Estado;
- d) A Direcção-Geral do Tesouro, composta pelas seguintes direcções nacionais:
- Direcção Nacional de Contabilidade e Regulação Financeira;
 - Direcção Nacional de Pagamentos;
 - Direcção Nacional de Desconcentração Financeira;
- e) A Direcção-Geral de Estatística, composta pelas seguintes direcções nacionais:
- Direcção Nacional de Metodologia e Recolha de Dados;
 - Direcção Nacional de Estatísticas Económicas e Sociais;
 - Direcção Nacional de Sistemas e Relatórios;
- f) A Direcção-Geral dos Serviços Corporativos, composta pelas seguintes direcções nacionais:
- Direcção Nacional de Recursos Humanos;
 - Direcção Nacional de Administração Geral e Financeira;
 - Direcção Nacional de Gestão de Apoio Externo ao MF;
 - Direcção Nacional de Logística e Manutenção.
- g) A Unidade de Gestão de Parcerias para o Desenvolvimento;
- h) A Unidade de Administração do Fundo Petrolífero;
- i) A Unidade de Sistemas de Informação de Gestão Financeira;
- j) A Unidade de Parcerias Público-Privadas;
- k) O Gabinete de Inspecção e Auditoria;
- l) O Gabinete Jurídico.
2. Sob tutela e superintendência do MF, prossegue atribuições do MF a Companhia de Investimentos de Timor-Leste, organismo dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, regulada pelos seus Estatutos próprios já aprovados nos termos legais.
3. O MF dispõe dos seguintes órgãos consultivos, de apoio ou recurso:
- a) Conselho Consultivo do Ministério das Finanças;
 - b) Secretariado dos Grandes Projectos;
 - c) Secretariado do g7+;
 - d) Centro de Capacitação em Gestão das Finanças Públicas;
 - e) Órgão de Recurso.

Orçamento

O Ministério das Finanças tem um Orçamento de 25,483 milhões de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas Ministério das Finanças (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	12,959	15,701	25,483	7,073	7,356	7,650	7,957
Recorrentes	9,581	12,970	25,132	6,830	7,103	7,387	7,683
Salários e Vencimentos	2,150	2,458	4,062	4,115	4,279	4,451	4,629
Bens e Serviços	7,431	10,512	16,070	2,715	2,824	2,936	3,054
Transferências Públicas	-	-	5,000	-	-	-	-
Capital	3,378	2,731	351	243	253	263	274
Capital Minor	1,518	1,812	117	-	-	-	-
Capital Desenvolvimento	1,860	919	234	243	253	263	274
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	4,979	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	4,904	-	-	-	-	-
Capital	-	75	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	12,959	20,680	25,483	7,073	7,356	7,650	7,957
Recorrentes	9,581	17,874	25,132	6,830	7,103	7,387	7,683
Capital	3,378	2,806	351	243	253	263	274

Perfil de Funcionários

O Ministério das Finanças no período de 2013/2017 tem uma estimativa de força de trabalho de cerca de 1121 pessoas. Para o ano de 2013 aloca 895 pessoas composto por 794 funcionários permanentes e 101 vagas por preencher de 2012. Significa que 226 pessoas são fornecidas para o período seguinte.

Ministerio das Finanças											
Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministerio	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G				
Funcionarios Publicos Actuais	3	19	89	250	211	155	67	794	895	Director Geral	12
Agente da Administracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0		Inspetor Geral	0
Vagas por preencher 2012	18	40	43	0	0	0	0	101		Director Nacional	19
Nova proposta de vagas 2013/2017	8	20	158	30	10	0	0	226		Director Distrital	0
Total Força de Trabalho	29	79	290	280	221	155	67	1121		Chefe Departamento	78
										Chefe Seccao	100

Plano Anual do Ministério das Finanças para 2013

RENDIMENTOS DE SEGURANÇA SOCIAL E REFORMA		
<p>O Governo adaptará o actual regime transitório de segurança social de modo a vir a criar um regime permanente que garanta as necessidades básicas de protecção social a empregados do governo e seus dependentes. Este esquema será alargado a um sistema de segurança social contributivo e universal, de modo a garantir a todos os trabalhadores e seus dependentes – tanto no sector público como no sector privado – pensões em caso de reforma, invalidez ou morte.</p>	<p>Providenciar uma análise económica e política do regime transitório e da legislação associada</p>	<p>»Análise económica e política concluída e disseminada</p> <p>»Recomendações aceites pelo CDM</p> <p>»Propostas de alterações à legislação apresentadas ao Parlamento Nacional até Novembro</p>
	<p>Custear o regime de segurança social transitório e revisto a fim de garantir a existência de orçamento adequado</p>	<p>O Orçamento para 2013 inclui os fundos necessários segundo o regime transitório</p>
	<p>Melhorar a gestão da folha de pagamentos</p>	<p><i>Software</i> desenhado para gerir os pagamentos de pensões e benefícios sociais, podendo também integrar este software com outros sistemas informáticos</p>
PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS		
<p>O Governo irá dar efeito ao Decreto-Lei e desenvolver processos existentes para a identificação, avaliação e construção de infra-estruturas através de Parcerias Público-Privadas (PPPs). Este trabalho incluirá a criação de capacidade interna para negociar, fiscalizar e gerir as Parcerias Público-Privadas.</p>	<p>Identificar e avaliar preliminarmente projectos de PPPs.</p>	<p>Todos os projectos revistos para verificação de potenciais projectos candidatas às PPPs</p>
	<p>Gerir e coordenar todas as facetas de processos de PPPs no que diz respeito ao sector financeiro</p>	<p>»Garantir a conclusão dos Serviços de Transacção e que o governo toma uma decisão final</p> <p>»Negociação e contrato assinado relativamente à construção, funcionamento e gestão do Aeroporto de Díli, Porto Tibar e outros</p>
	<p>Recrutamento de funcionários para a Unidade de PPPs</p>	<p>»50% dos funcionários recrutados e colocados.</p> <p>»AT necessária mobilizada</p>
	<p>Aumentar a capacidade da Unidade de PPPs para desenvolver, implementar e gerir projectos de PPPs</p>	<p>Melhoria da capacidade entre 50% dos funcionários, ficando estes a entender bem o processo de PPPs</p>
	<p>Aumento da sensibilização e da advocacia</p>	<p>»Sensibilização de projecto específico</p> <p>»Participação em mesas redondas / conferências com diversos intervenientes na região</p> <p>»Disseminação dos projectos disponíveis e viáveis para PPPs, utilizando meios de comunicação social relevantes</p>

ESTABILIDADE MACROECONÓMICA		
O Governo continuará a desenvolver e a melhorar o seu quadro macroeconómico a médio prazo para ajudar a quantificar o envelope de recursos fiscais de 2012 a 2017	Actualizar o quadro macroeconómico e torná-lo mais intuitivo	<ul style="list-style-type: none"> »Actualizado o quadro macroeconómico, de modo a incluir tabelas breves sobre os principais impulsionadores do crescimento e pressupostos económicos »Guias do utilizador revistos
	Melhorar a ligação entre dados do BOP / GFS e SNA e o quadro	Quadro macroeconómico revisto para incorporar alterações nos dados do GDP, BOP e GFS
	Estabelecer um grupo de trabalho técnico sobre o quadro macroeconómico, envolvendo diversas instituições, para garantir a inclusão dos pontos de vista de vários intervenientes no desenvolvimento do quadro macroeconómico	<ul style="list-style-type: none"> »Grupo de trabalho técnico estabelecido, incluindo representantes de diversos intervenientes »Formação para o grupo de trabalho a fim de entender o quadro macroeconómico
Estabelecer limites para investimentos necessários para apoiar o Plano Estratégico de Desenvolvimento de 2011 a 2030 e encorajar a criação de emprego na economia, assegurando ao mesmo tempo a manutenção em níveis prudentes de outros indicadores importantes, como por exemplo o valor do fundo petrolífero e a inflação.	Fornecer custos indicativos para o Plano Estratégico de Desenvolvimento associados a uma política prudente de gestão dos saldos do FP.	Ferramentas e metodologias de custo desenvolvidas, para o PED
O Governo fortalecerá a capacidade de gestão de dívida no seio do Ministério das Finanças, a fim de melhorar o quadro macroeconómico e de garantir que qualquer empréstimo contraído pelo Governo tem fins produtivos e traz benefícios líquidos a toda a população de Timor-Leste.	Estabelecer Unidade de Gestão de Dívida no seio do MF.	<ul style="list-style-type: none"> »Funcionários nomeados para a Unidade de Gestão de Dívida »<i>Software</i> de gestão de dívida capaz de integrar com o <i>Free Balance</i> identificado e provisionado »Diferentes tipos de dívida definidos, identificados e quantificados quando possível
ANÁLISE DA BASE FISCAL		
Conceber uma reforma abrangente ao sistema fiscal de modo a alargar a base fiscal e a aumentar as receitas para o Estado.	Conduzir uma análise abrangente à base fiscal e avaliar os custos e benefícios do IVA e de “Zonas Económicas Francas”.	<ul style="list-style-type: none"> »Consultas com intervenientes sobre política fiscal »Política sobre IVA apresentada ao CdM »Política sobre “Zonas Económicas Francas” apresentada ao CdM »Legislação redigida conforme necessário.

MELHORAR A CAPACIDADE DO ORÇAMENTO NACIONAL PARA PRESTAR SERVIÇOS		
Ligar os Planos Anuais ao Orçamento de forma mais explícita.	Providenciar custos indicativos para o programa do Governo a cinco anos e fazer a ligação a um envelope prudente de recursos a cinco anos.	Envelope fiscal a médio prazo desenvolvido, consistente com uma política económica prudente e de acordo com directivas para manter o valor do fundo petrolífero e fazer a ligação aos PAs.
Continuar o processo de reforma do <i>software</i> e hardware de gestão financeira	Desenvolver estratégia informática da gestão financeira para todo o Governo.	»Proposta de estratégia informática disseminada »Estratégia informática aprovada pelo CdM.
	Fortalecer o acesso, segurança e fiabilidade dos sistemas prioritários.	»Auditoria aos sistemas conduzido »Plano de integração de sistemas desenvolvido que una todos os principais sistemas governamentais numa única rede segura »Políticas e directivas desenvolvidas para a gestão e melhoria de sistemas essenciais.
	Desenvolver e promulgar padrões de TCI.	»Redacção e aprovação da política de TCI. »Redacção e aprovação das leis e normas necessárias »Padrões de TCI disseminados
	Melhorar o <i>software</i> do <i>Free Balance</i> .	Fazer com sucesso a migração para a Versão 7. Todos os outros módulos e portais são mantidos e actualizados conforme necessário.
	Desenvolver estratégia e políticas de administração de rede, cópias de segurança e recuperação em caso de desastres.	»Especificação funcional relativamente a um local adequado para cópias de segurança e recuperação de desastres desenhado »Procedimentos de cópias de segurança e recuperação de desastres concebidos e disseminados »Aprovisionar o local e o <i>software</i> e hardware necessários
	Manter e gerir aplicações vitais da missão do Ministério das Finanças.	60% dos funcionários locais com qualificações ou conhecimentos melhorados, de modo a poderem assegurar a manutenção adaptativa e de melhoria das aplicações vitais da missão do Ministério.
Formação e fortalecimento da capacidade de ministérios operacionais no uso de <i>software</i> para a gestão financeira do governo.	Conduzir formação regular a respeito de todos os módulos do FMIS para garantir que este é utilizado por todos os ministérios operacionais.	Avaliados os ministérios estão a usar activamente que módulos do FMIS e desenhado um programa de formação para garantir que todos os ministérios operacionais utilizam plenamente o FMIS no espaço de três anos
AUMENTO DAS TRANSFERÊNCIAS DIRECTAS DE FUNDOS PARA DISTRITOS E SUCOS		
Trabalhar com o sector bancário e alargar as suas funções aos gabinetes do Tesouro nos distritos, a fim de permitir mais	Estabelecer gabinetes do Tesouro a nível de distrito	»Procedimentos operacionais redigidos para os gabinetes do Tesouro nos distritos. »Módulo do Free Balance assente na internet testados em dois distritos

transferências directas de fundos a nível de distrito e suco.		<p>piloto.</p> <p>»Gabinetes de Tesouro abertos em pelo menos quatro distritos - piloto</p> <p>»Plano de trabalho desenvolvido para os gabinetes do Tesouro nos distritos. Contas bancárias estabelecidas para distritos e sub-distritos piloto</p>
	Implementação de controlos fiduciários apropriados para gestão financeira e reporte por parte de distritos e sub-distritos.	Conceber políticas e processos para responsabilização financeira e reporte associados com as concessões a nível de distrito e de sub-distritos
FORTALECIMENTO DOS SISTEMAS DE RESPONSABILIZAÇÃO		
Serão feitas regularmente análises detalhadas de despesas numa base sectorial. Estes relatórios serão tornados públicos.	Análises de alta qualidade às despesas para informar a política governamental.	Dois relatórios semestrais de análise de despesas e um relatório sectorial detalhado redigidos
A auditoria interna será também fortalecida em todo o Governo, começando pelos ministérios com orçamentos maiores, de modo a garantir que os agentes governamentais seguem práticas correctas e gerem devidamente o dinheiro do povo	Planear e organizar auditorias internas, incluindo a emissão de relatórios de auditoria e a recomendação de acções correctivas.	<p>Calendário de auditorias anuais estabelecido</p> <p>2 Relatórios de auditoria produzidos, com recomendações sobre acções correctivas</p>
	Monitorização da implementação das recomendações.	Relatório anual sobre a implementação de recomendações de auditorias anteriores apresentado à Ministra até Agosto
	Melhorar a capacidade de Auditoria Interna.	<p>»Recrutamento de funcionários e desenvolvimento de programa de formação para os funcionários da Unidade de AI no MF</p> <p>»Início do programa de formação para funcionários da Unidade de AI</p>

Dotações para todo o Governo

O Dotações Todos para o Governo tem um Orçamento de 59,602 milhões de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas Dotações para todo o Governo (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	15,964	52,697	59,602	73,282	76,212	79,262	82,432
Recorrentes	11,731	43,936	52,012	65,388	68,003	70,724	73,553
Salários e Vencimentos	-	500	60	62	65	67	70
Bens e Serviços	9,959	37,878	48,752	61,998	64,477	67,057	69,739
Transferências Públicas	1,772	5,558	3,200	3,328	3,461	3,600	3,744
Capital	4,232	8,761	7,590	7,894	8,209	8,538	8,879
Capital Minor	1,849	6,293	4,450	4,628	4,813	5,006	5,206
Capital Desenvolvimento	2,383	2,468	3,140	3,266	3,396	3,532	3,673
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	15,964	52,697	59,602	73,282	76,212	79,262	82,432
Recorrentes	11,731	43,936	52,012	65,388	68,003	70,724	73,553
Capital	4,232	8,761	7,590	7,894	8,209	8,538	8,879

Ministério da Justiça

Papel

O Ministério da Justiça é a entidade responsável por conceptualizar, implementar e coordenar políticas definidas e aprovadas pelo Parlamento Nacional e Conselho de Ministros relacionadas com as áreas da justiça e do direito.

Compete ao Ministério da Justiça garantir um bom relacionamento entre o Governo, os Tribunais, a Procuradoria-Geral da República, o Conselho Superior da Magistratura, os Defensores Públicos e os agentes a trabalhar na área da justiça, em especial aqueles que são representados por assessores.

Orçamento

O Ministério da Justiça tem um Orçamento de 17,787 milhões de dólares para 2013

Orçamento Fontes Combinadas
Ministério da Justiça (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	7,716	11,971	17,787	17,186	17,903	18,617	19,358
Recorrentes	6,784	10,341	16,091	16,613	17,310	18,003	18,723
Salários e Vencimentos	2,485	2,943	2,979	3,150	3,276	3,407	3,543
Bens e Serviços	4,299	7,398	5,112	5,144	5,382	5,597	5,821
Transferências Públicas	-	-	8,000	8,320	8,653	8,999	9,359
Capital	933	1,630	1,696	573	593	614	635
Capital Minor	933	188	832	573	593	614	635
Capital Desenvolvimento	-	1,442	864	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	9,039	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	9,039	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	7,716	21,010	17,787	17,186	17,903	18,617	19,358
Recorrentes	6,784	19,380	16,091	16,613	17,310	18,003	18,723
Capital	933	1,630	1,696	573	593	614	635

Perfil de Funcionários

O Ministério da Justiça no período de 2013/2017 tem uma estimativa de força de trabalho de cerca de 503 pessoas. Para o ano de 2013 aloca 503 pessoas composto por 447 funcionários permanentes e 56 vagas por preencher de 2012. Significa que não prevê força de trabalho para o período seguinte. Além disso, o Ministério da Justiça tenha mais os funcionários que trabalham nas áreas serviços de prisionais 190 pessoas, Unidade Notariado 10 pessoas e Defensor Pública 32 pessoas.

Ministerio da Justica											
Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministerio	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G				
Funcionarios Publicos Actuais	0	24	77	109	113	72	52	447	503	Director Geral	2
Agente da Administracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0		Inspeor Geral	0
Vagas por preencher 2012	3	11	13	15	8	4	2	56		Director Nacional	9
Nova proposta de vagas 2013/2017	0	0	0	0	0		0	0		Director Distrital	28
Total Força de Trabalho	3	35	90	124	121	76	54	503		Chefe Departamento	40
										Chefe Seccao	0

Ministério da Justiça									
DIRECCAO NACIONAL SERVICOS PRISINAIS REESENCAO SOCIAL									
Categoria Forca de Trabalho Actuais	Escalão							Total	
	1	2	3	4	5	6	7		
Guarda Prisional Chefe 1 /Grau :C	0	0	0	0	0	0	0	0	
Guarda Prisional Chefe 2/Grau :D	0	0	0	0	0	0	0	0	
Guarda Prisional Oficial 2/Grau :E	0	0	13	0	0	0	0	13	
Guarda Prisional 2/Grau : F	0	0	177	0	0	0	0	177	
Total forca de Trabalho	0	0	190	0	0	0	0	190	

DIRECCAO NACIONAL REGISTO E NOTARIODO/UNIDADE NOTARIO				
Categoria Forca de Trabalho Actuais	Escalão			Total
	1	2	3	
Notario/Conservatorio 1a Classe	0	0	0	0
Notario/Conservatorio 2a Classe	0	0	0	0
Notario/Conservatorio 3a Classe	0	0	0	0
Conservatorio Notario Estagiario	10	0	0	10

OFICIAL DA JUSTICA						
Tcategoria forca de trabalho	Categorio/Escalão					
	Secretario	Sec. Superior	Adj. Escrevao	Escrevao de Direito	Oficial Delgencia	Total
Defesor Publico	0	1	3	24	4	32

Plano Anual do Ministério da Justiça para 2013

Reforçar a coordenação estratégica no âmbito do Sector da Justiça, melhorar o planeamento anual e assegurar a monitorização sistemática de implementação das políticas e da execução do orçamento do Ministério da Justiça		
Consolidar o Conselho de Coordenação (CC) como órgão de orientação estratégica do sector e supervisão da implementação do Plano Estratégico	Estruturar as reuniões do CC com agendas claras e orientadas	Coordenação estratégica do sector assegurada; 2 reuniões por ano realizadas (actas das reuniões)
	Realizar Fórum de Diálogo sobre sistema de justiça	Monitorização do sector assegurada; 2 encontros por ano realizados (actas dos encontros)
Assegurar as orientações gerais dos serviços de acordo com o programa do Governo e do Ministério da Justiça (MJ)	Realizar as reuniões do Conselho Consultivo do Ministério da Justiça	Coordenação das actividades das Direcções Nacionais assegurada; 4 reuniões por ano realizados (actas das reuniões)
	Coordenar o processo de avaliação de desempenho dos funcionários do Ministério da Justiça	Avaliação de desempenho dos funcionários do Ministério da Justiça assegurada; Avaliação para o ano de 2012 concluída
Mapear a distribuição geográfica das instituições e funções do sector	Realizar o mapeamento geográfico do sector da justiça	Acesso à justiça assegurado em todos os distritos; Proposta de mapeamento geográfico concluída
Capacidade de planeamento e de execução das actividades e do orçamento melhorada no MJ.	Elaborar o plano de acção anual do Ministério da Justiça para 2014	PAA elaborado e alinhado com o Plano Estratégico do Sector da Justiça e Programa do V Governo Constitucional; PAA elaborado e submetido ao Gabinete do PM
	Elaborar os relatórios de execução física, com base no PAA	4 relatórios trimestrais elaborado; Número de relatórios elaborados e submetidos ao Gabinete do PM
	Preparar a proposta de Orçamento anual do Ministério da Justiça para 2014	Proposta de orçamento de acordo com PAA 2014 e programas prioritários; Proposta de orçamento elaborada e submetida ao Ministério das Finanças (MF)
	Preparar FCP e alteração de verbas (gestão flexível do orçamento)	Garantir 80% execução orçamento; Taxa de execução orçamental
	Assegurar e monitorizar a execução orçamental	Informação periódica disponível, 80% orçamento executado; Número de relatórios financeiros apresentados, taxa de execução orçamental
Financiamento nacional dos projectos da cooperação assegurada (incluído no FDCH)	Garantir a comparticipação nacional conforme previstos nos protocolos e acordos de cooperação celebrados (Portugal IPAD/UE, PNUD, Brasil, etc.).	Actividades previstas no âmbito dos acordos realizadas; Número e identificação das actividades realizadas
Implementar, reforçar e desconcentrar os Serviços dos Registos e Notariado		
Assegurar a produção e emissão de brochuras, manual de leis, livros de assentos, certificado do registo público, passaportes e de passes de fronteira	Produzir e emitir brochuras, manual de leis, livros de assentos, certificado do registo público, passaportes e passes de fronteira de acordo com modelos aprovados	Produção e emissão de brochuras, manual de leis, livros de assentos, certificado do registo público, passaportes assegurada de acordo com os pedidos; Número de Brochuras, manual de leis, livros de assentos, certificado do registo público, passaporte e passas de fronteira emitidos.
Garantir e promover a toda a população o processo de registo civil e nacionalidade	Realizar o registo regular e móvel para emissão de certidões, casamento civil, provas para atribuição de nacionalidade	80% de toda a população registada, celebração de casamento civil e exame escrito e oral; % da população registada, casamento civil e exame realizadas
Assegurar os actos de registo civil	Garantir a identidade dos cidadãos de nacionalidade Timorense	95% da população de TL com Bilhete de Identidade (BI) e 20,000 registos

e públicos, a identificação civil e o registo criminal	para a obtenção do Bilhete de Identidade (BI) e a emissão do certificado de registo criminal	criminais emitidos nos 13 distritos realizados; Número de habitantes que obtiveram BI e número de registos criminais emitidos
Implementação e divulgação de leis	Realizar acções de divulgação das leis dos registos e notariado (RN), nos distritos e sub-distritos	Comunidades com maior conhecimento sobre leis de nacionalidade, registo civil e notariado; N° de acções realizadas
Autenticação e legalização das actas	Emissão sobre legitimação dos documentos das actas notariais	Acções de legalização das actas cópias e autenticação de constitutivo
Determinar a situação jurídica de todos os lotes de Terras em Timor-Leste e assegurar a disponibilidade dos serviços em todo o País		
Implementação da Lei de Terras	Implementar a Comissão Cadastral prevista na Lei de Terras e o respectivo Secretariado	Despacho sobre a constituição de 1 painel da Comissão Cadastral
	Implementar o Fundo Financeiro Imobiliário (FFI), incluindo a comissão directiva e o secretariado	Despacho sobre a constituição da Comissão Directiva do FFI
	Socialização da Lei das Terras	Socialização de Lei das Terras realizadas em 13 distritos
Implementação do processo de pagamento de Compensação e da Lei de Expropriações	Implementação dos processos de pagamento de compensação	Iniciar o processo de pagamento de compensação
	Instruir o processo de implementação da lei de expropriação	Processo de expropriação conforme pedidos
Estabelecimento de pontos de referência cadastral (Orde 4)	Levantamento técnico e processamento de dados	250 pontos de referência cadastral (Orde 4) nas áreas prioritárias e mapa de base técnico preparado e estabelecido
Melhoramento do sistema levantamento cadastral sistemático (ITA NIA RAI)	Verificação de dados do levantamento cadastral sistemático	6,500 dados cadastrados nas áreas definidas; N° de parcelas verificados
	Acelerar o processo de levantamento cadastral sistemático	10,000 parcelas cadastradas e registadas; N° de parcelas cadastradas e registadas
	Levantamento cadastral esporádico para apoiar serviços de contrato de arrendamento, recomendação e atribuição	200 parcelas cadastradas e registadas; N° de parcelas cadastradas e registadas
Promover e atribuir os certificados previstos por lei	Processo de emissão e atribuição dos títulos de propriedades	6,500 certificados de títulos atribuídos; N° de emissão de certificados de títulos
Promover a mediação entre as partes em conflitos de terras	Resolução de conflitos de propriedades disputadas	Conflitos de propriedades disputadas mediado; N° de conflitos reduzido e resolvido
Gestão de terras e património imobiliário do Estado melhorado	Criar sistema de base de dados de informação único para efeitos de cadastro, regularização e registo de propriedade e tributação do património	Sistema de gestão e informação do património imobiliário do Estado estabelecido
	Numeração de propriedades do Estado em todo território de Timor-Leste	15,000 propriedades do Estado numeradas
	Regularização de propriedade do Estado	200 propriedades do Estado regularizadas
	Proceder e controlar os pagamentos de rendas	400 contratos de arrendamento registado e crescimento de receitas de arrendamento
Reforçar e melhorar os sistemas de Cartografia Nacional		
Estabelecer a rede Geodésico Nacional, uniformização de nomes geográficos e classificação de uso do solo	Densificação de Rede Geodésica Orde II e III	50 marcos de Orde II como ponto de referência de demarcação fronteira nos distritos de Aileu, Ainaro, Bobonaro, Ermera e Liquiçá e 60 marcos de Orde III estabelecido; N° de marcos estabelecidos
	Levantamento de dados de Toponímica e de variação do uso do Solo	Uniformização de nomes geográficos (nomenclatura) da linha fronteiriça internacional e dados de verificação do uso do solo recolhidos; N° de dados

		levantados
	Manutenção de ponto de referência cadastral e geodesia	Manutenção de 10 pontos de referência cadastral e geodesia realizado
Implementar a Câmara de Contas de Timor-Leste		
Concluir o enquadramento legislativo da Câmara de Contas	Aprovar o Estatuto da Carreira Especial de Auditor	Estatuto aprovado.
Formar e capacitar os futuros auditores da Câmara de Contas (incluído no FDCH)	Continuar o estágio probatório do 2º grupo de auditores	2º grupo de auditores capacitado para iniciar funções; 8 formandos concluem o estágio com aproveitamento
	Iniciar o curso de formação do 3º. Grupo de Auditores	Até 15 formandos a frequentar curso formação
Formar e capacitar os Juizes Nacionais para exercer funções na Câmara de Contas (incluído no FDCH)	Formação específica dos juizes nacionais da Câmara de Contas	Acção de formação realizada e nº de juizes abrangidos; 1 juiz internacional monitor/formador contratado
Implementar a Polícia de Investigação Criminal de Timor-Leste		
Formar e capacitar os futuros investigadores criminais (incluído no FDCH)	Conclusão do Estágio do 1º Curso de formação de investigadores estagiários	47 investigadores estagiários concluem o estágio com aproveitamento
	Iniciar o 2º Curso de formação de investigadores estagiários	Até 30 formandos frequentam o curso de formação; Nº formandos a frequentar o curso
Formar e capacitar os futuros especialistas do laboratório de polícia (incluído no FDCH)	Continuação da Formação em estágio de especialistas de laboratório	31 formandos frequentam a formação em estágio.
Melhorar a capacidade dos Serviços Prisionais para assegurar a segurança nos estabelecimentos prisionais, o cumprimento das normas de detenção e reintegração dos reclusos na sociedade		
Estabelecer o Procedimento Standard Operacional (PSO) para regular os serviços dos Guardas Prisionais	Estabelecer o grupo de trabalho para discutir o esboço do PSO	Grupo de trabalho estabelecido e esboço do PSO discutido;
	Apresentação do esboço final do PSO para apreciação e aprovação pelo Ministro da Justiça	Esboço final apreciado e aprovado;
	Disseminação do PSO para os Guardas Prisionais	Guardas Prisionais têm conhecimento e aptos sobre o PSO
Assegurar e melhorar a infra-estrutura e equipamento de segurança dos Estabelecimentos Prisionais	Aquisição de equipamento de segurança e comunicação	Guardas Prisionais equipados com equipamento adequados; nº de equipamentos adquiridos e entregues
Implementar o Plano Estratégico para os Serviços de Reinserção Social		
Promover e implementar a reeducação e profissionalização dos reclusos	Coordenar com as entidades parceiras para fornecer assistência aos reclusos	Entidades competentes coordenado e assistência fornecido; nº de entidades e nº de reclusos fornecido
	Promover formação para os presos sobre controle de comportamento violentos	100 reclusos com conhecimento sobre controle comportamento violento; nº de reclusos que participaram na formação
Completar o Quadro Legal do Sistema de Justiça		
Redacção e revisão de leis assegurada	Elaborar o projecto de Lei de Droga	Projecto de Lei de Droga finalizado; Redacção final apresentada ao Ministro da Justiça

	Elaborar o projecto de lei de Apoio Judiciário e Acesso ao direito e tribunais	Projecto de Lei de Apoio Judiciário e Acesso ao Direito e Tribunais finalizado; Redacção final apresentada ao Ministro da Justiça
	Elaborar o projecto de lei que aprova o Código dos Direitos da Criança	Projecto de Lei do Código dos Direitos da Criança finalizado; Redacção final apresentada ao Ministro da Justiça
	Elaborar o projecto de lei sobre Justiça Juvenil	Projecto de Lei de Justiça Juvenil finalizado; Redacção final apresentada ao Ministro da Justiça
	Elaborar o projecto de lei sobre Execução de Penas e Medidas Privativas e Não Privativas da Liberdade	Projecto de Lei de Execução de Penas e Medidas Privativas e Não Privativas da Liberdade finalizado; Redacção final apresentada ao Ministro da Justiça
	Elaborar o projecto de lei sobre Organização Judiciária	Projecto de Lei de Organização Judiciária finalizado; Redacção final apresentada ao Ministro da Justiça
	Elaborar o projecto de lei de Terras	Projecto de Lei de Terras finalizado; Redacção final apresentada ao Ministro da Justiça
	Elaborar o projecto de lei sobre Prevenção, Supressão e Punição do Crime de Tráfico Humano	Projecto de Lei de Prevenção, Supressão e Punição do Crime de Tráfico Humano finalizado; Redacção final apresentada ao Ministro da Justiça
	Elaborar o projecto de Lei da Mediação e Arbitragem	Projecto de Lei da Mediação e Arbitragem finalizado; Redacção final apresentada ao Ministério da Justiça
	Elaborar o regulamento geral e disciplinar os Estabelecimentos Prisionais (EP)	Projecto de regulamento aprovado; regulamento aprovado
Conclusão da legislação que regula as actividades dos Registos e Notariado	Elaborar e/ou aprovar projectos de diploma e regulamentos	Código de Registo de Automóveis, Código de Registo Predial, alteração sobre Regime Jurídico do Notariado e Lei da Nacionalidade e o Diploma Ministerial sobre emolumentos elaborado; Diplomas e regulamentos elaborados e aprovados em CM
Conclusão e aprovação da legislação de apoio à Lei das Terras	Concluir e aprovar o pacote de diplomas legislativos que complementam a Lei das Terras	6 Diplomas legislativos aprovados (mecanismo de compensação e reembolso, regime jurídico do domínio privado do Estado, lei de tributação do património, regulamento da comissão cadastral, regime jurídico do domínio público e regulamentação cadastral); N° de Leis aprovadas
Desenvolver uma metodologia nacional para rever e redigir legislação		
DNAJL a funcionar como autoridade privilegiada para consulta e reforma legislativa no âmbito da Justiça e Direito	Manter um corpo de juristas timorenses especializados em redacção legislativa	Manutenção de 5 assessores jurídicos nacionais a exercer funções técnico-jurídicos na DNAJL; Renovação dos contratados com base na avaliação de desempenho
	Tradução de leis do português para o tétum	4 traduções de leis finalizadas e enviadas; Tradução de leis assegurada
	Compilação de legislação relevante e divulgação de leis	Compilação finalizado e divulgação efectuada; n° de diplomas legais compilados/ divulgados
	Desenvolver e implementar um plano de divulgação de cada umas das leis e direitos elaborados pelo Ministério da Justiça	Leis e direitos divulgados; n° de leis e direitos divulgados
Harmonização do ordenamento jurídico e análise de questões jurídicas	Elaboração de pareceres jurídicos sobre projectos de diplomas legais e quaisquer outras matérias submetidas à DNAJL	100% dos pedidos de pareceres respondidos; n° de pedidos/n° de pareceres elaborados
	Desenvolver um manual de boas práticas de redacção legislativa	Manual de boas práticas de redacção legislativa finalizado
	Estabelecer Grupo de Trabalho para analisar a Lei Contra a Violência Doméstica	Grupo de trabalho estabelecido e lei contra a violência doméstica analisada

Desenvolver e implementar as políticas de Recursos Humanos e assegurar uma adequada gestão dos recursos humanos no Ministério		
Fortalecimento administrativo e institucional da Defensoria Pública (DP) assegurada	Promoção dos Defensores Públicos de 3ª classe a 2ª classe	Defensores Públicos promovidos; nº de Defensores Públicos promovidos
Desenvolver um programa de qualificação para trabalhadores do sector da justiça, que potencie o desenvolvimento de competências		
Aumento do número e melhoria da qualidade dos juizes, procuradores, defensores públicos, advogados e oficiais da justiça (incluído no FDCH)	Continuação do 4º curso de formação da carreira de magistrados e defensores públicos (15 formandos)	80% dos formandos aptos a iniciar o estágio; nº de formandos que frequentam a fase prática
	Continuação do 5º curso de formação da carreira de magistrados e defensores públicos (45 formandos)	80% dos formandos aptos e a exercer funções; nº de formandos que frequentam a fase teórica
	Iniciar o 6º curso de formação de carreira de magistrados e defensores públicos (até 45 formandos)	Até 45 formandos iniciam o 6º curso de formação; nº de formandos aptos a iniciar curso de formação
	Continuar o 2º curso de formação para advogados privados (fase estágio em Cabo Verde)	Até 29 formandos participam o estágio como advogados privados; nº de formandos que participam no estágio
	Continuar o 3º curso de formação para advogados privados	Até 45 formandos participam no 3º curso de formação e estágio nos distritos judiciais como advogados privados; nº de formandos a frequentar o 3º curso e o estágio
	Iniciar o 4º curso de formação para advogados privados	Até 45 formandos participam no 4º curso de formação advogados privados; nº de formandos a frequentar o 4º curso
	3º curso de formação de oficiais de justiça	Até 40 formandos a frequentar o curso formação; nº de formandos que frequentam a formação
Aumento do número e melhoria da qualidade dos juristas e funcionários que exercem funções jurídicas no Ministério da Justiça e noutras instituições públicas (incluído no FDCH)	Continuar o 3º curso de formação de Redacção Legislativa	Até 20 juristas de diversas instituições participam na formação; nº de formandos que participam no curso
	Formação complementar para os profissionais da área da Justiça e formandos do CFJ	Pelo menos 100 profissionais participam em acções de formação complementar (magistrados, defensores, advogados, notários, tradutores e outros); nº de acções realizadas e nº de participantes
	Continuar o 1º Curso de Formação de Notários (fase de estágio)	10 formandos a exercer funções como estagiários; nº de formandos que participam no estágio
	Iniciar o 2º. Curso de Formação de Notários	Até 15 formandos participam no 2º curso de formação de Notários; nº de formandos a frequentar o 2º curso
Reforçar e melhorar as actividades formativas do CFJ (incluído no FDCH)	1º curso de Formação Pedagógica de formadores nacionais	8 formandos frequentam a formação; nº de formandos que participam na formação
	Manter um Corpo Docente Permanente (formadores da área jurídica e professores das Línguas Portuguesa e Tétum)	12 formadores / professores permanentes garantem todas as actividades formativas do CFJ
	Apoio técnico-pedagógico aos serviços de formação do CFJ	1 técnico internacional para apoio pedagógico aos serviços de formação; nº de técnicos internacionais contratados
Formação especializada dos Recursos Humanos dos Registos e Notariado (incluído no FDCH)	Formação nas áreas do Registo Civil e Nacionalidade, Identificação Civil e Criminal, Inspeção e Auditoria e Registo Público	5 funcionários capacitados em cada área; nº de funcionários que frequentaram a formação
	Formação nas áreas de Tecnologia Informática (TI)	5 funcionários capacitados na área de TI; nº de funcionários que frequentaram a formação
	Formação exterior aos Notários em Portugal	11 notários capacitados; nº de notários que frequentam
Capacitação dos Recursos	Formação nas áreas de contabilidade, gestão, finanças,	No mínimo os funcionários com Grau E frequentam a formação; nº de

Humanos da DNAF (incluído no FDCH)	planeamento, auditoria e liderança	funcionários que frequentam a formação para melhorar a sua qualificação profissional
Desenvolvimento capacidade e competência profissionais dos funcionários da SETP (incluído no FDCH)	Bolsas de estudo para programas de bacharelato (<i>D 4 survey & mapping</i>), licenciatura (<i>gestão financeira & geodésico</i>) e mestrado (<i>direito & geomático</i>)	21 funcionários participam nos programas de bolsas de estudo; n° de funcionários formados
Promover a formação dos guardas prisionais (incluído no FDCH)	Curso na Academia dos Serviços Prisionais em Jacarta (Indonésia)	1 guardas prisionais formados e estabelecer MoU entre MJ e Academia; n° de guardas prisionais que frequentaram com aproveitamento
	Curso profissional para Guardas Prisionais	25 guardas profissionais formados; n° de guardas prisionais capacitados
	Curso de formação técnica de reinserção social específico para o sistema prisional	Técnicos de reinserção social capacitados; n° de técnicos formados
	Realizar o estudo comparativo e estágio na Indonésia ou Tailândia	N° de Guardas Prisionais que participam no estudo comparativo e estágio
Formação em redacção legislativa dos funcionários da DNAJL (incluído no FDCH)	Formar técnicos timorenses especializados em redacção legislativa	2 técnicos formados em redacção legislativa; n° de Formandos que concluíram a formação com aproveitamento
Elevar a capacidade dos funcionários de DNAJL nas áreas de Administração Pública, Direito (incluído no FDCH)	Bolsa de estudo para programa de licenciatura para 2-funcionários	1 funcionários formados com capacidade aumentada; n° de funcionários graduados
Elevar a visão e a capacidade dos inspectores e dos técnicos de inspecção e auditoria do GIA (incluído no FDCH)	Formação especializada em inspecção e auditoria, incluindo a realização de seminários e de estudos comparativos no estrangeiro	Inspectores e técnicos de inspecção e auditoria com capacidade aumentada; n° de acções realizadas e n° de funcionários que participaram
	Bolsa de estudo para programa de mestrado para os técnicos do GIA	Técnicos de inspecção e auditoria com capacidade aumentada; 2 técnicos do GIA concluem os seus estudos e são graduados
Programa de intercâmbio e capacitação profissional com o Brasil (incluído no FDCH)	Formação e capacitação através de intercâmbio com a Defensoria Pública do Brasil	Aperfeiçoamento técnico-institucional e obtenção de novos conhecimentos em disciplinas jurídicas; 3 Defensores Públicos capacitados após 2 meses de formação no Brasil
Promover uma cultura de serviço público, através da aplicação dos princípios da boa governação, transparência, conduta ética e combate às práticas ilegais e de corrupção		
Gabinete de Inspeção e Auditoria (GIA) do MJ	Rever e aprovar o estatuto orgânico do GIA	Estrutura orgânica e competências do GIA definidas; Diploma Ministerial aprovado MJ
	Elaborar o manual de procedimentos de inspecção e auditoria e o código de conduta para inspectores e auditores	Inspectores e auditores orientados no exercício das suas funções; Manual e procedimento e código conduta elaborado
Divulgar o papel do GIA junto dos funcionários do MJ	Disseminar e socializar o estatuto e as competências do GIA no âmbito do Ministério da Justiça	Aumentar o conhecimento dos funcionários do MJ sobre o papel do GIA; 4 workshops realizados, n° de funcionários participantes
Contribuir para melhorar o funcionamento dos órgãos e serviços do MJ e assegurar uma	Realizar inspecções de rotina e auditorias internas às Direcções Nacionais (DN) e aos serviços distritais (Registos e Notariado, Terras e Propriedades e Prisões)	Realizada por 2 vezes uma inspecção e fiscalização periódica e 1 vez uma auditoria periódica; n° de relatórios de inspecção e auditoria submetidos ao superior hierárquico

boa utilização dos recursos afectos ao MJ		
Política de boa governação e de combate corrupção	Coordenar com as Instituições do Estado relevantes a função de inspecção e auditoria	Coordenação com outras instituições nomeadamente IGE, CFP e Comissão de Aprovisionamento realizadas
Monitorar a implementação das recomendações	Realizar acções de seguimento (follow-up) aos serviços auditados ou inspeccionados	Recomendações implementadas; nº de acções realizadas
Assegurar que os serviços e as instituições do sector da Justiça têm infra-estruturas, equipamentos e meios logísticos e tecnológicos adequados para prestarem os respectivos serviços, a nível central e distrital		
Assegurar que os órgãos e serviços do Ministério da Justiça têm instalações modernas e funcionais (incluído FI)	Concluir a construção do novo edifício do Ministério da Justiça	Conclusão da obra prevista para Agosto de 2013
Dotar a Polícia de Investigação Criminal de instalações adequadas ao seu funcionamento (incluído FI)	Assegurar a construção e fiscalização da obra do edifício da Polícia de Investigação Criminal (PIC) incluindo laboratório	30% da construção executada de acordo com o projecto aprovado; taxa de execução da obra com base nos relatórios da fiscalização
Assegurar instalações adequadas para o funcionamento do STJ, TSAFC e CSM (incluído no FI)	Iniciar a construção do edifício do Supremo Tribunal de Justiça, Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas e Conselho Superior de Magistratura	25% da construção executada de acordo com o projecto aprovado; taxa de execução da obra com base nos relatórios da fiscalização
Serviços de Terras e Propriedades nos 13 Distritos (incluído no PDD)	Construir 7 edifícios distritais de Terras e Propriedade	Conclusão de construção do edifício de DNTPSC nos distritos de Díli, Lautém, Viqueque, Manatuto, Liquiçá, Bobonaro e Oe-Cusse
Serviços Prisionais	Reabilitar o edifício do estabelecimento Prisão Suai	Conclusão da reabilitação edifício do estabelecimento Prisão Suai
Desenvolver e manter sistemas de gestão e informação que permitam prestar serviços de justiça céleres, seguros, eficazes e acessíveis a todos os cidadãos		
Sistemas, serviços e infra-estruturas de TI melhoradas	Apoiar a instalação, desenvolvimento e administração do novo sistema de gestão de casos na Defensoria Pública, nos Tribunais e nas Prisões	Sistema de gestão de casos funcional e integrado na DP, Tribunais de Díli e distritos judiciais e Prisões; nº de casos entrados e mapas estatísticos
	Apoiar a instalação, desenvolvimento e administração dos sistemas do Registo Civil e Comercial existentes	Sistema de Registo Civil funcional em Díli, distritos, sub-distritos e sucos; nº de BI e Registos de Nascimento acrescentados e disponíveis a todos os cidadãos
	Apoiar a instalação, desenvolvimento e administração dos Novos Sistemas do Registos Predial e de Terras, incluindo migração de dados do projecto “Ita Nia Rai”	Sistema de registo predial e de terras funcional em Díli; nº de terras, propriedades incluídos no sistema no MJ
Rede Comunicação distrital dos edifícios dos serviços de RN, Terras e Propriedades e Defensoria Pública completa	Instalar a rede comunicação/acesso à internet nos escritórios dos Registos e Notariado nos distritos	8 edifícios distritais com rede instalada; nº edifícios com rede instalada e nº de pontos de rede instalados
	Instalar a rede comunicação estruturada no escritório de Terras e Propriedades Nacional	Edifício SETP com rede instalada; nº de pontos de rede instalados
	Instalar a rede de comunicação na Defensoria Pública e na Prisão de Becora	Defensoria Pública e EP Becora com rede instalada; nº de pontos de redes instalados

Assegurar que é providenciada assistência jurídica adequada, oportuna e eficaz aos cidadãos em todo o país, em particular aos mais desfavorecidos e vulneráveis		
Assistência judicial gratuita assegurada	Assegurar a representação judicial, especialmente através de plantões diários junto aos tribunais, centros de detenção e prisões, incluindo mulheres vítimas de violência doméstica e outras formas de discriminação	Defesa do direito dos assistidos em sede criminal ou civil implementada no âmbito judicial; Actuação judicial em cerca de 2,500 processos judiciais civis e criminais no tribunal de recurso, nos 4 tribunais distritais, centros de detenção e 2 prisões nacionais
Assistência extrajudicial gratuita assegurada	Realizar plantões diários de atendimento ao público e mediações	Orientação jurídica da população e solução dos conflitos pela via extrajudicial; Cerca de 2,500 famílias atendidas por ano
Serviços prestados pela Defensoria Pública (DP) desconcentrados	Realizar o atendimento itinerante a cada 2 meses em comunidades onde não haja unidade da DP	Orientação jurídica e solução de conflitos em comunidades onde não haja unidade da DP instalada
Aumentar os níveis de consciencialização legal dos cidadãos através de campanhas de divulgação e educação pública, em ênfase nos direitos dos grupos mais vulneráveis		
Educar os cidadãos sobre as leis em vigor em Timor-Leste e sobre o sistema de Justiça	Realizar acções de divulgação nos distritos	10 sub-distritos em 6 distritos, 3,000 participantes (300 por distrito); n° de sub-distritos e n° de participantes
Divulgar ao público as actividades no sector da justiça	Produzir a revista do Ministério da Justiça e outras publicações	1,500 exemplares revistas e publicações; n° de exemplares de cada livro/publicações produzidos
	Produção do livro do Código Civil de Timor-Leste para autores judiciais, sociedade civil e instituições relevantes	1,000 exemplares do Código Civil; n° de exemplares de cada livro produzidos
Promover os direitos de cidadania e o respeito pelas leis e direitos humanos em Timor-Leste		
Posição de TL reforçada na comunidade internacional através do cumprimento das obrigações das Convenções Internacionais Direitos Humanos, Civil e Política	Elaborar os Relatórios sobre Direitos Humanos, Direito Civil e Política (ICCPR), (CRC) e contributos para o relatório CEDAW 2013	Consulta pública a nível regional, nacional e distritais; 1 assessor sénior nacional recrutado para apoiar a elaboração de relatórios; n° de relatórios preparados; Posição de TL forte a nível internacional como membro das Nações Unidas
Aumentar a consciência do povo de Timor-Leste sobre a importância da paz e dos direitos humanos	Organizar a comemoração do dia da tortura (26 de Junho) e do dia de Direitos Humanos (10 de Dezembro)	1,000 participantes participam na comemoração; n° de participantes
Comunidade internacional reconhece a evolução da situação dos Direitos Humanos em Timor-Leste	Participar nas reuniões sobre Direitos Humanos nos canais internacionais	Apresentação dos relatórios de Timor-Leste como Estado membro da ONU a outras nações ; n° de Apresentações realizadas
Promover o conhecimento sobre a Igualdade de Género	Realizar formação/workshop aos funcionários do MJ, PNTL, Guardas Prisionais, reclusos e estudantes	300 participantes beneficiam gradualmente da formação (50 pessoas em cada formação); n° de participantes
Plano de acção para promover a política dos Direitos Humanos em Timor-Leste	Apresentar as prioridades nacionais de desenvolvimento nacional relacionado com a implementação dos Direitos Humanos em Timor-Leste	Apresentar políticas de implementação das convenções internacionais que o Governo de TL ratificou; n° de apresentações realizadas
Assegurar a protecção da criança e a salvaguarda dos seus Direitos fundamentais		
Comissão Nacional dos Direitos	Promover os encontros periódicos do Conselho Consultivo	4 encontros Conselho Consultivo realizados; Acta dos encontros

da Crianças (CNDC) com capacidade reforçada para executar o seu mandato	Aumentar o estabelecimento de redes de informações sobre os direitos da criança (nos distritos)	5 redes de informações estabelecidos nos sub-distritos; nº de regiões / distritos que contam com a rede
Promoção de uma cultura para a implementação dos direitos da criança em todo o território com base na Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança e na Constituição RDTL	Promover acções de advocacia para a mudança de atitude social dos pais relacionada com o direito das crianças	Nº de pais consciencializados
	Promover as acções de consciencialização na comunidade e junto dos pais sobre os direitos da criança	Acções de socialização realizadas em 52 sucos nos 13 distritos; Nº dos sucos / distritos
	Promover uma consulta, investigação e pesquisa sobre assuntos críticos das crianças	Resultado da consulta (relatório); nº de regiões / distritos cobertos pelo estudo/consulta
	Apoiar e participar nas comemorações do Dia Mundial da Criança e na celebração da convenção dos direitos das crianças	2 comemorações realizadas (Dia Mundial da Criança 1 de Junho em Oe-Cusse e Dia Mundial da Convenção dos Direitos da Criança em Baucau); Comemorações realizadas nos distritos
	Apresentar o resultado da análise sobre “Concluding Observation”	Informações adequadas para o relatório CNDC; Resultado de análise apresentado
	Acompanhar a implementação das Leis de Justiça Juvenil e do Código da Criança	Implementação das leis acompanhada; Direitos das crianças assegurado

Ministério da Saúde

Papel

O Ministério da Saúde é o órgão central do Governo responsável por estabelecer, regular, executar, coordenar e avaliar políticas definidas e aprovadas em Conselho de Ministros para áreas relacionadas com actividades farmacêuticas, como por exemplo:

- Propor políticas e propostas de lei necessárias para as áreas de serviço;
- Garantir o acesso de todos os cidadãos a serviços de saúde;
- Coordenar e controlar o combate a epidemias;
- Implementar controlo sanitário sobre produtos com influência na saúde da população;
- Promover a formação de profissionais da saúde;
- Contribuir para o sucesso da assistência humanitária e promover a paz, a segurança e o desenvolvimento socioeconómico através de um mecanismo de coordenação e colaboração com outras agências governamentais com funções semelhantes na área da saúde.

Orçamento

O Ministério da Saúde tem um Orçamento de 62,058 milhões de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas Ministério da Saúde (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	35,793	49,924	62,058	63,969	66,527	69,188	71,956
Recorrentes	34,226	46,112	54,769	56,388	58,643	60,989	63,429
Salários e Vencimentos	10,945	16,191	22,468	23,367	24,301	25,273	26,284
Bens e Serviços	13,803	19,700	21,088	21,932	22,809	23,721	24,670
Transferências Públicas	9,479	10,221	11,213	11,090	11,533	11,994	12,474
Capital	1,567	3,812	7,289	7,581	7,884	8,199	8,527
Capital Minor	1,001	3,812	7,289	7,581	7,884	8,199	8,527
Capital Desenvolvimento	566	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	16,822	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	16,782	-	-	-	-	-
Capital	-	40	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	35,793	66,746	62,058	63,969	66,527	69,188	71,956
Recorrentes	34,226	62,894	54,769	56,388	58,643	60,989	63,429
Capital	1,567	3,852	7,289	7,581	7,884	8,199	8,527

Perfil de Funcionários

O Ministério da Saúde no período de 2013/2017 tem uma estimativa de força de trabalho de cerca de 1508 pessoas. Para o ano de 2013 aloca 1132 pessoas composto por 976 funcionários permanentes e 156 vagas por preencher de 2012. Significa que 376 pessoas são fornecidas para o período seguinte. Além disso, o Ministério da Saúde ainda tem profissionais de saúde no total 2266 pessoas composto por médicos actuais 152 pessoas, pessoal enfermagem 1271 pessoas, parteiras actuais 427 e TDTSP 416 pessoas.

Ministerio de Saude/Regime geral											
Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministerio	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G				
Funcionarios Publicos Actuais	2	23	62	143	184	223	339	976	1132	Director Geral	9
Agente da Administracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0		Inspeor Geral	1
Vagas por preencher 2012	4	17	55	9	43	14	14	156		Director Nacional	9
Nova proposta de vagas 2013/2017	2	8	47	74	143	90	12	376		Director Distrital	16
Total Força de Trabalho	8	48	164	226	370	327	365	1508		Chefe Departamento	44
										Chefe Seccao	0

MINISTERIO DA SAUDE									
Categoria forca de trabalho Medico Actual		Escalão							Total
		1	2	3	4	5	6	7	
Medica Cordenador	Senior	0	0	0	0	0	0	0	0
	Junior	0	0	0	0	0	0	0	0
Medico Principal	Senior	0	0	0	0	0	0	0	0
	Junior	5	8	0	0	0	0	0	13
Medica Geral	Senior	12	0	0		0		0	12
	Junior	100	27	0	0	0	0	0	127
Total forca de trabalho		117	35	0	0	0	0	0	152
Categoria forca de trabalho de Enfermagem		Escalão							Total
		1	2	3	4	5	6	7	
Enfermeiro Coordenador		0	0	0	0	0	0	0	0
Enfermeiro Chefe	Senior	0	0	0		0		0	0
	Junior		0	0	0	0	0	0	0
Enfermeiro Geral		Senior	1	0	0		0		1
Enfermeiro Junior	A	170	0	0	0	0	0	0	170
	B	492	32	27		0	0	0	551
Enfemerira Basico		41	87	159	1	0	0	0	288
Assistente Enfemerira		46	47	28	140	0	0	0	261
Total forca de trabalho		750	166	214	141	0	0	0	1271
Categoria forca de trabalho Parteiras Actual		Escalão							Total
		1	2	3	4	5	6	7	
Parteiras Profissional Principal		0	0	0	0	0	0	0	0
Parteiras Profissional Especialista	Senior	0	0	0	0	0	0	0	0
	Junior	0	0	0	0	0	0	0	0
Partiras Profissional		Senior	0	0	0	0	0	0	0
Partiras Profissional Junior	A	165	0	0	0	0	0	0	165
	B	95	54	112	0	0	0	0	261
Parteira Basico		0	0	0	0	0	0	0	0
Assistente Prteira		1	0	0	0	0	0	0	1
Total forca de trabalho		260	54	112	0	0	0	0	427
Categoria forca de trabalho TDTSP		Escalão							Total
		1	2	3	4	5	6	7	
TDTSP Principal		0	0	0	0	0	0	0	0
TDTSP Especilaista	Senior	0	0	0	0	0	0	0	0
	Junior	0	0	0	0	0	0	0	0
TDTSP Geral		Senior	2	0	0	0	0	0	2
TDTSP Geral Junior	A	68	0	0	0	0	0	0	68
	B	263	20	6	0	0	0	0	289
TDTSP Basico		7	4	19	1	0	0	0	31
TDTSP Assistente		1	5	4	16	0	0	0	26
Total forca de trabalho RE do MS		341	29	29	17	0	0	0	416
Total									2266

Plano Anual do Ministério da Saúde para 2013

Governação do Sistema Nacional de Saúde		
Fortalecer o papel de liderança e governação do Ministério da Saúde na implementação da política do Governo para o sector da saúde através de definição de micro-políticas e regulamentação do Sistema Nacional de Saúde	Disseminação do Plano Estratégico do Sector da Saúde 2012-17 e Definição de Plano Estratégico Quinquenal para os Serviços Distritais de Saúde, Hospitais, Laboratório Nacional, SAMES e Instituto Nacional de Saúde	<p>Apoio da comunidade e parceiros de desenvolvimento na implementação do plano estratégico</p> <p>No. de visitas e Workshops realizados para apresentação do Plano nos distritos entre os profissionais da saúde, comunidade e parceiros de desenvolvimento do sector</p> <p>Progressos no desenvolvimento de Planos Estratégicos de Saúde dos Distritos e Serviços Personalizados do Ministério da Saúde</p>
	Reorganização institucional dos Serviços Centrais através da separação efectiva entre a supervisão directa e a gestão de instituições autónomas	Assegurar uma implementação apropriada do papel de liderança e de boa governação do Ministério da Saúde Nomeação de novos cargos de Direcção e Chefia, e ainda reestruturação dos Conselhos de Administração dos Serviços Personalizados
	Disseminação de legislação e políticas aplicáveis ao sector da saúde	<p>Aplicação das políticas e legislação da saúde, por forma a assegurar a implementação das políticas do Governo para o sector</p> <p>% das políticas, legislação ou procedimentos da saúde traduzidos em Tétum e disseminados junto do sector público e privado</p>
	Definição da Política Farmacêutica Nacional e revisão dos diplomas sobre actividades farmacêuticas e unidades privadas de saúde	<p>Assegurar o controlo de qualidade de medicamentos consumidos no país</p> <p>Finalização da política farmacêutica nacional e todos os diplomas sobre as actividades farmacêuticas revistas</p>
	Representar os interesses do Ministério da Saúde em Conferências/Seminários e Reuniões Inter-regionais sobre a saúde global	<p>Assegurar a representação Timorense nas principais Conferências/ reuniões e/ou encontros Multilaterais e Bilaterais</p> <p>Representação em encontros regionais e internacionais onde participem o Ministro, Vice-Ministra e/ou Director-Geral da Saúde, tal como o Conselho Executivo da OMS, Assembleia Mundial da Saúde, Reuniões dos Ministros de Saúde da Região Sudeste Asiática e da CPLP</p>
	Visitas oficiais do Ministro e da Vice-Ministra aos Distritos e Hospitais de Referência	Incentivo e reforço à melhoria das condições de trabalho dos profissionais de saúde e da assistência médica junto da população timorense + Visitas realizadas aos serviços distritais de saúde, hospitais e outras instituições autónomas de saúde.
	Desenvolver o sistema nacional de recolha e registo de informação da saúde e de vigilância epidemiológica em todos os estabelecimentos de saúde	<p>Melhorar a gestão e qualidade de informação sanitária</p> <p>% de estabelecimentos da saúde que utilizam na íntegra os modelos de recolha e registo de dados estatísticos e locais controlados</p>
	Inspecção e auditoria às instituições públicas e privadas de	Assegurar a aplicação dos regulamentos e controlo de qualidade de serviços de

	saúde	saúde prestados no país % de inspeções e auditorias realizadas aos Hospitais, Centros de Saúde, Clínicas, Farmácias e Laboratórios Privados.
	Reuniões de Coordenação Interna e com os parceiros de desenvolvimento	Melhorar a coordenação e comunicação interna no Ministério e com os parceiros de desenvolvimento N.º de encontros realizados internamente e com os parceiros de desenvolvimento sectorial
	Estabelecer um sistema de recolha de informação das entidades prestadoras de serviços de saúde privadas e as suas actividades	Avaliar e canalizar a contribuição do sector privado da saúde ao encontro das prioridades nacionais % de Clínicas e/ou Farmácias Privadas que submetem ao Ministério da Saúde relatórios trimestrais de cuidados ambulatoriais e de medicamentos
	Alargar o papel da Comunicação social junto dos serviços centrais, personalizados distritais de saúde	Melhorar a divulgação e a promoção de questões e práticas relacionadas com a saúde da população No. de comunicados e de boletins publicados
Prestação de Serviços Básicos de Saúde		
Melhorar a qualidade e a prestação equitativa dos serviços de saúde primários e hospitalares em todos os estabelecimentos de saúde do país	Desenvolvimento de folhetos informativos de educação e promoção da saúde	Consciencializar a comunidade para a adopção de estilos de vida e comportamentos saudáveis % de folhetos e posters produzidos e distribuídos aos estabelecimentos de saúde (público e privado)
	Implementação do programa de serviços integrado de saúde comunitária nos sucros	Participação comunitária na prestação de serviços básicos da saúde % de SISCAs realizadas com todas as componentes
	Revisão do actual Pacote de Serviços Básicos (BSP) tanto para os cuidados de saúde primários como para os Serviços Hospitalares	Incorporar serviços mais abrangentes e integrados a diferentes níveis da assistência % de BSP revisto
	Implementação da estratégia da saúde materna, infantil e da criança	Redução da mortalidade materna e infantil % de mulheres com acesso a cuidados pré-natal e pós-natal % de partos assistidos por profissionais de saúde % de cobertura o programa de imunização para as crianças de < 1 ano
	Implementação do programa de gestão da mal nutrição aguda	Melhorar o acesso e a qualidade de serviços de nutrição em instalações de saúde % de crianças com malnutrição aguda menores de 5 anos % da cobertura de vitamina A e Ferro

	Nº de exposições de práticas nutritivas realizadas
Implementação da estratégia nacional para controlo das principais doenças contagiosas	Controlo e diminuição da mortalidade causada pelas doenças contagiosas Taxa de morbilidade de malária na comunidade % de caso de novo TB e % de tratamento TB que c/ sucesso. % Pacientes de HIV/SIDA que obteve antiretroviral. % “Realease from Treatment” (RFT) aos pacientes de lepras. % da cobertura de medicamentos de Lombriga
Implementação da estratégia para o controlo de doenças não contagiosas e início do processo de estabelecimento de centros psiquiátricos em todos os hospitais do país	Minimizar os efeitos e a propagação das doenças não contagiosas no país % N.º Doenças não contagiosas registadas no Sistema de Informação da Saúde % de estabelecimentos de saúde que fornecem tratamento de doenças mentais/epilepsia % de Escolas que promovem a saúde oral
Preparar as condições práticas para a prestação de cuidados especializados e sub-especializados no Hospital Nacional Guido Valadares	Aumentar a cobertura e qualidade de serviços especializados Nº de pacientes atendidos para tratamento especializado % da Redução de evacuações médicas para o estrangeiro
Reforçar os serviços de emergência no hospital nacional e em todos os hospitais de referência	Reduzir o número de pacientes que morrem dentro de 48 horas após entrada nos serviços de emergência Taxa de mortalidade grosso (GDR)
“Out-reach” visitas de médicos especialistas aos Centros de Saúde	Complementar os serviços básicos de cuidados primários e acompanhamento especializado de pacientes No. de visitas realizadas aos Distritos pelos especialistas que trabalham nos hospitais.
Cuidados de saúde intensivos aos pacientes internados nos hospitais	Reduzir o número mortes durante o internamento Net Death Rate (NDR) Average Length of Stay (ALOS)
Evacuação médica ao estrangeiro para cuidados hospitalares	Assegurar o acesso aos cuidados de saúde a todos os níveis No. de pacientes evacuados e % do OGE alocado
Fornecimento regular de reagentes, oxigénio, vacinas e medicamentos essenciais aos hospitais e Serviços Distritais	Reduzir a falta de medicamentos nos Hospitais, centros e postos de saúde % de ruptura de stock de medicamentos nos distritos e hospitais

	de Saúde	
	Realização de exames laboratoriais de qualidade em todos os laboratórios (nacionais, hospitalares e distritais)	Melhorar a qualidade de serviços do laboratório % de Erros na análise % de ruptura de stock de reagentes
	Implementação das actividades de controlo de vectores e da protecção da saúde ambiental	Assegurar acções de prevenção das doenças provenientes do contágio ambiental % de Serviços Distritais de Saúde que realizam regularmente acções de fumigação e abate nas áreas de maior risco
Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos		
Preencher as lacunas existentes nos recursos humanos e melhorar o atendimento médico	Gerir os novos recrutamentos de funcionários do MdS, em coordenação com a Comissão da Função Pública	Assegurar a colocação eficaz e equitativa de pessoal N.º de pessoal recrutado
	Desenvolver o quadro de pessoal para cada estrutura orgânica do Ministério da Saúde e o plano estratégico a médio prazo	Assegurar a qualidade e o número mínimo de profissionais de saúde necessários no país a curto e médio prazo Quadro de pessoal definido N.º de lacunas existentes para cada categoria profissional
	Desenvolvimento do Código de Conduta e procedimentos éticos para os profissionais de saúde	Melhorar o atendimento médico e público dos funcionários da saúde Inquéritos realizados nas instalações de saúde Código de Conduta exposto em cada estabelecimento de saúde
	Definição dos procedimentos de gestão de bolsas de estudos no estrangeiro	Preparação do plano de preenchimento das vagas existentes Normas de Atribuição de Bolsas de Estudo definido
	Seleccionar novos estudantes para formação no estrangeiro nas áreas da saúde	Desenvolver os recursos humanos da saúde Nº de estudantes seleccionados para formação no estrangeiro (H e M)
	Desenvolvimento dos procedimentos de gestão das bolsas de estudo, no âmbito do FDCH	Manter a motivação nos estudos através do pagamento atempado das bolsas % de Bolsas pagas atempadamente
	Cooperar com as instituições de ensino em saúde existentes no país para a definição dos padrões curriculares	Garantir a qualidade do ensino % de Cursos que seguem o standard/padrão curricular mínimo
	Desenvolvimento de guias e manuais de gestão de pessoal e respectiva disseminação	Assegurar a melhoria de desempenho e ética profissional % do Manual de Gestão de Recursos Humanos da Saúde finalizado.
	Acções de formação integradas em gestão dos serviços de	Melhorar a gestão integrada dos serviços de saúde

	saúde para os Directores Gerais, Nacionais, Distritais e Chefes de Departamento	Módulos assistidos e % de grupos alvos (Directores e Chefes de Departamento) que participaram na formação
Desenvolver as infra-estruturas básicas necessárias à prestação de cuidados de saúde de qualidade		
Criar condições de trabalho condignos para os profissionais de saúde e um sistema de controlo e de gestão do património da saúde eficiente e eficaz	Criar e manter um sistema de base de dados de equipamentos médicos	Informação sobre o estado e a adequabilidade do equipamento a todos os níveis do sistema de prestação de serviços de saúde % de equipamentos médicos sujeitos à manutenção
	Desenvolver o micro-plano de infra-estruturas de saúde (incluindo equipamento médico e não médico)	Facilitar a afectação de recursos, assim como o estabelecimento de prioridades de projectos de capital em áreas mal servidas e remotas Finalizado o plano de Infra-estrutura da saúde para 5 anos
	Definir uma política de gestão de equipamentos médicos	Assegurar o padrão nacional de qualidade de equipamentos médicos para o país Existência de uma política nacional de gestão de equipamentos médicos
	Monitorizar os projectos de construção e reabilitação das instalações e residências médicas	Garantir as condições básicas de prestação de serviços de saúde aos pacientes e aos profissionais de saúde % de instalações construídas e reabilitadas, no âmbito do Fundo de Infra-estruturas e do PPDI
	Desenvolver o manual de gestão dos meios de transporte do MdS (incluindo ambulâncias)	Melhorar o sistema de gestão dos transportes % de veículos que usam o Livro de bordo
	Instalar linhas de comunicação tecnológica que liguem os serviços de saúde entre Postos de Saúde, Centros de Saúde Comunitários e hospitais localizados dentro das áreas de cobertura	Promover o uso do sistema informático para a partilha de dados estatísticos e comunicação % dos Serviços de Saúde com acesso à rádio comunicação, telefone e internet
	Gerir os contractos de fornecimento de bens e serviços, equipamentos e materiais essenciais à prestação de serviços de saúde	Assegurar o aprovisionamento atempado e transparente % de Concursos concluídos e % de contractos geridos segundo os procedimentos definidos
	Actualização de base de dados do património do Ministério	Assegurar a boa gestão do património do Ministério % do património do Ministério registado em base de dados
	Instalação de sistema de comunicação audiovisual e de teleconferência	Minimizar custos associados a transporte % de Serviços Distritais de Saúde e Hospitais de Referência com acesso ao sistema de comunicação audiovisual e de telecomunicação

Melhorar a gestão dos recursos materiais e financeiros do Ministério da Saúde

Fortalecer a gestão patrimonial e financeira do Ministério da Saúde, no âmbito do programa de gestão das finanças públicas	Desenvolver o plano operacional de cada serviço (Distritos, Direcções Nacionais e Serviços Personalizados)	Assegurar a uniformização dos planos com vista a atingir o objectivo geral % dos serviços que executam o OGE 2013 de acordo com o Plano Detalhado de Actividades
	Desenvolver o sistema integrado de monitorização e avaliação das actividades	Existência de dados estatísticos para avaliação e relatório % dos serviços de saúde que aplicam os procedimentos de recolha e análise das actividades realizadas
	Estudo de custo e financiamento do Plano Estratégico do Sector da Saúde 2011-2030 para cada 5 anos	Custo aproximado de cada intervenção programática de saúde % de Quadro de Despesas a Médio Prazo ou MTEF definido
	Realização de auditorias internas à execução do OGE 2013	Garantir a execução orçamental de acordo com as actividades planeadas Números dos funcionários formados na área da gestão financeira
	Desenvolver o mecanismo de planeamento orçamental e de monitorização integrado de fundos alocados para a saúde	Integração dos planos de acção ao processo de orçamentação. Guias de planificação e execução orçamental
	Formação sobre gestão das finanças públicas realizada, no âmbito do projecto de apoio à implementação do Plano Estratégico do Sector da Saúde	Melhoria da gestão das finanças públicas + Nº de participantes dos Serviços Distritais de Saúde, Hospitais, Serviços Centrais, Laboratório e SAMES
	Estabelecimento do mecanismo de harmonização de fundos externos de apoio à prestação de serviços de saúde	Minimizar duplicações de financiamento e falta de transparência na utilização de fundos atribuídos aos responsáveis de programas de saúde pelos diferentes parceiros % de fundos externos integrados aos relatórios detalhados do Ministério da Saúde

Ministério da Educação

Papel

O Ministério da Educação encontra-se no processo de elaboração final da sua nova lei orgânica para aprovação em Conselho de Ministros no qual se propõe a ser o órgão central do governo responsável pela concepção, execução, coordenação e avaliação da política definida e aprovada pelo Conselho de Ministros para as áreas da Educação assim como para as áreas de ciências e da tecnologia, sendo suas atribuições as seguintes:

- Desenvolver as medidas de planeamento e os projectos legislativos e regulamentares necessários à prossecução das políticas definidas para as suas áreas de tutela;
- Consolidar o uso das Línguas Oficiais no sistema de Educação e Ensino, nos termos definidos pela Lei de Bases da Educação, enquanto pressuposto de desenvolvimento de todo o sistema educativo;
- Assegurar a acreditação, o desenvolvimento e a administração de uma rede de Educação Pré-Escolar, nos termos previstos na Lei de Bases da Educação que permita a preparação das crianças para a integração com sucesso no sistema de Ensino Básico;
- Garantir, acreditar e administrar com base em critérios de qualidade e legalidade, um sistema de ensino básico universal, obrigatório e tendencialmente gratuito;
- Acreditar, desenvolver e administrar um sistema de ensino secundário geral de abrangência nacional e, consolidar e alargar, um sistema de ensino secundário técnico-vocacional, enquanto medida de política educativa de grande relevância para a formação de quadros intermédios que sirvam as necessidades de desenvolvimento económico do País;
- Elaborar e implementar os currículos dos vários graus de educação e ensino e desenvolver as metodologias pedagógicas mais eficientes para o sucesso escolar;
- Planificar, desenvolver, coordenar e acreditar a formação de nível superior no País e no exterior, fundamentada no princípio de equidade e desenvolvida através de sistemas de ensino Universitário, Politécnico e Pós-Secundário;
- Regular os mecanismos de equiparação de graus académicos;
- Desenvolver políticas de promoção da formação pós-graduada e da investigação científica, por forma a contribuir para o desenvolvimento social, económico e tecnológico do País;

- Garantir a formação do pessoal docente;
- Assegurar, através da cooperação com outros departamentos governamentais e de parcerias ou protocolos com entidades do sector privado e cooperativo, o desenvolvimento de uma rede de formação técnica e profissional que responda às necessidades actuais e futuras do País em matéria de recursos humanos qualificados;
- Desenvolver os mecanismos necessários para a correcta administração e gestão do pessoal docente e não docente do sector da Educação;
- Promover uma política de ensino recorrente, que garanta a erradicação do analfabetismo, o desenvolvimento da literacia, do ensino especial e inclusivo;
- Promover a introdução gradual e sustentada das novas tecnologias de informação e comunicação no funcionamento dos serviços administrativos, escolares e nas metodologias e processos educativos e formativos;
- Garantir um sistema ágil e eficiente de desenvolvimento e manutenção das infra-estruturas da Educação, de forma a garantir uma rede de oferta pública de educação e ensino de âmbito nacional;
- Implementar um sistema de Inspeção dos serviços de Educação que garanta o princípio da legalidade, a implementação das políticas de desenvolvimento para as Escolas e de execução dos programas curriculares e orientações pedagógicas;
- Promover, apoiar e difundir uma política linguística que contribua para o fortalecimento da identidade e unidade nacionais, através da promoção da diversidade linguística timorense e através da promoção das suas línguas de educação e conhecimento;
- Proteger os direitos relativos à criação literária enquanto factor de desenvolvimento social e económico do País;
- Apoiar e incentivar a descentralização das políticas educativas, assegurando a sua implementação e o seu desenvolvimento integrado;
- Estabelecer mecanismos de colaboração e de coordenação com outros órgãos do Governo com tutela sobre áreas conexas.

Os órgãos e os serviços que compõem o Ministério da Educação são os definidos na sua proposta de lei orgânica.

Orçamento

O Orçamento alocado ao Ministério da Educação é de 92,008 milhões de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas Ministério da Educação (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	59,714	82,778	92,008	95,682	99,502	103,474	107,606
Recorrentes	57,052	75,338	87,994	91,507	95,160	98,959	102,910
Salários e Vencimentos	39,177	44,978	47,004	48,884	50,840	52,873	54,988
Bens e Serviços	17,875	29,990	38,490	40,022	41,616	43,273	44,997
Transferências Públicas	-	370	2,500	2,600	2,704	2,812	2,925
Capital	2,662	7,440	4,014	4,175	4,342	4,515	4,696
Capital Minor	2,023	5,756	4,014	4,175	4,342	4,515	4,696
Capital Desenvolvimento	639	1,684	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	29,575	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	28,589	-	-	-	-	-
Capital	-	986	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	59,714	112,353	92,008	95,682	99,502	103,474	107,606
Recorrentes	57,052	103,927	87,994	91,507	95,160	98,959	102,910
Capital	2,662	8,426	4,014	4,175	4,342	4,515	4,696

Perfil de Funcionários

O Ministério da Saúde no período de 2013/2017 tem uma estimativa de força de trabalho de cerca de 1.463 pessoas. Para o ano de 2013 aloca 1.463 pessoas, composto por 1.328 funcionários permanentes e 135 vagas por preencher de 2012. Significa que não prevê força de trabalho para o período seguinte. Além disso, o Ministério da Educação ainda tem profissionais de professores no total 11.058 pessoas composto por professores actuais 4.164 pessoas, pessoal professor formação nível 3.551 pessoas, pessoal professor formação nível 2 4.628, pessoal professor Grau D em 2010 para formação nível 1 no total 1.052 pessoas e pessoal professor Grau E em 2011 para formação nível 1 no total 663 pessoas. O Ministério da Educação em 2013 também prevê o número de professores voluntarios cerca de 3.962 pessoas.

Ministerio da Educacao/Regime geral											
Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministerio	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G				
Funcionarios Publicos Actuais	1	21	57	230	390	215	414	1328	1463	Director Geral	7
Agente da Administracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0		Inspeor Geral	1
Vagas por preencher 2012	0	29	55	41	9	1	0	135		Director Nacional	25
Nova proposta de vagas 2013/2017	0	0	0	0	0	0	0	0		Director Distrital	37
Total Força de Trabalho	1	50	112	271	399	216	414	1463		Chefe Departamento	178
										Chefe Seccao	120

Ministerio da Educaçã								
Forca de Trabalho Actual dos professores	Escalã							Total
	1	2	3	4	5	6	7	
Professor Senior	0	0	0	0	0	0	0	
Professor	1826	1468	592	237	41	0	0	4164
Assistente	0	0	0	0	0	0	0	0
Total Forca de Trablho dos Professores	1826	1468	592	237	41	0	0	4164
Total Professores Actuais Transitorio	Salário/Escalã							Total
	1	2	3					
Tabela Salarial do Nivel 3 de Formacao para Professor professor	158	202	191					551
Tabela Salarial Nivel 2 de Formacao para Professor	1,584	1169	1875					4,628
Tabela Salarial Nivel 1 de Formacao prof. Grau: D em 2010	652	300	100					1052
Tabela Salarial do Nivel 1 de formacao para prof. Grau:E em 2011.	353	215	95					663
Total forca de trabalho	2747	1886	2261					11,058

Plano Anual do Ministério da Educação para 2013

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR		
Plano de Infraestruturas adequadas às pré-escolas elaborado	Proceder a um rigoroso <u>levantamento de dados</u> ¹ (para <i>Carta Escolar/Educativa</i>) sobre todas as Pré-Escolas (públicas e privadas): infraestruturas (salas de aula e outras), recursos humanos e equipamentos	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Informação recolhida; Mapeamento realizado; Carta Escolar elaborada
	Definir o <u>desenho de "Pré-Escola" tipo</u> (a nível de infraestruturas, espaços didáticos e equipamentos)	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Desenho elaborado e aprovado
	Com base no levantamento efetuado e no desenho de "Pré-Escola" tipo, elaborar o <u>Plano de desenvolvimento de infraestruturas e fornecimento de equipamentos</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Plano elaborado e Orçamentado
Novo enquadramento técnico e político da Educação Pré-escolar desenvolvido e aprovado	Aprovar e implementar a <u>Política Nacional de Educação Pré-escolar</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Política Nacional de Educação Pré-escolar aprovada; ações de disseminação realizadas em todos os Distritos; Legislação que regulamente a gestão das pré-escolas elaborada;
	Rever o <u>regime de acreditação e avaliação</u> da educação pré-escolar, em coerência com a Política Nacional de Educação Pré-escolar, e elaborar legislação regulamentadora ²	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Diploma Legal que estabelece os critérios mínimos e a gestão das pré-escolas elaborado e aprovado
	Rever o <u>Regime de orientações pedagógicas para a educação pré-escolar</u> (objetivos, conteúdos e metodologias), incluindo a introdução das línguas maternas como meio facilitador da aprendizagem nos idiomas oficiais	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Regime de orientações pedagógicas para a educação pré-escolar finalizado/revisto, discutido e aprovado
Professores da Educação Pré-escolar recebem formação própria e melhoram as suas capacidades	Elaborar novos <u>programas de formação inicial e contínua</u> de professores (INFORDEPE/UNTL)	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Programas de formação elaborados
	Realizar cursos de <u>formação inicial</u> a professores	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Nº professores que beneficiam de ações de formação inicial • Resultados previstos: 50 professores
	Realizar cursos de <u>formação contínua</u> a professores já no sistema	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Nº professores que beneficiam de ações de formação contínua

¹ O Levantamento de dados e a verificação e atualização das informações já recolhidas pelo Ministério da Educação (via EMIS) serão, na verdade, realizados para todas as Escolas, da Educação pré-escolar ao Ensino Secundário, com o objetivo de elaboração uma *Carta Escolar/Educativa* para Timor-Leste.

² Esta legislação permitirá promover a implementação prática dos critérios mínimos estabelecidos e os serviços de Inspeção escolar, e permitirá também desenvolver parcerias com Instituições públicas e privadas, tendo em vista o alargamento da abrangência dos serviços de educação pré-escolar e a melhoria da sua qualidade

Todas as crianças do pré-escolar beneficiam de Programas de Ação Social Escolar	Analisar e rever o Programa "merenda escolar" (elaboração, criação "menu tipo", execução e gestão), constituindo-se para o efeito um grupo de trabalho interministerial	<ul style="list-style-type: none"> • Resultados previstos: 184 professores • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: grupo de trabalho constituído e em funcionamento; programa revisto e aprovado
	Atribuir <u>Merenda Escolar</u> em todas as Pré-Escolas (0,15 USD/criança/dia escolar), no âmbito de um "pacote especial" de Ação Social Escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Nº crianças apoiadas; Nº. pré-escolas abrangidas • Resultados previstos: 15 mil crianças (100%); 192 pré-escolas (100%)
	Implementar Concessões Escolares (subsídio) (0,50 USD/criança/mês, durante 9 meses escolares)	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Nº crianças apoiadas; Nº. pré-escolas abrangidas • Resultados previstos: 15 mil crianças (100%); 192 pré-escolas (100%)
	Promover e acompanhar as <u>condições de saúde</u> das crianças nas Pré-Escolas, no âmbito de um "pacote especial" de Ação Social Escolar (<i>financiamento da UNICEF</i>)	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Nº crianças apoiadas; Nº. pré-escolas abrangidas • Resultados previstos: 15 mil crianças (100%); 192 pré-escolas (100%)
ENSINO BÁSICO		
Infraestruturas melhoradas e equipamentos entregues nas escolas básicas	Proceder a um rigoroso <u>levantamento de dados</u> (para <i>Carta Escolar/Educativa</i>) sobre todas as Escolas Básicas (públicas e privadas): infraestruturas (salas de aula e outras), recursos humanos e equipamentos	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Informação recolhida; Mapeamento realizado; Carta Escolar elaborada
	Definir o <u>Padrão mínimo e o desenho</u> de "Escola Básica" tipo (a nível de infraestruturas, espaços didáticos e equipamentos)	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Padrão mínimo e Desenho elaborados e aprovados
	Com base no levantamento efetuado e no padrão mínimo estabelecido, elaborar o <u>Plano de desenvolvimento de infraestruturas e fornecimento de equipamentos</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Plano elaborado e Orçamentado
	Proceder a pequenas reparações urgentes nas Escolas Básicas	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Escolas Básicas alvo de pequenas intervenções/reparações
	Apetrechar salas de aula com mobiliário	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Nº jogos de mobiliário (cadeiras e mesas) distribuídos às escolas • Resultados previstos: 50 mil salas de aula
Novo enquadramento técnico e político do Ensino Básico desenvolvido e aprovado	<u>Constituir equipa multidisciplinar</u> , composta por especialistas (nacionais e internacionais), que seja responsável pela <u>monitorização e revisão curricular do Ensino Básico</u> e pela produção de manuais oficiais bilingues para os alunos e professores	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Equipa constituída
	Rever e aprovar os <u>currículos do 1º e 2º ciclos do Ensino Básico</u> ³	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Currículo do 1º ciclo revisto e aprovado;

³ A revisão dos currículos deverá levar em linha de conta as consultas realizadas a diferentes Entidades e as recomendações da Comissão Nacional de Educação

		Currículo do 2º ciclo revisto e aprovado
	<u>Implementar o novo currículo do 8º ano</u> nas Escolas do Ensino Básico	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: % escolas do 3º ciclo do ensino básico onde é implementado o novo currículo do 8º ano • Resultados previstos: 100%
	Elaborar, imprimir e distribuir os <u>novos manuais escolares, do 3º ciclo</u> , para alunos e professores, às escolas do Ensino Básico ⁴	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: % escolas do 3º ciclo do ensino básico que recebem manuais • Resultados previstos: 100%
	Criar <u>objetivos de aprendizagem</u> , para cada ano de escolaridade, nos 3 ciclos do ensino básico, e consequente <u>revisão dos mecanismos de avaliação</u> e dos <u>critérios para os exames nacionais</u> (coerentes com os novos currículos)	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: novos mecanismos de avaliação estabelecidos e aprovados; critérios para revisão dos exames nacionais elaborados e aprovados⁵
Professores do Ensino Básico recebem formação própria e melhoram as suas capacidades	Realizar <u>curso de formação inicial</u> de professores do Ensino Básico (UNTL, INFORDEPE e Instituto Maristas)	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Nº pessoas que beneficiam do curso de formação inicial de professores • Resultados previstos: 775 Professores recebem formação inicial
	Realizar <u>curso de formação complementar</u> para professores do Ensino Básico (atualmente no sistema), com carácter modular, para ir ao encontro dos requisitos do regime de carreira (INFORDEPE)	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Nº professores que beneficiam do curso de bacharelato • Resultados previstos: 7 124 Professores beneficiam do curso de formação complementar
	Realizar <u>curso de formação contínua</u> a professores já no sistema, no desenvolvimento dos conteúdos curriculares do Ensino Básico (INFORDEPE)	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Nº professores que beneficiam de ações de formação contínua • Resultados previstos: 5 000 professores atualmente no sistema recebem formação contínua
	Realizar <u>ações de formação nas línguas oficiais</u> e <u>sensibilização à utilização das línguas maternas</u> (INFORDEPE)	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Nº professores que beneficiam de formação nas línguas oficiais • Resultados previstos: 5 000 professores beneficiam de formação nas línguas oficiais
	Realizar <u>curso de Mestrado em Formação de Formadores</u> (INFORDEPE) ⁶	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Nº pessoas que beneficiam do curso mestrado em formação de formadores • Resultados previstos: 52 pessoas beneficiam do curso de formação de formadores

⁴ Será necessário reimprimir os manuais do 7º ano e as sebtas do currículo transitório do 9º ano. Será também necessário colocar nas escolas os manuais novos do 8º ano. Paralelamente, em 2013, é necessário proceder à elaboração dos novos manuais do 9º ano, uma vez que o novo currículo será implementado em 2014.

⁵ Serão redefinidos em 2013 os critérios para os exames nacionais, de acordo com os novos currículos, incluindo os exames do 9º ano (cuja implementação do novo currículo será concretizada em 2014)

⁶ O objetivo é que estes formadores qualificados possam, depois, integrar o corpo docente do INFORDEPE e ministrar formação inicial e contínua aos docentes dos diversos níveis de ensino

Conhecer as causas do insucesso, abandono e não frequência escolar e melhorar os resultados	Promover um <u>estudo</u> , a nível nacional, sobre as causas do abandono, do insucesso e da não frequência escolar ⁷	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: estudo realizado
	Realizar <u>campanhas nacionais e ações de sensibilização</u> e socialização sobre a importância da frequência escolar, universal e obrigatória, nas idades apropriadas e com enfoque nas questões de género	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: campanhas realizadas pelo menos nos Distritos de Aileu, Ermera, Viqueque e Oecusse (que apresentam níveis de maior abandono escolar), com prioridade para as escolas remotas
	Implementar <u>práticas de monitorização e controlo da assiduidade</u> de alunos e professores (<i>Inspeção Geral da Educação</i>)	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Nº escolas onde estas práticas são implementadas • Resultados previstos: 202 escolas básicas centrais
	Preparar e implementar um plano para reduzir o número de alunos com idade superior à idade normal para frequência do ensino básico e transição para Programa Nacional de Equivalência	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Nº escolas onde é implementados um plano para reduzir estes números • Resultados previstos: 202 escolas básicas centrais
	Elaborar e aprovar legislação própria que assegure que a matrícula dos alunos no 1º ano do ensino básico seja realizada na idade adequada	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: legislação elaborada e aprovada
	Introduzir as recomendações da “Política de Ensino Multilíngue baseada nas línguas maternas de Timor-Leste”, em algumas escolas - <i>projeto piloto</i> (financiamento das Nações Unidas)	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Nº escolas abrangidas • Resultados previstos: recomendações introduzidas em 12 escolas (4 Manatuto; 4 Lospalos; 4 Oecusse)
	Funcionamento de <u>Escolas de Referência- Centros de Formação</u> , com integração de professores internacionais (falantes da Língua Portuguesa), para difusão das melhores práticas educativas no currículo nacional	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Nº novas escolas estabelecidas (em instalações provisórias); Nº escolas em funcionamento em 2013; Nº escolas cujas instalações definitivas são construídas em 2013 • Resultados previstos: 4 novas Escolas (Aileu, Covalima, Liquiçá e Lautém) com um total de 1200 alunos; 9 Escolas em funcionamento (com um total de 108 professores internacionais afetos); 6 escolas cujas instalações definitivas são construídas em 2013 (Baucau, Oecusse, Bobonaro, Manufahi, Ermera e Manatuto)
	Implementação, nas Escolas Referência - Centros de Formação, de estágios pedagógicos de qualidade aos recém-licenciados das várias faculdades da educação das instituições de ensino superior nacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Nº estagiários admitidos • Resultados previstos: 108 estagiários timorenses⁸

⁷ Os resultados deste estudo permitirão planear e desenvolver programas e medidas concretas visando aumentar a escolarização e reduzir as taxas de abandono e insucesso escolar

⁸ Prevê-se que em 2013 estes estagiários sejam integrados nas escolas públicas adjacentes, com formação contínua nas Escolas de Referência - Centros de Formação

Todos os alunos do ensino básico beneficiam de Programas de Ação Social Escolar	Analisar e rever o Programa "merenda escolar" (elaboração, criação "menu tipo", execução e gestão), constituindo-se para o efeito um grupo de trabalho interministerial	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: grupo de trabalho constituído e em funcionamento; programa revisto e aprovado
	Atribuir <u>Merenda Escolar</u> em todas as Escolas Básicas (0,15 USD/criança/dia escolar + oferta arroz)	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Nº alunos apoiados • Resultados previstos: 320 mil alunos
	Implementar <u>Concessões Escolares</u> (subsídio)	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Nº alunos apoiados • Resultados previstos: 320 mil alunos
	Aprovar a Política de Saúde e Desporto Escolar (parceria com a Secretaria de Estado da Juventude e Desporto)	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Política aprovada
	Realizar campanhas de socialização sobre nutrição, saúde e desporto nas comunidades (parceria com a Secretaria de Estado da Juventude e Desporto)	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: campanhas realizadas em diversas comunidades do país
Novo Sistema de gestão escolar implementado	Rever o Decreto-Lei que regula a gestão e administração do sistema de Ensino Básico	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Decreto-Lei revisto
	Desenvolver <u>Termos de Referência para os quadros da administração escolar</u> do Ensino Básico, e finalizar o processo de recrutamento ⁹	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Termos de Referência elaborados
	Estabelecer prioridades e elaborar <u>plano de formação/capacitação aos quadros técnicos</u> das escolas	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: plano formação elaborado
	Dar continuidade à implementação de módulos de formação contínua	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: nº quadros das escolas que recebem ações de formação contínua • Resultados previstos: 404 quadros (2 por cada escola básica central)
	Desenvolver os <u>procedimentos/regulamentos para o funcionamento interno</u> do Conselho Escolar, do Conselho Académico, das Associações de Estudantes, Pais e Professores	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Procedimentos/ regulamentos elaborados

⁹ O novo sistema de gestão escolar deve estar totalmente implementado em 2017, visando aumentar a participação, a relação custo/eficácia e o sucesso na aprendizagem

	Rever e ou desenvolver <u>procedimentos de gestão escolar</u> (incluindo <i>manual de procedimentos operacionais de gestão; utilização de sistemas de acompanhamento e gestão financeira e estatística; utilização de sistema de gestão e registo dos equipamentos e recursos escolares; manutenção da Carta Escolar atualizada</i>) e implementá-los nas Escolas Básicas	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Procedimentos/ regulamentos elaborados/revistos; procedimentos/regulamentos implementados nas 202 Escolas Básicas Centrais
	Rever o <u>regime de acreditação e avaliação</u> do Ensino Básico e preparar eventual legislação regulamentadora	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: diploma revisto, aprovado e implementado
ENSINO SECUNDÁRIO GERAL (ESG) E TÉCNICO-VOCACIONAL (ESTV)		
Plano de Infraestruturas adequadas às escolas secundárias elaborado	Proceder a um rigoroso <u>levantamento de dados</u> (para <i>Carta Escolar/Educativa</i>) sobre todas as Escolas Secundárias (públicas e privadas): infraestruturas (salas de aula e outras), recursos humanos e equipamentos	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Informação recolhida; Mapeamento realizado; Carta Escolar elaborada
	Definir a <u>Tipologia de "Escola Secundária Geral" modelo</u> (a nível de infraestruturas, espaços didáticos e equipamentos)	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: projeto de "escola modelo" definido e aprovado
	Com base no levantamento efetuado e no projeto de "Escola modelo", elaborar o <u>Plano de desenvolvimento de infraestruturas e fornecimento de equipamentos para as Escolas do ESG</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Plano elaborado e Orçamentado
	Projetar um <u>novo modelo de Escola Secundária Técnico Vocacional</u> que constitua um Centro Técnico de Excelência, em particular nos seguintes domínios específicos: escolas de Hotelaria e Turismo, escolas de Economia e Comércio, escolas Técnicas, e escolas de Agropecuária e Pescas	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: projeto de modelo de escola definido e aprovado
	Com base no levantamento efetuado e no modelo de escola ESTV, elaborar o <u>Plano de desenvolvimento de infraestruturas e fornecimento de equipamentos para as Escolas do ESTV</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Plano elaborado e Orçamentado
Novo enquadramento técnico e político do ESG e ESTV desenvolvido e	Dar continuidade à implementação do <u>currículo do 10º ano</u> do ESG	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: % escolas do ESG onde é implementado o novo currículo do 10º ano • Resultados previstos: 100%

aprovado	Implementar o novo <u>currículo do 11º ano</u> do ESG	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: % escolas do ESG onde é implementado o novo currículo do 11º ano • Resultados previstos: 100%
	Elaborar um <u>Plano de 5 anos de desenvolvimento de materiais didáticos do ESG</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Plano elaborado
	Aprovar a Política do Livro	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Política aprovada
	Elaborar, imprimir e distribuir os manuais escolares do ESG, para alunos e professores	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: % escolas do ESG que recebem manuais correspondentes • Resultados previstos: 100%
	Implementar o novo <u>currículo do 12º ano</u> do ESG	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Novo currículo implementado
	Rever e aprovar <u>os manuais relativos aos 16 cursos técnico-vocacionais em curso</u> ; imprimi-los e distribuí-los	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Manuais revistos, impressos e distribuídos
	Elaborar <u>plano para fornecimento de materiais didáticos e equipamentos escolares</u> para elevar a qualidade de ensino e aprendizagem dos conteúdos do novo currículo, nas escolas	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: plano elaborado
Professores do Ensino Secundário recebem formação própria e melhoram as suas capacidades	Realizar <u> cursos de formação de professores</u> do ESG nas <u>áreas disciplinares</u> , para cobrir as necessidades do atual currículo do ESG (especialmente nas novas disciplinas: Tecnologias Multimédia, Geologia e Temas de Literatura e Cultura) (INFORDEPE)	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Nº professores que beneficiam de cursos de formação nas áreas disciplinares • Resultados previstos: 1 580 Professores
	Realizar <u> cursos de formação contínua</u> a professores do ESG nas línguas de instrução e noutras áreas relevantes (pedagogia, etc) (INFORDEPE)	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Nº professores que beneficiam de ações de formação contínua • Resultados previstos: 2500 professores
	Estudar e implementar <u> meios adequados de verificação da implementação curricular</u> nas ESG (Inspeção Geral de Educação)	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Nº visitas efetuadas pela IGE às escolas • Resultados previstos: 148 visitas (2 a cada uma das 74 escolas existentes)
	Realizar <u> cursos de formação de professores do ESTV</u> (em Timor-Leste), nas <u>áreas gerais dos atuais currículos</u> do ESTV e nas línguas de instrução ¹⁰	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Nº professores que beneficiam de cursos de formação • Resultados previstos: 428 Professores

¹⁰ Em 2013 apenas é possível realizar esta formação, nas áreas das disciplinas gerais e nas línguas de instrução. Em 2014 já se prevê que a formação abranja os conteúdos curriculares dos diferentes cursos (os 16 em curso e os 2 novos cursos: artes gráficas e técnicas de pesca).

	(INFORDEPE)	
Os cursos de ESTV são certificados e as Escolas acreditadas	Criar um grupo de trabalho interministerial, com o objetivo de <u>avaliar e acreditar as ESTV</u> , bem como acompanhar e certificar os cursos de formação técnico-vocacional (<i>incluindo a dupla certificação</i>)	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: grupo constituído e em funcionamento
Novo Sistema de gestão escolar implementado	Desenvolver <u>Termos de Referência</u> para os quadros da administração escolar do Ensino Secundário	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Termos de Referência elaborados
	Desenvolver os <u>procedimentos/regulamentos para o funcionamento interno</u> do Conselho Escolar, do Conselho Académico, das Associações de Estudantes, Pais e Professores	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Procedimentos/ regulamentos elaborados
	Elaborar <u>procedimentos de gestão escolar mínimos</u> (incluindo manual de procedimentos operacionais de gestão e acompanhamento financeiro) e Aprovar as <u>estruturas básicas das escolas do ESG e ESTV</u> (a nível de recursos humanos, gestão, etc) e <u>critérios mínimos para o funcionamento</u> das mesmas	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Procedimentos/ regulamentos elaborados; estrutura das escolas elaborada e aprovada (através de <i>diploma legal</i>); critérios mínimos de funcionamento revistos
Todos os alunos do Ensino Secundário beneficiam de Programas de Ação Social Escolar	Implementar <u>Concessões Escolares</u> no ESG (subsídio) (<i>0,50 USD/aluno/mês, durante 9 meses</i>)	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Nº alunos apoiados • Resultados previstos: 43 mil alunos
	Implementar <u>Concessões Escolares</u> no ESTV (subsídio) (<i>0,50 USD/aluno/mês, durante 9 meses</i>)	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Nº alunos apoiados • Resultados previstos: 8 mil alunos
ENSINO SUPERIOR		
O sistema de administração do Ensino Superior (Técnico e Universitário) é melhorado	Aprovar <u>enquadramento legal</u> que estabelece sistema administrativo do Ensino Superior e regulamenta mecanismos de financiamento das Instituições públicas e privadas	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: enquadramento legal elaborado e aprovado
	Estudar a <u>possibilidade de introdução de modalidades inovadoras de financiamento a estudantes</u> , que incentivem a frequência do Ensino Superior e o aproveitamento	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: estudo elaborado

	Rever o <u>manual operacional de atribuição de subsídio</u> às Instituições de Ensino Superior	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: manual operacional elaborado
	Criar o <u>Fórum do Conselho de Reitores das Instituições de Ensino Superior Nacionais</u> , para melhor coordenação das intervenções no setor	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Fórum do Conselho de Reitores criado e em funcionamento
	Realizar <u>exames de certificação/equivalência</u> aos graduados de instituições superiores nacionais não acreditadas e de instituições estrangeiras	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Exames de certificação realizados
O sistema de avaliação e acreditação académica é reforçado	Definir os conteúdos elementares dos diferentes ciclos de estudo e respetivas áreas curriculares (currículo mínimo)	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: currículos mínimos elaborados
	Rever o diploma legal referente ao <u>Quadro Nacional de Qualificações</u> , em parceria com autoridades competentes	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Quadro Nacional de Qualificações revisto
	Implementar o processo de <u>acreditação institucional da UNNIL e UNITAL</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Quadro Nacional de Qualificações revisto
	Iniciar o do processo de acreditação programática das Instituições de Ensino Superior selecionadas	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: processo de acreditação iniciado
Melhoria do sistema de atribuição de bolsas de estudo	<u>Atribuir bolsas de estudo</u> do Ministério da Educação, no âmbito do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano, em áreas consideradas prioritárias para a formação do capital humano	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Nº bolsas atribuídas • Resultados previstos: 614
Plano de desenvolvimento do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia elaborado	Elaborar e aprovar o <u>enquadramento legal</u> que regule o novo Instituto	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Enquadramento Legal elaborado e aprovado
	Elaborar um <u>Plano geral</u> para a definição de infraestruturas, recursos humanos, equipamentos e conteúdos científicos	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Enquadramento Legal elaborado e aprovado
	Integrar os membros do quadro de investigadores atualmente vinculados ao Centro Nacional de Investigação Científica da UNTL	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Membros do quadro do CNIC/UNTL integrados no INCT
Institutos Politécnicos do Ensino Superior desenvolvidos	<u>Criar Comissão Técnica Instaladora</u> dos quatro Institutos Politécnicos (nas áreas da Engenharia, Turismo e hotelaria, Agricultura e Pescas), com <i>stakeholders</i> públicos e privados	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Comissões Instaladoras constituídas
	Aprovar o <u>enquadramento legal</u> deste nível de ensino	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Enquadramento legal aprovado

	Elaborar <u>Plano de Infraestruturas</u> integrado	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Plano elaborado
	Elaborar <u>Programas curriculares</u> e <u>programas de formação de professores</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Programas curriculares elaborados; programas de formação de professores
	<u>Construir as infraestruturas</u> referentes a dois politécnicos	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Nº politécnicos construídos • Resultados previstos: 2 politécnicos construídos
	<u>Coordenar e promover ligações eficientes</u> entre o ESTV (Centros Técnicos de Excelência) e a SEPFOPE	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: coordenação efetuada com ESTV e SEPFOPE
ENSINO RECORRENTE		
O Programa de Alfabetização básica abrange todo o país, erradicando o analfabetismo em Timor-Leste	Concluir a <u>1ª fase da Campanha Nacional de Alfabetização</u> (Encerramento das salas do programa “Sim Eu Posso” nos distritos de Ainaro, Díli e Viqueque em Fevereiro/Março e graduação dos alunos alfabetizados)	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: % de distritos com salas do programa encerradas (no universo de 3 distritos); nº. alunos do programa de alfabetização que se graduam • Resultados previstos: 100%; 3 960 alunos graduados em 2013
	Elaborar e iniciar a implementação do <u>currículo e materiais de instrução para a 2ª Fase da Campanha Nacional de Alfabetização</u> (programa “Sim Eu Posso Seguir” – reforço da literacia)	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: currículo elaborado
	Abrir/ <u>colocar em funcionamento as salas de aula necessárias</u> de modo a que a <u>2ª fase da campanha nacional de alfabetização cubra os 442 sucros do país</u> <i>(com financiamento da Cooperação Cubana)</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Nº salas de aula abertas; Nº alunos a frequentarem a 2ª fase da campanha; % alunos graduados • Resultados previstos: 442 salas (1 por suco); 17 680 alunos; 80% (14 144 alunos) deverão ser graduados no final do ano
O Programa Nacional de Equivalência do Ensino Recorrente abrange todo o país e efetivamente permite a ingresso dos alfabetizados no sistema de educação formal	Aumento do <u>número de salas do 1º nível do PNE</u> , de forma a oferecer o programa em todos os sucros do país <i>(com financiamento do Banco Mundial, para 48 novas salas)</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Nº salas de aula abertas para o 1º nível do PNE em 2013 • Resultados previstos: 48 novas salas
	Terminar a <u>distribuição dos manuais</u> de aluno e professor relativos ao 1º nível do PNE	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Manuais totalmente distribuídos
	Implementar/ <u>colocar a funcionar o 1º nível do PNE</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Nº alunos inscritos; % subdistritos onde funciona o 1º nível; Nº salas afetas ao 1º nível • Resultados previstos: 2600 alunos inscritos; 100% (65 subdistritos); 130 salas

	<u>Elaborar o currículo do 2º nível</u> , com envolvimento de uma Equipe de 12 técnicos pedagógicos Timorenses	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: currículo do 2º nível do PNE elaborado e aprovado
	Realizar <u>ações de socialização e mobilização</u> das comunidades, nos sucos a abranger com Centros Comunitários de Aprendizagem (CCA)	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Nº ações de socialização e mobilização realizadas • Resultados previstos: 3 (uma em cada uma das novas comunidades a abranger)
	Iniciar a <u>construção de novos Centros Comunitários de Aprendizagem (CCA)</u> , para entrada em funcionamento em 2014	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Nº CCA construídos • Resultados previstos: 3 (Ataúro, Oecusse e Ermera)
	<u>Desenvolver, apoiar e monitorizar os CCA</u> existentes/em funcionamento	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Nº CCA em funcionamento; % CCA em funcionamento que são monitorizados • Resultados previstos: 3; 100%
	Iniciar a <u>implementação do plano de transição da formação de docentes</u> do Ensino Recorrente, entre DNER e o INFORDEPE (com acompanhamento ativo dos responsáveis do INFORDEPE nos processos de formação)	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Nº. Professores da formação de docentes do ER que transitam da DNER para o INFORDEPE • Resultados previstos: 2 professores
	Definir um quadro de referência para regular a relação entre os Programas do Ensino Recorrente e o Ensino Formal. (aprovação de <u>diploma</u> legal sobre os processos de equivalência)	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: diploma legal sobre processo de equivalência elaborado e aprovado
Professores e Monitores do Ensino Recorrente recebem formação própria e melhoram as suas capacidades	<u>Identificar as competências e as qualificações técnico-profissionais dos monitores/docentes</u> de cada programa (alfabetização inicial, pós-alfabetização, PNE)	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Lista de competências e qualificações elaborada/não elaborada • Resultados previstos: Listas completas e compreensíveis de competências e qualificações elaboradas para os 3 programas
	Estimar o <u>número de monitores e professores necessários</u> e proceder ao recrutamento daqueles em falta, para dar resposta às exigências dos programas de pós-alfabetização e PNE	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Nº monitores de pós-alfabetização recrutados em 2013; Nº professores do PNE recrutados em 2013 • Resultados previstos: 170 monitores recrutados (prevê-se que sejam necessários 442); 48 professores do PNE recrutados (prevê-se que sejam necessários 130)
	Iniciar a <u>formação de monitores</u> da 2ª Fase da Campanha de alfabetização	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Nº monitores a frequentar formação • Resultados previstos: 442
	Iniciar a <u>formação de professores do PNE</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Nº professores que beneficiam de formação • Resultados previstos: 130

	<u>Integração de Docentes do Ensino Recorrente</u> no Estatuto da Carreira Docente ou obtenção de grau equivalente	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: Nº professores docentes integrados na Carreira Docente • Resultados previstos: 6 professores
GESTÃO INTERNA DOS SERVIÇOS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO		
O ME tem capacidade institucional reforçada, de modo a desenvolver os programas e medidas aprovados (em linha com o Plano Estratégico Nacional de Educação (PENE) e com o Plano do Ministério da Educação 2013-2017))	Desenvolver <u>Termos de Referência para os cargos dirigentes e técnicos do Ministério</u> , em coerência com as necessidades de implementação do PENE e do Programa do V Governo Constitucional	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Termos de Referência realizados
	Realizar <u>estudo organizacional</u> que identifique as atuais necessidades funcionais de cada unidade orgânica do Ministério em termos de recursos humanos e técnicos	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: estudo realizado e aprovado
	Elaborar um <u>plano de capacitação de recursos humanos</u> adequados a cada unidade orgânica (com identificação das áreas de formação necessárias)	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: plano de capacitação elaborado
	Elaborar, aprovar e implementar <u>manuais de procedimentos operacionais das unidades orgânicas do Ministério</u> , bem como de circuitos internos do Ministério da Educação (<i>incluindo circulação de informação, recolha de dados, aprovação de informações/propostas, execução e monitorização do plano de ação anual</i>)	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: todos os manuais de procedimentos elaborados, aprovados e implementados
	Iniciar o processo de <u>análise e discussão do futuro sistema de colocação de professores</u> ¹¹ , que garanta a cobertura equitativa de todo o país	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: novo sistema de colocação de professores elaborado e aprovado internamente
	Rever o <u>sistema de avaliação de desempenho</u> , de modo a premiar o desempenho profissional dos RH (<i>o ME pretende atribuir maiores oportunidades de formação aos funcionários que revelem melhor desempenho</i>)	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: sistema de avaliação dos RH elaborado e aprovado

¹¹ Para começar a implementar em 2014

	Elaborar e aprovar <u>legislação necessária à regulamentação de funções das Direções Distritais</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: legislação elaborada e aprovada
	Elaborar e aprovar a Lei Orgânica do Ministério da Educação, bem como outra legislação adequada à delegação de competências e à regulamentação da Lei Orgânica	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: legislação elaborada e aprovada
	Elaborar o <u>Código de Conduta para a Inspeção Geral da Educação</u> , em conformidade com as disposições legais para o sector	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Código conduta elaborado
	Melhorar o sistema de gestão do património do Ministério da Educação (<u>inventariação</u>), incluindo todos os bens imóveis, duradouros, mas também livros e outros materiais, para registo e controlo dos equipamentos públicos	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: sistema de inventariação melhorado e implementado
	Desenvolver um <u>Quadro de Avaliação de Desempenho</u> para monitorização e avaliação dos resultados educacionais e de gestão	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: Quadro de Avaliação de Desempenho elaborado e aprovado
SISTEMA DE INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO		
O Ministério da Educação dispõe de um conjunto de plataformas de informação de conteúdos das atividades desenvolvidas	Desenvolver o <u>Portal da Educação/Website</u> que, de forma transparente, reúne toda a informação relevante a funcionários, professores e alunos; e paralelamente funcione como sistema de informação para o público em geral	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: website criado, implementado e em funcionamento
	Implementar <u>novos suportes informativos</u> , dirigidos ao público em geral, com informações sobre as atividades do ME (revista/boletim)	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: realizado/não realizado • Resultados previstos: website criado, implementado e em funcionamento
	Divulgar, junto das escolas e ao público em geral, conteúdos programáticos educativos, em coerência com os currículos em curso nos diferentes níveis de ensino <i>(através da Media Educativa, e admitindo-se a hipótese de celebração de acordos com TVTL para emissão de programas)</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador: N° novos programas elaborados (ensino básico) para televisão e rádio; N° programas difundidos através de rádio e/ou TV e distribuídos nas escolas • Resultados previstos: 12 novos programas elaborados; 32 programas difundidos em rádio e/ou TV e distribuídos nas escolas

Ministério da Administração Estatal

Papel

O Ministério da Administração Estatal (MAE) é o órgão central do Governo responsável pela concepção, execução, coordenação e avaliação da política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas do poder local, descentralização administrativa, desenvolvimento local e rural, da organização e execução dos processos eleitorais e referendários, e da preservação dos documentos oficiais, cabendo-lhe nomeadamente:

- Promover e executar políticas de desenvolvimento local e rural e de redução das desigualdades económicas e sociais entre as regiões;
- Coordenar e distribuir informações internas e externas às estruturas de Administração Local do Estado;
- Coordenar e fiscalizar as actividades de administração dos distritos e subdistritos e outros serviços e organismos da administração local;
- Coordenar e fiscalizar a actividade dos serviços e organismos da administração regional e local;
- Promover e conduzir o processo de descentralização administrativa e criação das municipalidades;
- Garantir o adequado apoio técnico aos processos eleitorais e referendários;
- Promover a recuperação, a preservação e a guarda adequada dos documentos históricos e oficiais do país, incluindo os da administração pública;
- Propor e desenvolver normas e instruções relativas à classificação, tratamento e arquivamento dos documentos históricos e oficiais do país, incluindo os da administração pública;
- Estabelecer mecanismos de colaboração e de coordenação com outros órgãos do Governo com tutela sobre áreas conexas.

São delegadas no Secretario de Estado do Desenvolvimento Local, a competência prevista nas alíneas a) e b) do número anterior, bem como, a coordenação do programa de desenvolvimento dos sucos, do plano de desenvolvimento integrado distrital e do programa de habitação "MDGs".

São delegadas no Secretário de Estado da Descentralização Administrativa as competências previstas nas alíneas c) e e) do no 1, bem como a gestão do programa de desenvolvimento descentralizado.

Os órgãos e serviços que compõem o Ministério da Administração Estatal são os definidos na sua lei orgânica.

Orçamento

O Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do território tem um orçamento de 38,228 milhões de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas Ministério da Administração Estatal (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	43,815	74,182	38,228	29,976	31,175	32,422	33,719
Recorrentes	25,085	34,595	27,398	28,495	29,635	30,820	32,053
Salários e Vencimentos	2,923	3,438	5,712	5,940	6,178	6,425	6,682
Bens e Serviços	4,377	19,648	8,599	8,944	9,301	9,673	10,060
Transferências Públicas	17,785	11,509	13,088	13,611	14,156	14,722	15,311
Capital	18,731	39,587	10,830	1,481	1,540	1,602	1,666
Capital Minor	2,883	2,496	1,424	1,481	1,540	1,602	1,666
Capital Desenvolvimento	15,848	37,091	9,406	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	754	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	754	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	43,815	74,936	38,228	29,976	31,175	32,422	33,719
Recorrentes	25,085	35,349	27,398	28,495	29,635	30,820	32,053
Capital	18,731	39,587	10,830	1,481	1,540	1,602	1,666

Perfil de Funcionários

O Ministério da Administração Estatal no período de 2013/2017 tem uma estimativa de força de trabalho de cerca de 1828 pessoas. Para o ano de 2013 aloca 1372 pessoas, composto por 1197 funcionários permanentes, 167 agente administração pública e 8 vagas por preencher de 2012. Significa que 456 pessoas são fornecidas para o período seguinte.

MAE											
Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministério	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G				
Funcionarios Publicos Actuais	6	31	149	150	359	162	340	1197	1372	Director Geral	2
Agente da Administracao Publica	0	14	25	21	11	33	63	167		Inspeor Geral	1
Vagas por preencher 2012	0	0	1	5	0	2	0	8		Director Nacional	14
Nova proposta de vagas 2013/2017	0	85	356	15	0	0	0	456		Director Distrital	13
Total Força de Trabalho	6	130	531	191	370	197	403	1828		Chefe Departamento	150
										Chefe Seccao	17

Plano Anual do Ministério da Administração Estatal para 2013

Preparação para estabelecimento dos Municípios		
Elaborar a Política para a Descentralização e Governo Local e o Quadro Estratégico de Descentralização	Realização de consultas sobre a proposta do “Green Paper” da Descentralização em 13 Distritos, liderado por Sua Excelência o Primeiro Ministro da RDTL	Realizadas consultas sobre o “Green Paper” da Descentralização em pelo menos 10 Distritos
	Redacção da proposta de orientação política do Governo sobre descentralização administrativa e Poder Local	Foram consultados as partes interessadas ao nível nacional e distrital sobre o conteúdo da proposta política
	Aprovar as linhas de orientação política de Descentralização Administrativa e Poder Local	Aprovação de um quadro político para que estabeleça as base do quadro normativo do Poder Local (pelo Parlamento Nacional)
	Socializar a nova política de descentralização e governo local	Actividades de socialização da nova política nos 13 distritos
Elaborar Quadro Legais Básicos para implementação dos municípios	Rever a Lei No 11/2009 que aprova a Divisão Administrativa do Território	Revisto a Lei No 11/2009 e apresentada ao Conselho Ministro para aprovação
	Estabelecer Grupos de Trabalho Técnicos Ministeriais (GTTM) em cada Ministério para discutir poderes que vão ser atribuídos aos municípios	Estabelecidos GTTM em Ministérios chaves tais como Saúde, Educação, Obras Publicas, Justiça, e MSS; Elaborados Quadro Estratégicos de Descentralização de Cada Sectores para submeter ao MAE
	Rever as propostas de Leis de Governo Local e Eleição Municipal que foram submetidas ao Parlamento Nacional, e iniciar a nova redacção e apresentação da proposta de Lei sobre a orgânica das estruturas de instalação do Poder Local	Promulgação e entrada em vigor da Lei do Governo Local e a Lei de Eleição Municipal
	Consultar o conteúdo das propostas das leis básicas para o poder local	Consultas nos 13 Distritos e a nível nacional (com académicos e outros partes relevantes)
Capacitação dos Distritos para implementação dos Municípios	Desenvolver estratégia de capacitação de recursos humanos	Estratégia de capacitação de recursos humanos aprovada em Conselho de Ministros
	Implementar a estratégia de capacitação de recursos humanos	Formações realizadas em várias áreas para os funcionários dos distritos se prepararem para o estabelecimento dos municípios
	Iniciar a política de criação de Centro de Formação Municipal dentro do MAE	Política apresentada e aprovada pelo Conselho de Ministros
Apurar dados dos distritos para planear as infra-estruturas básicas dos futuros municípios	Realizar o levantamento de dados sobre infra-estruturas dos Distritos, Sub Distritos e Sucos.	SEDA tem um base dados que contem informações sobre infra-estruturas básicos dos distritos e sub distritos Visitas realizadas aos 13 Distritos e 65 Sub Distritos para avaliação das infra-estruturas
	Preparar o Desenho e Custo (BoQ) das infra-estruturas que foram identificados para ser construídas ou reabilitados em 2014	Desenho e BoQ foram preparados por técnicos recrutados pela SEDA
Assegurar a preparação dos	Garantir a entrada em funcionamento das Comissões Instaladores dos	Estabelecidas uma Comissão Instaladora Nacional e 13 Comissões

Distritos para a implementação dos Municípios	Municípios a Nível Nacional e Nível Distrital	Instaladores Distritais
	Tomada de Posse de todos os membros das Comissões Instaladoras de Municípios	Realização de reuniões ordinárias mensais de todas as estruturas de instalação dos Municípios
Garantir uma boa implementação de PDID, PNDS e MDGs Sucos		
Esclarecer o sector privado e as administrações locais sobre o papel da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Local	Disseminar o papel da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Local (SEDL) ao nível da administração local e empresas locais, incluindo parceiros de desenvolvimento	As administrações de distritos, empresas locais e parceiros de desenvolvimento ficarem esclarecidos sobre o papel da SEDL. Reuniões realizadas nos 13 distritos e a nível nacional para esclarecer o papel do SEDL
implementar os Programas Desenvolvimento Local	Elaborar a nova política sobre habitação comunitária para o MDGs Sucos para ser submetida ao Conselho de Ministros	Política de habitação comunitária para MDGs Sucos aprovada pelo Conselho de Ministros
	Garantir a implementação dos programas de PDID e PNDS	Implementados pelas Direcções Nacionais e administrações locais os programas de desenvolvimento local segundo as regras em vigor
	Monitorizar a implementação dos projectos de PDID e PNDS	25 % dos Projetos do PDID e PNDS visitados pelo SEDL
	Elaborar os regulamentos subsidiarias para a implementação dos programas de PDID e PNDS	Regulamento de Aprovisionamento e Regulamento de Gestão Financeira do PDID, e Regulamentos PNDS elaborados e aprovados pelo Conselho de Ministros
Assegurar e garantir um serviço adequado de gestão de recursos humanos		
Assegurar uma sistema de gestão da Força de Trabalho dentro do Ministério Administração Estatal	Continuar dar apoio técnico ao desenvolvimento da cultura do Plano Força de Trabalho (PFT)	Gestores da administração pública do MAE capacitados para elaborar o plano da força do trabalho de cada Direcção
	Realizar um “workshop ministerial” sobre o Plano Força de Trabalho para os gestores do MAE	Gestores do MAE compreendem os princípios do Plano Forças de Trabalho e do “gender sensitivity plan”
	Elaboração de mapa de pessoal do MAE para 2014 com justificação adequada, utilizando os Planos de força de trabalho existentes	Mapa do Pessoal do MAE para 2014 preparado, incluindo uma justificação adequada (orçamento, termos de referencia, plano de recrutamento)
Melhorar o desempenho do pessoal do MAE	Assistir as Direcções Nacionais no desenvolvimento de descrições de trabalho de cada posição	Directores e funcionários públicos do MAE vão ter competências claras que vão servir para medir o desempenho. 40% dos funcionários do MAE tem descrição de trabalho claros
	Assistir as direcções nacionais e as administrações distritais na avaliação de desempenho	Dirigentes do MAE avaliam o desempenho dos funcionários públicos segundo as regras estabelecidas
	Assistir as direcções nacionais na identificação de necessidades de formação	Programas de formação estabelecidos com base nas necessidades das Dir. Nacionais e administrações de Distrito
	Implementação do PMIS dentro do MAE	Dados de recursos humanos do Ministério actualizados
Promover a boa Governação e o cumprimento dos regulamentos através da Inspeção e Auditoria		
Informar sobre as tarefas do GIGAI	Socialização das medidas e área de intervenção do GIGAI	Funcionários do MAE conhecem as tarefas do GIGAI e cooperam e participam nos seus serviços. Prevenção e redução dos números das irregularidades.

Garantir a qualidade dos projetos e cumprimento dos regulamentos	Realizar inspecções e auditorias de rotina	Programas do MAE implementados segundo o padrão e calendário previsto. Execução do orçamento seguindo as normas financeiras. Irregularidades identificadas e relatadas ao Ministro
Capacitar os funcionários do GIGAI e assegurar boas condições de trabalho	Elevar Capacidade Profissional dos Funcionário do GIGAI através de formação profissional. Estudos comparativos e seminários (nacionais e internacionais).	N.º de funcionários capacitados. Funcionários do GIGAI aptos a desempenhar as suas funções
	Melhorar as condições físicas do escritório do GIGAI	Condições do escritório favoráveis para os funcionários desempenharem as suas funções
	Administrar e operar o Gabinete da Inspeção Geral e Auditoria Interna	Operação e administração diária a favor da boa governação
Melhorar a execução orçamental, salvaguardar a documentação orçamental e registar o património do Estado		
Garantir uma boa prestação de serviços de Administração e Finanças dentro do MAE	Definir métodos de forma a assegurar maior transparência e qualidade de serviços de aprovisionamento	Serviços de aprovisionamento descentralizado dentro do MAE melhorados e transparentes
	Realizar a preparação e Submissão do Orçamento Anual ao Ministério das Finanças	Submissão da proposta Orçamento Anual finalizada e entregue a tempo ao Ministério das Finanças
	Definir e assegurar os procedimentos para implementação da gestão de Administração e Finanças, documentação e Gestão de Património do Estado do MAE	Gestão de Administração e Finanças do MAE melhorada
	Criação de base de dados com o registo do inventário de activos e materiais afectos ao MAE	Base de dados logística actualizada
	Realizar o novo construção de edifício do MAE	Construção edifício atinge 35%
Celebrar os dias nacionais de Timor-Leste	Comemorações dos dias nacionais de 20 Maio, 30 Agosto e 28 Novembro de 2013	Celebrações dos dias nacionais realizadas com sucesso
Melhorar as condições de saneamento, higiene e salubridade urbana nos 13 Distritos	Implementação do plano de Saneamento e Limpeza nas capitais dos 13 Distritos	Ruas limpas e com melhores condições de higiene pública, Cidades seguras e saudáveis
Melhorar a prestação do serviço ao público		
Garantir apoio técnico e administrativo nos domínios do planeamento, avaliação e monitorização das actividades desenvolvidas e a gestão das relações internacionais do Ministério	Definição e estruturação das políticas, prioridades e objectivos do Ministério	Plano Estratégico para cinco anos e também o Plano de Acção Anual (PAA) de 2014 elaborados
	Desenvolver e implementar o plano estratégico do Ministério e dos planos de trabalho sectoriais	
	Coordenar e preparar o plano estratégico dos Distritos	Plano estratégico do desenvolvimento para cinco anos dos distritos elaborado: Distrito de Oecusse e Baucau
	Assegurar os sistemas de avaliação e monitorização das actividades dos serviços que integram o Ministério	Sistema de Monitorização e Avaliação em funcionamento e com relatórios regulares (relatório mensal, trimestral e anual)
	Coordenar e desenvolver acções e programas de cooperação e	Assistências dos parceiros de desenvolvimento do MAE coordenadas de

	assistência técnica internacional, no âmbito das atribuições do Ministério	maneira a que as entidades relevantes do MAE possam ter apoio para exercer as suas funções
Garantir que o processo eleitoral que é eficiente e credível		
Assegurar as condições mínimas para a realização das futuras eleições	Capacitar os funcionários do STAE a nível nacional e distrital na área de informática	Funcionários do STAE capacitados na área de informática- N.º de funcionários capacitados
	Manutenção e aquisição de materiais e equipamentos para a actualização da base de dados eleitoral	Materiais e equipamentos para a ABD eleitoral em funcionamento para atender ao público
	Realizar as actividades de actualização da base de dados a nível distrital	Cidadãos timorenses a partir dos 17 anos de idade recenseados e com os dados actualizados para exercer o direito de voto nas eleições de 2015
	Estabelecer acordos e protocolos bilaterais na área eleitoral (CPLP, Brasil, ASEAN, PIANZEA)	Acordos e protocolos assinados para visita de estudos comparativos, observação eleitoral, apoio técnico e material
	Elaborar legislação como 1. Revisão Estatuto Orgânico do STAE, 2. Eleição Municipal 3. Recenseamento Eleitoral no Estrangeiro	Estatuto Orgânico do STAE revisto de acordo com a Lei Eleitoral. Lei Eleição Municipal e Lei Recenseamento Eleitoral no Estrangeiro elaboradas
	Continuar a Formação acelerada na UNTL	Continuação do curso para os 17 funcionários do STAE.
	Supervisionar e acompanhar a construção e reabilitação Edifício STAE Distrital e Nacional (dentro de PDID).	Edifício STAE Construído/ reabilitado
Assegurar o Sistema Nacional de Arquivos e zelar pela sua conservação e preservação		
Obter material de pesquisa referentes às 39 séries do fundo da Administração Portuguesa (TP)	Descrever, organizar e inventariar as 4 séries da documentação do Fundo da Administração Portuguesa (TP)	Três das 4 séries de Documentação descritas, organizadas e inventariadas
Organizar em séries os 808 metros lineares da documentação do Fundo da administração Indonésia (TI)	Separar e seleccionar os 100 metros lineares da documentação para organização de acordo com o sistema de arquivos	100 metros lineares da documentação planeada, por ano, separados e organizados 80% dela estariam separadas e seleccionadas
Orientar a administração local sobre política de arquivo e manter um sistema de recolha de documentação	Coordenar e dar orientações acerca dos documentos de arquivo nos distritos e subdistritos para recolha	Vários documentos compilados de 7 distritos
Fortalecer a direcção de Arquivo Nacional	Formar arquivísticas profissionais durante 3 anos no estrangeiro	2 Funcionários formados, e 33% de pacote do material de formação atingida
Fortalecer a gestão, coordenação e apoio institucional à Administração Local no âmbito de atingir a Municipalidade		
Melhorar a eficácia da Administração Distrital	Supervisionar e monitorizar as actividades nos Distritos e Subdistritos	95% Distritos e Subdistritos visitados
	Realizar Consulta aos Administradores sobre actividades operacionais	Balço de desenvolvimento do MAE e Distritos informados reciprocamente. 4 encontros anuais com actas elaboradas

		Problemas existentes nos distritos discutidas e resolvidas
	Apoiar a implementação do Programa Orçamento Distrital (POD) pelas administrações locais	Distritos e Subdistritos prestam o melhor atendimento ao público
	Finalizar a elaboração de perfil dos distritos que ainda não foram feitos no ano de 2012	Público tem acesso a informação sobre a potencialidade dos distritos, livros com perfil dos distritos impressos.
Definir uma divisão do território para facilitar a gestão do mesmo	Apoiar as entidades competentes a delinear as fronteiras dos distritos	Comunidades informadas sobre o conteúdo da Lei N.º 11/2011 sobre divisão Administrativa do Território Distrito de Ermera tem a fronteira delimitada
Promover desenvolvimento local do sector privado		
Melhorar o processo de planeamento de PDID nos Distritos	Apoiar Distritos e Delegações Territoriais na identificação e avaliação de necessidades e prioridades de investimento de desenvolvimento nos sucos e a nível sub-distrital, incluindo a nível KDSD	Prioridades dos 442 sucos, dos KDSD e delegações territoriais para o ano 2014 identificadas
	Apoiar os Distritos na preparação do esboço de Plano Investimento Distrital pela CDD (Comissão Desenvolvimento Distrital) e na em apresentação e discussão de esboço de em SKDD e SKDN	13 CDD definem as suas prioridades e elaboram o esboço do Plano de Investimento Distrital 13 Distritos realizam os seus SKDD com sucesso a nível central
	Apoiar os Distritos na finalização e aprovação do Plano Investimento Distrital e na submissão atempada do mesmo e no seu reajuste depois da aprovação do Orçamento Geral Estado (OGE)	PID dos 13 Distritos finalizados e submetidos pelas CDDs e reajustados depois de aprovação OGE
Melhorar a implementação do Planeamento Desenvolvimento Integrado Distrital (PDID) em 13 Distritos (incluindo o processo de aprovisionamento com integridade, imparcialidade e transparência)	Prestar apoio aos 13 Distritos na preparação do documento concurso para os projectos de PDID de 2013	90% dos documentos de projectos PDID preparados
	Prestar apoio aos 13 Distritos para garantir o anúncio de concurso nos quadros avisos para iniciar o processo de aprovisionamento	100% das companhias locais tem acesso de informação de concurso PDID
	Prestar apoio aos 13 Distritos para garantir que os CDDs vendem documentos de concursos às companhias locais	100% dos documentos de concursos foram comprados por companhias interessadas
	Prestar apoio aos Distritos para garantir a realização dos encontros para ofertas	100% das companhias que concorrem para o processo de aprovisionamento tem informações adequados antes de prepararem os seus documentos de concurso
	Realização de "Site Visit"	80% das companhias participam no "Site visit"
	Prestar apoio aos Distritos para garantir o Lançamento da oferta segundo aos regulamentos	80% das companhias participarem no lançamento de oferta para verem as propostas básicas
	Prestar apoio aos Distritos para garantir a avaliação dos Documentos Concurso segundo os regulamentos em vigor	A equipa EVAs verificam os documentos de concursos para seleccionar as empresas para as seguintes fases
	Prestar apoio aos Distritos para garantir a emissão de Carta de Aceitação de contrato	Foram emitidas cartas de aceitação de contrato para todos os contratos que foram adjudicados
	Prestar apoio aos Distritos para garantir a assinatura de contrato ao contratantes que foram adjudicados	100 % das companhias assinarem os seus contratos com 13 CDDs

	Apoiar os 13 Distritos na implementação dos projectos de PDID cujos contratos já tenham sido assinados	100 % dos projectos do PDID foram implementados
	Apoiar entidades competentes dentro do MAE na recolha da informação de PDID através de monitorização e avaliação	Todos os dados de PDID foram recolhidos pelo sistema de MIS do PDID
Supervisionar as actividades de Sucos e fortalecer a capacidade de gestão e administrativa dos Líderes Comunitários e restantes membros do Conselho de Suco incluindo PAAS		
Melhorar a Gestão Administrativa dos Sucos para o atendimento ao público	Formar as Líderes Comunitários e PAAS em Gestão Administrativa e no preenchimento dos 14 livros de administração dos Sucos	Líderes Comunitários e PAAS formados na área de Gestão Administrativa e Atendimento Público, assim também no preenchimento dos 14 livros de administração de Suco
	Monitorizar e avaliar o desempenho dos Líderes Comunitários e PAAS	Desempenho de 50% dos líderes Comunitários e PAAS avaliados
Manter a cooperação e protocolos com entidades tais como Universidades e Instituições para implementação das formações	Elaborar Memorandos de Entendimento com UNPAZ, UNTL e IOB	Protocolos e Memorandos de Entendimento assinados.
	Realizar a Formação de Formadores aos Estagiários da UNPAZ, UNTL e IOB para a implementação de formação aos Líderes Comunitários e PAAS	Estagiários da UNPAZ, UNTL e IOB formados pelo DNAAS para posterior formação dos Líderes Comunitários e PAAS no preenchimento dos 14 livros de administração de Suco
	Realizar a Renovação do protocolo entre o MAE, PDHJ e MSS, assinado em 6 de Agosto de 2012	Protocolo renovado e formação aos Líderes Comunitários de 7 Distritos implementada nas áreas de Mediação, Resolução de Conflitos e Direitos Humanos
	Continuar a Implementação do Memorando de Entendimento entre MAE, PAZ Y DESARROLLO, assinado em 14 de Junho de 2012 para a formação aos Líderes Comunitários sobre o papel do género na tomada de decisões políticas	Líderes Comunitários formados sobre o papel do género na tomada de decisões políticas
	Implementação do MoU entre MAE e DEPDAGRI Indonésia	Capacidade dos Funcionários Públicos da DNAAS melhorada. Estudos comparativos realizados
Interacção e diálogo entre os membros do governo e os Chefes de Suco e PAAS	Realizar encontros regulares entre os membros do governo e os chefes de Suco	Líderes comunitários receberam informações relevantes por parte do Governo central. Deliberados as instruções do governo central sobre liderança comunitárias e levantamento dos problemas existentes ao nível dos Sucos
	Encontro regular entre DNAAS e PAAS a nível Distrito	Foram feitas trocas de informações reciprocamente entre a DNAAS e PAAS em 13 Distritos
Apoiar a administração de sucos	Colaborar com o MSS para apoiar a compensação por acidente aos Membros de Concelho de Suco e PAAS	Garantir a assistência às vítimas durante as horas de serviço
	Apoiar a Mediação e Resolução de Conflitos (Nahe Biti boot)	Redução dos conflitos. Harmonia social garantida
	Imprimir os 14 Livros da Administração de Sucos	Atendimento público garantido
	Rever a Lei no. 3/2009	A Lei No 3/2009 revisado para redefinir o novo estatuto dos Sucos
	Apoiar a reabilitação dos Sedes de Suco afectadas pelos Desastres Naturais	Sedes de sucos destruídos por desastre naturais reabilitados (centralizado em DNAF)

Garantir o Desenvolvimento Igualitária em todo o território de Timor-Leste através de alocação de fundos para os sucos para construção, reabilitação, e manutenção infraestruturas básicas

Garantir uma preparação adequado para gerir o Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos (PNDS)	Recrutar 388 oficiais que vão trabalhar para o Programa Nacional de Desenvolvimento Suco (PNDS), inclui: «Analisar as competências dos funcionários que vêm do Ministério Economia e Desenvolvimento (DNDR) «Trabalhar junto com a ADN, Obras Publicas para identificar os oficias técnicos que podem apoiar PNDS; «Recrutar consultores para apoiar funcionários públicos recrutados	Os Recursos humanos para o PNDS foram mobilizados; Recrutados 388 funcionários para a PNDS
	«Trabalhar junto com INDIMO, e outros Instituições formações tal como CNEFP Tibar, ETDA, STVJ Comoro, para desenvolver e implementar certificado nacional. Formação técnica: 8 meses Formação finanças: 3 Meses Formação social: 2 meses «Formação às equipas de sucos pelos facilitadores do PNDS; «Formação também aos equipas distritais tal como engenheiros, contabilistas e coordenadores dos distritos; «Formações aos oficias do programas ao nível nacional para assegurar a implementação do PNDS nos distritos	Capacitados em diferentes áreas todos os oficias que vão trabalhar ao PNDS, tanto a nível nacional como distrital; PNDS implementados segundos as regras em vigor (baseando nas formações feitas)
	Testar a implementação do Programa em 2013: Manual Operação do Programa em coordenação com administração distrito e linhas ministeriais e mecanismo de transferências orçamento	Testos nos sucos realizados com o sucesso; GTTIM utiliza o resultado dos testes para ajustar o Manual Operação Programa para ser implementado em 2014
	Estabelecer os Secretariados para a Implementação do PNDS ao nível distritais e Subdistritos.	Estabelecidos secretariados PNDS em 13 Distritos e 65 Subdistritos para dar apoio técnico à implementação do programa, à gestão de estrutura da PNDS e funcionar com ponto de condenação entre Governo central, distrital e subdistrital
	Socializar o PNDS ao nível Nacional, Distrital, e Subdistrital.	Socialização em 13 distritos e 65 subdistritos para: Dar informação detalhada sobre o programa às linhas ministeriais, distritos e identificação de área de coordenação Informação às comunidades sobre os seus direitos e responsabilidades relacionados com a PNDS
	Preparar o Plano Acção Anual ou Plano Investimento PNDS para o Ano Fiscal de 2014	Comunidades consultadas para identificar plano infra-estruturas para o ano de 2014 Estrutura ao nível sucos formada para implementar o PNDS Orçamento alocado para actividades de planeamento e formação para

		comunidades ao nível dos sucos. Formações realizadas
Garantir que a comunidade rurais têm acesso a infra-estruturas básicas		
Assegurar condições saudáveis de casas para comunidades rurais conforme o programa do MDGs Sucos	Apoiar o Secretário Estado de Desenvolvimento Local (SEDL) para definir nova política sobre habitação comunitária em Timor-Leste	Nova política elaborada e apresentada ao Conselho de Ministro para aprovação; Mecanismo de cooperação entre SEDL e ADN sobre implementação MDGs Sucos estabelecido
	Trabalhar juntos com as autoridades locais para identificarem sítios para construção de casas em 2225 aldeias em Timor-Leste	Visita realizadas às 2225 aldeias para identificarem sítios para construções; Problemas identificados resolvidos com o apoio das autoridades locais
Estabelecer uma boa coordenação entre todos os componentes de Desenvolvimento Rural para desenvolvimento dos distritos, Subdistritos e Sucos	Disseminar o papel e programas da Direcção Nacional de Desenvolvimento Rural ao nível nacional, distrital e sucos	Disseminação sobre o papel de DNDR em 65 Subdistritos, 13 Distritos e nível nacional; Públicos tem conhecimentos sobre o papel e programas da DNDR
	Coordenar as assistências técnicas na área de desenvolvimento rural	Encontros regulares com os parceiros de desenvolvimento Todas as partes relevantes do sector desenvolvimento rural concordam com actividades e programas
	Coordenar a Comissão Interministerial para o Desenvolvimento Rural (CIDR)	Estabelecimento base de dados sobre planos de desenvolvimento rural actuais e futuros em Timor-Leste Programa de Desenvolvimento Rural integrado estabelecido
	Continuar a dar apoio técnico às entidades relevantes na identificação de prioridades de água e estradas nas áreas rurais	Comunidade beneficiam de acesso à água potável; Projectos nas áreas rurais recebem apoio na preparação de desenho e BoQ (através de levantamento dos dados) e monitorizados pelas equipas técnicas da DNDR; Qualidades técnicas das infra-estruturas rurais garantidas
	Continuar construções de infra-estruturas básicas nas áreas rurais (particularmente na área de água e estradas)	MAE recebe apoio da DNDR para construções de infra-estruturas básicas não contempladas no PDID & PNDS
	Instalar 200 Centros de Informações	Comunidades têm acesso às informações sobre progresso de desenvolvimento nacional e internacional através dos equipamentos que foram montados em centros de informações; 200 centros de informações instalados
Capacitar a direcção da DNDR	Formar os funcionários públicos para serem profissionais	Funcionários públicos identificados para participar nas formações; Desempenho dos funcionários e da DNDR melhora devido às formações.
	Realizar estudos comparativos para capacitar os funcionários públicos em acelerar o desenvolvimento nas áreas rurais	Funcionários da DNDR com conhecimento sobre experiencias de desenvolvimento fora do país para implementar programas de desenvolvimento em Timor-Leste
Melhorar a gestão de negócio das comunidades rurais	Coordenar com os parceiros de desenvolvimento para apoiar a DNDR a desenvolver mecanismos para melhorar a gestão das comunidades	Produtos locais promovidos e produtores compreendem a gestão de negócio. Selecção dos produtores treinados realizada

	rurais	
Garantir a implementação das tarefas do MAE no distritos		
Melhorar a gestão do Programa Nacional de Desenvolvimento Sucos (PNDS) ao Nível de Distritos, Sub Distritos e Sucos	Socializar PNDS aos Sucos.	Os Chefes dos sucos, Membros Conselho do Sucos inclui comunidade compreendem bem o programa do PNDS.
	Realizar os encontros regulares de PNDS ao nível de Sucos, Sub Distritos e Distritos para efeitos de Planeamento e implementação do PNDS	Autoridades locais reunidas para identificar as prioridades de desenvolvimento sucos para serem financiados pelo fundo de PNDS. Encontros mensais com todos os níveis de autoridades locais
	Acompanhar a implementação de projectos PNDS feitos pelos grupos comunitários para garantir a implementação do Programa segundo as regras aplicáveis	90 % dos grupos comunitários implementaram os projectos de PNDS segundos as regras em vigor
	Garantir as estruturas de PNDS (funcionais e estruturais) para exercerem as suas funções segundos as regras	As estruturas da PNDS funcionam bem para garantir uma boa implementação de PNDS
	Preparar o relatório mensal do distrito e submeter ao Ministério do MAE	Distritos fornecem informações sobre as actividades ao MAE baseadas no PAA do Distrito
Melhorar as infra-estruturas físicas nos Distritos através da implementação do Programa PDID	Realizar o anúncio de alocação de orçamento PDID ao nível de Distrito para o ano fiscal de 2014	Público tem o acesso de informação sobre alocação orçamento PDID do Distrito. 50% de população esclarecida sobre o alocação orçamento do Investimento do Distrito
	Realizar o 1º encontro CDD	90% dos membros do CDD participam no encontro (50% M). EVAS estabelecido
	Realizar o 1º encontro CDS	90% dos membros CDS participam no encontro.
	Realizar o 1º encontro CDS e Submissão	Concelhos do Suco realizam consulta e identificam necessidades ao nível da Aldeia.
	Realizar o 2º encontro CDS e do CDS para submeter as propostas de prioridades de sucos para o ano fiscal de 2014	Propostas dos sucos definidas. 100% das propostas com prioridades do suco submetidas ao CDS. 100% de propostas prioridades do CDS submetem aos CDDs.
	Preparar os Documentos de Concursos para o processo de aprovisionamento dos projectos de PDID que foram aprovados pelo o Parlamento Nacional para o ano de 2013	Cada proposta dos projectos de PDID tem o seu documentos de concurso, 100% dos documentos de concurso preparados baseadas no regulamento de aprovisionamento
	Anunciar o inicio de concurso ao publico dos projectos de PDID que foram aprovados pelo o Parlamento Nacional para o ano de 2013	Companhias receberam a informação sobre o concurso PDID, O aviso fixado no quadros avisos de distritos e sub-distritos e também através de rádio comunidade.
	Realizar os Encontros para oferta dos projectos de PDID que foram aprovados pelo Parlamento Nacional para o ano de 2013	Companhias informadas sobre os documentos dos concursos, 75% das companhias que compram os documentos de concurso participam no encontro para oferta
	Realizar a Visita ao terreno dos projectos de PDID que foram aprovados pelo o Parlamento Nacional para o ano de 2013	API e as companhias podem observar o local do projeto, 90% das companhias que compram os documentos do concurso

	participam na visita do local do projecto
Realizar o Lançamento Licitação / Avaliação Documentos Adjudicação dos projectos de PDID que foram aprovados pelo o Parlamento Nacional para o ano de 2013	Companhias informadas sobre os documentos de outras companhias. 75% das companhias concorrentes participam na avaliação de documentos. 100% dos membros do CCL participam na avaliação. 100% dos documentos do concurso foram avaliados
1 ^o Encontro do EVAS para discutir plano de verificação e avaliação das propostas prioridades de investimento do ano de 2014.	Propostas do CDS D verificadas 100% dos membros do EVAS participam no 1 ^o encontro do EVAS
Aprovação e assinatura do contrato de implementação dos projectos de PDID que foram aprovados pelo Parlamento Nacional para o ano de 2013	Companhias seleccionados podem começar os seus actividades, 75% dos projectos do PDID assinados conforme o calendário
Verificação das proposta para o ano 2014 incluindo o Desenho, BOQ e custo das propostas	Propostas de 2014 verificados completamente com o desenho e BOQ. 100% do BOQ preparado e todos os projectos verificados
Implementação de Monitorização e Avaliação dos projectos de PDID que foram aprovados pelo o Parlamento Nacional para o ano de 2013	Projectos do PDID de 2013 implementados baseiam-se nos contratos, Projectos do PDID visitados 2 x durante a sua implementação
Pagamentos dos projectos de PDID que foram aprovados pelo o Parlamento Nacional para o ano de 2013	Companhias recebem os seus pagamentos baseia no progresso físico, TAD trata o pagamento baseando a certificação da completação de obra previsto no regulamento.
Realizar o 2 ^o encontro de EVAS para produzir as lista prioridades para o ano fiscal de 2014	Lista prioridades produzidos, todos os membros de EVAS participam no encontro e produz a lista prioridade dos projectos
Realizar o 2 ^o encontro do CDD para rever o orçamento poupança de PDID 2013	Revisão e aprovação do orçamento poupança, 90% dos membros do CDD participam no encontro.
Realizar o actividade SKDD de 2013	CDD recebem sugestões pelos parceiros do desenvolvimento sobre o plano investimento do Distrito, 75% dos parceiros participam no encontro do SKDD, Até 10% das propostas duplas do plano investimento do Distrito são minimizadas. Cada DG das linhas ministeriais participa no encontro do SKDD.
Realizar o encontro SKDN de 2013	CDD recebem sugestões dos parceiros do desenvolvimento nacional sobre o plano investimento do Distritos, 75% linhas ministeriais participam em SKDN, e 80% das linhas ministeriais aceita lista apresentada de distrito.
Realizar 3 ^o encontro CDD	Secretariado apresenta o resultado de propostas do esboço plano investimento Distrital, 75% dos membros do CDD participam no encontro, e entre eles 50% mulheres.
Submissão do Plano Investimento Anual Distritos de 2014 ao MAE	MAE finaliza PAA de 2014 incluindo o PAA dos Distritos.

	(inclui PAA no MRT)	Julho de 2013 os distritos apresentam PAA, MRT e RPT ao MAE através do DNPACE.
Melhorar a prestação de serviços a nível da Administração de subdistrito e Distrito.	Garantir a participação dos Administradores dos Subdistritos nas reuniões regulares do ASD ao nível do Distrito	Distritos têm a informação sobre as actividades do ASD nos Subdistritos. 90% do ASD de cada Distrito participam e apresentam os seus relatório nas reuniões de Distritos
	Realizar os Encontros de coordenação entre Administradores dos Distritos, ASD e Chefe do Sucos e Sectores	Distribuição de informações entre entidades no Distrito. Encontros realizados no mínimo mensalmente
	Realizar o acompanhamento das actividades de rotina da Administração dos subdistritos	100% das administrações dos Subdistritos visitadas mensalmente pela Administração do Distrito
	Preparação do Plano Acção Anual do Distrito para o ano fiscal 2014	Distritos têm o seu Plano de Acção Anual de 2014. O PAA é apresentado ao MAE no mês de Agosto de 2013
	Implementar o enquadramento de monitorização e avaliação	Distritos implementam as suas actividades / projectos/ programas com base nos planos definidos. 90% dos indicadores estabelecidos no enquadramento da M&A de PDID foram monitorizados e avaliados
Garantir a implementação de outros programas de governo	Criar comissão de desastres naturais do Distrito (formação e acção)	Resposta aos desastres naturais dadas com rapidez, eficácia e eficiência. 50% dos desastres naturais do Distrito tiveram resposta
	Formação à população sobre os desastres naturais	População (sobretudo juventude) tem conhecimento sobre os desastres naturais, 100% da população (incluindo juventude) participam na formação sobre desastres naturais
	Apoiar MSS na implementação do programa Bolsa da Mãe	Os estudantes recebem o apoio da programa bolsa da Mãe baseando aos critérios estabelecidos 90% das programas bolsa da mãe implementadas
	Apoiar o processo de pagamento aos idosos	Idosos com idades mencionados por lei recebem o pagamento que lhes é de direito
	Coordenar as actividades com Cidades Amigas	90% dos actividades das cidades amigas realizadas

Ministério do Comércio, Indústria e do Ambiente

Papel

O papel do Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente é responsabilizar pela concepção, execução, coordenação e avaliação da política definida e aprovada pelo Conselho e Ministros para as áreas das actividades económicas comerciais e industriais, sector cooperativo e ambiente.

Orçamento

O Ministério do Comércio, Indústria e do Ambiente tem um Orçamento de 16,982 milhões de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas
Ministério do Comércio, Indústria e do Ambiente (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	22,143	19,034	16,982	16,206	16,854	17,528	18,229
Recorrentes	20,598	17,972	16,639	15,849	16,483	17,142	17,828
Salários e Vencimentos	1,185	1,861	2,339	2,433	2,530	2,631	2,736
Bens e Serviços	18,647	15,011	12,300	12,376	12,871	13,386	13,921
Transferências Públicas	766	1,100	2,000	1,040	1,082	1,125	1,170
Capital	1,546	1,062	343	357	371	386	401
Capital Minor	516	748	343	357	371	386	401
Capital Desenvolvimento	1,029	314	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	8,690	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	8,690	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	22,143	27,724	16,982	16,206	16,854	17,528	18,229
Recorrentes	20,598	26,662	16,639	15,849	16,483	17,142	17,828
Capital	1,546	1,062	343	357	371	386	401

Perfil de Funcionários

O Ministério do Comércio, Indústria e do Ambiente no período de 2013/2017 tem uma estimativa de força de trabalho de cerca de 411 pessoas. Para o ano de 2013 só prevê 319 funcionários permanentes e não prevista vagas por preencher de 2012. Significa que 92 pessoas são fornecidas para o período seguinte.

MCIA											
Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministerio	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G				
Funcionarios Publicos Actuais	3	8	36	94	133	33	12	319	319	Director Geral	4
Agente da Administracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0		Inspeor Geral	3
Vagas por preencher 2012	0	0	0	0	0	0	0	0		Director Nacional	18
Nova proposta de vagas 2013/2017	4	11	26	25	24	2	0	92		Director Distrital	0
Total Força de Trabalho	7	19	62	119	157	35	12	411		Chefe Departamento	41
										Chefe Seccao	0

Plano Anual do Ministério do Comércio, Indústria e do Ambiente 2013

Desenvolver, Incentivar e Promover as Actividades Comerciais		
Protecção de consumidores	Controlo e inspecção de actividades comerciais e industriais, bem como da qualidade dos produtos consumíveis	Assegurar a concorrência leal no mercado e garantia da qualidade dos produtos (necessidades básicas)
	Controlo da quantidade de combustíveis através da calibração medidas/terra para ter uma medida justa	Garantir a quantidade de venda dos combustíveis em todas estações no território.
	Aplicação de Lei nº 4/2011 sobre crimes de açambarcamento e especulação	Redução das infracções com o objectivo de normalização de fornecimento e preço.
Normalização de preços no mercado	Intervenção no mercado quando for necessário, de acordo com o Decreto-Lei nº 28/2011, sobre o preço justo.	Redução da inflação e garantia da estabilidade preços dos produtos no mercado para assegurar o fornecimento ao público.
	Controlo de stock alimentares, materiais de construção e combustíveis no mercado	Garantir a estabilidade do stock, prevenção das manipulações de preços e esvaziamento no mercado.
	Estabelecimento do Centro de Logística Nacional	Garantir a capacidade de compra das populações e contribuir para o aceleração da implementação das infra-estruturas (um centro em Díli).
Padrão de Preço Unitário para Aprovisionamento do Estado	Actualização da Tabela de Preço	Base de standardização de preço para o processo de aprovisionamento do estado.
Dinamização das actividades económicas	Estabelecimento de uma janela única “SERVE”	Simplificação dos procedimentos de licenciamento das actividades económicas com o objectivo de apoiar o crescimento e atrair o investimento domestico e externo.
	Criação de um centro de base de dados das empresas registadas	Actualização de dados das empresas registadas a partir de ano de 2000 até à presente data: empresas nacionais: 10.608; empresas internacionais: 2.507 e empresas mistas: 2.438
Segurança Alimentar	Aquisição de produtos alimentares para a reserva nacional	Medidas preventivas de reservas alimentares nacionais para enfrentar e prevenir possíveis crises (10.000 tons de arroz importado)
	Compra do produto local	Criação e introdução dos produtos locais no mercado e aumento gradual de rendimento das comunidades rurais (arroz com casca 1000 tons, milho 250 tons, feijão 15 tons, amendoim 25 tons e soja 45 tons) em 13 distritos.
Exploração de produtos potenciais	Realização do programa: um subdistrito, um produto (USUP) orientado ao mercado	Promoção dos produtos de 65 subdistritos, criação de emprego e participação equitativa em termos de género nas actividades do programa USUP.

Desenvolvimento do Sector Industrial na introdução de novas tecnologias		
Promoção e apoio às pequenas indústrias	Identificação de indústrias potenciais	Indústria água, etanol, sal, artesanato, incluindo tais, e indústria metalúrgica.
	Prestação de apoio com máquinas e equipamentos para extracção de bens intermédios	Transformação de indústria tradicional a indústria moderna (2 empresas)
	Introdução de nova tecnologia para desenvolvimento dos produtos da indústria alimentar e diversificação dos produtos artesanais, incluindo tais.	Diversificação das variedades dos produtos (10 produtos) de acordo com a procura no mercado.
	Prestação de assistência à indústria metalúrgica, sal, etanol, alimentar e artesanal.	Melhoramento da qualidade de gestão na indústria metalúrgica, sal, etanol, artesanal e alimentar (Indústria do sal em Manatuto e Atabae, Etanol em Maubara e Laclubar, Indústria Alimentar de Baucau e Artesanato de Maubara)
Subvenções públicas	Apoio aos grupos indústrias de artesanatos e tecelagem, bordados, alfaiates, bens de consumo, mecânica, soldagem, torneamento e metalurgia	100 grupos de mulheres e 70 grupos de homens de 13 distritos recebem apoio para a criação de auto-emprego e aumento do rendimento
Incentivar o Desenvolvimento do Sector das Cooperativas		
Sustentabilidade das actividades cooperativas	Orientar os grupos para o acesso a créditos de capital	Aumento de capital de investimento a 98 grupos de cooperativas (grupos de pescadores, grupos de agricultores e horticultura, grupos de criação de animais, grupos de cooperativa de crédito e 140 micro e pequenas empresas)
	Disponibilização de um fundo para os grupos das Cooperativas através da aplicação do Regime Fiscal da Cooperativa.	Apoio financeiro aos grupos das cooperativas. 5 cooperativas de crédito e 2 cooperativas de agricultura - café (com 400 membros mulheres e 600 homens) são beneficiários directos dos fundos e vão criar 420 postos de auto-emprego.
	Constituição de Cooperativas Primárias e Secundárias	20 Cooperativas primárias e 1 Cooperativa de Produção secundária constituídas.
		20 Cooperativas de vários ramos aptas para iniciarem as suas actividades empresariais e 1 cooperativa de crédito secundária organizada, com 500 membros divididos em 200 mulheres e 300 homens.
Criação de um centro de formação e educação de cooperativas, indústria e comércio em Hera – Metinaro	Elevação das capacidades de 98 cooperativas, 250 pequena indústrias e 140 micro empresas	

	Assistência técnica no reforço da contabilidade das cooperativas	26 contabilistas (12 mulheres e 14 homens) recrutados e colocados em cada distrito (2 contabilistas em cada distrito). Melhorar a gestão da contabilidade das cooperativas (26 cooperativas)
	Realização da conferência da AG-OCPLP, em Díli, no mês de Outubro de 2013	Sucesso da conferência AG-OCPLP (8 Países).
Subvenções públicas	Apoio aos grupos de cooperativas na Reintegração, Harmonização, Estabilização e Normalização dos membros da CPD-RDTL.	18 grupos de cooperativas de produção apoiados em várias actividades. Beneficiários directos 11.000 pessoas e beneficiários indirectos 100.000.
Preservação do Meio Ambiente		
Protecção e Conservação Ambientais	Regulamentação das indústrias perigosas	Consumidores e ambiente protegidos
	Construção de tanques (fossas) sépticos	Concentração de esgotos em lugar apropriado em Tibar
	Construção da Fábrica de Reciclagem de Resíduos Sólidos e Líquidos	A fabrica de reciclagem irá transformar os resíduos em novos produtos com valor económico, incluindo o lixo de resíduos sólidos tais como latas, pilhas usadas, plásticos, garrafas e lixo doméstico, e resíduos líquidos como óleo usado. A comunidade vive no ambiente limpo e saudável
	Introdução e sensibilização da importância ambiental junto dos estudantes (currículo escolar) e da comunidade	Introduzir a noção da importância do ambiente nas escolas do ensino básico nos 13 distritos e sensibilização de todas as comunidades em Díli
	Implementação do programa de NAPA, Protocolo Montreal e Nagoya.	Prevenção das alterações climáticas
	Realização do programa de aumento das zonas verdes através de Subvenções Públicas	Apoio a 50 comunidades e grupos da sociedade civil na realização do programa de aumento das zonas verdes nas áreas críticas como Ramelau, Balibar, Comoro Mota-Ulun, Tasi-Tolu, Cristo Rei, Camea, Behau e plantação de Mangrove (Ai Parapa) nas zonas costeiras de Liquiça e Hera-Metinaro
	Proteger e Conservar a Biodiversidade Marítima: Recifes de corais, algas marinhas e plantas aquáticas exóticas, peixes de espécies raras, e outros recursos marinhos de valor económico	Garantir a gestão sustentável dos recursos ambientais de Timor Leste como fontes de recursos marítimos com valor económico e turístico. Ilha de Jaco, Atauro, recifes de corais de Behau devem ser conservadas
	Proteger e Conservar Flora e Fauna nas zonas do Parque Nacional Nino Conis Santana, de Tasi-Tolu e de Maubara	Prevenir a degradação, a devastação das florestas e a conservação das espécies de animais selvagens e o ecossistema natural.
Reforçar a capacidade institucional		
Estudos e pesquisas	Estudos de viabilidade da zona indústria de Caravela	Ter conhecimento profundo acerca do tipo de indústria ou fábrica útil para ser criada em zona industrial e para atrair e facilitar o

		investimento doméstico e externo
	Estudos de viabilidade da zona franca comercial “Ataúro”	Como base de recomendações para o estabelecimento da zona franca, incluindo aspectos positivos e negativos da zona franca comercial “Ataúro”. Informação da decisão a tomar sobre o impacto fiscal da zona
	Estudos alternativos para a substituição do consumo de lenha	Prevenção de riscos do ambiente (100 famílias irão usar bio gás)
	Estudos comparativos dos agentes económicos no exterior (Indonésia, Portugal, Austrália, Singapura, China)	Partilha de conhecimentos na Indonésia, Portugal, Austrália, Singapura, China, etc. (5 funcionários e 100 empresários)
Capacitação dos Recursos Humanos	Formação e Capacitação profissional dos Funcionários do MCIA nas áreas de: Liderança, Negociação, Estandarização de Qualidade e Metrologia, Cooperativa, Indústria, Gestão Ambientais, Inglês, Estatística e preparação da adesão de TL à ASEAN	Melhoria de capacidade dos funcionários (250 funcionários, (55% homens e 45% mulheres). 250 funcionários formadas nas áreas de: Liderança 55 pessoas, Negociação 5 pessoas, Cooperativa 30 pessoas, Estandarização de Qualidade e Metrologia 20 pessoas, Indústria 30 pessoas, Gestão Ambientais 50 pessoas, Inglês 25, Estatística 20 pessoas, Preparação da adesão de TL à ASEAN 15 pessoas
	Bolsas de Estudos para Licenciatura e Mestrado	Melhoria da prestação de serviços (1 licenciado e 2 mestrados em economia, 2 licenciados em relações internacionais e 2 mestrados em política ambiental)
Implementação do Programa de Decentralização		
Descentralização dos serviços nas regiões	Representação dos serviços do Ministério na Região I (Baucau, Viqueque e Lautem), Região II (Dili, Manatuto e Aileu), Região III (Ainaro, Manufahi e Covalima), Região IV (Maliana, Liquiça e Ermera) e na Região Autónoma de Oecusse.	Facilitação do registo de licenciamento das actividades de micro negócios
		Prestação de assistência na exploração dos produtos potenciais regionais, gestão de cooperativas e sensibilização da importância do meio ambiente
		Coordenação com as autoridades locais para identificar a necessidade que cabe à responsabilidade do MCIA
Promoção e Marketing		
Expansão do mercado	Identificar os produtos potenciais de exportação, como: Café, <i>Kami</i> , <i>Copra</i> , Amendoim, Tubérculos, Búfalo, etc.	Aumento da divisa nacional e equilíbrio de balanço comercial.
	Organização e participação nas feiras, exposições e reuniões internacionais	Criação de oportunidades no mercado (nacional e internacional)
	Difundir informações sobre actividades comerciais, industriais e cooperativas	Publicação das informações nos meios de comunicação electrónicos e imprensa

Estabelecimento de relações de cooperação internacional nos sectores de comércio, indústria, cooperativa e ambiente		
Cooperação técnica na área do comércio	Colocação de Adido Comercial	Consolidação das relações de comércio e amizade com países parceiros (Indonésia, Portugal, China)
	Assistência técnica e contribuição de quotas	Preparação para a entrada nas organizações internacionais (ASEAN, ICO, WTO, AFTA)
Cooperação técnica na área do meio ambiente	Implementar os acordos multilaterais ambientais regularmente ratificados	Actualização das convenções internacionais (Convenção RIO e VIENA)
	Participar nos encontros e conferências internacionais sobre a prevenção das alterações climáticas (COP 19)	Consciencialização global (Internacional)
Criação de Projectos Físicos		
Plano de construção de edifício MCIA	Elaboração da planta e infra-estrutura básica.	Eficiência e eficácia dos serviços (Ex. Mercado Comoro – Díli).
Facilidades e condições das actividades comerciais, industriais, cooperativas e ambientais	Construção de Mercados Municipais	Escoamento de produtos locais (3 Mercado municipais; Maliana, Manatuto, Same)
	Construção do mercado de Manleuana fase IV	Extensão do terreno e instalações
	Construção muro do edifício ambiente distrital	Conservar o património do Estado (Lautem, Same, Aileu)
	Construção Centro de Formação, Educação Cooperativa e Micro, Pequenas Empresas	Elevar a capacidade dos cooperativistas (Um centro)
	Projecto de construção Lixo Geral	Higiene e limpeza do ambiente (Lixo geral – Tibar)
	Projecto de construção de Laboratório para Medição de Combustíveis	Precisão de medidas de combustíveis (Um laboratório)
	Projecto de construção do Centro de Formação da Indústria Metalúrgica	Formação para grupos industriais (Um Centro)
	Construção do mercado e do terminal de Loes - Liquiça	Condições criadas para o movimento de actividades comerciais e terminal para transportes entre Maliana e Kupang - Dili

Ministério da Solidariedade Social

Papel

O Ministério da Solidariedade Social é o órgão central do Governo responsável por desenvolver e implementar políticas aprovadas em Conselho de Ministros nas áreas da Segurança Social, Assistência Social, Gestão de Desastres e Combatentes Nacionais. A Lei Orgânica N.º 10/2008 reforça as funções do Ministério de acordo com as suas competências, conforme definidas na sua missão e visão.

Visão – Solidariedade Social, Protecção Social e Justiça Social para todos em Timor-Leste

Missão:

- Promover a solidariedade social e a assistência para todos;
- Garantir segurança social para todos;
- Garantir justiça social e reintegração de grupos vulneráveis;
- Reconhecer e valorizar antigos Combatentes da Libertação Nacional;
- Garantir a protecção da vida humana, dos bens e do ambiente em relação a desastres;
- Desenvolver a organização através do esforço de construção institucional.

Orçamento

O Ministério da Solidariedade Social tem um Orçamento de 148,958 milhões de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas
Ministério da Solidariedade Social (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	89,796	162,028	148,958	153,570	159,713	166,101	172,745
Recorrentes	89,222	159,682	147,135	152,298	158,390	164,725	171,314
Salários e Vencimentos	1,277	1,760	1,834	1,907	1,984	2,063	2,146
Bens e Serviços	3,454	3,235	4,093	3,893	4,048	4,210	4,379
Transferências Públicas	84,491	154,687	141,208	146,498	152,357	158,452	164,790
Capital	574	2,346	1,823	1,272	1,323	1,376	1,431
Capital Minor	548	554	715	744	773	804	836
Capital Desenvolvimento	27	1,792	1,108	528	549	571	594
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	6,835	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	6,835	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	89,796	168,863	148,958	153,570	159,713	166,101	172,745
Recorrentes	89,222	166,517	147,135	152,298	158,390	164,725	171,314
Capital	574	2,346	1,823	1,272	1,323	1,376	1,431

Perfil de Funcionários

O Ministério da Solidariedade Social no período de 2013/2017 tem uma estimativa de força de trabalho de cerca de 875 pessoas. Para o ano de 2013 aloca 455 pessoas composto por 411 funcionários permanentes e 44 vagas por preencher de 2012. Significa que 420 pessoas são fornecidas para o período seguinte.

Ministerio da Solidariedade Social											
Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministerio	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G				
Funcionarios Publicos Actuais	0	4	49	45	131	120	62	411	455	Director Geral	1
Agente da Administracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0		Inspeor Geral	1
Vagas por preencher 2012	1	4	8	19	12	0	0	44		Director Nacional	8
Nova proposta de vagas 2013/2017	2	12	25	96	120	67	98	420		Director Distrital	6
Total Força de Trabalho	3	20	82	160	263	187	160	875		Chefe Departamento	53
										Chefe Seccao	0

Plano Anual do Ministério da Solidariedade Social

Desenvolvimento da Política Nacional de Assistência Social e Humanitária		
Melhorar a qualidade de serviço na Assistência social e humanitária	Socialização a nível nacional e regional	As comunidades de 6 regiões adquirem conhecimentos sobre a política de assistência social e humanitária incluindo os parceiros relevantes
Guia de gestão do armazém sobre o sistema de logística e equipamentos nos armazéns	Socialização a nível Regional (6)	18 pessoas adquirem conhecimentos sobre o sistema de gestão dos armazéns Boa gestão de 6 armazéns
Guia de Assistência alimentar, com uma linha de orientação para o bom desempenho dos funcionários de assistência humanitária	Consultar as agências relevantes	Guia de géneros alimentícios para os serviços desenvolvido, disponível para os trabalhadores
Minimizar as dificuldades de natureza alimentar das vítimas de desastres	Distribuição de géneros alimentícios às vítimas de desastres naturais	Prestadas assistência alimentar de 2000 toneladas às vítimas de desastres naturais Incremento significativo do número de vítimas de desastres que usufruem desta assistência
Construção de armazém nacional para prestar Assistência Social e Humanitária e garantir o bom armazenamento de géneros alimentícios e não alimentícios	Efectuar coordenação com as Autoridades locais e a sondagem nas localidades	Coordenação e pesquisa bem sucedida Armazéns com medidas de terreno 50m2 x 30m2 preparados
Atendimento de Transporte Funerário nos Distritos.		
Assistência às comunidades de Carro Funerário	Aquisição de carro funerário para os distritos de Lautém, Viqueque, Aileu, Ainaro, Covalima e Liquiça	Serviço de carro funerário às comunidade dos distritos a funcionar Total de carros funerários adquiridos: 6
Criar linha de orientação para o serviço de caixões	Desenvolver guia de assistência de caixões para as famílias dos defuntos	Padrão e balanço de atendimento de caixões desenvolvido Grupos vulneráveis adquirem caixões com base no padrão já disponível
Construir Mortuário para assegurar a conservação de cadáveres no processo de transporte até o funeral	Construção de mortuário	Coordenação e pesquisa realizada Números de Mortuário com Medidas do terreno 15x10m ² desenvolvidos
Garantir a protecção social aos deficientes em Timor-Leste		
Garantir a protecção social aos deficientes em Timor-Leste e apoiar ONG na implementação de	Analisar e assinar acordos	10 ONG beneficiam de apoio orçamental para acomodar os deficientes

programas de apoio aos deficientes		
Formação profissional aos deficientes e funcionários da DDI	Identificar os deficientes e o centro de formação Coordenar com a SEFOPE Assinar o contrato com o centro de formação e preparar o calendário para este efeito	Deficientes capacitados num total de 20 pessoas
Estabelecer o Conselho Nacional dos deficientes em Timor-Leste	Realizar um estudo comparativo para o estabelecimento do conselho nacional	3 Funcionários da DDI realizam estudo comparativo Conselho nacional dos deficientes criado
Promover a paz e a harmonia no seio das comunidades		
Reforçar a capacidade institucional do Governo de promover a paz e a coesão social	Recrutamento dos funcionários do Departamento para estabelecer a Paz e coesão social(DCPCS)	20 funcionários temporário recrutados como permanentes em conformidade com o número de funcionários temporários disponíveis para este efeito
Transmitir e disseminar informações às comunidades sobre o programa de construção da paz e coesão social	Comunicação e ligação com a comunidade	Comunidades compreendem a importância do seu papel na coesão social
Reforçar a capacidade dos funcionários do DCPCS para a promoção da paz e coesão social	Visita de estudo	Promover o programa do DCPCS no âmbito da construção da paz e coesão social
Capacitar a comunidade para intervir e dirimir conflitos locais	Verificar o progresso do programa e melhorar a qualidade de serviço do DCPCS no futuro e efectuar a monitorização e avaliação Formação para os líderes sobre diálogo e mediação comunitários	Quadro de seguimento e avaliação da estratégia do DCPCS Capacitados 510 líderes comunitários, 50% do sexo masculino e 50% do sexo feminino, para dirimir os conflitos emergentes no seio da comunidade Número de líderes comunitários nos distritos (% de sexo masculino e % de sexo feminino) formados pelo curso de capacitação para a resolução de conflitos
Consolidar a confiança e coesão social no seio da comunidade	Construção de infra-estruturas desportivas em Zumalai	DCPCS –MSS em coordenação com o UNDP vão construir o campo futebol multi-funções em Zumalai
Viabilizar fundos de pequena dimensão para 10 ONG locais implementarem o programa de prevenção de conflitos e construção da paz	Oferecer fundos de pequena dimensão a 10 ONG locais.	Fundos de pequena dimensão atribuídos a 10 ONG 10 ONG locais vão implementar o programa de prevenção de conflitos e consolidação da paz no seio das comunidades
Participação de mulheres no estabelecimento da paz e promoção da coesão social no seio das	Formação sobre género aos funcionários de DCPCS e & ONG	DCPCS vai facilitar formação sobre a resolução de conflitos, com uma quota de participação de 50% de mulheres

comunidades		3 formações específicas para mulheres funcionárias de DCPCS e ONG
Apoiar as crianças em risco através do fortalecimento de sistemas eficazes de acompanhamento e avaliação da protecção das crianças/Menores		
Reforçar os serviços básicos de Protecção à Criança e garantir o bem estar da criança na família	Reforçar a capacidade do OPL e da Rede de Protecção à Criança	Maior capacidade de intervenção Aumento do número registado de casos atendidos
	Consolidar a coordenação inter-agências	Protecção da criança assegurada A criança vítima de abuso é recuperada e reintegrada na família
	Expansão da Rede de Protecção à criança ao nível do Sub-Distrito	Redes de protecção coordenadas e integradas
	Desenvolvimento de estratégia para o estabelecimento da 'linha da criança' 24x7, com acesso gratuito para relatar o abuso de crianças e sistemas de alojamento propícios às crianças em todo o país.	Serviços de protecção à criança acessíveis às comunidades.
Protecção das mulheres vítimas de violência com base no género e violência doméstica		
Reforçar a expansão dos serviços de apoio às vítimas de violência com base no género e vítimas de violência doméstica, incluindo com necessidades especiais	Conduzir uma avaliação sobre o acesso aos serviços de abrigo para vítimas de VBG e DV com necessidades especiais (problemas de saúde mental e deficiência física) Plano estratégico específico (desenvolvido com base na análise) para ser implementado na futura programação	Descrições de compreensão abrangente sobre as lacunas e desafios na intervenção do programa actual são desenvolvidas e relatório de avaliação sobre as casas de abrigo Plano estratégico específico para o atendimento de pessoas com necessidades especiais desenvolvido
	Desenvolver um plano de implementação faseada para o estabelecimento de um serviço nacional de apoio telefónico para as vítimas que estão em risco de GBV ou VD.	Gradual implementação de políticas, planos e procedimentos para um serviço nacional de apoio telefónico
	Desenvolver o estabelecimento em Tibar de um Centro de formação e treino para a reinserção social de vítimas de VBG e VD e Crianças;	Existe um estabelecimento para treino e formação na área de violência doméstica e VBG
	Construir e manter um muro para proteger o estabelecimento de Tibar e fazer a manutenção da canalização de água	As vítimas de VBG e VD tem acesso a protecção
	Fazer a construção de uma mahon no Distrito Lautém	As vítimas de VBG e VD tem acesso a protecção
	Reforçar a monitorização	Monitorizar a operacionalização dos POPs e rede de encaminhamento, em 13 distritos
Reforçar o desenvolvimento e capacitação de Recursos Humanos	Formação anual de GBV; Rede de encaminhamento; recolha de dados; e gestão de casos pelos membros da Rede de encaminhamento	Maior capacidade de implementação da Lei Contra a VD e VBG e maior qualidade de prestação de serviços às vítimas

	Formação e treino dos Agentes de administração na área de gestão de casos de vítimas na área de: a) POP para a Rede de encaminhamento; b) Recolha e gestão de dados; c) Gestão de casos e d) Intervenção multi-sectorial	Os agentes de Administração recentemente recrutados completam 8 dias consecutivos de formação e treino
	Formação e treino aos gestores das casas de abrigo para assegurar responsabilização e sustentabilidade dos programas	Directores das casas de abrigo recebem formação de 2 dias consecutivos sobre Manual Operacional das casas de abrigo. Casas de abrigo que beneficiam de formação: FOKUPERS, Casa Vida, Holly Spirit Salele, Luzeiro, Uma Paz, Centro Miguel Magoni;-FCJ e Fórum Peduli Wanita Oecusse
Reforçar a capacidade da Rede de encaminhamento para melhorar a qualidade de prestação de serviço às vítimas de VBG e VD	Fornecer assistência social às vítimas que se encontram em casa de amigos ou parentes	Registo de casos
Reforço institucional e Enquadramento legal	Redacção de legislação necessária à regulamentação da lei da violência doméstica, incluindo casas de abrigo e medidas para a reinserção social da vítima	Decreto Lei sobre a reinserção social de vítimas de VBG e de VD Decreto Lei sobre a construção e a gestão de casas de abrigo Decreto Lei sobre a manutenção de vítimas de acordo com a LCVD artigo 32
Apoiar as famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social na educação e saúde de seus filhos menores através da implementação do Decreto Lei Bolsa da Mãe que regula o Programa de Transferência de Renda Condicional		
Promover o acesso de família monoparentais vulneráveis ao programa Bolsa da mãe	Disseminação de Informação sobre processo de Registo ou enquadramento de famílias	Famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade têm acesso ao subsídio pecuniário para apoiar a educação e saúde dos seus filhos menores Número de famílias a beneficiar do subsídio
	Registo de famílias em 65 sub-distritos	Desenvolvida a base de dados dos beneficiários
	Preenchimento dos dados das famílias registadas através do Sistema “Online” nos 13 Distritos através da análise de dados a nível nacional, atendimento de reclamações e monitorização de entrada de dados	Desenvolvido um sistema transparente de selecção dos beneficiários para o programa
Apoiar as famílias ou indivíduos em circunstâncias vulneráveis		
Assegurar o fornecimento de apoios imediatos a famílias ou indivíduos com problemas sociais específicos	Desenvolver programas de atendimento e de fornecimento de apoio imediato para famílias ou indivíduos em circunstâncias ou que enfrentam situações específicas de vulnerabilidade pontual (casos pontuais)	Famílias ou indivíduos atendidos, encaminhados e integrados noutros programas sociais com sustentabilidade Número de casos registados e relatório de atendimento
	Estabelecer critérios e sistema de atendimento	Processo de atendimento estabelecido com base nos critérios definidos

Assegurar apoio social aos pacientes vulneráveis evacuados dos hospitais distritais ao hospital Nacional Guido Valadares.	Desenvolver um acordo de cooperação com o Hospital Nacional Guido Valadares e o Hospital do Bairro Pite	Atendimento social imediato aos pacientes vulneráveis assegurado
Apoiar a reinserção social de prisioneiros na família e na comunidade após o cumprimento da pena		
Assegurar a reinserção social dos prisioneiros após o cumprimento de pena	Desenvolver um plano estratégico para a implementação do Memorando de Entendimento entre MSS e MdJ assinado em 2012	Boa coordenação e cooperação entre o Ministério da Justiça e o MSS para assegurar a reintegração dos prisioneiros nas suas famílias
Assegurar a operacionalização dos serviços e a implementação dos programas de reinserção social		
Consolidar a Política de Apoio às Instituições de Solidariedade Social	Desenvolver uma definição padrão sobre o tipo de respostas sociais	Respostas sociais beneficiam os beneficiários
	Desenvolver regulamentos sobre o registo e licenciamento das instituições de Solidariedade Social;	Todas as instituições estão organizadas e funcionam de acordo com os procedimentos e políticas
	Estabelecer acordos e protocolos de cooperação	Consolidar o serviço de parceria entre o MSS e as Instituições
Valorização e reconhecimento dos Combatentes e Mártires da Libertação Nacional.		
Reconhecimento e valorização dos CLN	Continuação da divulgação e processamento do registo de 2009 e processo de pagamento das pensões	CLN e familiares dos Mártires registados podem completar e corrigir os seus dados Nº de registos de 2009 que tenham acesso à informação para poder corrigir os seus dados
	Validação dos dados do II registo de 2009	Validação de pelo menos 75% da população registada
	Continuação do pagamento de pensões aos CLN e familiares dos Mártires	Pagamento das respectivas pensões a todos os beneficiários que cumpram os critérios Nº de beneficiários em pagamento
	Identificação dos CLN e Mártires da Libertação Nacional a condecorar	Identificação de 100% dos CLN a condecorar Nº de CLN e Mártires condecorados
	Cerimónia de condecoração	Realização das cerimónias de condecorações Nº de condecorados e nº de CLN que tiveram acesso a respectiva medalha
	Preparação dos talhões para colocação das campas fúnebres	Realização dos talões de campas em todos os 13 distritos Nº de talhões/campas construídas

	Cerimónias fúnebres para os restos mortais e Recolha de restos mortais	Realização de cerimónias em todos os distritos Nº de restos mortais sepultados
Protecção do futuro dos filhos dos Mártires da Libertação Nacional	Atribuição de bolsas de estudo para os filhos dos Mártires da Libertação Nacional	Atribuição de bolsas aos filhos dos Mártires/CLN falecidos que cumpram os critérios Nº de bolsas atribuídas
Divulgação Estatuto dos CLN	Socialização da mudança do Estatuto dos CLN	Facilitação da explicação da Lei para a população em todos os Sub-Distritos Nº de pessoas que obtiveram informação sobre a mudança da Lei
Preservação da História da Resistência	Continuação da identificação dos locais históricos em todo o território nacional	Entrevistas a 25 % dos autores da resistência Nº de autores entrevistados
	Finalização dos símbolos identificativos de cada monumento e suas ornamentações	Definir 20 símbolos e colocação do nome dos mártires nos 20 monumentos a concluir nesses 20 Sub-Distritos Nº de monumentos concluídos
	Operacionalização do Museu da Resistência	Comunidade informada acerca do Museu Número de visitantes do Museu
Reconhecimento de Honra e reintegração na comunidade dos Ex-FALINTIL	2ª Cerimónia de Desmobilização	Realização da cerimónia Nº de Ex-FALINTIL desmobilizados
Melhoramento da qualidade da implementação e a segurança da instituição	Adaptação do sistema informático aos funcionários de atendimento ao público	Formação de todos os funcionários de atendimento ao público e melhoramento/ajustamento do sistema informático Nº de funcionários formados e avaliação do atendimento através dos beneficiários atendidos
Concelho dos Combatentes da Libertação Nacional	Criação do Concelho Nacional dos CLN	Criação do Concelho Nacional dos CLN conforme a aprovação da Lei Nº de membros constituintes no CCLN
Assegurar a provisão de Sistema de Segurança Social aos cidadãos Timor-Leste		
Assegurar a Implementação da Lei e DL do Regime Transitório da Segurança Social em vigor	Proceder à implementação dos procedimentos administrativos	Resposta aos pedidos dos benefícios dada, processado cerca de 1823 processos
	Instalar um sistema de base de dados de registo do processos dos beneficiários	Número de dados dos beneficiários inseridos, processados e assegurados Sistema de base de dados estabelecido

Apresentação do esboço da Lei do Regime Contributivo definitivo da Segurança Social	Elaborar e entregar a proposta de Lei acompanhada com o respectivo relatório técnico de fundamentação e estudos	Aprovação da Proposta de Lei e regras para o sistema definitivo discutidas e para consulta Realização de consulta ao sector público e privado
Propor uma Legislação específica sobre as contribuições Sociais com vista ao financiamento do sistema	Elaborar e submeter para apreciação e aprovação pelo Governo	Edificação de uma fonte de financiamento próprio para a sustentabilidade do sistema, através de contribuições de 27000 contribuintes do sector público
Desenvolver esquemas para implementação da Lei, estabelecendo regulamentos, programas e padrões	Promover reuniões entre ministérios e secretarias de Estado relevantes e parceiros sociais para a implementação da Lei, regulamentos, programas e padrões do Sistema da Segurança Social	Procedimentos para a implementação da Lei de Segurança Social definidos Nº das reuniões das reuniões realizadas
		Manual de Procedimentos aprovado
Promover a qualificação dos recursos humanos (M/H).	Promover Formação operacional para todo o processo inerente ao pagamento de pensões e registo de informações da segurança social	Aumento dos conhecimentos e competências dos funcionários através de formação com vista a dar uma resposta eficaz aos beneficiários /contribuintes 40 horas de Formação dada aos funcionários Avaliação das competências adquiridas pelos funcionários
Garantir um Sistema de Segurança Social Não Contributivo aos cidadãos em situações de maior vulnerabilidade em Timor-Leste		
Avaliar os resultados da implementação do SAI	Realização de estudos sobre o impacto do programa no que respeita à diminuição da pobreza	Apresentação de Relatórios e estudos
	Elaboração do quadro de monitorização e avaliação do programa	Implementação do mecanismo de M&A, tendo em conta os critérios de avaliação definidos incluindo avaliação de resultados % Beneficiários avaliados segundo os critérios definidos para o benefício
Melhorar os procedimentos para garantir maior eficiência do processo	Realizar a verificação da base de dados da DNSS	Verificação e actualização da base de dados da DNSS realizada Maior conformidade entre dados do STAE e Lista de Pagamentos da DNSS Nº de situações corrigidas % de diferença entre dados STAE/CENSOS e listas de pagamento
	Desenvolver critérios de elegibilidade rigorosos e pré-definido na atribuição do SAI	Critérios disseminados Atribuição do SAI cumprindo os requisitos com maior justiça e equidade no acesso Número dos beneficiários identificados e elegíveis para os benefícios
	Revisão do Manual de Procedimentos	Simplificação processual, % de Variação face ao ano anterior

	Desenhar um <i>Website</i> para disponibilizar a informação aos interessados	Acesso de informação nos Centros Distritais e rede de sistemas estabelecidos nos 6 Centros Distritais
Desenvolvimento do sistema de pagamentos de benefícios	Estabelecer acordo com Instituição Bancária para o Processo	Criação de 7 unidades de pagamento móvel Nº de Unidades a realizar pagamentos 100% dos pagamentos realizados dos por conta bancário
Melhorar as capacidades para implementação do Programa	Promover Formação operacional sobre todo o processo inerente ao pagamento de pensões e registo de informações na segurança social	Aumento dos conhecimentos e competências dos funcionários através de formação com vista a dar uma resposta eficaz aos beneficiários /contribuintes 40 horas de Formação dada aos funcionários Avaliação das competências adquiridas pelos funcionários.
Prevenção de Riscos de Desastres eficaz que garanta a preparação para desastres minimizando o impacto nas vidas e propriedades		
Consolidar o enquadramento legal de programas e capacidades para a prevenção, preparação e gestão de riscos de Desastres	Reforçar o Centro de operação de Desastres (DOC).	Bom funcionamento do DOC Nacional e DDOC Distrital, incluindo a facilidade de comunicação do NDOC e DDOC, nomeadamente rádio VHF, fax e internet
	Disseminação SOPs para operação DOC	Para a compreensão dos Ministérios relevantes no procedimento de comunicação, coordenação e cooperação Disseminação junto de 150 representantes dos ministérios relevantes, sendo 60% de sexo masculino e 40% de sexo feminino
	Pesquisa de conhecimento local sobre a gestão de Riscos de Desastres para produzir materiais de educação e sensibilização nas escolas e comunidades.	Estudantes do Ensino Primário/ Secundário e comunidades possam usar o conhecimento local para a prevenção de risco de desastres DNGD informada sobre o conhecimento tradicional proveniente de 2 distritos como um programa piloto
Apoio às comunidades para melhor se prepararem para a resolução de problemas próprios no âmbito dos desastres como também de grupos vulneráveis e protecção ambiental		
Estabelecer e consolidar o sistema de apoio de respostas e recuperação de desastres	Coordenação, monitorização, levantamento de dados e compra de géneros alimentícios e não alimentícios para a distribuição a título humanitário às vítimas de desastres naturais	Minimizar o sofrimento das vítimas de desastres naturais dando um melhor atendimento na respostas de emergência através de 5,000 chefes de família
	Implementação e monitorização de actividades de recuperação de casas de vítimas de desastres naturais	Vítimas de desastres naturais recebem material de construção, fundos para a compra de madeiras e mão-de-obra para reabilitar as suas casas Apoio previsto para 2,500 chefes da família afectados por desastres naturais

	Reforçar a capacidade da Comissão de gestão de Desastres Distritais/DDMC na preparação e resposta a desastres	DDMC têm recursos financeiros suficientes para responder às necessidades das vítimas de desastres com o mais celeridade possível através de DMC/Direcção Distrital
	Avaliação e Monitorização do programa de recuperação efectivo das vítimas de desastres	Realizada a monitorização do apoio aos chefes de família que receberam material de construção, previsto para um total de 3000 chefes de família
	Capacitação aos Membros da Comissão de Gestão de Distrito (DDMC)	Os membros de DDMC e autoridades locais adquirem conhecimentos sobre avaliação rápida: capacitação orientado para 400 membros da DDMC, autoridades locais e sociedade civil 60% são de sexo masculino e 40% de sexo feminino
Prevenção e Mitigação nas áreas de risco de desastres	Mecanismos de mitigação do risco de desastres nas áreas abrangidas visam normalizar o fluxo das águas da ribeira, fazer limpeza nos esgotos /valetas	Espera-se que a comunidade abrangida pelo risco de desastres esteja livre/protegida das cheias, comunidades de 15 sucos mais preparadas para o risco de desastres
Desenvolver a capacidade organizacional para assegurar a qualidade de serviço em função das expectativas das comunidades		
Estabelecer a capacidade organizacional para assegurar o serviço de atendimento com qualidade	Participação nos colóquios, seminários, conferências e encontros regionais e internacionais nomeadamente: ARF, ADPC-RCC, IOC-IOTWS, etc.	4 Funcionários de DNGD 1 Funcionário de ARF 2 Funcionários de ADPC-RCC 2 Funcionários de IOC-IOTWS
	Estudo comparativo sobre o programa de gestão de Riscos de Desastres, Emergências e Recuperação	12 Funcionários da DNGD/Direcção Distrital obtêm conhecimentos profundos no programa de Gestão de Risco de Desastres, Emergências e Recuperação, incluindo sobre mecanismo/procedimentos usados na Indonésia.
Garantir um ambiente de serviço transparente com responsabilidade no MSS para estabelecer o processo de inspecção e auditoria segundo os trâmites legais disponíveis		
Estabelecer e manter o procedimento de inspecção e auditoria adequadas no MSS	Desenvolver, Disseminar programas de inspecção e auditoria	100 funcionários do MSS, 40% mulheres, participam na actividades de disseminação a nível Central, Distrital sobre inspecção e auditoria
	Coordenação, monitorização, inspecção e auditoria nas áreas relevantes dos serviços do Ministério	Assegurar a transparência e responsabilização no funcionamento dos serviços de funcionários para benefício da sociedade civil
Criação capacidade de Inspeção e Auditoria		
Desenvolver a capacidade institucional em inspecções e auditorias para desenvolver seus próprios sistemas e procedimentos	Formação na área de gestão administrativa, língua, gestão, finanças e informática	Ao todo 7 funcionários de GIA, 4 de sexo masculino e 3 feminino, adquirem conhecimentos para melhorar o atendimento ao público
	Elevar a capacidade dos funcionários na área de inspecção e auditoria	Ao todo 7 funcionários de GIA adquirem conhecimentos aprofundados para realizar serviços de inspecção e auditoria

	Atribuição de bolsas de estudo aos funcionários de GIA	2 funcionários de GIA recebem bolsa de estudo para formação a nível de mestrado na área de inspecção e auditoria
Garantir o desenvolvimento organizacional para haver mudanças na estrutura, sistema, tecnologia, cultura de serviço e construção institucional		
Estabelecer Procedimentos para apoiar os serviços de atendimento interno a nível Nacional	Desenvolver as Capacidades dos funcionários de finanças através de formação nas áreas de contabilidade e gestão financeira	Funcionários com capacidades reforçadas para gerir a execução do orçamento com eficiência
	Aumentar as Capacidades dos funcionários de Finanças nas áreas de informática, incluindo o programa Excel	Funcionários com capacidades reforçadas para operar o programa de Excel com êxito
	Aumento do nível de habilitação académica nas áreas específicas, no País e no exterior, nomeadamente nas licenciaturas, mestrados e doutoramentos	6 funcionários elevaram os seus níveis de habilitação literária
	Realização de estudos comparativos, incluindo programas de intercâmbio entre países	10 Funcionários realizaram experiências de trabalho de modo a melhorar os seus serviços
Estabelecer procedimentos para apoiar os serviços de atendimento no MSS	Desenvolver e implementar um melhor manual de IT com eficiência	Sistema de IT integrado MSS Estabelecido o manual de IT no MSS Estabelecida linha internet nos 6 centros regionais incluindo a criação de sistema base de dados a fim de regular os utentes ou utilizadores internet
	Realização <i>workshop</i> sobre “utilização da internet como meio de comunicação social”.	200 Funcionários participam na formação. (M 127 pessoas e F 73 pessoas) Números dos funcionários capacitados
	Garantir os serviços de IT com eficácia no MSS através de recrutamento	9 Funcionários de IT recrutados/vagas IT preenchidas Utilizadores recebem atendimento máximo dos técnicos IT Números dos técnicos recrutados Números de vagas preenchidas
	Gestão e apoio alargado das Tecnologias de Informação às funções do MSS	Sistema actualizado Todas as direcções têm acesso aos serviços do MSS
	Reforçar o sistema de serviço de comunicação e Publicação através de recrutamento	2 Funcionários recrutados e vagas preenchidas
	Garantir a disseminação de informação adequada ou actividades relevantes sobre o papel do MSS nas áreas remotas	Informação e actividades foram disseminadas através de Boletim, Brochuras, Televisão, Rádio e Jornais. Foram produzidos 3 boletins, 10 brochuras e livrinhos de lei. Programa de televisão emitido 4 vezes, de rádio emitido 4 vezes e

		publicações em jornais.
	Desenvolver a política sobre publicação nos media	Elaborada e aprovada Implementada conforme os procedimentos estabelecidos
Garantir o apoio logístico eficaz e eficiente a todas as unidades de trabalho do MSS a nível nacional e distrital	Desenvolver os procedimentos (SOPS) sobre a implementação do sistema logístico conforme o decreto-lei N°. 13/2009, artigo 14	Fácil e efectivo acesso aos mecanismos e procedimentos dos serviços logísticos Preparados os procedimentos de operação padronizados
Reforçar a política de aprovisionamento	Formação sobre utilização do sistema <i>FreeBalance</i> aos funcionários do Aprovisionamento	3 Funcionários participam na formação do sistema <i>FreeBalance</i>
Transformar o Departamento de Recursos Humanos em Direcção Nacional		
Orientar as Direcções no processo e instrumento de Planeamento para força de Serviço (PFdS)	Manter apoio técnico permanente para assistir RH no desenvolvimento cultural PFdS	Desenvolver a capacidade de liderança e gestão para completar o planeamento estratégico do PFdS, melhorando assim o atendimento de serviço Facilitar o plano e processo do MSS para institucionalizar o planeamento de PFdS
	Dirigir 2 dias de workshop no Ministério sobre a orientação de gestão no MSS e posição de liderança ao PFdS	Gestores compreendem os princípios de PFdS e lacunas que precisam de ser preenchidas no âmbito da sua unidade com pareceres estratégicos que se relacionam com PFdS Os gestores vão desenvolver o processo de planeamento de PFdS no âmbito da sua unidade
	Utilização do PFdS pelos gestores para elaborar o mapa de pessoal de 2014, para identificação de vagas e desenho dos planos de recrutamento	Os gestores vão usar PFdS para justificar o mapa de pessoal e necessidades de vagas Unidade do mapa de pessoal têm o apoio de: Justificação de nova posição, Orçamento, ToR (Descrição de tarefas) e Plano de Recrutamento
Facilitar um melhor desempenho dos funcionários	Assistir a DN a desenvolver clara e resumidamente a descrição de trabalho dos funcionários	Directores e funcionários com competências que sirvam de barómetro para a avaliação do seu desempenho 40% dos funcionários têm descrição das suas tarefas bem definidas Os que exercem cargo de direcção vão participar nos workshops sobre o desenvolvimento de descrição de tarefas

	Assistir a DN e Administradores dos Distritos na avaliação das competências dos funcionários	Mecanismos de avaliação de desempenho honesta e justificada Variação em AD, ninguém é avaliado com “BOM e MUITO BOM” Identificação da formação e desenvolvimento de necessidades
	Implementação da avaliação de desempenho pelos directores visando identificar a necessidade de formação para os funcionários avaliados	Programa de formação desenvolvido de acordo com os resultados de avaliação O plano de formação tem nexos de ligação com a AD e prioridades da organização, dos parceiros e do INAP, inclusive o estágio em RH
Melhorar a acção de responsabilidade anual de RH segundo calendário e Decreto lei	Política de gestão de transferência	O MSS acata os requisitos legais no âmbito de transferência dos seus funcionários, realizando-a de forma transparente, equitativo segundo os trâmites legais, utilizando o fundo do MSS para as actividades de força de trabalho e bens consumíveis
	Monitorizar o sucesso dos funcionários de RH alcançado através de Plano Anual de RH	Relatar as boas mudanças disponíveis através de pesquisas da linha de base de competência, inserindo o estatuto no relatório anual
Criação e organização das equipas dos Serviços de Atendimento Social para apoiar, prioritariamente, os indivíduos e as famílias em situação de vulnerabilidade e emergências sociais (Serviços de Atendimento Social)		
Implementar o Serviço de Atendimento Social no Centro Distrital de Díli	Formação contínua à Equipa sobre os programas disponíveis, procedimentos do Serviço e instrumentos de trabalho na área da intervenção social	Acessibilidade da população de Díli ao atendimento social, no segundo semestre
	Formação em contexto de trabalho com a Equipa do SAS	Equipa capacitada para o SAS, até ao final do primeiro semestre
Capacitar os coordenadores dos SAS de conhecimentos técnicos na área da intervenção social	Criação de procedimentos para a descentralização dos programas para o SAS de Díli	Descentralização do atendimento social para o nível local
	Deslocação dos Coordenadores dos SAS de todas as Delegações Territoriais a Díli	Apoio Técnico aos Coordenadores 2x/mês, durante os três últimos trimestres
	Formação em liderança	Liderança por parte dos coordenadores dos SAS às Equipas Técnicas (Técnicos Sociais), durante o segundo semestre
	Reuniões de Estudo de Caso	Trabalho articulado e inter-ministerial, durante o segundo semestre; adopção de estratégias de intervenção social, durante o segundo semestre
Reforçar o desenvolvimento dos SAS em todos os territórios	Reajustamento de procedimentos, se necessário;	Famílias consideradas numa perspectiva do modelo sistémico na intervenção social, até ao final do ano Melhoria do trabalho dos SAS, ao longo do ano; Estratégias de intervenção delineadas para a não dependência de

		programas e de apoios, no final do ano
	Descentralização, progressiva de programas e apoios do MSS ao nível local, do serviço	Acesso dos SAS a toda a população, no segundo semestre; Grupos vulneráveis são atendidos e são acompanhados, no segundo semestre;
	Adequar procedimentos para acompanhar a descentralização, progressiva para o Ministério da Administração Estatal ; (actividade dependente do MAE)	Conformidade com as orientações e acções do MAE, de acordo com os prazos estabelecidos; Maior proximidade dos serviços aos grupos vulneráveis, de acordo com os prazos possíveis;
	Avaliação dos SAS;	Melhoria do trabalho dos SAS, numa perspectiva de continuidade;
Apoio e cooperação institucional		
Dotar o MSS de Recursos Humanos capacitados	Constituição de uma equipa central dedicada a este programa	Disponibilidade total de 4 funcionários dos Serviços Centrais do MSS conseguida até ao final do primeiro trimestre e garantida até ao final do ano
	Constituição de uma equipa descentralizada dedicada a este programa	Disponibilidade (preferencialmente) total de 13 funcionários do MSS distribuídos por todos os distritos conseguida até ao final do primeiro trimestre e garantida até ao final do ano
	Capacitação das equipas com competências básicas (formações organizadas de acordo com os respectivos conteúdos e de acordo com factores geográficos)	Todos os elementos envolvidos no programa são capazes de participar activamente, respondendo às necessidades e contribuindo para a evolução e expansão do programa (resultado conseguido até ao final do ano por passos graduais)
	Capacitação das equipas com competências funcionais ao nível de: - tipologias de respostas sociais; - processos e instrumentos a adoptar; - critérios definidos; - papéis a desempenhar por todas as partes. (formações organizadas de acordo com os respectivos conteúdos e	Elementos envolvidos no programa capazes de participar activamente, respondendo às suas necessidades específicas com correcção e contribuindo para a evolução e adequação de métodos e instrumentos (resultado conseguido até ao final do ano por passos graduais)
Definir critérios, processos e tipologias de respostas sociais	Encontros internos para definição de tipologias de respostas sociais apoiadas pelo MSS	Tipologias de respostas sociais apoiadas por este programa, considerando factores sociais e políticos, clara e sistematicamente definidas (conseguido até ao final do primeiro semestre)
Fortalecer as relações e a cooperação com os outros órgãos governamentais	Socialização dos representantes e funcionários das ISS e ONG relevantes sobre as novas políticas do MSS, fases e respectivos	Melhoria nas relações e funcionamento dos processos que providenciam as respostas sociais aos beneficiários, permitindo, até ao final do ano, que

e não governamentais	períodos, mudanças significativas nos processos, critérios e direitos e deveres das partes	todas as mudanças sejam conhecidas, discutidas e aceites pelas instituições da sociedade civil que prosseguem objectivos de solidariedade social
Garantir o apoio de um sistema administrativo interno eficiente nos distritos, regiões e municípios		
Planear e preparar a descentralização para acesso a todas as localidades nas áreas rurais	Trabalhar em parceria com MAE para identificar as prioridades a decidir, por forma a transferir o poder às municipalidades em função da política de descentralização do poder	Reforçar o serviço de descentralização do poder ao governo local e convocar reuniões regulares e semestrais com as autoridades locais
	Efectuar recrutamento aos funcionários distritais	Recursos humanos (42 pessoas recrutadas) e materiais prontos para uma boa administração com vista à gestão do processo de descentralização do poder para o Governo local
Estabelecer o processo de desenvolvimento organizacional	Reforçar a continuação do desenvolvimento da política, do programa, da rede e monitorização dos serviços do MSS e dos os serviços de apoio às municipalidades como modalidades de implementação do plano de acção anual Transferência de conhecimentos sobre o planeamento e orçamento por cada trimestre	Efectuar a monitorização e avaliação da implementação dos serviços relacionados com os assuntos dos Veteranos, Assistência Social, Segurança Social, Desastres Naturais e Reinserção Social para assegurar os serviços do MSS a nível Distrital, dos Sub-distritos e dos Sucos Funcionários prontos para executar os serviços

Ministério das Obras Públicas

Papel

O Ministério das Obras Públicas (MOP) é a entidade central do Governo responsável por desenvolver, executar, coordenar e avaliar políticas definidas e aprovadas em Conselho de Ministros para as áreas das obras públicas, urbanização, distribuição de água, saneamento e electricidade.

Para concretizar a sua missão o MOP irá implementar as seguintes actividades:

- Propor políticas e desenvolver propostas de normas necessárias para a sua área de trabalho;
- Garantir a implementação e a execução do quadro legal, bem como regular todas as outras actividades relacionadas com o Ministério;
- Coordenar e promover a gestão, manutenção e modernização de infra-estruturas rodoviárias;
- Propor e executar políticas e directivas do Ministério nas áreas de urbanização, infra-estruturas, redes rodoviárias, edifícios, habitação e obras públicas;
- Criar e implementar um quadro legal e regular as actividades de construção civil, incluindo a aprovação de licenças e a investigação de materiais de construção;
- Estudar e executar projectos relacionados com trabalhos de protecção, conservação e reparação de pontes, estradas e linhas costeiras (margens de rios e do mar), controlando em especial a subida do nível das águas;
- Promover estudos e implementar um novo sistema de redes de infra-estruturas em termos de distribuição de água e fornecimento de electricidade, incluindo saneamento básico, e monitorizar o seu funcionamento e exploração, tendo presente que este novo sistema irá afectar as restantes organizações nesta área;
- Promover a implementação de trabalhos de construção civil, manutenção e reparação de edifícios públicos, monumentos e instalações especiais;
- Promover a adopção de normas e regulações éticas relativamente a todos os materiais usados na construção civil, bem como desenvolver testes de laboratório para garantir a segurança das construções;

- Aprovação de licenças e monitorização de todas as construções urbanas, em particular no que se refere a entidades públicas ou autónomas, de acordo com legislação aplicável;
- Manter e desenvolver um sistema nacional de informação e supervisão em relação à condição dos trabalhos, sobretudo no que diz respeito a materiais para a construção civil, incluindo os seus impactos sobre as infra-estruturas aquando da subida das águas;
- Preparar e desenvolver, em cooperação com outras obras públicas, a implementação de um plano de auto-estradas em todo o território nacional e de outro planeamento urbano a nível nacional;
- Desenvolver e regular actividades de comunicação, bem como otimizar meios de comunicação;
- Garantir a coordenação no sector dos transportes e estimular os papéis complementares de todos os tipos de transportes, bem como estimular a concorrência entre todos estes meios de transporte, com o objectivo final de satisfazer os utentes;
- Gerir o uso de equipamentos e de maquinaria de grande dimensão;
- Garantir a coordenação no sector da energia e desenvolver o quadro legal e normas relativamente às actividades dos recursos energéticos;
- Desenvolver estudos relativos a capacitação sobre recursos energéticos e energias alternativas;
- Desenvolver um sistema visando os recursos operacionais e energéticos;
- Estabelecer colaboração e coordenação com outras entidades governamentais responsáveis por áreas interligadas;
- Implementar outras funções necessárias de modo a cumprir os objectivos do Ministério.

Com base na Estrutura Orgânica do V Governo Constitucional, o Ministério das Obras Públicas é composto pelas seguintes Secretarias de Estado:

1. Secretaria de Estado das Obras Públicas;
2. Secretaria de Estado da Electricidade;
3. Secretaria de Estado da Água, Saneamento e Urbanização;

Para podermos desenvolver o nosso País e estabelecer uma economia moderna e produtiva, bem como para criar emprego, precisamos construir infra-estruturas básicas e produtivas. Em face das nossas necessidades, a dimensão e custos das infra-estruturas serão consideráveis. Deste modo o MOP irá planear cuidadosamente os seus programas para 2013 com pressupostos e medições realistas, a fim de os poder implementar com sucesso.

Orçamento

O Ministério das Obras Públicas tem um Orçamento de 190,821 milhões de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas
Ministério das Obras Públicas (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	97,911	152,087	190,821	200,534	208,555	216,897	225,573
Recorrentes	70,527	120,806	133,245	156,255	162,505	169,005	175,765
Salários e Vencimentos	3,693	5,383	6,441	6,699	6,967	7,245	7,535
Bens e Serviços	64,729	113,566	120,804	143,316	149,049	155,011	161,211
Transferências Públicas	2,106	1,857	6,000	6,240	6,490	6,749	7,019
Capital	27,384	31,281	57,576	44,279	46,050	47,892	49,808
Capital Minor	424	2,629	11,076	11,519	11,980	12,459	12,957
Capital Desenvolvimento	26,959	28,652	46,500	32,760	34,070	35,433	36,851
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	97,911	152,087	190,821	200,534	208,555	216,897	225,573
Recorrentes	70,527	120,806	133,245	156,255	162,505	169,005	175,765
Capital	27,384	31,281	57,576	44,279	46,050	47,892	49,808

Perfil de Funcionários

O Ministério das Obras Públicas no período de 2013/2017 tem uma estimativa de força de trabalho de cerca de 2133 pessoas. Para o ano de 2013 aloca 1703 pessoas, composto por 1255 funcionários permanentes, 200 agentes administração pública e 248 vagas por preencher de 2012. Significa que 430 pessoas são fornecidas para o período seguinte.

MOP											
Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministerio	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G				
Funcionarios Publicos Actuais	3	14	84	218	360	409	167	1255	1703	Director Geral	4
Agente da Admnistracao Publica	0	0	4	3	193	0	0	200		Inspeor Geral	0
Vagas por preencher 2012	0	4	17	37	160	30	0	248		Director Nacional	24
Nova proposta de vagas 2013/2017	8	32	45	180	150	14	1	430		Director Distrital	27
Total Força de Trabalho	11	50	150	438	863	453	168	2133		Chefe Departamento	93
										Chefe Seccao	103

Plano Anual do Ministério das Obras Públicas para 2013

Manter a condição da superfície de estradas para o acesso rodoviário		
Assegurar a condição das estradas com manutenção regular;	Serviços de manutenção regular de estradas em 13 distritos; (LM)	2,396.40 km de estradas conservados regularmente Garantida a segurança aos utentes
Assegurar a condição das estradas com manutenção periódica;	Serviços de manutenção periódica de estradas em 13 distritos; (LM)	23.25 km de estradas conservados periodicamente Garantida a segurança aos utentes
Assegurar a superfície das estradas;	Satisfizer as necessidades de asfalto para os serviços de conservação da superfície das estradas; (LM)	Percentagem de estradas conservadas Garantida a segurança aos utentes
Recuperar a condição das estradas;	Serviço de resposta à emergência em todo o território	Percentagem de estradas recuperadas Garantida a segurança aos utentes durante a viagem
Assegurar a rede rodoviária para suportar movimentos de população em Timor-Leste		
Assegurar a condição da estrutura das estradas rurais	Serviços de reabilitação de estradas rurais em 13 distritos	93.10 km de estradas rurais reabilitadas Garantida a segurança aos utentes durante a viagem
Assegurar a condição da estrutura estradas urbanas	Serviços de reabilitação de estradas urbanas na cidade Díli	20 km estradas urbanas reabilitadas Garantida a segurança aos utentes durante a viagem
Assegurar a condição de drenagem	Serviços da reabilitação de drenagem em Díli	Percentagem de drenagem reabilitada Estrutura das estradas protegida
Assegurar a condição da estrutura de estradas nacionais	Serviços de reabilitação de estradas nacionais no território (Fundo Infra-Estruturas)	221.20 km de estradas nacionais reabilitadas Garantida a segurança aos utentes durante a viagem
Assegurar a condição da estrutura de estradas regionais	Serviços de reabilitação de estradas regionais no território (Fundo Infra-Estruturas)	88.20 km de estradas regionais reabilitadas Garantida a segurança aos utentes durante a viagem
Assegurar a condição da estrutura das pontes;	Serviços de construção de pontes; (Fundo Infra-Estruturas)	Início da construção de 2 pontes 1 ponte de 20 metros construída
Tomar medidas preventivas de controlo de cheias e erosão e prevenir estragos de infra-estruturas das propriedades económicas		
Controlo a inundação e prevenir os estragos causados pelas ribeiras	Serviços de controlo de cheias para proteger as estradas e pontes em 13 distritos (Fundo Infra-Estruturas)	Percentagem do muro de contenção de águas construída Muro de contenção de águas em 32 ribeiras construídos e protegidos
Estabelecer o planeamento urbano e sectorial a nível nacional e distrital		
Legislação Nacional de Ordenamento do Território	Preparar a Legislação do Plano Espacial	Reforçar o Plano Espacial no presente e no futuro
Prever planeamento espacial urbanístico para todo o território	Identificar e realizar as actividades de Planeamento Nacional Espacial (<i>National Spacial Planning</i>)	Actividades de Planeamento Nacional Espacial (<i>National Spacial Planning</i>) identificadas e realizadas
Formulação do Programa	Inquérito, consulta e workshop	Fornecer orientação para o plano espacial territorial, obter formulação para o

Nacional Habitacional		Plano de Habitação Nacional e definir sectores potenciais para o desenvolvimento e Plano Nacional das linhas rodoviárias
Processo de implementação das obras de construção privada e pública		
Garantir a qualidade das obras de construções pública e privada	Coordenação com agência para levantamento e planeamento das obras de construções públicas para Ano Civil 2014	Levantamento de dados para planeamento de construções públicas alcançado 100%
	Acompanhar a monitorização e a supervisão dos projectos do Ano Civil 2013	Implementação das construções com qualidade e terminadas no tempo planeado construções 100% completas e garantidas
	Controlar e supervisionar o desenvolvimento de edificações privadas	Assegurar que a implementação das obras de construções privadas está de acordo com os documentos autorizados e aprovados
	Emissão de certificados de permissão de construções privadas	Dar garantia de licenciamento conforme as normas em vigor para os construtores
Preparação do espaço que garante a condição sustentável das actividades dos funcionários do Ministério das Obras Públicas	Construção do edifício do Ministério das Obras Públicas em Díli (Fundo das Infra-Estruturas)	Edifício do Ministério das Obras Públicas que possa garantir e assegurar as actividades dos funcionários no Nacional Edifício do Ministério 100% completo com a qualidade garantida
Apoiar o desenvolvimento e implementação dos códigos e standardização técnicos através do fornecimento de serviços essenciais de teste de materiais de construção para todos os projectos de infra-estruturas		
Controlar a qualidade da construção de todos os projectos	Realizar teste de materiais como terra, pedra, areia e asfalto no laboratório e no terreno nos 13 distritos; Realizar uma investigação, inspecção e controlo de qualidade a todos os projectos da construção do Governo nos 13 distritos	Todo o teste de material se efectua no Laboratório + Cross check da qualidade dos materiais Implementação conforme o padrão técnico, qualidade assegurada
Aquisição de equipamentos (forklift 2-4 ton)		
Equipamentos para apoio dos serviços de electrificação	Aquisição de novos equipamentos de apoio à manutenção (forkliftly 2-4 toneladas)	Aquisição dos referidos equipamentos realizada a 100% para apoio aos serviços na Central Comoro
Manutenção dos geradores		
Prever o mecanismo suplente para a Central de Hera em caso de interrupção (preparar realocação para Oecusse)	Manutenção e reabilitação do gerador na Central de Comoro (Nigata 2)	Prever a manutenção e reabilitação no segundo trimestre 2013
Elevar a viabilidade do serviço efectuado pela EDTL nos distritos e sub-distritos para responder a possível interrupção na central de Hera ou Betano	Renovação de funcionamento dos geradores nos distritos e sub-distritos	O serviço de manutenção de geradores pode satisfazer a expectativa dos clientes nos distritos e sub-distritos e evitar interrupção total do fornecimento de energia eléctrica
Aquisição de combustíveis		

Fornecimento de combustíveis para o centro da produção de Hera, Betano, distritos e sub-distritos (viabilidade da produção)	Aquisição de combustíveis para todo o território de Timor-Leste	Prever a estimativa de combustíveis as actividades de produção das plantas existentes e as que irão existir no futuro (Hera, Betano, distritos e sub-distritos)
Tratamento de água e material químico para geradores novos em Comoro e em especial ferramenta para manutenção		
Garantir a condição dos geradores novos que ainda não em funcionamento na central produção de Comoro	Preparação de apoio para materiais novos para não enfrentar problemas no funcionamento	Salvaguardar a qualidade dos equipamentos de geradores para a protecção e eficiência e melhorar a qualidade de água e químico
Reabilitação dos edifícios		
Elaborar e implementar a reabilitação da central eléctrica em cada distrito e sub-distrito aos edifícios já existentes	Renovação dos escritórios, armazéns e residências dos técnicos nos distritos e sub-distritos	Melhora da qualidade dos serviços de atendimento aos clientes
Manutenção e reabilitação da linha de media tensão e baixada existente em Díli		
Efectuar mudança da rede (antiga indonésia) para a rede nova na cidade de Díli	Modificação da rede existente Radial para Spindel e renovação de equipamento da rede existente para fornecimento de energia eléctrica com qualidade e segurança	Direcção de Distribuição com elevada capacidade para a reabilitação e manutenção da rede de distribuição. Melhora da condição da EDTL para fornecer um bom e rápido serviço de atendimento das necessidades dos clientes
Aquisição do Bucket Truk e Crane Lorry		
Assegurar o controlo da iluminação eléctrica para o qual é necessário a limpeza em todo o território da linha MV e BT para uma boa viabilidade da rede de distribuição	Aquisição de 2 Bucket Truk e Crane Lorry para o controle da iluminação eléctrica em todo o território para minimizar o problema da linha alta e media tensão	Melhorar o desempenho e eficácia do serviço, minimizar a interrupção da energia eléctrica. Indicador da reparação do controle de iluminação eléctrica para 5 regiões com colocação destes 2 bucket truck
Manutenção e reparação da rede Media Tensão (MT) e Baixa Tensão (BT) nos distritos e sub-distritos		
Manutenção da rede MT e BT e renovação do posto transformador	Elaborar e implementar o serviço de manutenção por causa da rede antiga existente já estar ultrapassada	Melhorar a viabilidade do fornecimento eléctrico aos clientes evitando falhas na rede de distribuição a nível nacional, de distritos e sub-distritos
Extensão da linha MT e BT para grandes projectos em todo o território		
Plano de extensão da linha MT e BT para todo o território e acesso de energia eléctrica à comunidade (clientes)	Efectuar a ligação de rede eléctrica para a comunidade (clientes)	Nova ligação como uma chave de contabilidade de grandes projectos da linha de distribuição nacional para garantir um processo rápido e eficaz; melhorar a capacidade da EDTL no atendimento rápido aos clientes e projectos

Material de emergência para a rede de distribuição		
Atender a necessidade urgente no atendimento de avarias da rede de distribuição e outros	Aquisição de materiais e outros equipamentos de emergência para facilmente atender as avarias nas linhas	100% de materiais e equipamentos completos para resolver os problemas de avarias; satisfação aos consumidores e melhorar a capacidade e normalizar as falhas da EDTL
Instalação de contadores pré-pagos		
Preparar plano de instalação de contadores pré-pagos em todo o território	Efectuar a continuação da instalação dos 50,000 pré-pagos nos distritos e sub-distrito	Promover o conceito de pagamento aos clientes e melhorar a cobranças das receitas nos distritos; O orçamento aprovado no ano 2012 em processo de gestão
Equipamentos e assessores para a instalação de contadores pré-pagos		
Aquisição de material para a instalação do contador pré-pago	Apoio à instalação de contadores pré-pagos aos consumidores (troca de contadores convencionais para o contador pré-pago quando acesso à energia eléctrica)	Promover a sensibilização para a compra ou pagamento de energia eléctrica; aumentar as receitas do pagamento de energia eléctrica por cada US\$/kWh
Cabo de concentração para pré-pagos		
Aquisição urgente do cabo de concentração para utilização durante a montagem	Utilização e reinstalação dos estragos de quadros pré-pagos causados pelos clientes	Para normalizar a condição da uniformização na conexão dos quadros pré-pagos; aumentar a colecta de receita essencialmente nos quadros de pré-pagos
Modificação da rede MT de sistema Radial para sistema Spindel		
Implementação da modificação de rede (sistema grid) em todo o território nacional	Elaborar a renovação da rede existente (rede velha) e instalar recloser (ACR e LBS)	Redução das horas de interrupção e melhora da sustentabilidade e fiabilidade do fornecimento de energia eléctrica para os clientes
Construção Central de Controlo de Distribuição (CCD)		
Desenvolver um sistema de novo de controlo para facilitar o atendimento das avarias nas linhas de distribuição	Criar um bom sistema de controlo da rede de distribuição centralizado em Caicoli	Avarias nos serviços técnicos das redes de distribuição de Leste a Oeste minimizados
Implementação do cabo subterrâneo		
Efectuar mudança overhead line para subterrâneo	Elaborar mudança para sistema rede concentrada num bom sítio VIP (Palácio do Governo, Palácio Presidente, Residência Lahane e outros edifícios importantes do Governo)	Redução das horas de interrupção e aumento do valor estético para a cidade de Díli como capital Aumento da fiabilidade para rede média tensão
Expandir o fornecimento de água potável para melhoria da saúde nas comunidades em Timor-Leste		
Promover o fornecimento de água potável à comunidade nas áreas rurais e urbanas	Construção e reabilitação do projecto de fornecimento de água potável na capital de Díli e capitais dos 12 distritos (Fundos PDD + FI)	40% das infra-estruturas de água potável na capital de Díli e capitais dos 12 distritos garantido o fornecimento aos consumidores 23 sistemas de água potável na cidade capital (6 sistema de água potável completo e implementado)
	Construção e reabilitação dos projectos de fornecimento de sistema de água potável nas áreas rurais (PDD)	65% do sistema de água potável nas áreas rurais implementado conforme os 80 sistemas por cada ano; o resto dos 35% implementado pelos doadores

		como AUSAID, UNICEF, PLAN, WATERAID e outros. 52 sistemas de água potável e 13 sistemas completos e implementados por cada trimestre
Programa Multy Year		
Continuação do serviço para o programa de 2 até 3 anos	Construção de edifício DNSA Fase I 2013, Fase II 2014 (Fundo Infra-Estruturas)	60% da construção de 1 edifício construído com qualidade para bom atendimento de serviço ao público e em geral aos consumidores de água potável
	Estudo de melhoramento de água potável nas áreas urbanas (Díli e 12 capitais distritais) (Fundo Infra-Estruturas)	2 documentos de estudos para a capital distrital de Oecusse e Manatuto completos 100%
Programa de construção pública		
Criar boas condições para o SAS nos distritos para um bom atendimento de serviço às comunidades	Construção de edifícios e de um muro para SAS nos distritos (PDD)	Progresso de construção 2013 75% 7 edifícios construídos em SAS Díli, SAS Ermera, SAS Lautém, SAS Viqueque, SAS Baucau, SAS Ainaro e SAS Oecusse 5 muros de vedação aos edifícios SAS de Bobonaro, Aileu, Manufahi, Liquica e Covalima
Respostas às emergências		
Melhoramento ou construção de sistema de água potável danificado por desastres naturais	Reparar ou construir os sistemas de água danificados como forma de responder a situação de emergência (Fundo Infra-Estruturas)	10% sistema estragado está em boas condições para atender a nova emergência nos 13 distritos
Estabelecimento de um saneamento sustentável de forma a melhorar o saneamento básico nas comunidades de Timor-Leste		
Promover o saneamento nas comunidades rurais e urbanas		
	Criação e desenvolvimento da comercialização de saneamento a nível distrital	100% de apoio+ 5 Distritos (Liquiça, Baucau, Díli, Lautém e Ermera)
	Manutenção das Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETARs) em Díli, Baucau e Covalima	100 % implementado + Programa de manutenção para as ETARs definido e implementado
	Aquisição de equipamentos para as ETARs em Díli e Distritos	100 % dos equipamentos adquiridos: 8 unidades de bombas modelo EBARA kit de tratamento de água (ex: Caporit) 1 unidade de SGB 103 1 unidade de LCL(cloro líquido) 1 unidade de Prominent Tipo BT 1 corrente de metal
Respostas às emergências		
Recuperar sistemas de saneamento danificados devido a desastres naturais	Resposta a situações de emergência (LM)	Resposta a casos de emergência atendidos 100%

Financiamento para parceiros		
Plano Mestre e estudo piloto relativos à construção de sistemas de tratamento de águas residuais descentralizados (DEWATS)	Elaboração de Plano Mestre e estudos pilotos (FI)	Plano Mestre completo e resultados dos estudos pilotos 100% efectuados
Desenvolver e garantir uma boa gestão e controlo de qualidade e da política dos recursos de águas nacionais para contribuir para o desenvolvimento de Timor-Leste		
Gestão dos Recursos de Águas Nacionais em Timor-Leste	Capacitação das águas em três distritos (Díli, Lospalos e Covalima Balanço hídrico Protecção das fontes de água (integrado com outras direcções relevantes)	Implementação integrada com as comunidades do suco. Monitorização e controlo das operações dos produtores das águas minerais e quaisquer outras actividades com o uso de águas em volumes significativos Sensibilização das comunidades sobre a protecção das fontes de água, preservação dos espaços verdes em torno das fontes de água que estão em risco; finalização política e lei que regula e definem os critérios do uso de águas nacionais, incluindo águas nas fronteiras
Observação das fontes		
Observação continua das fontes de água e águas subterrâneas	Localizar e aproveitar novas fontes de água para apoiar a falta de água para as populações Localizar e observar fontes de águas potenciais localizados nas áreas das escolas com a distância de 500 metros Identificação continua da rede hidrológica em todo o Timor-Leste e aumentar estações hidrológicas nas áreas necessárias	Descobertas novas fontes de água Realizada a exploração e testes laboratoriais para o controlo da qualidade de água para o consumo escolar. Monitorização da rede hidrologia sobre as águas superficiais; Instalações diver de monitorização de água em 4 poços e 7 nascentes e cavernas. Levantamento dados hidrológicos da água da chuva e da ribeira para o interesse de desenvolvimento nacional
Manutenção da estação de água		
Manutenção da estação de água da chuva e da ribeira	Vedação da estação da água da chuva em região 1 até 5	Instrumentos montados para observação da água de chuva; Levantamento de dados para o interesse de desenvolvimento nacional efectuado
Investigação das fontes de água		
Para obter informações adequadas sobre as fontes de água em todo o Território	Identificação da continuação das fontes de água em todo o território de Timor-Leste	Base de dados para as informações adequadas para o desenvolvimento nacional (Ministério relevante) Banco de dados em fase de desenvolvimento
Monitorização das fontes de água e água subterrânea em todo Timor-Leste	Fontes de água e água subterrânea em região I até V	Base de dados para fortificar e finalizar mapa hidrológico; servir como linha de base autêntica para política nacional do Governo de Timor-Leste
Proteger os meios das fontes de	Protecção das fontes de água que estão em riscos e vedação à volta	Comunidades beneficiam de água potável durante o tempo seco

água e manter a quantidade de água no tempo seco	de nascente de água	Quantidade de água potável mantida durante o verão Áreas protegidas mantidas
Apoio técnico sobre as actividades hidrológicas e Recursos de água	Obter Assistência Técnica nas duas áreas diferentes	Investigação sobre a potência hidrológica e recursos de água em Timor-Leste garantida Base de dados para a formação do mapa hidrológico
Melhoramento e facilitação de mobilização		
Melhorar e facilitar a mobilidade dos equipamentos pesados	Estabelecimento de 4 escritórios de brigadas (cobe house) e vedação em Baucau, Natarbora, Maliana e Oecusse	Funcionamento do escritório em 4 diferentes brigadas. Fácil acesso de assistência dos equipamentos pesados ao serviço público
Manutenção e reparação de equipamentos		
Manutenção e reparação de equipamentos, outros materiais e instalações	Manutenção rotineira, periódica e reparação de equipamentos, outros materiais e instalações do IGE	Equipamentos, outros materiais e instalações em plenas condições e prontos a usar quando necessário. Número de equipamentos, outros materiais e facilidades em boas condições.
Construção da sede		
Edificação da sede do IGE	Construção da 1ª fase da sede do IGE (design, estradas e muro de vedação e aquisição de terreno) em Díli, Metinaro/Sabuli (Fundo das Infra-Estruturas)	Bom funcionamento das actividades do IGE, segundo os padrões estabelecidos
Gerir a capacitação dos recursos humanos no ministério para melhorar a eficácia e eficiência do serviço		
Capacitar e aumentar o conhecimento dos funcionários para sejam eficientes e efectivos na execução dos seus serviços	Formação no sistema MYOB (Mind Your Own Business);	20 funcionários aplicam os conhecimentos do sistema MYOB;
	Formação na área de gestão financeira;	120 funcionários (30% mulheres) podem elaborar melhor o relatório financeiro e a submissão do Orçamento Geral do Estado (OGE);
	Formação em Free Balance	5 funcionários/Pontos Focais podem aplicar os conhecimentos do sistema Free Balance
	Formação em Gestão do Património do Estado	Capacitar 30 funcionários na Gestão e Património do Estado
	Formação em Língua Portuguesa	100 funcionários formados (30% mulheres); elevar a capacidade dos funcionários em língua portuguesa
	Formação em Língua Inglesa	100 funcionários formados (30% mulheres); elevar a capacidade dos funcionários na língua inglesa
	Formação em Sistemas de Informação Geográfica (SIG)	4 funcionários da Direcção Nacional de Habitação e Planeamento Urbano formados e aptos a desenvolver o sistema de SIG
	Strata 2 / Formação de nível de Mestrado na área da Gestão do Projecto e Design estrutural	Mestrado com um conhecimento profundo que possa preencher as necessidades da Direcção; dois mestrados formados conforme o plano; (Indonésia)
Strata 1/ Formação de nível de Licenciatura na área de Engenharia civil e arquitectura;	Licenciado com um conhecimento profundo que possa preencher as necessidades da Direcção; quatro licenciados formados conforme o plano;	

	Capacitação aos técnicos na área de levantamento e controlo das construções privadas;	Engenheiro ou técnico qualificado e especializado para executar os serviços; cinco engenheiros ou técnicos formados;
	Formação para os operadores na linha de alta tensão sobre a manutenção da linha viva	Técnicos formados e aptos a resolver problemas na linha de alta tensão
	Formação no simulador para electricistas e mecânicos	Funcionários formados na tecnologia para a operação “switch gear” e máquinas; assegurar a responsabilidade e honestidade para enfrentar problemas técnicos e outros
	Curso de formação aos funcionários nos serviços de água potável	20% do número de funcionários formados poderão desempenhar os seus serviços com eficácia e eficiência conforme a área de formação
	Formação sobre recursos de águas (águas subterrâneas) e hidrologia (águas superficiais)	43 funcionários capacitados com conhecimentos sobre as existências das águas Nacionais em Timor-Leste
	Formação e capacitação dos operadores de máquinas pesadas e técnicos de oficina	30 funcionários do IGE aptos a executar as suas actividades diárias na operação de máquinas pesadas e técnicos de oficina
	Realização do estudo comparativo	50 funcionários envolvidos na realização de estudos comparativos no estrangeiro nas áreas específicas de administração e técnica para obter informações e adaptação aos serviços
	Formação em género para os Membros GTGN ao nível nacional e dos distritos; Formação em género aos Funcionários e Pontos Focais de Género;	30 Membros do GTGN formados sobre temas de género; 100 Funcionários Públicos (30% mulheres) e 30 Pontos Focais formados na área de sensibilização de géneros; desempenho das actividades da sensibilização de género com sucesso
	Formação dos funcionários técnicos no uso dos equipamentos de laboratório;	20 Funcionários técnicos formados (10% mulheres) 2 funcionários formados na área de laboratório
	Formação e capacitação nas áreas técnicas de hidrologia/recursos hídricos	39 funcionários na área técnica de hidrologia, 2 funcionários com formação de mestrado em recursos hídricos e 3 funcionários com formação em gestão e investigação hídrica
Recrutamento		
Recrutamento dos funcionários para a promoção e obtenção do grau e carreira	Processo do recrutamento (promoção) conforme o número de vagas existentes no perfil de pessoal dos vários departamentos (106 vagas) (30% mulheres)	Número de funcionários recrutados e promovidos e colocados nos vários departamentos do ministério; nível 3:106, nível 4:37; nível 5:16; nível 6: 7 nível 7:6
Disseminação da sensibilidade de género		
Promoção de matérias sobre sensibilidade de género	Realização de seminários e workshop aos Directores Gerais, Directores Nacionais e Chefes Departamentos	Disseminadas informações sobre a sensibilidade de género para a implementação de actividades relativas ao género
Estudos comparativos		
Reforçar instituição na sensibilidade de género	Realizar estudos comparativos no estrangeiro (Indonésia e Camboja)	Informações e referências recolhidas para aumentar o conhecimento na área da sensibilidade de género
Escritório para GTGN		

Melhorar o atendimento e qualidade do serviço do GTGN	Instalação de um escritório para GTGN	Obter um espaço suficiente para actividades diárias do GTGN
Visita de trabalho nos distritos		
Motivar os Pontos Focais na implementação das actividades da sensibilidade de géneros	Efectuar visita de trabalho sobre sensibilidade de géneros (GMF)	Avaliação das actividades implementadas para a melhoria da sensibilidade de género
Gestão do património de Estado		
Gestão do património de Estado	Implementação da gestão do património de Estado em conformidade com as normas reguladas pelo Ministério das Finanças	Garantir a inventariação, manutenção e preservação do património do Estado em boas condições 100%
Seminários e workshops		
Promoção dos programas anuais dos serviços de planeamento, orçamento e finanças do ministério	Workshop para os Oficiais das Finanças a nível nacional, distrital, regional e brigadas; Realização de seminários e workshops sobre o planeamento especialmente actividades anuais (PAA) de cada agência do ministério; Reuniões dos Pontos Focais do Planeamento;	75% dos funcionários nível nacional, distrital, regional e brigadas compreendem melhor o sistema de execução do orçamento e melhoram a submissão do orçamento (OGE); Participação de todos os Directores Gerais, Nacionais, Distritais, Chefes de Departamentos e Pontos Focais para definir as prioridades; Informações sobre PAA e Relatório Trimestral dos Directores Gerais e Nacionais, Chefes de Departamento e Pontos Focais recolhidas
Avaliação, monitorização e coordenação das actividades do Plano Anual		
Desenvolver as actividades de avaliação, monitorização e coordenação do planeamento conforme o Plano Anual	Efectuar a avaliação, monitorização e coordenação com todas as Direcções Nacionais	Actividades no PA implementadas conforme o plano de cada agência do Ministério. Actividades planeadas alcançadas
Execução Orçamental		
Processo de execução orçamental	Elaborar o processo de execução do orçamento de cada agência conforme o calendário fiscal determinado pelo Ministério das Finanças	Cada agência no Ministério das Obras Públicas (MOP) executa 100% do orçamento até o mês de Dezembro findo
Análise da submissão de orçamento		
Melhorar e analisar a submissão do orçamento baseando nas propostas e iniciativas	Processo de submissão de orçamento de cada agência conforme o tempo determinado pelo DNO, Ministério das Finanças	Cada agência submete o orçamento conforme o Pacote Fiscal
Assistência Técnica		
Reforçar o serviço institucional	Recrutamento de 2 assessores locais e 1 assessor internacional	Monitorização dos projectos do ministério Assistência técnica na DNOF e apoio técnico na preparação de submissão de OGE
Garantia na transparência de apresentação de propostas dos projectos		
Aprovisionamento realizado com	Garantir a transparência dos projectos que necessitam da	Bom funcionamento do processo aprovisionamento

integridade e eficácia baseando na legislação de aplicável na RDTL	apresentação de propostas (adjudicação)	
Sistema de administração de aprovisionamento		
Melhorar o sistema de administração do aprovisionamento	Utilizar os manuais, formulários e sistemas electrónicos para a implementação nos serviços diários	Implementação de manuais, formulários e sistemas electrónicos conforme as regras
Coordenação e sistema dos serviços		
Elevar a qualidade do serviço de aprovisionamento	Desenvolver o sistema de coordenação dos serviços internos e agências relevantes	Sistema desenvolvido e implementado e melhoria da qualidade do serviço
Processo de apresentação de propostas e adjudicação		
Assegurar a condução do processo de apresentação de propostas de acordo com o Procurement Plan	Efectuar a apresentação de propostas de aquisição de Bens e Serviços, Capital Maior e Capital Menor	Adjudicação de contrato conforme o calendarização e o processo de apresentação de propostas (tenderização) de acordo com procurement plan e adjudicação do contrato conforme a alocação do orçamento

Ministério do Transportes e Comunicações

Papel

O Ministério dos Transportes e Comunicações, abreviadamente designado por MTC, é o órgão central do Governo responsável pela concepção, execução, coordenação e avaliação da política, definida e aprovada em Conselho de Ministros, para as áreas dos transportes terrestres, marítimos e aéreos de carácter civil e serviços auxiliares, das comunicações, incluindo os serviços postais, telégrafos, telefónicos e de mais telecomunicações, dos serviços meteorológicos e da informática.

Orçamento

O Ministério do Transporte e Comunicações tem um Orçamento de 12,359 milhões de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas
Ministério dos Transportes e Comunicações (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	5,871	5,989	12,359	12,854	13,367	13,902	14,459
Recorrentes	5,322	5,989	8,788	9,140	9,505	9,885	10,281
Salários e Vencimentos	1,182	1,172	1,514	1,575	1,638	1,703	1,771
Bens e Serviços	4,141	4,817	7,274	7,565	7,868	8,182	8,510
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	549	-	3,571	3,714	3,862	4,017	4,178
Capital Minor	445	-	2,951	3,069	3,192	3,319	3,452
Capital Desenvolvimento	103	-	620	645	671	697	725
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	5,871	5,989	12,359	12,854	13,367	13,902	14,459
Recorrentes	5,322	5,989	8,788	9,140	9,505	9,885	10,281
Capital	549	-	3,571	3,714	3,862	4,017	4,178

Perfil de Funcionários

O Ministério do Transportes e Comunicações no período de 2013/2017 tem uma estimativa de força de trabalho de cerca de 734 pessoas. Para o ano de 2013 aloca 583 pessoas, composto por 460 funcionários permanentes e 123 vagas por preencher de 2012. Significa que 151 pessoas são fornecidas para o período seguinte.

MTC											
Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministerio	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G				
Funcionarios Publicos Actuais	1	8	28	68	162	142	51	460	583	Director Geral	2
Agente da Administracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0		Inspeor Geral	0
Vagas por preencher 2012	0	1	36	38	28	18	2	123		Director Nacional	10
Nova proposta de vagas 2013/2017	0	5	45	81	19	1	0	151		Director Distrital	4
Total Força de Trabalho	1	14	109	187	209	161	53	734		Chefe Departamento	30
										Chefe Seccao	15

Plano Anual do Ministério dos Transportes e Comunicações para 2013

Serviços de reabilitação e Construção do Porto , Aeroporto e posto de tráfego		
Melhoramento de prestações de serviços portuários aos utentes e comunidade portuária	Cover hole (reclamação no cais acostável) e pavimentação do armazéns de contentores	Operações portuárias asseguradas, armazenamento dos contentores e percentagem do desenvolvimento das obras
Obter a assistência técnica externa para alcançar a Missão e os objectivos gerais da Instituição	Construção do plano Inclinado na baía de Tibar (Projecto com financiamento do Governo da Alemanha)	Infra-estruturas portuárias aumentadas e melhoradas Desenvolvimento das obras
Início da coordenação e dos processos para o desenvolvimento do Porto de Díli e dos portos secundários	Procura de um consultor para o levantamento técnico para a reabilitação do Porto Principais e Portos secundários	Obtenção do resultado dos estudos viáveis para a manutenção e estudos 100% finalizados para a execução Coordenação com o secretariado dos grandes projectos e ADN na elaboração dos documentos do concurso públicos para a reabilitação dos portos secundários
Melhoramento das Infra-estruturas do Aeroporto	Melhoramento da sala de administração do Aeroporto	Assegurada a conservação e segurança de materiais e a boa coordenação dos serviços
	Construção edifício Simulador, armazém e rampa de formação do Socorros	Equipamentos, materiais de salvação dos Socorros e para espaço para formação dos funcionários dos Socorros garantidos
	Estudo de viabilidade dos Aeroportos de Ataúro, Oecusse, Baucau e Maliana	Levantamento de dados incluído desenho para construção dos novos Aeroportos: Ataúro, Oecússi, Baucau e Maliana.
	Reconstrução do Aeroporto Suai e continuação da preparação dos desenhos e construção do Aeroporto IPNL	Aeroporto Suai em fase de concurso e em coordenação com Secretariado de grandes projectos. Desenho preparado para construção em coordenação com Secretariado de grandes projectos.
Construção de edifício adequado para o atendimento do público	Construção do posto de tráfego de Covalima/Suai, Lospalos e Viqueque	Posto de tráfego de Covalima / Suai, Lospalos e Viqueque construídos
Reforçar o sistema de segurança a bordo do NP Berlin Nakroma e segurança de Voo		
Assegurar a segurança, eficácia e qualidade de serviços	Manutenção de rotina, preventiva e anual	Cumprimento do calendário de manutenção e reparação
	Contracto temporário de barco substituto	Operações e n.º de viagens
	Seguros para Berlin Nakroma	Segurar o barco Berlin Nakroma e passageiros
Garantir a segurança e proteger o movimento dos aviões	Manutenção de rotina da máquina X-RAY	Equipamentos de X-RAY em perfeito funcionamento, assegurando movimentos aos passageiros e voos
	Manutenção dos serviços rotina, preventiva e correctiva para três viaturas - camiões de Bombeiros e rescue car e uma ambulância	Estabelecer manutenção para viaturas de Socorro e garantir operações em condições das viaturas e boa condição

	Trocar fios subterrâneos em VOR/NDB	Fornecer energia ao VOR/NDB e garantir acesso de precisão ao Piloto
Reforçar sistema de administração para elevar as receitas		
Aumentar as receitas de Aeronaves e não aeronaves	Aplicar e implementar as receitas das aeronaves e as receitas não aeronaves	Qualidade dos serviços e satisfação dos clientes assegurada para aumentar as receitas através da cobrança aos passageiros, rendimento das aeronaves, ocupação das instalações e aluguer das terras
Instalação dos equipamentos de operações no Aeroporto e Porto Dili		
Melhoramento dos serviços de operações aeroportuárias	Instalação de CCTV no Terminal e Torre de Controlo e Instalação do sistema Terminal Aeroporto ou Fligh Information Services no terminal do Aeroporto IPNL	1 (um) pacote CCTV para controlar e assegurar segurança do movimento dos passageiros, viaturas que circulam nas áreas restritas e assegurar boa condição movimento nas áreas partidas/ chegadas, VIP, check-in, lado terra e lado ar e na sala de controlador. 14 aparelhos de televisão de 34 polegadas para fornecer informação aos passageiros sobre voos e publicidade no terminal partidas, chegadas e VIP e controlar a segurança no Aeroporto
Completar dados de informações estatísticas e informação de voo	Instalação base de dados dos Aviões/Voos	Informação de dados de voos que entram e sai disponível, para assegurar as receitas do Aeroporto e Controlar receitas com movimento regular, não regular e através do sistema controlo de movimentos
Criar boas condições de iluminação do Aeroporto	Nova instalação de postes de electricidade nas áreas do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato	Electricidade instalada nas entradas da rotunda, parque de estacionamento até ao edifício de manutenção do Aeroporto
Completar e garantir os serviços operacionais dos Socorros baseado no regulamento ICAO (Anexo 14)	Comprar e instalar uma nova Viatura Mourita/Rosenbawer 6000/ltrs de agua e 600/ltrs de Voam	Viaturas deixadas pela Indonésia em 1999 substituídas, garantido 100% serviço operacional
	Configurar Simulator de Classificação ATC (ATC rating Simulator)	Controladores com competências reforçadas na área de controlo de tráfego
	Continuação da instalação da vedação, indemnização terras e plantas na área do Aeroporto	Segurança dos aviões no Aeroporto IPNL protegida, evitando acesso ilegais
	Estudo viabilidade Aeroporto Oecussi e Ataúro	Dados concretos disponíveis para desenvolver aeroporto Oecussi e Ataúro
Aumentar o controlo Operacional (Segurança, melhoramento e Estatísticas)	Reordenar o parque de contentores, espaços de armazenamento e rentabilização de armazéns	Serviço comercial reforçado na perspectiva de desenvolver actividades de valor acrescentado e controlo de movimentação de mercadorias
	Implementação de novos procedimentos de controlo de segurança. Aquisição de equipamentos de segurança (extintores) e equipamentos de comunicação	Sistema ISPS Code implementado e actualizado e relatório de eventos no Porto de Díli
Instalação e manutenção dos equipamentos meteorológicos e Gestão e Manutenção dos equipamentos de IT		
Melhorar os equipamentos meteorológicos para medição da pressão atmosférica e direcção e	Manutenção dos equipamentos meteorológicos	Manutenção dos equipamentos realizada e gráficos dos equipamentos meteorológicos
	Aquisição de gráficos dos equipamentos Meteorológicas	2 (duas) estações meteorológicas em Díli e Baucau adquiridas e

velocidade do vento		concluídas
	Instalação de 1 (um) Barómetro de mercúrio e 1(um) anemómetro digital	1(um) Barómetro de mercúrio e 1 (um) Anemómetro digital adquiridos
Gerir e controlar sistema das redes do Governo	Manutenção dos equipamentos dos serviços de informação tecnológico (intercambio data, Vós, Comunicação Multimédia, Fibra óptica e Rádio comunicação VHF)	Asseguradas as boas condições dos equipamentos em Tower e VSAT e também equipamentos na sala de servidores
Atendimento do sistema de Navegação		
Melhorar as telecomunicações por rádio e equipamentos de navegação e completar instalações de comunicações com companhias Aéreas para acesso ao Timor Leste	Estabelecer manutenção correctiva de equipamentos e calibração de Voo	Telecomunicações por rádio e equipamentos de navegação em funcionamento. Calibração de Voo Navegação Aéreo (Flight Calibration) estabelecida para criar uma boa comunicação entre Pilotos e Controlador
	Comprar e Instalar novos equipamentos rádio de apoio à Navegação Aérea DME (Nova Geração) e compra 4 (quatro) novos rádios para comunicações VHF TR RX, VHF Transmissor e receptor incluído 2 (dois) rádio hiperligação	Dual System para assegurar e melhorar a comunicação dentro do espaço aéreo de Timor-Leste
	Comprar e instalar novos equipamentos de comunicações VSAT e Instalação para servir web mail	Voos e dados adequados assegurados diretamente e independentes entre torre Dili, Kupang, Makasar e Brisbane N.º de incidentes de falha de comunicação entre controlador minimizado
	Configurar simulador de classificação ATC (ATC Rating Simulator)	Uma unidade de Mini Simulador System combinado com ADC e APP non Radar e disponível para serviços de Controlador de Tráfego
Montagem de energia solar para sinais luminosos (Traffick Light)		
Para facilitar movimento de transporte nas estradas para evitar os engrafamento de acidentes	Reapropriação projecto Edificação Traffick Light	Montagem de energia solar para sinais luminosos nos 12 pontos de cruzamento em Dili como cruzamento Balide, Bemori/Audian, Toko Baru(Bidau), Bidau(ANZ, E. Municipal Dili, Ministerio Justica, cruzamento EDTL, C/Vila Verde, T. Marina, Jardim 5 de Maio, Aitarak Iaran ho Delta Comoro
Nacional Connectivity Project (NCP) e estabelecimento de uma política da Informação e Tecnologia		
Fornecer boa comunicação	Estabelecimento das Infra-Estruturas de ICT nos escritórios governamentais, escola secundária pública e Government to government (G2G) em Díli, outros 12 distritos e fronteiras. Upgrade de fibra óptica	Estabelecida boa comunicação entre agências governamentais, escolas públicas incluindo todos ministérios e Secretarias de Estado e rede do governo
Fornecer serviços de linhas de internet	Internet por satélite em TL, Linha Terrestre e aluguer dos espaços	Internet a funcionar nas instituições governamentais Circuite Ponto a Ponto em escritórios governamentais em Distritos e Fronteiras.
Seguir o standard Uniforme e a compatibilidade	Desenvolvimento e implementação de Cyber low Standard Operational Procedure (SOP) de rede do Governo.	Infra-estruturas de rede do governo organizadas e geridas a seguir o standard uniforme e a compatibilidade nas instituições governamentais

	Regulamento político do domínio de TL Coordenação com linha ministeriais para definir plataforma E-government	em TL
Promover e melhorar a qualidade, expansão e instalações dos serviços Postais		
Manter o melhoramento da rede de encaminhamento do correio internacional e nacional	Distribuição de malas do correio internacional (correio outbound / inbound) e nacional	Distribuição de malas do correio internacional com o destino a Europa, América, África, e Médio Oriente, e Austrália, Ilhas Pacíficos, Singapura, Indonésia e toda a restante da Ásia. N.º das comunidades internacionais e nacionais com acesso aos serviços postais
Estabelecer o serviço de IPS/IPS Light e o serviço de EMS	Instalação de um Software (Internacional Postal Service) e o serviço de EMS	Serviços com alta tecnologia assegurados, serviços postais modernizados e de boa qualidade. Todos os clientes de Correios com acesso a este serviço. N.º de comunidades internacionais e nacionais a utilizar este serviço
Extensão da rede de distribuição do correio nacional	Distribuição domiciliária	Distribuição aos grandes clientes do território nacional Grandes empresas, Departamentos do Governo e comunidades
Reforçar os serviços da Instituição		
Estabelecer o contrato da Assistência Técnica	Estabelecer um contrato com um consultor para efectuar estudos e desenho necessários do programa do sistema intranet	Estudos finalizados sobre sistema intranet e programa completo preparado para a instalação
Assistência Técnica	Recrutamento de 3 Assessorias na área de gestão, network specialis e regulamento cyber low	3 Assessores recrutados
Desenvolvimento e capacitação de Recursos Humanos		
Melhorar as capacidades dos funcionários	Formação em Língua Portuguesa e Língua Inglesa (Conversação, audição, escrita e leitura)	26 funcionários (M/13 e H/13) formados e com capacidade reforçada em língua portuguesa. 20 (vinte) funcionários da APORTIL formados na área língua Portuguesa (10 H /10 M) 20 funcionários (M/10 e H/10) formados e elevar mais a capacidade dos funcionários na língua inglesa
	Formação em Gestão de Recursos Humanos, Aprovisionamento Integrado e contabilidade Básica	15 funcionários de Recursos Humanos com conhecimentos e aptos na área de Gestão de Recursos Humanos (M/H) 5 funcionários (M/H) capacitados no Departamento de Logística, Planeamento e Aprovisionamento 5 funcionários (M/H) da Administração e finanças capacitados em técnica de peritagem contabilística e com boa qualidade de trabalho e desempenho profissional
Melhorar a formação e capacitação exterior	Formações no exterior para completar a Assistência Técnica no âmbito da cooperação Bilateral	5 funcionários (H/M) da Aportil e 5 funcionários (H/M) do DNTM formados
Tripulantes preparados para operar o	Formação dos futuros tripulantes do barco de passageiros	20 funcionários formados (12 homens e 8 mulheres)

barco de passageiros		
Assegurar a qualidade e garantir a gestão dos serviços dos transportes marítimos	Estabelecimento do contrato com um consultor para elaboração do plano para instalação do AIS (Automatic Identification System)	Identificados os navios que procuram o Porto de Díli e correcto funcionamento do instrumento
Melhorar os conhecimentos dos funcionários da Aviação Civil	Formação em gestão aeroportuária, electricidade, navegação, administração e finanças	20 pessoas (M/H) formadas nas áreas da gestão aeroportuária, 20 pessoas (M/H) formadas nas áreas gestão electricidade e Navegação, e 20 pessoas (M/H) formadas nas áreas gestão administração e finanças. Funcionários capacitados para executar os serviços
Formação de Recursos Humanos para completar estrutura da Aviação Civil e apoiar serviços operacionais do transporte aéreo	Curso em gestão ATS para implementação serviço ATS e Gestão AIS (Aeronautical Information Services)	2 pessoas (H/M) da ATC obtêm Diploma III em gestão ATS e para reforçar gestão de tráfego aéreo e 2 pessoas (H/M) obtêm Diploma III na área
	Curso de técnicos de equipamentos de navegação aérea e técnicos de electrónica	2 Pessoas (H/M) da ATC obtêm Diploma III gestão ATS
Completar mandato ICAO anexo 14	Formação profissional da segurança Aviação Civil ao nível básico, júnior, sénior e pessoal Socorros	2 Pessoas (H/M) treinadas no nível básico; 15 Pessoas (H/M) no nível Básico; 20 Pessoas (H/M) no nível Sénior; 4 Pessoas (H/M) no nível avançado; 14 Pessoas (H/M) no nível sénior. Serviço segurança da Aviação Civil qualificado
	Graduação na área CPL (Comercial Pilot License) e Engenheiro/Aircraft Mechanic, para reforçar gestão da Direcção Aviação Civil	2 Pessoas (H) com Diploma de Piloto e qualificadas na área CPL (<i>Comercial Pilot License</i>) com duração de 2 anos 2 Pessoas (H) com Diploma de Engenheiro, qualificadas em <i>Aircraft Mechanic</i> com duração 4 de anos
Aumentar capacidades dos funcionários na área de Meteorologia e Geofísica	Capacitação de 2 funcionários na área de previsão de tempo e 2 funcionários na área Geofísica	Quatro (4) funcionários capacitados e qualificados
Aumentar capacidades dos funcionários em Educação formal	Educação formal na área de Transportes Terrestres e IT	4 funcionários formados (2 em licenciatura/S1, 2 funcionários em Mestrado/S2). 6 Funcionários formados em IT (2 cursam Mestrado, Licenciatura e Diploma 3)
Aumentar capacidades de Recursos Humanos em IT	Treino básico em operação da Fibra óptica, operação da rede e comunicações rádio. DNIT e on the job training	12 funcionários (H/M) de DNIT treinados e capazes para operar VSAT, VoIP, Wimax, Fibra óptica incluindo gestão de redes, Mail Server, Web Server e DNS Server.
Fortalecer a capacidade dos gestores e funcionários técnicos e quadros técnicos superior nas áreas operacionais dos serviços Postais	Formação na área de gestão Liderança e quadros técnicos superior dos serviços Postais	Conhecimento incrementado dos gestores em Liderança 8 pessoas (M/H) dos quadros técnicos participaram nesta formação ou curso
Realização de seminários e workshop		
Organização de seminários e	Seminário ou workshop Nacional sobre Plano Anual, Orçamento	Seminário ou workshop realizado. N.º de participantes incluindo

workshops nacionais e internacionais	Geral(OGE), Disseminação Lei Função Pública, Género, Logística e procedimento PEDN	Directores, Chefes e Pontos Focais do Departamento (M/H)
	Seminários internacionais	6 pessoas (M/H) dos dirigentes máximos participam nestes eventos Internacionais gradualmente. 20 funcionários (M/H) participam seminários em Bali 10 funcionários participam nestes seminários
Socialização das Leis	Workshop sobre disseminação da Lei do Código da Estrada para as Comunidades e Estudantes	Socialização do Código da Estrada para as comunidades e Estudantes no Distrito de Díli e nos restantes 12 Distritos

Ministério da Agricultura e Pescas

Papel

O MAP lidera de forma activa o desenvolvimento sustentável e a gestão de recursos agrícolas, florestas, aquacultura e pescas.

Missão: Servir as comunidades agrícolas de Timor-Leste de modo a:

- Aumentar a produtividade;
- Aumentar os rendimentos por via de exportações, e por conseguinte melhorar o nível de vida social e económico em áreas rurais, tendo em consideração os recursos humanos e financeiros.

Objectivo Geral:

- Conseguir segurança alimentar;
- Promover o crescimento económico:

Resultados Desejados:

- Aumentar a produção de alimentos;
- Aumentar o total de áreas de plantação, por via da aragem de 32,000 hectares de terreno;
- Promover a produção animal através de um programa piloto de criação intensiva de gado a adoptar pelos agricultores;
- Melhorar a capacidade do MAP e dos agricultores;
- Aumentar os rendimentos através da adopção de novas tecnologias de semeio, utilização de sementes de boa qualidade, tratamentos pós-colheita e exportação;
- Melhorar as áreas com acesso a irrigação;
- Melhorar áreas degradadas através da reabilitação e protecção de florestas e áreas protegidas;
- Promover a produção de peixe através de um modelo de criação intensiva a adoptar pelos agricultores;
- Melhorar a qualidade e a quantidade da produção de café e aumentar a produção de caju;
- Fortalecer a provisão de serviços a nível de extensão agrícola, guardas florestais e agentes de aquacultura em aldeias;

- Melhorar a qualidade do serviço de quarentena;
- Fortalecer o Sistema de Monitorização da Segurança Alimentar;
- Melhorar a qualidade do ensino de profissionais agrícolas;
- Disseminar estudos adaptativos.

A maior parte das actividades do MAP será implementada em áreas rurais, onde a maioria da população é pobre e altamente dependente do sector agrícola para a sua subsistência.

Orçamento

O Ministério da Agricultura e Pescas tem um Orçamento de 25,164 milhões de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas
Ministério da Agricultura e Pescas (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	13,289	16,787	25,164	26,108	27,094	28,118	29,128
Recorrentes	12,301	12,695	19,282	19,991	20,732	21,501	22,247
Salários e Vencimentos	4,655	5,423	5,886	6,114	6,353	6,601	6,854
Bens e Serviços	7,146	6,748	12,396	12,837	13,298	13,775	14,223
Transferências Públicas	500	524	1,000	1,040	1,082	1,125	1,170
Capital	988	4,092	5,882	6,117	6,362	6,617	6,881
Capital Minor	988	577	699	727	756	786	818
Capital Desenvolvimento	-	3,515	5,183	5,390	5,606	5,830	6,063
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	14,066	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	13,994	-	-	-	-	-
Capital	-	72	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	13,289	30,853	25,164	26,108	27,094	28,118	29,128
Recorrentes	12,301	26,689	19,282	19,991	20,732	21,501	22,247
Capital	988	4,164	5,882	6,117	6,362	6,617	6,881

Perfil de Funcionários

O Ministério da Agricultura e Pescas no período de 2013/2017 tem uma estimativa de força de trabalho de cerca de 3848 pessoas. Para o ano de 2013 aloca 2197 pessoas, composto por 1788 funcionários permanentes, 363 agentes administração pública e 46 vagas por preencher de 2012. Significa que 1651 pessoas são fornecidas para o período seguinte.

MAP											
Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministério	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G				
Funcionarios Publicos Actuais	2	40	138	390	737	369	112	1788	2197	Director Geral	2
Agente da Administracao Publica	0	0	2	9	7	334	11	363		Inspeor Geral	1
Vagas por preencher 2012	0	5	5	14	9	5	8	46		Director Nacional	12
Nova proposta de vagas 2013/2017	9	93	202	296	133	821	97	1651		Director Distrital	12
Total Força de Trabalho	11	138	347	709	886	1529	228	3848		Chefe Departamento	98
										Chefe Seccao	0

Plano Anual do Ministério da Agricultura e Pescas para 2013

Aumentar a produção, produtividade e qualidade alimentar para assegurar a segurança alimentar		
Aumentar a produção e a produtividade de arroz, milho, legumes e tubérculos e raízes	Requisição de sementes de arroz	292 ton Sementes de arroz requisitadas para apoiar o campo de produção de 11,680 ha
	Requisição de sementes de milho alta produção (Introdução)	270 ton sementes de milho alta produção requisitadas para apoiar o campo de produção de 10,000 ha
	Fornecimento de estacas/stek de mandioca variedade ailuka 2 e 4	200,000 estacas/stek de mandioca variedade ailuka 2 e 4 preparadas
	Requisição de fertilizantes orgânico/kompos lokal e fertilizantes an-orgânico	Fertilizantes orgânico/kompos lokal de 50 ton e fertilizantes an-orgânico de 280 ton requisitados
	Requisição de Bio-orgânico liquido (bactivate soil conditioner)	Bio-orgânico liquido (bactivate soil conditioner) 1,000 ltrs requisitados
	Requisição de sementes de hortaliças/vegetais	2,000 kg Sementes de hortaliças/vegetais de requisitadas
	Fornecimento de combustíveis para a operação dos tractores (grande/médio)	Fornecimento de 869,565 litros para a operação dos 285 tractores (grande/médio) e 2,591 hand tractores nos 13 distritos requisitados
	Manutenção e reparação dos tractores	Manutenção e reparação dos 228 tractores realizadas
	Apoiar as actividades económicas nos sistemas de produção agrícola implementadas por mulheres nas áreas rurais	50 grupos de mulheres nas áreas rurais nos 13 Distritos apoiados
	Apoiar o programa de Híbrida em cooperação com o Governo da China, incluindo mobilização de pessoal na distribuição de sementes e máquinas agrícolas	O programa de Híbrida em cooperação com o Governo da China apoiado, sementes e máquinas agrícolas mobilizadas e distribuídas
	Identificação e recolha de materiais genéticos e germoplasma de plantas alimentares e horticulturas	50 espécies de plantas alimentares e horticulturas identificadas
	Intensificação do cultivo de batata europa utilizando nova tecnologia	Cultivo de batata europa utilizando nova tecnologia intensificado em 4 sítios
	Intensificação de cultivo de tomate e pimentão utilizando nova tecnologia	Intensificação de cultivo de tomate e pimentão utilizando nova tecnologia intensificado nos 4 sítios
	Intensificação de sementes de neli variedade Nakroma, Membramo e Ciheran	Sementes de neli variedade Nakroma, Membramo e Ciheran de 40 ton preparadas
	Intensificação de sementes de milho variedade Nai e Sele	Sementes de milho variedade Nai e Sele de 150 ton preparadas
Intensificação de sementes de milho de "Foundation Seed"	Sementes de milho de "Foundation Seed" intensificadas em 12 ha	
Promover a produção e a produtividade de Agro-pecuária e Veterinária		
Melhorar e aumentar a população e produção dos animais	Socialização, identificação, preparação e construção de corrais, cultivo de forrageiras para alimentação de vacas leiteiras que serão compradas em 2014	50 famílias (5 grupos), compostas por 30% mulheres e 70% homens, identificadas e a beneficiarem do Programa
	Aquisição de sementes de rações para vacas	Sementes de rações para vacas (39 cabeças) requisitadas para apoiar 5

		grupos (50 agricultores)
	Melhoramento de método da criação de suínos, cabras e galinhas locais	Melhoramento do método de criação de suínos beneficiando 3 grupos (30 pessoas), de cabras beneficiando 3 grupos (30 pessoas) e de galinhas locais beneficiando 3 grupos (30 pessoas)
	Criação de suínos utilizando o sistema de grupo intensivo	30 famílias (3 grupos), compostas por 30% mulheres e 70% homens, identificadas e a beneficiarem do Programa
	Apoiar as proposta de pedidos de animais pela comunidades	17 propostas e 170 beneficiários a serem verificados
	Continuação de apoio ao programa de desenvolvimento de pastagem	85 hectares de pastagem de ruminantes reabilitados e cultivados
	Projecto piloto de criação de cabra leiteiras	Projecto piloto realizado beneficiando 50 agricultores
	Projecto piloto de criação de pato mareco através de requisição de ovo do dia	Projecto piloto realizado beneficiando cerca de 90-100 agricultores
	Requisição das máquinas para a formulação das rações dos animais	Máquinas para a formulação das rações dos animais requisitadas
	Capacitação dos grupos de agricultores	25 grupos (5 Distritos) composto por 252 pessoas formados
Reduzir a morbilidade e mortalidade dos animais	Vacinação dos animais (porcos, vacas e galinhas/aves)	80% dos suínos, vacas e galinhas prevenidos das doenças
	Construção de "manga" de vacinação	10 locais em 10 Sub-distritos identificados
	Compra de medicamentos e multiplicação de cadernetas de vacinação	10% de animais tratados em 2013
	Produção do cartão de identificação dos animais	350,000 cartões de identificação dos animais produzidos
	Requisição dos equipamentos de laboratório de saúde animal	Equipamentos de laboratório de saúde animal requisitados para melhorar o funcionamento do laboratório no serviço de análise das pragas e doenças dos animais, peixes e plantas
Apoiar os programas de Segurança Alimentar		
Protecção às facilidades de Agricultura e Irrigação	Edificação de barreiras de pedra e massa nas margens das ribeiras, áreas agrícolas	Área agrícola de Seisal com uma cobertura de 600 ha protegida O Centro de mecanização e as zonas agrícolas de Oematahito, Wemolonaek, Holokhau, Colamboek, ameaçadas pelas cheias na época das chuvas proveniente da ribeira de Tono protegidas Área agrícola de Guisso com uma cobertura de 500 ha serem protegidas Área agrícola de Bebui com uma cobertura de 700 ha protegida, incluindo a zona agrícola de Dimbau
Inventariação de dados de irrigação	Levantamento de dados	Dados de 12 esquemas com uma cobertura de 10,000 hectares recolhidos e compilados
Garantir a gestão sustentável das áreas florestais para aumentar a qualidade do meio ambiente e a vida económica e social em Timor-Leste por meio da gestão dos recursos florestais e bacias hidrográficas		
Gestão Sustentável de áreas protegidas (AP) & parque nacional Nino Konis Santana (PNNKS)	Estabelecimento de demarcação provisório de baliza de zonas protegidas	Demarcação provisória de baliza nas zonas protegidas de Cristo Rei, Diatuto e Manucoco estabelecida
	Criação de plano mestre de desenvolvimento de turismo natural para áreas protegidas e parque nacional	Plano mestre de desenvolvimento de turismo natural nas áreas protegidas e parque nacional estabelecido

	Estabelecimento de projecto piloto de sobrevivência alternativa	Projecto piloto de sobrevivência alternativa no parque nacional Nino Konis Santana estabelecido
	Continuação de inquérito sobre flora e fauna	Dados sobre flora e fauna em 5 áreas protegidas (Ek Uni, Oebatan, Pot In, Us Meko, área mangais Sahen) recolhidos e compilados
Desenvolver a gestão dos produtos florestais, madeira e não madeira e plantas comerciais	Desenvolvimento de projecto piloto de plantação de bambo para usos na indústria de mobiliários	Projecto piloto de bambo de 10 ha estabelecido e desenvolvido
	Desenvolvimento do projecto piloto de lenhas	Projecto piloto de lenhas de 20 ha estabelecido e desenvolvido
Efectuar o controlo das áreas florestais	Estabelecimento de plantação de mangais	Plantação de mangais de 2 ha estabelecida
Reduzir a erosão e minimizar as actividades de expansão das áreas críticas	Desenvolvimento de viveiros	600,000 pés de plantas florestais produzidos nos 6 centros de viveiros
	Reflorestação	100,000 pés de plantas florestais plantados nas áreas críticas de 50 ha
	Estabelecimento de programa floresta comunitária	4 projectos piloto de florestas comunitárias em 4 Distritos estabelecidos
	Gestão de bacias hidrográfica utilizando o sistema de conservação terase countor	Dados sobre a gestão de bacias hidrográficas utilizando o sistema de conservação terase countor recolhidos e compilados
	Intervenção técnico de bio-engenharia (check dams, brush layering, hedge layering)	20 ha de áreas críticas protegidos através do programa de intervenção técnico de bio-engenharia (check dams, brush layering, hedge layering)
Promover e aumentar a produção e a produtividade de pescas e aquicultura		
Gerir, manter e proteger os recursos pesqueiros e ambiente marinho	Disseminação de informação sobre animais protegidos através de quadros de aviso	5,000 unidades de brochuras e 500 unidades de camisolas produzidos e prontos para a utilização na disseminação
Desenvolver e aumentar a indústria de pesca aquática	Estabelece 5 unidades de projecto piloto do FAD/rumpon	5 unidades de projecto piloto do FAD/rumpon estabelecidas beneficiando 5 grupos (50 aquicultores)
Desenvolver e utilizar as áreas potenciais para a produção de aquicultura	Compra de rações de peixe (pelet) para operação de 4 centros de viveiros de peixe na produção de alevins	500,000 alevins produzido para apoiar 4 centros de viveiros de água doce
	Desenvolvimento de aquicultura água doce e água salobra	Desenvolvimento de aquicultura água doce e água salobra beneficiam 30 grupos de aquicultores (150 pessoas)
	Compra de equipamentos e materiais para centro de viveiros (Same, Loihuno, Mugis, Gleno)	Equipamentos e materiais para centro de viveiros (Same, Loihuno, Mugis, Gleno) requisitados
	Operacionalização e manutenção dos centro de viveiros de caranguejo (Hatchery Mud Crab) em Vemasse	Centro de viveiros de caranguejo (Hatchery Mud Crab) em Vemasse beneficiam cerca de 500 aquicultores
Reforçar o sistema de inspeção, monitorização e controlo das actividades de pesca	MCS para actividade de pesca; Activação SPOT	Minimizar e combater as actividades de pesca ilegais
	Operação conjunta entre DNPA (MAP) e UPM (PNTL)	Actividade de pesca comercial e não comercial controlada
	Deslocação de monitores das pescas no barco de pesca semi-industrial e industrial	As embarcações de pesca comerciais, produto alvo, método de pesca, processamento e relatório de dados verificado e controlado
	Compra de equipamentos de marcação do barco de pesca comercial e	Equipamentos de marcação do barco de pesca comercial e não comercial

	não comercial	requisitado e instalado
Reforçar a coordenação dos serviços de administração e programas	Reabilitação do centro de viveiros de peixe	4 centros de viveiros de peixe (Same, Loihuno, Mugis, Gleno) reabilitados
	Pagamento de Quotas	Prova do pagamento de quotas
Melhorar a qualidade da produção de café e outras plantas industriais com valor económico		
Aumentar a produção e qualidade de café	Estabelecimento de bloco de alta produção de café	Bloco de alta produção de café de 4 ha estabelecido
	Preparação de mudas de café e árvores de sombreamento	1,000,000 mudas de café e 30,000 mudas de sombreamento de café produzido
	Extensão de plantação de café	250 ha da área de expansão de café propagada
	Revitalização/Reabilitação de plantação de café	Plantação de café de 500 ha reabilitado/ intensificado
Melhorar a qualidade de café	Estabelecimento do centro de processamento de café	15 grupos de agricultores nos 5 centros de processamento de café beneficiados pelo Programa
	Estabelecimento do centro de viveiro permanente Fatuquero	Centro de viveiro permanente estabelecido para produzir 500,000 pés
Introdução técnica e tecnológica para melhoramento da qualidade do café	Capacitação com método farmer Field School (FFS)	600 agricultores participam na capacitação sobre o método farmer Field School (FFS) e reforçam o seu conhecimento nesse método
Aumentar a produtividade e produção das plantas perenes e anuais	Produção de mudas de caju, cacau, coco, kamii e plantas medicinais	31,250 mudas de cacau, 6,150 mudas de coco, 50,000 mudas de caju, 100,000 mudas de kamii, 25,000 plantas medicinais produzidas
	Reabilitação e expansão da área das plantas pereniais e anuais	Área das plantas industriais de 200 ha reabilitada e área de expansão de 75 ha realizada
Introdução técnica e tecnológica de melhoramento da produção e qualidade das plantas industriais e perenes	Capacitação aos agricultores sobre a demonstração plot	300 agricultores participam na capacitação sobre demonstração plot e aumentam o seu conhecimento nessa técnica
Promover o valor adicional dos produtos dos Subsectores	Estabelecimento e reforço do programa SIPI, (vinho de banana, kripik, mel, marmelada e feijão-fore keli)	Potência dos produtos identificados, grupo do programa SIPI estabelecido e materiais e equipamentos fornecidos
	Assistência e apoio aos grupos de pequena indústria (óleo de coco e a diversificação na cozinha de produtos locais)	200 membros do grupo são apoiados através desta assistência
Apoiar a política e o plano do Ministério para aumentar a produção e a produtividade agrícola para garantir a segurança alimentar e a gestão dos recursos agrícolas de uma forma sustentável		
Fortificar o sistema de aviso prévio da segurança alimentar	Avaliação e verificação dos dados de segurança alimentar a nível Sucos, Aldeias e famílias	Todas as famílias a nível de sucros e aldeias têm disponibilidade de alimentos
		Todas as famílias beneficiam de acesso a alimentos nos próprios Sucros e Aldeias
	Celebração do dia mundial da Segurança Alimentar	Dia mundial da Segurança Alimentar celebrado com o objectivo de

		promover o produto local através de exposição
	Implementação de sistema do relatório de dados básicos de Segurança Alimentar	Dados básicos de Segurança Alimentar estabelecidos
Efectuar o plano do Ministério e integrar o papel do género nos serviços do MAP	Celebração do dia mundial das mulheres	Dia mundial das mulheres celebrado e 250 participantes participam neste comemoração
Melhorar a implementação, monitorização e avaliação das actividades	Monitorizar e avaliar os programas, projectos e actividades do MAP numa forma efectiva	Monitorização das actividades do MAP seguindo as implementações por cada trimestre
Melhorar o sistema de informação geográfica sobre agricultura e solo através da utilização dos dados de agro meteorologia	Mapeamento de áreas e cultivo de arroz e milho (primeira e segunda época)	Mapa das áreas e cultivo de arroz e milho (primeira e segunda época) nos 13 Distritos pronto
Desenvolver as ciências e tecnologia agrícola aplicadas para aumentar a produção agrícola	Continuação do teste de melhoramento das linhas de cultivo de milho	Recomendações sobre o novo sistema de cultivo de milho publicado
	Continuação de pesquisa do impacto de fertilizantes orgânico (Raboek, e Bio-M Rizobium) para melhorar a produção de milho	Recomendações sobre a vantagem de milho com grande potencial de produção publicado
	Continuação de pesquisa do impacto de fertilizantes orgânico (Raboek, e Bio-M Rizobium) para melhorar a produção de arroz	Recomendações sobre a vantagem de arroz local com grande potencial de produção publicado
	Identificação e estabelecimento do lugar para conservar a genética da variedade local (arroz, milho e mandioca)	Informação sobre recolha do arroz, milho e mandioca local recolhida e compilada
Desenvolver e proteger a agricultura de doenças exóticas e pragas pela importação para garantir a exportação dos produtos agrícolas		
Identificar as doenças e pragas das plantas, animais e peixes	Vigilância das pragas e doenças dos animais	80% SPS como critério standard internacional das exportação e importação estabelecido
	Vigilância das pragas e doenças das plantas	80% SPS como critério standard internacional das exportação e importação estabelecido
	Vigilância das pragas e doenças de peixes	80% SPS como critério standard internacional das exportação e importação estabelecido
	Estabelecimento de medidas SPS de quarentena de animais	Produtos de agro-pecuária com certificado de exportação implementado no território
	Estabelecimento de medidas SPS de quarentena das plantas	Produtos das plantas com certificado de exportação implementado no território
	Estabelecimento de regulamentos e custos de Quarentena para animais, plantas e pesca	Taxa do Governo para exportação e importação dos produtos agrícolas estabelecida e implementada
	Serviços de Catering	Inspectores nas áreas de fronteira apoiados

Qualificar os técnicos agrícolas através de formação para estarem aptos a apoiar os agricultores principalmente nas áreas rurais e estimular a juventude timorense a empreender projectos nas áreas agrícolas dirigidos às necessidades das comunidades		
Apoiar a prática dos estudantes das escolas de técnica agrícola	Iniciar as unidades produtiva (unidade produção de pecuária, de horticultura, produção alimentar, e unidade agro-negócio)	Executar prática, melhorar conhecimento e domínio das unidades pelos estudantes dos I,II,e III Anos
	Prática de aperfeiçoamento no terreno/PAT ou estágios	Conhecimento de 288-350 estudantes do III Ano nas escolas agrícolas ampliado
Apoiar as necessidades dos estudantes nas escolas de técnica agrícola	Serviços de Catering (preparações alimentos para os estudantes)	900 estudantes nas escolas agrícolas (Maliana, Natarbora e Fuluro) beneficiam do Programa
Apoiar o processo de aprendizagem	Inscrição dos novos estudantes das escolas de técnica agrícola	Novos estudantes de 350 pessoas seleccionados
	Exames Semestrais	900 exemplares das matérias de exames semestrais produzidos
	Exame Nacional/Final	300 – 350 finalistas participam no exame nacional/final
	Graduação para os finalistas	300 – 350 finalistas participam na graduação
	Caderneta escolar para estudantes da escola técnica agrícola	600 cadernetas escolares publicadas
	Diploma para os finalistas	294 – 350 exemplares de diploma para os finalistas produzidos
Elevar as capacidades dos professores	Capacitação da Língua Portuguesa aos professores	Conhecimento de 92 professores sobre a língua portuguesa ampliado
Desenvolver o currículo do ensino agrícola	Definição da carga horária de cada matéria do ensino	Carga horária de cada matéria de ensino bem definida para a implementação na aprendizagem
	Preparar o pacote de competência do ensino/sebenta	Pacote do ensino/sebenta com o total de 42 pacotes do ensino (normativo, adaptativo, produtivo geral e específico) produzido
Apoiar os equipamentos práticos dos estudantes de cada unidade	Utilização de equipamentos de laboratório para a prática dos estudantes	Os estudantes têm bom conhecimento de como utilizar laboratório como um lugar de prática
Assegurar a boa prestação dos serviços de extensão agrícola, produzir e disseminar as informações técnicas agrícolas e diversificação do rendimento dos agricultores		
Desenvolver os serviços de extensão agrícola	Fornecimento material e equipamentos para estação dos serviços da extensão agrícola	Material e equipamentos para estação dos serviços de extensão agrícola Sare fornecido
	Operacionalidade de 6 estações de serviço de extensão agrícola	6 estações de serviço de extensão agrícola bem organizadas para apoiar os extensionistas no campo de produção
Desenvolvimento das capacidades dos oficiais de extensão agrícola	Visitas e formação regular com os grupos de agricultores	Visitas e formação regular de 376 extensionistas orientados para 1,524 grupos de agricultores
	Capacitação aos expansionistas	Conhecimento de 376 extensionistas sobre a técnica de acompanhamento aos agricultores ampliado
Fortalecer o serviço de extensão agrícola	Estabelecimento do projecto piloto de demonstração	376 experiências de projecto piloto de demonstração da extensão agrícola estabelecidas
	Produção de casacos e camisolas para apoiar os extensionistas	500 camisolas e camisolas para apoiar os serviços de extensionistas no

		campo produzidos e distribuídos
	Produção formato do relatório e agenda de trabalho de extensão agrícola	Formatos do relatório e agenda de trabalho de extensão agrícola produzido e distribuído para os extensionistas
	Competição técnica de grupos agricultores de ICM e SRI	8 grupos agricultores de ICM e SRI participam na competição técnica e são promovidos como grupos de ICM e SRI avançados
	Monitorizar e Avaliar as actividades de extensão agrícola dum forma efectiva	Monitorização das actividades de extensão agrícola seguindo as implementações por cada trimestre
Desenvolver e produzir as informações técnicas agrícolas	Produção e publicação de jornais agrícolas	7,200 exemplares de jornais agrícolas publicados e distribuídos para os agricultores nas áreas rurais
	Produção de banner e panfletos	Pelo menos 12 banners e 250 panfletos preparados e distribuídos
	Produção programa de rádio agrícola na rádio comunidade	Conhecimento das comunidades sobre os programas e actividades implementada pelo MAP ampliado
Continuação de apoio ao fundo de desenvolvimento comunitário agrícola	Apoiar grupos de mulheres na implementação do programa de criação dos animais e cultivo de hortaliças	Pelo menos 323 grupos de mulheres seleccionados e apoiados implementam o programa de criação dos animais e cultivo de hortaliças
	Apoiar a implementação do programa de agricultura integrado aos grupos de agricultores	Pelo menos 61 grupos de agricultores seleccionados e apoiados implementam o programa de agricultura integrado
	Fornecer máquinas agrícolas (descascador de café, milho, coco, e materiais simples) aos grupos de agricultores, pescadores e cafeicultores	Pelo menos 1,150 grupos de agricultores seleccionados e apoiados
Contribuir para todos os sectores na implementação de extensão, programa/projecto para maximizar os serviços nos Distritos		
Assegurar os serviços de extensão e segurança alimentar	Encontro regular com os “extensionistas”	376 extensionistas (44 mulheres e 332 homens) participam no encontro
	Extensão sobre o programa do MAP	Agricultores nos 442 Sucos têm acesso a informação através ao programa integrado do MAP
	Demonstração de projecto piloto nos Sucos	Demonstração de projecto piloto nos 442 Sucos realizada
Estabelecimento das infra-estruturas básicas da agricultura nos Distritos	Construção de irrigação de Cassa	Canal de irrigação com a medida de 2000 m2 construído e 200 ha irrigados, beneficiando 40 chefes da família
	Construção de barreira para a protecção das áreas agrícolas e canais de irrigação de Seiçal-Cassameta	Barreira para a protecção das áreas agrícolas e canais de irrigação de Seiçal-Cassameta construída e 800 ha irrigados, beneficiando 160 chefes da família
	Construção de muralha no centro de viveiro de caranguejo (Hatchery Mud Crab) em Vemasse	Muralha no centro de viveiro de caranguejo (Hatchery Mud Crab) de 2.5 ha em Vemasse construída
	Construção de barreira para a protecção das áreas agrícolas e canais de irrigação de Faulara-Guico	Barreira para a protecção das áreas agrícolas e canais de irrigação de Faulara-Guico construídos, 400 ha irrigados, beneficiando 80 chefes da família
	Construção de barreira para a protecção das áreas agrícolas e canais de irrigação de Tono-Lalisuc	Barreira para a protecção das áreas agrícolas e canais de irrigação de Tono-Lalisuc construídos, 500 ha irrigados, beneficiando 100 chefes da família

	Construção de barreira para a protecção da Irrigação de Bebui	Barreira para a protecção de Irrigação de Bebui construída, 1,050 ha irrigados, beneficiando 554 chefes da família
	Reapropriação do projecto de estabelecimento do centro de extensão agrícola e laboratório	Custo do projecto de estabelecimento do centro de extensão agrícola e laboratório em Fatuquero reapropriado
Desenvolvimento dos recursos humanos (M/H)		
Aumentar a capacidade dos agricultores e os técnicos (M/H)	Capacitação aos agricultores	Conhecimento ampliado em 75% de 5,588 agricultores na área de produção alimentar, pecuária, irrigação, floresta, plantas industriais, e pescas
	Capacitação aos técnicos	Conhecimento ampliado em 75% de 3,481 técnicos na área de produção alimentar, pecuária, irrigação, floresta, plantas industriais, e pescas
	Capacitação aos técnicos de finanças e aprovisionamento	Conhecimento ampliado em 75% de 166 técnicos de finanças e aprovisionamento

Ministério do Turismo

Papel

VISÃO - Desenvolvimento do bem estar social, e promover sustentabilidade socioeconómico da nação, promovendo através do sector Turismo.

MISSÃO :

1. Promover e desenvolver uma economia estável baseada na produtividade garantido o bem estar do povo.
2. Definir as políticas para o desenvolvimento do sector turismo.
3. Incentivar e apoiar o sector empresarial no crescimento de negócios, no aumento de competitividade e a capacidade de actuar numa economia globalizada.
4. Desenvolver e promover o sector Turismo sustentável (ecologia, social, cultural etc.)

Orçamento

O Ministério do Turismo tem um Orçamento de 6,288 milhões de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas Ministério do Turismo (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	2,903	3,879	6,288	6,332	6,585	6,848	7,122
Recorrentes	2,884	3,780	5,823	6,056	6,298	6,550	6,812
Salários e Vencimentos	424	678	944	982	1,021	1,062	1,104
Bens e Serviços	1,389	1,827	3,379	3,514	3,655	3,801	3,953
Transferências Públicas	1,071	1,275	1,500	1,560	1,622	1,687	1,755
Capital	19	99	465	276	287	298	310
Capital Minor	19	99	265	276	287	298	310
Capital Desenvolvimento	-	-	200	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	2,903	3,879	6,288	6,332	6,585	6,848	7,122
Recorrentes	2,884	3,780	5,823	6,056	6,298	6,550	6,812
Capital	19	99	465	276	287	298	310

Perfil de Funcionários

O Ministério do Turismo no período de 2013/2017 tem uma estimativa de força de trabalho de cerca de 185 pessoas. Para o ano de 2013 aloca 172 pessoas, composto por 108 funcionários permanentes e 64 vagas por preencher de 2012. Significa que 13 pessoas são fornecidas para o período seguinte.

M TURISMO

Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministerio	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G				
Funcionarios Publicos Actuais	1	7	20	35	29	12	4	108	172	Director Geral	3
Agente da Administracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0		Inspeor Geral	1
Vagas por preencher 2012	2	7	22	24	9	0	0	64		Director Nacional	13
Nova proposta de vagas 2013/2017	1	2	2	4	3	1	0	13		Director Distrital	4
Total Força de Trabalho	4	16	44	63	41	13	4	185		Chefe Departamento	24
										Chefe Seccao	6

Plano Anual do Ministério do Turismo para 2013

Actualização da estrutura orgânica, desconcentração da missão e criação de boas condições de serviço no Ministério		
Reforçar a estrutura dos Serviços que compõem a Direcção Geral e Direcções Regionais do Turismo	Recrutamento de funcionários sob tutela da: Direcção Nacional de Recursos Humanos Direcção Nacional de Gestão Financeira Direcção Nacional de Aprovisionamento e Logística Direcção Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento 5 Direcções Regionais	Vagas preenchidas (50% H e 50% M) Novos postos de serviços a funcionar
Aquisição de novo edifício do MT	Implementação de Planeamento	Edifício do MT em funcionamento e o desempenho dos serviços são mais eficaz e efectivo
Definir o quadro e a disciplina pessoal e promover as qualidades profissionais dos funcionários do Ministério		
Estabelecer o mapa do pessoal do MT	Registo individual dos funcionários e das suas competências	Necessidades identificadas. Base de dados do pessoal completa
Recompensa e Punições	Acompanhar os procedimentos	Ações disciplinares aplicadas e produtividade aumentada
Aperfeiçoar as capacidades administrativas e de gestão dos funcionários	Capacitação na área de Estatística do Turismo	9 Funcionários especializados nas respectivas áreas (5H e 4M) Aumento da prestação de serviços das direcções.
	Curso de Gestão, Administração e Finanças.	5 Funcionários frequentam o curso (2H e 3M) Aumento da prestação de serviços da direcção
	Capacitação na área da pesquisa e planeamento turístico	5 funcionários (2H e 3M) capacitados. Melhor desempenho
	Capacitação na área de línguas (Português e Inglês)	5 funcionários (3H e 2M) capacitados. Domínio de línguas
	Capacitação na área da língua Inglesa	N.º total de funcionários no Ministério a participar no programa home stay: 9. Domínio de língua Inglesa
Prestar boa administração financeira dos procedimentos de despesa e receitas públicas do Ministério		
Capacitação dos oficiais das finanças	Formação sobre normas legais da execução do orçamento	Noções consolidadas da gestão financeira do Estado e transparência nos procedimentos de despesas
	Formação em gestão e planeamento orçamental	Conhecimentos consolidados e execução orçamental eficiente
	Formação no domínio da contabilidade	Noções consolidadas sobre as contas públicas. Relatório financeiro do estado preparado.
Levantamentos de dados turísticos e culturais, preservação das histórias dos combatentes da resistência e boa gestão do património do Ministério		
Estabelecer a base de dados do turismo, arte e cultura	Recolha e análise de dados do Turismo ecológico e marítimo	Identificar as potencialidades de Praias, montanhas Locais Históricas, Culturais e Religiosas,
	Recolha de dados do Turismo histórico e cultural, de aventura e desporto, religioso e de peregrinação.	Identificar e preservar o património cultural
Documentar as histórias e sítios	Documentar episódios históricos através de gravações de 4 sítios	Histórias gravadas sobre Soibada (Manatuto) Maio de 1976, Monte

das grandes batalhas e locais das reuniões da resistência	relevantes	Matebian Novembro de 1978, Laline/Lakluta (Viqueque) Março de 1981, Lari-Gutu (Viqueque) 20 de Março de 1983
Estruturar a base de dados, rede de tecnologia informática e comunicações do MT	Assegurar as adequadas condições de trabalho e materiais para o desenvolvimento da tecnologia informática e base de dados	Base de dados actualizadas
Actualização da estrutura e implementação dos objectivos e política do Turismo		
Reforçar a estrutura dos Serviços da Direcção Geral	Recrutamento de funcionários sob tutela da estrutura da Direcção Geral do Turismo	32 novos funcionários para preencher nova estrutura (12 H e 20M) recrutados. Serviços são mais eficientes e efectivos
Assistência técnica à Direcção	Providenciar assistência técnica à Direcção Geral	Conhecimento e prestação de serviços melhorados. Desempenho de trabalhos nas áreas da arquitectura, estatística, planeamento, meio ambiente, marketing, empreendimentos, legais, IT, e mapeamento do turismo melhorado.
Definir a política e leis do Turismo e estabelecer, coordenar e consolidar a cooperação e promoção das qualidades profissionais dos funcionários		
Estabelecer a Lei do Turismo, cooperações e coordenações	Preparar os esboços das Leis	Actividades turísticas regulamentadas e aprovadas em Conselho de Ministros/ Parlamento Nacional
	Manter as cooperações bilaterais e multilaterais	MOU bilaterais, regionais e multilaterais estabelecidos e acordos implementados
	Desenvolver coordenações interministeriais	MOU ministeriais/Resolução de Conselho de Ministros Acordos implementados com Despachos do Governo
Capacitar os funcionários	Disseminação das legislação sobre função publica	100 participantes
Desenvolvimento, qualificação e modernização do Turismo e promoção das qualidades profissionais dos funcionários		
Sensibilizar e convocar a participação das comunidades no desenvolvimento do turismo	Campanha de sensibilização do Turismo	Noções das comunidades e turistas aumentadas sobre o turismo. 100 Participantes no programa (50H/50M)
	Formação de operadores turísticos	Qualidade dos serviços em restaurantes, hotéis e agências de viagens melhorada. 35 participantes (18H / 17M)
	Formação para motoristas de Táxi	Qualidade do serviço no aeroporto de Díli melhorada 150 taxistas (130 H e 20M)
Gestão de Crocodilos	Estudo de viabilidade sobre controlo dos Crocodilos	Projecto piloto no controlo dos crocodilos estabelecido. Diminuição das fatalidades geradas pelos crocodilos
Manutenção e limpeza das infra-estruturas dos Centros Turísticos	Manutenção de centros recreativos e pousadas, CCD, Largo de Lecidere, Cristo Rei, João Paulo, Praças de Restauração	Atrair turistas domésticos e estrangeiros Aumento de 300 visitas por mês aos Centros recreativos.
Construção de novos espaços recreativos	Espaço miniatura de Timor-Leste	Jardim de Fantasia: Plano Mestre
	Embelezar praia de Tasi-tolu até Dolok Oan (Cristo Rei)	Jardim das flores: Plano Mestre

	Casa Tradicional Flutuante (à superfície do mar) em frente ao Palácio do Governo	Centro de Informações Turísticas: Plano Mestre
Levantamento de dados e mapeamento turístico identificando áreas relevantes	Criação de base de dados	Dados disponíveis para planeamento
	Estudo de viabilidade	Dados de planeamento e desenvolvimento turístico disponíveis. Seminário/Workshop organizado
Aperfeiçoar as capacidades dos funcionários	Formação no domínio de planeamento, SIG, estatística	5 Funcionários frequentam formações (3H e 2M), recebem certificado e melhoram prestação de serviços da Direcção
Promover as potencialidades do Turismo de Timor-Leste		
Organizar e realizar os eventos nacionais e internacionais	Realização do Carnaval, Sunset Market, Timoresia, Festival de Caravana, Festival economia solidária de Atauro, Festa de Natal e Ano Novo	Atrair turistas nacionais. Aumento de visitas turísticas
	Tour de Timor, Díli Maratona, Pesca Desportiva, Competição de fotografias marinhas, Corrida de Beiros e Cavalos, Festival da cultura Fronteira	Atrair turistas internacionais Aumento de visitas turistas estrangeiras
Desenvolvimento do ambiente de negócios e hospitalidade	Quarta Fase de apoio ao Turismo Comunitário	Melhoramento de 50 casas de hóspedes, restaurantes e artesanato. (40 M e 10H) Condições dos estabelecimentos melhoradas e maior satisfação dos visitantes.
Desenvolvimento da infra-estruturas básicas para promoção turística e promoção das qualidades profissionais dos funcionários		
Reabilitação dos Fortes de Maubara e Batugade e antigo mercado de Baucau	Planeamento e Desenho E Plano de reabilitação	Desenho
Centro de Formação em Turismo e Hotelaria	Planeamento	Desenho
Aperfeiçoar as capacidades dos funcionários	Estágio de Organizador de Eventos	5 Funcionários frequentam o estágio (3M e 2H), recebem certificado e melhoram o serviço da Direcção
Promover Timor-Leste como destino turístico potencial		
Promover as potencialidades turísticas junto dos turistas e investidores no exterior através de parcerias nacionais e internacionais	Participar nas exposições de PATA, World Travel Market, FITUR, ADEX, BTL, ITB Asia, Adventure Expo Sydney	Atrair turistas e investimentos no país 100,000 turistas a visitar Timor-Leste
	Quota de Membro/ Membership fees UNWTO, PATA, South Pacific Tourism Organization	Boa relação com organização Internacional TL beneficia de assistência técnica na área do turismo
Centro de Informação Turístico	Estabelecimento de novos centros de informações na fronteira de Batugade e Aeroporto de Díli Arrendamento de Centro de Informação (Timor Plaza)	Informações turísticas melhoradas e aumento de visitas dos Turistas
Disseminar informações	Produção e Reprodução das materiais de promoção turística	Brochuras e Livros produzidos: 150,000 exemplares distribuídos

turísticas aos turistas domésticos e estrangeiros	Viagem de familiarização (Fam - Trip)	Visitas facilitadas a agências/Jornalistas Internacionais para mostrar potencialidades de TL a 5-10 profissionais
	Publicação de Revista turística	Promoção de Centro turístico, PATA e Sailing Magazines
	Colocação de marcadores perto dos sítios turísticos	Sítios turísticos evidenciados
	Estabelecer o sitio electrónico do turismo	Informações turísticas são actualizadas e de fácil acesso ao público via internet
	Industrialização, regulamentação e revisão das leis de jogos e promoção das qualidades profissionais dos funcionários	
Realizar estudo sobre industrialização de jogos	Estudo sobre o impacto sócio económico como consequência da indústria de jogos	Estudo aprovado, com recomendações ao governo
Afiliação e Cooperação Internacional	Afiliação como Membro da CIBELAE	Participação de TL como membro da CIBELAE
	Estabelecer protocolo de cooperação	Implementação do protocolo de cooperação com Santa Casa de Misericórdia de Lisboa
Gestão da Participação dos jogos	Reactivação da Agência para gestão das participações nos jogos (AGPJ)	Agencia volta a funcionar
Revisão do Decreto Lei	Revisão do Decreto Lei No.6/2009	Lei alterada mais adequada à nova realidade dos jogos
Capacitação dos funcionários nas áreas de fiscalização e administração	Curso de Gestão, Administração e Finanças e Contabilidade	Sistema de controlo administrativo melhorado
Garantir que a gestão dos recursos humanos, financeiros e materiais estejam de acordo com os procedimentos internos e promoção das qualidades profissionais dos funcionários		
Reforçar a estrutura dos Serviços que compõem a Inspeção de Auditoria Interna	Recrutamento de funcionários sob tutela da Inspeção de Auditoria Interna	Novos funcionários preenchem as vagas (50%H e 50%M). Novos postos de serviços a funcionar
Promover a boa Governação	Auditoria da execução do orçamento, administração e inventariação	Eficiência e eficácia da execução de serviços
	Inspeção de Projectos físicos do MT	Monitorização do calendário de execução do projecto e Inspeção conjunta
Aperfeiçoar as capacidades dos funcionários	Capacitação nas áreas de auditoria e administração.	5 funcionários (3M e 2H) capacitados e serviço melhorado
Reforço do sector da cultura de acordo com as prioridades definidas pelo Governo		
Melhorar a definição e implementação de políticas e estratégias no Sector da Cultura, apoiando a criação das	Contratação de um assessor internacional	1 assessor internacional contratado e a trabalhar. Assessor internacional apoia a Direcção-Geral na concepção e gestão de políticas e estratégias no Sector da Cultura, bem como na implementação dos Planos Anuais das Direcções Nacionais

instituições culturais previstas		
Participação dos funcionários da Secretaria de Estado em eventos e formações relacionados com as áreas técnicas sob a sua tutela	Visitas de estudo, formação e aprendizagem no estrangeiro	Visitas de estudo, formação e aprendizagem realizados, e funcionários melhor capacitados
Desenvolvimento do projecto da Academia de Artes, Cultura e Indústrias Criativas de Timor-Leste		
Implementação das políticas e estratégias definidas para a área das Artes, Cultura e Industrias Criativas Culturais	Contratação de Funcionários	Funcionários contratados e a trabalhar no Departamento das Artes e Cultura e no Departamento de Indústrias Criativas Culturais
Apoio à execução do Plano Anual da Direcção Nacional	Contratação de 4 Profissionais	4 profissionais contratados e a apoiar a DN na área de Música e artes plásticas, para a implementação do PA na DN-ACICC
Identificação, pesquisa e divulgação de algumas das actividades tradicionais que farão parte da futura Academia de Artes e Industria Criativas Culturais de Timor-Leste	Contratação de grupos para proceder a levantamentos culturais (tais, música, cestaria, cerâmica, ourives, dança) e produção de livros ou DVDs com a informação	Algumas das actividades que farão parte do currículo da Academia de Artes investigadas. Produção de materiais de apoio. Levantamentos realizados e livros ou DVDs produzidos e impressos.
Reforço do sector da Cultura, de acordo com as prioridades definidas pelo Governo para a área de museus e bibliotecas		
Implementação das políticas e estratégias definidas para a área de Bibliotecas	Contratação de funcionários para a área de Bibliotecas	Funcionários contratados e a trabalhar (50%H e 50%M) no Departamento da Biblioteca Nacional e no Departamento da Rede Pública de Bibliotecas
Implementação e Serviços técnicos definidas na Área de Museu e Bibliotecas	Contratação de 7 Profissionais	7 profissionais apoiam a Direcção e os respectivas Departamentos na implementação do Plano anual de Actividades, relativamente ao levantamento de dados na área Museu e Biblioteca
Inserção da Biblioteca Nacional na rede de bibliotecas do Sudeste Asiático	Participação em conferências e workshops sobre Bibliotecas no Sudeste Asiático (CONSAL)	3 responsáveis da área de bibliotecas participam em duas importantes reuniões técnicas de trabalho . Obtenção de experiência, informações e materiais para a Biblioteca Nacional
Recolha de informação detalhada sobre todas as bibliotecas públicas e escolares em Timor-Leste	Visita às bibliotecas públicas e escolares de 3 distritos em Timor-Leste para recolha de informação	Informação recolhida em 3 distritos e inserida em base de dados, permitindo a criação de uma rede nacional de bibliotecas
Reforço do processo de identidade nacional e da literacia nas duas línguas oficiais e a	Impressão e publicação do Dicionário de Tétum Oficial e outras publicações em português e tétum, a serem distribuídos nos distritos e também para colecção da biblioteca nacional	Disponibilização de livros em tétum e português nas escolas, como forma de combater a iliteracia em Timor-Leste. 5.000 livros em tétum e português impressos e distribuídos nas escolas e comunidades

literacia da área biblioteconomia		
Recolha de informação detalhada sobre ai to'os e odamatan nos distritos	Visita aos distritos e subdistritos para registo e recolha de informação	Informação completa recolhida em todo o país e inserida em base de dados sobre ai to'os e odamatan para completar a informação da Colecção do Museu
Sensibilização de professores/alunos sobre a importância do Museu para o desenvolvimento de TL	Impressão de brochura e publicações do Museu e campanhas de sensibilização sobre museus para professores e alunos em 3 distritos, através do projecto do Museu Móvel	Professores e alunos sensibilizados para a importância do Museu. Brochuras e publicações impressas e distribuídas e campanhas de sensibilização realizadas em 3 distritos
A Colecção do Museu Nacional é organizada e a sua catalogação melhorada	Criação de base de dados do Museu e Centro Cultural e catalogação e registo da Colecção do Museu	Organização e todas as peças do Museu, incluindo as que desapareceram em 1999. Base de dados produzida
Divulgação da importância da Colecção Nacional do futuro Museu	Exposição nacional sobre ai to'os e odamatan + produção de um catálogo da exposição	A exposição e o catálogo ajudam a divulgar a Colecção e a necessidade de construir um Museu Nacional Catálogo produzido e impresso e exposição realizada
Criação de uma rede pública de museus como fonte de divulgação da história de Timor-Leste e apoio ao turismo	Concepção do projecto de arquitectura para a construção do Museu Local de Dair (Maubara), turismo de habitação e arranjos locais	Museu Local de Dair e turismo de habitação são pólo de desenvolvimento local, atraindo turistas e contribuindo para a melhoria de vida da comunidade.
Reforço do sector da cultura, de acordo com as prioridades definidas pelo Governo para a área do Património Cultural		
Implementação e Serviços técnicos definidas na Área de Património Cultural	Contratação de 3 Profissionais	3 profissionais apoiam a Direcção e os respectivas Departamentos na implementação do Plano anual de Actividades
Estudo, protecção e divulgação do Património Cultural de Timor-Leste		
Estudo, salvaguarda e divulgação do património arquitectónico de origem portuguesa, como factor de identidade nacional	Concepção de projecto de arquitectura para a reconstrução do Antigo Posto de Oecusse, para funcionar como Centro Cultural	Conceito, Design e BOQ preparados para a recuperação de um importante edifício do património arquitectónico, para funcionar como Centro Regional de Cultura em Oecusse
	Sinalização do património arquitectónico de origem portuguesa do distrito de Liquiçá e produção de brochura	21 Placas de sinalização desenhadas, construídas e instaladas junto dos edifícios arquitectónicos de origem portuguesa no distrito de Liquiçá + 1 brochura produzida. Edifícios de origem portuguesa do distrito de Liquiçá devidamente assinalados, com informação histórica
	Produção de 1 brochura sobre património cultural arquitectónico	1 Brochura produzida, impressa e distribuída sobre os edifícios de origem portuguesa do distrito de Liquiçá
	Levantamento sobre dados do património cultural de origem portuguesa em bibliotecas e arquivos em Portugal e Macau	Contratação de estudante de história ou arquitectura em Portugal para realizar pesquisa em arquivos de materiais sobre património cultural de origem portuguesa em Timor-Leste. DVDs com materiais históricos

		(publicações, fotografias, documentos históricos) digitalizados e enviados para Timor-Leste
	Levantamento do património arquitectónico de origem portuguesa da cidade de Díli, com exposição e publicação	Sensibilização para a necessidade de preservar o património arquitectónico, através de pesquisa e divulgação do mesmo. Património arquitectónico de origem portuguesa em Díli identificado e integrado em base de dados; exposição e publicação produzidas
	Mapeamento Cultural do Distrito de Liquiçá - levantamento de literatura popular de tradição oral e produção de 2 livros em 3 línguas (língua materna, tétum e português) com ilustrações	2 Livros de tradições orais com ilustrações produzidos, impressos e distribuídos. Tradições orais registadas e publicadas em livros, nas línguas nacionais e oficiais
Divulgação do património arquitectónico tradicional, como factor de identidade nacional	Apoio à reconstrução de 30 Casas Sagradas e produção de um livro sobre a recuperação e preservação do património arquitectónico tradicional de Timor-Leste	Iniciada ou concluída a construção de 30 Casas Sagradas em todo o país; livro sobre reconstrução de Casas Sagradas produzido e distribuído que permite sensibilizar sobre a necessidade de reconstruir e proteger o património arquitectónico tradicional de Timor-Leste
	Contratação de um antropólogo internacional para levantamento das Casas Sagradas de Liquiçá e produção de livro nas línguas oficiais	Casas Sagradas de Liquiçá registadas e publicadas em livro, nas línguas oficiais. 1 livro sobre o património arquitectónico tradicional de Liquiçá produzido e distribuído
Capacitação dos funcionários da DNPC sobre património no estrangeiro	Participação em formação sobre património cultural na Austrália	Melhoria das capacidades técnicas dos funcionários da DNPC em áreas relevantes 10 Funcionários e membros da comunidade participam neste evento
Pesquisa e sensibilização sobre o património cultural, como factor de identidade nacional	Levantamento de dados culturais e sensibilização sobre património cultural nas escolas e comunidades (Baucau e Oecusse) e impressão de brochura e banners	Registo da informação recolhida em base de dados e sensibilização para a necessidade de preservar o património. Levantamentos e acções de sensibilização em escolas de 2 distritos e impressão de brochura e banners

Ministério do Petróleo e Recursos Minerais

Papel

O Ministério do Petróleo e Recursos Naturais é a entidade governamental encarregue de gerir o sector do petróleo e o sector dos recursos minerais, com destaque para a produção de gás em Bayu Undan e Kitan, a qual constitui uma receita importante para Timor-Leste.

Orçamento

O Ministério do Petróleo e Recursos Minerais tem um Orçamento de 9,301 milhões de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas
Ministério do Petróleo e Recursos Minerais (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	6,398	6,319	9,301	9,673	10,060	10,462	10,881
Recorrentes	6,260	6,244	9,193	9,561	9,943	10,341	10,755
Salários e Vencimentos	188	207	253	263	274	285	296
Bens e Serviços	2,272	1,737	1,940	2,018	2,098	2,182	2,270
Transferências Públicas	3,800	4,300	7,000	7,280	7,571	7,874	8,189
Capital	138	75	108	112	117	121	126
Capital Minor	138	75	108	112	117	121	126
Capital Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	1,581	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	1,480	-	-	-	-	-
Capital	-	101	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	6,398	7,900	9,301	9,673	10,060	10,462	10,881
Recorrentes	6,260	7,724	9,193	9,561	9,943	10,341	10,755
Capital	138	176	108	112	117	121	126

Perfil de Funcionários

O Ministério de Petróleo e Minerais no período de 2013/2017 tem uma estimativa de força de trabalho de cerca de 78 pessoas. Para o ano de 2013 aloca 57 pessoas, composto por 47 funcionários permanentes e 10 vagas por preencher de 2012. Significa que 21 pessoas são fornecidas para o período seguinte.

Ministerio de Petroleo e Minerais											
Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministério	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G				
Funcionarios Publicos Actuais	0	6	3	9	22	5	2	47	57	Director Geral	0
Agente da Administracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0		Inspeor Geral	0
Vagas por preencher 2012	0	0	1	0	8	1	0	10		Director Nacional	2
Nova proposta de vagas 2013/2017	0	2	1	4	10	3	1	21		Director Distrital	0
Total Força de Trabalho	0	8	5	13	40	9	3	78		Chefe Departamento	6
										Chefe Seccao	0

Plano Anual do Ministério do Petróleo e Recursos Minerais para 2013

Administração geral do Ministério - DNAF		
Administrar o processo de execução do orçamento e a administração geral que suporta o Ministério no seu trabalho diário	Desenvolver ao longo do ano todas as actividades necessárias e prestar o apoio logístico, financeiro e administrativo aos departamentos do Ministério que prestam serviço directamente ao público (Back Office)	Execução atempada da dotação orçamental atribuída ao Ministério
	<ul style="list-style-type: none"> » Cursos intensivos, formação continua e treino no local de trabalho, através de Cursos de Língua Inglesa; Treino na área de gestão; Treino na área de Finanças; Treino na área de Informática, aprovisionamento e logística; e Treino na área de fiscalização » Programa de Bolsas de Estudo » Colaboração com as universidades no processo de acompanhamento do programa de estudo dos bolseiros SERN - MPRM 	<ul style="list-style-type: none"> » Número de funcionários do Ministério que frequentaram acções de formação (H/M) » Funcionários do MPRM: 62 pessoas, cada pessoa tem o direito de participar no programa de treinamento e cursos intensivos duas vezes por ano (H/M) » 43 graduados com grau de Licenciado (S1) na área de Geologia, Geofísica, Eng. Minas, Eng. Ambiente, Petróleo, Ciências, Comércio, Ambiente, e dois pilotos formados (H/M)
	Promover toda a informação sobre o programa de trabalho do Ministério junto dos funcionários e do público, incluindo conferências de imprensa, entrevistas e documentação fotográfica e vídeos sobre as actividades do Ministério	Número de acções de informação realizadas e locais
	Promover toda a informação sobre o programa de trabalho do Ministério junto dos funcionários e do público, incluindo: o programa do Ministério, brochuras e pacotes de actividades do Ministério a distribuir aos Administradores de Distrito, Sub-Distrito, Chefes de Suco, Chefes de Aldeia e aos institutos relevantes.	<ul style="list-style-type: none"> » Conclusão até ao final do ano dos projectos indicados » Número de documentos produzidos e respectiva distribuição pelos 13 distritos
Administrar os Recursos Minerais - DNM		
Administrar as actividades relacionadas com os recursos minerais que têm lugar em todo o território de Timor-Leste, com eficiência e seguindo a lei e os regulamentos em vigor	Estruturação interna da Direcção de forma a incluir dois novos departamentos, o departamento de licenciamento e o de fiscalização	<ul style="list-style-type: none"> » Número de funcionários da Direcção que frequentaram acções de formação (H/M) » 2 Departamentos criados e estruturadas as funções e termos de referência para todas as equipas e/ou funcionários que exercem funções no departamento.
	Melhorar o nível de controlo da actividade de exploração de minerais (extractivas) no âmbito do Diploma Ministerial (DM) N.º 1/2008 de 30 de Julho e apresentar o novo sistema de controlo, monitorização e administração da actividade de mineração aos ministérios relevantes, aos empresários e ao público em geral	Ter todas as actividades extractivas registadas e dentro do sistema

	»Realizar o estudo de identificação do potencial mineral existente em Timor-Leste, em colaboração com os técnicos do Instituto do Petróleo e Geologia (I.P.G. – I.P) na realização de estudos de identificação do potencial	Grau de execução percentual do estudo executado
	»Apresentar a Lei sobre Minerais de Timor-Leste »Organizar encontros e preparar as informações a apresentar durante as consultas públicas, incluindo a sua apresentação no Concelho de Ministros e no Parlamento Nacional »Preparar os principais documentos de implementação da Lei de Minas e das actividades de extracção de minerais em Timor-Leste	»Aprovação, incluindo entrada em vigor, da Lei sobre Minerais de Timor-Leste »Número de encontros realizados e respectivos locais »Documentos preparados sobre a implementação da Lei de Minas e das respectivas actividades
	Garantir a maximização da receita do Estado de Timor-Leste obtida com taxas de mineração aumentando o seu valor relativamente ao ano de 2012	Aumento do valor das taxas de mineração em relação a 2012 (valor e %)
	Organizar encontros de trabalho com os assessores com vista a preparar e elaborar as políticas sectoriais relativas à actividade de mineração artesanal e mineração estratégica	Estudo realizado com a identificação das áreas onde ser verifica maior potencial da actividade de mineração
Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas		
Garantir os recursos necessários à implementação da ITIE	Rever o quadro legal de modo a serem identificados potenciais obstáculos à implementação da ITIE	Assegurado que não existe obstáculos à implementação da iniciativa, tal como requerido pela regra n.º 8 das regras EITI
Remover os obstáculos à implementação da ITIE /desenvolvimento da capacidade e estratégia de penetração social	Fortalecimento da capacitação/formação/treino da Sociedade Civil (incluindo os meios de comunicação social) nos temas e questões relevantes à ITIE e ao sector do petróleo, de forma a melhorar a percepção da sociedade civil sobre o trabalho da EITI e dos temas relevantes ao sector do petróleo em Timor-Leste e suas operações	»Número de acções de capacitação/formação/treino da Sociedade Civil promovidos pelo Governo (locais) » Número de programas sobre esta temática, promovidos pelos grupos da Sociedade Civil (locais) »Reforçar a confiança no sistema de Governança junto da Sociedade Civil. »Ajudar a Sociedade Civil (ao nível do distrito e sub-distrito) a perceber melhor as questões relacionadas com as indústrias extractivas
	Desenvolver a capacidade/formação, e as acções de esclarecimento junto do Governo, do Gabinete do Presidente da República, do Parlamento Nacional, junto dos Órgãos Superiores da Magistratura e do sistema judiciário em geral, para que todos percebam melhor as questões críticas ao sector e à ITIE	Melhor a percepção das instituições do Estado relativamente aos benefícios da implementação nacional/local da iniciativa, também dos mecanismos que vão para além dela, e das questões relacionadas com o sector do petróleo e suas operações
Continuar a elaborar e disseminar o relatório ITIE	Estratégia de penetração social da mensagem e actividades dirigidas a informar a população	»Mais informação disponibilizada, relativamente à implementação da iniciativa ITIE Timor-Leste, dos mecanismos para além dela, da

		<p>fiscalidade do petróleo, da gestão e regulação do sector, das actividades desenvolvidas (upstream, midstream e downstream) tornando-as mais acessíveis, em termos de número de meios e sua proximidade</p> <p>»Aumentar a informação pública sobre estas questões</p> <p>»O portal da iniciativa disponibilizou as actas das reuniões do Grupo de Trabalho, as Declarações/Comunicados Oficiais dos responsáveis governamentais, o relato das actividades e acções desenvolvidas pela ITIE, o relatório de reconciliação de resultados, demonstrações financeiras e pagamentos de impostos, o relatório de validação, comunicados de imprensa, notícias em geral (sobre o tema), outras ligações institucionais</p>
Validação do processo de implementação da ITIE	<p>»Actualizar e rever o modelo (template) de relatório utilizado em Timor-Leste</p> <p>»Negociar e acordar o nível de desagregação que constará do modelo de relatório</p> <p>»Publicar e disseminar, depois de o submeter ao Governo, o relatório de cumprimento/conformidade aos parâmetros da iniciativa.</p> <p>»Processo de validação ITIE;</p> <p>»Publicação e disseminação do relatório de validação ITIE</p> <p>»Relatório de progresso da implementação da ITIE</p> <p>»Conferência Mundial Bianual</p> <p>»Conferência Regional ITIE</p>	<p>»Revisão concluída e respectivo reporte</p> <p>» Estabelecido o nível de desagregação</p> <p>»O relatório ITIE disponibilizado ao público, com toda a informação relevante e em termos de ser facilmente legível</p> <p>»Elaborado (e disseminado) em 4 línguas (tétum, português, Indonésio e Inglês)</p> <p>»Consultor contratado e promoção de diálogo e aprendizagem interna</p> <p>»Continuidade de transparência garantida através da implementação dos 6 pilares do Modelo de Transparência de Timor-Leste: Portal de Transparência; ITIE; Fundo Petrolífero; Transmissão pública do debate orçamental; Comunicados (oficiais) de imprensa relativamente a todos os assuntos aprovados em Conselho de Ministros.</p>
Autoridade Nacional do Petróleo		
Maximizar a receita e multiplicar os benefícios económicos	Executar e concluir o projecto de licitação de novas áreas abertas à exploração, tanto no mar, como em terra.	<p>»Assegurar a conclusão do processo de licitação e adjudicação de novas áreas e blocos abertos à exploração na zona exclusiva de Timor-Leste (marítima) e conjunta (JPDA)</p> <p>»Licitações planeadas para o ano de 2013</p>
Maximizar a participação de Timor-Leste no desenvolvimento do sector do Petróleo e promover a melhor norma ambiental, de saúde pública e	Manter e melhorar a relação com todas as partes envolvidas ou interessadas nas actividades de exploração da área conjunta (JPDA). Esta é uma actividade permanente, de esforço continuado de melhoria da regulação/supervisão em todas as fases e segmentos da actividade petrolífera e de melhoria da qualidade do serviço prestado aos Estados e às entidades licenciadas.	Qualidade da administração de gestão corrente das actividades de exploração do petróleo.

de segurança nas instalações e no trabalho		
Desenvolver a capacidade institucional do sector do petróleo em Timor-Leste	Monitorizar as actividades dos operadores. Este é um esforço e serviço de natureza permanente que de forma contínua se mantém ao longo de todo o período anual.	»Nível de cumprimento das obrigações pelos operadores. »Índices de conformidade e cumprimento das normas em vigor por parte dos operadores em todas as fases da cadeia petrolífera em que os mesmos participem.
Esforço de melhoria continuidade dos processos de monitorização, inspecção, verificação e emissão de autorização relativas às actividades petrolíferas em curso no upstream	»Realizar acções regulares de inspecção »Realizar auditorias a despesa incorrida nos termos dos contratos de partilha de produção	»Número de acções de inspecção realizadas »Número de auditorias realizadas
Regulação da actividade de downstream em Timor-Leste	Regular o Downstream	»Ter o regulamento para regular as actividades de downstream; »Aprovação dos regulamentos do Downstream relativos ao armazenamento de combustíveis
TASI MANE e TIMOR GAP, E.P.		
Concretização do novo corredor económico na Costa Sul do País	Continuação do processo de tenderização (concurso) e Construção do Suai <i>Supply-Base</i>	»Conclusão do processo de tenderização »30% da construção até ao fim do ano de 2013
	Finalizar o processo de desocupação da terra (condução do processo de pagamento de compensações) e realizar a primeira fase de construção do Aeroporto do Suai	»Conclusão do processo de tenderização »50% da construção até ao fim do ano de 2013
	Finalizar o desenho de detalhe e iniciar a construção do Parque dos Crocodilos	Conclusão do processo de desenho
	»Finalizar os aspectos legais relativos à Zona Especial de Indústria do Petróleo e Minerais »Iniciar o estudo específico sobre as indústrias pertinentes do sector petróleo e minerais a construir na zona referida »Negociações com os parceiros	Conclusão dos aspectos legais relativos à Zona Especial de Indústria do Petróleo e Minerais
	»Finalizar o processo de desocupação da terra (realização do processo de compensação) para a Refinaria e Petroquímica de Betano »Finalizar <i>FEED & EPC</i> para a refinaria; »Iniciar o estudo detalhado para a fábrica de petroquímica	Conclusão do processo de desocupação da terra e finalização do <i>FEED & EPC</i> para a refinaria
	Finalizar o estudo de <i>FEED</i> para a definição da engenharia da infra-estrutura marítima para a Fábrica LNG – Beaçó Finalizar o estudo de <i>FEED</i> para a via/corredor de pipeline	»Conclusão do estudo de <i>FEED</i> para a definição da engenharia da infra-estrutura marítima para a Fábrica LNG – Beaçó »Conclusão do estudo de <i>FEED</i> para a via/corredor de pipeline

	Finalizar o estudo de FEED para a fábrica de LNG Iniciar a negociação para se entrar na fase do EPC Iniciar o processo de desocupação da terra e das propriedades nela inscritas (identificação, verificação e compensação)	»Conclusão do estudo de FEED para a fábrica de LNG
	Iniciar o processo de desocupação da terra e das propriedades nelas inscritas (identificação, verificação e compensação) de Nova Beação	Indicador percentual da sua execução intermédia
	»Finalizar o processo de desocupação da terra e das propriedades nela inscritas (executar o processo de compensações) para a Auto-Estrada Suai-Betano-Beação »Primeira fase de construção Suai - Zumalai	Conclusão do processo de desocupação da terra e das propriedades nelas inscritas
	Continuação do processo de tenderização (concurso) e Construção do Suai <i>Supply-Base</i>	Conclusão do processo de tenderização (concurso) e construção de 30% até ao fim do ano de 2013
	Construção de bombas de gasolina no Distrito de Díli	Conclusão da construção de bombas de gasolina no Distrito de Díli
	Discussão com os parceiros potenciais em vista a formar consórcios para participar no blocos no JPDA e na área exclusiva	Efectivação da participação na exploração petrolífera através do veículo empresarial do Estado e início de obtenção de receita (do Estado) a título de dividendos
	Formar o consórcio liderado pela TIMOR GAP, E.P. para a Exploração Onshore	Resultado da negociação depende da vontade de terceiros
	»Envolvimento e Participação nas Actividades de Prospecção e Produção de Petróleo e Gás em conjunto com as Nações da CPLP »Realizar conversações com todos os parceiros lusófonos	Conclusão do projecto de constituição do consórcio lusófono
	Envolvimento nas Actividades de Comercialização Internacional e de Promoção do Petróleo Nacional nesses mercados	Início da participação nacional nessa função comercial e obtenção de nova receita com essa origem
I.P.G. – I.P		
Desenvolver os estudos de Geologia, recursos minerais, incluindo, o petróleo e gás de Timor-Leste sustentado em bases científicas e técnicas modernas servindo de apoio ao desenvolvimento do País	Formação de pessoal	»Número de funcionários do Instituto que frequentaram a formação (H/M) »Até ao final do ano de 2013, espera-se que os geólogos consigam ter um conhecimento mais elevado que lhes permita escrever os relatórios técnicos de todas as actividades de campo realizadas
	Projecto mapa topográfico de escala 1:25 000 nos Distritos de Díli, Manatuto, Covalima	Indicador percentual da execução intermédia do projecto de mapeamento topográfico
	Projecto Mapa Geológico de escala 1:25 000 nos Distritos de Díli, Manatuto, Covalima	Indicador percentual da execução intermédia do projecto de mapeamento
	Estudo de Identificação da potencialidade industrial dos minerais e rochas ornamentais nos Distritos de Díli, Manatuto, Covalima	Indicador percentual da execução intermédia do projecto de levantamento de dados nesses locais

	Estabelecimento de Estações Sísmicas, para estudar, captar e registar os sinais de sismos ou terremotos, mensalmente, como base fundamental na análise do risco geológico	Indicador percentual da execução intermédia do projecto
	»Controle e gestão da investigação de campo, geológica e petrolífera, em Timor-Leste »Colectar as informações sobre a actividade petrolífera existente em Timor-Leste;	A actividade de prospecção e exploração estar devidamente monitorizada em termos de obrigações legais de depósito público dos testemunhos de sondagem
	Estabelecimento de uma base de todas as informações geológicas no território nacional, utilizando o <i>Software</i> de ArchGIS	Este sistema estar operativo e a funcionar
	Aprofundar os conhecimentos dos técnicos sobre os equipamentos existentes no Laboratório	Pôr em funcionamento e certificar o Laboratório de acordo com a melhor norma internacional
	Construção do <i>Core Storage</i>	Conclusão da construção do <i>Core Storage</i>

Tribunais

Papel

Desenvolver o sistema de Justiça

Competências - Nos termos da Constituição da República Democrática de Timor-Leste:

- Os Tribunais são órgãos de soberania com competência para administrar a Justiça em nome do povo (art. 118, n.º. 1). A função jurisdicional é exercida exclusivamente por Juízes investidos nos termos da lei (art. 121, n. 1).
- Está previsto existirem (a) Supremo Tribunal de Justiça e outros Tribunais Judiciais, (b) Tribunal Superior Administrativo Fiscal e de contas e Tribunais administrativos de primeira instância, e (c) Tribunais Militares (art. 123).
- Neste momento o Tribunal de Recurso e os Tribunais Distritais exercem todas as competências dos Tribunais que ainda não foram criados.
- O Conselho Superior da Magistratura Judicial faz a gestão e disciplina dos Magistrados Judiciais (art. 128).
- A Lei 9/2011, de 17 de Agosto criou a Câmara de Contas do Tribunal Superior Administrativo Fiscal e de Contas, que provisoriamente fica integrada no Tribunal de Recurso.
- O Decreto-Lei 34/2012, de 18 de Julho criou os Serviços de Apoio dos Tribunais, que presta apoio a todos os Tribunais e Conselho Superior da Magistratura Judicial.

Orçamento

Os Tribunais têm um Orçamento de 5,737 milhões de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas

Tribunais (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	2,504	2,790	5,737	8,016	8,076	8,139	8,204
Recorrentes	2,182	2,684	3,205	3,251	3,298	3,347	3,399
Salários e Vencimentos	644	875	1,014	1,041	1,069	1,098	1,128
Bens e Serviços	1,539	1,809	2,191	2,210	2,229	2,249	2,270
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	321	106	2,532	4,765	4,778	4,792	4,805
Capital Minor	321	106	212	215	218	222	225
Capital Desenvolvimento	-	-	2,320	4,550	4,560	4,570	4,580
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	629	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	629	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	2,504	3,419	5,737	8,016	8,076	8,139	8,204
Recorrentes	2,182	3,313	3,205	3,251	3,298	3,347	3,399
Capital	321	106	2,532	4,765	4,778	4,792	4,805

Perfil de Funcionários

O Tribunal de Recursos no período de 2013/2017 tem uma estimativa de força de trabalho de cerca de 171 pessoas. Para o ano de 2013 só prevê 38 funcionários permanentes e não prevista vagas por preencher de 2012. Significa que 133 pessoas são fornecidas para o período seguinte. Além disso, o Tribunal de Recurso tenha mais as oficiais Judiciais cerca de 32 pessoas.

Tribunal de Recursos											
Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministério	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G				
Funcionarios Publicos Actuais	0	1	2	5	7	7	16	38	38	Director Geral	1
Agente da Administracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0		Inspeor Geral	0
Vagas por preencher 2012	0	0	0	0	0	0	0	0		Director Nacional	2
Nova proposta de vagas 2013/2017	33	0	29	11	18	20	22	133		Director Distrital	0
Total Força de Trabalho	33	1	31	16	25	27	38	171		Chefe Departamento	2
										Chefe Seccao	5

OFICIAL DO TRIBUNAL RECURSO						
Tcategoria forza de trabalho	Categorio/Escalão					Total
	Secretario	Sec. Superior	Adj. Escrevao	Escrevao de Direito	Oficial Delgencia	
Tribunal/Tribunal Recurso	0	0	11	11	10	32

Plano Anual dos Tribunais para 2013

Estabelecer as instituições da Justiça previstas na Constituição e na Lei, que ainda não foram implementadas		
Implementar e operacionalizar a Câmara de Contas	Recrutamento e afectação de pessoal	Processo de recrutamento concluído durante o 1º trimestre
	Contratação de empresa de consultoria independente para analisar a CGE de 2012	Empresa de consultoria contratada e totalmente operacional Análise do OGE de 2012 finalizada até ao 2º trimestre
	Processos de visto prévio, acompanhamento da execução orçamental, Relatório e Parecer sobre a Conta Geral do Estado, auditorias concomitantes, auditorias sucessivas e outros	Processos analisados e decididos; Relatório e Parecer elaborado; Relatórios de auditoria aprovados.
	Formação e desenvolvimento de 3 juízes no estrangeiro	Formação de 3 juízes concluída durante ao 4º trimestre
Estabelecer e implementar o Decreto-Lei 34/2012, de 18 Julho, e estabelecer os respectivos serviços para o Conselho Superior da Magistratura Judicial	Recrutamento e afectação de pessoal	Processo de recrutamento conclui durante 1º trimestre de 2013 em Díli. Recrutados :1 juiz ,1 Inspector,1 Secretário,1 Adjunto de Escrivão 1 Técnico Administrativo e 1 Assistente
Implementar os Serviços de Apoio dos Tribunais aprovado pelo Decreto-Lei 34/2012, de 18 Julho	Recrutamento e afectação de pessoal para o Conselho Superior da Magistratura Judicial	Processo de recrutamento conclui até o fim do 1º trimestre
	Recrutamento e afectação de pessoal para o Tribunal de Recurso	Processo de recrutamento conclui até o fim do 1º trimestre
	Recrutamento e afectação de pessoal para o Tribunal Distrital de Díli	Processo de recrutamento conclui até o fim do 1º trimestre
	Recrutamento e afectação de pessoal para o Tribunal Distrital de Baucau	Processo de recrutamento conclui até o fim do 1º trimestre
	Recrutamento e afectação de pessoal para o Tribunal Distrital de Suai	Processo de recrutamento conclui até o fim do 1º trimestre
	Recrutamento e afectação de pessoal para o Tribunal Distrital de Oecussi	Processo de recrutamento conclui até o fim do 1º trimestre
	Recrutamento para o quadro do pessoal administrativo dos Serviços de Apoio dos Tribunais	Processo de recrutamento conclui até o fim do 1º trimestre
Desenvolver e sedimentar o Sistema de Justiça já existente em Timor-Leste		
Reforçar o número de Juízes, de Oficiais de Justiça e de pessoal administrativo	Entrada de 5 Juízes estagiários nacionais	5 Juízes estagiários nacionais nos Tribunais no 2º trimestre de 2013, em Díli
	Entrada de novos Oficiais de justiça e pessoas administrativo no quadro respectivo	Novos oficiais de justiça no quadro respectivo até o 3º trimestre
Desenvolver o Capital Humano	Termo da formação de novos Oficiais de Justiça em curso	Formação de novos oficiais de justiça no 3º trimestre
	Formação e desenvolvimento de Juízes no estrangeiro	Formação de Juízes no estrangeiro concluída até ao 4º trimestre
	Formação e desenvolvimento de Juízes no país	Formação de Juízes no país concluída até no 4º trimestre
	Formação e desenvolvimento de Funcionários no estrangeiro	Estágio de Funcionários no estrangeiro concluído até ao 4º trimestre

	Formação e desenvolvimento de funcionários no País	Formação de funcionários no país concluída até ao 4º trimestre
Melhorar as condições materiais de trabalho nos Tribunais	Reabilitação do Tribunal Distrital de Díli	Reabilitação feita até ao 3º trimestre
	Elaboração de projecto para construção dos novos edifícios do Tribunal Distrital de Díli e do Tribunal Distrital de Baucau	Projectos elaborados até ao 3º trimestre
	Reabilitação do Tribunal Distrital de Baucau	Reabilitação feita até ao 3º trimestre
	Reabilitação do Tribunal distrital de Suai	Reabilitação feita até ao 3º trimestre
	Construção de casas de função	Construção efectivada até ao 4º trimestre.
	Reabilitação do Tribunal Distrital de Oecussi	Reabilitação feita até ao 4º trimestre
Implementar o sistema de gestão informática dos processos	Continuação do estabelecimento do sistema de gestão informática dos Tribunais	Sistema de gestão informática de gestão de processos terminado até ao 2º trimestre.
	Formação do pessoal dos Tribunais para trabalhar com o sistema de gestão informática dos processos.	Formação feita até ao 4º trimestre
	Formação do pessoal de apoio técnico ao sistema de gestão informática dos processos	Formação feita até ao 4º trimestre
Decidir e finalizar os processos entrados nos Tribunais	Reduzir o número de processos entrados nos anos anteriores a 2013, a começar pelos que entraram há mais tempo.	Reduzido o número de processos entrados antes de 2013 a começar pelos que entraram há mais tempo
	Concluir mais processos do que em 2012	Concluídos mais processo que em 2012

Procuradoria-Geral da República

Papel

A Procuradoria-Geral da República (PGR) é a principal instituição responsável pelo funcionamento da lei, bem como por representar e defender os interesses do Estado. O Gabinete fiscaliza e é responsável por garantir que todas as matérias criminais são devidamente investigadas (quer directamente quer através de outros órgãos) e que, nos casos em que as investigações assim o justifiquem, que as matérias são levadas a Tribunal. O Procurador também é responsável por determinar quando o Estado deve recorrer de decisões dos tribunais, caso se considere que estas não estão de acordo com a lei.

Orçamento

A Procuradoria-Geral da República tem um Orçamento de 4,766 milhões de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas
Procuradoria Geral da República (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	4,022	4,291	4,766	3,867	4,023	4,184	4,351
Recorrentes	1,733	2,252	3,215	3,312	3,445	3,583	3,726
Salários e Vencimentos	568	1,155	1,508	1,568	1,631	1,696	1,764
Bens e Serviços	1,165	1,097	1,707	1,744	1,814	1,886	1,962
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	2,289	2,039	1,551	555	578	601	625
Capital Minor	1,021	486	179	290	302	314	326
Capital Desenvolvimento	1,268	1,553	1,372	265	276	287	298
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	629	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	629	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	4,022	4,920	4,766	3,867	4,023	4,184	4,351
Recorrentes	1,733	2,881	3,215	3,312	3,445	3,583	3,726
Capital	2,289	2,039	1,551	555	578	601	625

Perfil de Funcionários

A Procuradoria Geral da República no período de 2013/2017 tem uma estimativa de força de trabalho de cerca de 168 pessoas. Para o ano de 2013 aloca 158 pessoas, composto por 64 funcionários permanentes e 94 vagas por preencher de 2012. Significa que 10 pessoas são fornecidas para o período seguinte. Além disso, a Procuradoria Geral da República tenha mais as oficiais defensorias cerca de 54 pessoas.

Procuradoria Geral da Republica											
Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministerio	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G				
Funcionarios Publicos Actuais	0	4	12	5	17	13	13	64	158	Director Geral	2
Agente da Administracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0		Inspeor Geral	0
Vagas por preencher 2012	4	24	13	20	18	15	0	94		Director Nacional	4
Nova proposta de vagas 2013/2017	0	1	7	2	0	0	0	10		Director Distrital	5
Total Força de Trabalho	4	29	32	27	35	28	13	168		Chefe Departamento	5
										Chefe Seccao	7

OFICIAL DA PROCURADORIA GERAL DA REPUBLICA						
Categorio/Escalão						
Tcategoria forza de trabalho	Secretario	Sec. Superior	Adj. Escrevao	Escrevao de Direito	Oficial Delgencia	Total
Procuradoria Geral da Republica	0	0	15	2	37	54

Plano Anual da Procuradoria-Geral da República 2013

Acção penal. Investigação dos crimes mais graves ou complexos. Defesa dos interesses do Estado, dos menores e dos incapazes.		
Representar o interesse do Estado nos tribunais, dirigir a investigação criminal e assegurar a defesa dos incapazes, dos menores e dos ausentes de forma eficiente e eficaz	Melhorar o acesso à justiça e socialização das leis em vigor	População mais esclarecida sobre os seus direitos e sobre as leis em vigor no país, através de campanhas regulares de socialização
	Melhorar o conhecimento e a compreensão das leis penais com oferta de formação regular para os agentes da investigação criminal da PNTL, da CAC, ONG e sociedade civil	Melhoria da qualidade dos inquéritos criminais. Melhoria e redução do tempo de espera na resolução dos processos criminais. Melhoria na prestação dos serviços de justiça, com o estabelecimento de serviços de atendimento público em todos os Distritos
Garantir a prestação de serviços do Ministério Público em áreas especializadas	Desenvolver a especialização dentro do Ministério Público para aumentar a capacidade de resolver crimes ligados à criminalidade organizada, criminalidade financeira, económica e/ou mais complexa ou grave	Melhoria da coerência na abordagem da investigação criminal especializada, com o estabelecimento de prioridades na investigação criminal. Redução do número de inquéritos concluídos em áreas que exigem uma formação especial, ferramentas e habilidades
	Aumentar a capacidade de intervenção do Ministério Público na área da protecção da família e dos menores e na área do Contencioso do Estado	Diversificação das actividades do Ministério Público para o atendimento e a defesa de casos relacionados com os direitos dos menores e a protecção da família e prestação efectiva de assessoria ao Governo, na área jurídica e do Contencioso do Estado. Curadorias de Menores e serviços do Contencioso do Estado estabelecidos e funcionais em todo o território nacional. Identificado o número de Procuradores da República necessários e as respectivas áreas que exigem uma formação especializada, os instrumentos e as competências (por exemplo na área da corrupção, do branqueamento de capitais, da criminalidade organizada, violenta ou perigosa, da delinquência juvenil, do Contencioso do Estado, etc.).
	Estabelecimento de programas de protecção das testemunhas e das vítimas de violência doméstica	Melhoria da qualidade de recolha de provas especialmente depoimentos de testemunhas e provas forenses. Programas de protecção das testemunhas e das vítimas de violência doméstica completamente funcionais e articulados com as demais instituições
	Estabelecimento do Gabinete de Auditoria e de Perícia Forense da PGR	Gabinete de Auditoria e de Perícia Forense da PGR completamente funcional em apoio às investigações dos casos de corrupção e reforço dos mecanismos internos de controlo aos serviços das finanças
Criar um novo sistema de arquivo e sua informatização	Expansão dos sistemas de arquivo manual e automático a nível nacional	Os registos dos processos crime e a gestão dos arquivos (manual e automático) uniformemente estabelecidos, actualizados e mantidos de forma consistente em todos os distritos
	Desenvolvimento de novos sistemas de arquivo completamente informatizados e formação especializada para manusear os sistemas criados a nível nacional	Gestão da carreira dos oficiais de justiça e dos magistrados realizada de forma informatizada

	Melhoramento da produção estatística com a apresentação de dados desagregados	Acções de prevenção criminal organizadas com base em informação analítica das ocorrências criminais por Distrito/Sub-distrito/Suco
	Produção de dados estatísticos por tipos de crime, períodos e zonas de incidência, faixa etária e sexo dos intervenientes que permitam a realização de estudos analíticos sobre o perfil criminológico dos Distritos	Divulgação mensal dos dados estatísticos e aperfeiçoamento do sistema de prevenção criminal com base nessas informações
Melhoria dos serviços e relações com outras instituições	Estabelecimento de parcerias e melhoramento das comunicações entre o Ministério Público e os órgãos de polícia criminal na resposta à notícia do crime e, em especial com a Comissão Anti-Corrupção e a PNTL	Organização de acções de formação regulares, a nível nacional dirigidas a apoiar e a reforçar a capacidade na investigação dos crimes graves e/ou complexos, mediante o recurso a outros meios de provas Mecanismos de protecção às vítimas e às testemunhas estabelecidos e funcionais Melhoria das condições de relacionamento institucional, reforço da capacidade de investigação dos crimes financeiros, especialmente os casos de corrupção e, monitorização das denúncias desde a sua origem até à decisão final
	Apoio no reforço do laboratório do Hospital Nacional Guido Valadares e no estabelecimento do Departamento Forense da PNTL tendo em vista a realização de exames forenses	Melhoria do inquérito criminal com provas e relatórios forenses mais consistentes O HNGV e o Departamento Forense da PNTL com capacidade para realizar exames forenses mais correntes e complexos
	Estabelecimento de instrumentos de colaboração e de cooperação institucionais com a PDHJ, a Inspeção Geral do Estado e a Comissão da Função Pública	Protocolos e Memorando de Entendimento estabelecidos com a PDHJ, com a IGE e com a CFP relativamente a casos envolvendo agentes e funcionários do sector público do Estado
Melhoria dos Serviços do Ministério Público nos Distritos		
Melhorar o acesso à justiça nos distritos	Apoiar plenamente os distritos judiciais de modo a permitir que funcionem de forma completamente autónoma e independente	Estabelecer a capacidade dos Procuradores da República nos Distritos para cumprir o mandato do Ministério Público em cada um dos distritos judiciais
	Continuar e consolidar o processo de desconcentração dos recursos humanos e financeiros a serem alocados aos serviços Distritais	Estabelecer novos serviços e prestação de novos serviços por parte do Ministério Público nos distritos judiciais recém estabelecidos
	Desenvolver actividades de sensibilização e de educação para o direito, através de parcerias com a sociedade civil	População mais esclarecida sobre os seus direitos, deveres e obrigações e melhor servida em termos de timing e de eficiência
Equipar completamente os serviços desconcentrados com o pessoal e os equipamentos necessários, de forma a garantir que funcionem de forma eficaz e eficiente	Desenvolver acções de planeamento para a instalação e a entrada em funcionamento das Delegações do Ministério Público para os Distritos de Ainaro, Lautém e Liquiçá, na perspectiva do Ministério Público alargar a sua presença a todo o território nacional	Processo de selecção e do recrutamento de novos magistrados e oficiais de justiça para as Delegações de Ainaro, Lautém e Liquiçá concluído. Lançados os concursos para elaboração dos projectos de arquitectura e do cálculo de estabilidade para as novas delegações e residências oficiais
	Completar as necessidades de infra-estruturas de cada distrito para assegurar que funcionam de forma independente	Conclusão das obras de construção do edifício da Procuradoria da República Distrital de Díli
	Equipar cada serviço distrital com o pessoal e os recursos materiais necessários para que os Procuradores da República possam prestar às populações todos os serviços da competência do Ministério Público, conforme estipula a lei	Melhoria da qualidade de acesso à justiça com a entrada em funcionamento das novas delegações de Ermera, Viqueque e Bobonaro Equipamentos informáticos em cada serviço distrital ligados à Internet de forma integrada e em funcionamento Sistema automático de gestão de inquéritos completamente funcional e

		operacional nas novas delegações
Desenvolvimento Institucional		
Completar a reorganização e a reforma do Ministério Público para que melhor possa cumprir o seu mandato constitucional	Implementação da nova estrutura de gestão e de prestação de serviços da Procuradoria-Geral da República	Estabelecida a capacidade de planeamento estratégico e do Projecto de Gestão de autoridade hierárquica dentro da PGR para garantir a aplicação eficiente da reorganização e reformas necessárias no âmbito da revisão dos Estatutos do Ministério Público Planos do projecto claros e detalhados para implementação das reformas e iniciativas de expansão
	Melhoria da capacidade para planear e executar as actividades planeada e melhoria do desempenho institucional	Tecnologia da informação e sistemas adequados de comunicação funcionais entre todos os serviços do Ministério Público, como relatado em regulares relatórios institucionais
	Melhoria do apoio legal à menoridade, ao género, às vítimas e às testemunhas	Criação da Unidade de Apoio às vítimas e às testemunhas. Sistemas de informação e divulgação do papel da testemunha e dos direitos das vítimas criadas e funcionais Programas de apoio e protecção às vítimas e testemunhas estabelecidas e definidas as suas prioridades
	Estabelecimento das secções especializadas de processos	Criadas as secções especializadas nas secretarias do Ministério Público para o acompanhamento dos inquéritos crime, processos da jurisdição de menores e família, processos do Contencioso do Estado Secções de processo funcionais, equipadas, com pessoal especializado distribuído e actividades bem definidas em todos os Distritos
Desenvolver a capacidade dos serviços para registar e informar sobre todas as suas operações e actividades de forma precisa e oportuna	Melhoria dos sistemas de comunicação e controlo hierárquicos	Completa implementação do sistema integrado de gestão de processos e do sistema de monitorização manual e por via electrónica entre todos os órgãos do Ministério Público e outras instituições do sector da justiça penal
	Informatização dos processos criminais e sua gestão automática	Processos informatizados. Relatórios regulares e precisos, produzidos a partir da gestão de processos e sistema de rastreamento para monitorizar as operações
Desconcentrar a Administração e os Serviços de Finanças	Melhoria da execução orçamental e prestação de serviços a nível nacional	Maior transparência e responsabilização na gestão dos recursos financeiros, através do desenvolvimento e difusão de procedimentos operacionais internos e de informação
	Melhor gestão e controlo dos activos, a nível nacional	Desconcentração da gestão de activos. Taxa de execução orçamental melhorada e gestão transparente. Inventário geral dos bens estabelecido com precisão e actualizado regularmente através do inventário trimestral Serviços de melhor qualidade com uma resposta mais atempada às necessidades dos Distritos fora de Díli
Desenvolvimento e gestão dos recursos humanos		

Implementação da Lei Orgânica dos Serviços de Apoio Técnico Administrativo da PGR (SATA)	Recrutamento de 31 novos funcionários (M/H) de forma a prosseguir no preenchimento do quadro de pessoal previsto para os Serviços de Apoio Técnico Administrativo da PGR – SATA	Estrutura organizacional completa, para que os serviços possam ter funcionários com qualificações e experiência adequados para a realização das suas competências.
Implementação do Estatuto dos Oficiais de Justiça	Recrutamento e preenchimento de 40 novas vagas do quadro de pessoal dos oficiais de justiça	Serviços reforçados com o recrutamento de oficiais de justiça necessários ao seu pleno funcionamento.
Contribuir para a boa prossecução dos serviços no seio do Ministério Público	Desenvolver descrições de funções para todos os funcionários (M/H) existentes e a recrutar	Todos os funcionários (M/H) estão esclarecidos e informados relativamente ao conteúdo funcional das suas atribuições no seio do Ministério Público
	Planear e definir necessidades de recrutamento e de vagas a serem criadas	Quantificadas e pormenorizadas as necessidades de recrutamento de acordo com o planeamento estratégico definido pelo Programa do Governo para o sector da justiça – Ministério Público
	Estabelecer mecanismos de transição dos actuais funcionários (M/H) temporários para posições permanentes	Funcionários temporários ou com outra forma de vínculo precário integrados nas carreiras da função pública ou nas respectivas carreiras especiais
	Estabelecer os ficheiros biográficos e disciplinar dos funcionários de forma actualizada	Processos individuais, com a progressão profissional dos funcionários completos e actualizados
Desenvolver as capacidades e conhecimentos dos funcionários do Ministério Público	Formação dos funcionários com base na descrição de funções e nível de competências necessárias para uma optimização do desempenho	Todos os funcionários (M/H) identificados receberam formação prioritária para o desempenho integral das suas funções
	Planeamento integrado de necessidades de formação	Planos de formação e de capacitação identificados, aprovados e a serem implementados na proporção do preenchimento anual de necessidades de recrutamentos
	Formação em Liderança e Gestão para quadros de chefia	Todos os Directores e Chefes de Departamento possuem conhecimentos relacionados com liderança e gestão de serviços
Aumento da capacidade de planeamento, gestão e avaliação	Implementação de um sistema de gestão de contratos, relacionado com o processo de avaliação de desempenho	Produção de informações atempadas para a situação jurídico-laboral dos funcionários (renovação de contratos, cancelamento do processamento dos salários 100% da informação sobre o desempenho de todos os funcionários, disponível em Outubro 2013
	Realização de reuniões semestrais do Conselho de Coordenação do Ministério Público	Reuniões do Conselho de Coordenação semestrais com a participação de todos os magistrados, Directores de serviço e Chefes dos Serviços Centrais para avaliação e planeamento das actividades dos serviços. Magistrados, Directores de serviço e Chefes de Serviços Centrais participam activamente dos trabalhos e apresentam relatórios parcelares da sua actividade
Aumentar a motivação do pessoal e do espírito de equipa	Realização do Natal dos funcionários e magistrados do Ministério Público	Todos os funcionários, oficiais de justiça e magistrados participaram no convívio de Natal

Transição para uma equipa inteiramente nacional, num período de cinco anos	Criação de um plano de transição que assegure que a capacidade do pessoal nacional será desenvolvida o suficiente para cumprir todas as funções dentro do Ministério Público num período máximo de cinco anos	Estratégia de transição para que a PGR desempenhe as suas funções com competência, com uma equipa totalmente nacional, num prazo pré-estabelecido completamente estabelecida. Início do processo de mudança na relação de agentes internacionais para nacionais
Instrumentos da capacitação humana e mecanismos da transparência		
Consolidar a biblioteca jurídica e a base de pesquisa de dados jurídicos da PGR	Desenvolvimento e consolidação da biblioteca jurídica e da base de pesquisa de dados jurídicos da PGR para apoiar na pesquisa jurídica, formação e investigação científica, para utilização por todos os Procuradores da República, oficiais de justiça e pessoal administrativo de todos os distritos judiciais	Qualidade dos instrumentos de pesquisa jurídica à disposição dos magistrados, oficiais de justiça e pessoal administrativo. Qualidade melhorada do trabalho dos magistrados e funcionários (M/H). Instrumentos de pesquisa jurídica à disposição dos magistrados, oficiais de justiça e funcionários
Melhorar a imagem do Ministério Público e a sua interação com a comunidade	Manutenção e melhoramento da página web do Ministério Público de Timor-Leste	Difusão e disponibilização numa base regular de informações sobre o papel e o funcionamento dos órgãos do Ministério Público. O gabinete de imprensa da Procuradoria Geral da República estabelecido e completamente funcional Maior transparência sobre as suas principais actividades, através da publicação de decisões dos Tribunais e dos magistrados do Ministério Público, publicação de dados estatísticos e de produtividade e dos comunicados mensais à imprensa nacional. Redefinida página web do Ministério Público com o seu lançamento em versão bilingue: tétum/português
	Lançamento da Revista do Ministério Público	Melhoria da imagem e maior acesso dos cidadãos às competências e ao funcionamento dos serviços do Ministério Público por via da publicação semestral de uma revista com as suas principais actividades

Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça

Papel

A Constituição da República Democrática de Timor-Leste, no artigo 27, prevê a existência do Provedor de Direitos Humanos e Justiça, como um órgão independente que tem por função apreciar e procurar satisfazer as queixas dos cidadãos contra os poderes públicos, podendo verificar a conformidade dos actos com a lei, bem como prevenir e iniciar todo o processo para a reparação das injustiças, e com competência, ainda, para apreciar casos concretos, sem poder decisório, dirigindo recomendações aos órgãos competentes;

A Provedoria de Direitos Humanos e Justiça é um órgão independente nos termos da Lei no. 7/2004 sobre o Estatuto do Provedor dos Direitos Humanos e Justiça e exerce a função no âmbito das actividades dos poderes públicos como o Governo, a PNTL, os Serviços Prisionais e a F-FDTL.

Compete a Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça realizar investigação da violação de Direitos Humanos, liberdade e garantias fundamentais, situações de abuso de poder, má administração, ilegalidades e injustiças.

Compete ao Provedor dos Direitos humanos e Justiça, no âmbito dos seus poderes de fiscalização:

- Supervisionar o funcionamento dos poderes públicos, nomeadamente do Governo, e dos seus órgãos e das entidades privadas que levem a cabo funções e serviços públicos, podendo abrir inquéritos sobre violações sistemáticas ou generalizadas de direitos humanos ou de má administração;
- Submeter ao Governo, ao Parlamento Nacional ou a qualquer outro organismo competente, numa base consultiva, pareceres, recomendações, propostas e relatórios sobre qualquer matéria relativa à promoção e protecção dos direitos humanos e à boa governação;
- Requerer junto do Supremo Tribunal de Justiça a declaração de inconstitucionalidade de leis, incluindo da inconstitucionalidade por omissão, nos termos dos artigos 150º e 151º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste;
- Fiscalizar e verificar a compatibilidade de qualquer lei, regulamento, despacho administrativo, política e prática em vigor ou de qualquer proposta legislativa com o Direito Internacional costumeiro e os tratados vigentes em matéria de direitos humanos;
- Recomendar a adopção de nova legislação e propor alterações à legislação em vigor e a adopção ou revisão de medidas administrativas.

Orçamento

A Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça tem um Orçamento de 2,180 milhões de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas
Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	1,145	1,249	2,180	2,231	2,320	2,413	2,509
Recorrentes	904	1,170	1,514	1,538	1,600	1,664	1,730
Salários e Vencimentos	306	495	520	515	535	557	579
Bens e Serviços	599	675	994	1,023	1,064	1,107	1,151
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	240	79	666	693	720	749	779
Capital Minor	240	79	20	21	22	22	23
Capital Desenvolvimento	-	-	646	672	699	727	756
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	1,380	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	1,380	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	1,145	2,629	2,180	2,231	2,320	2,413	2,509
Recorrentes	904	2,550	1,514	1,538	1,600	1,664	1,730
Capital	240	79	666	693	720	749	779

Perfil de Funcionários

A Provedoria de Direitos Humanos e Justiça no período de 2013/2017 tem uma estimativa de força de trabalho de cerca de 134 pessoas. Para o ano de 2013 só prevê 100 funcionários permanentes e não previstas vagas por preencher de 2012. Significa que 34 pessoas são fornecidas para o período seguinte.

Provedoria de Direitos Humanos e Justiça											
Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministério	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G				
Funcionarios Publicos Actuais	1	4	21	32	28	10	4	100	100	Director Geral	1
Agente da Administracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0		Inspeor Geral	1
Vagas por preencher 2012	0	0	0	0	0	0	0	0		Director Nacional	4
Nova proposta de vagas 2013/2017	0	2	29	1	0	2	0	34		Director Distrital	4
Total Força de Trabalho	1	6	50	33	28	12	4	134		Chefe Departamento	14
										Chefe Seccao	0

Plano Anual de Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça para 2013

As autoridades públicas devem ter perfeito conhecimento dos princípios dos direitos humanos e da boa governação nos quadros das respectivas instituições		
Garantir o respeito pelos princípios dos direitos humanos e da boa governação por parte dos oficiais da segurança na aplicação e cumprimento da lei	Treinos/formação aos membros da PNTL, FFDTL e guardas prisionais em coordenação com a Academia da Polícia e o Secretário de Estado da Defesa e o formador das FFDTL e o Ministério da Justiça	<p>Anualmente 75% dos membros da PNTL, FFDTL e guardas prisionais frequentam cursos de formação alargando os seus conhecimentos sobre os princípios dos direitos humanos e da boa governação</p> <p>Uma média de 25% mulheres frequentam os cursos de formação (percentagem superior à média proporcional de mulheres nas instituições)</p> <p>Total de 150 membros da PNTL, FFDTL e guardas prisionais participam nas formações</p>
Assegurar que os funcionários públicos respeitam os princípios da boa governação e dos direitos humanos no desempenho das suas funções	Incorporar a boa governação nos cursos de capacitação/formação dos novos funcionários públicos a nível local, especialmente os Inspectores e Diretores Escolares	<p>Funcionários frequentam os cursos de formação e adquirem conhecimentos sobre os princípios de boa governação numa percentagem estimada de mais de 20%</p> <p>Funcionários frequentam os cursos de formação sobre os princípios de boa governação na proporção de 50% de mulheres e 50% de homens</p> <p>Total de 325 inspectores e Diretores Escolares participam nas formações</p>
	Cursos de formação sobre os princípios dos direitos humanos aos líderes comunitários	<p>Líderes comunitários que frequentam os cursos de formação adquirem conhecimentos sobre os princípios dos direitos humanos e boa governação numa percentagem estimada para mais de 20%</p> <p>Total de 100 líderes comunitários participam nas formações</p>
	Cursos de formação sobre os princípios dos direitos humanos aos professores e integrá-los nos seus programas de ensino	30% dos professores aplicam os princípios dos direitos humanos adquiridos nos cursos de formação nas suas escolas
Fortalecer o conhecimento dos membros do Governo e dos partidos políticos sobre o mandato da PDHJ e o conceito dos direitos humanos e da boa governação	Desenvolver programas de educação em cada um dos ministérios e respectiva liderança	Desenvolver e implementar programas de orientação no sentido de informar e dar orientações aos oficiais eleitos, aos partidos políticos e ao Governo, bem como o Conselho de Ministros para um mínimo de 1000 participantes
Disseminar informação, junto de todo o público timorense, inclusive dos vulneráveis, sobre o papel e as actividades da PDHJ, assim como dos direitos e responsabilidades de cada cidadão e da possibilidade de acesso aos serviços da PDHJ	Desenvolver e implementar o plano de comunicação de três anos, integrado em todas as áreas de serviço	Concluído o plano de comunicação a ser desenvolvido no período de três anos
	Desenvolver e implementar regularmente programas e actividades de disseminação geral e realizar programas de televisão, jornais e rádio, relatórios públicos que incluam informações ao público sobre os casos resolvidos pela PDHJ	<p>A PDHJ organiza mais de 50 encontros anuais com a comunidade (inclui 10 serviços móveis e 40 encontros)</p> <p>Sessões de informação sobre o papel da PDHJ estendem-se até aos distritos, sub-distritos e sucos</p>

		<p>Os <i>media</i> realizam mais de 20 coberturas anuais das actividades da PDHJ</p> <p>A PDHJ publica ao menos 8 relatórios públicos, 2 manuais, 4 boletins trimestrais, 6 brochuras, 10 programas de rádio, 10 programa de televisão e outros materiais promocionais (camisetas, lapiseiras e cadernos)</p>
	Desenvolver um <i>Website</i> acessível PDHJ como armazenamento de informações compreensivas e oportunas sobre a prestação dos seus serviços	O número de visitantes que acedem à <i>Web-site</i> da PDHJ ultrapassa 1000 por ano
Garantir a Prevenção e Correção da Violação dos Princípios dos Direitos Humanos e da Boa Governação por parte das Autoridades		
Assegurar que o Estado cumpre a Política e a acção de boa governação e os princípios dos direitos humanos de acordo com o <i>standard</i> e tomar medidas severas e oportunas contra a violação dos mesmos princípios	Monitorização e emissão de recomendações às entidades públicas, focalizando os serviços prestados pela PNTL, pela guarda prisional, pelas FFDTL e pelos membros do governo sobre a implementação dos serviços com base nos princípios dos direitos humanos e da boa governação	<p>A PDHJ realiza 100 entrevistas anuais aos detidos ou prisioneiros</p> <p>PDHJ publica três relatórios anuais (inclusivamente sobre o relatório da Convenção contra Tortura, relatório da CCD e da CEDAW)</p> <p>25% das recomendações da PDHJ são implementadas</p>
	Monitorização da PDHJ abrange o progresso da implementação do direito económico, social, cultural e ainda o direito à assistência sanitária e à educação	<p>Antes de 2016 a PDHJ deve concluir a monitorização três áreas, de ESCR (educação, saúde e outras)</p> <p>A PDHJ utiliza uma metodologia que inclui a entrevista de ao menos 100 mulheres beneficiantes do programa SSKA</p>
	Monitorização da implementação do processo de aprovisionamento, o desenvolvimento das infra-estruturas e o processo de descentralização, inclusivamente o PDD	<p>A PDHJ cria um sistema interno para a fiscalização do aprovisionamento e dos fundos aplicados no processo de descentralização</p> <p>A PDHJ deve realizar 50 entrevistas/fiscalizações sobre o processo de aprovisionamento, o desenvolvimento das infra-estruturas e o processo de descentralização</p> <p>25% das recomendações de monitorização da PDHJ a são implementadas</p>
	Investigar devidamente os casos de violação dos direitos humanos e dos princípios de boa governação e emitir recomendações às instituições competentes segundo as regras contidas no seu manual de operação	<p>A PDHJ cumpre o período de notificação de 80% dos casos, de acordo com o seu Estatuto</p> <p>A PDHJ conclui ao menos 80 relatórios de investigação</p>
	Estabelecimento de um departamento de seguimento às recomendações	<p>A PDHJ possui um sistema de seguimento da implementação das recomendações (trimestre 1º.)</p> <p>25% das recomendações das recomendações das investigações da</p>

		PDHJ são implementadas
	Mediação ou conciliação adequada aos casos	A PDHJ inicia a mediação/conciliação (trimestre 2º.) A PDHJ deve resolver 50% da mediação dos casos no período de 6 meses (trimestre 2º., 3º. e 4º.)
Timor-Leste apoia a implementação dos princípios de boa governação e dos direitos humanos no quadro do regime legal	Estabelecer um sistema de comentários e de revisão considerada necessária, para o esboço das leis no início do processo legislativo relacionado com os direitos humanos e a boa governação	A PDHJ deve emitir recomendações a mais de 5 esboços de lei (trimestre 2º., 3º. e 4º.) O Provedor deve emitir 20% de recomendações sobre a mudança da lei (trimestre 2º., 3º. e 4º.)
	Desempenhar funções ao abrigo dos artigos 150 e 151 da Constituição da RDTL e submeter-se ao tribunal em casos importantes relacionados com os direitos humanos e a boa governação	A PDHJ deve ser submetida ao tribunal uma vez antes de 2020 (trimestre 2º. e 3º.)
	Estabelecer advocacia e assessoria técnica para a aprovação da lei considerada importante para a protecção dos direitos humanos em Timor Leste	A Lei do Tráfico humano, da justiça juvenil e o código de protecção às crianças devem ser aprovados
Estabelecer acordo escrito aplicável relativamente às operações das partes envolvidas nos seus serviços	Desenvolver os acordos vigentes, considerados apropriados, com o Ministério Público e outros órgãos, no sentido de assegurar as investigações e o processo efectivo das queixas.	Estes acordos devem ser desenvolvidos com o Ministério Público antes de 2013 (trimestre 3º.)
Colaboração efectiva com as ONG e as redes regionais e internacionais	Utilizar as redes da PDHJ e desenvolver a Rede de Monitorização da PDHJ na área de boa governação a fim de assegurar a cobertura regional e da cooperação juntamente com a sociedade civil no que respeita aos princípios dos direitos humanos e da boa governação	A PDHJ deve realizar um encontro anual com os membros de todas as redes (trimestre 3º.)
	Desenvolver mecanismos de relatórios regulares com as ONG sobre os incidentes e os procedimentos da PDHJ no decorrer dos dois mandatos	A PDHJ acolhe e devolve mais de 10 informações por ano aos membros da rede (trimestres 1º., 2º., 3º. e 4º.)
	Contribuição ao <i>fórum</i> dos direitos humanos, nomeadamente, SEANF, APF e ICC.	A PDHJ realiza 5 intervenções anuais nos <i>Fóruns</i> Regionais e Internacionais A PDHJ continua com o estatuto A de ICC (trimestre 2º., 3º. e 4º.)
Os vulneráveis devem ser protegidos contra os abusos de violação dos direitos humanos e ter fácil acesso aos serviços de atendimento público		
Criar um programa sistemático que vise a protecção aos desfavorecidos e vulneráveis	Apoiar a promulgação das iniciativas legislativas que têm como prioridade seleccionada ajudar os grupos mais desfavorecidos, inclusivamente as vítimas de tráfico humano	Promulgados a Lei contra o Tráfico Humano, Lei da Justiça Juvenil e Código da Criança Timor Leste terá ratificado a Convenção dos Direitos das Pessoas com

		Deficiência (trimestres 2º, 3º. e 4º.)
	Monitorização e advocacia de forma a assegurar e consolidar o mecanismo de protecção aos vulneráveis, especialmente na área da saúde reprodutiva e dos trabalhadores migrantes e os sob detenção	A PDHJ realiza acções de advocacia junto do Estado timorense para a implementação das recomendações da CRC, da CEDAW e da UPR A PDHJ elabora relatório para os Comités dos tratados internacionais relevantes (ex. Comité contra Tortura, CEDAW e CDC)
A Provedoria deve ser acessível e ter um representante timorense	Garantir que os grupos vulneráveis usufruam do acesso ao seu edifício e aos seus serviços	Antes de 2016, 30% das queixas apresentadas à PDHJ devem ser das mulheres Número de crianças que apresentam queixas (antes de 2013, devem ser apresentadas à PDHJ 5 queixas anuais por parte das crianças) 40% das queixas apresentadas à PDHJ provêm da população residente fora de Díli
Assegurar a capacidade e independência da PDHJ para o bom desempenho do seu mandato		
Assegurar que os funcionários e a estrutura da PDHJ dêem o máximo apoio para a efectividade do seu mandato	Revisão da estrutura organizacional de acordo com a Lei Orgânica	A Direcção de Assistência Pública estabelece o departamento de seguimento das recomendações e a mediação e conciliação (trimestre 1º.)
	Recrutar novos funcionários que irão ocupar todas as posições segundo a lei orgânica	4 ou 5 funcionários do Gabinete Jurídico devem frequentar cursos de formação antes do final de 2013 (trimestre 1º.)
	Desenvolver e gerir devidamente o Conselho Consultivo e o Conselho Directivo	Conselho Directivo realiza ao menos 4 encontros anuais O Conselho Consultivo realiza mais de um encontro anual
	Desenvolver o regulamento de cada direcção	Publicação de 4 regulamentos das direcções (trimestre 1º.)
	Implementar, através do Diretor Geral, um sistema qualificado de desenvolvimento do plano anual e do plano estratégico, inclusive um sistema de avaliação das actividades e do plano que integra o género	O plano anual da PDHJ possui um foco nos resultados integrando a perspectiva do género (trimestre 3º. e 4º. A PDHJ deve fazer a avaliação anual dos resultados dos seus serviços (trimestre 1º. e 3º.)
	Implementar e desenvolver um sistema electrónico para a gestão das queixas	A PDHJ deve implementar o sistema de gestão das queixas antes do final de 2013 (trimestre 1º.)
	Os funcionários da PDHJ que tiveram formação estão capacitados para a utilização o sistema de gestão das queixas, apoiando o serviço de gestão, análise e implementação das recomendações da PDHJ	O Departamento de IT da PDHJ deve ter conhecimento claro sobre a manutenção do sistema de gestão das queixas e efectuar mudanças antes de 2015 (trimestre 3º. e 4º.) Os funcionários da PDHJ devem utilizar, com relativa comodidade, o sistema electrónico de gestão das queixas (trimestre 2º., 3º. e 4º.)

	Desenvolver e implementar a política dos recursos humanos	Todos os funcionários são avaliados anualmente pelo seu desempenho profissional (trimestre 2°.)
	Estabelecer o gabinete de inspecção e ter um manual de operação deste gabinete	O Gabinete de inspecção deve apresentar o seu relatório bimensal das inspecções completo
	Desenvolver regularmente o sistema de auditoria e apresentar relatório de forma a poder gerir as suas próprias finanças e uma contabilidade com transparência	A PDHJ reorganiza o seu sistema com base nas recomendações da auditoria
Os funcionários devem ter capacidade e habilidade no desempenho das suas funções e para se desenvolverem profissionalmente. Devem fazer formação com relativa frequência, faseada e organizada evitando assim a sua excessiva interferência nas operações	Desenvolver a capacidade dos oficiais legais que irão formar o gabinete jurídico da PDHJ	A PDHJ deve ter, no mínimo, 4 oficiais bem capacitados para o cargo de oficial legal antes de 2014
	Desenvolver a capacidade dos funcionários responsáveis pela pesquisa e análise de dados e elaboração do relatório na área dos direitos humanos e da boa governação	O Provedor considera 75% dos relatórios de investigação e monitorização da PDHJ de boa qualidade (trimestre 3°. e 4°.)
	Desenvolver as suas capacidades na área de mediação e conciliação	75% dos funcionários da PDHJ devem ser bem capacitados, além da boa qualidade do material técnico necessário para a efectividade dos serviços
	Formação e orientação aos novos funcionários	O departamento dos recursos humanos da PDHJ deve desenvolver um plano de formação e desenvolvimento profissional aos seus funcionários depois de 2014 (trimestre 4°.)
	Com base na experiência com Manual Operativo, desenvolver o processo interno e os padrões de trabalhos, dando a conhecer ao público	A PDHJ deve efectuar mais de 2 modificações no seu processo(trimestre 2°, 3°. e 4°.)
A população dos distritos com acesso aos serviços da PDHJ	Assegurar que os edifícios regionais sejam permanentes com as condições mínimas	A PDHJ deve ter 4 edifícios regionais permanentes antes de 2016
	Recrutados funcionários em número suficiente distribuídos de acordo com o mapa do pessoal pelos edifícios regionais da PDHJ	O edifício regional deve possuir um carro e 2 motorizadas (trimestre 3°. e 4°.)
	As funções, o termo de referência e o plano de actividades desenvolvidos e implementados segundo o plano regular de avaliação	Antes de 2020 a PDHJ deve ter 8 funcionários nos edifícios regionais de Baucau, Suai e Maliana e 6 no de Oecusse (trimestre 3°. e 4°.)

Rádio e Televisão de Timor-Leste (RTTL)

Papel

Visão Da RTTL Empresa Pública - “Promover a Unidade Nacional, Harmonia Social e Desenvolvimento Nacional”.

Missão da RTTL, E.P.:

- Promover a defesa da difusão das línguas oficiais da República Democrática de Timor-Leste.
- Contribuir para a informação e formação do público, promovendo a defesa de valores culturais, identidade nacional e desenvolvimento deste país.
- Defender a formação de forma a desenvolver consciência crítica, estimular a criatividade e liberdade de expressão.
- Assegurar a objectividade da informação e programação
- Garantir a existência de um serviço público de rádio e televisão tendo em vista a protecção e divulgação da cultura e tradição Timorese e garantir a expressão plural de opinião, livre e independente do poder político, económico, religioso, etc.
- Contribuir para informar, criar e promover cultural pública em geral, atendendo à diversidade de idades, ocupação profissional e interesses.
- Promover a emissão de programas educativos em formato especial para crianças, jovens e terceira idade, grupos sociais e minorias étnicas linguísticas.
- Favorecer o conhecimento através da aproximação aos cidadãos Timorenses e estrangeiros promovendo o uso da língua portuguesa e mantendo as cooperações especiais existentes com Timor-Leste, aproximando a comunidade interessada.
- Contribuir para o esclarecimento, formação e participação cívica e política da população.

Orçamento

A RTTL tem um Orçamento de 3,199 milhões de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas
Serviço Público de Radiodifusão, Televisão de Timor-Leste (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	2,893	3,327	3,199	3,279	3,411	3,546	3,688
Recorrentes	2,408	2,840	2,308	2,352	2,447	2,544	2,646
Salários e Vencimentos	588	632	734	763	794	826	859
Bens e Serviços	1,820	2,208	1,574	1,589	1,653	1,719	1,788
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	485	487	891	927	964	1,002	1,042
Capital Minor	473	487	891	927	964	1,002	1,042
Capital Desenvolvimento	12	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	829	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	829	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	2,893	4,156	3,199	3,279	3,411	3,546	3,688
Recorrentes	2,408	3,669	2,308	2,352	2,447	2,544	2,646
Capital	485	487	891	927	964	1,002	1,042

Perfil de Funcionários

O Rádio e Televisão de Timor-Leste no período de 2013/2017 tem uma estimativa de força de trabalho de cerca de 332 pessoas. Para o ano de 2013 só prevê 211 funcionários permanentes e não previstas vagas por preencher de 2012. Significa que 121 pessoas são fornecidas para o período seguinte.

RTTL											
Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministério	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass. Grau F	Ass. Grau G				
Funcionarios Publicos Actuais	0	28	22	100	49	11	1	211	211	Director Geral	1
Agente da Administracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0		Inspeor Geral	0
Vagas por preencher 2012	0	0	0	0	0	0	0	0		Director Nacional	4
Nova proposta de vagas 2013/2017	0	0	21	17	83	0	0	121		Director Distrital	3
Total Força de Trabalho	0	28	43	117	132	11	1	332		Chefe Departamento	17
										Chefe Seccao	0

Plano Anual da Rádio e Televisão de Timor-Leste (RTTL) para 2013

Reforçar a Gestão Interna da RTTL		
Revisão do Plano Estratégico	Definir o perito ou empresa que fará a revisão do actual plano estratégico.	Empresa identificada no primeiro trimestre
	Contratação de um perito para revisão do actual Plano Estratégico.	No primeiro trimestre, a RTTL terá o seu novo plano estratégico que reflectirá a actual situação da Empresa
Revisão do regulamento interno	Definir o perito ou empresa que fará a revisão do actual regulamento interno.	Empresa identificada no primeiro trimestre
	Contratação de um perito para revisão do actual Regulamento Interno.	No primeiro trimestre, RTTL terá o seu novo regulamento interno actualizado.
Reforçar a qualidade dos recursos humanos	Identificar as áreas específicas de formação e qualificação e os locais de treinamento.	A Empresa e o pessoal que participará nas formações, identificados no início do segundo trimestre.
	Formação nas áreas identificadas.	Final do 2º trimestre a RTTL terá pessoal com mais qualificação nas várias áreas.
Reajustamento da Programação		
Definição da Grelha Estratégica	Seminário Internacional sobre programação.	RTTL terá um mecanismo adequado que servirá de guião para o desenvolvimento de uma programação integrada, que possa responder a longo prazo às necessidades do público
	Definição de uma grelha operacional	RTTL terá uma grelha operacional que garanta consistência na produção e emissão de programas no terceiro trimestre.
	Definição de um guião de programas	RTTL terá programas diversificados com base na avaliação dos programas existentes.
	Definição de um guião operacional de emissão	RTTL terá um guião da operacionalidade das suas emissões de acordo com os planos definidos.
Aumento de conteúdos	Aquisição de programas estrangeiros	Aumento de programas infantis e agricultura, o que contribuirá para o aumento de horas de emissão de TV.
	Lançamento da FM 2	RTTL terá um canal específico para jovens e publicidade, que contribuirá para o aumento de receitas próprias
	Aumento de conteúdos locais	O canal da rádio e TV terá novos programas locais que também contribuirão para o aumento de horas de emissão.
Modernização do Equipamento		
Preparação para a Digitalização	Estabelecimento de uma equipa de trabalho para, conjuntamente com os parceiros (RTP, ABU, EU, ABC, AIDB, GLOBO), iniciar a digitalização	Necessidades para a digitalização identificadas no segundo trimestre.

Reforçar o Equipamento Existente	Aquisição de equipamento técnico moderno	RTTL terá melhor qualidade nos serviços de produção e transmissão.
	Aumento da capacidade dos transmissores	Expansão da cobertura, e maior acesso as transmissões da RTTL pela população.

Comissão Nacional de Eleições

Papel

Em virtude de ser uma entidade independente, conforme estabelecido no número 6 do Artigo 65.º, a Comissão Nacional de Eleições (CNE) atribui grande valor aos critérios de Imparcialidade, Independência e Transparência. O mandato da CNE segundo o programa do V Governo Constitucional consiste em conceptualizar, executar, coordenar e avaliar todas as actividades relacionadas com a supervisão e monitorização de todas as actividades eleitorais, incluindo registo eleitoral, esclarecimento dos objectivos de cada cidadão e auditoria às contas dos partidos políticos, de acordo com a Constituição e restantes Leis da RDTL.

Orçamento

A CNE tem um Orçamento de 6,281 milhões de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas
Comissão Nacional de Eleições (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	4,396	5,848	6,281	4,400	4,577	4,759	4,949
Recorrentes	4,200	5,747	6,237	4,354	4,529	4,710	4,898
Salários e Vencimentos	405	529	542	564	586	610	634
Bens e Serviços	796	2,218	695	671	698	726	755
Transferências Públicas	3,000	3,000	5,000	3,120	3,245	3,375	3,510
Capital	195	101	44	46	48	49	51
Capital Minor	195	101	44	46	48	49	51
Capital Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	4,058	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	4,058	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	4,396	9,906	6,281	4,400	4,577	4,759	4,949
Recorrentes	4,200	9,805	6,237	4,354	4,529	4,710	4,898
Capital	195	101	44	46	48	49	51

Perfil de Funcionários

A Comissão Nacional de Eleições no período de 2013/2017 tem uma estimativa de força de trabalho de cerca de 194 pessoas. Para o ano de 2013 aloca 194 pessoas composto por 157 funcionários permanentes e 37 vagas por preencher de 2012. Significa que não prevê de estimativa força de trabalho para o período seguinte.

Comissao Nacional das Eleicoes											
Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministerio	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G				
Funcionarios Publicos Actuais	1	1	12	68	24	21	30	157	194	Director Geral	1
Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0		Inspeor Geral	1
Vagas por preencher 2012	0	2	7	8	20	0	0	37		Director Nacional	3
Nova proposta de vagas 2013/2017	0	0	0	0	0	0	0	0		Director Distrital	0
Total Força de Trabalho	1	3	19	76	44	21	30	194		Chefe Departamento	25
										Chefe Seccao	0

Plano Anual da Comissão Nacional de Eleições para 2013

Promover a inclusão e uma maior participação popular em todos processos eleitorais em Timor-Leste		
Certificar um registo eleitoral completo, correcto e coerente	Monitorização do processo de sincronização da base de dados dos eleitores	Base de dados de Registo Eleitoral acurada e exata. *Relatório da monitorização do processo de Sincronização da Base de Dados finalizado durante 3º trimestre de 2013. *Relatório sobre ABD final apresentado durante o 4º trimestre de 2013
	Supervisão do processo de exibição e reclamação dos cadernos eleitorais em Timor-Leste	Menor número de reclamações de registos
	Analisar e dirimir reclamações decorrentes do processo de recenseamento e actualização da base dados	Decidir atempadamente todas as reclamações durante o processo de sincronização e exibição da base de dados
	Educação Eleitoral	Conhecimento sobre os direitos e deveres do cidadão eleitor no processo eleitoral em TL
Promover a transparência na gestão dos partidos políticos		
Monitorar a estruturação e o estabelecimento de sistemas de gestão dos partidos políticos que se conformam com a lei de modo transparente	Atualização da base de dados dos Partidos Políticos	Base de Dados dos partidos políticos atualizada
	Promover formação dos partidos políticos em matéria de gestão financeira e contabilidade pública	Apresentação atempada dos relatórios financeiros dos partidos políticos
Promover o desenvolvimento profissional e institucional da CNE		
Secretariado de apoio fortalecido incluindo a construção, reabilitação ou melhoramento da sede nacional e dos escritórios distritais	Finalizar a construção da Sede Nacional da CNE em Díli	Sede Nacional da CNE concluída
	Suprimento das necessidades de equipamentos, mobiliários e materiais da sede nacional e dos escritórios distritais	Materiais, mobiliários e equipamentos adquiridos e instalados
	Desenho do interior para o Edifício Central	Desenho concluído e entregue
	Desenho e BoQ para construção de muro permanente e melhoramento de escritórios distritais	13 Escritórios distritais com muros/pavimentos construídos
	Desenho e construção de sala/espço para reunião no Escritório distrital de Bobonaro	Escritório com sala de reunião operacional
Capacidade institucional da CNE em supervisionar as eleições fortalecida	Recrutamento de técnicos profissionais para preenchimento do quadro de pessoal (3 Técnicos superiores, 7 Técnicos profissionais)	Técnicos contratados
	Curso /estudo para Oficiais permanentes em supervisão eleitoral	Técnicos certificados em supervisão eleitoral
	Capacitação formal dos funcionários para o pessoal do secretariado em gestão eleitoral e liderança	Técnicos Superiores/Profissionais certificados em gestão e liderança
	Manutenção da página de Internet da CNE	Contrato assinado com companhia
	Observar/estudo comparativo sobre eleições no estrangeiro para aquisição de experiência	Viagem para observar/estudar eleições e apresentação de relatório sobre a observação realizada
	Continuação da Publicação do boletim semestral	6 edições do Boletim publicados
	Publicação, em forma de Brochuras, do Relatório de Atividades Anual da CNE.	Brochuras prontas e publicadas

Comissão Anti-Corrupção

Papel

A Comissão tem por missão proceder as acções de prevenção, educação e investigação criminal dos crimes de corrupção em qualquer das suas formas, peculato, abuso de poder, tráfico de influências e participação económica em negócio através da recolha e análise das informações relativas às causas, e prevenção da corrupção; realizar acções de sensibilização destinadas a limitar a prática dos actos de corrupção, motivando as pessoas a adoptar precauções ou reduzir os actos e as situações que facilitem a ocorrência de condutas criminosas; aconselhar qualquer instituição ou entidade pública sobre formas de prevenir e combater as condutas de corrupção. Em matéria de investigação criminal, a Comissão tem competência para exercer as atribuições conferidas nos termos da lei aos órgãos de polícia criminal através de investigações de várias formas de práticas e condutas de corrupção.

Orçamento

A Comissão Anti-Corrupção (CAC) tem um Orçamento de 1,755 milhões de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas
Comissão Anti Corrupção (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	1,169	1,442	1,755	1,811	1,868	1,928	1,990
Recorrentes	708	1,294	1,705	1,759	1,814	1,872	1,932
Salários e Vencimentos	247	470	387	402	419	435	453
Bens e Serviços	461	824	1,318	1,356	1,396	1,437	1,480
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	462	148	50	52	54	56	58
Capital Minor	363	148	50	52	54	56	58
Capital Desenvolvimento	98	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	150	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	150	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	1,169	1,592	1,755	1,811	1,868	1,928	1,990
Recorrentes	708	1,444	1,705	1,759	1,814	1,872	1,932
Capital	462	148	50	52	54	56	58

Perfil de Funcionários

A Comissão Anti-Corrupção no período de 2013/2017 tem uma estimativa de força de trabalho de cerca de 35 pessoas. Para o ano de 2013 aloca 35 pessoas, composto por 29 funcionários permanentes, 3 agentes administração pública e 3 vagas por preencher de 2012. Significa que não prevê de estimativa força de trabalho para o período seguinte.

Comissao Anti-Corrupcao

Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministerio	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G				
Funcionarios Publicos Actuais	1	4	13	11	0	0	0	29	35	Director Geral	3
Agente da Administracao Publica	0	0	3	0	0	0	0	3		Inspeor Geral	0
Vagas por preencher 2012	0	0	0	3	0	0	0	3		Director Nacional	8
Nova proposta de vagas 2013/2017	0	0	0	0	0	0	0	0		Director Distrital	0
Total Força de Trabalho	1	4	16	14	0	0	0	35		Chefe Departamento	0
										Chefe Seccao	0

Plano Anual da Comissão Anti-Corrupção para 2013

Gestão dos Recursos humanos		
Recrutamento de funcionários para o preenchimento das posições previstas	Recrutamento de funcionários para cada uma das Direções/Departamentos	<p>Resultado: Enviada uma proposta de recrutamento para a CFP</p> <p>Indicador: Recrutamento de funcionários deverá atingir os 100% no quarto trimestre (50% H e 50% M)</p>
	Formação, indução e orientação dos novos funcionários	<p>Resultado: Formação, Indução e Orientação de todos os novos funcionários pelo INAP/CFP e CAC</p> <p>Indicador: Novos funcionários compreendem o mecanismo de funcionamento da função pública, em geral, e tem um maior conhecimento sobre o funcionamento da CAC</p>
Finalizar e implementar o regulamento interno da e melhorar as condições dos funcionários da CAC	Finalizar a elaboração da política e do regulamento interno da CAC	<p>Resultado: Finalizar o regulamento interno no primeiro trimestre e fazer a socialização do mesmo a todos os funcionários</p> <p>Indicador: Documento aprovado pelo Comissário da CAC e pelos órgãos competentes.</p>
	Implementar o regulamento interno da CAC	<p>Resultado: Funcionários conhecem o regulamento interno da CAC e trabalham de acordo com o standard/padrão estabelecido.</p> <p>Indicador: O processo de implementação referido tem início no segundo trimestre</p>
Gestão Financeira		
Elaborar um sistema online adequado, para gerir a alocação e execução do orçamento geral da CAC 2013	Implementação e utilização do sistema online aprovado para o trabalho da CAC	<p>Resultado: Acesso direto ao sistema Freebalance/PBS.</p> <p>Indicador: Acesso aos CPV diretamente a partir da CAC. Rápido e fácil acesso ao relatório de execução trimestral e anual do orçamento</p>
	Gerir a alocação e a execução do orçamento da CAC	<p>Resultado: A Execução Orçamental baseia-se no plano de atividades de cada uma das direções.</p> <p>Indicador: Execução de 90% ou mais.</p>
	Coordenar o Plano de Ação Anual e o Orçamento Anual	<p>Resultado: Um plano abrangente que reflete as necessidades e prioridades da CAC, de acordo com o plano estratégico previamente definido.</p> <p>Indicador: Aprovação do Plano pelo Comissário e pelo PN</p>
Construção, Instalação e Manutenção		
Construção do edifício da CAC,	Coordenar o concurso para a construção do edifício	Resultado: Abertura do concurso e respetiva avaliação no primeiro trimestre.

bem como das facilidades adequadas, de forma a assegurar o trabalho da CAC	permanente da CAC	Indicador: Contratar a empresa vencedora do processo e dar início à construção no último mês do primeiro trimestre.
	Coordenar a construção do edifício permanente da CAC	Resultado: A construção começa em abril de 2013 e termina de acordo com a proposta técnica determinada Indicador: A construção é finalizada 100% de acordo com o desenho e no tempo previsto e é utilizada de acordo com cada uma das suas funções
	Instalação de software/hardware em todas as direções da CAC	Resultado: Sistema operacional e seguro. Indicador: Equipamento informático, acessórios e ferramentas completos, para facilitar o trabalho da Comissão; computadores mais rápidos e um sistema informático seguro.
	Manutenção do Património da CAC	Resultado: Preservação do edifício e dos recursos para facilitar o serviço da CAC. Indicador: Os funcionários trabalham com tranquilidade. Os recursos estão em boas condições para o serviço.
Capacitação Profissional		
Aumentar as capacidades dos funcionários da CAC em diversas áreas previamente identificadas	Formação em áreas específicas, de acordo com a natureza e as necessidades de cada direção	Resultado: Funcionários frequentam cursos específicos em diversas áreas, de acordo com a especificidade do seu serviço Indicador: Aumentadas e reforçadas as capacidades dos funcionários e pessoal da CAC em áreas específicas e de acordo com as funções que desempenham na CAC.
	Frequência em cursos de Pós-Graduação certificados, na área da corrupção	Resultado: Funcionários que frequentam Pós-Graduações certificadas na área da corrupção. Indicador: No máximo 3 funcionários terminam o curso com bom aproveitamento académico e regressam ao serviço na CAC.
	Frequência em cursos de Gestão	Resultado: Alguns funcionários frequentam cursos/estudos na área da gestão, no país ou no estrangeiro. Indicador: Funcionários frequentam o curso de gestão no INAP ou AIM e terminam o curso com bom aproveitamento académico na área da gestão, a curto ou a longo prazo, e regressam ao serviço na CAC
	Melhorar as competências a nível do Ensino Superior (Mestrado) na área da corrupção	Resultado: Alguns funcionários com mestrado na área da corrupção. Indicador: Funcionários que já terminaram os estudos (S1, S2), terminam em áreas relevantes com boa qualificação académica e voltam a trabalhar ao serviço da CAC. Mais ou menos 4 funcionários terminam a Universidade em

		2017.
	Curso de Inglês (LELI)	Resultado: Os funcionários frequentam o curso de língua inglesa, de acordo com o nível de cada um. Indicador: Funcionários podem comunicar em língua inglesa (podem falar, discutir, fazer apresentações e escrever relatórios em inglês).
	Curso de Português	Resultado: Funcionários frequentam um curso de língua portuguesa, de acordo com o nível de cada um. Indicador: Funcionários podem comunicar em língua portuguesa (podem falar, discutir, fazer apresentações e escrever relatórios em língua portuguesa).
	Melhorar as competências de escrita em língua tétum oficial, de acordo com o padrão do INL	Resultado: Indicador: Competência de escrita em Tétum melhoradas
	Curso de Informática na área da Programação e de trabalho em rede	Resultado: Um máximo de dois (2) funcionários frequenta formação nesta área. Indicador: Competência para gerir e desenvolver SIAK e outros programas relevantes para o trabalho da CAC.
	Curso de Metodologia de Pesquisa	Resultado: Ter competências para usar a metodologia, e respetivos instrumentos, para analisar informação. Indicador: Todos os Oficiais das direções relevantes, que frequentam o curso de metodologia de pesquisa, terminam o curso e podem utilizar os instrumentos de pesquisa para analisar informação.
	Formação de formadores na área da Cidadania Cívica (EKP)	Resultado: Formar facilitadores qualificados Indicador: Oficiais conhecem a metodologia que facilita a formação e a transmissão de informações públicas que sejam rapidamente compreendidas.
Educação e consciencialização pública		
Participação de ONG que trabalham na área dos direitos humanos, justiça, educação cívica e desenvolvimento comunitário, no programa de cidadania cívica e controlo social	Cooperação com ONG na área da cidadania cívica e controlo social	Resultado: Público tem um maior conhecimento sobre o tema da corrupção, pode ajudar na prevenção e pode denunciar comportamentos corruptos. Indicador: 1) Diminuição de problemas relacionados com a utilização do orçamento de estado em assuntos sociais. 2) Aumento da frequência do controlo e monitorização das ONG.
Motivar o envolvimento dos jovens,	Formação de associações de jovens	Resultado: Jovens têm mais conhecimentos sobre corrupção e indicam ações

quadros e militantes de partidos políticos, veteranos, associações femininas, líderes comunitários, no comportamento cívico e na prevenção da corrupção		preventivas da mesma. Indicador: Jovens que recebem formação podem transmitir melhor, ao público, informações sobre corrupção e indicar comportamentos contra a corrupção.
	Prevenir a corrupção nos líderes políticos	Resultado: Líderes e militantes com conhecimento e vontade para prevenir e combater a corrupção, bem como para ter um controlo eficaz. Indicador: Quadros dos partidos políticos, com assento parlamentar, têm oportunidade de receber formação na área anticorrupção.
	Prevenir a corrupção nas associações de veteranos	Resultado: aumento dos conhecimentos sobre os diferentes tipos de corrupção e respetivos comportamentos, para prevenir a corrupção de forma eficaz. Indicador: Responsável dos veteranos nos 6 Distritos 6 recebe informação e formação básica na área da corrupção.
	Prevenir a corrupção nas associações de mulheres	Resultado: aumentar os conhecimentos sobre os tipos e comportamentos de corrupção, para promover o combate à corrupção nas comunidades. Indicador: as associações de mulheres em 3 distritos têm oportunidade de aumentar os seus conhecimentos sobre corrupção.
	Prevenir a corrupção dos líderes comunitários	Resultado: Líderes comunitários têm conhecimentos e coragem para prevenir e combater a corrupção, de acordo com as suas funções. Indicador: Chefes de Suco e os chefes de aldeia de 30 sucos têm oportunidade de receber formação.
Consciencialização pública sobre o combate à corrupção e a boa governação nas comemorações do dia da CAC, 22 de fevereiro, no dia 20 de maio, 30 de agosto, 28 de novembro e 9 de dezembro	Seminário temático	Resultado: o público adquire conhecimentos sobre a prevenção e combate à corrupção e sobre a promoção de boa governação em Timor Leste. Indicador: Realização de um seminário com a participação das entidades competentes. Publicação pública dos resultados do seminário, através dos meios de comunicação social.
	Mensagem dos líderes dos órgãos de soberania, através da rádio e da televisão	Resultado: Relembrar e pedir ao público cooperação na prevenção e combate à corrupção. Indicador: Transmissão direta na rádio e televisão. Publicação da mensagem nos jornais.
	Concurso de escrita e discursos temáticos para os estudantes	Resultado: Os concorrentes apresentam a sua análise, por escrito, ou em discurso, e os que forem qualificados receberão um prémio. Indicador: Os três primeiros premiados competem para o primeiro, segundo e terceiro lugar do concurso de escrita e discurso, de acordo com o tema

		determinado.
	Certame para os estudantes do ensino secundário sobre ética e corrupção	Resultado: Os participantes apresentam, em público, os seus conhecimentos sobre ética e corrupção. Indicador: Entrega de prémio aos quatro primeiros classificados.
Educação e consciencialização no setor da educação		
Motivar os conhecimentos e condutas éticas dos estudantes para a prevenção e combate à corrupção	Formação sobre valores éticos no ensino básico	Resultado: Os estudantes recebem formação sobre valores e motivação para promover condutas éticas na escola, em casa e na comunidade. Indicador: 1) Oportunidade de formação para estudantes da Escola Básica de 3 Subdistritos de Díli. 2) Os estudantes têm iniciativas relacionadas com valores e condutas éticas.
	Formação sobre valores éticos no ensino secundário	Resultado: Estudantes recebem formação sobre valores e motivação para promover condutas éticas na escola, em casa e na comunidade. Indicador: 1) Oportunidade de formação para estudantes da Escola Básica de 3 Subdistritos de Díli. 2) Os estudantes têm iniciativas relacionadas com valores e condutas éticas
	Formação sobre valores éticos no ensino superior	Resultado: Estudantes têm bons conhecimentos sobre os diferentes tipos de corrupção e comprometem-se na prevenção e combate à corrupção. Indicador: 1) Grupos de estudantes do ensino superior, em Díli, participam em seminários e workshops temáticos. 2) Os estudantes têm iniciativas relacionadas com valores e condutas éticas no Ensino Superior.
	Formação de formadores e de administradores escolares	Resultado: Formadores e administradores aprofundam os seus conhecimentos sobre corrupção e promovem uma educação de valores éticos nas escolas. Indicador: 1) Um máximo de 100 professores recebe formação sobre corrupção e ética anticorrupção. 2) Mudança de comportamentos éticos nas escolas.
	Promover iniciativas éticas	Resultado: Estudantes e jovens têm capacidade para promover ações de prevenção da corrupção nas escolas, em casa e nas comunidades. Indicador: Grupos de estudantes ou de jovens levam a cabo algumas iniciativas éticas e transmitem-nas aos outros colegas.
Produção de materiais temáticos		
Difundir publicamente mensagens temáticas anticorrupção	Materiais audiovisuais sobre a integridade ética na função pública	Resultado: Melhorados os comportamentos de trabalho dos funcionários públicos nos locais de trabalho ou em lugares públicos. Indicador: 1) Distribuição de um disco, sobre esta matéria, às instituições e órgão governamentais 2) Aumento do número de funcionários que apresentam

		um bom progresso no serviço.
	Materiais cómicos contra a corrupção (KoKoHan)	Resultado: Público orientado para a reflexão e para o conhecimento das práticas de corrupção existentes na nossa sociedade. Indicador: Distribuição dos materiais ao público que apresenta a sua apreciação sobre os materiais distribuídos.
	Brochuras, folhetos informativos, livritos, posters, autocolantes, cartazes e pastas	Resultado: Público informado sobre assuntos específicos Indicador: Distribuição dos materiais ao público que apresenta a sua apreciação sobre estes materiais.
Fazer pesquisas relacionadas com a área da corrupção		
Examinar práticas éticas e de profissionalismo no setor público e privado.	A integridade e o profissionalismo no setor público.	Resultado: Identificar a capacidade de desempenho no serviço e a qualidade do atendimento público. Indicador: Publicação de um relatório de pesquisa. Recomendações específicas dirigidas às instituições competentes.
	O setor privado em Timor-Leste.	Resultado: Identificar a capacidade de empenhamento do setor privado em Timor Leste. Indicador: Publicação de um relatório de pesquisa. Identificação do tipo e nível de capacidade do setor privado
Integridade e Profissionalismo		
Promover os conhecimentos sobre ética e profissionalismo dos funcionários, para prevenir a corrupção	Abordagem conceptual	Resultado: Funcionários recebem formação sobre os conceitos de ética e profissionalismo na função pública. Indicador: O número total de workshops e seminários realizados e as instituições envolvidas durante o ano.
	Ação preventiva planeada	Resultado: Mecanismos internos para promover a ética e o profissionalismo institucional estabelecidos. Indicador: O número total de instituições ou direções que estabelecem um plano de ação para a prevenção de riscos e para a promoção da ética e do profissionalismo.
	Avaliação da implementação do plano	Resultado: Progresso, as dificuldades ou os desafios identificados e propostos meios para a sua resolução. Indicador: Avaliação feita a, no mínimo, duas instituições que implementem um plano de ação que promova a ética e o profissionalismo.

Promover os conhecimentos e a capacidade profissional para gerir recursos do Estado, alocados para o setor privado	Abordagem conceptual	Resultado: Gestores do setor privado conhecem e têm capacidade para prevenir a corrupção na utilização de recursos do estado por eles obtidos. Indicador: Número total de workshops, seminários ou discussões realizadas ao longo do ano.
	Ação preventiva planeada	Resultado: Empresas estabelecem medidas preventivas contra a corrupção na gestão dos recursos do Estado. Indicador: O número total de empresas que adotam medidas concretas para prevenir a prática de corrupção.
	Avaliação da implementação do plano	Resultado: Progresso, as dificuldades ou os desafios identificados e propostos meios para a sua resolução. Indicador: Avaliar, no mínimo, duas empresas que tenham adotado um plano de ação preventivo contra a corrupção.
Estudos e avaliação de riscos		
Identificar probabilidades e riscos de aparecimento de corrupção, para desenvolver medidas preventivas	Reunir e analisar documentos (seminários, workshops, discussões)	Resultado: Conhecimentos aprofundados sobre documentos políticos, ou legislação, relacionados com o tema boa governação, procedimentos administrativos, programas, projetos e outros considerados relevantes para o desenvolvimento de ações de prevenção. Indicador: Número total de workshop, seminários ou discussões realizados ao longo do ano.
	Inspeção, análise e produção de relatórios	Resultado: Identificar as condições reais, os riscos e as potencialidades da prática de corrupção, para que se possam tomar medidas adequadas e promover boas práticas. Indicador: N.º total de inspeções realizadas durante o ano.
Monitorização de programas e projetos		
Acompanhara implementação de programas ou projetos, para garantir a efetividade dos gastos e a qualidade das obras ou bens e serviços	Monitorização conjunta	Resultado: Descobrir práticas inadequadas e promover boas práticas como exemplos para as empresas. Indicador: N.º de monitorizações realizadas durante o ano
	Monitorização autónoma	Resultado: Descobrir práticas inadequadas e promover boas práticas como exemplo para outras empresas. Indicador: N.º de monitorizações realizadas durante o ano
	Análise e produção de relatórios	Resultado: Identificar as condições reais, os riscos e potencialidades da prática de corrupção, para que se tomem as medidas adequadas e se promovam as boas

		práticas. Indicador: Nº total de inspeções realizadas durante o ano.
Atendimento de Casos		
Registrar e identificar os casos que entram para se proceder à análise da sua natureza criminal	Registo de casos	Resultado: Informação reunida ou recebida do público, ou organização, deve ser organizada de acordo com o sistema existente. Indicador: Classificação quanto à natureza e ao tipo de caso registado.
	Análise de casos	Resultado: Conhecimentos aprofundados sobre os casos em todas as suas dimensões. Indicador: Nº total de casos classificados como crimes de corrupção e outros crimes conexos, ou outras violações que não sejam natureza criminosa.
Investigação		
Produzir um relatório de investigação com evidências e provas credíveis, para que os procuradores tomem medidas	Reunir provas e fazer notificações	Resultado: Diligências realizadas de acordo com as evidências existentes Indicador: Nº total de testemunhas e de suspeitos de acordo com as provas encontradas.
	Fazer diligências	Resultado: Ações processuais terminam com um relatório que se submete ao Ministério Público. Indicador: Nº total de casos relatados ao Ministério Público para serem tomadas as medidas adequadas.
	Operação especial	Resultado: Evidências ou provas e suspeitos assegurados para ajudar a promover outros atos processuais. Indicador: Relatório final de investigação com evidências e que identifique os autores responsáveis.
	Avaliação das ações de investigação e das operações.	Resultado: Qualidade do serviço de investigação e de operações especiais aumentada Indicador: Frequência das avaliações com resultado positivo nas ações de investigação e operações especiais.
Coordenação com as autoridades judiciais e outras autoridades relevantes		
Fortalecer a sinergia entre instituições, para promover atos processuais fortes	Encontros regulares com as autoridades judiciais.	Resultado: Promover a cooperação institucional para reforçar as medidas legais contra a corrupção. Indicador: Frequência de reuniões durante o ano. Nº total de casos sobre os quais se atua de forma rápida e coordenada.

	Encontros regulares com as autoridades PNTL, PDHJ, IGE e outras autoridades relevantes	<p>Resultado: Papel específico de cada instituição assegurado para apoiar o trabalho de investigação da CAC.</p> <p>Indicador: Frequência dos encontros e o nº de casos para os quais se tomam medidas, de acordo com as funções de cada instituição</p>
Informação e análise		
Analisar a informação reunida, para apoiar o serviço de investigação e prevenção	Reunir e registar informação na SIAC	<p>Resultado: Informação sobre os casos organizada num sistema de base de dados.</p> <p>Indicador: O volume total de informação registada na base de dados.</p>
	Analisar a informação	<p>Resultado: Apoiar e reforçar o serviço de investigação criminal.</p> <p>Indicador: Os tipos de casos identificados a partir da análise de informações encontradas.</p>
Apoio à Segurança		
Coordenar o apoio à segurança do pessoal que leva a cabo as missões da CAC e do local de trabalho.	Coordenar os apoios a nível da segurança com a PNTL.	<p>Resultado: Garantir segurança do pessoal, lugares e facilidades sempre que necessário, para garantir o sucesso de operações específicas.</p> <p>Indicador: Nº de operações específicas bem-sucedidas.</p>
	Atualizar a situação de segurança do Comissário e de todo o pessoal da CAC	<p>Resultado: Medidas preventivas e assegurar o funcionamento das atividades de todas as direções.</p> <p>Indicador: O mínimo de acontecimentos relacionados com questões de segurança.</p>
	Treino e formação para ações de defesa e contingência.	<p>Resultado: Assegurar o bem-estar de forma a garantir a produtividade no serviço.</p> <p>Indicador: o mínimo de incidentes relacionados com saúde e bem-estar.</p>
Serviço de Administração do Gabinete do Comissário (GC) da CAC		
Preparar e organizar documentos no Gabinete do Comissário(GC) para facilitar a correspondência na instituição e entre instituições, bem como para reforçar a memória institucional da CAC	Elaborar e organizar o sistema de ficheiros eletrónicos e não eletrónicos, de acordo com as categorias dos documentos.	<p>Resultado: Sistema de ficheiros onde se arquivam todos os documentos, que entram e saem do GC, com eficácia e de acordo com as diferentes categorias dos documentos.</p> <p>Indicadores: Dirigentes e os funcionários podem aceder com facilidade aos arquivos em qualquer momento.</p>
	Fazer a seleção dos principais documentos que é necessário arquivar, para se transferirem para o sistema SIAC.	<p>Resultado: Principais documentos são arquivados com segurança no sistema SIAC, para reforçar ainda mais a memória da instituição.</p> <p>Indicadores: Dirigentes e os funcionários relevantes podem aceder ao arquivo</p>

		principal, em qualquer momento, lugar e com facilidade.
	Preparar Termos de Referência sensíveis a questões de género e contactar a Unidade de Recursos Humanos da CAC para dar início aos processos de recrutamento.	Resultado: Encontrar novos funcionários de qualidade e pronto a exercer funções no GC. Indicadores: A distribuição de serviço no GC passa a ser menos pesada, os funcionários trabalham de acordo com os termos de referência definidos.
Coordenar o protocolo da CAS, para facilitar os encontros, viagens e eventos oficiais e evitar falhas desnecessárias	Contactar o protocolo do Governo ou de outras instituições relevantes (por exemplo: as embaixadas de Timor Leste no estrangeiro), para apoiarem o protocolo, antes do início de algumas atividades, de acordo com as necessidades	Resultado: Protocolo de estado ou de outras instituições relevantes em conhecimento antes do início de algumas atividades. Indicadores: Extinguir ou diminuir o risco de falhas no protocolo.
	Trata de todas as viagens oficiais da CAC e de alguns estrangeiros, visitantes oficiais da CAC.	Resultado: Obter confirmações oficiais das agências de viagens sobre as viagens de oficiais. Indicadores: Todas as viagens tratadas, ou planeadas, são concretizadas sem falhas (a não ser alguma falha técnica impossível de controlar)
Relações Externas		
Facilitar a relação institucional entre a CAC e outras instituições no território nacional e no estrangeiro para reforçar a missão da CAC	Estabelecer coordenações diretas com parceiros ou outras instituições, ou apoiar as direções que se responsabilizam pelos programas ou atividades com outras instituições no país, ou no estrangeiro, através de encontros diretos, cartas oficiais ou correio eletrónico.	Resultado: Boa relação e coordenação institucional entre a CAC e outras instituições nacionais e no estrangeiro, de forma a fortalecer a CAC. Indicadores: Os programas ou atividades <i>entre</i> a CAC e outras instituições correm bem e de forma eficiente.
Meios de Comunicação		
Produzir e distribuir o Boletim Trimestral Integridade CAC, de forma a divulgar informações públicas relativas à CAC e a aumentar a transparência e prestação de contas dos serviços da instituição CAC	Organizar encontros da Equipa de Redação para se decidir o tema de cada edição do Boletim Integridade e para distribuir tarefas entre os funcionários dos meios de comunicação social para fazerem as reportagens	Resultado: Decidido o tema de cada edição do boletim, que reflita a situação atual relacionada com o combate à corrupção. A equipa de reportagem sabe qual é a sua função. Indicadores: O público fala mais sobre o tema central relacionado com o boletim.
	Juntar, escrever e editar notícias no Boletim Trimestral da CAC, para cada edição, antes de enviar para a agência de publicação	Resultado: As notícias são editadas de acordo com as regras do jornalismo (5W1H) e ficam prontas para publicação. Indicadores: Apoio dos dirigentes e dos funcionários em processo de grande produção e aprovação final por parte dos dirigentes antes da sua publicação.
	Distribuir o boletim às instituições públicas, ONG, embaixadas, escolas, entre outras	Resultado: As instituições públicas, ONG, embaixadas, escolas e outras recebem cada uma das edições do Boletim Integridade CAC. Indicadores: Através desta distribuição, mais ou menos, 80% chegam ao

		destino e são lidos.
Fazer a cobertura e publicar as atividades públicas da CAC, que podem originar pensamentos e análises críticas construtivas do público e aumentar a transparência e prestação de contas dos serviços da instituição CAC	Fazer a cobertura das atividades públicas da CAC: tirar fotografias, organizar conferências de imprensa, dar entrevistas exclusivas, redigir comunicados de imprensa – espalhar a informação através de websites, listas de correio eletrónico da CAC, TV, jornais, alguns meios de comunicação social e outras fontes	Resultado: Quase todas as atividades públicas da CAC, que recebem cobertura total, e cuja informação é espalhada em vários lugares, através de diferentes fontes, dão origem a muitas reflexões e análises críticas construtivas e são transparentes e prestam contas do serviço na CAC. Indicador: Um público de, mais ou menos, 80% tem acesso às publicações, através de diferentes fontes, e conhece bem os serviços públicos da CAC
Monitorizar os meios de comunicação locais e internacionais no que diz respeito a notícias relacionadas com boatos sobre a transparência e prestação de contas, especialmente em Timor Leste, para orientar o serviço dos dirigentes e dos funcionários da CAC, para que as decisões tomadas sejam efetivas	Fazer apanhados e resumos diários aos meios de comunicação social locais e internacionais, no que diz respeito a boatos sobre transparência e prestação de contas, especialmente em Timor Leste. Serviço de recolha e fotocópia das notícias e colocação das mesmas no quadro de avisos, juntá-las durante um mês e depois compilá-las. Fazer um resumo, depois de as espalhar pelos dirigentes e por todos os funcionários.	Resultado: As notícias relacionadas com boatos sobre transparência e prestação de contas, especialmente em Timor Leste, são todas monitorizadas, para orientar os dirigentes na tomada de decisões efetivas. Indicadores: Os dirigentes e os funcionários lêem e acompanham os boatos atuais e efetivos.
Monitorizar a implementação da Estratégia de Comunicação da CAC, para testar a eficácia da comunicação dentro da instituição e entre instituições, para facilitar o planeamento, intervenção, atividades e serviços de cada direção	Utilizar um modelo de Monitorização e Avaliação (M&E) da Estratégia de Comunicação da CAC. Monitorizar e avaliar trimestralmente e apresentar aos dirigentes e diretores o relatório sobre alguma mudança necessária relacionada com as comunicações feitas.	Resultado: Todas as direções implementam correta e eficazmente a estratégia de comunicação em todos os serviços e atividades. Indicadores: Os dirigentes e os funcionários compreendem bem a importância da estratégia de comunicação interna mente e entre instituições
Coordenar o estabelecimento da estratégia nacional de combate à corrupção		
Promover aproximações institucionais, para encontrar vontade coletiva para discutir e elaborar a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção até à sua aprovação final	Contactar e reunir com os órgãos de soberania e a sociedade civil.	Resultado: Os órgãos soberanos e a sociedade civil expressam a sua vontade e compromisso para estabelecer uma equipa coordenadora para preparar a ENCC. Indicador: Todos concordam com o plano de ação e com o papel específico de cada instituição e aprovação final da ENCC.
CAC Learning Center		
Estabelecer e Gerir o Centro de Formação da CAC, para aprofundar e aumentar os conhecimentos dos funcionários da	Preparar o estabelecimento do Centro de Formação da CAC, inclusive a forma como será gerido no futuro	Resultado: A CAC tem um Centro de Formação próprio que usa para aumentar os conhecimentos dos funcionários Indicadores: A CAC favorece um bom ambiente para a aprendizagem e

instituição		aquisição de conhecimentos dos funcionários, através do aumento de recursos do Centro de Formação.
	Identificar as referências de diferentes fontes, para promover o conhecimento	Resultado: A biblioteca da CAC tem uma grande variedade de referências. Indicadores: Funcionários não têm dificuldade em encontrar referências que orientam o seu serviço, como por exemplo, as referências necessárias para fazer algum trabalho de pesquisa.
	Organizar discussões casuais com especialistas da própria CAC e de outras origens para os funcionários da instituição	Resultado: Discussão regular com especialistas da própria CAC, externos e funcionários. Indicadores: A CAC tem um ambiente propício à reunião dos funcionários para a aprendizagem e para aumentar alguns conhecimentos técnicos, a partir de diversas fontes.

Comissão da Função Pública

Papel

A Comissão da Função Pública tem como papel reforçar a capacidade da função pública através do desenvolvimento de serviços de Governo imparciais, eficientes e eficazes apoiados por elevados padrões de profissionalismo, com vista à melhoria contínua em gestão de recursos humanos e organizacional na função Pública.

Orçamento

A Comissão da Função Pública tem um Orçamento de 4,129 milhões de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas
Comissão da Função Pública (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	1,752	3,223	4,129	4,294	4,466	4,645	4,831
Recorrentes	1,603	2,548	3,971	4,130	4,295	4,467	4,646
Salários e Vencimentos	478	887	846	880	915	952	990
Bens e Serviços	1,125	1,661	3,125	3,250	3,380	3,515	3,656
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	149	675	158	164	171	178	185
Capital Minor	149	570	158	164	171	178	185
Capital Desenvolvimento	-	105	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	14	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	14	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	1,752	3,237	4,129	4,294	4,466	4,645	4,831
Recorrentes	1,603	2,562	3,971	4,130	4,295	4,467	4,646
Capital	149	675	158	164	171	178	185

Perfil de Funcionários

A Comissão da Função Pública no período de 2013/2017 tem uma estimativa de força de trabalho de cerca de 201 pessoas. Para o ano de 2013 aloca 201 pessoas, composto por 153 funcionários permanentes e 48 vagas por preencher de 2012. Significa que não prevê força de trabalho para o período seguinte.

Comissão da Função Pública											
Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministério	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass. Grau F	Ass. Grau G				
Funcionarios Publicos Actuais	3	22	26	22	45	21	14	153	201	Director Geral	2
Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0		Inspeor Geral	1
Vagas por preencher 2012	6	14	10	8	7	3	0	48		Director Nacional	10
Nova proposta de vagas 2013/2017	0	0	0	0	0	0	0	0		Director Distrital	0
Total Força de Trabalho	9	36	36	30	52	24	14	201		Chefe Departamento	21
										Chefe Seccao	0

Plano Anual da Comissão da Função Pública para 2013

Liderar a gestão e o desempenho da Função Pública		
Aperfeiçoar a gestão da avaliação de desempenho da função pública em todas as instituições públicas	Desenvolver e estabelecer o manual de gestão da avaliação de desempenho da função pública	Todas as instituições públicas detêm o manual sobre a gestão da avaliação de desempenho de acordo com as regras e regulamentos da Função Pública até ao final de 2013 Todos os directores e chefes compreendem as etapas do processo de avaliação de desempenho até ao final de 2013
	Registo dos dados de avaliação de desempenho de todas as instituições públicas na base de dados PMIS	Os dados de todas as instituições públicas estão incluídos na base de dados até ao final de 2013
	Registo de dados dos funcionários de regimes especiais de carreira	Os dados de todas as instituições públicas estão incluídos na base de dados até ao final de 2013
	Identificar os funcionários públicos que preenchem as condições para a progressão funcional	Assegurar a progressão funcional de todos os funcionários públicos que preencham as condições legais ao final de cada trimestre
Promover uma maior consciencialização do código da conduta da FP, garantir uma administração pública imparcial, profissional, transparente, eficiente e cortês de acordo com a lei	Instaurar procedimentos disciplinares, fazer investigações, relatar e propor penalidades em caso de má conduta dos funcionários públicos	Assegurar pelo Secretariado, a cada trimestre, a instrução e submissão à CFP de todos os processos disciplinares antes da ocorrência da prescrição
	Encaminhar recomendações de reclamações e recursos em relação as decisões da CFP	Instruir e submeter à CFP mensalmente todos os recursos e reclamações apresentados
	Desenvolvimento e aprovação de regulamentação para protecção dos dados do PMIS	Regulamento de protecção de dados aprovado e implementado até ao final de 2013
	Implementar no PMIS decisões da CFP sobre medidas disciplinares, estrangeiros e documentos alterados, em falta ou errados	As decisões da CFP são mensalmente implementadas no PMIS
	Desenvolvimento dos módulos do PMIS para processamento de salários, férias, faltas, licenças e carreiras especiais	Os módulos são desenvolvidos e entram em operação até ao final de 2013
	Impressão dos cartões de identificação da Função Pública	Todos os funcionários públicos têm cartão de identificação até ao final de 2013
Melhorar o quadro da gestão do trabalho da Função Pública		
Aperfeiçoar o processo de recrutamento	Reformar o processo de recrutamento com o propósito de garantir maior celeridade e uma perspectiva de género ao processo	Novo processo de recrutamento discutido, mais célere e com uma perspectiva de género, aprovado e implementado até final de 2013

	Regulamentar o processo de promoção na carreira	Processo de promoção nas carreiras da Função Pública discutido, aprovado e implementado até final de 2013
	Acções de formação para o júri de selecção e recrutamento	Equipas de verificação de documentos e membros do júri capacitados para o desempenho adequado das funções Todos os painéis de júri desempenham as funções de recrutamento de acordo com as regras e regulamentos previstos em lei e pela CFP
	Desenvolver o Plano de Recrutamento Integrado com vista a possibilitar o recebimento de candidaturas de todas as partes do território nacional, inclusive das zonas rurais	As acções de recrutamento são concentradas e realizadas de acordo com as necessidades de pessoal das instituições públicas, mas de forma a assegurar uma maior participação de candidatos de todo o território nacional, inclusive das zonas rurais
Aperfeiçoar o quadro de gestão de emprego da Função Pública	Implementar o suplemento remuneratório por trabalho em local remoto ou de difícil acesso	Definir o suplemento para todas as áreas isoladas do país e assegurar o seu pagamento aos funcionários públicos
	Assegurar a promoção dos funcionários que obtiverem sucesso no processo de selecção por mérito para este fim	Todos os funcionários públicos que obtiverem sucesso no processo de selecção por mérito são promovidos, trimestralmente
	Assegurar dados precisos de pagamento ao <i>payroll</i> do MF	Apresentar mensalmente ao <i>payroll</i> as informações relativas ao pagamento de salários e suplementos à Função Pública bem como os respectivos descontos 100% das informações são prestadas em tempo útil pela CFP e são inseridas na folha de pagamento do MoF
	Assegurar o processo da reforma dos funcionários públicos (RTSS)	Todos os requerimentos de beneficiários ou beneficiados mensalmente apresentados à CFP obtêm a certidão de tempo de serviço para instrução do processo de pensão
	Assegurar a reactivação do pagamento dos salários dos funcionários suspensos da folha de pagamento de acordo com as decisões da CFP	Os funcionários que retornam à folha de pagamento têm os seus salários pagos de acordo com as decisões da CFP Todos os funcionários públicos que retornam à folha de pagamento têm os seus salários pagos no mês subsequente ao retorno
	Assegurar o processamento do cancelamento de salários de acordo com as decisões da CFP	Todos os funcionários públicos excluídos da folha de pagamento têm os seus salários suspensos no mês correspondente
	Melhorar o planeamento da força de trabalho	Analisar as necessidades de pessoal de cada instituição do sector público
Desenvolver e implementar instruções para preparação dos mapas de pessoal pelos serviços de recursos humanos de cada instituição		Todas as instituições recebem instruções para preparação dos mapas de pessoal até ao final do primeiro semestre de 2013

Melhorar o quadro de gestão do trabalho da Função Pública	Apoiar as instituições públicas no desenvolvimento do plano de gestão de recursos humanos alinhado com os objectivos e prioridades organizacionais	Recrutar, formar e orientar os directores de recursos humanos das instituições públicas até ao final de 2013
	Assegurar que as reclamações e recursos dos funcionários públicos são apreciados pela CFP	Todas as reclamações e recursos apresentados trimestralmente são instruídos e decididos pela CFP
	Desenvolver e implementar termos e condições de emprego consistentes para a Função Pública	Manual de Recursos Humanos totalmente desenvolvido e disseminado em todas instituições públicas até ao final de 2013
Desenvolver e sustentar a capacidade dos funcionários públicos		
Assegurar a formação regular da Função Pública	Desenvolver um Quadro de Políticas e Estratégias para Desenvolvimento de Recursos Humanos	Rever e propor ao Governo o Decreto-Lei da Formação e Desenvolvimento em harmonia com a integração do INAP à CFP, até ao final do primeiro semestre de 2013 Participar activamente da gestão do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH) até ao final do primeiro semestre de 2013
	Desenvolver e implementar acções de formação alinhadas com os objectivos de cada organização pública	Estabelecer e implementar um calendário de formação para o INAP até ao final do primeiro semestre de 2013 Assegurar a formação de base dos novos funcionários públicos até ao final do ano de 2013
	Reforçar as capacidades de gestão e liderança	Assegurar a formação dos ocupantes e candidatos a cargos de direcção e chefia até ao final do ano de 2013
	Promover a melhoria contínua e uma cultura de aprendizagem no âmbito da Administração Pública	Capacitar o INAP como instituição acreditadora da formação profissional da Função Pública até ao final do ano de 2013 Desenvolver estudos para a integração do INAP à CFP até ao final do primeiro semestre de 2013
	Assegurar a qualidade da formação da Administração Pública	Promover a reestruturação institucional do INAP, com a aprovação de legislação e regulamentação específica e estabelecimento de objectivos de formação e desenvolvimento até ao final do primeiro semestre de 2013
	Disseminação e Informação sobre as políticas e decisões da CFP	Assegurar que as acções de disseminação atinjam todas as instituições do Estado até ao final de 2013
Fortalecer a capacidade da Comissão da Função Pública		
Maior visibilidade da CFP nos órgãos de comunicação social	Implementar as actividades de assessoria de imprensa	Aumentar em 100% a menção à CFP e aos projectos da Função Pública nos órgãos de comunicação social, até ao final de 2013
	Garantir a comunicação institucional	Produzir material de comunicação institucional e distribuí-lo a todas as

		instituições públicas até ao final de 2013
	Aprovar e divulgar campanhas de informação dirigidas aos funcionários públicos e ao público em geral	Divulgação de campanhas de esclarecimento e sensibilização a nível nacional
Aperfeiçoar a capacidade da CFP em Tecnologia da Informação e conectividade com as instituições públicas	Recrutar, formar e capacitar uma equipa de técnicos em TI	Uma equipa de TI recrutada e formada ao serviço da CFP
		Capacidade estabelecida em TI para abrigar e gerir as informações, publicações e outros componentes importantes da actividade da CFP, até ao final de 2013 Sítio de internet, servidor de e-mail, firewall, e outros programas associados estabelecidos e operacionais, até ao final de 2013 Conteúdo de Internet publicado e acessível, até ao final de 2013
Desenvolver e implementar estruturas de gestão e de responsabilidade da Comissão e do Secretariado	Promover um estudo do fluxo dos documentos e dos processos de decisão do Secretariado	Estudo concluído e recomendações implementadas até ao final de 2013
	Assegurar o recrutamento dos cargos do Secretariado	Incluir trimestralmente os recrutamentos do secretariado no plano integrado de recrutamento
	Gerir a administração logística e execução financeira de acordo com o orçamento aprovado para a CFP	O património e a execução financeira são integralmente administrados nos termos da legislação em vigor e nos limites do orçamento aprovado
Garantir acomodação e equipamentos adequados para a Comissão	Continuar com a construção do edifício-sede da CFP, cujo projecto foi aprovado pela ADN e pela Direcção de Terras e Propriedades no ano de 2010 e iniciou sua construção em 2011	Concluir a construção até o final do primeiro trimestre de 2013.
	Equipamento e mobiliário para o edifício-sede da CFP	Garantir a aquisição dos equipamentos e mobiliário até ao final do primeiro semestre de 2013
	Assegurar a adequação física das instalações do INAP	Concluir o desenho técnico sobre a adequação das instalações e assegurar as devidas autorizações até ao final do primeiro semestre de 2013

Universidade Nacional de Timor-Leste

Papel

O Decreto-Lei nº16/2010 de 12 de Outubro, é o estatuto chave que confere inteiros poderes à UNTL para evoluir como uma Instituição de Ensino Superior, nacional, de alto nível, de Timor-Leste. Esta Directiva nacional confere à UNTL autonomia estatutária para conduzir transacções científicas, educacionais, administrativas, financeiras, disciplinares e de propriedade, sujeitas às fronteiras delimitadas pelas leis do Estado.

Este regulamento chave autoriza a UNTL a possuir a sua própria identidade e missão, criar estruturas e operações, conceber e fornecer serviços de ensino e investigação, preparar políticas de recrutamento, gerir assuntos económicos e financeiros, e beneficiar dos poderes finais e transicionais pelo Reitor e sob as Directivas do Conselho Geral, Conselho de Administração e Conselho Disciplinar.

Adicionalmente, este estatuto permite à UNTL conferir Graduações e Títulos aos estudantes que atinjam critérios de avaliação, e desenvolver independentemente relações internacionais com outros países e organismos educativos, para educação mútua e interesses de investigação mútuos, para criar o seu próprio mecanismo interno de auto-avaliação, Tutela e Supervisão, e candidatar-se a Acreditação Nacional e Internacional.

A Universidade, sob as provisões deste Decreto-Lei, pode criar a sua própria identidade, através do design e aplicação do seu Lema, Símbolo, Bandeira, Hino, Cerimónias e vestes Académicas, e celebrar o Dia da UNTL.

Em paralelo com a sua Visão e Missão, a UNTL irá criar Centros e Excelência, para promover as Línguas Nacionais [INL] e criar o Centro Nacional de Investigação Científica [CNIC], estabelecer e reforçar várias faculdades e departamentos como necessário, incluindo o Instituto de Medicina e Ciências da Saúde e o Instituto de Engenharia e Tecnologia.

Visão - Centro de Excelência para o Ensino Superior em Timor-Leste

Missão - Até 2020, a UNTL irá :

- Alcançar a excelência, através de serviços Académicos, de Investigação e Comunitários, competitivos, adoptando práticas de nível mundial no Ensino Superior
- Fazer da Qualidade uma forma de vida e de cultura apelativa
- Promover a Identidade Nacional e os valores humanos, através da propagação da língua e cultura Timorenses

- Acelerar actividades Científicas, criando sinergias multilaterais em campos contemporâneos
- Desenvolver o bem-estar geral dos seus membros, através de intervenções físicas, psicológicas e espirituais
- Desenvolver todas as capacidades para providenciar uma administração transparente e capaz, através de boas práticas de governação

Orçamento

A Universidade Nacional de Timor-Leste tem um Orçamento de 10,904 milhões de dólares para 2013.

Orçamento Fontes Combinadas
Universidade Nacional de Timor Lorosa'e (\$'000)

	2011 Actual	2012 Orçamento	2013 Orçamento	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção	2017 Projeção
Orçamento Geral do Estado	5,323	10,940	10,904	11,340	11,794	12,265	12,757
Recorrentes	4,383	10,173	10,724	11,153	11,599	12,063	12,546
Salários e Vencimentos	2,674	6,617	7,558	7,860	8,175	8,502	8,842
Bens e Serviços	1,709	3,556	3,166	3,293	3,424	3,561	3,704
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	940	767	180	187	195	202	211
Capital Minor	940	767	180	187	195	202	211
Capital Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	5,323	10,940	10,904	11,340	11,794	12,265	12,757
Recorrentes	4,383	10,173	10,724	11,153	11,599	12,063	12,546
Capital	940	767	180	187	195	202	211

Perfil de Funcionários

O Ministério da Educação no período de 2013/2017 tem uma estimativa de força de trabalho de cerca de 421 pessoas. Para o ano de 2013 aloca 1611 pessoas, composto por 1242 funcionários permanentes e 197 vagas por preencher de 2012. Significa que 172 pessoas são fornecidas para o período seguinte. Além disso, o Ministério da Educação ainda tem profissionais de professores no total 11058 pessoas composto por professores actuais 4164 pessoas, pessoal professor formação nível 3 551 pessoas, pessoal professor formação nível 2 4628, pessoal professor Grau D em 2010 para formação nível 1 no total 1052 pessoas e pessoal professor Grau E em 2011 para formação nível 1 no total 663 pessoas.

UNTL/regime geral											
Força de trabalho	Categoria/Grau							Total	Total 2013	Cargo e Chefia do Ministerio	Total
	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G				
Funcionarios Publicos Actuais	1	5	12	35	50	28	59	190	350	Director Geral	1
Agente da Administracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0		Inspeor Geral	0
Vagas por preencher 2012	1	10	40	69	30	10	0	160		Director Nacional	8
Nova proposta de vagas 2013/2017	0	6	25	25	15	0	0	71		Director Distrital	0
Total Força de Trabalho	2	21	77	129	95	38	59	421		Chefe Departamento	27
										Chefe Seccao	0

UNIVERSIDADE NACIONAL DE TIMOR LOROSA'E (UNTL)	
Categoria Forca de Trabalho atuais docentes UNTL	Total
Professor Catedratico	0
Professor Associado	0
Professor Auxiliar	11
Professor Auxiliar Honorario	109
Mestre Nivel I	14
Mestre Nivel H	2
Mestre Nivel G	11
Mestre Nivel F	1
Mestre Nivel E	4
Mestre Nivel D	30
Assistente Nivel D	130
Assistente Nivel C	1
Assistente Nivel B	4
Assistente Nivel A	49
Total forca de Trabalho RE da UNTL	366

Plano Anual da Universidade Nacional de Timor-Leste

Liderar para que a UNTL se torne no centro de excelência do Ensino Superior no país e que, através de uma forma inovadora, se desenvolvam as melhores práticas de ensino, com espírito colaborativo, mantendo sempre os interesses-chave de Timor-Leste		
Estabelecer instrumentos legais e formais para garantir um Ensino Superior de excelência, Pesquisa e Serviços de atendimento de qualidade	Desenvolver e elaborar: <ul style="list-style-type: none"> - Regulamento das bolsas de estudo para docentes e funcionários e para estudantes - Instalação do Conselho Disciplinar e do Conselho Cultural - Revisão dos modelos de contratos - Elaborar os Estatutos das Faculdades - Regime de carreira dos investigadores - Regulamentação dos centros de investigação científica 	Mecanismo de implementação de qualidade, reforçado através dos instrumentos legais desenvolvidos <ul style="list-style-type: none"> - Instrumentos legais formais preparados, difundidos e implementados
Desenvolver um Excelente Talento no Ensino, em todas as Faculdades	Elaborar directrizes para o acesso à carreira Docente da UNTL	Pessoal académico bem qualificado e motivado Regime de carreira colocado em prática e difundido
Melhoria da imagem da UNTL como uma instituição com bons padrões de conduta	Implementar o Código de Conduta de Boas Práticas na UNTL, extensível a todo o campus universitário	Profissionalismo melhorado e boas práticas no campus Código de Conduta da UNTL no campus preparado e difundido
Garantir práticas de boa liderança, para uma administração transparente e responsável	Implementar procedimentos disciplinares para todos os Docentes, Estudantes, e Funcionários da UNTL	Disciplina melhorada e maior transparência na UNTL - Manual de Procedimento Disciplinar estabelecido e comunicado a todos
Assegurar o desenvolvimento contínuo da organização da UNTL, a par com o desenvolvimento global do mundo	Estabelecer e desenvolver iniciativas para a estrutura da organização, sistema e mudanças culturais no trabalho de forma a ser transparente, eficiente, e reflectir as necessidades globais	- Monitorização de eficiência e avaliação de parâmetros de qualidade de atendimento interno e externo à organização - Definição das funções de cada funcionários e análise das necessidades técnicas e humanas
	Investigar e analisar em profundidade os procedimentos de trabalho, melhorar e estabelecer um novo sistema ou função para assegurar o desenvolvimento da organização num sistema moderno	Actualização das unidades de trabalho em prol da eficiência e produtividades Análise da perspectiva dos funcionários quanto as exigência das suas funções
	Manter as boas práticas e alterar procedimentos de trabalho nas áreas identificadas como menos eficientes, melhorar e estabelecer um novo sistema ou função para assegurar o desenvolvimento da organização num sistema moderno	Monitorização no dia-a-dia, do desempenho de cada funcionário do Gabinete da Reitoria Análise e avaliação de

		Procedimentos de trabalho dos funcionários do Gabinete da Reitoria
	Planeamento e organização das Visitas oficiais internas e externas, transversais a todos os órgãos da gestão da UNTL	Agendar a orientação diária para a optimização dos custos tendo em conta a variável benefício para a organização Análise custo-benefício tendo em consideração o que são os interesses <i>major</i> da organização no que se refere a visitas institucionais
	Realizar estudos comparativos com as Universidades estrangeiras por forma fortalecer as competências da reitoria da UNTL	- Estabelecer relações de cooperação com outras instituições de ensino superior, baseadas num perfil conhecedor da realidade em que assentam as Universidades cooperantes - Definição de objectivos gerais e específicos para sustentar o Estudo comparativo
	Qualificação dos recursos humanos da reitoria	Formação intensiva em técnicas administrativas, domínio de línguas e gestão de tempo e motivação Definir quais os cursos de formação prioritários e adequá-los ao perfil de cada funcionário
	Manutenção das instalações do Gabinete da reitoria e sala de videoconferências	Adaptar as instalações ao número de funcionários existentes e optimizar o espaço de modo a que seja adaptado às tarefas de cada um Identificação do património institucional já estabelecido
	Materiais físicos para melhorar o escritório da reitoria	Identificar as necessidades de equipamentos em função da dinâmica organizacional e das exigências do trabalho inerentes à função de cada um + <i>Ratio</i> produtividade de cada funcionário - número de funcionários - produtividade
	Informação, Publicação, Tradução media electrónica e jornais	Informação periódica das principais actividades académicas da UNTL, para conhecimento da sociedade + Informação para os Media já estabelecido
	Revitalização do sistema de apoio de IT com hardware necessários, software, e conectividade de rede, etc.	Disponibilizar o acesso da internet a todos os estudantes, funcionários e docentes + Website, conta de Email e equipamento instalado
Melhorar e tornar sustentável a qualidade de educação na UNTL		
Preparar e desenvolver os programas de ensino superior actualizados para a graduação	Disseminação e finalização do Regulamento Académico a nível de Faculdades e Departamentos	Regulamento académico padronizado, adequado e uniformizado para implementação em todas as faculdades e departamentos finalizado
	Desenhar e preparar regulamentos específicos a nível de Faculdades e Departamentos	Regulamentos específicos padronizados, adequados para implementação em todas as faculdades e departamentos e melhoria do desempenho dos estudantes + Esboços de Regulamentos específicos por Faculdades
Assegurar o sucesso de alta	Implementação de disciplinas de língua portuguesa em todos os	Quase todas as disciplinas leccionadas em língua portuguesa. Maior

qualidade dos estudantes	semestres	taxa de adopção de Língua Portuguesa no processo de ensino e aprendizagem
	Leccionação de todas as disciplinas em Língua Portuguesa	Competências linguísticas e académicas dos estudantes melhoradas + Melhoria no desempenho académico dos estudantes e na taxa de graduação
Elevar e melhorar a qualidade dos professores	Preparação do guião de ensino e aprendizagem, e elaboração de um dossier baseado no padrão curricular	Guião de estudo padronizado e uniformizado, com implementação em todas as faculdades e departamentos
	Cursos de formação intensivos de curta duração	Melhoria de desempenho dos estudantes + Cursos intensivos de formação (10-30 Professores (40% feminino e 60% masculino)) para melhoria no desempenho académico dos estudantes
	Actualizar os Currículos de departamentos no âmbito da acreditação programática	Melhoria de desempenho dos estudantes (<i>outcome</i>) + Implementação do currículo padrão em todos os Departamentos
	Implementação do Dossier/Programa de Estudos com base nos Currículos actualizados	Melhoria no desempenho académico dos estudantes + Programa de estudos realizado
Introdução de novos programas e cursos	Conduzir uma pesquisa de Procura, para identificar os cursos que são necessários no Mercado, e introduzir novos cursos baseados nas necessidades do Mercado	Melhorar qualidade de ensino + Pessoal docente contratado incluindo para novos programas (escolas de Analista, Dentária, Farmácia, Nutrição, etc. estabelecido)
	Estabelecer e encorajar os estudantes a participar em actividades do Clube de Leitura, críticas a livros, clubes sociais e de línguas, locutor de rádio, etc.	Incentivar o aluno a ser uma pessoa independente. Eventos realizados
Transformar os estudantes em seres humanos criativos, responsáveis e bem desenvolvidos, e em cidadãos com espírito de solidariedade para com a sua comunidade, e que evoluam como cidadãos globais		
Apoio a Programas Académicos, em coordenação com o Gabinete Vice Reitor dos Assuntos Académicos, Gabinete Cooperação Internacional, CNIC	Estabelecer e encorajar os estudantes a participar em actividades do Clube de Leitura, críticas a livros, clubes sociais e de línguas, locutores de rádio, etc.	Melhor desenvolvimento das habilidades do estudante + Evento realizado um vez por mês em cada faculdade
Serviços de Treino Físico em coordenação com FEAH departamento desporto	Providenciar instalações desportivas (equipamento desportivo, treinadores, campos) no campus quer para desportos de recinto fechado quer ao ar livre, como voleibol, futebol, basquetebol, ténis de mesa, artes marciais, etc. (no campus de Hera)	Actividades de desporto apoiadas + Organização de eventos desportivos como jogo amigável entre faculdades e universidade privada em Timor
Artes e actividades Culturais	Em coordenação com os Assuntos de Cooperação, encorajar programas de intercâmbio de estudantes em Artes e Cultura, a nível internacional (dependendo das oportunidades existentes) e nacionais	Cooperação reforçada entre Universidades parceiras + Memorando de entendimento assinado com universidades parceiras

Actividades Espirituais em coordenação com o Aconselhamento Pró-reitora	Organizar coros espirituais uma vez por semana, e festivais religiosos/cânticos, nas quadras	Aumentar o conhecimento dos estudantes na vida espiritual + Orientações específicas sobre mente saudável. Conselheiro disponível a qualquer hora, instalações de lazer
Programa de Desenvolvimento Comunitário	Preparar grupos de estudantes para lidar com desastres naturais e outro perigos ambientais, e usar os seus serviços durante períodos de crise.	Reforçar o espírito de solidariedade e voluntarismo + Ecoturismo, ESHANA, Green Peace (Paz Verde)
Serviço de Referência para Aconselhamento em colaboração com PR Provedoria	Identificar e referenciar os estudantes com problemas /em crise para os Assuntos de Aconselhamento	Apoio a estudantes a funcionar, dando bons conselhos espirituais e humanos
Garantir relações eficazes e continuadas com todos os parceiros da rede da Universidade		
Redes entre a Indústria e a Academia (em coordenação com os Assuntos Académicos e com PRCI)	Convidar especialistas das Indústrias nacionais e internacionais para palestras e conferências	Melhor desenvolvimento das habilidades do estudante + Eventos realizados um vez por mês nas faculdades
Relações com os Alunos em colaboração com Departamento de IT	Criar a associação de alunos, com alunos do último ano, e manter contactos contínuos (site na Web, newsletter electrónica)	Manter boas relações entre os alunos e promover diálogo entre os estudantes
Melhorar as funções de Media para evoluir como uma ferramenta de comunicação eficaz para a UNTL		
Fortalecimento dos serviços de Rádio	Introduzir os serviços de Rádio FM e expandir o alcance dos 10 km até cobrir todo o País, progressivamente	Reforço da comunicação com a comunidade dentro e fora do campus. Disseminação da informação para 13 distritos
	Estabelecer serviços de comunicação online (internet, notícias de rádio online e Notícias de TV online) de forma a cobrir todo o País de forma progressiva	Reforço da comunicação dentro e fora do campus
Capacitação da função de Media	Oferecer formação técnica a todo o pessoal dos Media e Comunicação sobre as mais recentes práticas, tanto a nível nacional como internacional	Reforço da comunicação dentro e fora do campus. Informações e Boletins de notícias divulgados mensal e semanal
Desenvolver e padronizar a função de Protocolo, para melhorar a reputação e imagem da UNTL		
Desenvolvimento de Sistemas de Protocolo	Preparar MoUs para acordo bilateral e multilateral com varias organizações, sobre cooperação e protocolo	Relações institucionais garantida com todos os parceiros da rede da Universidade + Memorando de Entendimento assinado com CCITL. N.º de palestras realizadas por especialistas da área empresarial
Práticas de gestão de visitantes em colaboração com Gabinete Cooperação Internacional	Desenvolver capacidades para lidar com visitas nacionais e internacionais a UNTL (pessoal, recursos, formação, etc.)	Treinar a capacidade dos estudantes na parte da comunicação + Alunos e professores UNTL e professores internacionais (40% feminino e 60% masculinas)
Sistema de apoio aos estudantes internacionais em coordenação com	Para lidar com questões de protocolos (extensões de vistos, direitos, bancos, telefones, cartões de identificação, etc.) no que	Melhorar o talento dos estudantes brilhantes + Número de estudantes

PRCI	diz respeito a Professores internacionais/estudantes provenientes dos programas de intercâmbio	enviados em programas de intercâmbio
	Orientação aos Professores internacionais/estudantes, sobre a vida em Timor Leste, língua, cultura e outras informações básicas	Dar a conhecer os valores da nossa cultura e promover cultura e idioma
Construir capacidades necessárias ao funcionamento em pleno dos Assuntos Estudantis		
Aumenta da capacidade dos Assuntos Estudantis em coordenação com departamento IT	Conduzir estudos comparativos com outras instituições Internacionais, no que toca aos Assuntos Estudantis.	Conhecimento dos alunos consolidado no uso de equipamentos tecnológicos
Fortalecer os Mestrados e Doutoramentos em campus diversos e contemporâneos, para aumentar o capital humano altamente qualificado		
Resolução para adicionar novos cursos	Preparar enquadramento legal para introdução de novos cursos em todas as áreas de estudo	Gradualmente introduzir os novos cursos de especialização Pós-Graduada, e na área de mestrados + Novos Cursos Introduzidos
Fortalecimento dos programas de Doutoramento e Pós-Graduações	Fortalecer a qualidade dos programas de Doutoramento e Pós Graduação existentes	Maximizar as actividades científicas: pesquisas, seminários, simpósios, colóquios, etc. para todos os alunos de Pós-Graduação e Pesquisa + Realização dos seminários e debates científicos duas vezes por semana
	Melhorar/fornecer bolsas de estudo moderadas a estudantes, para motivar para estudos adicionais	Viabilidade de 150 bolsas do Fundo de Desenvolvimento Capital Humano + 150 bolsas atribuídas
Fomentar uma cultura de investigação através da criação, disseminação, publicação e publicitação de trabalhos de Investigação		
Iniciativas de Investigação Científica entre o pessoal Académico	Elaborar e publicar, no mínimo, um artigo, estudo, apresentação, crítica de livros, publicação de livros, por todo o pessoal Académico	Escrever e apresentar crítica científica do livro publicado + Publicação dos artigos na Revista Académica VERITSAS. E no site electrónica do Sapo.tl
Publicação e Publicitação de trabalhos de Investigação	Planear os recursos necessários para a implementação do plano estratégico para a informação e publicação	Elaboração do Livro científico + Publicação do Livro
Implantar e sustentar um mecanismo para Auto-avaliação Institucional, para melhorar a qualidade da UNTL		
Desenhar e Implementar o mecanismo de Auto-avaliação Institucional	Conduzir workshop de sensibilização e escrever artigos	Workshop e sensibilização do mecanismo de Auto-avaliação Institucional + Workshop e Sensibilização realizados
	Preparar mecanismo de Auto-avaliação Institucional, com a participação activa dos segmentos institucionais	Participação dos Segmentos Institucionais: docente, discentes e técnico-administrativo + Auto-avaliação Institucional Realizada
	Criar, capacitar e tornar funcional o mecanismo da Comissão para Avaliação	Constituição da Comissão Própria de Avaliação -CPA Criação da CPA, + Despacho do Reitor de Nomeação dos membros da CPA
Melhorar a cooperação externa, para melhorar a qualidade dos estudos de Pós-Graduação e Investigação (em conjunto com os Assuntos de Cooperação)		
Colaboração com Instituições	Planear e implementar programas de Doutoramento,	Deslocação dos Alunos de Doutoramento para as Universidades

Internacionais	intercâmbio de especialistas, agências, associações de estudos científicos estrangeiras (Cooperação Externa)	parceiras (Portugal, Brasil e Austrália) onde os seus respectivos orientadores estudam
Internacionalização dos Mestrados e Doutoramentos	Melhorar os padrões de Mestrados e Doutoramentos, com intercâmbio de estudantes com Universidades Internacionais, através de estudos comparativos e de referência (benchmarking)	Intercambiar/mobilização dos alunos de mestrados e Doutoramento e Participação nos eventos Científicos Internacionais + Participação dos alunos na mobilização internacional e Realização das participações
Estabelecer e reforçar redes de Cooperação, criando relações nacionais e internacionais mutuamente benéficas		
Procura de contactos nacionais e internacionais	Identificação dos recursos humanos disponíveis na UNTL, da necessidade de contratação de pessoal docente internacional, da possibilidade de recepção de estudantes internacionais e de candidatos elegíveis a bolsas de estudo no estrangeiro	Lista dos candidatos para 2013 + Publicação da lista dos candidatos para 2013
Desenvolvimento de Processos Legais	Realização de visitas exploratórias a universidades estrangeiras	Fortalecer os vínculos de cooperação internacional da UNTL + 10 Universidades visitadas por ano
Publicação e construção de Imagem	Participação em mostras, feiras e conferências internacionais de educação	Promover e intensificar a internacionalização da UNTL + 5 mostras/feiras/conferências
	Celebração de acordos/parcerias de cooperação institucional com universidades, preferencialmente situadas entre as 100 melhores do mundo, ou das diferentes regiões: Ásia-Pacífico, Europa, América, África, em articulação com o Departamento Jurídico da UNTL	Estimular a internacionalização da UNTL e alargar as oportunidades de intercâmbio académico + Aumentar em pelo menos 5% o número de novos acordos/parcerias
	Aumentar a participação em consórcios internacionais de universidades no âmbito de programas de financiamento	Estimular parcerias e estratégias de cooperação com Instituições de Ensino Superior a nível mundial + Participação em 3 novos projectos
	Consolidação do “Guia de Mobilidade”, incluindo informação sobre transferência de créditos, orientação na UNTL, assistência à saúde, alojamento e outros apoios sociais, bolsas académicas, assuntos consulares	Fácil acesso à informação para estudantes e docentes estrangeiros na UNTL + Impressão do “Guia de Mobilidade”
	Organização de reuniões e seminários internacionais e respectiva divulgação nos meios de comunicação social	Consolidação da imagem de internacionalização da UNTL + 10 reuniões/seminários internacionais
Melhorar as capacidades do pessoal académico e não académico facilitando a aprendizagem com instituições externas		
Melhoria da Qualificação do pessoal académico	Actualização da Equipa de 2013 para avaliar o perfil de candidato, currículo, áreas de especialização e aperfeiçoamento para o futuro	Rotação dos membros da Equipa para cada Faculdade + Circular pelo Reitor
Programas de formação e intercâmbio	Consolidação do “Gabinete para os Assuntos de Cooperação”	Melhorado o acompanhamento dos candidatos da UNTL na preparação dos seus períodos de mobilidade internacional, garantindo também uma melhor articulação entre a Faculdade de origem, a Universidade de

		acolhimento e as entidades oficiais relevantes, e permitindo ainda a realização de estudos comparativos de boas-práticas com as instituições parceiras + Atendimento técnico personalizado, sessões/acções de informação e produção de materiais
Aptidões linguísticas do pessoal docente	Designação de tutores internos para acompanhar a execução do plano por cada candidato na Universidade de acolhimento, apoiados pelo “Gabinete para os Assuntos da Cooperação”	Fornecido acompanhamento, monitorização e avaliação personalizados e permanentes durante todo o período de estudos no estrangeiro, assegurando também o regresso a Timor-Leste após o período de formação + Nomeação pela Equipa e elaboração de materiais
Introdução de vínculo legal depois de formação no estrangeiro	Desenvolvimento de um programa de Sessões de Orientação	Melhorar a informação disponível para estudantes e docentes internacionais, contribuindo para a sua integração na cultura Timorense + Sessões de Orientação para Estudantes e Docentes Internacionais
Estabelecer mecanismos fortes para oferecer serviços de Provedor na UNTL		
Operacionalização dos serviços de Provedoria	Estabelecer e pôr em prática o sistema de resolução de queixas/serviços da Provedoria	Melhorar os serviços da Provedoria + Casos resolvidos
	Disponibilizar um número de telefone de chamada gratuita/caixa postal, para que todos os membros necessitados o possam contactar	Criar condições para atendimento dos membros necessitados + Acesso de comunicação
Capacitar a Unidade de Assuntos de Aconselhamento para oferecer apoio e aconselhamento abrangentes		
Capacitação das funções de Aconselhamento	Disponibilizar espaço e todos os recursos necessários a oferta de serviços de aconselhamento eficazes	Capacitar recursos necessário ao serviços de Aconselhamento, incluindo espaço próprio
	Publicitar amplamente a disponibilidade de serviços de aconselhamento através de revistas de estudantes, canais de assuntos estudantis, rádio Académica	Acesso aos meios de comunicação social + Publicado serviço de Aconselhamento
	Associar-se com várias instituições, como a Igreja, a sociedade civil, na oferta de apoio específico em casos especiais	Estabelecido um serviço de parcerias para garantir uma diversidade de colaboração
Providenciar serviços de Aconselhamento Psicológico completo aos membros necessitados da UNTL		
Publicidade a serviços de Aconselhamento	Contribuir com artigos sobre aconselhamento e Gestão do Stress para revistas de estudantes, de forma regular	Acesso a publicidade + Publicado serviço de Aconselhamento
	Conduzir, com o apoio de outras agências, campos de desintoxicação (para tabagismo, alcoolismo, toxicod dependência) conforme necessário	Estabelecidos mecanismos segundo as necessidades, incluindo apoio Psicológico
	Conduzir sessões de aconselhamento em grupo com as famílias e comunidade	Capacitar agentes de acompanhamento + Recursos Humanos preparados

Providenciar instalações de bem-estar para os estudantes eficientes no campus		
Actividades de bem-estar para os estudantes	Reforçar os dormitórios dos alunos, tanto masculinos como femininos	Criadas melhores instalações para todos os estudantes
	Colocar em funcionamento um centro de saúde no campus, para o cuidado médico dos estudantes	Estabelecidos mecanismos para o atendimento de saúde
Tornar-se num Agente de Mudança para eliminar ou reduzir as potenciais crises a nível pessoal ou institucional		
Actividades de Cuidados de Saúde Mental	Desenvolver e conduzir workshop de formação regulares sobre vários temas como Gestão do Stress, Gestão da Ansiedade, técnicas de vida no campus, como lidar com o assédio, etc.	Agentes no âmbito da psicologia /psiquiatria e pessoal competente na gestão de saúde mental formados
	Organizar sessões de educação sexual, para prevenir crises potenciais	Criados mecanismos de formação sexual. Crises potenciais reduzidas
	Oferecer recursos para auto-ajuda na gestão da saúde psicológica (como livros, linhas de apoio, etc.)	Estabelecidas modalidades actuais de informação + Ter realizado os meios de informação
Desenvolver progressivamente as infra-estruturas do campus de acordo com os padrões internacionais		
Melhoramento das infra-estruturas Plano Urbano Cidade Universitária Hera	Libertação de terras da Universidade Nacional Timor Lorosa'e em Hera	Plano urbano geotécnica desenvolvido, terras disponíveis
	Implementação Desenho	Implementação desenho sector por sector + Desenho de construção preparado
	Construção	Facilitar o desempenho de aprendizagem dos alunos + Edifício reitoria, Biblioteca, faculdades, dormitório e instalações para a prática de desportos
Transformar a UNTL numa instituição de qualidade, dentro de uma linha de padrão internacional através da prática de Gestão de Qualidade Total e prevenir as práticas da irregularidade na administração		
Seminários de conhecimento em TQM e ISO	Preparar os documentos ISO e contratar os especialistas de ISO; Socializar o conhecimento de Padrão de ISO para toda a gente na UNTL e formação para obter certificação de ISO	Ampliado o número de funcionários competentes e informados sobre o sistema de ISO e TQM + Funcionários e Docentes preparados para a implementação de ISO
Realizar e manter a certificação de ISO da instituição da UNTL	Preparação de sistema de ISO e TQM como (SOPs, Manuais, Formatos e outros documentos necessários) e contratar os especialistas de ISO. Formação para implementação de ISO e TQM na UNTL; Aplicação de ISO em toda a UNTL e Avaliação da implementação ISO	Instituição UNTL acreditada pelo padrão de ISO

Práticas de Qualidade nível mundial	Estudos comparativos e iniciativas interactivas de intercâmbio no âmbito das actividades de IQA em instituições internacionais Introduzir conceitos de Gestão Total de Qualidade (TQM), organizar workshops sobre perspectivas de Qualidade, criar equipas de Qualidade, para melhoria contínua. Avaliar e dar feedback sobre o desempenho, para ficar a par com os padrões internacionais	Aumentar conhecimento na área científica, e garantir qualidade de serviço + Estudos comparativos realizados e serviço eficaz
Desenvolver progressivamente as Infra-estruturas do Campus de acordo com os padrões internacionais		
Melhoria das capacidades de planeamento	Formação/workshop para ponto focal de todos os Departamentos e faculdades	Formação/Workshop realizado
Melhoramento das infra-estruturas básicas (salas de aulas e escritório de serviço)	Melhoramento das instalações do campus (edifício principal, liceu, hera, etc.), com salas de aula suficientes exigidos por todas as faculdades	Reforço das instalações de aprendizagem e serviço administrativos nas salas de aulas.+ Salas de aula com mobiliário, equipamentos informática, e material didáctico instalado
	Construir Reitoria e blocos administrativos, com todas as comodidades	Edifício da Reitoria estabelecido e blocos administrativos preparados
Assegurar a capacidade de Recursos Humanos fortes, e criar e manter sistemas adequados a todos os níveis da UNTL		
Desenvolvimento do sistema de Recursos Humanos	Implementar o sistema de gestão de Recursos Humanos com procedimentos padronizados, SOPs, Fluxograma, formatos	Funcionários administrativos capacitados em áreas específicas + 192 Funcionários e administrativos profissionalizados (40% feminino e 60% Masculino))
	Criar um sistema de mapeamento do pessoal eficiente e completar as vagas e cargos de chefias e funcionários necessários da UNTL	Sistema de mapeamento pessoal forte e eficiente + Sistema de mapeamento do pessoal administrativo implementado
	Em linha com as normas do regime da carreira, nomear uma comissão para prémios de Melhor desempenho em todos os níveis e unidades. Cerimónia anual de recompensa pela conduta	Motivar os professores e funcionários para serviço efectivo e eficaz + comissão para identificar os professores e funcionários com melhor desempenho e cerimónia de recompensa desenvolvida
Melhoria das capacidades do pessoal da UNTL	Desenvolver as capacidades dos Professores e do pessoal administrativo, em todos os níveis das suas aptidões, atitudes, melhorias de qualificações, formação em Timor-Leste ou no Estrangeiro, programas de intercâmbio e estudo comparativo	Professores e pessoal administrativo profissionalizados + 366 Docentes actuais, 150 Docentes vão ser recrutados e 192 pessoais Administrativos permanentes e 160 pessoais administrativos vão ser recrutados em todas as áreas específicas capacitados (40% F e 60% M)
Assegurar um sistema de Aprovisionamento baseado no tempo, transparente, responsável e qualitativo, para projectos ou trabalho na UNTL		
Melhoria dos sistemas de Aprovisionamento	Melhorar o mecanismo de aprovisionamento, de acordo com o enquadramento legal	Garantir os serviços de Aprovisionamento em processo legal + Serviços de Aprovisionamento transparentes

	Criar e usar base de dados do processo de aprovisionamento de Tecnologia de Informação, com transparência efectiva de custos e serviços	Acelerar os serviços para o atendimento das unidades e faculdades. Controlar os serviços diariamente + Base de dados operacionalizada
	Desenvolver as directrizes de aquisições para a UNTL	Acelerar os serviços de aprovisionamento + sistema de aquisições desenvolvido
Assegurar o funcionamento do processo Financeiro, e desenvolver sistema eficaz e eficiente para apoiar os programas da UNTL		
Melhoria da eficiência da Função Financeira	Desenvolver um manual detalhado, que inclua os Procedimentos Operacionais (SOPs) para melhor gerir o processo financeiro de acordo com os procedimentos fornecidos pelo Ministério da Finanças	Manual de procedimento operacionais estabelecido
Melhorar sistema de base de dados financeiros	Integrar processo de contas dos doadores no software actual para a gestão eficaz de fundos	Melhorada a gestão de fundos dos doadores + dados integrados
Assegurar e apoiar a continuidade dos equipamentos e desenvolver um Sistema de Logística eficaz e eficiente para a UNTL		
Desenvolvimento da eficiência da função de logística	Desenvolvimento dos procedimentos e sistema operacional da logística, especialmente para gestão do armazém, sistema de gestão de stocks, sistema de gestão de infra-estruturas e instalações, sistema de manutenção de equipamento e recursos, política de reembolsos ou venda publica, mecanismo de utilização de transporte, sistema de provisões, sistema para a remoção/disposição de bens de capital e outros sistemas existentes, orientado pela Lei do Património do Estado	Criado o sistema de gestão operacional da logística, e procedimento de manutenção desenvolvido. Criadas regras e procedimentos na utilização de veículos da UNTL
Assegurar a gestão efectiva e o suporte das Tecnologias de Informação necessárias às funções da UNTL		
Melhoria dos serviços de Tecnologia da Informação	Criar standards e procedimentos de controlo, coordenação, integração, e uso dos sistemas e recursos informáticos da UNTL	Garantido serviços eficazes e eficientes + Procedimento de controlo, coordenação, e integração criado
	Procura regular de bens e serviços informáticos necessários, para suportar a actividade dos serviços da Universidade	Facilitar as actividades de serviços de IT eficazes e eficientes + Atingir a meta ou atingir os objectivos
Assegurar o desenvolvimento de um sistema de Arquivos de qualidade para documentação importante da UNTL		
Melhorar o serviço de Arquivo	Melhorar e desenvolver os sistema de arquivo : manual ou electrónico na Universidade, Faculdade e Departamentos	Serviço de arquivo efectivo e eficiente + Sistema de arquivo manual ou electrónico estabelecido
Assegurar o funcionamento eficaz e eficiente e desenvolver Serviços de Apoio Académicos para os estudantes de todos os departamentos da UNTL		
Serviços de Apoio Académico Eficazes	Criar/Publicar/Distribuir livro do Estudante	Aumentado o conhecimento dos estudantes da UNTL
	Estabelecer base de dados de antigos alunos da Universidade e	Para facilitar necessidades públicas + Base de dados de antigos alunos

	identificar o seu local de trabalho	da UNTL operacionalizada
Assegurar e desenvolver o funcionamento eficaz e eficiente do sistema da Biblioteca para os estudantes, faculdade, investigadores e público da UNTL		
Serviços da Biblioteca reforçados	Construir Biblioteca e blocos administrativos, para todos os leitores	Serviço administrativo eficaz e eficiente + 5 edifícios da Biblioteca e blocos administrativos construídos
	Gerir e guardar todos os livros e os materiais da Biblioteca da UNTL	Serviço da Biblioteca eficaz e eficiente + Todos livros, mobiliários, equipamentos informática, e material didáctico instalado e seguro
Melhorar e tornar sustentável a qualidade das actividades académicas, formação de gestores e economistas, formar licenciados qualificados, enquadramento institucional, capacitação da administração e gestão em todas as Faculdades da UNTL		
Melhoria os recursos das Faculdades	Melhoria periódica dos cursos, de diploma a Graduação a Pós-Graduação, baseada nas exigências em mudança do mercado de emprego	Reforço das instalações de aprendizagem e serviço administrativos das salas de aulas + Salas de aula com mobiliário, equipamentos informáticos, equipamentos laboratórios e materiais didácticos instalados
	Oferecer cursos intensivos de português, Inglês, e informática a todos os estudantes, pessoal administrativo e docentes Preparação/fortalecimento dos guias de estudos baseados no currículo e revisto em línguas relevantes	Resultados de um curso intensivo para aqueles com boa classificação para garantir a qualidade de ensino + a todos os alunos, docentes, pessoal administrativo (40% Feminino e 60% Masculino) + no Brasil, Austrália e Portugal
	Instalações dos laboratórios de informática	Facilitar os trabalhos e analisar os dados + Laboratórios de informática instalados
Revisão e Melhoria da Regulamentação Académica	Rever e melhorar, em cada 5 anos, as regulamentações académicas, e padronizar todos os aspectos em todas as Faculdades, incluindo padrões de classificação, critérios de avaliação	Para garantir a qualidade de funcionamento dos funcionários, docentes e estudantes. + Revisão dos regulamentos preparada
	Publicar o Manual de regulamento académico, revisto e divulgado o seu conteúdo pelas Faculdades. Conduzir auditorias para confirmar a conformidade	Garantida a qualidade dos funcionários docentes e estudantes + Manual de regulamento Académico publicado
	Elaboração do estatuto e regimento internos das faculdades	Regular as actividades das faculdades seguindo o Regulamento Académico + Normas e Regulamentos Internos das Faculdades elaborados (Faculdade Economia e Gestão, FMCS, etc.)
	Revisão e Elaboração dos Currículos + Programas, Dossier e Módulos para o Curso de Licenciatura de todas as Faculdades	Actualizar os objectivos da Visão e Missão de todas as Faculdades da UNTL + Currículos e Programas elaborados e revistos
Melhoria do Talento Académico	Desenvolver o sistema para melhoria da qualificação do pessoal do ensino, através da educação contínua	Garantida a qualidade de ensino + Sistema da qualificação do pessoal estudantil estabelecido
Programas de Orientação Global	Organizar coaching para exames de qualificação (tais como GRE/TOEFL/IELTS, etc.) para estudantes que tencionem	Garantida a qualificação dos estudantes + programa de coaching

	estudar no estrangeiro	realizado
	Estabelecer o centro de Coaching para estudantes, para apoiar os estudantes com desempenhos fracos, através de orientações individuais ou em pequenos grupos	Orientados os alunos a fim de adquirirem qualidades + Estudantes orientados
Sistema de reconhecimento dos melhores desempenhos	Introduzir medalhas de reconhecimento para estudantes, baseadas no seu GPA – Ouro, Prata e Bronze – por cada departamento da UNTL, anualmente	Homenagem aos estudantes que se destacam dada aos alunos ou aos melhor qualificados
Melhorar a qualidade de ensino	Supervisionar estágios social e pedagógicos dos estudantes finalistas	Qualificar os estudantes finalistas + mais ou menos 250 finalistas
	Disponibilizar materiais para a prática laboratorial	Aumentada a capacidade de análise e habilidade de experiências em laboratório + Equipamentos e materiais de laboratórios instalados
	Desenvolver um manual para todas as faculdades contendo: orientação para os caloiros, regras para monografia, artigos científicos e estágios	Uniformidade na produção de trabalhos académicos e nas actividades das faculdades + Mais ou menos seis departamentos
	Preparar e realizar programas de orientação da tese, Formação de Metodologia de investigação e de pesquisa, Concurso científico, Seminários, formação de administração e finanças (incluindo sobre computação e arquivo)	Aumentadas e melhoradas as capacidades dos estudantes e dos docentes + todos estudante e docentes da UNTL
	Criação de Revista Científicas das Faculdades	Divulgação e incentivo da pesquisa científica desenvolvida em Timor-Leste + Produção e publicação de artigos por professores e estudantes das faculdades
	Preparar e realizar concurso anual de artigos científicos	Procurar os melhores classificados dos estudantes + mais ou menos 20 participantes
	Disponibilizar referências bibliográficas correspondente com aos currículos específicos de cada departamento	Estudantes e docentes com acesso a referências + Mais ou menos 200 títulos e 10 exemplares de cada título
Elevar e melhorar a qualidade dos professores	Preparação de guião de ensino e aprendizagem e Elaboração de um dossier baseado no padrão curricular	Guião de estudo padronizado e uniformizado, com implementação em todas as Faculdades e Departamentos e melhoria de desempenho dos estudantes + Cursos de formação intensivos, de curta duração, para mais ou menos 10 professores
Enquadramento institucional	Criação de centro de pesquisas e formação em Ciências Sociais	Incentivo à produção de pesquisas entre professores e alunos da Faculdade de Ciências Sociais + Número de pesquisas, publicações e cursos de formação desenvolvidos pelo centro durante o ano lectivo
	Oficina para definir o currículo de cada departamento	Currículos actualizados em seis departamentos
	Seminário de apresentação para pesquisas monográficas entre os	Estimular os estudantes à pesquisa, ao debate científico e à finalização

	alunos de graduação	da monografia + Número de participantes apresentadores e ouvintes no seminário
Criar e acolher a investigação científica entre os investigadores e académicos da UNTL		
Formação e capacitação dos investigadores de investigação	Cursos de Metodologia de pesquisa e Estatística com o uso de SPSS	Melhoria da qualidade de investigação com conhecimento da metodologia de pesquisa adequado + N° de investigadores que participam
	Promover a mobilidade dos professores investigadores e investigadores	Aumento do conhecimento e experiência dos professores investigadores e investigadores 1 – 4 Investigadores nas instituições estrangeiras ou investigadores no CNIC
Produzir conhecimento fundamental e aplicado, capaz de responder à comunidade / Governo / demandas do mercado	Desenvolver projectos de investigação fundamental e aplicados, quer individualmente quer em cooperação com outras instituições nacionais e internacionais	Maior número de projectos submetidos. Capacidade de produzir conhecimento fundamental e aplicado + 15 propostas de investigação (individual ou em cooperação)
	Publicação dos resultados de pesquisas	Reforçada a produção científica e melhor conhecimento sobre o progresso e desafios de desenvolvimento do país + 1 – 5 publicações (nacional e/ou internacional)
Promover a discussão científica sobre os temas contemporâneas correspondentes às prioridades da política científica da UNTL, do governo e outras de actualidade e interesse com relevância para a comunidade	Realização de congressos, conferências e palestras	Actualizar o conhecimento dos investigadores e professores investigadores + 1 (uma) Jornada Científica - 1 (uma) conferência (Palestra/workshop)
	Explorar oportunidades para a participação/apresentação de “papers” /resultados de pesquisas nos congressos científicos nacionais/internacionais	Estimulada a partilha de conhecimento científico Permitido o contacto dos investigadores com outros investigadores e projectos de pesquisa + 1 – 5 investigadores participam nas conferências nacionais/internacionais
Criação de um centro de documentação	Recolher os trabalhos científicos dos professores investigadores/investigadores Timorenses	Criado um centro de documentação e informação + N° de trabalhos científicos recolhidos
Melhoria da qualidade dos docentes pesquisadores	Melhorar os conhecimentos dos docentes sobre a Metodologia de Pesquisa Qualitativa e Quantitativa	Garantidos conhecimentos adequados como pesquisador nas diferentes áreas + Workshop sobre Metodologia de Pesquisa Qualitativa e Quantitativa realizada
Tornar o INL numa instituição de nível mundial, com vista a otimizar o seu potencial de satisfazer as exigências linguísticas nacionais e oficiais do país		
Melhoria de recursos do INL	Fortalecer as competências do INL para emergir como uma Instituição de Referência para o Ensino, Investigação e Publicação em Linguística Nacional	Recursos humanos e materiais e capacidades teóricas e profissionais no ensino, investigação e publicação aumentadas. Pessoal do INL mais competente para a realização das actividades, e

		<p>apetrechamento informático</p> <p>Produção de material didáctico e publicação de livros manuais de tétum: um livro Dicionário de tétum oficial (nova edição), livro sobre tétum oral de Fohorém, livro sobre linguagem oral de Mambae de Suru, livro sobre regras de construção frásica e expressões idiomáticas de Mambae de Suru, Manual do Curso de tétum, equipamentos informáticos fornecidos, e 2 administrativos formados</p>
Promover rigorosamente o Tétum através da Investigação e Publicação		
Investigação e publicação de material da tradução oral de tétum e das demais línguas nacionais	Levar a cabo investigação a fim de registar aspectos relevantes para a promoção das línguas locais e apresentar os resultados em seminários e eventos	<p>Qualidade do ensino de tétum melhorado através de um conhecimento mais aprofundado sobre as línguas do país. Pesquisas realizadas sobre as línguas em vigor</p> <p>Pessoal investigador permanente e contratado estabelecido, Investigação e publicação de resultados</p>
	Publicar regularmente novas edições de trabalhos em tétum	Seminários e disseminação de língua tétum realizados Investigação e publicação de resultados
	Unificar e estandardizar o tétum-praça com derivações do tétum original	Maior consciência de identidade nacional e Entendimento com outras propostas de ortografia (senhor Armindo Tilman) a fim de maximizar a utilização de recursos bibliográficos existentes + Relatórios de actividades de investigação, publicação e disseminação do tétum
Criar capacidades de Tétum fluentes entre os membros do sector formal, a par com a política Nacional de Linguística		
Reforçar o Tétum nas instituições	Conduzir programas extensivos de certificação de proficiência em Tétum a todas as pessoas no sector público	Melhorado o desempenho do INL e toda a equipa para alcançar o objectivo determinado
	Conduzir programas de certificação em tétum a todas as pessoas no sector público, no âmbito da Política Nacional de Língua do Governo	Melhoria na utilização do tétum pelo sector público + Relatório sobre actividades de ensino e aprendizagem de tétum
	Conduzir Programas de Formação para todos os empregados do sector formal	Melhorado o desempenho do INL e toda a equipa para alcançar o objectivo determinado
Aumentar o acesso ao Tétum as grandes massas de Timor Leste		
Programas de contacto e colaboração com instituições oficiais e a comunidade sobre a literacia e gramática do tétum oficial	Coordenação com o Ministério da Educação/ONG que trabalhem em campanhas de Literacia para Adultos, para a condução de módulos sobre o tétum para as comunidades de Timor-Leste	Boa colaboração por parte dos ministérios relevantes e por parte da sociedade civil + Relatório sobre disseminação do tétum nos vários grupos-alvo, sinais públicos em tétum
	Advogar pela padronização da sinalização em Tétum em todos os locais públicos	Adopção de sinalização em tétum nos locais públicos e Melhor apresentação do boletim académico da UNTL + Ortografia

		padronizada e correção gramatical do tétum no boletim académico, nos formulários e avisos oficiais da UNTL
Oferecer serviços de Língua oficial em linhas comerciais a instituições Internacionais, e outras línguas nacionais, se necessário		
Serviços de Tradução de documentos nas línguas oficiais e nacionais, conforme solicitação do público	Fornecer programas de língua tétum a título comercial	Tradução e aprovação de documentos de e para as línguas oficiais da RDTL + Vulgarização de documentos traduzidos pelo INL para uso oficial e público
	Recolher as teses dos departamentos das línguas sobre as línguas locais	Aumentar conhecimento sobre das línguas locais + Teses dos departamentos preparadas

Preparado para o Governo da República Democrática de
Timor-Leste pelo Ministério das Finanças



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Edifício 5, 1.º Andar, Palácio do Governo, Díli, Timor-Leste

Phone - +670 3339510 Fax - +670 3331204

Website - www.mof.gov.tl